

# WALDISA RÚSSIO E A POLÍTICA NO CAMPO MUSEOLÓGICO

*por*

***Inês Gouveia***

*Aluna do Curso de Doutorado em Museologia e Patrimônio  
Linha 02 – Museologia, Patrimônio Integral e Desenvolvimento*

Tese de Doutorado apresentada ao  
Programa de Pós-Graduação em Museologia  
e Patrimônio.

Orientadora: Professora Doutora Priscila  
Faulhaber Barbosa


*UNIRIO/MAST - RJ, ABRIL de 2018*


## FOLHA DE APROVAÇÃO

# WALDISA RÚSSIO E A POLÍTICA NO CAMPO MUSEOLÓGICO

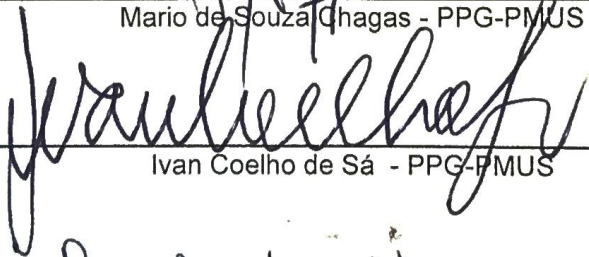
Tese de Doutorado submetida ao corpo docente do Programa de Pós-graduação em Museologia e Patrimônio, do Centro de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO e Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST/MCTIC, como requisito final para a obtenção do grau de Doutor em Ciências, em Museologia e Patrimônio.

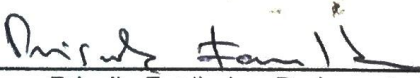
Aprovada por:

Profa. Dra.   
Maria Cristina Oliveira Bruno – Museu de Arqueologia e Etnologia / USP

Prof. Dr.   
Antonio Augusto Arantes Neto - UNICAMP

Prof. Dr.   
Mario de Souza Chagas - PPG-PMUS

Prof. Dr.   
Ivan Coelho de Sá - PPG-PMUS

Profa. Dra.   
Priscila Faulhaber Barbosa (orientadora)

Rio de Janeiro, 27 de fevereiro de 2018

Ficha elaborada pela Biblioteca do Mast  
Bibliotecária – CRB7 nº 2935

G719

Gouveia, Inês

Waldisa Rússio e a política no campo museológico / Inês Gouveia. –  
Rio de Janeiro, 2018.  
374f. : il.

Orientadora: Professora Doutora Priscila Faulhaber Barbosa  
Bibliografia: f. 285-292  
Inclui anexos

Tese (Doutorado em Museologia e Patrimônio) -- Programa de Pós-  
Graduação em Museologia e Patrimônio, Universidade Federal do Estado  
do Rio de Janeiro - UNIRIO; Museu de Astronomia e Ciências Afins – Mast,  
Rio de Janeiro, 2018.

1 .Museu. 2. Museologia. 3. Guarniere, Waldisa Russio Camargo 4.  
Política museológica. I. Barbosa, Priscila Faulhaber .II. Universidade  
Federal do Estado do Rio de Janeiro. Programa de Pós- Graduação em  
Museologia e Patrimônio III. Museu de Astronomia e Ciências Afins. IV.  
Título.

CDU: 069.1

## AGRADECIMENTOS

Praticamente todas as páginas desse volume têm correspondência com um agradecimento, inclusive porque a pesquisa contou com o apoio institucional do PPG-PMUS, UNIRIO e CAPES. Durante as aulas do doutorado, a combinação entre temas, leituras, participação discente e docente, muitas vezes fez do labor um prazer. Quando essa magia não se deu, a turma “só amor” fez dos desacordos a pauta de refrescantes encontros na mureta da Urca. Gratidão por ocasiões tão divertidas quanto necessárias. Dos apoios institucionais, registro que o Programa de Pesquisas nos Acervos da USP-IEB possibilitou a ampliação do espectro documental da investigação. Agradecimento especial ao Arquivo/IEB, ao Centro de Documentação da FESPSP, ao Arquivo Institucional e Biblioteca do MHN, Arquivo Institucional do Museu do Homem do Nordeste e ao NUMMUS/UNIRIO. Além do funcionamento exemplar, nestas instituições encontrei o profissionalismo generoso e afetuoso das trabalhadoras e trabalhadores. Em muitos contextos, especialmente nos locais em que mais pesquisei, tive a oportunidade de compartilhar reflexões que enriqueceram a pesquisa e a minha formação, de um modo geral.

Registro a gratidão e o respeito à Priscila Faulhaber, cuja ética e coerência no exercício de ensinar e orientar favoreceram muito o processo. Muitas vias de análise foram construídas a partir da orientação. Gratidão também a Mario Chagas, que coorientou a pesquisa e, além disso, tem contribuído para minha trajetória pessoal e profissional nos últimos bons anos. Agradeço a todos que partilharam suas memórias e narrativas, especialmente a Cristina Bruno, pelo empenho pessoal na realização das entrevistas e daí a abertura para o diálogo que ampliou verdadeiramente as condições da pesquisa. Agradeço muito a Leda Xavier Telles, irmã de Waldisa Rússio, pela confiança, gentileza e disponibilidade. Ainda entre as contribuições paulistanas, registro que a troca com Léa Blezer fez com que várias semanas de pesquisa fossem mais proveitosas e divertidas.

Tive auxílio de muitas amigas que transitam no campo museológico para elaborar aspectos seminais deste trabalho. Destaco isso por meio do reconhecimento de que Ana Audebert me influenciou a querer pesquisar a trajetória de uma mulher. Gratidão Ana, por tudo que me trouxe, pelo que aprendemos juntas, por tudo. As trocas museológicas também se deram a partir de amigas e amigos da Rede de Museologia Social do Rio de Janeiro, esse movimento tão potente, que ocasiona tantos ângulos para pensar, sentir e agir. Desse conjunto, ressalto a atuação de Rondelly Cavulla, que de modo responsável e descontraído, deu apoio extra aos nossos trabalhos.



Agradeço a Regina Sylva, que generosamente fez a revisão do texto e muitos outros mimos que desfrutei! Gratidão aos amigos que compreenderam as ausências e negativas desses anos de rala vida social. Muito amor aos meus pais, irmã e sobrinhos, com desejo de mais tempo para esse convívio. Mirela Araujo, com sabedoria e generosidade se dispôs a participar ativamente de todo trabalho (consulta às fontes, transcrições, leitura crítica etc). Gratidão Mi, por mais esta etapa, pela tranquilidade e amor cotidiano, que deixam a vida com gosto de quero mais.

Gratidão a todas e todos, nominalmente citados ou não. Que possamos nos orientar pelos seres de luz, rumo aos caminhos do respeito, liberdade, generosidade, diversidade, amor e tudo que se presta a azeitar os delicados pactos sociais. Axé!

# RESUMO

GOUVEIA, Inês. **Waldisa Rússio e a Política no Campo Museológico.**

Orientadora: Priscila Faulhaber. UNIRIO/MAST. 2018. Tese

A pesquisa analisa a relação entre os agentes no campo museológico entre os anos de 1970 até 1990, partindo da atuação da museóloga Waldisa Rússio Camargo Guarnieri. O objetivo é compreender como o campo museológico se organizou relativamente às posições de conservação e de transformação das estruturas sociais, diante da reconstrução do pacto democrático na década de 1980. Utilizando a noção de campo de Pierre Bourdieu, identificam-se quais os agentes (indivíduos e instituições) estiveram mais presentes na interlocução com Waldisa Rússio. Diante da perspectiva geral da trajetória desses agentes, analisa-se como estes se posicionaram a respeito de museu, Museologia e museólogos. Além dos referenciais teóricos, utiliza-se fontes documentais que dizem respeito à atuação profissional de Waldisa. São especialmente correspondências, projetos, fotos, atas, documentos administrativos e pedagógicos, relativos às instituições que ela presidiu em São Paulo. Foram também examinadas fontes complementares, a respeito da atuação de outros indivíduos e instituições. Além disso, em termos da metodologia, realizou-se entrevistas com pessoas que atuaram proximamente a Waldisa e que nutriam relações supraestaduais no campo museológico no mesmo período. Ainda em termos da metodologia, observa-se a trajetória feminina de Waldisa Rússio relativamente a de outras mulheres nascidas proximamente a ela, no estado de São Paulo. A respeito dos resultados, observou-se que Waldisa Rússio estava alinhada ao debate da função social dos museus, que a impactou desde o início da década de 1970. Essa perspectiva ensejou sua formulação teórica de “fato museológico”, e do “museólogo como trabalhador social”. Aportando capitais simbólicos inéditos no campo museológico, a atuação de Waldisa Rússio ocasionou e explicitou dissensos entre os agentes, diretamente relacionados às noções em disputa no campo. Pela comparação entre o campo museológico e o do patrimônio, conclui-se que Waldisa Rússio foi exceção entre seus pares, ao ampliar a noção de preservação, vinculando-a com a ideia de participação e de memória como exercício de direito social.

# ABSTRACT

GOUVEIA, Inês. **Waldisa Rússio and the Politics in the Museological Field**

Orientadora: Priscila Faulhaber. UNIRIO/MAST. 2018. Tese

The research analyzes the relation between agents at museological field between the years of 1970 until 1990, part of the from museologist Waldisa Rússio Camargo Guarnieri performance. The objective is to visualize how the field of museology was organized with regard of keeping and change the social structure of society in the face of the democratic pact of 1980s, using Pierre Bourdieu concept's of field, individuals and institutions which are more present in the dialogue with Waldisa Rússio have been identified. From the perspective of general trajectory of the agents, regarded how they stand in the museum, Museology and museologists. In addition to the fundamental theoretical concepts have been used the documental sources of Waldisa's professional activity. They are especially correspondences, projects, photos, minutes, administrative and pedagogical documents, relative institutions that she presided located in São Paulo. Complementary sources were also examined regarding the updating of other individuals and institutions. In terms of methodology, interviews were carried out with people who worked closely with Waldisa and who had supra-statal relations in the museological field during the same period. Furthermore, in terms of methodology, Waldisa Rússio's female trajectory is observed in relation to other women born close to her, in the state of São Paulo. As far as the outcome is concerned, that Waldisa Rússio was aligned with the debate on the social function of museums, which has impacted since the early 1970s. This perspective gave rise to its theoretical formulation of "museological fact" and makes "museologist as social worker". Bringing symbolic capital unpublished in the museological field, performance of Waldisa Rússio caused and have highlighted dissensions among the agents, links related to the notions in dispute in the field. In front of the museological and heritage field, Waldisa Rússio was an exception among her peers to expanding a notion of preservation, linking it with an idea of participation and memory as an exercise of social right.

## **SIGLAS E ABREVIATURAS UTILIZADAS:**

**ABM** – Associação Brasileira de Museologia

**AMB** – Associação de Museólogos da Bahia

**AMICOM** – Associação de Membros do ICOM

**ASSPAM** – Associação Paulista de Museólogos

**ATM** – Associação de Trabalhadores de Museus

**CAPES** – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

**CECOR** – Centro de Conservação e Restauração de Bens Culturais

**CIDOC/ICOM** - Comitê Internacional para a Documentação do Conselho Internacional de Museus

**CNPQ** – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

**DEOPS** – Departamento Estadual de Ordem Política e Social

**DPHAN** – Diretoria de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

**FAPESP** – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo

**FEFIERJ** – Federação das Escolas Federais Isoladas do Estado do Rio de Janeiro

**FESPSP** – Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo

**FUNARTE** – Fundação Nacional de Arte

**GTM** – Grupo Técnico de Museus

**IBGE** – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

**ICCROM** – Centro Internacional de Estudos para a Conservação e Restauro de Bens Culturais

**ICOM** – Conselho Internacional de Museus

**IEB/USP** – Instituto de Estudos Brasileiros da USP

**IPHAN** – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

**MEC** – Ministério da Educação e Cultura

**MHN** – Museu Histórico Nacional

**MINOM** – Movimento Internacional por uma Nova Museologia

**OAB** – Ordem dos Advogados do Brasil

**ONICOM** - Organização Nacional do Conselho Internacional de Museus

**PCH** – Programa Cidades Históricas

**PDS** – Partido Democrático Social

**PDT** – Partido Democrático Trabalhista

**SBPC** – Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência

**SPHAN** – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

**UNESCO** – Organização das Nações Unidas para a Educação a Ciência e a Cultura

**UNIRIO** – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

**USP** – Universidade de São Paulo

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b> - Registro de Waldisa Rússio no Conselho Regional de Museologia, 1986... 27	27
<b>Figura 2</b> - Demonstrativo da ascendência de Waldisa Rússio..... 60	60
<b>Figura 3</b> - Espólio de Arizia Guarnieri, sogra de Waldisa Rússio Camargo Guarnieri. 73	73
<b>Figura 4</b> - Uma representação do meio profissional de Waldisa Rússio. .... 73	73
<b>Figura 5</b> - Certificado de cumprimento de créditos para o mestrado de Waldisa Rússio. ..... 77	77
<b>Figura 6</b> - Capa do livreto de Rossine Camargo Guarnieri. .... 85	85
<b>Figura 7</b> - "Santinho" de candidatura de Rossine Camargo Guarnieri. .... 86	86
<b>Figura 8</b> - Waldisa Rússio e o cão Rodrigo. .... 89	89
<b>Figura 9</b> - Requerimento de matrícula de Waldisa Rússio, durante o doutoramento, 1980..... 91	91
<b>Figura 10</b> - Folder do Ciclo de Palestras Herança Cultural Brasileira, 1980. .... 92	92
<b>Figura 11</b> - Capa da tese de doutorado de Waldisa Rússio (1980). .... 92	92
<b>Figura 12</b> - Correspondência de Waldisa Rússio para Fábio Magalhães, 1984..... 94	94
<b>Figura 13</b> - Cópia de correspondência enviada para Waldisa Rússio, 1986..... 95	95
<b>Figura 14</b> - Carta da Asspam, assinada por Waldisa, 1984..... 99	99
<b>Figura 15</b> - Ofício de Marcelo Mattos Araújo para Waldisa Rússio, 1989..... 101	101
<b>Figura 16</b> - Ofício de desligamento de Waldisa para a ASSPAM , 1986..... 103	103
<b>Figura 17</b> - Telegrama da ASSPAM para Waldisa Rússio..... 104	104
<b>Figura 18</b> - Correspondência da ASSPAM, 1985. .... 105	105
<b>Figura 19</b> - Correspondência do Instituto de Museologia da FESP, 1986..... 106	106
<b>Figura 20</b> - Presidente da ASSPAM convida Waldisa Rússio, 1988..... 107	107
<b>Figura 21</b> - Waldisa Rússio evidencia discórdia sobre a representação discente junto à Associação em 1988..... 108	108
<b>Figura 22</b> - Correspondência da ASSPAM, para Waldisa Rússio, esclarecendo discórdia, 1988. .... 108	108
<b>Figura 23</b> - Waldisa participa de jantar no exterior com outros profissionais. .... 110	110
<b>Figura 24</b> - Waldisa Rússio na XIV Conferência Geral do ICOM em Buenos Aires 1986. .... 111	111
<b>Figura 25</b> - Waldisa Rússio na inauguração da exposição “Tropa, Tropeiro e Tropeirismo”, SP..... 111	111
<b>Figura 26</b> - Parte interna do Folder do Curso de Museologia e Arte..... 132	132
<b>Figura 27</b> - Diário de Classe da disciplina Museologia, 1978, FESP. .... 132	132
<b>Figura 28</b> - Colagem feita por Waldisa Rússio. .... 139	139
<b>Figura 29</b> - Capa dos Anais do Museu Histórico Nacional, v. XXV, 1974. .... 154	154
<b>Figura 30</b> - Sumário dos Anais do Museu Histórico Nacional, v. XXV, 1974. .... 155	155
<b>Figura 31</b> - Trecho da minuta de correspondência ao Ministério do Trabalho ..... 172	172
<b>Figura 32</b> - Regimento do VII Congresso Nacional de Museus ..... 174	174
<b>Figura 33</b> - Correspondência do ICOM para a ABM, com cópia para o Comitê Brasileiro do ICOM. .... 179	179
<b>Figura 34</b> - Carta a respeito de Fernanda de Camargo Moro, em 1972. .... 182	182
<b>Figura 35</b> - “Comunidades querem participar do projeto Museu Fluvial” ..... 185	185
<b>Figura 36</b> - Proposta Preliminar de Criação de um Ecomuseu em Ji-Paraná (RO), 1987. .... 186	186
<b>Figura 37</b> - Correspondência da OEA para Waldisa Rússio. .... 188	188
<b>Figura 38</b> - Correspondência de Waldisa Rússio para Museu do Bixiga, em 1982... 192	192

<b>Figura 39</b> - Representação gráfica da noção de fato museológico.....	204
<b>Figura 40</b> - Carta de Waldisa para o advogado.....	214
<b>Figura 41</b> - Parâmetros técnicos recomendados pelo Museu da Indústria, Comércio e Tecnologia.....	216
<b>Figura 42</b> - Revista de Museologia da FESP, publicada em 1989.....	220
<b>Figura 43</b> - Diligência do Conselho Federal de Educação a respeito do Instituto de Museologia de São Paulo.....	228
<b>Figura 44</b> - Solicitação da ABM para cancelamento de registros de museólogos.....	229
<b>Figura 45</b> - Correspondência de Waldisa Rússio para a CAPES em 1988.....	230
<b>Figura 46</b> - Parecer de Dalmo de Abreu Dallari a respeito da certificação para museólogo.....	231
<b>Figura 47</b> - Sessão Plenária com temática “O museólogo e o mercado de trabalho no campo da Museologia”, 1982, FUNDAJ.....	239
<b>Figura 48</b> - Participação da ASSPAM no Comício das Diretas Já em São Paulo, 1984.....	264
<b>Figura 49</b> - Participação da ASSPAM no Comício das Diretas Já em São Paulo, 1984.....	265
<b>Figura 50</b> - Participação da ASSPAM no Comício das Diretas Já em São Paulo, 1984.....	265
<b>Figura 51</b> - Folder do Simpósio Patrimonio, Museo y Participacion Social, no México, 1990.....	266
<b>Figura 52</b> - Informe do ICOFOM após a Conferência Geral de 1980, no México.....	269
<b>Figura 53</b> - Folder I Seminário Latino-americano de Museologia.....	271

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1</b> - Porcentagem de mulheres no Ensino Superior – Brasil.....	67
<b>Tabela 2</b> - Matrículas no Curso de Museus em 1962.....	123

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1</b> - Fontes.....	39
<b>Quadro 2</b> - Entrevistados.....	49
<b>Quadro 3</b> - Comparação de trajetórias femininas.....	69
<b>Quadro 4</b> - Interlocuções de Waldisa Rússio Camargo Guarnieri.....	150
<b>Quadro 5</b> - Congressos Nacionais de Museus – 1956 - 1987.....	173
<b>Quadro 6</b> - Listagem das disciplinas do Curso da FESP de 1980.....	200

# Sumário

INTRODUÇÃO.....	14
CAPÍTULO 1.....	21
FUNDAMENTOS PARA A ANÁLISE .....	21
1.1 Desenho da pesquisa .....	22
1.2 Objetivos .....	29
1.3 Referências e teorias .....	29
1.3.1 Campo museológico: o exercício a partir do conceito.....	33
1.4 Metodologia de pesquisa.....	35
1.4.1 Análise dos documentos .....	40
1.4.2 Biografia coletiva .....	44
1.4.3 Testemunhos orais.....	48
1.5 Bibliografia de Referência .....	50
1.6 Considerações parciais.....	51
CAPÍTULO 2.....	52
WALDISA PINTO RÚSSIO CAMARGO GUARNIERI .....	52
2.1 Filha de Waldemar e Isa.....	56
2.2 Trajetória feminina .....	62
2.2.1 Ensino.....	63
2.2.2 Trajetórias "comuns" às mulheres .....	67
2.2.3 Formação.....	74
2.3 Mulher trabalhadora .....	78
2.3.1 Carreira na administração pública .....	79
2.3.2 Contexto e ação política .....	82
2.4 Política do afeto .....	84
2.5 Nomes e sobrenomes do afeto.....	90
2.5.1 Rede de relações.....	93
2.5.2 Professora Waldisa Rússio.....	100
2.6 Capitais simbólicos .....	109
2.7 Considerações parciais.....	112
CAPÍTULO 3 O CAMPO MUSEOLOGICO BRASILEIRO .....	115

3.1 As relações no campo: museus, cursos, museólogos, associações e outros agentes.....	116
3.2 Novos agentes no campo em São Paulo.....	129
3.3 Waldisa Rússio e o campo museológico .....	135
3.4 “Museus: um aspecto das organizações culturais num país em desenvolvimento” .....	140
3.5 “Um Museu de Indústria em São Paulo” .....	146
3.6 Firmando Posição: Waldisa Rússio em texto.....	149
3.7 Considerações Parciais .....	158
CAPÍTULO 4 A POLÍTICA NO CAMPO MUSEOLÓGICO .....	160
4.1 Museus .....	163
4.2 As Museologias .....	194
4.3 Museólogos – luta de classe X luta da classe.....	232
4.4 Política de cultura e de preservação .....	244
4.5 Waldisa Rússio e a política no campo museológico .....	258
4.6 Considerações parciais.....	275
CONCLUSÕES.....	277
REFERÊNCIAS .....	285
ANEXOS.....	294
Anexo I – Estudo Prosopográfico.....	295
Anexo II – Entrevistas .....	308



“Continuam os museus, em sua ação educativa e cultural, no servilismo de atender aos ultrapassados programas escolares, reforçando o engano e o autoritarismo de uma instituição que vem sendo discriminadora e deslembrando que este país tem 35 milhões de menores de rua?

Continuam, os profissionais de museus, falando apenas de si mesmos e para si mesmos? Que reconhecimento têm eles da sociedade? No universo de trabalhadores, como nos situamos e agimos?”

(Waldisa Rússio Camargo Guarnieri)

## **INTRODUÇÃO**

O presente trabalho se originou no desejo de pensar o histórico de políticas públicas voltadas para museus, e de compreender a ressonância disso no campo museológico, anteriormente ao ano de 2003. Essa divisa temporal aponta para um conjunto de ações – que teve início com a Política Nacional de Museus (2003) – e que, a partir daí, discursivamente inauguraram um novo tempo de atuação do Estado na Cultura e diretamente no campo museológico. O objetivo inicial da pesquisa era saber como este campo estava articulado às políticas de cultura até então. Seria verdade que 2003 inaugurava um novo tempo?

Na primeira etapa de pesquisa, observei, no entanto, a dificuldade metodológica de estabelecer um fio que tocasse o campo e qualquer ensejo de política cultural. Até 2009 a única lei que objetivamente perpassava o campo museológico era a de regulamentação da profissão e esta, que tocava as esferas de formação e também os museus (ainda que com pouco impacto para estes) nada exprime sobre o ensejo de uma política museológica. Diante desse limite, coube buscar um espaço dentro do campo para fixar o olhar para as relações entre os agentes e instituições, a fim de compreender se havia entre eles o interesse na construção de políticas museológicas antes de 2003.

A noção de campo que ampara a pesquisa esteve sempre associada a definição de Pierre Bourdieu e, diante dessa orientação teórica, vislumbrei a possibilidade de alicerçar a pesquisa a partir da trajetória de um indivíduo. Busquei objetivamente alguém que tivesse as características recomendadas por Bourdieu, quanto ao destaque da atuação desse agente nas disputas de sentido no interior do campo. Observei também outros aspectos que importantes para a pesquisa, como a identificação de uma trajetória que considerasse de vanguarda, num recorte temporal que permitisse observar o máximo de movimentação no campo museológico. A decisão pela trajetória de Waldisa Rússio foi a resposta a essa busca metodologicamente orientada. Tendo vivido profissionalmente o campo nos anos 1970 até 1990, Waldisa acompanhou o adensamento da área, com a criação de cursos, regulamentação da profissão, criação de associações, início da formulação teórica a respeito da Museologia, repercussão no Brasil da noção de função social de museus etc. Esse foi certamente o período com mais acontecimentos nesse chamado campo museológico, antes de 2003.

Além de possibilitar uma vista panorâmica para observar o campo, a trajetória de Waldisa Rússio também favoreceu a possibilidade de análise porque ela tocou diretamente diferentes relações na área: formação, associação profissional, formulação teórica, relações internacionais, debate sobre políticas públicas e a

questão da regulamentação da profissão. A possibilidade de realizar a pesquisa foi favorecida pela existência de referência bibliográfica a respeito desse período da história da Museologia e dos museus no Brasil e da bibliografia que reflete e repercute a atuação de Waldisa Rússio. Do mesmo modo, a viabilidade da análise se confirmou diante da existência de vasto acervo documental, fruto da trajetória profissional de Waldisa, ainda bem pouco pesquisado em 2014.

Diante da necessidade de escolher uma trajetória capaz de exprimir os nexos do campo, foi feliz a identificação de Waldisa Rússio, pela simpatia com seu pensamento e o respeito progressivo por suas ideias. Para favorecer ainda mais o interesse na posição específica da museóloga, trata-se não de qualquer sujeito, mas especificamente de uma mulher, cujas singularidades da trajetória social não podem ser desprezadas.

A noção desenvolvida por Pierre Bourdieu (2012), repetida e ampliada em grande parte de sua produção, compreende que os campos são formados por indivíduos e instituições que partilham interesses e que por isso atuam na construção, manutenção ou transformação da lógica instituída. São grupos sociais específicos, dotados de uma lógica que só tem sentido no interior de cada campo. Interesses diferentes podem conformar campos específicos, que Bourdieu nominou – conforme a natureza dos espaços sociais pesquisados – como campo intelectual, cultural, científico, político, econômico, artístico, literário, entre outros. Conforme a compreensão bourdieuana, no campo se estruturam agentes com diferentes funções: produção, consagração, crítica, legitimação etc. Em torno dessas funções se organizam posições nas quais agem os indivíduos e instituições, sempre relativamente uns aos outros, em torno da obtenção e da retenção de capitais simbólicos. Esses capitais são negociados no interior do campo, com base naquilo que as posições têm a oferecer. São os capitais simbólicos que os agentes cambiam. Para a análise das posições em campo é fundamental problematizar a influência que uma exerce sobre a outra.

O campo museológico observado aqui tem relação direta com o universo profissional que Waldisa Rússio viveu e, por isso, não há a pretensão de uma análise total exaustiva de todas as relações nos anos em questão. A trajetória da museóloga paulistana é potencial para observar movimentos pretensamente nacionais, que tinham repercussão em diversos agentes (indivíduos e instituições) e, por isso, as análises empreendidas, mesmo que circunscritas, são generalizáveis.

Os movimentos do campo museológico dos anos 1970 estiveram fortemente relacionados no Brasil com a elaboração em torno da própria importância dos museus, da Museologia (ambos como reflexo do debate internacional) e da noção de museólogo. São aspectos da busca de uma autonomização, marcados pela construção de marcos definidores, estruturas de controle, adoção de uma terminologia própria, instâncias de consagração e de reprodução. Conforme Bourdieu (2013), a autonomia de um campo é relativa à sua capacidade de refratar a influência que é externa àquilo que é próprio do campo. Essa influência é mais fortemente exercida pelo campo econômico, político e eventualmente também o religioso. Essa autonomia está em permanente negociação, inclusive em razão das concorrências internas. Como o campo não tem limites pré-determinados, são constantes as disputas a respeito de quem (ou o que) está dentro ou fora dele. No campo, o poder de autoridade – a competência reconhecida entre os pares para atribuir legitimidade – é um dos motivos de conflito; trata-se da luta simbólica que se dá entre as posições que atuam pela conservação (reprodução) ou para a transformação daquilo que está instituído (BOURDIEU, 1996, p. 79).

Privilegia-se aqui a análise das relações entre os agentes que tinham ou pretendiam ter alcance nacional no campo museológico. Utiliza-se a noção de campo sempre com a compreensão bourdieuana. Faz-se alusão a uma divisão territorial (como artifício) para facilitar a análise e sua compreensão. Deste modo, ao referir ao campo paulista, associam-se os indivíduos e instituições que estão situados nesse estado e que defendem interesses com esse alcance. Igualmente, ao referir ao campo nacional, relacionam-se os agentes (indivíduos e instituições) que têm potencial e interesse de interlocução com vários estados. Refere-se também ao campo internacional, usando o mesmo raciocínio.

Indivíduos e instituições são considerados agentes, ou seja, entes potentes e, ao mesmo tempo, suscetíveis a determinadas condições sociais, culturais e econômicas. Os agentes que interagem no campo museológico são essas potências em curso. Podem se aliar ao que está instituído ou, ao contrário, buscar transformar a ordem naturalizada. Diante dessa espécie de decisão – que está marcada tanto pela potência quanto pelos limites – esses agentes ajudam a constituir posições. Essas posições, aliadas ao desejo de conservação ou de transformação, servem para criar e fixar noções, regras, definir níveis de certificação, para divulgar, fiscalizar etc. Mesmo as posições discordantes – marcadamente pela diferença entre a conservação e a transformação – constroem-se umas em relação às outras. Essa relação produz movimentação no campo.

Diante desta exposição, esta pesquisa realiza a análise das posições instituídas, relativamente àquelas que Waldisa Rússio marcou no campo museológico. Além das referências bibliográficas e fontes documentais, também se recorreu à realização de entrevistas com pessoas do seu círculo social e profissional próximo. As fontes, de um modo geral, favoreceram o entendimento de como a construção de políticas públicas de cultura na década de 1980 esteve associada a uma dimensão política, de reestruturação das relações democráticas. Em torno disso, figuraram a importância da noção de participação e ampliação conceitual da ideia de preservação, que incidu diretamente sobre o campo do patrimônio. No campo museológico, no entanto, essas transformações não foram tão expressivas, passíveis de serem observadas apenas por meio da atuação de alguns agentes e de contadas vezes em que o tema “política museológica” virou pauta.

Diante desses aspectos gerais, esta tese se divide em quatro (04) capítulos. A seguir apresentam-se os principais aspectos neles abordados:

- Capítulo 1 – Fundamentos para a análise.

Inicia-se com a fundamentação teórica e metodológica da pesquisa, evidenciando quais são as principais referências a partir das quais a análise se estrutura. Identificam-se os objetivos e se explica a opção metodológica que resulta no conteúdo dos demais capítulos. Justifica-se a escolha do estudo de trajetória, a adoção da prosopografia, a partir das referências a esse respeito. Identifica-se os aspectos que justificam a escolha da trajetória de Waldisa Rússio. Destacam-se as fontes e arquivos consultados, tomando em conta a especificidade dos arquivos pessoais, à luz da literatura especializada. Apresenta-se o perfil das entrevistas realizadas e se explicita a forma de análise a partir destas fontes. Justifica-se o recorte temporal, a fim de favorecer a desnaturalização das posições. Evidencia-se também como a análise das relações em campo pode fornecer meios para compreender os conceitos e sentidos que estiveram em disputa na área museológica.

- Capítulo 2 - Waldisa Pinto Rússio Camargo Guarnieri.

Dedicado a objetivar aspectos da vida pessoal e profissional de Waldisa Rússio Camargo Guarnieri. Situa-se sua trajetória, com relação à família, formação e experiência profissional. Destaca como suas “vocações” estão relacionadas à sua condição social. Enfatiza-se aspectos de sua trajetória enquanto mulher, num contexto em que o acesso de mulheres ao ensino superior e ao mercado de trabalho era ainda mais dificultado. São comparados dados de sua biografia (tais como nascimento, origem familiar, localização, formação, profissão) com a biografia de outras mulheres a

fim de problematizar o contexto social em que sua trajetória emerge. Observa-se como características pessoais de Waldisa – a exemplo de seu comportamento ativo e expansivo – esteve associado à posição muitas vezes combativa que ela assumiu em campo. Associa-se a sua formação à sua ascensão profissional e ao reconhecimento que Waldisa Rússio recebe de seus pares. Observa-se como a rede de relações desenvolvida em São Paulo influenciou em sua trajetória. Destaca-se também sua atuação docente e como, por meio do trabalho em diferentes cargos e instituições, a museóloga desenvolveu uma relação de ressonância com um grupo da Museologia nacional, especialmente em São Paulo.

- Capítulo 3 – O campo museológico brasileiro.

Situam-se as principais instituições e agentes que estão na relação profissional de Waldisa Rússio no campo museológico dos anos 1970 e 1980. São destacados principalmente os cursos de Museologia, as associações profissionais de São Paulo, Bahia e a nacional e o Comitê Brasileiro do ICOM. Evidencia-se como Waldisa Rússio adentra o campo museológico paulista e observa-se como isso se reflete na sua produção textual e acadêmica. Analisam-se as estratégias que Waldisa Rússio utiliza para se inserir e se destacar no campo museológico nos anos 1970.

- Capítulo 4 – A política no campo museológico

Faz-se uma análise e comparação entre as visões instituídas em campo a respeito de museu, Museologia e museólogos, destacando as instituições e agentes mencionados no capítulo anterior. Observa-se o quanto essas visões cooperam para a manutenção da ordem instituída ou para a sua transformação. São evidenciados dissensos do campo museológico que ora exprimem a valorização dos conhecimentos técnicos, ora dos conhecimentos teóricos. Observa-se as especificidades da atuação de Waldisa Rússio, relativamente ao campo internacional, aportando capitais simbólicos em suas relações no Brasil. Diante do acúmulo das análises anteriores, observa-se como no período em questão houve a transformação da noção de patrimônio e como isto no Brasil esteve implicado na construção de políticas de cultura, no contexto da redemocratização. Analisa-se, por fim, como Waldisa Rússio atuou com relação a esta transformação da noção de patrimônio e de preservação e como isso se transporta para o campo museológico.

Conforme se observará, a partir da teoria e metodologia explicitada a seguir, a hipótese que orienta a pesquisa é que a atuação de Waldisa Rússio foi uma exceção no campo museológico de sua época. Essa excepcionalidade diz respeito a sua visão política e social, que fazia com que aspectos externos ao campo fossem tratados por

ela como centrais. Inversamente, no movimento de autonomização nos anos de 1970 e 1980, o campo museológico centrou seus esforços nos seus aspectos internos, a exemplo da regulamentação da profissão. A questão inicial que suscitou a pesquisa (que era se o campo museológico havia formulado política museológica antes de 2003), responde-se de modo afirmativo a partir da trajetória de Waldisa Rússio. Entretanto, esta também oportuniza observar que esse movimento foi circunstancial, mesmo diante de um contexto de reconstrução da estrutura político-administrativa do país.



# **CAPÍTULO 1**

## **FUNDAMENTOS PARA A ANÁLISE**

Neste capítulo explico as questões que nortearam a elaboração da pesquisa. Admitindo que o recorte escolhido influencia as análises realizadas e estas, por sua vez, os resultados alcançados, busco comunicar os aspectos teóricos e metodológicos que estruturaram a investigação. Explicito o caminho que foi construído – a partir do diálogo com autores, documentos e pessoas que acompanharam o processo – para relacionar os temas, que dão base para as análises nos demais capítulos.

### **1.1 Desenho da pesquisa**

A noção de patrimônio que embala a ideia de acervo, de preservação, de bem cultural, tem relação com a seleção daquilo que é representativo de uma identidade coletiva<sup>1</sup>. Tomado como referência cultural, pode servir para o estudo da sociedade que o produz material e simbolicamente e pode também ser observado como expressão das relações que atribuem ao bem esse caráter de singularidade. Nada contém em si mesmo a essência do valor patrimonial. Essa condição é sempre forjada com base na decisão de um grupo de indivíduos, apoiada em princípios técnicos, administrativos e jurídicos. Tanto os indivíduos quanto os princípios são orientados por objetividades e subjetividades, motivados por ideologias, crenças, filiações intelectuais e políticas. No campo museológico, assim como no campo do patrimônio, acervos e museus instituem-se de acordo com uma determinada visão sobre o que é digno de ser guardado, conservado, documentado, pesquisado e exposto. Diversos são os agentes que podem influenciar na elaboração dessa visão: uma pessoa, grupo, instituição, lei ou órgão administrativo. De um modo geral, o que é considerado digno de ser preservado nos museus brasileiros resulta de critérios formulados, reconhecidos, legitimados, ensinados e certificados entre esses agentes e instituições. Esses critérios são afirmados como expressão de verdade natural, a tal ponto que servem para julgar aquilo que é ou não parte deste campo museológico, como se isso fosse um valor absoluto.

Historicamente se observa que aquilo que é considerado patrimônio se institui a partir de determinados valores. Em linhas gerais, esses valores estiveram relacionados no mundo ocidental (e por transferência aos países colonizados) à capacidade do bem em questão representar historicamente um determinado contexto social. O valor de patrimônio e de preservação também esteve relacionado à sua excepcionalidade. No caso dos museus, esse valor pode se instituir a partir da raridade, especificidade e exemplaridade (como no caso das coleções dos museus de coleções naturais) e também da raridade ligada à ideia de unicidade, originalidade, daquilo que é extraordinário, como nos tradicionais museus históricos. Na tônica do

---

<sup>1</sup> Identidade que é sempre processual, está sempre em negociação, é circunstancial e inconstante.

campo museológico nacional até os anos 1970 o valor predominante para que algo fosse considerado digno da preservação deveria movimentar estas dimensões, estruturantes então na própria noção de patrimônio: histórico e artístico. Com coleções formadas a partir de uma elite econômica e cultural, são seus os valores que predominam na elaboração da noção de patrimônio. Esses valores são operados no campo museológico e naturalizados, como se exprimissem uma noção universal de História e Arte ou como se a sua exemplaridade não fosse forjada pelas condições sociais que produziram aquele bem material. Quanto mais centrada na materialidade daquilo que se preserva, mais se valoriza sua dimensão de artefato raro, excepcional em sua técnica e qualidade estética.

Esses valores (atribuídos aos objetos e alinhados para exprimir a razão de preservar), são transferidos em alguma medida para o campo museológico. É tal como se operar com o excepcional fizesse dos profissionais e instituições do campo, agentes excepcionais, com um conhecimento especial, raro e indispensável à preservação. Nessa transposição de sentidos, a defesa pela preservação se confunde com a defesa pelo campo da preservação. A partir da década de 1970, os valores da preservação estiveram em transformação, relacionados a sua capacidade de evocar contextos históricos que não emanavam mais apenas da elite econômica.

Diante dessa reflexão, a pesquisa se originou do interesse em desnaturalizar esses valores e sentidos cimentados no campo, a fim de problematizar como os agentes internos colocaram em disputa a sua visão sobre museu e Museologia, observando as estratégias para fazer com que essas perspectivas fossem conhecidas e tomadas como expressão de verdades. Para a elaboração da problemática, ao invés de uma tese panorâmica, optou-se por um estudo temporalmente circunscrito. Pela influência da sociologia de Pierre Bourdieu, procurou-se um ponto específico para observar as relações no interior do campo. De acordo com a teoria e metodologia bourdieuana, é possível realizar um estudo como este pela análise da trajetória de um indivíduo, desde que as condições desse agente no campo justifiquem o esforço. Buscou-se um agente que além de influente tivesse participação nas elaborações em torno da dimensão política do campo. Inclinada a buscar não um agente qualquer, mas uma agente – num campo supostamente feminino – a escolha foi estruturar a pesquisa considerando a trajetória de Waldisa Rússio Camargo Guarnieri, por meio da análise de sua relação com demais agentes no campo museológico.

Compreende-se o campo museológico como um campo cultural, que no Brasil esteve e está representado por museus, cursos de formação em Museologia, entidades de representação de classe e outras instituições que ora são mais ou menos

influentes, de acordo com o contexto. O estudo por meio de Waldisa Rússio possibilitou a análise de um período fundamental no processo de autonomização desse conjunto de relações, entre os anos 1970 e 1990. A criação de cursos, o aumento do número de museus, a criação de entidades, a regulamentação da profissão, são evidências de uma correspondência ativa entre os agentes neste período. O recorte diz respeito à trajetória de Waldisa Rússio na interlocução com outros profissionais da Museologia brasileira e estrangeira. Optar pela trajetória de Waldisa Rússio trouxe também a possibilidade de observar as homologias entre o campo museológico e o campo cultural num contexto geral, em que o sentido daquilo que deveria ser considerado como bem cultural passou por significativas transformações, refletindo um debate internacional que no Brasil coincidiu com a redemocratização, conforme o texto da Constituição Federal de 1988 evidencia.

Waldisa Rússio Camargo Guarnieri iniciou sua interlocução profissional com os museus e com a Museologia no estado de São Paulo. Foi mentora, diretora e professora do Curso de Museologia e do Instituto de Museologia da Fundação Escola de Sociologia e Política (FESP, atual FESPSP). Pesquisou, publicou textos, ministrou conferências no Brasil e no exterior e participou da formulação de políticas públicas. Sua carreira na Museologia, entre 1970 e 1990, ano de seu falecimento, constituiu-se desde diferentes lugares: pensou teoricamente a Museologia a partir da academia; interagiu com o campo fora do Brasil, inclusive por meio do Conselho Internacional de Museus (ICOM); debateu a regulamentação da profissão na década de 1980; projetou e concebeu museus; criou e dirigiu associações em São Paulo e influenciou diretamente a formação de uma geração de profissionais. Em cerca de 20 anos, ela assistiu e protagonizou a criação de espaços de interlocução que incrementaram o campo museológico com relação às décadas anteriores.

Qual o propósito de estudar as relações que se desenvolvem no campo museológico? Como se sabe, os museus são instituições que há séculos exprimem sínteses e representações das sociedades. Enquanto instituição pública, especialmente, foi e é um instrumento de influência do gosto cultural. A Museologia, como um conjunto disciplinar, é mais recente, mas também é igualmente implicada na formação do gosto, em tudo que ela toca o fazer dos museus, no mínimo. Enquanto campo de conhecimento, está sujeita às questões que atravessam todos os campos análogos: onde investir tempo, recurso, pesquisa, em quais temas, por quais meios, para criar ou reforçar tais e quais teorias etc. A produção da memória, do gosto cultural, a consagração de uma determinada expressão cultural, bem como a produção de verdade nas ciências e nos campos do conhecimento em geral, nada

disso deve ser naturalizado. Na perspectiva bourdieuana, os campos tendem ao movimento de reprodução da ordem instituída. O paradigma se estratifica, modelos explicativos se consolidam e organizam o pensar e o fazer de gerações de agentes atuantes dentro daquele campo. Em nome da reprodução, pela permanência de modelos explicativos, se refutam direções que poderiam aportar novos conhecimentos e outras práticas. Uma parte importante da lógica vivida em qualquer campo é a capacidade de convencimento, de naturalização dessa ordem instituída. Funda-se uma crença que possibilita que os agentes em um campo atuem com certa coesão e coerência, operando as regras às vezes como se fossem dogmas.

A Museologia e os museus não podem ser dissociados da visão de mundo daqueles que os forjam. Os conceitos, por mais técnicos e operativos que possam ser, são oriundos de uma construção que nunca é apenas teórica e científica. São carregados das subjetividades do seu contexto de elaboração. A configuração de um campo, na perspectiva das relações estabelecidas, é diretamente proporcional àquilo que é tomado como expressão de verdade, de saber autêntico, que justifica e impulsiona um exercício formalmente autorizado. O estudo dessas relações é uma opção para desnaturalizar as representações que os campos produzem. A elaboração teórica de Bourdieu auxilia essa contextualização da lógica do campo.

Para fins semelhantes é admissível que outros pesquisadores prefiram a comparação entre os conceitos concorrentes ou concomitantes de autores da Museologia, ou mesmo a análise de um só conceito em sua profundidade teórica. São opções metodológicas diferentes, com a mesma chance de êxito, na medida em que forem capazes de problematizar a lógica sustentada no campo, ao invés de contribuir para a crença no seu sentido absoluto e natural, como o movimento dominante em campo tende a estabelecer. Objetivar os agentes por meio de suas relações é fundamental para não incorrer – sem sequer perceber – em uma análise cujos resultados já estão comprometidos, de saída, com a lógica estabelecida. Se há uma compreensão fechada sobre o que é o museu, Museologia e sobre de quem é a competência verdadeiramente museológica para operar com esses elementos, então já se trata de uma visão alicerçada no campo.

A designação de museólogo é um dos aspectos que pode exemplificar a relação de forças no interior do campo. Isso transpareceu desde a década de 1960 e foi retomado com força na década de 1980. Longe de exprimir um consenso, o reconhecimento dessa competência propriamente museológica foi motivo de desacordo entre agentes que tinham visões específicas sobre qual era o fundamento dessa atividade. Ser reconhecido como museólogo pelos pares significava estar ou

não autorizado para falar em nome do campo. Conforme o marco legal instituído em 1984<sup>2</sup>, o exercício da profissão passou a ser privativo daqueles que cursam graduação, mestrado ou doutorado em Museologia e dos que, até a assinatura da Lei, comprovavam ter 05 (cinco) anos de atividade técnica e prática. Na lógica interna do campo, no entanto, os diferentes meios de se tornar museólogo implicavam (e ainda implicam) níveis diferentes de aceitação e atribuição de valor à formação.

Waldisa Rússio esteve diretamente envolvida nessa questão. Ela, que tinha bem mais de 05 (cinco) anos de profissão à época, foi (e é) eventualmente considerada como um agente na fronteira do campo, especialmente por não ser graduada em Museologia, apesar de ter sido a ministrante dessa disciplina por 12 anos. Sobre a disputa em torno desse capital simbólico, não cabe debater a competência museológica dos agentes em campo. Coube sim analisar os argumentos que os agentes estruturam para autorizar ou desautorizar esses lugares de fala.

Em situações diversas no debate contemporâneo no campo, ouvi a referência a Waldisa Rússio como “não museóloga”, ou “museóloga, mas” argumento que geralmente destaca sua formação em Direito e aproximação com a Sociologia. Sem meios para investigar esses episódios contemporâneos, parece que eles se ligam à valorização da graduação em detrimento da pós-graduação como espaço legítimo de formação. Vale destacar, inclusive como evidência da porosidade da questão, que Waldisa Rússio não apenas obteve registro de museóloga fornecido pelo Conselho Regional de Museologia (COREM) em São Paulo, como participou diretamente da estruturação e gestão do Conselho Federal (COFEM), após a regulamentação da profissão.

---

<sup>2</sup> Brasil. Congresso Nacional. Lei nº 7.287, de 18 de dezembro de 1984. Diário Oficial da União, 19 de dezembro de 1984, Seção 1, p. 19033.

Figura 1 - Registro de Waldisa Rússio no Conselho Regional de Museologia, em 1986.

12

REGISTRO N.º 012

Nome Waldisa Rússia Comarego Quaresma  
 Filiação WALDEMAR RUSSEIO  
11A SIMOET PINTO RUSSEIO  
 Função Museólogo  
 Estabelecimento \_\_\_\_\_  
 Data do Registro 26 de 3 de 1986 Processo D. R. T. n.º 24440  
7339/86

Documentos Apresentados

Certificado de habilitação Museu da Casa Beatriz, Secr. de Est. de Ind. Com. Cienc. e Tecnologia e dos Impedidos  
 Carteira de identidade n.º 1.974.275  
 Carteira profissional n.º \_\_\_\_\_ da Série \_\_\_\_\_  
 Observações: dipl. esp. / Fac. de Direito, reg. no MEC sob n.º 30913, av. 8-30, 1110  
Reg. esp. no art. 2.º, inciso IV e ad. 23 do Dec. 91.775/85 q. reg. a Lei 7264/84

Obs: Registro Convalidado a Semelhança dos Registros n.º 1 e 2 do J. em 13/06/88

Tabcom em 12/06/90

2007  
 2002  
 2007  
 2002  
 2007  
 2002

Fonte: Conselho Regional de Museologia, 4ª Região.

Há um movimento recente de interesse pela história da constituição daquilo que está em torno dos museus e da Museologia, que tem se refletido em pesquisa e constituição de fontes, especialmente arquivísticas. Com o aumento da investigação surgem temas, outros pontos de vista e novos contextos a serem problematizados. Paulatinamente iluminam-se os personagens e as instituições, que passam a ser pensadas em processo, como se observa pela bibliografia de referência citada ao longo do trabalho. A presente pesquisa se une a esse ensejo de produção da história da área no Brasil. Como contribuição específica e pretensamente inédita, considera-se ter podido analisar a relação entre algumas instituições do campo museológico, de modo abrangente, favorecendo a observação da trajetória de Waldisa Rússio, criando

com isso um contexto complexo a partir do qual se pode compreender seu pensamento.

Os estudos sobre Waldisa Rússio também são recentes no campo. E, mesmo diante da importância que autores lhe atribuem – a exemplo de Maria Célia Teixeira Moura Santos (2002) e Manuelina Duarte Cândido (2003) –, a dispersão original de seus textos pode ter limitado uma visão panorâmica do seu pensamento e atuação. Esse contexto apenas recentemente pôde começar a se reverter, com o livro organizado por Maria Cristina Oliveira Bruno (2010, v. 1 e 2). Os documentos legados pela trajetória de Waldisa Rússio também não foram ainda integralmente pesquisados. Ao investigar essas fontes, coopera-se também para o reconhecimento de sua importância no campo museológico, buscando não incorrer na construção de uma imagem mitificada e desconectada de seu tempo social.

Ainda que o Instituto de Museologia de São Paulo, da FESP, tenha se encerrado em 1996, é importante ter em conta que expoentes desse contexto estão presentes na Museologia nacional e mundial. Isso evidencia que o cenário que Waldisa protagonizou em São Paulo prolongou sua influência, para além dela própria, da duração do Curso de Museologia e das outras instituições que fundou e dirigiu. Outro aspecto fundamental é que pela observação da trajetória de Waldisa Rússio Camargo Guarnieri foi possível problematizar a projeção de uma perspectiva política em torno dos museus (e, por conseguinte, da Museologia), algo que no contexto dos anos 70 e 1980 não encontrava ressonância em todos os agentes e instituições. Os anos em questão trouxeram um panorama importante, especialmente em razão de um novo momento de debate quanto aos direitos culturais, o que afetou a noção oficial de patrimônio (MENESES, 2009) e Waldisa esteve relacionada com esse debate.

Considerando que Waldisa Rússio é o mote principal da pesquisa, talvez o leitor se canse ao ver seu nome tantas vezes repetido. Cabe uma ressaltava: para a fluidez do texto, buscou-se uma combinação de clareza e de entonação, que ora parece exigir todos os sobrenomes, ora sua assinatura antes de se casar e, mais frequentemente, apenas o primeiro nome. Evitou-se o uso de iniciais para que Waldisa não parecesse um ente, uma instituição distanciada e idealizada. Ao ser citada com a aparente intimidade do primeiro nome, o desejo não é forçar uma proximidade interpessoal que não existiu. A ligação possível por meio da pesquisa foi essencialmente com a posição por meio da qual ela se relacionava no campo museológico.



A noção de posição aqui, que também está orientada pelo uso da teoria bourdieuana, exprime a situação, a condição de fala, a noção de autoridade (BOURDIEU, 2013), construída no campo. As posições se estruturam em torno de suas funções em campo e se orientam, umas relativamente às outras, por um desejo de transformação ou conservação da lógica instituída em campo. Quando se alude às posições de Waldisa Rússio, refere-se a esses aspectos, ou seja, às funções que ela (e as instituições que dirigiu) exerciam, de acordo com a condição de fala, relativamente a outros determinados agentes (indivíduos e instituições). A posição de campo de Waldisa Rússio e as demais são perpassadas pelas suas relações, opiniões que sustentava e os consensos que firmava, dentro e fora do campo. No uso que se fez na pesquisa da noção bourdieuana, é como se a posição fosse uma espécie de mosaico a partir da qual a museóloga se representa, é vista e identificada no campo.

## **1.2 Objetivos**

O objetivo geral é analisar o campo museológico brasileiro entre os anos 1970-1990 e por meio do exame da trajetória de Waldisa Rússio Camargo Guarnieri, observar como se estruturam posições de reprodução e de transformação das estruturas sociais.

Decorrem os seguintes objetivos específicos, que refletem os passos da pesquisa, bem como a organização dos capítulos da tese:

- Contextualizar a trajetória de Waldisa Rússio Camargo Guarnieri;
- Situar os agentes no campo museológico e analisar como Waldisa Rússio se inseriu nesta conjuntura;
- Identificar as disputas no campo, em torno das noções de museu, Museologia e museólogo;
- Refletir sobre as transformações políticas e conceituais quanto à preservação nos anos 1970-1990, associando o campo museológicos ao do patrimônio.

## **1.3 Referências e teorias**

Dentre os autores que historicizam a Museologia, variadas perspectivas vêm sendo utilizadas, resultando em narrativas que dão conta de aspectos particulares da sua constituição no Brasil. Nesse sentido destaca-se, por exemplo, a tese de Luciana Menezes de Carvalho (2017), e textos de Bruno Brulon Soares, Luciana Menezes de Carvalho e Henrique de Vasconcelos Cruz (2014), Tereza Scheiner (2013) e Diana Farjalla Correia Lima (2013), que abordam a Museologia com foco no campo disciplinar. Guardadas as peculiaridades do trabalho de cada autor, seus estudos têm

como orientação o debate sobre o uso do termo museologia e sua formulação conceitual, a precisão de termos e conceitos utilizados no campo e a Museologia como um corpo estruturado de conhecimentos teóricos. Nessa compreensão, o campo existe (ou se estrutura) na medida em que a Museologia é mais disciplinarmente pensada. É recorrente que se adote como via de observação do campo as instituições sediadas no Rio de Janeiro, a exemplo do Museu Histórico Nacional e o Curso de Museus/Museologia e, fora do Brasil, o Conselho Internacional de Museus. A perspectiva adotada neste trabalho é diferente desta, o que não impede a interlocução com estes autores.

Em termos das referências, há que se considerar também que a alusão ao campo nem sempre está lidando com o conceito de Pierre Bourdieu. E, mesmo quando a noção é a bourdieuana, pode haver diferentes formas de comprometimento com a estrutura desse pensamento teórico. Observemos a perspectiva de Soares et al. (2014) em artigo intitulado “O Nascimento da Museologia: Confluências e Tendências do Campo Museológico no Brasil”:

Considerando que um campo pode ser entendido como “uma rede ou configuração de relações objetivas entre posições, pode-se falar, nesse sentido, que os agentes antecederam o campo dito “museológico” no Brasil, uma vez que foi a formação de profissionais com essa titulação que levou à definições de posições – profissionais, acadêmicas, políticas. É, portanto, quando já se tinha museólogos formados (ainda que eles não recebessem essa nomenclatura) que passa a existir uma “Museologia” como campo independente para além do universo do Curso de Museus – onde ela existiu como um campo de estudos e pesquisas em primeiro lugar. Hoje, não é museólogo no Brasil quem não tem a formação em um curso universitário, e por isso a mesma lógica permanece. (SOARES, et. al. 2014, p. 256, 257).

Tomando como referência a concepção bourdieuana, os autores atribuem a definição de posições profissionais, acadêmicas e políticas a uma consequência da formação profissional (e, na argumentação do texto, ao Curso de Museus). Como Bourdieu evidencia, no entanto, as posições são objetivas, mas sempre relativas umas às outras e nessa compreensão teórica e analítica, as posições não decorreriam do Curso de Museus. Por hipótese, a existência de museus pode ser considerada a mola propulsora para a formação e esta, a da associação de profissionais e por aí vai. As posições no campo – que se estruturam em torno da competência de produção, reprodução e divulgação das noções validadas – no entanto, vão se organizando sempre relativamente umas às outras, em diálogo mais aberto ou mais fechado com outros campos. Como veremos ao longo da tese, ainda que instituições tenham sido

gestadas a partir do ambiente do Curso de MHN, as posições relativas atuantes na década de 1970 e 1980 não eram todas concordantes, algumas se estruturaram justamente ocupando um vácuo de crítica à tradição, aspecto que Waldisa Rússio protagonizou.

Na década de 1960 Pierre Bourdieu esteve à frente de pesquisas voltadas a problematizar a ideia de reprodução social. Em “A Reprodução – Elementos para uma teoria do sistema de ensino”<sup>3</sup>, Bourdieu e Jean-Claude Passeron (2014) analisaram como o sistema de ensino francês era responsável pela manutenção da ordem social instituída, por meio da legitimação de determinados valores, em detrimento de outros. Na perspectiva dos autores (especialmente de Bourdieu, que persistiu nesse argumento), a escola, no contexto do ensino regular, é uma das instituições que forma consensos sociais sobre a importância atribuída às coisas. A instituição escolar ocupa socialmente o lugar de transmitir determinados conteúdos, como se eles fossem a essência de um conhecimento que é naturalmente fundamental. A escola não é apenas o lugar de transmissão desses conteúdos, mas também seu espaço de certificação. O papel fundamental da escola se cumpre na medida em que o nível de conhecimento desses conhecimentos é aferível e certificado em termos de séries letivas e diplomas. Na compreensão dos autores, esse mecanismo de reprodução, que envolve fundamentalmente a escola e a família é auxiliado por outras instituições sociais, a exemplo do museu.

Essa perspectiva de Bourdieu foi criticada em alguns centros de pesquisa, percebida como uma sociologia pessimista e reprodutivista, que compreendeu a reprodução como uma cilada sem escapatória. Na década de 1990, no entanto, respondendo a esse respeito, o sociólogo afirmou que ao enunciar como as coisas eram não estava dizendo como elas deveriam ser. Acrescentou que considerava revolucionário o seu ato de revelar as engrenagens que naturalizam coisas que não são naturais (apesar de assim se afirmarem) e que a reprodução não é uma condição inevitável, ainda que favorável (BOURDIEU, PASSERON, 2014, p. 11). Ou seja, estava em questão a análise dos sistemas de reprodução que caberia criticar em termos da estruturação e funcionalidade ou não de modos de dominação, estando em jogo a análise sociológica e não o endosso de práticas reprodutivistas. Em grande parte de sua obra, exercitando a noção de campo, o autor trouxe a ideia de reprodução em contraposição à ideia de transformação. Em sua perspectiva os movimentos constantes de transformação são freados por movimentos ainda mais constantes e estruturados de conservação, manutenção e reprodução.

---

<sup>3</sup> Publicado originalmente em francês no ano de 1970. Primeira edição no Brasil em 1975.

A relação entre reprodução e transformação foi um dos aspectos que Bourdieu (2013) enfocou ao analisar os campos. Na perspectiva do autor, um campo é o resultado da relação entre diferentes agentes, em torno de um contexto específico, com regras próprias, e em permanente tensão entre transformação e reprodução. Diferentes indivíduos e interesses (profissionais ou não) conformam campos diversos: religioso, literário, campo do direito etc. Estes cultivam uma linguagem exclusiva (termos técnicos, jargões, expressões), meios específicos de ascensão (diploma, crítica, formação, reconhecimento público), valores próprios etc. Na perspectiva bourdieuana, o interior do campo não é necessariamente regido pela lógica econômica geral que embala a sociedade capitalista. O lucro não é necessariamente o capital que mais se busca, especialmente em se tratando do campo cultural e intelectual. Nesses, de modo especial, o valor econômico não só não é preponderante, como muitas vezes é negado. O valor propriamente cultural, que é o maior capital simbólico desse campo, não se forma a partir do seu preço, do seu custo, do pagamento atribuído, do volume de dinheiro que circula e emprega. Um exemplo recorrente nesse sentido é o caso de determinados artistas que alcançam expressão de venda de seu produto cultural (livro, quadro, escultura, música etc), mas que não alcançam reconhecimento do mérito do seu produto junto a outros produtores e entre os críticos. Assim, ainda que haja homologias entre o mercado de bens simbólicos e os mercados econômicos, o valor propriamente cultural se forma pelo reconhecimento de mérito que os pares atribuem (BOURDIEU, 2013). Isso não significa, no entanto, que o capital econômico não seja um fator importante para impulsionar posições em campo, mas, com seu valor denegado, a importância desse capital é dissimulada.

De acordo com seu movimento interno, o campo é relativamente capaz de refratar (conforme a ideia de refração de luz da Física) a influência vinda de outros campos, outros contextos sociais. Assim se exprime, de modo sintético, a noção de autonomia de um campo. Quanto mais suscetível à influência do contexto externo, menos autônomo. Esse processo de autonomização possibilita que os campos sociais estabeleçam uma dinâmica própria que atende aos interesses dos próprios agentes do campo, em detrimento muitas vezes da função que discursivamente assumem ou poderiam assumir. Por exemplo: as pesquisas mais disputadas num campo científico não tem necessariamente relação com a necessidade social daquele conhecimento, mas com a valorização e reconhecimento dos pares sobre determinados temas, mesmo que seu impacto social no presente seja difuso ou nulo.

O grau de autonomia do campo pode ser medido pela importância do efeito de retradução ou de refração que sua lógica específica impõe

as influencias ou aos comandos externos e à transformação, ou mesmo transfiguração, por que faz passar as representações religiosas ou políticas e as imposições dos poderes temporais (a metáfora mecânica da refração, evidentemente muito imperfeita, vale aqui apenas negativamente, para expulsar dos espíritos o modelo, mais impróprio ainda, do reflexo). (BOURDIEU, 1996, p. 249)

Além da noção de campo, com a questão da autonomia e os movimentos de reprodução e transformação, outro aspecto da teoria bourdieuana que auxiliou o desenvolvimento da pesquisa foi a noção de “habitus”. Segundo Bourdieu, diz respeito aos sistemas de esquemas interiorizados que engendram os pensamentos, percepções e as ações que caracterizam uma cultura (BOURDIEU, 2011, p. 349). Observar os agentes por meio do habitus auxilia perceber as constâncias, as recorrências de determinadas características em determinados grupos ou classes sociais. Assim, foi importante analisar em que medida a trajetória de Waldisa Rússio correspondeu à expectativa de um determinado destino social, engendrado na cultura em que ela se inseria, por classe, pela família e pela educação. De outro modo, Bourdieu também observou que o habitus compreende a iniciativa, a força autônoma do agente que despende energia para escapar ou para evitar o destino social. O sociólogo afirma que essa noção deseja também pôr em evidência a capacidade criadora, inventiva e ativa do agente, diante de uma disposição incorporada, quase postural (BOURDIEU, 2012, p. 67).

### **1.3.1 Campo museológico: o exercício a partir do conceito**

A noção de campo utilizada como teoria orientou a escolha do método, que se estruturou na compreensão de que em torno da Museologia e dos museus se instituem e sobressaem determinados agentes. A relação entre esses agentes estrutura o campo museológico. Desse campo fazem parte: museus, cursos de Museologia, associações, conselhos, programas e afins. São agentes que representam diferentes condições e posições no campo. As relações entre eles põem em câmbio os capitais simbólicos que apenas alguns agentes acumulam. O índice de relação entre os agentes (instituições e indivíduos) não foi e não é estável e estático. A relação entre os cursos de formação em Museologia e os museus, entre os museus e as associações de museólogos e outras representações de classe são sempre dinâmicas e relativas. Dependem às vezes de contextos mais amplos e, às vezes, de estímulos específicos, como a oportuna condução de uma liderança individual.

Compreender as relações em torno da Museologia como um campo não serve para lhe creditar como mais ou menos legítima em termos do conhecimento produzido ou para certificar uma data supostamente verdadeira para seu princípio. Pode-se considerar que no Brasil há relações em torno de museus desde que se fundou a primeira instituição deste tipo. É importante também considerar que existem relações em torno da Museologia, desde 1932, com a fundação do primeiro curso no MHN. Mas vale questionar: o campo estaria formado sem a participação de instituições de representação de classe para debater e fazer regular o perfil profissional envolvido? A prevalência de determinados agentes e instituições resulta da dinâmica da cada campo. Nas pesquisas sobre a arte, por exemplo, Bourdieu (2013) observou que o que torna um escritor ou um pintor legítimo para o exercício de sua profissão e o faz consagrado diante de seus pares tem bem menos relação com a formação acadêmica do que com a aprovação dos críticos.

O campo não tem fronteira fixa e isso é estruturante nesta definição. Uma das primeiras regras que os grupos dominantes utilizam na manutenção de sua situação é dizer aquilo que pode ou não ser tomado como algo endógeno e próprio da área. Assim a fala que nega parte do campo é sintomática de uma disputa (em torno do próprio sentido instituído no campo). Para seguir a lógica teórica, para efeito de compreensão desta tese, usamos a noção de valor propriamente museológico<sup>4</sup>, em analogia ao “valor propriamente cultural” (BOURDIEU, 2013, p. 102). Compreende-se que esse é o valor máximo do campo atribuído aquilo que é considerado a verdadeira essência do que é museu, Museologia e do que é ser um museólogo. É um valor que apenas as posições dominantes acumulam e conferem, um capital que não circula igualmente no campo. Só quem possui esse mérito é capaz de conferi-lo, de fazê-lo circular para outros agentes. Mais do que isso, só quem tem esse capital consegue intervir na formulação das regras que indicam que algo tem valor propriamente museológico.

Como dito antes, a teoria dos campos sociais contribui para desnaturalizar a relação entre os agentes. Nessa medida, vale observar que as definições com as quais o campo museológico lida são frutos diretos e indiretos das relações que os indivíduos e instituições estabeleceram em suas trajetórias. Por exemplo, uma determinada definição de museu (mesmo que seja do ICOM), não é uma verdade natural, pois sua construção é relativa à circunstância de sua formulação, à negociação dos membros envolvidos e à prevalência de determinados agentes em

---

<sup>4</sup> Com isso não se está criando um conceito ou uma categoria que tenha validade para além desta pesquisa.

detrimento de outros. Há sempre uma tensão constante entre aqueles que desejam manter seus lugares, suas posições de legitimidade e aqueles que desejam transformar os valores instituídos e colocar novos temas em pauta, inclusive para estarem incluídos na circulação do valor próprio do campo. Desta forma, de acordo com o processo de autonomização, as tensões são tão constitutivas que interferem estruturalmente na produção. O controle da circulação do valor próprio cria um movimento de aparente expansão e retração. O campo tende a se expandir em volume de instituições e indivíduos envolvidos, mas tende também a produzir regras (explícitas ou não) que limitam a participação de algumas dessas instituições e indivíduos.

A regulação é um elemento fundamental no campo e ela se tornará tão mais definidora quanto mais complexas forem as relações e exprimirem desejos diferentes. Esses desejos podem ser pensados como simples pontos de vista, como se expressassem um gosto pessoal, ou podem, como é o caso, serem pensados como representação do habitus dos indivíduos envolvidos. São agentes que constituem e são constituídos pelas instituições que representam. Se a relação entre esses agentes interfere naquilo que eles produzem, então, ao estudar as relações de um campo pode se revelar a lógica que engendra essa determinada produção (Bourdieu, 2012). Olhando as relações entre esses agentes em escala pré-definida é possível examinar recorrências que vistas pontualmente poderiam parecer mero acaso.

Tomando em conta essas questões, para observar o campo museológico optou-se por um período de 20 anos, de 1970 até 1990. Não são anos suficientes para esgotar as análises, mas são representativos de uma ativa interlocução entre os agentes, em razão da criação de novos cursos de Museologia e de associações de classe. Anos em que a regulamentação da profissão foi um tema que motivou a proximidade entre os pares. Período que coincidiu com transformações importantes no campo político e administrativo da cultura no Brasil.

#### **1.4 Metodologia de pesquisa**

Ao definir os objetivos de pesquisa, os meios de realizá-la importam muito para a obtenção dos resultados. Analisar um campo implica em observar seu movimento, na dinâmica de seus agentes, uns em relação aos outros, contemplando o máximo de agentes em um período determinado. Esse é o ideal que precisa ser ajustado às reais condições de execução da pesquisa, especialmente quanto aos recursos disponíveis

para realizá-la. O resultado parece derivar da capacidade intelectual do pesquisador, quando é também produto das condições materiais envolvidas, do número de profissionais implicados, o tempo empregado, os recursos financeiros disponíveis e outros aspectos objetivos.

Diante da necessidade de estabelecer um recorte factível, adequado às condições de pesquisa e que ao mesmo tempo favorecesse uma ampla visão do campo museológico foi que se escolheu a trajetória de Waldisa Rússio Camargo Guarnieri. Em razão de condições particulares, como veremos a seguir, esse recorte possibilita a observação da interação entre vários agentes que tiveram participação ativa na definição do valor propriamente museológico. Inicialmente motivada pela pesquisa de Norbert Elias a respeito de Wolfgang Amadeus Mozart (ELIAS, 1995), a escolha pela trajetória de Waldisa também foi construída a partir da teoria bourdieuana, que admite a possibilidade de observar o campo por meio da análise da atuação de um agente, como Bourdieu mesmo fez com relação a Édouard Manet e Gustave Flaubert. A respeito desse último, na obra “As Regras da Arte”, o autor analisou a estruturação do campo da arte e como Flaubert introduziu novos elementos na relação entre os agentes, nas palavras do sociólogo:

Conhecer como tal esse ponto do espaço literário, que é também um ponto a partir do qual se forma um ponto de vista singular sobre esse espaço, é estar em condição de compreender e de sentir, pela identificação mental com uma posição construída, a singularidade dessa posição e daquele que a ocupa, e o esforço extraordinário que, pelo menos no caso particular de Flaubert, foi necessário para a fazer existir. (BOURDIEU, 1996, p. 15)

Diante disso, tomou-se em conta o ponto de vista de Waldisa Rússio, partindo da análise sobre o contexto por meio do qual a sua perspectiva se estabeleceu, ressaltando elementos que expressam sua condição individual e coletiva.

A utilização da noção teórica de campo influenciou a elaboração da metodologia de pesquisa. Para analisar as relações por meio de Waldisa Rússio, os seguintes aspectos foram tratados como fundamentais: a trajetória pessoal e profissional da agente, sua inserção no campo museológico e as especificidades de sua interlocução com relação a outros indivíduos e instituições no campo. Evidentemente, foi necessários limitar a análise a alguns agentes dos anos entre 1970-1990 e esse recorte foi dado principalmente pela rede de relações de Waldisa Rússio. Certamente muitas instituições ficaram fora deste recorte, mas sabe-se que seria inviável estudar a relação entre todos os agentes em campo.



A metodologia se construiu paralelamente ao tema e a elaboração em torno dos objetivos. Um dos aspectos que serviu de estímulo à realização da pesquisa foi a existência de acervo documental proveniente das atividades de Waldisa Rússio<sup>5</sup>, principalmente o que está sob a guarda do IEB e sob a guarda do Centro de Documentação da FESP. Ambas as coleções carecem de catalogação e, talvez também por isso, tenham sido ainda pouco pesquisadas e, igualmente, pouco lidas de forma sistemática<sup>6</sup>.

O interesse pela pesquisa também se deve ao desejo de realizar a investigação nessas fontes documentais guardadas (em nome do interesse público) que registram uma trajetória público-privada, a partir da qual muitos aspectos podem ser problematizados. Apenas para servir de parâmetro, só no IEB, os documentos são em torno de 25 mil e cerca de 90% deles (cálculo estimado, mas bastante fundamentado) diz respeito à atuação de Waldisa Rússio no campo museológico.

Realizar a pesquisa em um acervo que não está catalogado foi um risco assumido. Na FESP todos os documentos foram lidos, selecionados e fotografados para consulta e análises posteriores. De um modo geral, esses documentos se referem ao Curso/Instituto de Museologia, a Associação Paulista de Museus (ASSPAM) e a Associação de Trabalhadores de Museus (ATM). Mas, assim como na coleção do IEB, acham-se correspondências que tratam de assuntos diversos e que foram enviadas ou recebidas por Waldisa quando ocupava cargos e funções nessas instituições. No IEB foram consultadas as caixas identificadas com o descritivo "Cartas", "Correspondências", "Projetos" e algumas caixas que sem descritivos continham fotos, cadernos de anotação, documentos pedagógicos e administrativos.

Em 2017, tendo sido selecionada no edital do "Programa Institucional de Pesquisa nos Acervos da USP"<sup>7</sup>, além do aprofundamento da análise documental, procedeu-se a descrição de 250 dos exemplares consultados, em sua maior parte, correspondências. Realizar esse trabalho levou a uma comparação mais sistemática da documentação, tanto pela atenção aos detalhes que são demandados para o

---

<sup>5</sup> Informação divulgada na publicação organizada por Bruno (2010).

<sup>6</sup> Alguns desses documentos foram consultados no contexto da publicação organizada por BRUNO (2010, v. 1 e 2). Coelho (2015) também consultou o fundo do Curso de Museus no Centro de Documentação da FESPSP. Nos últimos anos, coincidindo com o desenvolvimento desta tese, outras pesquisas utilizaram o acervo como fonte, entre as quais destacamos a dissertação de mestrado de Léa Blezer (2017). Em outubro de 2017 a pesquisadora Viviane Panelli Sarraf deu início ao projeto Jovem Pesquisador para realizar a descrição integral do fundo Waldisa Rússio do IEB, com o apoio da FAPESP.

<sup>7</sup> Em conformidade com o edital Programa Institucional de Pesquisa nos Acervos da USP, edição 2017, publicado em 24/01/2017, com resultado publicado em 28/03/2017. Os 250 documentos em questão foram descritos e indexados conforme os campos do Sistema de Gerenciamento de Acervos do Arquivo do IEB. O resultado mais concreto desse trabalho é a identificação dos temas tratados nestes documentos e a posterior disponibilização de sua descrição por meio da consulta realizada pela internet no site do IEB: <http://www.ieb.usp.br/waldisa-russio-camargo-guarnieri/>

preenchimento do Sistema de Gerenciamento de Acervos (SGA), quanto e, especialmente, pela possibilidade de permanecer durante 2 meses em São Paulo, concentrada na análise dessas fontes.

Vale registrar que, se por um lado faltou o recurso da catalogação, sobrou o auxílio técnico/intelectual dos profissionais ligados aos fundos e coleções. Destaco que no IEB, no Núcleo de Memória da Museologia (NUMMUS) e também no CEDOC-FESPSP as imersões de pesquisa foram muito além do conteúdo do acervo, tanto pelo conhecimento que tem os agentes que ali trabalham quanto pelos contextos que o documento evocam. No NUMMUS, as conversas com Iván Coelho de Sá foram fundamentais, não apenas porque foi ele mesmo que indicou e junto com sua equipe, dispôs o acervo para consulta, mas igualmente pela interlocução sobre a história do campo museológico, que ele pesquisa há muitos anos. No IEB a pesquisa foi acrescida das questões relativas a arquivos pessoais, arquivos de mulheres, pela atmosfera “uspiana”, por informações sobre Mozart Camargo Guarnieri e seu fundo também lá depositado, entre outros aspectos. Na FESPSP foi importante perceber como a história da instituição se elabora internamente. Nas conversas em dias de pesquisa compreendi também que funcionários atuais identificam que Waldisa Rússio foi uma das pessoas que “lutou” pela revitalização da instituição, contexto fora do campo museológico, mas que diz sobre seu perfil de atuação. Ir com frequência a São Paulo trouxe condição de melhor pensar a trajetória de Waldisa Rússio, sua “essência paulistana”, analisar a escala da sua atuação, diante de uma cidade pulsante e diversa e possibilitou outras experiências, que se justificam em termos do sensório e simbólico, nas subjetividades da pesquisa. Todos esses fatores cooperam em termos de método e são tão influentes quanto os demais, já que igualmente conformam o olhar para o objeto de pesquisa.

Conforme evidenciado, além do conjunto central de documentos, para uma compreensão ampla do contexto das relações também foram consultadas outras coleções, a respeito dos agentes estabelecidos no campo museológico. Referem-se especialmente a instituições que emergem no cenário do Rio de Janeiro, relacionadas ao Curso de Museus/Museologia, a Associação Brasileira de Museologia e ao Comitê Brasileiro do ICOM. As coleções em questão têm guarda no Museu Histórico Nacional, relativamente ao Curso de Museus e no NUMMUS, que reúne documentos de agentes do campo museológico, doados por eles próprios ou por seus familiares<sup>8</sup>. O espectro

---

<sup>8</sup> O NUMMUS foi concebido por Ivan Coelho de Sá, que mantém seu funcionamento juntamente com uma equipe de estagiários graduandos. Mantém coleções de expoentes da Museologia, doadas por eles mesmos ou seus familiares. Trata-se de um conjunto fundamental para problematizar a atuação das instituições e dos agentes no campo museológico brasileiro no século XX.

temporal geral para a busca dessas fontes primárias foi a década de 1960, 1970 e 1990. Alguns documentos foram utilizados de forma mais pontual, como matérias em jornais, registro de espólio, documentos da Polícia Política, registro do COREM 4º Região e outros que auxiliam as análises e conclusões. Objetivamente, trata-se daquilo que está condensado no quadro a seguir:

**Quadro 1- Fontes**

<b>Instituição / Coleção</b>	<b>Fontes consultadas</b>	<b>Uso e metodologia</b>
IEB/USP  Fundo Waldisa Rússio Camargo Guarneri.	- Correspondências ativas e passivas (caixas – 025; 081 até 098); - Projetos elaborados por Waldisa Rússio (caixas 099 até 105); - Cadernos de anotação (caixas 001 e 002); - Fotografias (caixas 352 até 360).	- Análise das correspondências trocadas com agentes no campo a fim de observar temas, recorrências, posições defendidas e regularidades a serem observados de acordo com o contexto geral; - Análise geral de conteúdo.
Centro de Documentação FESPSP.  Coleção Curso de Museologia, ASSPAM, ATM, Documentos discentes de Waldisa Rússio.	- Documentação administrativa e pedagógica do Curso de Museologia; - Correspondências endereçadas à Coordenação do Curso/Instituto de Museologia; documentos relativos à Associação Paulista de Museólogos (ASSPAM) e a Associação de Trabalhadores de Museus (ATM).	- Análise de conteúdo e correlação entre as diferentes tipologias de documentos, observando especialmente as regularidades dos temas e das relações.
Arquivo Institucional do MHN.  Coleção Curso de Museus	Documentos relativos ao Curso de Museus, de natureza administrativa e pedagógica (1965-1979).	Análise geral de conteúdo; Observação à luz da bibliografia de referência e de questões que são apontadas pela comparação do conjunto documental principal. Observação de currículo; alterações administrativas; relatórios sobre o Curso e suas transformações da década de 1970.
Núcleo de Memória da Museologia (UNIRIO).  Coleção Curso de Museus;  Coleção Terezinha Sarmento;  Coleção Lourdes Novaes;  Coleção Fernanda de Camargo Moro.	Documentos administrativos e pedagógicos do Curso de Museus/ Museologia, entre os anos de 1970 e 1990; Registros diversos sobre o campo (recortes de jornal, documentos administrativos e pessoais) reunidos a partir da doação de ex-alunos do Curso.	Análise geral de conteúdo; Observação à luz da bibliografia de referência e de questões que são apontadas pela comparação do conjunto documental principal. Análise das correspondências, programação de eventos, atas, regimentos, observando temas tratados, regularidade, pessoas relacionadas.
Fundação Joaquim Nabuco	Minuta da transcrição dos Anais do I Encontro de	Análise geral de conteúdo; Observação à luz da bibliografia

<p>Caixa 45 e 46 - Conteúdo sobre o I Encontro de Museólogos do Norte e Nordeste</p>	<p>Museólogos do Norte e Nordeste.</p> <p>1 - Regimento do III Congresso Nacional de Museus.  2 - Anteprojeto do I Encontro de Museólogos do Norte e Nordeste  3 - Alterações no programa do I Encontro de Museólogos do Norte e Nordeste.  4 - Fichas de perguntas feitas ao longo das palestras (em manuscrito).  5 - Síntese das propostas programáticas e ações de dinamização dos museus da FCEBA - Documento apresentado no I Encontro de Museólogos do Norte e Nordeste.</p> <p>Fotografias do acervo do Centro de Documentação e de Estudos da História Brasileira Rodrigo Melo Franco de Andrade (CEHIBRA)</p>	<p>de referência e de questões que são apontadas pela comparação do conjunto documental principal.</p>
<p>Diversos</p>	<p>Documentos dispersos, citados ao longo do texto, que ampliam as condições da pesquisa.</p>	<p>Análise geral do conteúdo e uso pontual para reforçar algum aspecto observado a partir da bibliografia de referência e demais documentos.</p>

#### 1.4.1 Análise dos documentos

De um modo geral, é importante considerar que os registros que os indivíduos deixam de sua trajetória, por mais abundantes que sejam (como fotos, escritos, diários e textos), são representações lacunares de uma vida; fragmentos às vezes aparentemente insignificantes, como um lembrete para retornar determinada ligação. As fontes não contêm em si mesmas, enquanto unidade, uma verdade exprimível e óbvia. A carta sem remetente, a anotação sem data, o rascunho que pode ou não ter virado original... São exemplos dos fragmentos comuns dentre as fontes consultadas. Carregam níveis de subjetividades importantes, dentre as quais, a intenção do documento no ato em que foi produzido, a relação com os demais documentos em seu contexto de produção e circulação, a motivação de guarda daquele documento por quem o produziu e a motivação para a sua guarda permanente (em se tratando de um arquivo pessoal e público).

Considerando esses aspectos, buscou-se observar esses documentos de uma perspectiva crítica, que relativizasse seu conteúdo, entendendo que nenhum registro exprime uma verdade absoluta e incontestável. Sabe-se que as fontes são sempre parciais: informam questões limitadas, circunscritas ao seu contexto e, além disso, podem exprimir desde a elaboração, informações equivocadas e inexatas, intencionalmente ou não, o que em si já pode ser um dado. Todo documento que resiste ao seu tempo, por mais insignificante que pareça, é capaz de informar algo sobre o seu contexto. Na prática, um bilhete aparentemente circunstancial pode ter relevância, ao se saber tratar de pessoa íntima e influente, enredada discretamente na história que interessa à pesquisa. Pode ser que o pesquisador nunca ache esse bilhete ou então, que nunca se atente para a sua importância. Como explica Jacques Derrida (2001), também pode ocorrer que um só documento, identificado tempos depois da realização de uma determinada pesquisa venha a dar um novo sentido ou um sentido reverso àquilo que se acreditava ter descoberto. É um risco que essa e outras investigações enfrentam.

Em termos teóricos e metodológicos, a historiografia auxilia a análise dos documentos. A História enquanto campo de conhecimento tem se dedicado especialmente a debater o status do documento e tem dado exemplos de metodologias diferentes para um uso quantitativo e qualitativo das fontes. Foi também no campo da História que se debateu o triunfo do documento enquanto fonte, evidenciando sua parcialidade (LE GOFF, 1990). Também a partir daí se registra a necessidade de se cercar de meios que favoreçam a crítica documental e do mesmo modo, sobre a necessidade de ampliar o escopo da questão analisada (como se observa em pesquisas de Robert Darnton, Carlos Ginzburg e Phillipe Ariés, por exemplo).

As Ciências Humanas e Sociais, de um modo geral ampliaram a noção de documento e a forma de elaboração em torno deles. Isso corresponde também à ampliação dos objetos de pesquisa. Assim é com a História Cultural e a chamada História das Elites, que segundo Christophe Prochasson (1998), ampliou o uso de arquivos pessoais. Esse perfil de documento passou, segundo Prochasson, a figurar ao lado de documentos administrativos e estatísticos, que já tinham antes sido consagrados pela historiografia. Uma documentação pessoal tem na origem algo distinto da documentação pública: a prévia obrigatoriedade na guarda. A natureza da seletividade individual não obedece critérios institucionais e, até que o fundo passe a ser de responsabilidade de uma instituição, pela guarda formal, ele pode passar por diversas organizações e descartes, não apenas do produtor, como da família que o

manteve depois da morte do titular. Há muitos documentos que Waldisa Rússio produziu e guardou, mas nem todos fazem parte das suas coleções/fundo<sup>9</sup>.

De outro ponto de vista a distância entre um arquivo público ou privado diminui, se considerarmos que todas as operações que envolvem a produção e a guarda de documentos estão envolvidas em subjetividades<sup>10</sup>. Refletir sobre esses aspectos é importante tanto com relação às coleções de Waldisa Rússio quanto para o caso dos documentos consultados no NUMMUS, que são também arquivos pessoais. O que faz com que um amontoado de "papéis velhos" seja considerado como de interesse público a ponto de ser guardado (com esforços e recursos públicos) é certamente a importância que se atribui aquele titular do arquivo e a sua trajetória. É importante reconhecer que os agentes escolhidos para testemunhar seu tempo já receberam um grau de certificação, de legitimação, de prestígio dentro do campo. O gesto de guarda desses agentes foi correspondido pelo interesse em fazer público aquilo que antes era privado. A esse respeito escreveu Prochasson (1998):

As armadilhas que as correspondências estendem aos historiadores são no entanto numerosas. A impressão de pegar desprevenido o autor de uma carta que se destinava unicamente ao seu correspondente, o sentimento de violar uma intimidade, garantia de autenticidade, quando não de verdade, são às vezes bastante enganadores. Existem correspondências que traem uma autoconsciência que não engana ninguém. Existem cartas ou documentos privados cujo autor mal disfarça o desejo, talvez inconsciente, de torná-los, o quanto antes, documentos públicos. (PROCHASSON, 1998, p. 111, 112)

Como é característica dos arquivos pessoais, os documentos consultados resultam da dinâmica da vida profissional e pessoal de Waldisa. Às vezes restos, às vezes vestígios intencionais, já que segundo afirmam seus ex-alunos entrevistados, Waldisa guardava os documentos com clara intenção de torná-los públicos, o que Philippe Artières (1998) chama de intenção autobiográfica (1998, p. 11). Na perspectiva desse autor, arquivar a própria vida é "se por no espelho, é contrapor à imagem social a imagem íntima de si próprio, é nesse sentido que o arquivamento do eu é uma prática de construção de si mesmo e de resistência." (ARTIÉRES, 1998, p. 11)

---

<sup>9</sup> Conforme informou Leda X. Telles, irmã de Waldisa, havia muitos documentos separados que não foram doados, o que incluiu, por exemplo, cadernos de poesia e diversos documentos pessoais. Ela afirmou o mesmo com relação à biblioteca.

<sup>10</sup> Dentre essas condições pouco objetivas – mas nem por isso, menos efetivas quanto à possibilidade da guarda de documentos públicos – estão: a perda acidental ou criminal; o tratamento técnico ineficaz que inviabiliza a recuperação do documento ou da informação; condições inadequadas de preservação; falta de acesso ao documento etc.

Vale ter em conta que se está diante de uma personalidade ativa, problematizadora e ocupada de sua própria memória. Waldisa Rússio teve, o que se evidencia na guarda sistemática dos documentos, uma noção de que as ações que empreendia tinham expressão estruturante na área. Ao ler suas cartas, é preciso lembrar quais são suas posições relativas (às outras posições) e as condições objetivas em campo.

Além dos documentos pesquisados, foram importantes fontes os textos que Waldisa Rússio escreveu. Esse conjunto reflete, ainda que de modo parcial, os processos que a autora viveu, de acordo com o período em que foram escritos. São desiguais quanto à ocasião em que foram publicados e/ou que foram apresentados em (ao) público. Os textos estão dispersos em sua origem, pois foram publicados em diferentes meios de circulação. No fundo arquivístico resta textos manuscritos e datilografados, que tanto podem ser versões daqueles publicados, como conteúdo inédito. Diante dos limites da pesquisa, selecionou-se um conjunto de textos, considerado representativo da elaboração de Waldisa na década de 1970 e 1980. Foram eles: a dissertação e a tese; aqueles que foram republicados no livro organizado por Bruno (2010, v.1) e o registro de sua participação no Seminário organizado pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico e Turístico (CONDEPHAAT), conforme livro organizado por Antônio Augusto Arantes (1984).

Tanto os trabalhos acadêmicos como os demais textos fornecem indícios de quais eram os temas que mais lhe ocupavam e como ela se posicionava a partir deles. São fontes necessárias também considerando que a posição de Waldisa Rússio representou uma variação com relação às publicações no campo, já que mesmo na década de 1980 a produção textual nacional a respeito de museus e da Museologia ainda era pouco volumosa e muitas vezes exprimia uma lógica de manual, sobre como as instituições deveriam proceder sobre seu fazer técnico.

As fontes documentais consultadas são abordadas de acordo com os subtemas que interessam à pesquisa, conforme as discussões peculiares de cada capítulo. O primeiro estágio de análise dessas fontes foi evidentemente a sua leitura, buscando informações correlatas aos assuntos tratados. Diante de um conjunto documental farto, foi necessário estabelecer meios para relacionar os documentos entre si. Em termos metodológicos é importante considerar que na origem eles foram agrupados pela atividade de Waldisa e que esses documentos receberam certo nível de interferência da família que destinou o acervo e das instituições que o guardam.

Na prática da pesquisa diferentes estratégias de análise foram combinadas. Documentos de mesmo tema, dispersos na origem, foram agrupados e relidos de

forma cronológica. Foram agrupados também por tema, origem e, em se tratando das correspondências, foram reunidos em razão dos agentes com quem se deu a interlocução. Foram observadas as recorrências temáticas, o volume de correspondências em determinados períodos e os agentes com quem mais Waldisa Rússio se correspondia. Essa via de análise forneceu elementos para observar como a museóloga se posicionava diante dos outros agentes, instituições, interesses, pautas, temas e visões em disputa no campo museológico. Ao realizar essas análises, especialmente a partir das correspondências da década de 1970 e 1980, faz-se também o esboço das estratégias que ela utilizou para ocupar um lugar central na Museologia daquele período, mesmo assumindo uma atitude crítica à tradição instituída.

#### **1.4.2 Biografia coletiva**

Para melhor observar a trajetória da Waldisa um dos recursos metodológicos utilizados se inspira na prosopografia, também chamada de biografia coletiva. Segundo Christopher Charle (2006), este procedimento consiste em um método simples, que foi inventado e utilizado inicialmente para estudos em História Antiga e Medieval e que a partir de 1960 passou a ser recorrente em História Moderna e Contemporânea, quando o termo biografia coletiva passou a ser mais empregado. Também utilizado nas Ciências Sociais, onde segundo Laurence Stone (2011) é referida como "análise de carreiras", a biografia coletiva consiste na delimitação de um grupo social para que seja realizado um estudo comparativo de aspectos de suas vidas a partir de questões comuns.

Segundo afirma Lorena Monteiro (2009), nas Ciências Sociais a prosopografia não é vista como um instrumento de pesquisa, mas como um método que está relacionado a um "construto teórico de apreensão do mundo social". (MONTEIRO, 2009, p. 12). A autora se refere especificamente à influência das pesquisas de Pierre Bourdieu e seu grupo para a Sociologia francesa, que, por sua vez, também influenciou outros países, a exemplo do Brasil. Segundo ela:

...pode-se considerar que a abordagem prosopográfica serviu como um meio, um método, para que se verificassem empiricamente as problemáticas relacionadas à produção e à reprodução dos grupos dirigentes nas distintas esferas sociais francesas.

Este enfoque metodológico centrado no ator, no agente, na biografia, possibilitou que a Sociologia proposta por Bourdieu não recaísse em explicações baseadas apenas nas grandes estruturas sociais, teorias



as quais, como o marxismo e o estruturalismo, declinavam na explicação da complexidade do mundo social. (MONTEIRO, 2009, p. 15)

Nessa perspectiva, conforme explica Monteiro (2009), o uso da prosopografia serve como meio de investigar o habitus que é comum a um grupo de indivíduos inseridos em determinados contextos sociais.

Conforme pontua Lawrence Stone (2011), depois de selecionado o grupo e reunidos os dados, eles são “justapostos, combinados e examinados em busca de variáveis significativas.” (STONE, 2011, p. 115) Ainda segundo o mesmo autor, trata-se de um método geralmente usado para observar as origens da ação política (por exemplo, revelar interesses, afiliações) e as estruturas e mobilidade social (problematizar a relação entre origem, grupo social e carreira, por exemplo). Ambas as motivações contemplam esta pesquisa, já que importou perceber as condições sociais que possibilitaram que a trajetória da Waldisa se realizasse e, também, porque foi fundamental compreender a relação entre a sua origem e a posição que desempenhou no contexto do campo museológico.

Sem perder o foco no campo museológico, foi fundamental observar mais pontualmente a trajetória de Waldisa Rússio, evitando uma mitificação ou naturalização de sua atuação e das posições em campo. É importante indagar o que na vida de Waldisa Rússio se deveu à sorte, ao mérito individual ou à condição social em que ela esteve inserida. Na compreensão de lógica que se exercitou na pesquisa, observa-se que mesmo diante de determinado grau de escolha para os indivíduos sobre sua vida, há constâncias marcadas, como características de grupos sociais que podem ser identificadas. Não são limites intransponíveis, mas configuram percentuais de influência que se realizam ou não, de acordo com a possibilidade que o indivíduo detém para escapar do seu destino social.

O exercício da biografia coletiva/prosopografia se fez pela análise da trajetória de Waldisa Rússio juntamente com a de outras mulheres. Ao comparar as biografias, foi possível identificar algumas das possibilidades que aparentemente estiveram colocadas para Waldisa Rússio no contexto do mundo social em que se situava. Em termos bourdieuanos, isso significa reconstituir o espaço social por meio do qual se formou sua visão de mundo (BOURDIEU, 1996, p. 64). Foram também observadas as recorrências entre as biografias e o paralelismo com a trajetória de Waldisa Rússio.

De modo particular nesta pesquisa, o foco da comparação entre as biografias não é a ação coletiva, mas sim a própria Waldisa Rússio, suas condições e

motivações específicas. Sendo assim, a definição do grupo de mulheres que balizam a amostra atendeu às características que se desejou iluminar na trajetória da agente: nascimento, gênero, classe social, estudo, formação, trabalho e engajamento político-ideológico, conforme se observa no Anexo 1<sup>11</sup>. Deste modo, em termos sintéticos, a questão que orientou a composição e análise da amostra foi: quais foram os aspectos comuns às trajetórias de mulheres nascidas em São Paulo entre 1925 e 1945 e como estes se assemelharam ou se distanciaram da trajetória de Waldisa?

Delimitar a comparação a mulheres foi uma decisão metodológica, compreendendo que as trajetórias masculinas e femininas estiveram (e, infelizmente ainda estão) marcadas por diferentes condicionantes, em razão da compreensão sexista de papéis sociais distintos. Esse aspecto (considerado a priori a partir de uma vasta bibliografia que trata da dominação masculina) foi iluminado nos elementos estruturantes da vida das mulheres na comparação. Tal como se daria com um grupo de indivíduos originários, por exemplo, de uma mesma faixa econômica, as trajetórias das mulheres se realizaram (de modo diferente) a partir dos mesmos entraves.

Vale registrar que o destino de gênero não era um aspecto a ser problematizado inicialmente, mas diante de um conjunto de questões constantes apenas às trajetórias femininas verificou-se que não abordar Waldisa Rússio à luz dessa compreensão seria ignorar um aspecto fundamental de sua vida. Ainda que não haja registro que comprove um engajamento em favor dos direitos iguais entre homens e mulheres nos termos feministas da época, Waldisa rompeu alguns ciclos de dominação inclusive em razão da carreira profissional. Sua vida esteve marcada pela inserção em ambientes coordenados por uma lógica masculina, seja pela predominância numérica de homens ou porque eram eles os chefes a quem ela se reportava. Assim, a comparação entre os dados sublinhou aquilo que estudos de gênero têm apontado sobre a dominação masculina como estratégia de reprodução social<sup>12</sup>. Perceber a trajetória de Waldisa implicou em compreender se tratar de uma trajetória feminina.

---

<sup>11</sup> Em termos de limites, vale considerar que a prosopografia depende da disponibilidade das fontes. Há para isso diferentes problemáticas: exige localizar biografias com níveis comparáveis de informação; as fontes disponíveis, geralmente exprimem exclusivamente a história da elite; as biografias de mulheres, refletindo sua trajetória profissional, são ainda mais escassas. Diante dos limites das fontes, as análises também guardam certa precaução quando à capacidade de generalização, conforme destaca Lawrence Stone (2011).

<sup>12</sup> Aspectos que também foram problematizados por Pierre Bourdieu, mas que encontram estudos anteriores e em várias áreas e, atualmente, tornam-se cada vez mais complexos, na medida em que as estratégias de dominação são analisadas de forma interseccionada, tomando em conta outros aspectos utilizados para a discriminação social, a exemplo de raça, classe, orientação sexual, identificação de gênero etc.

Sujeitas às limitações socialmente impostas, as mulheres estavam ainda bastante restritas ao ambiente privado no século XX. Em maior ou menor grau, isso se refletiu na vida da avó, da mãe e da própria Waldisa Rússio. Um dos aspectos marcantes dessa diferença é a relação com o trabalho, condicionado à circunstância da família, tanto do ponto de vista econômico, quanto do ponto de vista moral. Diferentemente da trajetória do homem, fortemente marcada pela “escolha” e pelo exercício da profissão, no caso das mulheres, na metade do século passado para a grande maioria, o trabalho estava vedado ou era tolerado por ser uma necessidade econômica. Para as famílias de classe média, o trabalho como necessidade estava bastante associado à impossibilidade de que o homem permanecesse como provedor financeiro. Também se relaciona diretamente com isso o prolongamento dos estudos da mulher, que assim como o exercício de uma profissão escolhida (e não contingente) dependia do casamento. A trajetória da mulher esteve (e está) inserida em condições específicas, que resultam não da diferença natural entre os gêneros, mas do papel social a ele atribuído.

Sabe-se que a força da dominação recai de modo diferente nas mulheres, de acordo com outros aspectos como cor da pele, classe, orientação sexual e outras características que na sociedade brasileira são tomadas como estigmas sociais. A sobreposição desses aspectos e características amplia os efeitos da lógica da dominação. Deste modo, para o tempo presente da pesquisa, é importante situar que Waldisa Rússio Camargo Guarnieri foi uma mulher branca, de classe média e de comportamento heterossexual. Apesar de não haver espaço aqui para um profundo debate a respeito dessas questões, é fundamental não esquecer que elas existem e são condicionantes. Waldisa atravessou o espaço público e desafiou o destino das mulheres de sua geração. Como mulher (e de classe média), certamente movimentou esforços particulares para isso.

O quadro para a análise da biografia coletiva foi montado a partir de dados provenientes da obra “Dicionário Mulheres no Brasil” (2000), de depoimentos cedidos ao Museu da Pessoa (consultados no site da instituição, que é sediada em São Paulo), do site da Academia Paulista de Letras e do projeto “Mulheres Cientistas do CNPQ”. Sintetizados no Anexo 03, esses dados foram fundamentais para o capítulo 2, mas é importante frisar que a possibilidade de ver a trajetória de mulheres em perspectiva foi estruturante para pensar Waldisa Rússio nos múltiplos aspectos, da vida pessoal até as suas atitudes no campo museológico.

A identificação de marcos na trajetória de Waldisa também possibilitou a comparação entre ela e outros profissionais atuantes no campo museológico no

mesmo período. Esse exercício foi viável graças à publicação “Curso de Museus – MHN, 1932-1978: Alunos, Graduandos e Atuação Profissional” (SÁ; SIQUEIRA, 2007), que além de listar os ex-alunos do Curso de Museus, apresentou notas biográficas de vários deles. Essa pesquisa, bem como a dissertação de Graciele Karine Siqueira (2009) apontam para a predominância de mulheres entre os alunos, destacando ano a ano o número de formados. Outros aspectos, como a ocorrência de uma formação anterior, também são interessantes, já que assim como Waldisa, outros formados em Direito também buscaram a Museologia. Com o apoio dessa bibliografia foi possível ainda observar algumas analogias entre a vida de Waldisa Rússio e a de outras agentes em destaque. Em termos da recorrência, por exemplo, é evidente que a carreira internacional foi um marco na vida dessas profissionais. Segundo constatou-se, o contexto internacional era a grande mola propulsora para o acesso à bibliografia, a perfis variados de museus e instituições de ensino e pesquisa e aos profissionais diversos que nele atuavam. Esse foi um capital simbólico muito valorizado no campo nesse período.

#### **1.4.3 Testemunhos orais**

Na primeira etapa da pesquisa, a ideia era consultar apenas as fontes documentais. Entretanto, por muitos motivos, inclusive por recomendação dos especialistas que avaliaram o trabalho na banca de qualificação, foram realizadas entrevistas com pessoas que estiveram próximas a Waldisa Rússio, especialmente no cotidiano paulista. É certo que ampliar esse quadro de entrevistas para outros agentes teria trazido ainda mais informação sobre Waldisa Rússio e sobre o campo museológico. Foi estabelecido, entretanto, um raio com relação ao círculo de atuação de Waldisa Rússio e considera-se que foram ouvidas as testemunhas fundamentais para as temáticas abordadas e cuja menção se justifica também pela presença nas correspondências com Waldisa Rússio.

As entrevistas auxiliaram a compreensão de aspectos pessoais e subjetivos a respeito de sua trajetória e preencheram lacunas importantes deixadas pelo registro espaçado dos documentos. Foram fundamentais, por exemplo, para identificar o temperamento determinado e afetuoso de Waldisa, complementando aquilo que algumas de suas cartas já evidenciavam.

Os registros dos depoimentos foram realizados num estágio avançado da pesquisa, em termos de seu cronograma. Com isso foi possível estruturar questões específicas que visaram: confirmar aspectos que já apareciam nos documentos,

elucidar outros que eram lacunares, compreender o nexos causal entre fatos e relações, obter informações inéditas sobre a vida de Waldisa, de modo a ampliar a capacidade de análise sobre ela como um ente no campo museológico. Os entrevistados foram considerados como testemunhas e, nessa medida, sabe-se que relataram aquilo que viveram segundo a organização narrativa de sua própria memória. Autorizaram o uso das informações que livremente trouxeram a partir de perguntas estruturadas e do diálogo a partir das respostas, de modo semiestruturado. O objetivo central de cada entrevista foi saber sobre a trajetória de Waldisa Rússio, a partir daquilo que tocava o entrevistado. As transcrições das entrevistas individuais que remetem ao contexto profissional de Waldisa Rússio compõem o Anexo 02<sup>13</sup>.

Do mesmo modo que ocorre com os documentos, as fontes orais estão sujeitas a muitas variáveis. Nunca devem ser tomadas como expressão de uma verdade absoluta, desconsiderando então a posição relativa do indivíduo que informa. O pesquisador não é juiz, é um intérprete de diferentes fontes. As entrevistas estão circunstanciadas pelo conhecimento que as testemunhas têm de determinados assuntos e, especialmente, pelo seu grau de envolvimento e participação naquilo que narram. Compreende-se a parcialidade da memória, que está em permanente elaboração, inclusive como representação de si, de seu passado e disso tudo no presente. Com base nesses aspectos, foram realizadas as seguintes entrevistas:

**Quadro 2 - Entrevistados**

Leda Xavier Telles
Maria Cristina Oliveira Bruno
Marcelo Mattos Araújo
Maria Inês Coutinho
Maria Célia Teixeira Moura Santos
Mario de Souza Chagas
Ex-alunos (entrevista em grupo): Maria Inês Coutinho, Maria Cristina Oliveira Bruno, Maria Pierina Ferreira de Camargo, Marília Xavier Cury e Ricardo Bógus.

As escutas aos testemunhos foram diferentes entre si. Como visto no quadro, uma delas foi realizada em grupo, com ex-alunos de Waldisa Rússio. Se por um lado foi um recurso contingente pela impossibilidade de conversar em separado com cada

<sup>13</sup> Conforme o Quadro 3, todas as entrevistas foram transcritas, a exceção de duas: a de Leda Xavier Telles, irmã de Waldisa Rússio, dado o caráter particular das informações, que resultam em um proveito específico para esta pesquisa e a entrevista com ex-alunos, em forma de roda de conversa. Em ambos os casos, os documentos sonoros foram considerados, sem prejuízo das análises para a pesquisa.

um<sup>14</sup>, por outro foi um recurso potente, pois facultou perceber a composição de um grupo que se articulava em torno da posição de campo de Waldisa Rússio na década de 1980.

Os testemunhos se inserem na pesquisa conforme dialogam com o escopo da análise em geral. De modo menos objetivo, os relatos testemunhais auxiliaram a compreensão de aspectos humanos e individuais de Waldisa Rússio Camargo Guarnieri. Com isso, se admite que os agentes que marcam a história de um campo são transpassados de muitas causas. Não são deuses distanciados dos outros mortais. Vivem os limites e as potências em suas próprias trajetórias. São ações em fluxo, nem sempre agindo no plano da consciência, desprevenidos em questões controversas, entremeados pelos rituais mais ou menos estáveis da vida prática moderna: manter-se bem de saúde, alimentar-se, trabalhar, estudar, viver o convívio familiar, social, afetivo etc.

### **1.5 Bibliografia de Referência**

As fontes utilizadas na pesquisa foram analisadas e contextualizadas à luz da bibliografia de referência. Os livros, textos e pesquisas que tiveram como mote a atuação de Waldisa Rússio tem especial importância, a exemplo do livro de Maria Cristina Oliveira Bruno (2010), reunindo textos de diversos autores, todos considerados, bem como a produção de Manuelina Maria Duarte Cândido (2003; CÂNDIDO; RUOSO, 2012), que também destaca a contribuição de Waldisa Rússio e as influências desta nos demais autores do campo no Brasil. Destaco a contribuição geral da pesquisa de Léa Blezer, dissertação defendida em 2017. A tese de Priscilla Arigoni Coelho (2015) também foi importante por abordar a elaboração discursiva de Waldisa Rússio, relacionada a outros agentes protagonistas, responsáveis pela criação dos cursos de Museus/Museologia. Foram fundamentais para essa pesquisa as narrativas históricas sobre os museus, Museologia e museólogos no Brasil, conforme Aline Montenegro Magalhães (2006; 2009), Ivan Coelho de Sá (2007; 2012) e Mario de Souza Chagas (2005; 2006; 2017). Essas pesquisas produziram um panorama histórico amplo, fundamental para compreender a relação entre as instituições, os agentes e o contexto social e político em que estavam inseridos.

Há autores que são referência por outros aspectos da pesquisa, quanto a metodologia e o objeto de suas análises, a exemplo de Sérgio Miceli (2001). Demais autores auxiliaram a elaboração das temáticas específicas em cada capítulo como a

---

<sup>14</sup> A ocasião foi possível pela oferta generosa de Maria Cristina Oliveira Bruno, que organizou e acolheu o encontro em sua residência em São Paulo.

bibliografia que destaca o papel social atribuído às mulheres no Brasil, a exemplo de Heleieth Saffioti (1976, 1981, 1987). Do mesmo modo, foi necessário recorrer a uma bibliografia que tratasse de política de cultura no Brasil para melhor compreender a oportuna atuação de Waldisa Rússio. Quanto a isso, os principais autores consultados foram Maria Cecília Londres Fonseca (2009), Antônio Augusto Arantes (1984, 1987, 2015), Marly Rodrigues (2000), Ulpiano Bezerra de Meneses (2009) e Yussef Daibert Salomão de Campos (2015). Há também bibliografia de apoio que contribuiu com o desenho metodológico, possibilitando o estabelecimento de parâmetros para fazer a análise da documentação pesquisada, a exemplo da produção relativa à prosopografia e arquivos pessoais.

### **1.6 Considerações parciais**

A partir desse conjunto de balizadores é que se observou o campo museológico brasileiro, com base na trajetória de Waldisa Rússio. As definições e as metodologias mencionados aqui nem sempre estão textualmente explícitas no texto da tese, mas o leitor saberá que esse é o feixe que organiza as análises.

É importante reforçar a ideia de que aludindo ao campo museológico se tem clareza que se trata de uma parte do campo, uma parte que é possível de ser avistada por meio da trajetória de Waldisa Rússio.

O texto seguinte apresenta Waldisa Rússio, visando estabelecer os contornos de sua posição de campo, objeto dos capítulos 3 e 4.

## **CAPÍTULO 2**

**WALDISA PINTO RÚSSIO CAMARGO  
GUARNIERI**



Supor conhecer alguém é arriscado. Uma pessoa não é uma unidade objetiva, como o produto da soma dos seus dias. Qual percentual do indivíduo diz respeito a predisposições genéticas, aos traços de sua personalidade, seus gostos, desejos, limites psíquicos, crenças, signo na Astrologia etc?<sup>15</sup> A tudo isso, soma-se de forma irregular e imprecisa a experiência da sociabilidade: o zelo fraternal, o cotidiano escolar, os valores morais e éticos instituídos culturalmente, os ritos sociais, a conjuntura econômica, social e outros. Waldisa Rússio viveu quase 55 anos, um tempo determinado, em que ela realizou algumas das possibilidades socialmente previstas a seu gênero e classe e outros aspectos de sua condição. Também foram anos em que ela exercitou liberdades individuais para destoar do seu destino e realizar possibilidades que não estavam dadas para seu grupo social.

As pessoas que conviveram com Waldisa por um tempo prolongado contam que havia algo de notável nela. Conforme se recordam, com um comportamento ativo, Waldisa Rússio parecia sempre ter algo a dizer. Suas opiniões e críticas eram múltiplas em temas e ela não tinha nenhum constrangimento em falar em público. Ao contrário: é descrita como uma brilhante oradora, de voz firme, olhar penetrante, argumentos convincentes e discurso motivador. Nas palavras de Marcelo M. Araújo:

...a Waldisa era uma pessoa assim, extremamente sedutora, competente, forte, uma personalidade super magnética. As aulas dela eram, enfim, impressionantes. Tanto que dessa minha primeira reunião com ela eu fiquei absolutamente fascinado. [...] A Waldisa tinha uma capacidade de expressão e de discurso absolutamente únicos, eu acho. Eu conheci poucas pessoas na minha vida que tivessem essa capacidade de expressão e ao mesmo tempo, claro, de síntese, de clareza de pensamento, de estruturação de relação de ideias, e claro, assim, uma energia, com uma vibração que era contagiante. Ela era realmente sedutora, né? Nesse sentido de conquistar as pessoas para a questão de museologia, de preservação, era algo muito, muito forte, e que tem a ver inclusive [...] com as questões biográficas, tem a ver com a própria vida dela, né? Ela era uma dessas intelectuais de visão total de mundo, quer dizer, toda a vida dela tinha um entrelaçamento, né?<sup>16</sup>

A impressão que Waldisa Rússio causou em Mario Chagas foi semelhante. Ele a descreve a partir de uma monumentalidade e afirma que sua presença era sempre notada, que transmitia muito vigor nas suas falas. Do mesmo modo, os demais

---

<sup>15</sup> Waldisa Rússio Camargo Guarnieri era do signo de Virgem e, no senso comum do conhecimento astrológico, trata-se de um arquétipo ligado à organização, ao trabalho rigoroso, a um temperamento exigente e metódico.

<sup>16</sup> ARAUJO, Marcelo Mattos. Entrevista concedida a Inês Gouveia. Niterói, RJ. 01/2017. Entrevista transcrita no Anexo II.

entrevistados, especialmente os mais jovens, deixam claro esse fascínio que Waldisa exercia, pela forma apaixonada com que se relacionava com o campo. Fica evidente também como sua fala, os temas que lhe interessavam, a forma como ela se portava estabelecia um bom canal de comunicação com as gerações posteriores a ela na Museologia. Nas palavras de Maria Célia T. Moura Santos:

...pela vivência dela e pela força que ela tinha e pelo preparo intelectual que ela tinha também nos amparando ali... Isso foi muito importante para nos dar força, nos motivar para continuar e até ver no espelho do outro também: “Nós estamos no caminho certo, é por aí mesmo, não estou falando sozinha [...]” Mas é muito bom quando você tem uma interlocução e um apoio de uma pessoa mais madura para dizer para você que é jovem, que está começando: “Não, isso é muito importante” e você reconhece que essa pessoa tem segurança e vivência para manter esse diálogo e enriquecer esse diálogo. Eu acho que ela teve esse papel muito importante na minha vida e na vida do Curso também.<sup>17</sup>

Nos documentos a eloquência de Waldisa Rússio também aparece e um dos exemplos é a Ata do Simpósio Nacional de Legislação Cultural, uma reunião pública realizada na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, em 1984. Nele se nota a impressão que Zélio Alves Pinto<sup>18</sup>, que era Diretor do Departamento de Museus da Secretaria de Cultura e que presidia os trabalhos, tinha a respeito da participação de Waldisa. Conforme a ata, Zélio Alves estimulou os convidados a se manifestarem sobre o tema e diante da protelação de alguns, convidou Waldisa, dizendo, antes, que preferia mesmo deixá-la para o fim, por ser mais “emocionante”<sup>19</sup>. Ela não hesitou em fazer um discurso que deve ter durado mais de dez minutos, no seguinte tom:

...simpósios desta natureza têm uma extrema importância e deveriam ser efetivamente representativos. Estamos numa fase de abertura democrática e, portanto, temos de cobrar de nós todos que lutamos para que esta situação emergisse, que esta representatividade efetivamente se faça.<sup>20</sup>

Na sequência Waldisa afirmou que a ASSPAM havia elaborado 14 pontos importantes sobre o debate e explicou cada um, começando pelo seguinte:

<sup>17</sup> SANTOS, Maria Célia Teixeira Moura. Entrevista concedida a Inês Gouveia. Recife, PE. 08/2017. Entrevista transcrita no Anexo II.

<sup>18</sup> Zélio Alves Pinto (nascido em 1938) é pintor, jornalista, artista gráfico, escritor, caricaturista e ilustrador. É um dos fundadores do jornal O Pasquim, do Salão Internacional de Humor de Piracicaba (SP, 1974), do Salão Internacional de Humor Gráfico das Cataratas do Iguazu (PR, 2003) e irmão do cartunista e escritor Ziraldo. Fonte: <://pt.wikipedia.org/wiki/Z%C3%A9lio\_Alves\_Pinto> Acesso em 18/04/2017.

<sup>19</sup> Fonte: Arquivo IEB-USP, Fundo Waldisa Rússio Camargo Guarnieri, caixa 094, código do documento: 30.0009.

<sup>20</sup> Idem.

...a expressão patrimônio histórico é, a meu ver, pelo menos, equívoca a sua aplicação aqui. A meu ver, o que deveríamos tratar era do patrimônio cultural como uma coisa mais abrangente, na medida em que cultura é um processo que se vive... O primeiro questionamento que se faz é se estes valores resultam, emergem, efetivamente, da sociedade, de segmentos significativos da sociedade, de uma participação comunitária ou se eles, ao contrário, são sedimentados, são apresentados por uma elite ou pelo poder.<sup>21</sup>

Waldisa se colocava em público e ancorava o acordo e o desacordo da plateia. A atitude desenvolvida direta e franca, voz forte e personalidade marcante, favoreciam que ela fosse publicamente notada. Waldisa teve uma boa formação, do ponto de vista do ensino formal e das certificações legitimadas. Segundo descrevem seus ex-alunos, era uma mulher erudita, uma leitora voraz, interessada em diferentes áreas do conhecimento, que cultivava o hábito de comprar livros, mesmo em detrimento de outros gastos. Condições e circunstâncias a levaram a um emprego público estável na administração do estado e, no exercício de sua profissão, ocupou cargos de direção, assessoria e coordenação. Tratava-se de uma individualidade formada e nutrida por circunstâncias sociais específicas que favoreceram a possibilidade de ser tão interativa e assertiva.

Nascida na São Paulo dos anos 30, Waldisa buscou fazer jus a uma herança orgulhosamente recebida de seu avô: a influência no meio artístico e intelectual no estado. Construiu sua carreira alicerçada em intensas jornadas de trabalho, com muitos compromissos sobrepostos. Viveu o ritmo da metrópole industrializada e frenética, que se tornava cada vez mais densa populacionalmente, com gente "de toda parte". Viveu tempos políticos conturbados com a Ditadura Civil-Militar e se ocupou da redemocratização. Era mulher, o que também é um dado, na medida em que isso por si só lhe conferiu uma condição específica para ser o que foi, diante de um contexto social de dominação masculina evidente.

Os documentos utilizados para as análises nesse capítulo são os mesmos anteriormente referidos para o conjunto da pesquisa (conforme o capítulo 1), acrescidos de outras fontes pontuais descritas ao longo do texto. Ainda que de um modo geral digam respeito à atuação profissional de Waldisa Rússio, especialmente com relação à Museologia e aos museus, buscou-se informações residuais sobre sua vida familiar e social. Com esse espírito também foram realizadas as entrevistas que forneceram uma narrativa orientada no tempo e no espaço, e que foram indispensáveis à compreensão de um ou outro documento. Esses documentos,

---

<sup>21</sup> Idem.

especialmente os guardados pelo IEB/USP e FESPSP, são fragmentos espaçados da trajetória de Waldisa. São restos às vezes pouco compreensíveis de um desejo de se auto representar, fruto do exercício particular de memória que Waldisa fez com relação a si mesma. São também testemunhos cuja produção ou guarda às vezes exprimem um contexto muito íntimo da vida, como um bilhete que avisa que o médico ligou ou um cartão postal enviado por sua sobrinha.

O nome do capítulo, utilizando os sobrenomes "de solteira" e os "de casada" formam uma persona que não existiu concretamente. Foi "Pinto Rússio", sobrenome da mãe e do pai, foi "Rússio Camargo Guarnieri", unindo o nome da família do marido e foi "Waldisa Rússio", como quem indica um caráter próprio que atravessa os diferentes estágios. Foi também eventualmente Waldisa Rússio Guarnieri e para a família, Walda. Aqui intencionalmente inventamos uma identidade possível e tentamos observá-la longitudinalmente. Ela é a irmã mais nova de Leda Xavier Telles e também a museóloga consagrada. É uma vista singular, tal como a que tem dela seus parentes, seus ex-alunos ou aqueles que dizem: "Wadisa, aquela do fato museal?"<sup>22</sup>. Cada qual exprime a impressão que ela lhes causou, diante da experiência do encontro: se pessoal, textual ou ambos. Também aqui se exprime o encontro da pesquisadora com Waldisa Pinto Rússio Camargo Guarnieri.

Diante disso, o objetivo deste capítulo é construir uma narrativa analítica sobre a trajetória de Waldisa Rússio Camargo Guarnieri, de modo que isso favoreça a compreensão da interlocução que ela teve com os demais agentes no campo museológico nas décadas de 1970 e 1980. Para isso, considera-se seu contexto histórico, condição familiar, gênero, formação escolar, relações pessoais e profissionais, postura política-ideológica e outros aspectos subjetivos e característicos de seu temperamento e caráter.

## **2.1 Filha de Waldemar e Isa**

O contexto histórico em que Waldisa viveu no século XX esteve marcado no Brasil e no mundo pelo recrudescimento do capitalismo, cada vez mais supranacional, pela urbanização, sucessão de guerras, ditaduras e pela expectativa da reconstrução de pactos democráticos. Eric Hobsbawn (1995) estudou sobre esse século polarizado na Guerra Fria, evidenciando que as mudanças também forçaram a ampliação do acesso a direitos, inclusive como resultado da ação estratégica de movimentos

---

<sup>22</sup> Essa foi uma indagação ouvida com frequência durante a pesquisa, quando da interlocução com profissionais que atuam no campo museológico fora de São Paulo.

sociais. Conforme a análise do autor, pela primeira vez a população vivendo nas cidades ultrapassou a população rural em números, com impacto no perfil do trabalho e do trabalhador. Relacionado a isso está o aumento da escolarização formal certificada e o aumento da presença das mulheres nos espaços públicos, visível quanto à escolaridade e ao mercado de trabalho, forçando de vários modos o debate a respeito dos direitos iguais entre os gêneros.

Essas transformações marcaram a vida de Waldisa Rússio intimamente. Talvez não fosse assim se ela tivesse nascido em outra cidade, onde esses aspectos não fossem tão evidentes e constitutivos da dinâmica social. Ao contrário disso, nascendo e vivendo em São Paulo, a capital mais urbanizada do país, foi partícipe dessas mudanças. No plano econômico e político, a construção da República brasileira passou pela oligarquia cafeeira e pela burguesia industrial paulista. A isso se vinculou o aumento populacional, de postos de trabalho e aumento da escolarização. Em termos políticos, a geração de Waldisa Rússio foi afetada pelos conflitos políticos da década de 1930, com a Revolta de 1932 e com o recrudescimento do Estado em 1937 e a Ditadura de Vargas. Em São Paulo também se avistou de muito perto o protagonismo das lutas e movimentos de reabertura política nos anos da (recente) Ditadura Civil-Militar (1964-1985) e de reconstrução dos pactos democráticos. Todas essas transformações implicaram em alteração na atitude do Estado a respeito de seu papel ao elaborar e executar políticas públicas.

Vivendo em um contexto histórico específico como qualquer indivíduo, a trajetória de Waldisa Rússio espelha esse tempo, em que ela se inseriu como agente ativo, criou possibilidades e viveu limites. Sem pertencer originalmente à classe dirigente<sup>23</sup>, ela foi como vários outros agentes que manifestam a intenção de alterar a ordem social colocada, forçando cotidianamente regras tradicionalmente impostas e reproduzidas pelas instituições que estruturam a sociedade. Sua atitude não foi contemplativa, ao contrário, foi engajada. Waldisa acreditou na mudança social e no humano como potência transformadora. Ela fez parte de uma geração que viu o crescimento da classe média urbana, do aumento de postos de trabalho (inclusive na burocracia estatal), da criação de profissões e carreiras. Acreditava que a transformação social aconteceria em razão de uma melhor condição de emprego e distribuição de renda, numa perspectiva de desenvolvimento. Uma expectativa que era nutrida por sua própria experiência cotidiana em São Paulo, pela industrialização e crença no progresso dado pela ciência e pela tecnologia. O passado é valorizado

---

<sup>23</sup> Conforme a expressão utilizada por Miceli (2001).

como meio de realização do progresso no presente; esse presente aponta para o futuro e São Paulo estampa essa noção de futuro<sup>24</sup>.

Waldisa Rússio exprime a convicção no progresso quando valoriza a ideia de trabalho e de trabalhador, identificando que essa valorização implica no aumento da participação desse sujeito ativo, consciente e crítico com relação à vida e a sociedade. Com essa disposição foi que ela projetou o Museu da Indústria, que haveria de dar uma contribuição importante para a história do Brasil naquilo que São Paulo protagonizava. Esse projeto de Museu representou para Waldisa anos de dedicação profissional (além da tese de doutorado), no esforço para que essa instituição virasse realidade em São Paulo. O Museu foi idealizado para ter muitas sedes e com a participação de diferentes trabalhadores, tendo os operários como protagonistas da história, do conhecimento e dos processos fabris, representados também pelos meios de produção da classe dominante. Uma intenção que para Marcelo Mattos Araujo era de instituir um ecomuseu, que tratasse do patrimônio industrial como fio condutor de uma história paulista e nacional.<sup>25</sup> Um ecomuseu em pleno diálogo com o ecomuseu Le Cresout-Montceau, na França.<sup>26</sup> Um espaço que, em sua compreensão, servisse de instrumento de conscientização da classe trabalhadora, tomando a industrialização como um processo. Vivendo em São Paulo, intercalando com períodos de viagem, Waldisa viu a cidade se abrir para o exterior, tornando-se uma capital mundial em vários aspectos. Um cenário que também tem um fluxo constante de imigração ocasionando a reunião de referências culturais muito diversas. Tudo isso tem relação com a vida de Waldisa Rússio Camargo Guarnieri.

Nascida em uma família de classe média, a trajetória da paulistana pode ser considerada de ascensão, do ponto de vista dos capitais acumulados. Sua situação econômica não foi definidora de sua vida, mas certamente influenciou a possibilidade de estudar e prolongar a formação básica para o curso superior, escolher seu posto de trabalho e ser agente ativo na definição dos rumos de sua vida. O perfil de Waldisa pode ser pensado, por analogia a partir do que Sérgio Miceli (2001) chamou de “parentes pobres”, referindo-se à herdeiros de famílias que no passado haviam se

---

<sup>24</sup> Essa noção de progresso é visível pela produção artística das décadas de 1940 e 1950 em São Paulo, a exemplo do concretismo, conforme problematiza Maria Armanda do Nascimento Arruda (1997).

<sup>25</sup> ARAUJO, Marcelo Mattos. Entrevista concedida a Inês Gouveia. Niterói, RJ. 01/2017. Entrevista transcrita no Anexo II.

<sup>26</sup> A instituição francesa, criada em 1973, se tornou um marco por representar as ideias sobre a ampliação da participação nas decisões de preservação, conforme a noção de ecomuseu recém-formulada. Conforme se destaca na tese, Waldisa Rússio além de ter visitado o ecomuseu, tinha relações próximas com Mathilde Bellaigue-Scalbert, que presidia a instituição. Vários documentos evidenciam isso, destaque: Carta de Mathilde Bellaigue-Scalbert para Waldisa Rússio Camargo Guarnieri. Fonte: Arquivo IEB-USP, Fundo Waldisa Rússio Camargo Guarnieri, Caixa 083, código do documento: 18.0201. A respeito do Ecomuseu Creusot-Montceau, consultar: <<http://www.ecomusee-creusot-montceau.fr/>> Acesso em 20/05/2017.

inserido nos encargos públicos e culturais de prestígio, mas que no presente não gozavam mais de prestígio econômico e social. Em sua compreensão, os “parentes pobres” buscavam no campo intelectual e artístico uma carreira de “reconversão”. O autor observou como as carreiras artísticas e intelectuais não eram a escolha da elite econômica em geral, pois eram consideradas menos seguras, estáveis e rentáveis e, em termos pejorativos, algumas consideradas carreiras femininas (com a carga de preconceito que isso implicava). Em compensação, poderiam conferir uma re colocação social em termos de capitais simbólicos.

Miceli (2001) afirma como esse processo esteve relacionado ao contexto da consolidação da produção cultural, especialmente em São Paulo nos anos 1930 e 1940. O autor observa como há uma transformação na classe dirigente e como isso influenciou na autonomização da produção intelectual e artística. Essa transformação esteve relacionada ao aumento do número de jornais e revistas, de editoras e publicações, de instituições de ensino e do desenvolvimento da burocracia estatal. Observando como os intelectuais se colocam em razão das relações de apadrinhamento de que dispunham, Miceli (2001) afirma que nesses anos 30 e 40 o “recrutamento” dos intelectuais dependia ainda da rede de pessoas influentes, mas que nesse período há um aumento considerável da importância da escolarização certificada. Ainda conforme a análise do autor, determinadas carreiras intelectuais e culturais só foram possíveis dentro desse contexto favorável para a distribuição e consumo da produção cultural. Transpondo o argumento, compreende-se aqui a relação entre a trajetória de Waldisa Rússio e as condições de produção e circulação de suas ideias.

Waldisa Rússio nasceu na cidade de São Paulo, em 05 de setembro de 1935. Filha de Isa Simões Pinto e Waldemar Rússio, que emprestam as iniciais para a composição de seu nome (Wald + Isa). Do primeiro casamento, Isa Simões teve uma filha, Leda Xavier Telles, portanto irmã mais velha de Waldisa. Além dela (posteriores a Waldisa e também filhos de Waldemar) havia mais dois irmãos, João Francisnaldo Rússio e Paulo Marcos Pinto Rússio<sup>27</sup>. Segundo contam outros familiares do tronco Rússio, os avós paternos de Waldisa ao imigrarem foram morar em Palmital, interior do estado, cidade que teve ciclos de desenvolvimento ligados à ferrovia e ao café<sup>28</sup>. Leda Xavier Telles conta que na infância morou com sua avó materna e seu marido

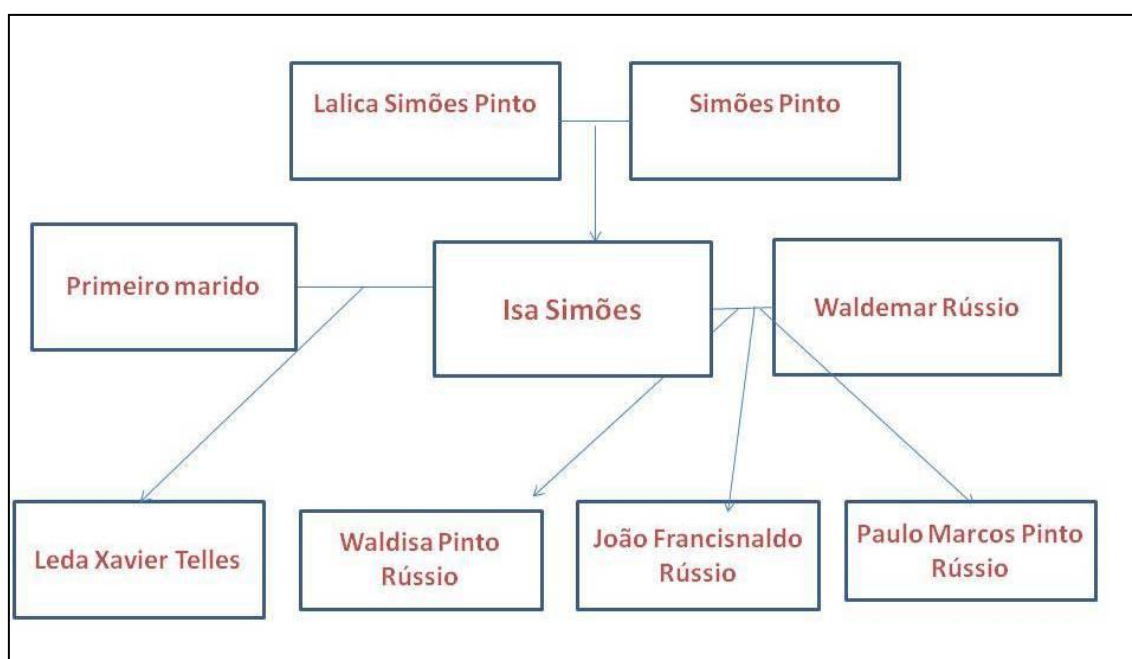
---

<sup>27</sup> Leda Xavier Telles nasceu 06 anos antes de Waldisa. Quanto aos irmãos mais novos, a diferença com relação a Waldisa era de 4 e 10 anos respectivamente. Além de Waldisa Rússio e sua mãe Isa, também são falecidos os irmãos mais novos.

<sup>28</sup> Informações obtidas a partir de conversas entre sobrinhos de Waldisa Rússio Camargo Guarnieri em postagem da rede social ORKUT, grupo "Família Rússio". Disponível em: <http://orkut.google.com/c14230503-t6667bcd671d0fb1.html>. Acesso: 05/08/2016.

numa casa bem grande na Lapa, mas tiveram que se mudar porque ele “perdeu tudo”<sup>29</sup>. Na infância Waldisa também morou em Ibirarema, no interior de São Paulo, acompanhando a mudança da família, em razão do trabalho do pai. Do lado materno, os avós eram Lalice Simões Pinto e Arnaldo Simões Pinto. Dentre os avós, a única relação que se aviva pelos registros de Waldisa, é com este avô materno, Arnaldo Simões Pinto. Sem tê-lo conhecido, Waldisa se orgulhava da inserção que ele havia tido na aristocracia intelectual paulistana de sua época.

**Figura 2** - Demonstrativo da ascendência de Waldisa Rússio, relativamente à família materna.



Simões Pinto viveu sua idade adulta no início do século XX em São Paulo. Era jornalista, poeta e segundo o jornal “O Estado de São Paulo”, foi um dos responsáveis pela criação da Sociedade de Cultura Artística em 1912. O objetivo da “nova instituição cultural paulistana era tirar o descompasso entre o progresso material em que vivia a cidade de São Paulo e a cultura, estagnada”, segundo afirmou o jornal<sup>30</sup>. Trabalhou para revistas que alcançaram expressão entre a elite artística e intelectual, juntamente com Guilherme de Almeida, Monteiro Lobato, Oswald de Andrade e outros. Sergio Miceli (2001) destaca que a profissão de jornalista no início do século correspondia à de escritor e conferia uma renda mensal “decente” (MICELI, 2001, p. 54). Simões Pinto tinha relações pessoais com Di Cavalcanti e foi junto com este,

<sup>29</sup> TELLES, Leda Xavier. Entrevista concedida a Inês Gouveia. São Paulo, SP. 10/2016.

<sup>30</sup> ENTINI, Carlos Eduardo. Sociedade de Cultura Artística surgiu contra a “estagnação da arte”. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 27 set. 2012. Setembro 2012. Sobre a instituição que segue ativa, ver <http://www.culturaartistica.com.br>. Acesso: 05/03/2017.



segundo Anita Malfatti, responsável por convencê-la a realizar a exposição de pintura moderna em dezembro de 1917. Trata-se da ocasião que se tornou uma espécie de eixo aglutinador das posições em torno da primeira fase do Modernismo (CAMARGOS, 2002), a partir da repercussão da crítica de Monteiro Lobato (TRIZOLI, 2014).

Leda Xavier Telles contou que Simões Pinto morreu em 1918, em decorrência da pandemia de gripe espanhola. Ele e sua avó tinham mais dois filhos pequenos além de sua mãe Isa, que tinha perto dos cinco anos à época. Em razão da necessidade de sustentar a família, a mãe de Isa passou a trabalhar em um cinema do Centro da Cidade. Evidentemente Waldisa e seus irmãos não coexistiram com Simões Pinto, mas certamente ouviram muito a seu respeito. O avô reputado como ilustre faz parte do imaginário da família Pinto Rússio. Sobre a morte do avô, Leda narra as palavras da avó, dizendo que ele premuniu que morreria da gripe. Conforme Leda: “Meu avô era muito conhecido. Ele era amigo desse pessoal... A Waldisa adorava isso”<sup>31</sup>.

A identificação de Waldisa Rússio com o “vovô” a motivou a fazer um estudo de sua biografia, reunindo material para escrever e realizar palestras sobre ele a partir de 1950<sup>32</sup>, ainda com menos de 20 anos de idade. Anos mais tarde, também como evidência dessa identificação, Waldisa movimentou esforços para comprar uma casa na rua que recebe o nome do avô, aparentemente o único imóvel que adquiriu ao longo da vida. A ligação afetiva que se estabeleceu com um ente que não foi conhecido pessoalmente indica uma valorização da tradição que sua memória evoca. A figura de um intelectual influente nas ideias representativas de seu tempo histórico, cujas relações estão na vanguarda do modernismo brasileiro, possivelmente soava para Waldisa como uma inspiração, o ícone de uma carreira de valor. É possível e provável que a identificação de Waldisa com o avô tenha favorecido suas referências e relações com o campo cultural paulista, inclusive com artistas e intelectuais que o conheceram.

A respeito do núcleo familiar de Waldisa, Leda Xavier Telles contou que é filha do primeiro casamento da mãe, com um peruano. Sua mãe, Isa Simões Pinto se casou com cerca de 15 anos, proximamente ao ano de 1928. O segundo casamento foi com Waldemar Rússio, pai de Waldisa. Ainda conforme as informações fornecidas por Leda Xavier, Waldemar era farmacêutico e dono de farmácia em Ibirarema e

---

<sup>31</sup> TELLES, Leda Xavier. Entrevista concedida a Inês Gouveia. São Paulo, SP. 10/2016.

<sup>32</sup> Conforme informações fornecidas por Leda Xavier Telles e currículo de Waldisa Rússio. Fonte: Arquivo IEB-USP, Fundo Waldisa Rússio Camargo Guarnieri, Caixa 140, código do documento: Cx. 08 V. 54.

depois no Brás, razão que fez a família viver um tempo no interior e depois retornar à cidade. Sobre a profissão de farmacêutico<sup>33</sup>, Heleieth I. B. Saffioti (1978) afirma que no início do século havia perdido muito prestígio, em razão da venda de remédios industrializados e do aumento da formação em Medicina (SAFFIOTI, p. 219). Leda Xavier Telles contou que após o casamento de sua mãe com Waldemar, foi morar com sua avó e o segundo marido dela. Waldemar morreu em 1963, quando Waldisa tinha 28 anos. Leda destaca, no entanto, que bem antes disso ele e Isa haviam se separado e pela necessidade, Isa passou a trabalhar.

Tal como havia ocorrido com a mãe de Isa após a morte de Simões Pinto, o trabalho feminino fora do lar esteve associado à condição econômica da família. Em situações de separação e morte, no caso das famílias que contavam com o salário mensal do homem como renda exclusiva, era frequente que a mulher se inserisse a todo custo no mercado de trabalho, mesmo sem experiência. Passava a ser dela a responsabilidade de sustentar a casa e zelar pelos filhos. Como consequência, esses núcleos familiares empobreciam, especialmente quando essas mulheres não gozavam de formação e experiência profissional, além do preconceito social com mulheres desquitadas. Ao comentar que sua avó passou a trabalhar no cinema após o falecimento de Arnaldo Simões, Leda Xavier destacou que “era muito feio mulher trabalhar”. Ambas as gerações – de sua mãe e de sua avó – estiveram inseridas nessa lógica social, em que as mulheres estavam condicionadas ao ambiente doméstico, eram pouco estimuladas aos estudos e apenas algumas carreiras eram consideradas como destinadas a “vocação feminina”, a exemplo do magistério.

## **2.2 Trajetória feminina**

A comparação entre dados biográficos e narrativas de mulheres contemporâneas a Waldisa Rússio evidencia como o decréscimo da condição econômica, que Sergio Miceli (2001) chama de “dilapidação social” foi um marco na trajetória de outras famílias paulistanas, especialmente relacionada ao papel da mulher como provedora da casa. Há aí recorrências entre a vida de Waldisa e das demais mulheres pesquisadas: a família se muda de casa, de bairro ou até de cidade, passa-se a morar com outros parentes, remodelando o núcleo original da família; os filhos passam a trabalhar para complementar a renda. A observação das recorrências nas trajetórias dessas mulheres nos dão elementos para pensar a situação social de Waldisa. Ela, diferentemente de sua mãe e avó, iniciou sua vida profissional na

---

<sup>33</sup> Essa profissão foi regulamentada em 1931, portanto, não contava no período com um nível de certificação instituído. Não é possível assegurar que Waldemar Rússio tivesse formação superior.

década de 1950, ano em que também concluiu o ensino superior. Seria esse um destino provável para as mulheres de sua geração e de sua classe social?

Como se disse antes, o núcleo familiar de Waldisa Rússio não era economicamente bem favorecido. No passado, como jornalista, seu avô deve ter mantido as despesas da família com seu trabalho, mas possivelmente gozava mais de prestígio do que de rentabilidade e estabilidade econômica. Se tivesse posses e economias, muito provavelmente o trabalho da avó de Waldisa seria adiado ou dispensável. Mesmo diante de uma possível reestruturação econômica com o novo casamento da avó, houve uma nova depreciação econômica no início da década de 1930, como descreveu Leda Xavier. Com o núcleo familiar direto de Waldisa, o que se passou foi diferente, mas com semelhantes consequências. O fim do casamento dos seus pais também abalou a estrutura econômica e a organização da família. Semelhantemente à mãe, Isa Simões Rússio não possuía estudos certificados que lhe garantissem um emprego de grande rentabilidade. O estudo superior não era uma realidade para as mulheres na primeira metade do século XX.

### **2.2.1 Ensino**

A respeito da estruturação da organização do ensino e sobre como a mulher se inseriu nesse contextos das certificações, Heleieth Saffioti, que desenvolveu pesquisas sobre o papel social das mulheres, afirma que na primeira metade do século XX no Brasil:

Como falhasse a República no estabelecimento de um sistema orgânico e integrado de educação nacional, assentado no princípio da laicidade de ensino consagrada na Constituição, persistiam suas deformações antigas de graves consequências: a já passada em revista dominação da Igreja Católica e o hiato entre os dois sistemas escolares – o que fornecia instrução e qualificação profissional às classes populares e aquele destinado a formar as elites dirigentes. Como já se mencionou anteriormente, dadas as circunstâncias que cercaram a vida da mulher brasileira, era reduzido o número de elementos do sexo feminino que, antes de 1930, se deixaram absorver pelo segundo sistema de ensino, nele diplomando-se. (SAFFIOTI, 1978, p. 216, 217)

A autora aponta a discrepância entre o número de homens e mulheres em vários cursos, evidenciando como em alguns casos a predominância feminina estava vinculada à perda de status do curso ou ao perfil de conhecimento considerado feminino. Esse era o caso da formação em Música, por exemplo, que em 1929 registrava em São Paulo 269 matriculados do sexo masculino e 1694 do sexo feminino

(SAFFIOTI, 1978, p. 219). No curso de Ciências Jurídicas, no mesmo ano, a ordem era de 711 matriculados do sexo masculino para a 04 do sexo feminino. Objetivamente, Saffioti afirma que as mulheres até a década de 1930 não haviam penetrado nas escolas superiores em números significativos (SAFFIOTI, 1978, p. 221) e as exceções certamente estavam entre as mulheres das famílias brancas, economicamente melhores colocadas.

As relações familiares, as possibilidades de estudo e de trabalho são aspectos fundamentais que estruturam a vida dos indivíduos, especialmente na sociedade capitalista. São questões que tocam homens e mulheres, mas os afeta socialmente de modo diferente. Na análise de Pierre Bourdieu (2013), a família e a escola se comportam como instituições que conformam o “habitus”, construindo e reforçando valores e visões de mundo, a exemplo da crença de que homens e mulheres possuem papéis sociais diferentes. Segundo aponta Saffioti (1978), após a reestruturação das competências do Estado quanto aos parâmetros básicos da educação no país na década de 1930, houve um aumento considerável de escolas, vagas e alunos nos cursos secundários. Essas transformações marcaram a vida escolar de Waldisa e seus irmãos. Todavia, mesmo diante de um quadro de ampliação, a diferença social entre os gêneros seguia sendo reforçada, conforme se observa por meio da Lei Orgânica do Ensino Secundário, Decreto-Lei nº 4.244, de 9 de abril de 1942:

### TÍTULO III

#### *Do ensino secundário feminino*

Art. 25. Serão observadas, no ensino secundário feminino, as seguintes prescrições especiais:

1. **É recomendável que a educação secundária das mulheres se faça em estabelecimentos de ensino de exclusiva frequência feminina.**
2. Nos estabelecimentos de ensino secundário frequentados por homens e mulheres, será **a educação destas ministrada em classes exclusivamente femininas**. Este preceito só deixará de vigorar por motivo relevante, e dada especial autorização do Ministério de Educação.
3. Incluir-se-á, na terceira e na quarta série do curso ginásial e em todas as séries dos cursos clássico e científico, a disciplina de **economia doméstica**.
4. A orientação metodológica dos programas terá em mira a natureza **da personalidade feminina e bem assim a missão da mulher dentro do lar**<sup>34</sup> (grifo nosso).

Conforme afirmou Leda Xavier Telles<sup>35</sup>, Waldisa cursou seus estudos primários até o colegial em uma tradicional escola pública estadual, hoje chamada Escola

<sup>34</sup> Brasil. Decreto-Lei n.º 4.244, de 09 de abril de 1942. Lei orgânica do ensino secundário. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4244-9-abril-1942-414155-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em 05/08/2016.

Estadual de São Paulo. Fundada em 1894, foi o primeiro ginásio do estado<sup>36</sup>, considerado como lugar de referência e que recebia alunos de vários locais da cidade, matriculados após um concorrido exame admissional. A escolha por esta instituição se repete na trajetória de outras mulheres da amostra prosopográfica, como a militante política, estudante de Ciências Sociais Ísis Dias de Oliveira, a Filósofa Marilena Chauí e a Matemática Elza Furtado Gomide. Depoimentos de ex-alunos e a narrativa de memória da própria escola<sup>37</sup> destacam que além das classes separadas de meninos e meninas, das disciplinas curriculares obrigatórias, fazia parte do cotidiano do ensino as aulas de música e teatro. Esse é um dos aspectos que pode ter influenciado a "vocação" de Waldisa para o campo cultural e intelectual. Ou, dito de outro modo, pode ser reflexo das disposições cultivadas desde a escola, que conformaram o seu habitus.

Tomando em conta a ótica bourdieuana, a influência de um determinado gosto artístico-cultural na vida de um indivíduo é proporcional ao estímulo que ele recebe para cultivar esse interesse. A valorização das expressões artísticas e intelectuais e dos gostos que as conformam (visita a museus, ida a teatros e o costume da leitura) são práticas construídas, que tem na família e na escola importantes meios de transmissão e reprodução. Segundo Bourdieu (2013) aquilo que aparentemente pode parecer um amor à arte, como uma vocação do espírito, é o resultado objetivo de determinadas condições de cultivar esse amor. No caso de Waldisa, a influência familiar deve ter relação com a valorização da memória de Simões Pinto. Seus estudos prolongados (incluindo o curso superior, mestrado e doutorado) possibilitaram que esse estímulo a uma "disposição culta" se prolongasse no tempo. Longe de uma relação de causa e efeito, o que se observa é que há circunstâncias favoráveis para que o "amor pela arte" florescesse no coração de Waldisa Rússio, não como um traço imanente a seu espírito, mas como um valor atribuído e cultivado.

Ainda a respeito das disposições adquiridas na escola, estudando em escola pública reputada (Escola Estadual de São Paulo), Waldisa teve aulas de inglês e de francês regularmente, assegurando-lhe uma fluência nessas e em outras línguas. Segundo Leda Xavier Telles, Waldisa tinha "facilidade e gosto pelos idiomas" e em razão disso, ela chegou a dar aulas de francês na década de 1950. Esses foram conhecimentos fundamentais para ela desempenhar sua carreira internacional a partir das décadas de 1970. Outro aspecto a se considerar é que, diferentemente de outros

---

<sup>35</sup> TELLES, Leda Xavier. Entrevista concedida a Inês Gouveia. São Paulo, SP. 10/2016.

<sup>36</sup> Conforme: História da Escola Estadual São Paulo. Núcleo de Vídeos São Paulo. São Paulo: Secretaria Estadual de Educação, 2010. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=OrB4x6c397A>>. Acesso: 05/03/2017.

<sup>37</sup> Idem.

cursos secundários, a formação que recebeu em seu Ginásio lhe possibilitava ingressar no ensino superior, depois de realizar o exame vestibular.

Waldisa ingressou na Faculdade de Direito da USP, no Largo de São Francisco, aproximadamente aos 20 anos de idade. Assim como as aulas de Francês, ela afirmou ter ministrado aulas de Português e História do Brasil em cursos particulares antes de concluir a formação em Ciências Jurídicas em 1959. Ainda que esse trabalho servisse para auxiliar nas despesas que possivelmente pesavam no seu núcleo familiar, vale destacar que Waldisa Rússio pôde privilegiar os estudos, sem interrupções. Ela foi a única entre os irmãos que fez o curso superior, mesmo considerando que tinha dois irmãos homens e mais novos. Em termos da análise de Miceli (2001), a condição de Waldisa pode ter sido beneficiada pela posição relativa a seus irmãos, já que ela era primogênita de seus pais e na década de 1950 eles provavelmente ainda não haviam se separado.

O aumento da escolarização, inclusive com relação ao nível superior, foi um dos aspectos fundamentais nas transformações no século XX. Na análise de Eric Hobsbawm, países como Brasil, Índia, México, Filipinas e EUA foram “pioneiros na educação universitária em massa a partir de 1945” (HOBBSAWM, 1995, p. 290). Heleieth I. B. Saffioti (1978) registra o número crescente de faculdades a partir da década de 30 e, conseqüentemente, o aumento do número de formados de ambos os gêneros, permanecendo maior o número de homens. Para Miceli (2001) a situação “inflacionária do mercado de diplomas superiores”, inclusive pela abertura de instituições particulares, abalou a reserva de postos que se fazia para um grupo dominante, que frequentava as instituições mais tradicionais de ensino (MICELI, 2001, p. 116). Por outro lado, pelo aumento da concorrência, a simples obtenção do diploma deixava de ser garantia de colocação política, social e econômica (MICELI, 2001, p. 118-119), análise que se aplica bem para o curso de Ciências Jurídicas.

Combinando a tese de Hobsbawm (1995) com a argumentação de Saffioti (1978) e de Miceli (2001), vale observar que o aumento de cursos teve impacto diferente sobre as carreiras e profissões. Essa relação não é apenas regulada em termos da quantidade de certificações e diplomas que se adquire, mas também quanto à garantia de mercado e nível de rentabilidade. De acordo com o argumento de Saffioti (1978), as profissões mais concorridas estavam destinadas ao universo masculino, conforme se observa pela comparação dos dados a seguir:

**Tabela 1** - Porcentagem de mulheres entre os alunos matriculados no início do ano – Ensino Superior – Brasil.

	1956	1961	1966	1971
Engenharia	2 (8 223)	2 (11 423)	2 (26 595)	3 (39 433)
Agronomia	3 (1 274)	4 (2 165)	5 (4 839)	7 (6 404)
Veterinária	3 (730)	6 (833)	10 (1 991)	13 (2 743)
Ciências Econômicas e Adm. de Empresas	6 (6 354)	7 (10 071)	11 (24 027)	15 (52 218)
Direito	12 (20 607)	15 (23 519)	21 (36 363)	25 (76 906)
Arquitetura	14 (1 829)	16 (1 646)	27 (2 774)	36 (4 591)
Odontologia	17 (4 808)	19 (5 572)	29 (6 794)	35 (8 571)
Medicina	20 (12 650)	12 (10 365)	16 (17 152)	24 (30 990)
Farmácia	34 (1 621)	28 (2 427)	42 (2 619)	50 (4 185)
Física, Química, Matemática e Biologia <sup>a)</sup>	38 (2 852)	38 (3 595)	42 (7 637)	49 (34 310)
Comunicações	38 (461)	44 (517)	52 (1 436)	52 (4 305)
Educação Física	46 (586)	36 (544)	44 (1 140)	44 (8 615)
Letras, Ciências Humanas e Filosofia <sup>b)</sup>	67 (10 555)	69 (17 756)	73 (35 785)	77 (114 975)
Serviço Social	77 (1 194)	83 (1 578)	90 (3 121)	95 (6 352)
Enfermagem	99 (1 592)	99 (1 608)	95 (1 266)	94 (2 882)
<b>TOTAL</b>	26 (78 659)	29 (98 892)	31 (180 101)	40 (561 397)

FONTE de dados brutos: MEC. Serviço de Estatística da Educação e Cultura. *Sinopse Estatística do Ensino Superior* (1956, 1961, 1966, 1971).  
 NOTA:  
 1. Dos cursos classificados em "Filosofia, Ciências e Letras", são apresentadas duas categorias:  
 a) Física, Química, Matemática e Biologia.

Fonte: Tabela elaborada por Carmem Lúcia de Melo Barroso e Guiomar Namó de Melo (1975, p. 51).

Observa-se assim que o percentual de mulheres cresceu paulatinamente nos cursos, de modo desigual, de acordo com a valorização da carreira. Por essa tabela também fica evidente como algumas carreiras são "destinada" às mulheres, a exemplo de Enfermagem e Serviço Social.

## 2.2.2 Trajetórias "comuns" às mulheres

Ao ler e comparar de modo sistemático informações sobre a biografia das mulheres, conforme explicado na metodologia (capítulo 1), observa-se como e de modo específico suas trajetórias estiveram marcadas pelo lugar atribuído ao gênero, a partir da condição de filha, esposa e mãe. As "filhas" evidenciam terem sido criadas conforme a determinação moral dos pais, tendo o pai como o elemento determinante,

autoridade que depois passa a ser do marido. Conforme as narrativas<sup>38</sup>, por mais que os cuidados cotidianos estivessem a cargo da mãe, ao pai cabia definir os critérios morais da família. Essa determinação funcionava (e funciona) sobre a forma de regra implícita ou explícita, regulando o prolongamento do estudo, o trabalho, a conduta afetiva e sexual. As mulheres da amostra que mencionam a influência da família para a escolha da profissão, atribuem isso à figura paterna. Isso é condizente com o fato de que as suas mães ocupavam, de um modo geral, o lugar doméstico, mesmo quando trabalhavam fora de casa.

Longe de ser um traço excepcional nas relações, a limitação do papel da mulher esteve formalmente instituída a partir do matrimônio, pois segundo o Código Civil de 1919 (que nesse aspecto só foi alterado em 1962)<sup>39</sup> o homem era o chefe da família e dele era a responsabilidade pela administração dos bens e o direito de fixar e mudar de domicílio. Nesses termos cabia à mulher seguir o marido, já que era obrigada a ser domiciliada junto dele. Ao marido também era facultado autorizar ou não o exercício profissional da mulher e, assim, era também dele a obrigação de prover economicamente a família.

---

<sup>38</sup> Especialmente nesse caso com relação aos depoimentos pesquisados no acervo do Museu da Pessoa, por serem narrativas mais extensas.

<sup>39</sup> Trata-se do Artigo 233, Capítulo II, Dos Direitos e Deveres do Marido. Brasil. Código Civil de 1919, Lei n.º 3.071, de 1º de janeiro de 1916. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L3071.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L3071.htm). Acesso: 05/03/2017. O artigo em questão foi alterado por: Brasil. Lei n.º 4121 de 1962. O Código Civil foi substituído por: Brasil. Lei n.º 10.406 de 2002.



Quadro 3 - Comparação de trajetórias femininas

Nome		Instituição / Ingresso / Formação	ocupação da mãe	ocupação do pai	Ano de nascimento	Fonte	Destques
1	Elza Furtado Gomide	USP / 1944 / Física / Matemática	Trabalho no lar, não remunerado; Pianista / Professora de piano	Engenheiro / Professor de Matemática	1925	Pioneiras da Ciência - CNPQ Dissertação PUC	<p>Estudou no Ginásio da Capital de São Paulo (tal como Waldisa Rússio).</p> <p>Teve aulas particulares de inglês.</p> <p>A mãe estudou piano na França. Era pianista e professora, mas isso não é identificado como profissão.</p> <p>Afirma que seu pai "era um homem de espírito aberto, que considerava natural que as mulheres estudassem e tivessem uma carreira". Elza foi sua aluna no Ginásio do Estado, o que na narrativa dela a fez estudar muita matemática e ter uma excelente formação nesta disciplina.</p> <p>Carreira Acadêmica em Matemática. Primeira mulher a cursar o Doutorado em Matemática no Brasil</p>
2	Arcelina Ribeiro de Araújo	USP / 1950 / Nutrição e PUC (?) / 1957 / Serviço Social	trabalho no lar, não remunerado	Comerciante	1928	Museu da Pessoa	<p>Por determinação do pai fez primeiro o curso técnico de Dietética. Só posteriormente foi fazer Nutrição. Narra que seu pai dizia: "As meninas vão tudo pra profissional porque eu quero que elas sejam boas mães, boas esposas. [...] Então não tinha muita escolha. A escola profissional eram dois períodos: de manhã, a gente tinha o equivalente ao ginásio, mas que não era bem equivalente ao ginásio; a gente ficou prejudicada, mas era um diploma que te dava o direito do ginásio e depois à tarde eram as oficinas. Então, a gente estudava tudo de manhã que era teoria e a tarde tinham as oficinas: bordados, flores, chapéus, costura, desenhos..."</p>
3	Ruth Machado Lousada Rocha	ESP (FESP) / ? / Ciências Políticas e Sociais Faculdade de Filosofia de Santos / ? / Ciências Sociais na Faculdade de Filosofia de Santos	trabalho no lar, não remunerado	Médico / Presidente do Rotary Club/ Diretor Colégio Rio Branco	1931	Academia paulista de letras <a href="http://www.academiapaulistadeletras.org.br/academicos.asp?temp=10&amp;materia=37">http://www.academiapaulistadeletras.org.br/academicos.asp?temp=10&amp;materia=37</a>	<p>Família economicamente estável pela remuneração do trabalho do pai.</p> <p>Pais faleceram proximamente aos 90 anos.</p>

4	Niède Guidon	USP / 1954 / História Natur	Professora	Funcionário público	1933	Dicionário Mulheres do Brasil - CNPQ Pioneiras Museu da Pessoa - <a href="http://dualtec.museuda.pessoa.net/_index.php/historia/4879-a-arqueologia-de-niede-guidon/texto">http://dualtec.museuda.pessoa.net/_index.php/historia/4879-a-arqueologia-de-niede-guidon/texto</a>	Carreira Internacional como Arqueóloga; Mãe faleceu cedo
5	Heleieth Iara Bongiovani Saffioti	USP / 1960 / Ciências Soc	Costureira	Pedreiro	1934	Dicionário Mulheres do Brasil	Acadêmica e feminista
6	Eva Blay	USP (?) / 1959 / Ciências S	Fazendeiro de café	Fazendeiro de café	1937	Dicionário Mulheres do Brasil	Ativista feminista / Docente / Senadora
7	Odette Carvalho de Lima Seabra	USP / 1966 / Geografia	Operária (?)	Artesão (sapateiro) - faleceu na infância e todos os filhos passaram a trabalhar	1937	Museu da Pessoa e Entrevista Geosul - ver pasta	Trabalhou em oficina de costura com 13 anos. Mãe já trabalhava desde a infância e casou-se cedo. Pai faleceu durante a infância da biografada. Destaque para trecho: "... eu vivia num mundo que uma mulher com 18 anos está casando, 16, 17 anos está casando, minha própria irmã casou com 16 anos". "Sem nenhuma pretensão quero dizer inicialmente que não me chamo Odette Seabra, meu nome é Odette Carvalho de Lima Seabra. Casei-me com 30 anos e então ganhei um nome a mais, não perdi os que já tinha. Perdoem esta observação, mas é muito importante para mim porque me casei com uma pessoa com certo conhecimento dentro da Geografia, que é nossa área de militância. Quero apenas fazer notar que agreguei um atributo, mas sem perder os meus de origem. É uma observação feminista, desculpem, mas tem que ser feita". Na época em que fui fazer faculdade, já tinha que trabalhar. E prestei vestibular para Geografia porque tinha certeza que iria entrar e poder continuar trabalhando. Também tinha os meus tios, irmãos da minha mãe, que eram pessoas muito interessantes com as quais convivia. Eram operários esclarecidos envolvidos com a luta política de sua(s) época.

8	Ana de Cerqueira César Corbisier	USP / 1960 / Ciências Sociais	trabalho no lar, não remunerado	Advogado / Professor de Português	1941	Museu da Pessoa	Afirma que o 1º marido não a deixava trabalhar e a dissuadia de estudar, motivo pelo qual demorou 08 anos pra se formar.  Viveu exilada durante a Ditadura Civil-Militar.
9	Marilena Chauí	USP / 1960 / Filosofia	Professora	Jornalista	1941	Wikipedia	Lecionou no ensino ginasial. Ingressou no curso superior com 19 anos. Da graduação foi direto para o mestrado e o doutorado e seguiu a carreira acadêmica e docente. Secretária Municipal de Cultura em SP entre 1989 e 1992.
10	Anna Maria Machado de Campos	PUC / 1962 / Pedagogia	trabalho no lar, não remunerado	Engenheiro Civil	1941	Museu da Pessoa	Mãe era normalista, mas nunca exerceu a profissão. Aparentemente a família era abastada, possivelmente recebeu herança da geração anterior.
11	Heleni Telles Ferreira Guariba	USP / ? / Filosofia		Funcionário do Banco do Brasil	1941	Dicionário Mulheres do Brasil	Morte prematura do pai. Ativista política, presa e torturada pelo Regime Militar.
12	Trindade Sanches Garcia	sem curso superior		Família de operários	1926	Dicionário Mulheres do Brasil	
13	Maria José da Silveira	? / ? / Música	"Não trabalhava", "tinha vida social intensa" e "frequentava a sociedade".	Advogado. Pai faleceu precocemente	1942	Museu da Pessoa	Trabalou em loja, professora de conservatório.

Conforme a tabela anterior, o dado mais recorrente na comparação entre as biografias é a ausência de identificação do status de profissão na ocupação das mães das mulheres contemporâneas a Waldisa. A mãe de E. F. G (linha 1), por exemplo, mesmo sendo pianista era considerada como não tendo profissão e a influência em sua carreira é totalmente atribuída ao pai. A. R. A. (linha 2) evidencia que o pai determinou que ela e suas irmãs fizessem determinado curso técnico, dentro de uma especificidade de conhecimentos necessários ao universo feminino e ela descreveu essas aulas como uma formação desnivelada em relação ao universo masculino, por não darem acesso ao curso superior. O. C. L. S. (linha 10) evidenciou como a perda do pai na infância desarranjou economicamente a família e contou que meninas podiam, conforme a decisão dos pais, trabalhar em oficinas de costura, ainda aos 12, 13 anos. Na trajetória de A. C. C. C. (linha 11) se destaca a dificuldade para se trabalhar e estudar, diante das necessidades econômicas.

As análises a partir da comparação das trajetórias acendem a influência do pertencimento a um núcleo familiar com relação a determinadas condições que pré-existem ao sujeito. O apoio e participação dos pais na vida dos filhos não se dá apenas no sentido afetivo e simbólico. Os laços familiares são uma forma jurídica a partir da qual um grupo de indivíduos partilha seus recursos materiais e sua rede de relações, além é claro, de uma história e uma tradição. Há condições objetivas que informam, numa equação que poderia ser matematicamente expressa, sobre as reais chances de um indivíduo  $x$ , certo perfil social  $y$ , fazer o curso superior  $z$ , escolher uma carreira  $w$  e ocupar determinados cargos (BOURDIEU, 2013). As biografias, mesmo não trazendo dados inéditos sobre o mundo em que as mulheres brancas de classe média viviam, visibilizam as condições que conformaram regras sociais para nós, nossas mães (e pais) e avós, mas com nuances diferentes em cada uma das épocas, em um processo que não é evolutivo. Inseridas no mercado de trabalho no século XX, mesmo quando autônomas em sua vida econômica, as mulheres ainda eram tratadas como "do lar". Mesmo Waldisa Rússio Camargo Guarnieri, com sua carreira evidentemente profícua não escapava disso. O registro a seguir evidencia essa naturalização da condição de "senhora do lar":

**Figura 3** - Espólio de Arizia Guarnieri, sogra de Waldisa Rússio Camargo Guarnieri. As mulheres todas são descritas no documento como "senhoras do lar".

LIVRO Nº 2 - REGISTRO  
continuação.....GERAL

4.º CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS  
de São Paulo 100 405

matrícula 32.325 ficha 02

São Paulo, de 2007 de 1989

peroa, nº.367, Cidade Monções; Rossine Camargo Guarnieri, do comércio, e sua mulher Waldisa Russio Camargo Guarnieri, senhora do lar, brasileiros, casados sob o regime da comunhão de bens, antes da Lei 6.515/77, RG.nºs.264.467-SSP/SP., e nº 1.974.275-SSP/SP., CPF.nºs.046.334.158-91 e 027.032.308-63, domiciliados nesta Capital, à rua Simões Pinto, nº.27; Belli

Fonte: Documento disponível no site da Câmara Municipal de São Paulo. <<http://www2.camara.sp.gov.br/projetos/2012/00/00/0H/13/00000H13P.PDF>> Acesso em 28/02/2017.

Ver essa problemática confirmada nas biografias sustenta a necessidade de não naturalizá-la. Os limites impostos às mulheres da amostra e debatidos por Heleieth I. B. Saffioti (1978) e demais autores citados foram certamente aqueles impostos à Waldisa para transitar no espaço público, para ser ouvida, para assumir lugares de destaque no universo masculino. A imagem a seguir ilustra como era o ambiente profissional e intelectual com o qual ela lidava:

**Figura 4** - Uma representação do meio profissional de Waldisa Rússio, em termos da representatividade de gênero.



Fonte: Arquivo IEB-USP, Fundo Waldisa Rússio Camargo Guarnieri, Caixa 357, código do documento: 22.0023/03.<sup>40</sup>

<sup>40</sup> Da esquerda para a direita: Zélio Alvez Pinto, então diretor do DEMA; Waldisa Rússio C. Guarnieri, Joaquim Pedro Villaça de Souza Campos, Antonio Rubbo Muller (FESP), o então Secretário de Cultura

A mudança de práxis quanto ao ensino superior e ao mercado de trabalho não traduziu a mudança das mentalidades e as práticas discriminatórias que se impunham a Waldisa Rússio e às mulheres como grupo social<sup>41</sup>. Ser discriminada como mulher, não significa perceber-se discriminada como mulher. Não se obteve fontes suficientes para dizer sobre o posicionamento de Waldisa Rússio quanto às mulheres em seu tempo. Destaca-se a seguir um dos poucos registros em que ela trata seu gênero com um dado objetivo: "...também tenho apreço por meu trabalho e pelo meu nome profissional, construído sobre um árduo trabalho e sem qualquer concessão como profissional ou como mulher"<sup>42</sup>. Trata-se de um ofício em que Waldisa diverge da Coordenadora de Pós-Graduação da FESP, exprimindo o desejo de que a ela fosse dado respeito profissional, evidenciando que não havia sido "favorecida" por ser mulher. Um sentido dúbio de favorecimento, como aquele que alcança a posição de "café com leite" no jogo<sup>43</sup>. Não ser tratada com "concessão", significa jogar o jogo com as mesmas regras. Uma segunda conclusão a partir dessa é que jogar com as mesmas regras não significa que todos são tratados de forma igualitária, porque só um dos gêneros faz as regras. De qualquer modo, com as evidências para a pesquisa, não foi possível precisar o quanto Waldisa Rússio estava atenta à dominação masculina.

### 2.2.3 Formação

Waldisa Rússio destoou de alguns dos destinos possíveis para as mulheres de sua classe social, a respeito do nível de seus estudos primários, secundários e especialmente quanto a formação superior em Ciências Jurídicas na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco. Ela ingressou no curso com 20 anos, direto do ginásio. Antes e durante o bacharelado se dedicava a trabalhos que talvez complementassem a renda familiar e que certamente davam a ela alguma autonomia na ingerência de sua vida. Em 1958, um ano antes de se formar, Waldisa estagiou no Centro Acadêmico XI de Agosto,<sup>44</sup> prestando serviço jurídico gratuito. Esse Centro era um importante núcleo do debate político paulista e nacional, correspondendo ao status

---

Jorge Cunha Lima, Dalmo Dallari (então FESP), Wilton Tucci, Chefe do Gabinete da SEC e Vicente Trevas (FESP).

<sup>41</sup> Sabe-se que essa situação não representa a trajetória de mulheres negras, em razão da sobreposição da discriminação racial.

<sup>42</sup> Fonte: Coleção Curso de Museologia da FESP. Centro de Documentação da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo. CX 2-06 Asspam Fesp. Correspondências Recebidas 1986.

<sup>43</sup> Na expressão popular, quem tem concessão para jogar um jogo com regras favorecidas, para compensar alguma limitação. É um sentido dúbio porque a limitação em questão não está na agente, mas é uma limitação produzida pela própria regra do jogo.

<sup>44</sup> Conforme currículo de Waldisa Rússio, sem data. Fonte: Arquivo IEB-USP, Fundo Waldisa Rússio Camargo Guarnieri, Caixa 140, código do documento: Cx. 08 V. 54.

da própria Faculdade, que fora fundada em 1827 e integrada à USP, quando de fundação desta em 1934. Sobre “o Largo de São Francisco”, Miceli (2001) afirma o seguinte:

Até meados da República Velha, a Faculdade de Direito era a instância suprema em termos de produção ideológica, concentrando inúmeras funções políticas e culturais. No interior do sistema de ensino destinado à reprodução da classe dominante, ocupava posição hegemônica por força de sua contribuição à integração intelectual, política e moral dos herdeiros de uma classe dispersa de proprietários rurais aos quais conferir uma legitimidade escolar. A Faculdade de Direito atuava ainda como intermediária na importação e difusão da produção intelectual europeia, centralizando o movimento editorial de revistas e jornais literários; fazia as vezes de celeiro que supria a demanda por indivíduos treinados e aptos a assumir os postos parlamentares e os cargos de cúpula dos órgãos administrativos, além de contribuir com o pessoal especializado para as demais burocracias, o magistério superior e a magistratura. (MICELI, 2001, p. 115).

As fontes consultadas não trazem muitas informações sobre a passagem de Waldisa Rússio pela formação superior. O estágio no Centro Acadêmico pode ser um indicativo de uma vida estudantil ativa e/ou de um aproveitamento acadêmico acima da média. Vale observar que mesmo diante do aumento do número de cursos que habilitavam em Direito e da perda relativa de prestígio quando comparados os anos 1940 e 1950 com os anteriores, essa profissão ainda era estratégica para o exercício de diferentes carreiras profissionais, inclusive para o acesso a alguns postos públicos. Nesse cenário, o curso da USP seguia como uma das instituições mais concorridas do país. Outro aspecto a considerar é que além do prestígio de um diploma disputado e socialmente legitimado, é certo que, se não antes, durante o curso superior Waldisa Rússio tomou contato com um universo e um sistema de pensamento afeito a problematizar a realidade social e as regras instituídas.

Waldisa Rússio concluiu o curso na turma de 1959, com mais 267 formandos, dentre os quais apenas 20% eram mulheres. Esse índice é um pouco menos desproporcional do que o índice nacional, considerando os dados do MEC, segundo os quais, em 1961 as mulheres representavam 12% dos alunos e em 1971 passaram a 25% (BARROSO; MELO, 1975). Uma perspectiva de ampliação que corrobora o aumento geral de oferta e demanda do ensino e traduz a crescente participação da mulher nas classes superiores em geral. Com a escolha pelo curso de Ciências Jurídicas, Waldisa – juntamente com outras mulheres – transpôs uma norma social que ainda vigorava no senso geral, sobre esse perfil de conhecimento e profissão se

destinar ao gênero masculino. Na perspectiva das autoras Carmem Lúcia de Melo Barroso e Guiomar Namó de Mello (1975):

A decisão por um destino profissional discrepante das normas que regulam os papéis sexuais associa-se, provavelmente com capacidade e motivação acima da média. Além disso, a jovem que escolhe uma carreira não convencional para a mulher superou de algum modo oposições mais ou menos ostensivas da parte de pessoas significativas com quem convive... (BARROSO, MELLO, 1975, p.66)

O "ponto fora da curva", que poderia ser explicado pela identificação com o destino de quem almeja a elite dirigente também encontra versões que compreendem as subjetividades que cercam um indivíduo. A Waldisa Rússio que se desenha pelos arquivos e por meio da memória de quem a conheceu é certamente essa mulher que apontam Barroso e Mello (1975), capaz e afeita ao desafio à norma imposta. Enérgica e apaixonada, possivelmente suas decisões (dentro do seu campo de possibilidades) também se guiaram por esse espírito desafiador. Cursar Ciências Jurídicas pode ter relação com uma dessas escolhas de superação, mas não se restringe a isso.

No contexto desta pesquisa praticamente inexitem registros sobre a participação do pai na vida de Waldisa Rússio. Os entrevistados que conviveram intimamente com ela pouco ou nada ouviram a seu respeito. Diferentemente do relato das outras mulheres, não foi seu pai quem a influenciou a cursar Ciências Jurídicas. Essa escolha parece ser algo do universo individual de Waldisa, já que Leda Xavier Telles compreende que o interesse dela em frequentar o Largo de São Francisco se deveu à paixão por um rapaz que já estudava lá<sup>45</sup>.

O limite da análise histórica e sociológica aqui é a certeza de que o curso da vida tem direções que nem sempre são explicáveis em termos objetivos. Quando observamos as contingências que regulam as trajetórias femininas não negligenciamos que elas, por vias individuais, criaram meios de superar os efeitos da dominação. Além disso, tomar como dado a paixão ou a passionalidade, auxilia no propósito de compreender quem foi Waldisa Rússio.

As mulheres da amostra que fizeram mestrado e doutorado tiveram uma carreira acadêmica linear, fazendo a pós-graduação seguidamente à graduação. Waldisa, que levou mais de 15 anos para dar sequência à formação, combinou o mestrado e o doutorado com a atuação profissional no Estado e deu, especialmente quanto à tese, vazão a um projeto profissional importante com o Museu da Indústria e

---

<sup>45</sup> TELLES, Leda Xavier. Entrevista concedida a Inês Gouveia. São Paulo, SP. 10/2016.



com as pretensões acadêmicas para o Curso de Museologia da FESP. Como aluna de mestrado e doutorado, Waldisa Rússio cumpria os créditos em aulas e seminários assistidos e ministrados. Conforme os documentos consultados, algumas disciplinas nessa etapa de formação foram: Fenomenologia, Bibliografia, Documentação, Hermenêutica, Metodologia, Organização Humana e Comportamento da Estrutura da Personalidade, Estudo dos Problemas Brasileiros, Organização Humana e Social etc. Conforme consta nas atas de defesa da dissertação e da tese, Waldisa foi aprovada em ambos, recebendo respectivamente as notas 8,2 e 9,0<sup>46</sup>.

**Figura 5** - Certificado de cumprimento de créditos para o mestrado de Waldisa Rússio. Disciplina: Fenomenologia I, 1977.



Fonte: Documentação discente de Waldisa Rússio Camargo Guarnieri. Centro de Documentação da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo.

A posição que Waldisa desempenhou no campo museológico foi certamente influenciada por sua formação. Além do curso superior, com o mestrado e o doutorado, ela teve contato sistemático com outros campos do conhecimento, inclusive com a Sociologia que era o carro chefe da FESP e do seu orientador em ambas as etapas. Ele, Antonio Rubbo Müller, havia se formado em Ciências Sociais e Políticas na então ESP no fim da década de 1930 e tinha uma longa carreira docente na instituição. Entre a década de 1970 e início da seguinte, era também o diretor da FESP. É importante considerar que Waldisa, unindo sua formação anterior com referência ao Direito e a Administração, se abriu para análises históricas e

<sup>46</sup> Fonte: Documentação discente de Waldisa Rússio Camargo Guarnieri. Centro de Documentação da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo.

sociológicas na dissertação e tese (o que também se reflete nos artigos), com foco em problemáticas empíricas. Suas leituras, anteriores, mas especialmente posteriores à pós-graduação, evidenciam a aproximação com essas áreas e também com a Antropologia e a Educação. Outras áreas de interlocução foram a Economia, Política, Patrimônio, Conservação, Arte, Arquitetura e Literatura, além claro de Museologia.

Observando parte de sua biblioteca, (1738 títulos que constituem a coleção Waldisa Rússio também doados ao IEB)<sup>47</sup> destacam-se autores recorrentemente citados, tais como Florestan Fernandes, Paulo Freire, Marilena Chauí, Pierre Bourdieu, Antônio Augusto Arantes e Néstor Garcia Canclini. Os livros doados ao IEB representam, segundo Leda Xavier Telles, uma parte da biblioteca pessoal de Waldisa Rússio, talvez aqueles livros mais relacionados à sua vida profissional e a sua trajetória no campo museológico. Segundo relatam os demais entrevistados, Waldisa lia bastante, comprava livros sistematicamente e não perdia a oportunidade de comprá-los fora do país. Segundo Inês Coutinho, Waldisa voltava sempre mais magra de suas viagens, pois economizava (inclusive com alimentação) para poder comprar mais livros<sup>48</sup>. Esse aspecto pessoal revela que as condições materiais que possibilitavam suas viagens internacionais eram sempre limitadas, de acordo com a instituição que custeava a ocasião. O contraste de uma vida inserida numa elite intelectual – que é efetivamente paga para pensar – mas que, do ponto de vista prático, não está identificada com a elite financeira, já que não se paga tanto assim.

### **2.3 Mulher trabalhadora**

A ampliação do número de mulheres no ensino superior está diretamente ligada à mudança de condições de trabalho para elas. Em termos dos direitos civis é fundamental considerar que essa transformação resultou também da militância feministas de mulheres que haviam representado a causa do voto direito, conquistado em 1932. Conforme explicita Teresa Cristina Novaes Marques (2016), entre 1932 e 1933, as principais reivindicações trabalhistas diziam respeito à garantia da licença e manutenção do emprego pós-parto, igualdade salarial, igualdade de condições para empregos e carreiras públicas e o fim da restrição ao trabalho de mulheres casadas (MARQUES, 2016)<sup>49</sup>.

---

<sup>47</sup> A relação completa dos livros doados em 1992 pode ser acessada virtualmente, por meio do catálogo do Sistema de Bibliotecas da USP, consultando a "coleção especial" identificada com "WR". Disponível em <http://dedalus.usp.br>. Acesso em 05/03/2017.

<sup>48</sup> COUTINHO, Inês. et. al. Entrevista concedida a Inês Gouveia. São Paulo, SP. 10/2016.

<sup>49</sup> Não haverá espaço aqui para detalhar a luta das mulheres no século passado, representando inclusive frentes diversas dentro do movimento feminista. Falamos aqui do universo próximo ao de Waldisa

Conforme o currículo que Waldisa Rússio elaborou provavelmente em 1978<sup>50</sup>, sua vida profissional teve início com 19 anos, quando ela ministrou aulas de Português e História do Brasil para cursos de Administração. Entre 1955 e 1957 ela lecionou Francês e Português em curso preparatório para o vestibular. Ela descreve que sua atuação docente continuou na década seguinte quando ministrou Português e “Noções de Cultura Brasileira” para estrangeiros entre 1963 e 1964. No ano seguinte ensinou Literatura Portuguesa e Brasileira na Escola Normal do Instituto Mackenzie. Essas atividades ocorrem em paralelo a sua formação em Ciências Jurídicas. Como dito antes, Waldisa concluiu o ensino superior em 1959, mas, ainda conforme essa mesma fonte, apenas 04 anos mais tarde ela advogou a partir de seu escritório, o que aparentemente fez somente por 01 (um) ano.

### **2.3.1 Carreira na administração pública**

O não exercício da condição de advogada (validada pela OAB inclusive), deve guardar relação com a ocupação no serviço público estadual, que Waldisa passou a desempenhar a partir de 1957, após fazer concurso para a Secretaria da Fazenda (antes, portanto de se formar em Direito). Leda Xavier Telles contou que fez este concurso junto com a irmã e ambas passaram. Segundo ela, ano a ano Waldisa passava a trabalhar em cargos de maior colocação na hierarquia funcional, nas funções internas dos gabinetes, prestando assistência e assessoria ao alto escalão do Estado<sup>51</sup>. Entre 1961 e 1965 Waldisa afirmou ter sido responsável pela organização dos serviços de documentação da Procuradoria Fiscal do Estado. Em 1965 ela fez outra seleção pública e passou à carreira de Técnica de Administração. Entre 1963 e 1967 trabalhou no Departamento de Administração, justificando o título de administradora que ela requereu em 1968 ao Conselho Regional da área em SP, na condição de provisionada<sup>52</sup>, a partir da regulamentação desta profissão em 1965.

O conhecimento e o exercício prático das Ciências Jurídicas e de Administração trouxeram a Waldisa a oportunidade de participar do Grupo Executivo da Reforma Administrativa do Estado em São Paulo (Gera), instituído em 1967. Conforme o decreto, tratava-se de um “órgão central de planejamento, coordenação, direção, execução e controle dos trabalhos relativos a reforma administrativa do

---

enquanto mulher branca de classe média, mas é necessário lembrar que mulheres negras estão inseridas em questões ainda mais específicas de discriminação racial.

<sup>50</sup> Conforme currículo de Waldisa Rússio, sem data. Fonte: Arquivo IEB-USP, Fundo Waldisa Rússio Camargo Guarnieri, Caixa 140, código do documento: Cx. 08 V. 54.

<sup>51</sup> TELLES, Leda Xavier. Entrevista concedida a Inês Gouveia. São Paulo, SP. 10/2016.

<sup>52</sup> A distinção entre o profissional e o provisionado se dá em relação a conclusão de um curso superior na área, conforme os termos de regulamentação das profissões. A informação sobre Waldisa Rússio foi fornecida pelo Conselho Regional de Administração de São Paulo, em consulta telefônica.

serviço público estadual<sup>53</sup>. Foi a partir dessa reforma da estrutura pública estadual que se criaram a Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo e o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico - CONDEPHAAT<sup>54</sup>. É fundamental considerar que há aqui uma mudança na compreensão do papel do Estado com relação ao patrimônio em São Paulo e às políticas públicas de Cultura e Museus (assunto que será melhor debatido no capítulo 4). Desse mesmo contexto decorre também a edição de decretos em 1970 que marcam o ato formal da criação das seguintes instituições: Museu de Arte Sacra, Museu do Mobiliário Artístico e Histórico Brasileiro (posteriormente Museu da Casa Brasileira), Museu da Imagem e do Som, Museu Casa de Portinari e o Paço das Artes. No que diz respeito aos Museus, Waldisa destaca que foi responsável pela reformulação técnico-administrativa da Pinacoteca do Estado e a planificação jurídica e administrativa do Museu de Arte Sacra e do Museu da Casa Brasileira, cujo serviço técnico ela dirigiu entre 1970 até 1975<sup>55</sup>.

No fim dos anos 60 e durante a década seguinte Waldisa passou a se dedicar diretamente às questões de cultura no estado. Segundo seu currículo, entre 1968 e 1970 ela participou da elaboração de estruturas e planejamentos ligados ao Conselho Estadual de Cultura<sup>56</sup>. Em 1970 Waldisa também passou a ser secretária executiva da Comissão Organizadora dos Concertos de Inverno de Campos de Jordão (atualmente Festival de Inverno de Campos de Jordão), cuja criação é atribuída entre outras pessoas, a Mozart Camargo Guarnieri, cunhado de Waldisa Rússio<sup>57</sup>. Ainda na sucessão desses acontecimentos ligados à Reforma do Estado, após deixar o Museu da Casa Brasileira em 1975, designada a trabalhar na Secretaria de Cultura, Ciência e Tecnologia, Waldisa assumiu um cargo de Assistente Técnica junto ao gabinete, função que segundo ela era reservado a administradores<sup>58</sup>.

<sup>53</sup> São Paulo. Decreto n. 48.206, de 07 de julho de 1967, São Paulo. Disponível em: <http://www.al.sp.gov.br/norma/?id=86697>. Acesso: 05/12/2016.

<sup>54</sup> São Paulo. Decreto n.º 49.165, de 29 de dezembro de 1967, São Paulo. Disponível em: <http://www.al.sp.gov.br/norma/?id=87657>. Acesso: 05/12/2016.

<sup>55</sup> No currículo Waldisa afirma o seguinte: Diretora do Serviço Técnico do Museu da Casa Brasileira (Seções: Museologia, Biblioteca, Divulgação, Atividades Educativas, Pesquisas, Serviço de Restauração, etc). Fonte: Arquivo IEB-USP, Fundo Waldisa Rússio Camargo Guarnieri, Caixa 140, código do documento: Cx. 08 V. 54.

<sup>56</sup> Idem.

<sup>57</sup> No site do Governo do Estado, registra-se que o festival foi criação de Eleazar de Carvalho, Mozart Camargo Guarnieri e Souza Lima. Fonte: <http://www.saopaulo.sp.gov.br/spnoticias/lenoticia.php?id=74864&c=6>. Acesso: 28/02/2017. No site *Campos do Jordão Cultura*, que registra sua versão para a história do Festival que continua ocorrendo, afirma-se que Mozart Camargo Guarnieri era o Coordenador, Waldisa Pinto Rússio era Secretária e Lydia Alimonda, José Luiz Paes Nunes e Sílvia Sodrê Assumpção também integravam a comissão. Fonte: <http://www.camposdojordaoocultura.com.br/fotografiassemanais2.asp?Semana=203>. Acesso: 05/12/2017.

<sup>58</sup> Currículo elaborado por Waldisa Rússio na década de 1980. Documentação Discente de Waldisa Rússio Camargo Guarnieri. Centro de Documentação da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo.

Com a experiência de então, Waldisa trabalhou no Grupo Técnicos de Museus, realizando uma extensa pesquisa sobre a situação dos museus em São Paulo visitando, se não todos, a grande maioria deles. Essas visitas que lhe permitiram realizar a diversidade museal do estado certamente influenciaram para que em 1978 ela fosse fazer visitas de estudo em museus em Portugal, França, Inglaterra, Itália e Israel. Nesse ano ainda, ela assumiu a Direção da Casa Guilherme de Almeida<sup>59</sup> e nos anos seguintes, conciliando o trabalho com o doutorado, Waldisa se dedicou ao projeto do Museu da Indústria e, cada vez mais, ao campo museológico nacional e internacional.

A trajetória profissional de Waldisa foi ascendente. Sua irmã avalia que para ela “tudo era fácil”, fazendo uma reflexão sobre como Waldisa auferia bons resultados dos rumos que sua vida tomava.<sup>60</sup> Ela encontrou bons ventos em sua trajetória, acompanhou a ampliação geral de condições de emprego e renda e dos serviços, especialmente da burocracia do Estado, conforme suas funções. Em linhas gerais, também foram ampliadas as condições de participação do Estado na cultura. Encaixa-se bem assim a impressão de que, “tudo era fácil” para Waldisa. No entanto, as transformações em questão não foram gratuitas. Houve, como no caso do feminismo, um caráter intencional, o trabalho de um grupo de pessoas, a atividade engajada de muitos profissionais e a sociedade civil organizada, enfim. Os bons ventos, nessa compreensão, são ventos que ela se empenhou em soprar.

Considerando os índices de emprego e renda do século XX, as mulheres estiveram subordinadas aos homens do ponto de vista econômico. Mesmo em uma atividade profissional contínua, acessavam pouco os cargos de comando. Na década de 1950 o trabalho remunerado das mulheres, fora do ambiente doméstico, era uma realidade mais frequente. Nem por isso, deixava de ser circunstanciada pela compreensão de um destino vocacional ou mesmo pela contingência do casamento. Também se responsabilizavam pela administração cotidiana da casa e da educação dos filhos, como desdobramento do zelo feminino. Sua trajetória feminina não encontrou meios de rever essas condicionantes. Provavelmente experimentou a maturidade profissional mais tarde do que homens, ocupando funções consideradas acessórias (nomeadas de secretarias e assessorias). Não é acaso que Waldisa tenha exercido papéis e atividades importantes onde o alto escalão era sempre destinado ao gênero masculino.

A trajetória de Waldisa evidencia uma maior participação da mulher no mercado de trabalho. Mas, esse dado também não deve ser naturalizado como se expressasse uma

---

<sup>59</sup> Idem.

<sup>60</sup> TELLES, Leda Xavier. Entrevista concedida a Inês Gouveia. São Paulo, SP. 10/2016.

transformação natural, sem embates. Heleieth I. B. Saffioti (1978) observa que tomado relativamente ao aumento do número de postos de trabalho em decorrência da industrialização, especialmente em São Paulo, o aumento da participação feminina foi pequeno. Na perspectiva da autora, que compreende o controle do trabalho feminino como uma reserva de mercado na lógica do capitalismo:

De toda a população desenvolvendo atividades econômicas extradomiciliariamente as mulheres não ultrapassavam os 11,3%. Como a economia não conseguia absorver a totalidade da força de trabalho potencial da nação, as mulheres foram grandemente marginalizadas do processo produtivo de bens e serviços, justificando-se esta marginalização em termos de concepções tradicionais dos papéis femininos. (SAFFIOTI, 1978, p.241)

### 2.3.2 Contexto e ação política

É possível que para algumas pessoas nascidas no século XX, especialmente até a década de 1990, os dados quanto aos diferentes destinos sociais de homens e mulheres soem como lugar comum. Inseridos nessa realidade social, pode ser que tendamos a naturalizar as diferenças produzidas entre os gêneros, do mesmo modo que são naturalizadas outras regras sociais com as quais convivemos. De modo análogo, jovens do século XXI podem se surpreender ao saberem que as mulheres não puderam votar no Brasil até 1932, que o divórcio só passou a ser regulamentado em 1977 e que até 1962 a mulher precisava de autorização do cônjuge para exercer atividade profissional. São marcos interessantes que sintetizam um conjunto de condições que se colocam como herança para as mulheres. Diante disso, elas poderiam seguir as regras sociais ou tentar – não sem esforço – transformá-las. Um destino social reservado a mulheres: tentar ou não fugir desse sistema de dominação.<sup>61</sup> Dentre as narrativas de trajetórias femininas pesquisadas, o depoimento de Ana de Cerqueira César Corbisier ilustra a questão. Nascida em 1941, em uma família de classe média e tendo cursado Ciências Sociais na USP na década de 1960, ela afirma o seguinte:

Nós, a família nuclear, não tínhamos condições financeiras, porque meu pai era professor e **na época não queria que minha mãe trabalhasse**. Ela fazia as unhas da família, bordava muito bem pra família, **tudo dentro de casa**. Por isso mesmo ela me empurrou

<sup>61</sup> Analisando os dados sobre mercado de trabalho, papel social da mulher, níveis de renda e outros fatores, podemos observar que a diferença do valor social atribuído a homens e mulheres continua sendo real. A mulher segue em desvantagens nas estatísticas gerais e na prática generalizada dos espaços instituídos (família, religiões e política, por exemplo). Os dados registrados sobre a violência física contra a mulher no Brasil traduzem bem o argumento.

muito pra fora. Eu fui fazer faculdade, fiz Ciências Sociais na USP, me formei em 68, no ano cabalístico de 68, mas mal participei do movimento estudantil, **porque eu tava com filho pequeno, amamentava, meu marido não queria que eu estudasse**, cada ano era uma luta, eu levei oito anos para fazer uma faculdade de quatro. (...) **Como ele não me deixava trabalhar...**também, não sei como a gente casava nessas condições naquela época, mas casava. Eu fui fazer serviços sociais de graça, ser voluntária. E aquilo me deixava doente, porque toda semana você dava uma cesta básica pra mulheres, que falavam na época, “largadas do marido”. (grifo nosso)<sup>62</sup>

O depoimento deixa explícita a limitação e a busca de transformação. Evidencia o limite da participação das mulheres também no campo da atuação política. Na sequência de sua narrativa, Ana de Cerqueira conta que no fim da década de 1960 se engajou de tal maneira na militância que após se divorciar, passou a participar ativamente da resistência à Ditadura Militar, integrando a Aliança Nacional Libertadora e vivendo cerca de 10 anos no exílio. Com isso é importante observar que, pelo menos desde a década de 1930 no Brasil, as mulheres atuam politicamente, engajadas, ainda que esse espaço também não fosse o reduto de igualdade entre os gêneros.

A comparação de trajetórias evidencia uma recorrência quanto à atuação política. As mulheres nascidas próximo à década de 1940 estavam realizando o curso superior em São Paulo nos anos 1960, inseridas na universidade como lugar privilegiado do debate político. Além dessas, outras mulheres que já haviam começado a sua vida profissional na universidade também evidenciam terem se engajado no combate e na crítica ao Regime Militar. Ao todo 12 delas tiveram uma atuação política direta, com consequências pessoais variadas: da demissão e aposentadoria compulsória à prisão, tortura e morte, conforme o Anexo 3 pontua.

Não há nos documentos referência de Waldisa quanto a sua própria filiação política. Segundo Leda Xavier Telles, a museóloga simpatizava com o Partido dos Trabalhadores, mas não foi filiada a este (e não há evidência de que tenha se filiado a outro)<sup>63</sup>. Suas influências teóricas também apontam para uma identificação com o pensamento de esquerda, mas não exprimem uma ortodoxia quanto a escolas de pensamento. Objetivamente, não se trata de uma pensadora marxista (ao menos não com um nível de filiação ao marxismo). Chagas destacou que informalmente Waldisa lhe dizia ser anarquista, mas que o contexto da afirmação era impreciso, o que para ele parecia um “flerte anarquista”. Segundo ele: “de qualquer modo, sem dúvida, a

<sup>62</sup> CORBISIER, Ana de Cerqueira. Entrevista concedida ao Museu da Pessoa. São Paulo, SP. 03/2014. Disponível em: <http://www.museudapessoa.net/pt/conteudo/historia/uma-vida-politica-4451>. Acesso: 05/08/2017.

<sup>63</sup> TELLES, Leda Xavier. Entrevista concedida a Inês Gouveia. São Paulo, SP. 10/2016.

Waldisa era uma mulher de esquerda, isso ela deixava claro, das posições nos textos, no pensamento, nas práticas, ela era uma mulher de esquerda.” Também Marcelo M. Araujo fez a mesma referência, respondendo que, para aqueles que conviviam com ela, Waldisa deixava totalmente explícito que era uma mulher de esquerda.

#### 2.4 Política do afeto

A questão política, com seus diferentes significados não poderia mesmo passar ao largo da vida de Waldisa Rússio. Rossine Camargo Guarnieri, com quem ela se casou e viveu por aproximados 30 anos, foi um poeta politicamente combativo entre as décadas de 1930 e 1940, num contexto em que o regime de Getúlio Vargas instituiu forte repressão aos contrários ao regime (ANDREUCCI, 2006). Segundo Marcelo M. Araujo, nos anos 1980 Rossine se dizia maoista, identificando-se, com o movimento revolucionário Chinês<sup>64</sup>. Na juventude, ele foi fichado por "atividade subversiva", "acusado" de ser comunista. A seu respeito consta o seguinte no Relatório sobre Atividade Comunista, do DEOPS:

Rossine Camargo Guarnieri: indiciado pela Polícia Federal em inquérito por ocorrências na União Nacional dos Estudantes em abril de 1949; tido como "intelectual e antigo militante comunista, desde 1933. Já foi preso e processado por atividades subversivas [...] Tem vários trabalhos literários dedicados ao PCB". (ANDREUCCI, 2006, p. 144)

Ainda sobre sua atividade política, observam-se que documentos da Polícia Política, guardados no Arquivo Público Mineiro sobre o convite e participação de Rossine C. Guarnieri em uma Conferência no município mineiro de Uberlândia em 1944. O agente da repressão que reportou a ocasião descreveu o seguinte:

A conferência objetivou claramente temas comunistas e foi longa. Ao terminar, um grupo de comunistas adreda (sic) preparados, da platéia do cinema começaram a dar vivas e a pedir em altos brados: "Mais uma poesia!". Guarnieri levanta-se triunfante e diz uma poesia de sua autoria, inédita, intitulada "Stalingrado".

O acusado nos autos era Jacy de Assis, que havia convidado Rossine e que era o responsável pela organização e condução do evento. Esse fato agravou as acusações que se faziam contra o réu, que se defendeu dizendo que o convidado inicial foi “o jornalista e poeta Menotti Del Pichia que se excusou e sugeriu o poeta Camargo Guarnieri”, “moço pobre” e que ele próprio nem conhecia<sup>65</sup>. O título da Conferência de Rossine era “A Poesia Social Através dos Tempos”. Nos autos constam também a

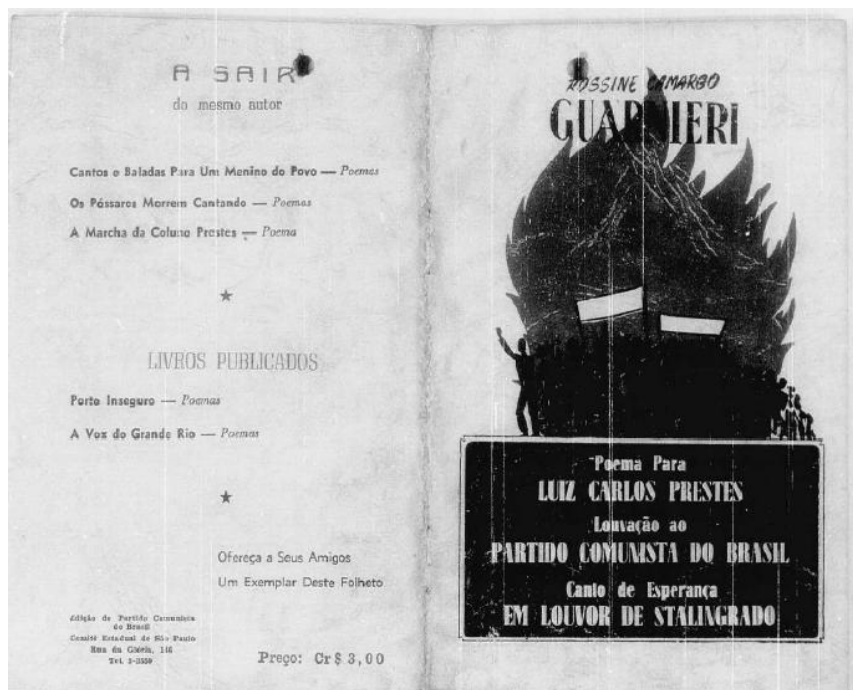
<sup>64</sup> ARAUJO, Marcelo Mattos. Entrevista concedida a Inês Gouveia. Niterói, RJ. 01/2017. Entrevista transcrita no Anexo II.

<sup>65</sup> Arquivo Público Mineiro. Arquivos da Polícia Política - Acervo do período de 1927 a 1982. Pasta 1789. Documento n. 61.



cópia de livreto que Rossine publicou e possivelmente distribuiu na ocasião, conforme a capa:

**Figura 6** - Capa do livreto de Rossine Camargo Guarnieri.



Fonte: Arquivo Público Mineiro. Arquivos da Polícia Política - Acervo do período de 1927 a 1982. Pasta 1789. Documento n. 80.<sup>66</sup>

A poesia declamada na ocasião foi “Canto de Esperança – Em Louvor de Stalingrado”. Observando os demais títulos e o conteúdo fica explícito que Rossine C. Guarnieri tinha filiação ideológica e partidária, e na casa dos 20 e 30 anos (décadas de 30 e 40), adotava uma atitude combativa, alinhada a ideias socialistas.

Em outro folheto, que também é parte dos autos em questão, consta uma pequena biografia de Rossine, preparada por ele mesmo para divulgar seu trabalho. Diz ele que seus poemas sobre a Guerra Civil Espanhola escritos em 1936 foram traduzidos e publicados pelo Ministério da Educação da República Espanhola e “distribuídos entre os soldados defensores de Madrid, na guerra contra o General Franco”. Rossine destaca esse como o seu maior feito da vida, dado a possibilidade de “auxiliar o combate aos regimes de Franco, Hitler e Mussolini”.

Os documentos e as entrevistas evidenciam que Rossine foi no seu meio social, durante as décadas de 1930 e 1940, considerado um intelectual engajado e politicamente militante. Quase 40 anos mais tarde, na década de 1980, a política ainda

<sup>66</sup> Disponível em: [http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/dops\\_docs/photo.php?numero=1789&imagem=104](http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/dops_docs/photo.php?numero=1789&imagem=104). Acesso em 01/03/2017.

atraia seus interesses, considerando que foi candidato a Deputado Estadual em São Paulo, pelo PDT, sem ter sido eleito.

**Figura 7** - "Santinho" de candidatura de Rossine Camargo Guarnieri para cargo de Deputado Estadual. [1982?].



Arquivo IEB-USP, Fundo Waldisa Rússio Camargo Guarnieri, Caixa 130, código do documento: Cx. 03 V.16.03.

Como se vê no material de campanha, Rossine C. Guarnieri destacava com orgulho (como parte do seu currículo), ter sido punido pelo Ato Institucional n.º 1, de 1964, que deu ao Governo Militar a prerrogativa de suspender direitos políticos, caçar mandatos, demitir e aposentar segundo a justificativa da segurança e ordem nacional. Nesse contexto Waldisa e Rossine já haviam se casado, ou seja, era algo com que ela lidou diretamente.

De acordo com as informações identificadas na pesquisa, Waldisa Pinto Rússio e Rossine Camargo Guarnieri se conheceram próximamente aos 20 anos dela, 40 anos dele. Ela e sua prima<sup>67</sup> passaram simultaneamente a namorar os irmãos Rossine e Mozart Guarnieri. A vida conjugal começou na década de 1950, e a formalização da união ocorreu quase 20 anos mais tarde. A impressão que causavam era de que viviam uma vida de cumplicidade e afeto. Dos sentimentos, também causaram ambos a impressão de sentirem ciúmes. Entrecruzavam-se entre a vida pessoal e profissional, num convívio bastante intenso, com influências mútuas, dentro de um contexto de grande precedência social do gênero masculino. Sobre o papel de Rossine durante seu mestrado, Waldisa Rússio registrou: “Devo ainda agradecer a meu marido, Rossine, o [sic] não ter renunciado ao papel de agulhão – nem sempre simpático e, por isso, pouco agradável – da minha preguiça macunaimessa”<sup>68</sup>. Já na tese, Waldisa dedica o trabalho a Rossine, entre outras pessoas, dizendo o seguinte:

<sup>67</sup> Trata-se Vera Silva Limeira C. Guarnieri, que era bem próxima de Waldisa Rússio.

<sup>68</sup> Conforme a dissertação de Waldisa Rússio (1977, p. 4).

“A Rossine, que tem respeitado minha individualidade como ser humano e como profissional e que tem sido pela compreensão e pela ajuda, o melhor companheiro”<sup>69</sup>. Rossine C Guarnieri, nascido em 1915, morreu em 1989, meses antes de Waldisa.

Em termos do trabalho e profissão, nas décadas de 1970 e 1980, quando Waldisa estava no auge na sua carreira, Rossine estava no declínio da sua. Teve livros editados e reeditados nesse período mas, aparentemente com pouca expressão. Seguia buscando participação no campo literário, conforme se observa pelo projeto de criação de editora especializada em publicações de arte em São Paulo<sup>70</sup> e por sua participação na União Brasileira dos Escritores<sup>71</sup>. Na década de 1980 ele esteve inserido nos debates sobre cultura, tal como se nota por um documento do PDT que o autoriza a falar em nome da organização quando o assunto fosse patrimônio cultural no estado<sup>72</sup>. Rossine também era presença frequente nas atividades que decorriam do trabalho de Waldisa Rússio. Contou Cristina Oliveira Bruno que na ocasião da formatura de sua turma, Rossine Camargo ocupava a mesa de cerimônia, o que lhe pareceu fora do contexto, já que ele não estava ligado ao curso. Na Revista de Museologia do Instituto de Museologia de São Paulo da FESP (1989) observa-se que ele era o "jornalista reponsável" pela publicação.

Como poeta e militante, Rossine aparentemente não tinha uma renda fixa e estável, principalmente nos anos 1970 e seguintes. Segundo Inês Coutinho, também em função de ter sido perseguido pelo regime militar, tinha dificuldade de se colocar profissionalmente.<sup>73</sup> Nas duas últimas décadas de vida de ambos, foi certamente Waldisa Rússio que proveu financeiramente os custos da vida familiar. Como já foi dito, ela tinha uma dupla jornada entre o Estado e a FESP, além dos vários projetos que desenvolveu e pelos quais foi paga. Sua vida profissional aparentemente ininterrupta, a não ser por viagens de trabalho e estudo, provia parte ou o todo da vida material do casal. Viviam de modo "confortável", como um casal de classe média alta: tinham carro, pagavam pelo serviço de uma empregada doméstica e habitavam sua própria casa. Não tinham outras propriedades, não tinham coleções de objetos valiosos, nem recursos que lhes permitissem custear todas as viagens que desejassem, o que foi um limitador para a carreira internacional de Waldisa. Vivendo

---

<sup>69</sup> Conforme a tese de Waldisa Rússio (1980, p. 5).

<sup>70</sup> Uma proposta de criação de escolas de Museologia e de uma editora de livros de arte em São Paulo, 1975. Fonte: Arquivo IEB-USP, Fundo Waldisa Rússio Camargo Guarnieri, Caixa 122, código do documento: 37.0009.

<sup>71</sup> Fonte: Arquivo IEB-USP, Fundo Waldisa Rússio Camargo Guarnieri, Caixa 87, código do documento: 18.0395.

<sup>72</sup> Fonte: Coleção Curso de Museologia da FESP. Centro de Documentação da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo. CX 2-06 Asspam Fesp. Correspondências Recebidas 1987-1988.

<sup>73</sup> COUTINHO, Inês. Entrevista concedida a Inês Gouveia. São Paulo, SP. 03/2017. Entrevista transcrita no Anexo II.

das próprias expensas, sem acúmulo, é importante notar também que não se identificavam com valores da classe economicamente dominante, o que em Rossine transparece em suas convicções políticas e em Waldisa Rússio se observa pelo discursos sobre a democratização dos museus.

A vida pessoal de Waldisa (moldada por sua condição financeira, a disposição de seu tempo para o trabalho, a possibilidade de deslanchar na carreira nacional e internacional, a rede de relações que ela acessa e mobiliza) pode ser pensada a partir de aspectos subjetivos, como a simples manifestação de gosto pessoal. No entanto, ao projetar alguns desses aspectos nas biografias selecionadas, a recorrência dos dados nos remete às condições coletivas para sua geração. Observa-se, por exemplo, que as mulheres se casaram no intervalo entre os 19 e os 25 anos de idade e muitas delas com homens bem mais velhos, espelhando os 20 anos entre Rossine e Waldisa. A maternidade também aparece como elemento central na trajetória feminina e nesse caso a de Waldisa destoa. Ela e Rossine C. Guarnieri não tiveram filhos, apesar dela afirmar que queria ter muitos, isso não se realizou em sua vida conjugal<sup>74</sup>. Esse aspecto contrasta com a noção de família que vigorava nos anos 1950 e 1960 quando a mulher era estimulada a engravidar nos primeiros anos de casada. Como a responsabilidade pelo acompanhamento cotidiano dos filhos era identificado ao universo feminino, como extensão dos cuidados da casa, a vida profissional da mulher fora de casa tinha esse intervalo ou a dupla e tripla jornada. Waldisa não teve sua carreira limitada por esse papel social de mãe, o que certamente atenuou o esforço de suas longas jornadas e favoreceu sua carreira, sem "concessão". No campo do afeto, vale registrar que ela era uma dedicada criadora de cães e que destinava a eles bastante atenção, tempo e dedicação.

---

<sup>74</sup> TELLES, Leda Xavier. Entrevista concedida a Inês Gouveia. São Paulo, SP. 10/2016.

**Figura 8** - Waldisa Rússio e o cão Rodrigo.



Fonte: Acervo pessoal de Leda Xavier Telles.

Considerando que as fontes mais abundantes para esta pesquisa são as correspondências, os registros sobre a vida de casal de Waldisa Rússio e Rossine C. Guarnieri não são muitos. Em algumas cartas, mesmo aquelas que dizem respeito ao campo museológico (mesmo internacional) se observa que os interlocutores pediam notícias e mandavam lembranças a Rossine. Isso evidencia também como ele estava presente nas atividades de Waldisa Rússio. No fim dos anos 1980 ele esteve adoentado, com frequentes períodos de internação. Entre 1986 e 1989 essa situação exigiu uma grande dedicação de Waldisa, conforme ela mencionou em correspondência para o Secretário de Estado de Indústria e Comércio em 1987, relatando que Rossine havia ficado 60 dias internado e que isso justificava o atraso de alguns procedimentos administrativos a que ela estava submetida<sup>75</sup>. Nesse mesmo documento Waldisa afirma aguardar a publicação de sua aposentadoria. É

---

<sup>75</sup> Fonte: Arquivo IEB-USP, Fundo Waldisa Rússio Camargo Guarnieri, Caixa 086, código do documento: 18.0368.

compreensível que a idade tenha reduzido a disposição para o trabalho, também é de supor que a aposentadoria naquele contexto também fosse relativa ao desejo de cuidar de Rossine. Além disso, certamente Waldisa tinha planos de se dedicar mais integralmente ao campo museológico e fortalecer sua projeção internacional, o que também era assunto da mesma correspondência.

## 2.5 Nomes e sobrenomes do afeto

Em um caderno de anotações e compromissos, Waldisa anotou em 1980: “1º aniversário de casamento com Rossine”<sup>76</sup>. Referindo-se ao dia 17 de setembro, ela registra a data da união oficial em 1979, confirmando que estiveram juntos por mais de 20 anos sem o ato formal do matrimônio. O que poderia parecer um gesto de vanguarda de Waldisa, tem na verdade outras razões. Segundo Leda Xavier Telles, Waldisa nutria o desejo de seguir os padrões sociais de sua época e oficializar o matrimônio, mas Rossine já havia sido casado e houve contratempos no desfazimento legal desta relação<sup>77</sup>. O ato formal com o matrimônio “tardio” aponta para o desejo pela oficialização, ainda que não se possa ignorar que a formalidade era condição para a estruturação material da família. O gesto singelo de recordação da data pode dar a supor a importância dada ao ato, mesmo depois de tantos anos de vida conjugal. A mudança de estado civil sobressai bastante na biografia de Waldisa pela alteração de sobrenome, o que havia deixado de ser um imperativo legal para as mulheres que se casassem a partir de 1977<sup>78</sup>.

Pierre Bourdieu (2006) afirma que o nome próprio só pode representar os aspectos biológicos e sociais de um indivíduo a partir de um exercício generoso de abstração (BOURDIEU, 2006, p. 187). O autor chama a atenção para o fato de que o nome é um aspecto de convenção social que institui um caráter público do indivíduo; sua personalidade como individualidade socialmente constituída. Um nome não explica por si só quem é uma pessoa. Por outro lado, do ponto de vista público e social, é a forma sintética como esta se identifica, diferenciando-se das demais, quando afirma “eu sou Fulano de Tal e Tal”. Assim, destacando o aspecto do valor social, que não é desprezível e que se imiscui na autorrepresentação do sujeito, Bourdieu afirma:

Por essa forma inteiramente singular de *nominação* que é o nome próprio, institui-se uma identidade social constante e durável, que

<sup>76</sup> Caderno de Anotações de Waldisa Rússio, 1980. Fonte: Arquivo IEB-USP, Fundo Waldisa Rússio Camargo Guarnieri, Caixa 001, código do documento: 01.0002.

<sup>77</sup> TELLES, Leda Xavier. Entrevista concedida a Inês Gouveia. São Paulo, SP. 10/2016.

<sup>78</sup> A relação matrimonial estava sob a regência legal do Código Civil de 1916. Com acréscimos da Lei nº 6.515, de 26 de dezembro de 1977, a adoção do sobrenome do marido passou a ser facultativa.


garante a identidade do indivíduo biológico em todos os campos possíveis onde ele intervém como *agente*, isto é, em todas as suas histórias de vida possíveis. [...] Como instituição, o nome próprio é arrancado do tempo e do espaço e das variações segundo os lugares e os momentos: assim ele assegura aos indivíduos designados, para além de todas as mudanças e todas as flutuações biológicas e sociais, a *constância nominal*, a identidade no sentido de identidade consigo mesmo... (BOURDIEU, 2006, p.186)

Com o casamento civil, Waldisa Rússio não apenas acedeu a um novo estado social, como optou por incluir os dois sobrenomes do marido. Essa alteração teve um efeito prático considerável, pois ela – que já tinha uma rede de relações profissionais e produção autoral – passou a assinar como Camargo Guarnieri, ainda que essa mudança não tenha sido instantânea, como evidenciam os documentos a seguir:


**Figura 9** - Requerimento de matrícula de Waldisa Rússio, durante o doutoramento, 1980.

**FUNDAÇÃO ESCOLA DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA DE SÃO PAULO**  
 ESCOLA PÓS-GRADUADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
 DIVISÃO: Doutoral  
 Requerimento de Matrícula

Deferido  
 Em 17 de 03 de 1980

 Waldisa Pinto Rússio filho de  
Waldeuza Rússio  
 e de Da. Da Jímora Pinto Rússio  
 natural de São Paulo Estado de São Paulo  
 nascido a 05 de Setembro de 1935 residente a rua Jímora  
Pinto nº 102 Bairro Jardim do Sporto  
 Cidade São Paulo Estado São Paulo Fone 241-4950  
 tendo satisfeitos os requisitos regulamentares, e apresentando os documentos exigidos, vem respeitosamente requerer a V. S.<sup>a</sup> a sua matrícula como aluno

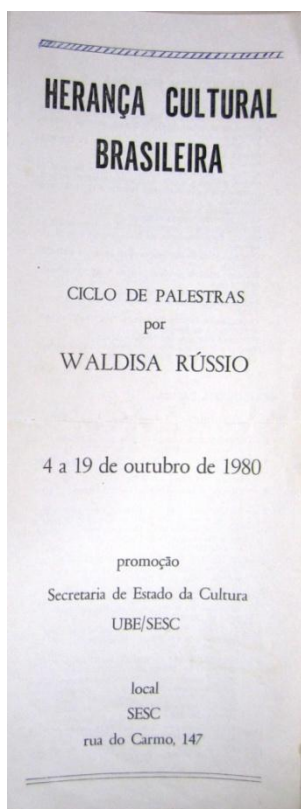
Sendo de Justiça,  
 P. D.  
 São Paulo, 17 de maço de 1980  
 a) Waldisa Rússio



Fonte: Documentação discente de Waldisa Rússio Camargo Guarnieri. Centro de Documentação da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo.

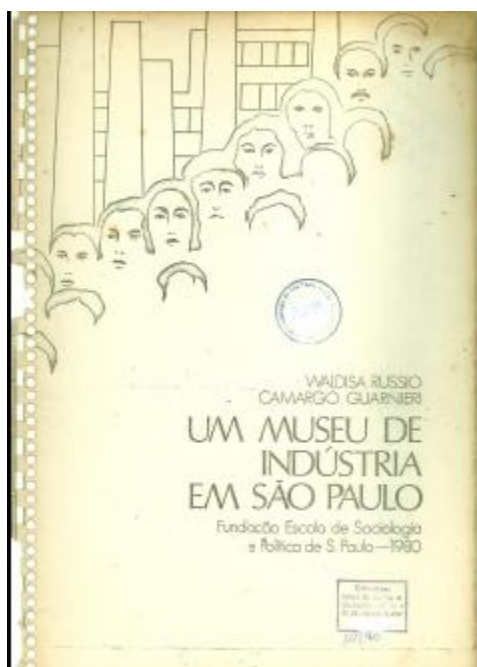


**Figura 10** - Folder do Ciclo de Palestras Herança Cultural Brasileira, por Waldisa Rússio, 1980.



Fonte: Arquivo IEB-USP, Fundo Waldisa Rússio Camargo Guarnieri, Caixa 097, código do documento: 30.0125.

**Figura 11** - Capa da tese de doutorado de Waldisa Rússio (1980).



Fonte: Centro de Documentação FESPSP



Conforme as imagens, os três documentos de 1980 trazem diferentes versões da assinatura de Waldisa: com o sobrenome de solteira, apenas com Rússio e com o sobrenome após o casamento. Nos documentos que informam a pesquisa, a partir de 1980 Waldisa não utiliza mais o sobrenome materno, mas eventualmente assina apenas como Waldisa Rússio, como já o fazia antes de se casar. Assim, em termos bourdieuanos, a identidade social estável e permanente é “Waldisa Rússio”, que talvez por ser uma síntese entre o “nome de casada” e o “nome de solteira”, tenha servido bem como meio de tornar sutil a diferença entre os dois estados civis.

Ainda com relação aos nomes, vale considerar que ele também é um elemento importante para que determinada personalidade socialmente constituída resista à passagem do tempo. Assim, identificou-se que como havia ocorrido com Simões Pinto, Rossine Camargo Guarneri e Mozart Camargo Guarneri também foram publicamente homenageados no espaço público de São Paulo. Rossine C Guarneri é a designação de uma escola estadual e Mozart C Guarneri além de ser também nome de escola, designa ainda o anfiteatro na USP<sup>79</sup>. Waldisa Rússio Camargo Guarneri não recebeu esse tipo de reconhecimento. Se por um lado as homenagens informam sobre a notoriedade que essas figuras alcançaram na sua trajetória, dizem também sobre os critérios que foram utilizados para considerar uma ou outra memória digna de ser retomada, especialmente no espaço público.

### **2.5.1 Rede de relações**

Um dos aspectos fundamentais no exercício profissional de Waldisa Rússio foi a capacidade que ela teve de articular uma potente rede de relações. Esta rede se converteu em um capital simbólico estratégico a partir do qual Waldisa assegurou condições de realização dos seus projetos, capitaneando apoio, abrindo espaço para pautar determinados temas e assegurar recursos materiais. A construção e manutenção dessa rede se associa a aspectos variados: possivelmente a tradição requerida em relação ao seu avô, ao convívio que ela teve durante o curso de Ciências Jurídicas na USP, a família Camargo Guarneri e, evidentemente a sua atuação profissional no campo cultural. O convite de Pietro Maria Bardi conjuntamente com Antonio Rubo Muler para a criação do Curso de Museologia em 1977<sup>80</sup>, assim como as correspondências com o embaixador do Brasil no Peru em 1980<sup>81</sup> refletem a

---

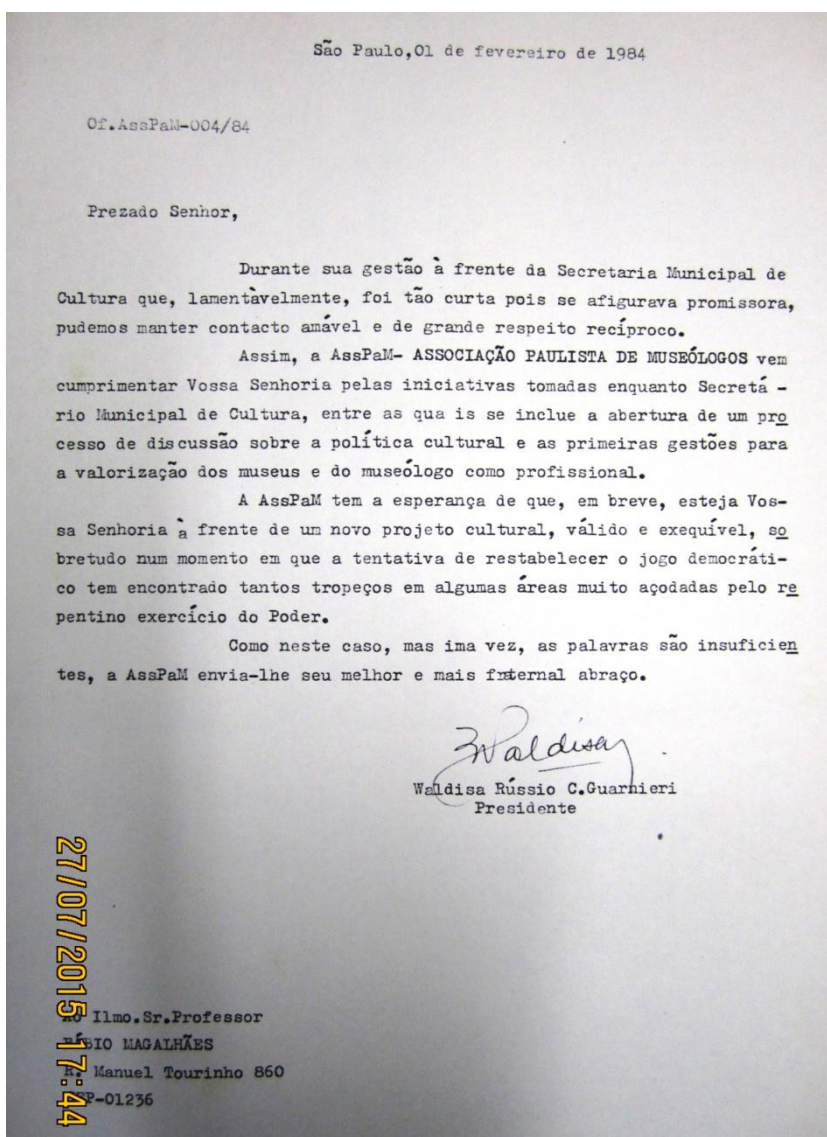
<sup>79</sup> Anfiteatro Camargo Guarneri, correspondendo ao seu nome artístico do músico.

<sup>80</sup> Conforme documentos publicados por Maria Cristina Oliveira Bruno (2010, v.2, p. 11 e 12).

<sup>81</sup> Fonte: Arquivo IEB-USP, Fundo Waldisa Rússio Camargo Guarneri, Caixa 082, código do documento: 18.0077.

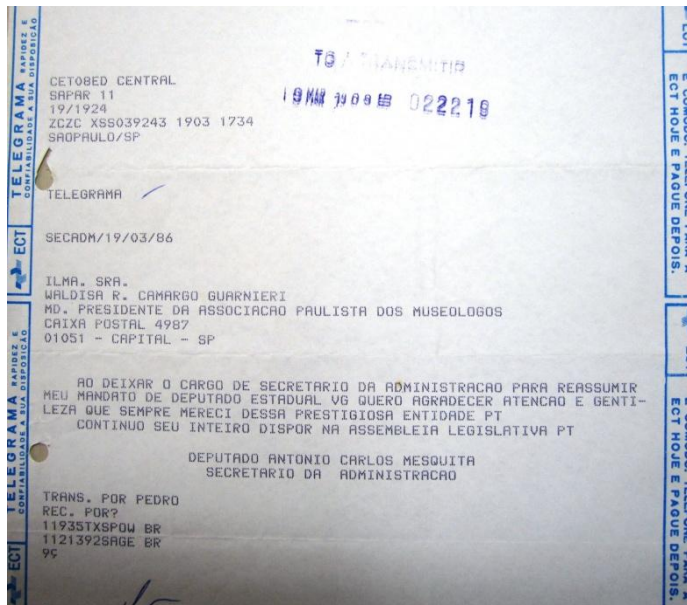
potência de sua rede de relações. O mesmo exemplificam. As fontes deixam entrever que Waldisa Rússio estimulava e cultivava as relações de forma sistemática e pensada, aproveitando o ensejo para fortalecer as instituições que representava no campo museológico. Observe-se a esse respeito o ofício que ela enviou a Fábio Magalhães, por ocasião de sua saída da Secretaria Municipal de Cultura, em 1984 e uma situação análoga com o telegrama recebido do então Deputado Antônio Carlos Mesquisa, conforme as imagens a seguir:

**Figura 12** - Cópia de correspondência de Waldisa Rússio para Fábio Magalhães, 1984.



Fonte: Centro de Documentação da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo. CX 2-06 Asspam Fesp. Correspondências enviadas 1984.

**Figura 13** - Cópia de correspondência enviada pelo Deputado Antonio Carlos Mesquita para Waldisa Rússio, 1986.



Fonte: Centro de Documentação da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo. CX 2-06 Asspam Fesp. Correspondências recebidas 1986.

Além das fontes documentais, também os entrevistados relatam que Waldisa era bem relacionada com a elite intelectual-dirigente paulista. Era difícil que alguém que estivesse trabalhando em São Paulo no âmbito da cultura, patrimônio e museus nos anos 1970 e 1980 desconhecesse sua atuação no campo museológico.

As notícias e artigos publicados em jornais de grande circulação, como “O Estado de São Paulo” e a “Folha de São Paulo” também evidenciavam a capilaridade dessa rede de relações. Waldisa Rússio publicou textos longos em edições de domingo, com circulação nacional e ampla tiragem, textos mais curtos comentando a respeito de museus no estado<sup>82</sup> e também se valeu do meio para divulgar os cursos e atividades de formação que realizava. Ela tinha relações que favoreciam que seus textos fossem publicados e era, ela mesma, um contato recorrente para os jornais. Havia a conjunção entre ter o que dizer e ter os caminhos para poder dizer. Essa disposição em participar do debate público não acometia Waldisa Rússio apenas quando lhe era oferecido espaço de destaque. Ao contrário, observa-se que independente da manutenção da rede de relações, Waldisa tinha uma inclinação pelo princípio do debate público. Isso se observa, por exemplo na correspondência endereçada ao jornal “Folha de São Paulo”, para a coluna "Painel do Leitor" em que ela contesta a notícia de que o Museu Ferroviário Barão de Mauá de Jundiaí estivesse

<sup>82</sup> GUARNIERI, Waldisa Rússio. Autocracia impede o desenvolvimento do setor no país. Folha de São Paulo, São Paulo, 06/12/1987. 2º Caderno, p. A37.

fechado e aproveita o ensejo para estimular a reivindicação pública pela criação de mais um museu:

Entretanto, concordamos com a Sra. Maria Amélia que Paranapiacaba **tem todas as condições para ser um museu**, sobretudo porque - e essa razão nos parece a mais forte - a comunidade local o reivindica com base no fato de aí existir um patrimônio que documenta e testemunha sua história....<sup>83</sup> (grifo nosso)

Tampouco se deve julgar que o apreço em estabelecer uma rede de relações e influências a fazia adotar uma atitude menos crítica ou menos contundente. A esse respeito, se observa o ofício que enviou a SBPC em 1985 protestando pela instituição ter realizado em sua reunião anual uma mesa sobre museu e Museologia sem chamar a Asspam ou outro representante da "comunidade museológica". Escreveu Waldisa:

Lamentamos e protestamos profundamente, pelo fato de uma Instituição científica do porte, seriedade e respeitabilidade da SBPC ter incorrido em referido equívoco e, fazemos votos que as próximas, e sempre por ela promovidas, possam contar com a participação dos profissionais diretamente envolvidos com aquela atividade profissional.<sup>84</sup>

Ainda sobre a rede de relações de Waldisa, é importante considerar a influência que a família Camargo Guarnieri tinha no campo cultural paulista. Rossine, como vimos, teve reconhecimento como poeta e intelectual de expressão política. Lembrando a diferença de idade, nota-se que ele era próximo a membros do "primeiro escalão" da elite intelectual que foi referência para a geração de Waldisa, a exemplo de Menotti Del Picchia, Monteiro Lobato e Mario de Andrade. Waldisa dedicou, por exemplo a tese a Menotti Del Picchia e há também o registro de ter recebido dele uma homenagem em palestra realizada em 1979, com o tema a Museologia nos Estados Unidos. Conforme o convite para a ocasião:

A conferencista será homenageada com um coquetel, em regozijo pelo êxito que vem alcançando em suas iniciativas em favor da elevação dos conhecimentos museológicos em nosso País e na preservação dos valores da Cultura Brasileira. Waldisa Rússio será saudada pelo eminente escritor Menotti del Picchia.<sup>85</sup>

<sup>83</sup> Considerações de Waldisa Rússio em 1985, enviadas ao Jornal A Folha de São Paulo. Arquivo IEB-USP, Fundo Waldisa Rússio Camargo Guarnieri, Caixa 083, código do documento: 18.00151.

<sup>84</sup> Coleção Curso de Museologia da FESP. Centro de Documentação da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo. CX 2-06 Asspam Fesp. Correspondências Enviadas 1985.

<sup>85</sup> Fonte: Arquivo IEB-USP, Fundo Waldisa Rússio Camargo Guarnieri, Caixa 0134, código do documento: caixa 04 Pasta 01.

Além disso, Mozart Camargo Guarnieri, que gozou de prestígio como músico e maestro durante toda a sua carreira, havia sido muito próximo de Mario de Andrade, atribuindo a este a sua inteira tutela intelectual, especialmente quanto à compreensão do universo cultural. Foi quando Mario de Andrade estava à frente do Departamento de Cultura em São Paulo que Camargo Guarnieri passou a reger o Coral Paulistano e, posteriormente a Orquestra Sinfônica Municipal de São Paulo. Com isso, a partir dessas referências e influências, a elaboração em torno da noção de cultura brasileira, esteve muito viva na trajetória de Waldisa. Ela e Rossine tinham um convívio bastante próximo com Camargo Guarnieri. Assim como o fez Rossine, também Waldisa compôs junto ao cunhado:

Canção ingênua  
 Letra: Waldisa Rússio:  
 Composição: Camargo Guarnieri  
 1959

Gosto tanto de você  
 Mas ninguém sabe, nem você.

Meu coração não se cansa desse amor sem motivo e sem'sperança,  
 que é meu encanto, meu riso, meu canto e minha oração  
 e, se ainda vivo, é só por esse amor sem motivo,  
 por essa afeição infinita apertada no meu coração.

Meu coração não se cansa desse amor sem motivo,  
 esse amor que é perfume, tristeza, ciúme,  
 e canto e pranto, ternura e paixão.

Gosto tanto de você,  
 mas ninguém sabe, nem você!<sup>86</sup>

Ainda conforme observa Marion Verhaalen (2001) em livro sobre a obra de M. Camargo Guarnieri, além dessa canção Waldisa também fez os versos de “Eu sinto Dentro do Peito”, em 1961. Verhaalen descreve assim a música: “...é uma peça viva, alegre e mais tonal. As dissonâncias têm o propósito de colorir o acompanhamento bastante rítmico e parecem emitir pequenas explosões sonoras em seu fluxo brincalhão.” (VERHAALLEN, 2001)

É importante considerar que na vida de Waldisa, a rede de relações funcionou em duas vias: tanto ela se inseria nas temáticas dos seus interlocutores no campo cultural e intelectual, quanto lhes conduzia para o "seu" campo museológico. Mesmo durante a década de 1980, quando a sua carreira esteve muito concentrada na Museologia, frequentou espaços de debate em outras áreas de conhecimento. Assim

---

<sup>86</sup> Canção ingênua. Partitura. Arquivo IEB-USP, Fundo Camargo Guarnieri/Caixa 005, código do documento: CG-155CAMTt.

como era convidada a falar de museus e Museologia, Waldisa convidava essas pessoas para participarem das aulas na FESP, dos eventos que promovia e das publicações de que participava.

Ana Maria da Costa Leitão Vieira, que foi aluna de Museologia na FESP afirmou que o curso possibilitou contato com “importantes preservacionistas paulistas”, citando Antônio Augusto Arantes, Aracy Amaral, Carlos Lemos, Fabio Magalhães, João Sócrates, Julio Abe, Luis Osaka, Maurício Segall e Ulpiano Bezerra de Meneses. Pontualmente a respeito de Maurício Segall, Maria Cristina Oliveira Bruno destacou que a relação de ambos era muito próxima e que compartilhavam a visão de que o serviço dos museus precisavam se “profissionalizar”. Bruno contou também que o Museu Lasar Segal foi dos primeiros a contratar alunos egressos do Curso<sup>87</sup>. Ambas as ex-alunas e as demais fontes destacam a relação com profissionais estrangeiros e como isso enriqueceu sua experiência de formação. Um universo de intelectuais de diferentes gerações, sintonizados com a problematização da noção de cultura e de patrimônio, ocupados de pensar a relação entre as instituições e o conjunto da sociedade. Homens, em sua maioria, como se observa pelo descritivo de Ana Maria da Costa e em todos os documentos. Espaços instituídos em que Waldisa Rússio transitava, “peitava os caras, falava de igual”<sup>88</sup>.

Outro aspecto importante a se considerar a partir das relações e da participação de Waldisa no campo cultural em São Paulo foi a sua capacidade de integrar os profissionais egressos da FESP ao mercado de trabalho. Waldisa intermediava essas oportunidades, assinando como diretora do curso ou como representante das outras instituições. Indicava os alunos-profissionais para estágios, cursos e para postos de trabalho. Imprime evidências disso a carta para Marília Duarte Nunes (museóloga trabalhando então no Museu do Índio) a respeito do estágio de Cristina Bruno em 1979<sup>89</sup>, bem como do estágio de Maria Pierina Ferreira de Camargo e Clarissa Yurgel Gorenstein no Metropolitan Museum of Art em Nova Iorque (EUA)<sup>90</sup>. Ainda em 1978 Waldisa, assinando como delegada regional do AMICOM-BR escrevendo para o Diretor do Museu da Imagem e do Som em São Paulo pedia a liberação para que Celina Kunioshi, então funcionária do Museu e aluna do Curso da FESP, pudesse para fazer o curso “intensivo de preservação e segurança nos

---

<sup>87</sup> BRUNO, Maria Cristina Oliveira. Entrevista concedida a Inês Gouveia. Rio de Janeiro, RJ. 10/2016. Entrevista transcrita no Anexo II.

<sup>88</sup> CURY, Marília Xavier et. al. Entrevista concedida a Inês Gouveia. São Paulo, SP. 10/2016.

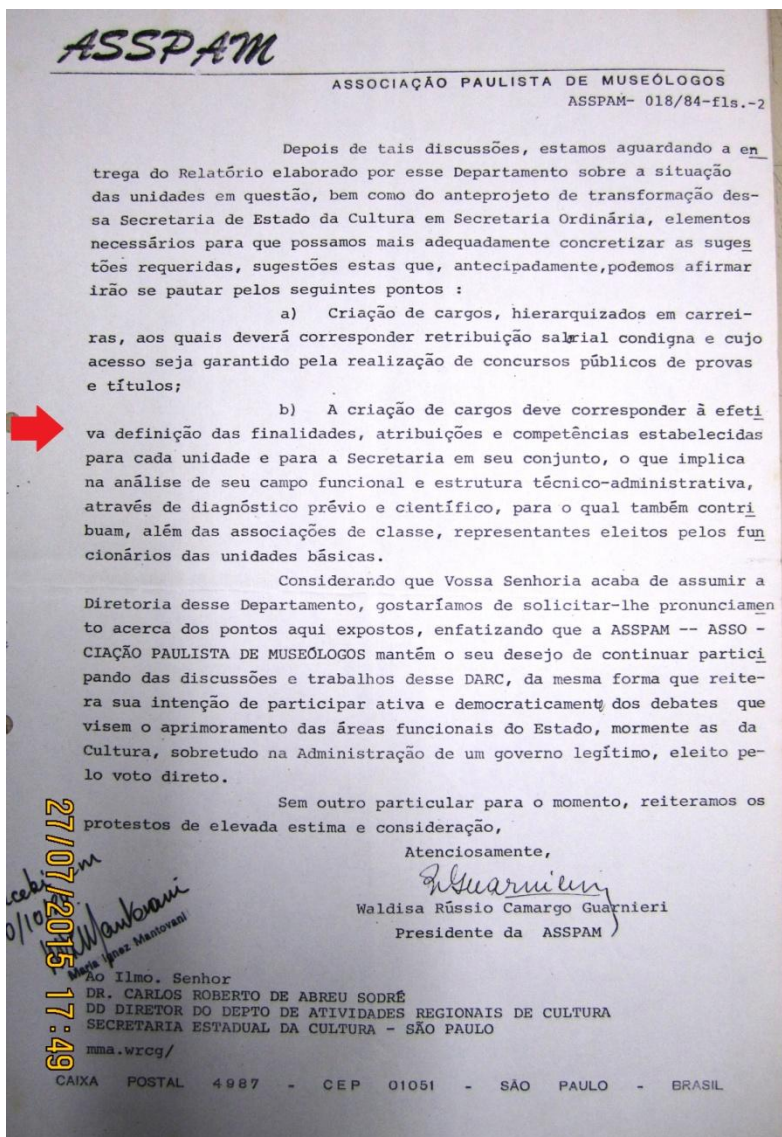
<sup>89</sup> Carta de Marília Duarte Nunes (Museóloga Museu do Índio) para Waldisa, sobre estágio de Cristina Bruno e programações conjuntas com o curso de SP, 1979. Arquivo IEB-USP, Fundo Waldisa Rússio Camargo Guarnieri, Caixa 085, código do documento: 18.0333.

<sup>90</sup> Fonte: Arquivo IEB-USP, Fundo Waldisa Rússio Camargo Guarnieri, Caixa 089, código do documento: 18.0538.



museus, de 03 dias de duração, sob o patrocínio do ICOM-BR.<sup>91</sup> Atuando por diferentes frentes, por fora e por dentro da administração pública, Waldisa mobilizava seus conhecimentos, relações e argumentos para influenciar a abertura de postos de trabalho para museólogos. Esse movimento estava sincronizado com a formação de novos quadros pelo Curso/Instituto na FESP.

**Figura 14** - Carta da Asspam enviada a Secretaria Estadual de Cultura, assinada por Waldisa, que dentre outros assuntos visava debater sobre a reestruturação de cargos no Estado, 1984.



Fonte: Centro de Documentação da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo. CX 2-06 Asspam Fesp. Correspondências enviadas 1984.

<sup>91</sup> Fonte: Arquivo IEB-USP, Fundo Waldisa Rússio Camargo Guarnieri, Caixa 088, código do documento: 18.0538.

Alguns dos entrevistados que emergiram no contexto paulistano, tiveram sua colocação profissional diretamente devida à influência e esforço de Waldisa Rússio para fazer corresponder à necessidade profissional com os postos de trabalho, entre eles: Inês Coutinho, Marcelo M. Araujo e Maria Pierina.

### **2.5.2 Professora Waldisa Rússio**

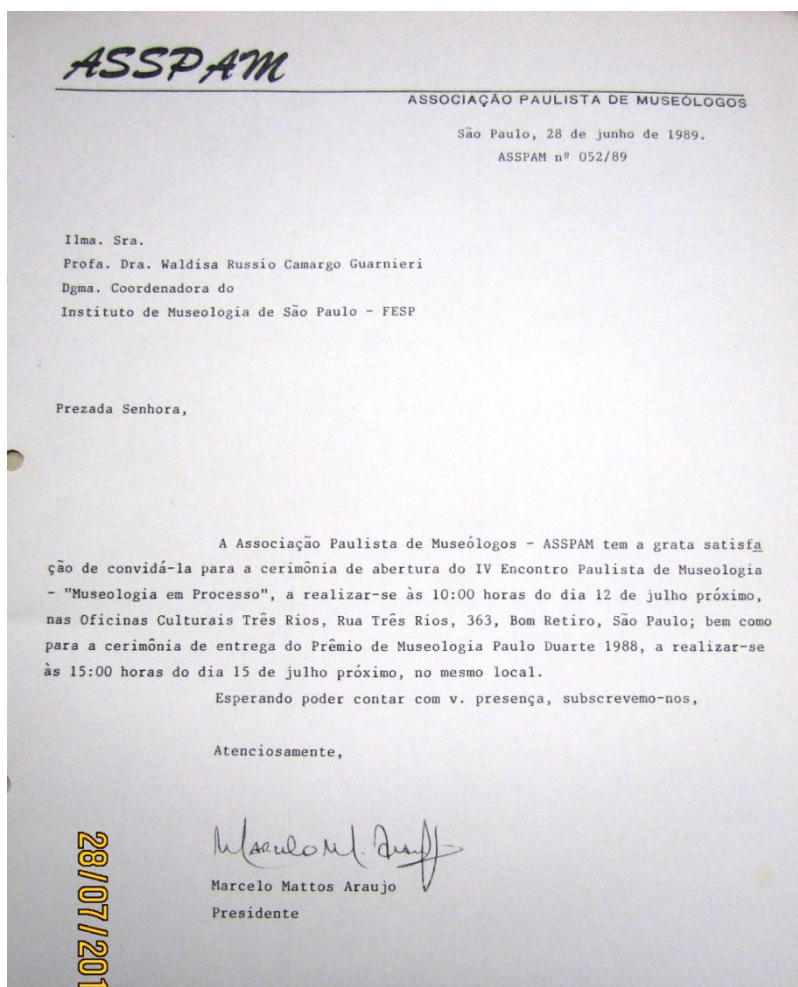
A ex-aluna Ana Maria da Costa Leitão Vieira (BRUNO, v. 2, 2010, p. 31) ao lembrar do Curso e da atuação da Waldisa Rússio destaca a singularidade por se tratar de pós-graduação. No contexto daquilo que é próprio da discussão neste capítulo, vale considerar que os alunos que ingressavam tinham ao menos um diploma superior e muitos dispunham de experiência profissional, inclusive no campo museológico. Esses alunos, muitos dos quais passaram a colegas de profissão contemporâneos à Waldisa Rússio, formaram também uma rede de relações muito estratégica e importante para que Waldisa estabelecesse sua posição no campo museológico<sup>92</sup>. Os alunos e ex-alunos a acompanhavam em eventos dentro e fora de São Paulo, mesmo no exterior. Estes participaram das instituições que Waldisa fundou e chegaram a sucedê-la à frente de algumas dessas entidades, como a ASSPAM e a ATM.

---

<sup>92</sup> Refere-se aqui especialmente aqueles que foram entrevistados nesta pesquisa e que deram seus depoimentos no livro organizado por Maria Cristina Oliveira Bruno (2010).



**Figura 15** - Ofício de Marcelo Mattos Araújo, presidente da ASSPAM convidando Waldisa Rússio para participar de evento da Asspam e do prêmio Paulo Duarte, 1989.



Fonte: Centro de Documentação da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo. CX 2-06 Asspam Fesp. Correspondências enviadas 1989.

Waldisa Rússio também contava com eles para substituí-las em aulas e eventos dos quais ficava impedida circunstancialmente de participar. Pelo acúmulo de compromissos e ritmo de viagens de alguns períodos, é fácil deduzir que isso tenha ocorrido com certa frequência.

Conforme as entrevistas, além de levar profissionais das diversas áreas para o convívio da Museologia paulista e nacional, no exercício da condição professoral, Waldisa Rússio atuava como uma divulgadora daquilo que se debatia no ICOM e nos demais ambientes nacionais internacionais que circulava. Os entrevistados descrevem que Waldisa os inseria nas temáticas da Museologia internacional e, diante da escassez de material escrito e publicado no Brasil, ela lhes franqueava a cópia daquilo que se debatia no ICOM e ICOFOM. É importante notar, conforme afirma Cristina Bruno que, como organizações voltadas a profissionais de museus, os alunos não tinham sua participação assegurada nessas instituições. Assim, Waldisa se incumbia dessa mediação. Os ex-alunos relatam que a cada viagem Waldisa voltava

apaixonada com as visitas técnicas que fazia e suas aulas subsequentes sempre retomavam elementos dessa experiência. Inspirados por sua influência, contam por exemplo, que mobilizaram esforços para conhecer o Ecomuseu Creusot-Montceau na França – que Waldisa havia visitado mais de uma vez e considerava uma experiência positivamente singular e inovadora. Outro exemplo é dado pela lembrança de Maria Cristina Olíveira Bruno e Maria Pierina que ao irem a Cuba fizeram questão de ir ao encontro de Marta Arjona<sup>93</sup>, que vinha sendo uma interlocutora de Waldisa no campo, inclusive a partir do ICOM<sup>94</sup>. Também nos eventos nacionais, Waldisa fazia questão da participação dos alunos e ex-alunos. Mario Chagas, que era aluno da Museologia na UNI-RIO, no período de transição do curso para a Urca, afirmou que a primeira vez que viu Waldisa participavam de um seminário na então Casa da Marquesa de Santos, no bairro carioca São Cristóvão. Em suas palavras:

Quando eu conheci a Waldisa, foi numa situação muito curiosa [...] Eu estava estudante de Museologia, no último ano, praticamente já encaminhando para a formatura. Fui para o encontro na Casa da Marquesa de Santos, que se chamava A Criança e o Museu, em 1979. E a Waldisa apareceu com um conjunto de estudantes e todos os estudantes falavam! Todos os estudantes apresentavam trabalhos! Ela levou material do Museu da Indústria, material sobre sua tese, quer dizer, a questão do museu de fábrica, aquele material. Mas especialmente eu pude observar a relação da Waldisa com os estudantes e o lugar que os estudantes tinham. Quando acabou o seminário naquele dia de trabalho, eu procurei a Waldisa e disse: "Eu quero conhecer você. Eu quero ser seu estudante." Aí na verdade, eu coleí na turma, era a Cristina, a Pierina e... Eu coleí com essa turma, para onde eles iam eu ia atrás. Eu falei: "Aqui tem alguma coisa que eu nunca tinha visto no meu tempo de estudante." E ali eu pude perceber a militância da Waldisa. Ela tinha uma militância para a vida e até em relação aos próprios estudantes, quer dizer, o papel dela era o desbravar, abrir caminhos, abrir espaços para participação.

[...]

...a participação dela em 79 era a participação de uma Educadora com consciência política abrindo com seu corpo, com sua voz, espaço para os estudantes.<sup>95</sup>

Os alunos e ex-alunos, bem como aqueles profissionais mais diretamente ligados à Waldisa no campo museológico nacional era um primeiro grupo de ressonância das suas ideias. Na condição de mestra e mentora, Waldisa buscava nessa rede de relações o lugar de consenso para as posições defendidas

<sup>93</sup> Marta Arjona participou ativamente dos movimentos políticos revolucionários em Cuba e no Governo de Fidel Castro esteve responsável pelos museus no país, conforme se observa no capítulo 4.

<sup>94</sup> BRUNO, Maria Cristina Oliveira; CAMARGO, Maria Pierina et al. Entrevista concedida a Inês Gouveia. São Paulo, SP. 10/2016.

<sup>95</sup> CHAGAS, Mario. Entrevista concedida a Inês Gouveia. Rio de Janeiro, RJ. 11/2017. Entrevista transcrita no Anexo II..

relativamente às demais no campo nacional. Vale notar que alguns desses profissionais egressos de São Paulo passaram a atuar fora do estado, como é o caso de Inês Coutinho, que atuou da Superintendência de Museus em Minas Gerais (por influência de Waldisa), do IPHAN e do Sistema Nacional de Museus em Brasília. Mesmo distantes fisicamente e com meios de comunicação limitados, a correspondência entre elas era frequente, conforme se evidencia na resposta extensa que Waldisa preparou para Inês Coutinho, descrevendo e ratificando a diferença e especificidade de curador, conservador e museólogo.<sup>96</sup> Nas cartas trocadas por elas é visível a relação de lealdade profissional e afeto pessoal.

A ligação entre mestre e discípulos como uma relação de construção de autonomia, conforme a pedagogia freireana que Waldisa Rússio creditava, não é sempre de consensos. Em 1986 Waldisa pediu o desligamento das funções de membro da Comissão de Ética e Admissão da ASSPAM.<sup>97</sup>

**Figura 16** - Ofício de desligamento de Waldisa para a ASSPAM em maio de maio de 1986.

São Paulo, 09 de maio de 1986

À Presidência e  
à Diretoria da  
ASSPAM-Associação Paulista de Museólogos.

Pela presente, solicito, em caráter irrevogável e irretratável, minha exoneração das funções de membro da Comissão de Ética e Admissão da ASSPAM.

Outrossim, quero deixar essa Diretoria à vontade para manter, ou não, convite que me fora feito, há algum tempo, para participar, como oradora, de Seminário sobre Preservação do Patrimônio Cultural, em Mogi das Cruzes, e do Encontro dos Museus de História a ser realizado pela própria ASSOCIAÇÃO em Itu.

Entendo que, sem constrangimentos, Vv.Sas. poderão eleger orador que melhor represente os ideais de teoria, prática e realidade dessa Diretoria.

Muito agradecerá a Vv.Sas. me enviassem cópia da ata de meu desligamento, a pedido, da Comissão de Ética, assim como solicito a gentileza de uma rápida manifestação de Vv.Sas. a fim de que possa, eventualmente, remanejar as datas de minha agenda de trabalho.

Desejando-lhes todo o sucesso,

Atenciosamente,

*Waldisa Rússio Camargo Guarneri*

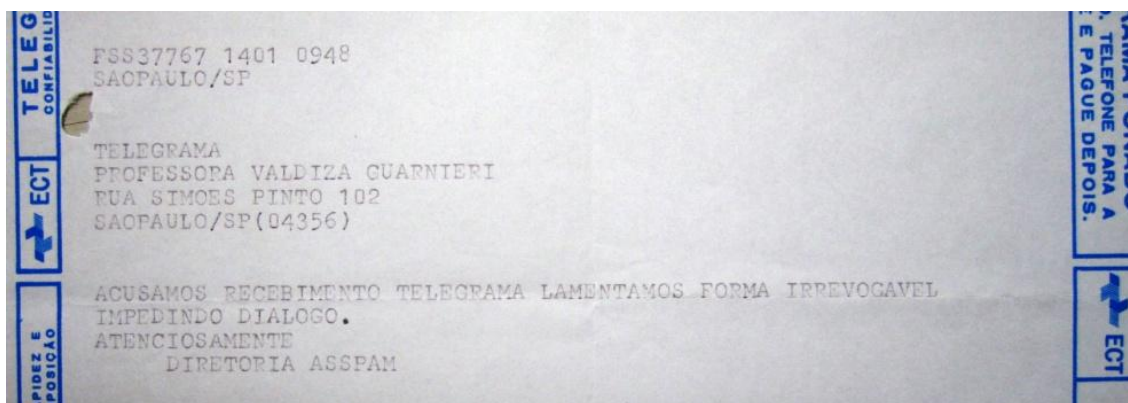
Waldisa Rússio Camargo Guarneri

Fonte: Centro de Documentação da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo. CX 2-06 Asspam Fesp. Correspondências recebidas 1986.

<sup>96</sup> Fonte: Arquivo IEB-USP, Fundo Waldisa Rússio Camargo Guarneri, Caixa 085, código do documento: 18.0322.

<sup>97</sup> Fonte: Coleção Curso de Museologia da FESP. Centro de Documentação da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo. CX 2-06 Asspam Fesp. Correspondências Enviadas 1986.

**Figura 17** - Telegrama da ASSPAM para Waldisa Rússio, confirmando o recebimento do pedido de desligamento.



Fonte: Centro de Documentação da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo. CX 2-06 Asspam Fesp. Correspondências recebidas 1986.

Na medida em que seus ex-alunos adquiriram maturidade profissional também buscaram espaços para manifestar sua própria compreensão da dinâmica do campo. Alguns dos ex-alunos e companheiros de associação passaram a divergir com Waldisa pela manutenção do Instituto de Museologia na Fundação Escola e Política. Nas palavras de Marcelo M. Araujo:

O nosso maior enfrentamento, meu e da Cristina [Maria Cristina O. Bruno] - que eu sempre tive uma atuação muito próxima da Cristina - em relação a Waldisa, foi em relação a essa insistência da Waldisa de manter o curso na Fundação Escola de Sociologia e Política. A gente falava para ela: "Waldisa isso é improdutivo, não funciona, tá evidente. Fecha o curso e vamos procurar outra alternativa". "Não". E daí "não, mas vocês tem que participar, tem que apoiar..." , " não, nós não vamos apoiar". Por que a gente via que não tinha... Então teve ali um momento de, digamos assim, fragilização das relações, entorno principalmente dessa questão da manutenção do curso na Sociologia e Política.<sup>98</sup>

A cisão do consenso interno em SP, não significou, no entanto, a dissolução da posição de Waldisa frente ao campo. Tomando as fontes, observa-se que independente dos discursos, seus ex-alunos seguiam tendo a posição que Waldisa Rússio representava em alta conta. Seguiam reiterando o seu lugar de autoridade e divulgando o pensamento que os havia empolgado anos antes, conforme a sequência de documentos evidencia.

<sup>98</sup> ARAUJO, Marcelo Mattos. Entrevista concedida a Inês Gouveia. Niterói, RJ. 01/2017. Entrevista transcrita no Anexo II.

**Figura 18** - Correspondência da ASSPAM, presidida por Maria Cristina Oliveira Bruno, reafirmando o fato museológico, 1985.

Prezado Senhor,

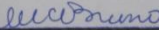
Atendendo convite formulado pela Comissão Organizadora do "Simpósio sobre Memória e Patrimônio Cultural", através de seu representante Wilson Stanziani de Souza, servimo-nos da presente para encaminhar-lhes a anexa proposta de programação correspondente ao tema "Arquivo e Museu", a ser desenvolvida no dia 21 de julho próximo.

Nossa idéia é de iniciar os trabalhos com uma palestra que conceitue teoricamente o "fato museológico", unindo-o à questão mais ampla da preservação. Complementam-na dois painéis onde os participantes apresentarão experiências práticas de trabalhos museológicos, numa tentativa de apresentar subsídios aos participantes do simpósio.

Tanto a palestra quanto os painéis serão seguidos de debates.

Aproveitamos a oportunidade para apresentar protestos de alta estima e distinta consideração.

Atenciosamente

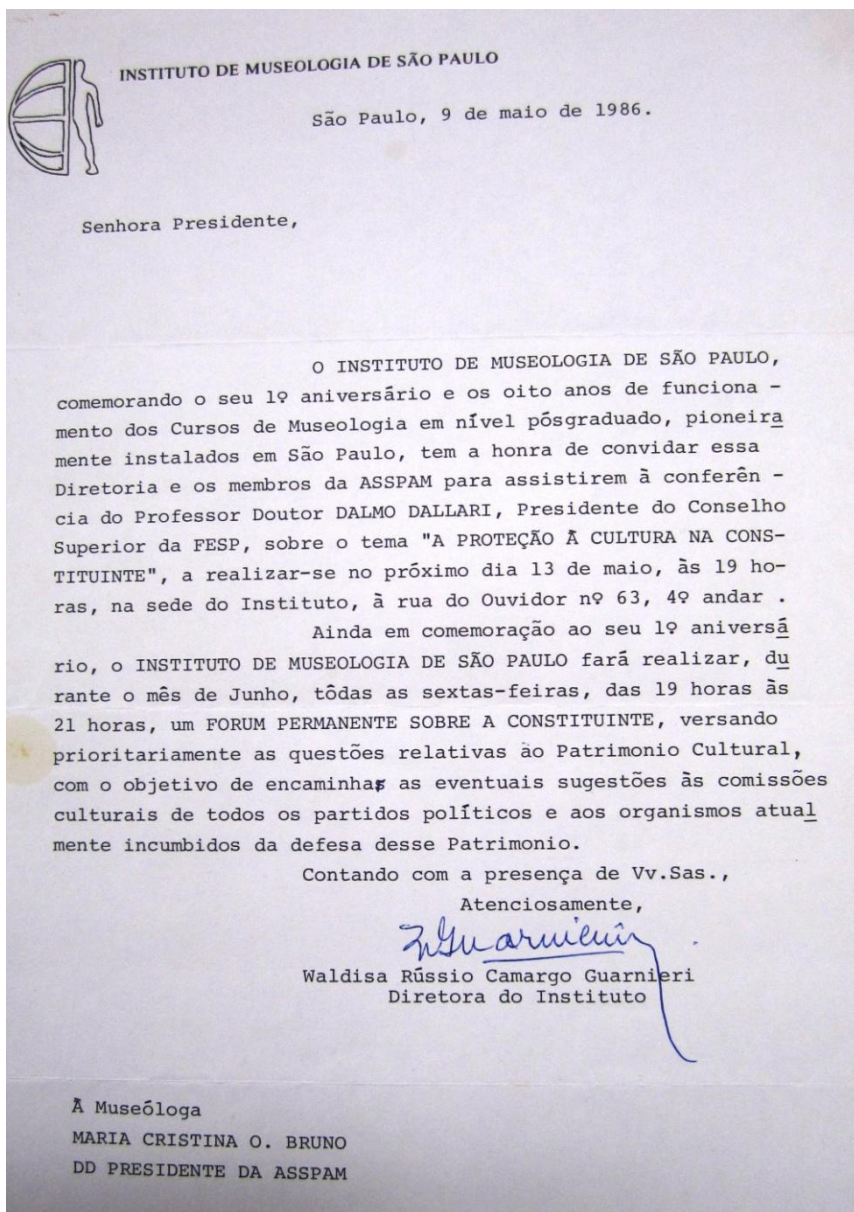
  
\_\_\_\_\_  
MARIA CRISTINA OLIVEIRA BRUNO  
museóloga  
Presidente da ASSPAM

27/07/2015

Fonte: Centro de Documentação da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo. CX 2-06 Asspam Fesp. Correspondências enviadas 1985.



**Figura 19** - Correspondência do Instituto de Museologia da FESP, assinada por Waldisa Rússio para a ASSPAM, presidida por Maria Cristina Oliveira Bruno, 1986.



Fonte: Centro de Documentação da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo. CX 2-06 ASSPAM FESP. Correspondências enviadas 1986.

**Figura 20** - Marcelo Mattos Araujo, presidente da ASSPAM convida Waldisa Rússio a participar do debate "O negro e a escravidão nos museus brasileiros", fevereiro de 1988.

Ilma. Sra.  
 Profa. Waldisa Russio Camargo Guarnieri,  
 Dgma. Coordenadora do  
 Instituto de Museologia de São Paulo, FESP/SP.

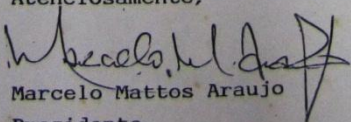
Prezada Senhora,

A Associação Paulista de Museólogos - ASSPAM tem o prazer de convidar V. Sa. para participar, na categoria de debatedor, do debate "O negro no museu brasileiro", a realizar-se na Universidade de São Paulo, no próximo dia 9 de junho, das 14:30 às 18:00 horas.

Referido debate integra o Seminário sobre o "O negro e a escravidão nos museus brasileiros", organizado por esta Associação, nos quadros do Congresso Internacional sobre Escravidão promovido pelo Departamento de História da FFLCH da USP.

Solicitamos confirmação até o dia 25 de fevereiro próximo, através de correspondência para ASSPAM, Av. Cons. Rodrigues Alves 775, ap. 222, 04014 São Paulo, SP.

Certos de poder contar com v. colaboração, subscrevemo-nos, permanecendo à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

Atenciosamente,  
  
 Marcelo Mattos Araujo  
 Presidente.

CAIXA POSTAL 4987 . CEP 01051 . SÃO PAULO . BRASIL

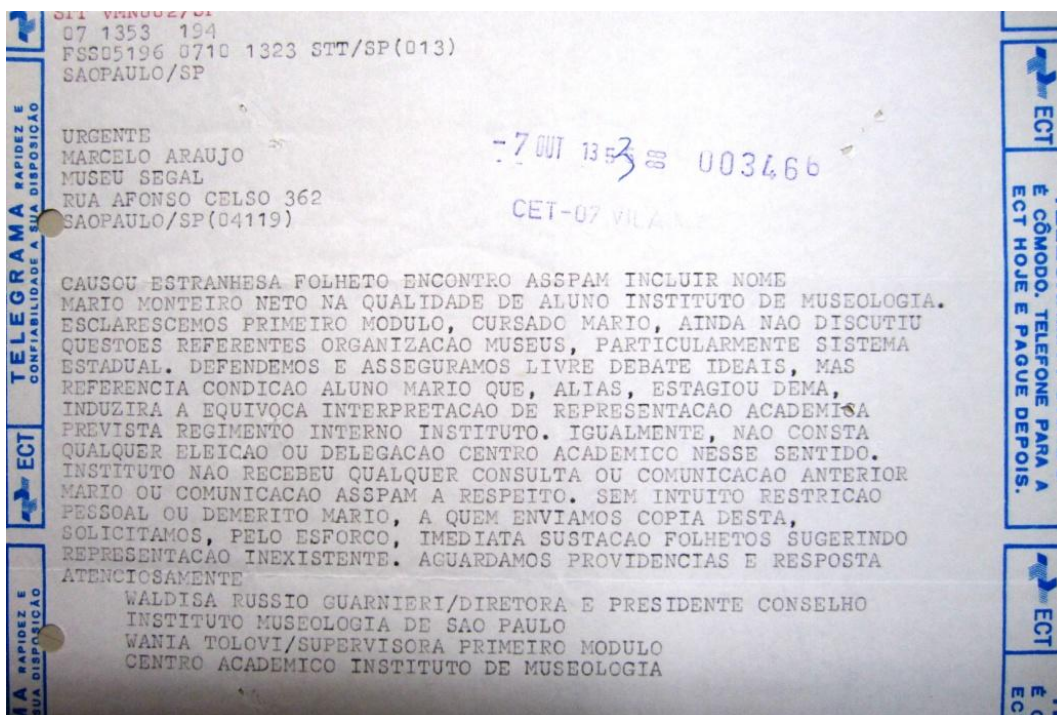
Fonte: Centro de Documentação da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo. CX 2-06 ASSPAM FESP. Correspondências enviadas 1988.

Também considera-se que Waldisa Rússio, apesar dos discensos, seguiu buscando influenciar as posições das instituições, mesmo quando já não mais as presidia. Assim, em 1986, por exemplo, Waldisa encaminhou à ASSPAM, na gestão de Cristina Oliveira Bruno, o pedido de providências, reclamando do curso de "Arte/Educação e o Museus", organizado pela ECA/USP, afirmando que a proposta não levava em conta os "direitos de nossos colegas concursados publicamente e aprovados".<sup>99</sup>

<sup>99</sup> Carta de Waldisa Rússio para a ASSPAM enquanto Cristina Bruno a preside. Arquivo IEB-USP, Fundo Waldisa Rússio Camargo Guarnieri, Caixa 085, código do documento: 30.0143.

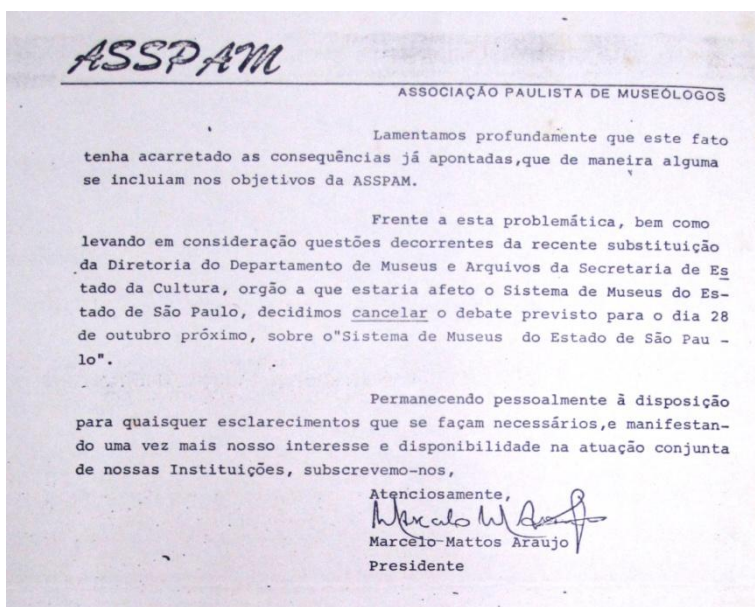


**Figura 21** - Waldisa Rússio, representando o Instituto de Museologia escreve a Marcelo M Araujo, evidenciando discórdia sobre a representação discente junto à Associação em 1988.



Fonte: Centro de Documentação da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo. CX 2-06 ASSPAM FESP. Correspondências enviadas 1988.

**Figura 22** - Correspondência de Marcelo M Araújo, representando a ASSPAM, para Waldisa Rússio, Instituto de Museologia, esclarecendo a questão explicitada na figura anterior e cancelando o evento em questão, em outubro de 1988.



Fonte: Centro de Documentação da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo. CX 03 04 05 e 06 - FESP, correspondências recebidas 1988.

Reconhecer Waldisa Rússio Camargo Guarnieri como uma autoridade assenta uma tradição para o desenvolvimento do campo em São Paulo, inclusive no pós-1990.



Assim, é evidente (e também evidência) que Waldisa Rússio seja mais citada e retomada a partir de São Paulo. Houve exceções dentro do próprio campo, como Mario Chagas e Maria Célia T. M. Santos. Eles também identificaram e divulgaram Waldisa Rússio na condição de autoridade, como expressão de uma posição de destaque e de uma alteração significativa do pensamento da Museologia no Brasil, para além de repercutir ou refletir sobre o fato museológico. Independente do debate interno do campo sobre a importância teórica de sua produção e da expressão propriamente museológica da sua atuação, nesta pesquisa também se afirma Waldisa Rússio como precursora e impulsionadora de ideias para o campo museológico no Brasil.

## **2.6 Capitais simbólicos**

As entrevistas evidenciaram traços da personalidade de Waldisa que são importantes para perceber a posição que ela engendra no campo. Os ex-alunos narraram um convívio intenso e regular que estava além dos espaços institucionais, ainda que orbitasse em torno dos mesmos temas ligados ao campo cultural. Eles recordaram momentos em que o convívio transcendeu a esfera pública e profissional. Frequentavam a sua casa na Rua Simões Pinto, que pela descrição de Leda, era enorme, com bonitos móveis rústicos, onde além do casal viviam os cães estimados. Contam que eles recebiam sempre os amigos para as ocasiões sociais, saraus e festas. Sobre a vida cotidiana, lembraram também que Waldisa sempre que podia prolongava seus encontros com eles, desfrutando de suas companhia, e, segundo entendem, só não fazia mais porque Rossine demandava bastante do seu tempo e de sua atenção. Outro aspecto peculiar do cotidiano pessoal era que ele, Rossine, não dirigia carro e então esse encargo também era de Waldisa, que se dispunha a levá-lo e buscá-lo com frequência. Sobre isso, seus ex-alunos também se recordam das caronas que pegavam com Waldisa e de alguns percalços e atrasos pelas panes dos veículo em questão, que nunca eram modelos novos<sup>100</sup>.

A vida cotidiana desse grupo de profissionais e Waldisa esteve recheada de horas de conversas, ligações telefônicas, cartas e postais. Eles lembram que as questões nunca eram respondidas de modo simples e objetivo, mas sempre de forma discursiva, argumentativa e crítica. Também sobre isso, afirmam que eventualmente divergiam da "não praticidade" de Waldisa e exemplificam com a organização de um evento em Campinas (SP), numa ocasião em que ela insistia em não delimitar o tempo

---

<sup>100</sup> BÓGUS, Ricardo; BRUNO, Maria Cristina Oliveira; COUTINHO, Inês; CURY, Marília Xavier; PIERINA, Maria. Entrevista concedida a Inês Gouveia. São Paulo, SP. 10/2016.

de fala dos convidados, para deixá-los livres, mesmo sacrificando a logística<sup>101</sup>. Em suma, Waldisa Rússio Camargo Guarnieri foi, aos olhos de seu grupo paulistano, uma intelectual dinâmica, idealista, crítica, politicamente engajada em causas diferentes (acessibilidade, cultura, meio ambiente), articuladora de uma rede de relações que deu a ela – e também a eles, por transferência de capital simbólico – uma condição particular de estar no campo museológico em São Paulo e no Brasil.

**Figura 23** - Waldisa participa de jantar no exterior com outros profissionais que a ouvem com interesse.



Fonte: Arquivo IEB-USP, Fundo Waldisa Rússio Camargo Guarnieri, Caixa 0359, código do documento: 22.0058

---

<sup>101</sup> Idem.

**Figura 24** - Waldisa Rússio na XIV Conferência Geral do ICOM em Buenos Aires, em 1986.



Fonte: Arquivo IEB-USP, Fundo Waldisa Rússio Camargo Guarnieri, Caixa 0356, código do documento: 22.0003/5

**Figura 25** - Waldisa Rússio na inauguração da exposição “Tropa, Tropeiro e Tropeirismo”, realizada pelos alunos do Curso de Museologia da FESP.



Fonte: Arquivo IEB-USP, Fundo Waldisa Rússio Camargo Guarnieri, Caixa 0360.

## 2.7 Considerações parciais

Certamente haveria outros meios de perceber como foi a trajetória de Waldisa Rússio, nos seus 55 anos de vida. Meios sempre limitados e carentes de outros meios: mais entrevistas, mais fontes, mais métodos de comparação. Considera-se que foi possível identificar elementos que ela dispôs no campo, enquanto condições e potências pessoais, socialmente estruturadas. Como Waldisa se inseriu num diálogo com outras pessoas, sem partilhar com elas a mesma tradição no campo museológico, considerando os anos 1970? Ela tinha sempre um ímpeto de participação. Nas ocasiões públicas, sempre pedia a palavra. Destacava-se nos debates. Não esperava que lhe convidassem aos grupos, buscava logo meios de ingressar neles e dentro deles se destacava. Não poupava esforços, fazia investimentos pessoais – das cartas cotidianas, ligações telefônicas de madrugada, às viagens internacionais – à despeito dos recursos limitados. Também por isso recorria às instituições para custear seus projetos. Dormia pouco, tinha grande concentração para o trabalho e lia muito. Valorizava o trabalhador como um componente louvável da cidade industrializada. Reclamava sobre a alienação desse mesmo trabalhador. Prezava a democracia como meio de organização social, o que se refletia na valorização da participação. Uma personalidade inquieta.

Dos poucos registros que encontramos que sugere uma autodefinição, além de museóloga, Waldisa se descreveu como uma “operária de museus”.

Atuando concomitantemente em muitas frentes, ela acumulou uma experiência singular com relação aos seus pares no campo, conhecia bem a realidade dos museus, de diferentes tipologias e lugares. Havia trabalhado em muitos níveis do planejamento público. Havia também dirigido museus e pesquisado em seus estudos. A sua formulação teórica tem isso como base e se destaca também pela influência dos outros campos de conhecimento, pensando o museu sempre de forma contextualizada e concreta.

Waldisa, nascida numa família de poucos recursos, teve uma pequena ascensão econômica à classe média alta. Tinha preocupações próprias dos trabalhadores (que queria ver incluídos no fazer dos museus): cumprir uma função (social) remunerada e, por meio disso, pagar suas próprias contas. Contas de uma vida sem luxos, mas com conforto, naquilo que ela considerava importante (valioso) dentro de sua disposição cultivada: manutenção das relações sociais, estudo, expressões culturais, viagens, livros, museus. Waldisa Rússio realizou seu habitus no

campo museológico, para o qual fez convergir esses "valores", acentuados por sua personalidade e condição social. Ela teve êxito na sua carreira de reconversão (MICELLI, 2001), gozando de prestígio junto à aristocracia intelectual e cultural, mas sem muita correspondência nos ganhos materiais. Uma característica que confirma também a formulação de Pierre Bourdieu (2013) de que no campo cultural o capital monetário está atrás de outros capitais simbólicos na troca entre os agentes internos. Inês Coutinho destacou que cursos que Waldisa realizavam nem sempre eram pagos. Conseguir custear seu deslocamento já era considerada uma situação favorável<sup>102</sup>.

A realidade de uma vida com contingências econômicas tem reflexo na visão que Waldisa Rússio exercitou no campo. Repetindo suas palavras: "...temos de nos identificar em todos os momentos com aquilo que fazemos, onde nos colocamos e em que classe estamos".<sup>103</sup> Waldisa se identificava com a classe trabalhadora, o que se exprime na forma como conduziu seu tempo e suas escolhas interpessoais e também no modo como elaborou a Museologia.

Ainda que inserida nos limites reais de sua trajetória, não se representou como uma mulher excluída de uma sociedade organizada para e por homens. Indicou ter a percepção da situação restritiva imposta às mulheres, mesmo que não tenha feito disso uma causa, como feminista.<sup>104</sup> De qualquer modo, sua trajetória foi, em si, o rompimento de um padrão social. Em todos os documentos e relatos, há sempre muitos homens entre ela, são seus chefes, colegas de conselho, alunos. Essa proporção entre os gêneros aparentemente só se alterava no campo museológico, onde Waldisa lidava com outras agentes mulheres convivendo com homens em situação de suposto equilíbrio. Fato é que a noção naturalizada da autoridade do gênero masculino não parecia intimidar Waldisa Rússio.

Waldisa era muito ligada à família, ainda que seu pai passe como uma referência discreta em seus documentos e nos relatos. Sua mãe, ao contrário, era muito próxima. Identificava o lugar de importância de Waldisa Rússio e estava inteirada de sua vida pessoal. Falecida em 2006, Isa foi a reponsápel legal pela doação dos livros e documentos para o IEB em 1992.<sup>105</sup> Na dissertação Waldisa conta

---

<sup>102</sup> COUTINHO, Inês et al. Entrevista concedida a Inês Gouveia. São Paulo, SP. 10/2016.

<sup>103</sup> In: ARANTES, 1984, p. 93.

<sup>104</sup> Dentre os livros de Waldisa Rússio doados ao IEB o único identificado que trata especificamente da questão da mulher na sociedade é: PERROT, Michelle. Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

<sup>105</sup> Leda descreve a proximidade entre as três. Afirma que a mãe de Waldisa falou com ela antes da viagem ao México e que Waldisa disse estar muito bem de saúde. Ela havia recém feito exames que indicavam "apenas pressão alta". Leda contou que Isa desejou que ela não viajasse e Waldisa tranquilizou-a dizendo que se sentia muito bem e assim que voltasse procuraria um médico. Conforme: TELLES, Leda Xavier. Entrevista concedida a Inês Gouveia. São Paulo, SP. 10/2016. Waldisa Rússio

que foi ela, sua mãe, que datilografou todo o trabalho, à exceção da página em que afirma isso, agradecendo e afirmando estar certa de que aquele foi o menor dos sacrifícios feitos por Isa em seu favor (RÚSSIO, 1977, p. 4). Leda Xavier também testemunha isso, afirmando que passavam os fins de semana sempre juntas, "em família". Waldisa Rússio também trabalhava em família, com Rossine C Guarnieri, havia trabalhado com Mozart Camargo Guarnieri e também com sua cunhada, Alice Camargo Guarnieri, especialista em conservação de papel. De outro modo, também fazia do seu grupo social uma extensão da família tanto pelo convívio intenso, como pela troca de afeto e responsabilidade que se incumbia com os demais, especialmente os alunos. Era certamente uma pessoa agregadora e usou isso a favor de sua trajetória no campo museológico.

**CAPÍTULO 3**  
**O CAMPO MUSEOLÓGICO**  
**BRASILEIRO**



Nos parágrafos seguintes, destaca-se como alguns agentes (indivíduos e instituições) que atuavam entre os anos 1970 e 1990 se estabeleceram no campo museológico brasileiro. A ideia é observar como se formaram algumas posições no campo em que Waldisa Rússio se inseriu na década de 1970 e analisar como ela se organizou desde São Paulo para a interlocução nacional e internacional.

A memória da Museologia no Brasil está se constituindo com base nos registros guardados pelos cursos de formação, museus, associações e, além de outros agentes, também por meio do legado de indivíduos que viveram o campo no século XX. Esses registros possibilitam que pesquisas como esta construam uma narrativa histórica, problematizando os fatos enquanto processos. Tomados assim, relativizados por uma compreensão contextual, os consensos e, especialmente os dissensos, perdem a essência dos sentimentos humanos e passam a ser observadas à luz das estratégias coletivas, socialmente estruturadas, relativas a momentos que os antecederam e sucederam. Esse é o ângulo privilegiado e o mote principal desse capítulo. Diante disso, nas páginas seguintes nosso objetivo é situar historicamente os agentes que constituem o campo museológico em que Waldisa Rússio Camargo Guarnieri se inseriu na década de 1970.

### **3.1 As relações no campo: museus, cursos, museólogos, associações e outros agentes**

Na década de 1970 e 1980 o campo museológico brasileiro estava formalmente organizado em torno das seguintes instituições<sup>106</sup>: museus, cursos de formação em Museologia, o Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus (ICOM-BR), associações de classe e conselhos profissionais. Estes eram os principais agentes responsáveis por reelaborar uma tradição importada (especialmente da Europa) e, junto com isso, promover uma discussão em torno da importância e do fazer dessas instituições. Além disso, preocupavam-se também com o estabelecimento de normas internas, fruto da pactuação de profissionais, egressos de determinadas contextos de formação e prática. Alguns desses agentes também se dedicavam, pela relação com os demais, à elaboração teórica e prática da dimensão política e pública das instituições museais. A vida prática das relações no campo se efetivava em torno de atos concretos que serviam para registrar, evidenciar e divulgar aquilo que as instituições forjavam como natural, normal, correto e adequado. Trata-se

---

<sup>106</sup> A relação de instituições aqui não é exaustiva. Diante da impossibilidade de observar todas as instituições existentes, deu-se destaque àquelas que têm rebatimento nas fontes documentais provenientes da trajetória de Waldisa Rússio.



de meios pelos quais os agentes buscavam influenciar a dinâmica do campo, estabelecendo marcos regulatórios: leis e atos afins, pactuações políticas e administrativas, premiações, publicações e outros aspectos com capacidade similar de repercussão.

Assim como a ideia de patrimônio, a existência da instituição museu no Brasil é parte da herança recebida do passado colonial, pela influência de vários países, especialmente Portugal e França. Segundo Lilian K. M. Schwarcz (2001), foi no fim do século XIX que no Brasil os museus tiveram um primeiro instante de incentivo coordenado. Esse movimento estava relacionado ao início da produção de ciência, contando cada vez menos com pesquisadores e viajantes de fora do país o que, na pesquisa de Schwarcz (2010) se analisa por meio do Museu Nacional (1818), Museu Goeldi (1866) e do Museu Paulista (1894).

Referindo-se também ao século XIX, Mario Chagas (2006) argumenta que a criação de museus esteve relacionada à construção de um projeto de nação, assim como ocorrera na França, no século anterior. O autor lembra que os museus foram desde aí parte de um projeto de Estado para a construção de símbolos, rituais e “fixação de memória” (CHAGAS, 2006, p. 41). Conforme o livro “A Imaginação Museal” (CHAGAS, 2009), apesar das transformações, no século XIX o “panorama museal” no Brasil ainda era pouco expressivo. Em seu argumento, o autor utiliza como base a comparação com a França, que encerrou o século XIX com estimados 600 museus, enquanto que aqui não se “passava a casa das duas dezenas”. (CHAGAS, 2009, p. 69). Para Chagas (2009), foi no século XX que se constituiu o “cenário museológico brasileiro”, com expressivo aumento do número de instituições, o que esteve relacionado às transformações culturais e políticas com início nos anos 1920.

No início do século XX a elite intelectual brasileira disputou o valor atribuído aos capitais culturais forjados em sistemas de valor que se opunham. Modernistas e conservadores debateram projetos de nação antagônicos que influenciaram a construção de uma perspectiva de atuação do Estado na Cultura, especialmente desde 1930. No curso dessa disputa entre modernistas e conservadores, em 1922 foi criado o Museu Histórico Nacional, no bojo da celebração pelo Centenário da Independência, no Rio de Janeiro, então capital federal. Primeiro museu assumidamente histórico do país, conforme afirma Aline Montenegro Magalhães (2009), o MHN interessa particularmente como vértice para outros agentes que passaram a compor o campo: o Curso de Museus (1932) e a Inspetoria de Monumentos Nacionais (1934-1937). Conforme evidencia Magalhães (2004), a Inspetoria – o primeiro órgão responsável pela proteção do patrimônio nacional – foi

um departamento do Museu Histórico Nacional, vinculado ao regulamento deste. Ainda que sua atuação tenha se estendido para além dos muros do Museu, o fez segundo sua diretriz institucional, conforme a direção de Gustavo Barroso (MAGALHÃES, 2004, p.13). Essa aparente unidade, no entanto, ao ser observada de modo mais detido por Magalhães (2004), evidencia duas formas distintas de Barroso lidar com o passado. Enquanto por meio da Inspetoria os monumentos eram restaurados à sua (suposta) condição original e restituídos à função, o acervo do MHN devia ser asséptico, separado da vida e inteiramente destituído de seu valor de uso.

Por motivos que Magalhães (2004) problematiza em sua pesquisa e que sucintamente podem ser relacionados à perda de influência política de Gustavo Barroso, com a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) em 1937 a Inspetoria perdeu a função, o espaço de atuação, e foi extinta. As transformações ocorridas desde esta década, relativas especialmente aos rumos tomados pelo governo de Getúlio Vargas, trazem complexidade à cena, já que foi a partir daí que se iniciaram as políticas de cultura no Brasil, como observa Lia Calabre (2005).

A Constituição de 1934 inaugurou a relação expressa entre a política e a cultura no Brasil. Por meio da menção à cultura e ao patrimônio, o Estado se posicionou em relação à área. É importante frisar que em nenhuma das Constituições promulgadas, mesmo na de 1988, aparece a palavra museu ou outro termo que explicita a responsabilidade pública com relação a essas instituições e seus acervos. No texto de 1934, assim como no Decreto-Lei de 1937 que institui o SPHAN, o patrimônio é o termo por meio do qual se fala daquilo que deve ser preservado. A ideia de preservação do patrimônio é assim o que melhor se aproxima para pensar a preservação do acervo em museu, servindo como analogia para compreender o lugar do Estado na relação com as instituições no campo museológico. Em ambos os textos (de 1934 e 1937), o patrimônio foi caracterizado como o bem material, de valor histórico e artístico.

No panorama do campo museológico no século XX, o patrimônio (o sentido conceitual e as políticas públicas relativas) constituiu um elemento de fronteira, mas também de intersecção. O diálogo foi instável. Houve certa transposição de sentido, no entanto, o valor propriamente cultural se efetivou com um *modus operandi* diferente. Museus públicos, que representam a história e a arte compreendidas como de importância nacional (mesmo que regionais) foram criados e estiveram administrativamente ligados ao SPHAN, a exemplo do Museu Nacional de Belas Artes na cidade do Rio de Janeiro em 1937 e o Museu da Inconfidência, em Ouro Preto

(MG), um ano depois (JULIÃO, 2001, p. 25). Ainda assim, a prática institucional revela que a correspondência entre o campo museológico e o do patrimônio foi descontinuada e não encontrou eco nos processos de tombamento, na predominância do perfil profissional e nos aspectos gerais da história de cada um dos campos. Sobre isso Maria Cecília Londres Fonseca (2005) afirma:

O fato é que, em função do perfil profissional preponderante no corpo técnico do SPHAN, em que predominavam arquitetos, o critério de seleção de bens com base em sua representatividade histórica, considerada a partir de uma história da civilização material brasileira, ficou em segundo plano, em face de critérios formais e a uma leitura ditada por uma determinada versão da história da arquitetura no Brasil – leitura produzida pelos arquitetos modernistas [...]  
Na fase *heróica*, o processo de decisão quanto à seleção e valorização dos bens a serem tombados era conduzido quase exclusivamente pelos funcionários da instituição ou por seus colaboradores. Raros eram, então, os pedidos de tombamento originados de fora do órgão... (FONSECA, 2005, p. 110, 113)

A relação de proximidade e distanciamento entre esses campos também se verifica pelo fato de que se organizam em conselhos e comitês próprios, ligados a perfis profissionais que se distinguem, a exemplo do ICOM e do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS). O fundamental aqui é observar que se trata de uma relação influente, mas, na prática, rarefeita<sup>107</sup>. É por isso que se considera que o patrimônio constitui um campo que está na fronteira do campo museológico, como a separação da ideia de passado em Barroso sugeria (MAGALHÃES, 2004). De qualquer modo, a homologia entre esses campos é um recurso fundamental para o exercício da pesquisa.

No fluxo do diálogo às vezes pouco ruidoso com o campo do patrimônio, numa intersecção com as políticas de Cultura, criaram-se cada vez mais museus nas diversas instâncias da administração pública e privada. Tomando por base suas fontes, Chagas (2009, p. 71) estima que na década de 1930 houve um aumento de sete para 25 instituições e que, no fim da década de 1950, havia no Brasil aproximadamente 145 museus. Esse número seguiu crescendo, de modo que no ano de 1967 o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) registrou o número de 206 museus, distribuídos em 19 estados (IBGE, 1967). Em pesquisa semelhante retratando o ano de 1972, o número passou a ser de 344 museus, entre privados, estaduais, municipais e, em menor número, federais (IBGE, 1972).

---

<sup>107</sup> Outra evidência da relação rarefeita entre os dois campos, é a criação do Instituto Brasileiro de Museus em 2009, que se instituiu administrativamente a partir do IPHAN e se constitui em torno da elaboração de políticas voltadas aos museus.

Seria impossível mapear o todo da relação entre esses museus, uns com os outros e entre eles e o Estado. No entanto, é fácil constatar que várias das instituições, especialmente as de caráter nacional, estreitavam os laços entre si, por meio de seus funcionários e especialmente de seus dirigentes. Uma das evidências disso foi a criação em 1948 do Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus (ICOM BR), um organismo que resultou de reunião internacional realizada dois anos antes, na França, com a participação de representantes de quinze países (CRUZ, 2008, p. 7)<sup>108</sup>.

Conforme Henrique de Vasconcelos Cruz (2008) aponta, a representação brasileira se firmou tendo como presidente Oswaldo Teixeira, então diretor do Museu Nacional de Belas Artes e como vice-presidentes os seguintes diretores: Gustavo Barroso (MHN, RJ), Heloisa Alberto Torres (Museu Nacional, RJ) e Alcindo Sodré (Museu Imperial, RJ). Assim como a presidência e a vice-presidência, tesoureiro, secretária e secretária-arquivista também eram funções ocupadas por representantes situados no Rio de Janeiro. Dentre o corpo de membros, havia na primeira composição seis representantes de museus, dos quais cinco eram de outros estados, como é o caso de Sergio Buarque de Holanda, então diretor do Museu Paulista.

Entre 1953 até 1961, a presidência do Comitê Brasileiro passou a Rodrigo Melo Franco de Andrade, que presidia o SPHAN desde a sua criação e o fez até 1967 (CRUZ, 2008). Foi o Comitê que organizou o Primeiro Congresso Nacional de Museus, em Ouro Preto, MG, no ano de 1956. Como mais uma instituição cujo espaço de interlocução vai se ampliando no campo museológico, a configuração inicial do Comitê Brasileiro do ICOM revela que a relação com o patrimônio se dava nos limites do campo. Chagas (2003) destaca que a participação deste grupo à frente do Comitê Brasileiro acena para uma perspectiva diferente daquela que Gustavo Barroso defendia e liderava a partir do MHN. Evidência a esse respeito foi o não comparecimento de Barroso ao primeiro Congresso de 1956, primeiro evento desse porte no Brasil, o que, segundo Coelho (2005, p.122) ocorreu justamente em razão do cargo ocupado por Rodrigo Melo Franco de Andrade.

Depois de 1956 foram realizados sequencialmente mais três Congressos Nacionais: 1959 em São Paulo, 1962 em Salvador e o quarto, em 1965, no Rio de Janeiro. Os últimos dois foram presididos pela antropóloga Heloisa Alberto Torres, que esteve à frente do Comitê brasileiro entre 1961 e 1971 (COELHO, 2015). A respeito do IV Congresso de 1965, sediado no Museu Histórico Nacional, o Jornal "O Globo" registrou a perspectiva de Heloisa Alberto Torres, afirmando que havia sido o evento

---

<sup>108</sup> A representação brasileira do ICOM estava formalmente ligada à Organização Nacional do Conselho Internacional de Museus (ONICOM). Em 1971 houve uma ruptura no grupo e se criou a Associação de Membros do ICOM, AMICOM.

“conduzido da melhor maneira e com resultados mais promissores” até então<sup>109</sup>. A fonte indica ainda que um dos objetivos era conhecer a realidade dos “museus mais importantes” do país. A esse respeito, afirma que a situação geral era precária quanto às instalações, a condição de segurança do acervo e a carência de profissionais especializados. Com esse diagnóstico, uma das moções aprovadas recomendou o reforço da verba destinada à então Diretoria de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e também “a nomeação de técnicos qualificados”<sup>110</sup>.

Observa-se que o IV Congresso de Museus, em 1965, articulou agentes de destaque no campo. Sediado no MHN, esse evento foi certamente um marco da relação mais próxima e possivelmente mais concordante entre o Comitê Brasileiro e o Curso de Museus, que estava administrativa e fisicamente ligado ao Museu Histórico. Além disso, conforme registra Coelho (2015), a organização deste evento também esteve (ou esteve principalmente) a cargo da Associação Brasileira de Museologia (ABM)<sup>111</sup>, fundada dois anos antes por influência do ambiente do próprio Curso de Museus e do III Congresso Nacional de Museus (organizado pelo Comitê brasileiro do ICOM em 1962).

Fruto do MHN e inicialmente criado para atender à necessidade do quadro profissional deste, com o passar dos anos e até pelo menos a década de 1970, foi do Curso de Museus, criado em 1932, a autoridade propriamente museológica para dizer sobre os conhecimentos técnicos necessários para o bom funcionamento dessas instituições. Mais do que isso, esses indivíduos, gerações de egressos que muitas vezes passaram a ministrar aulas no Curso, foram considerados (antes de tudo por eles próprios) como os legítimos habilitados para definir ou repercutir o que é museu e, posteriormente, o que é a Museologia, como um corpo de conhecimento orientado para uma formação específica.

A respeito do perfil do Curso de Museus, Ivan Coelho de Sá (2012) conta que se tratava inicialmente de uma formação técnica, equivalente ao nível superior, para o qual era exigido que o candidato apresentasse comprovação de conclusão de curso secundário. Sá (2012) explica que a primeira grande reforma do Curso ocorreu em 1944. Entre outras coisas, o novo regimento estabeleceu que “quando o número de candidatos ultrapassasse o número de vagas”, a admissão deveria se dar por vestibular, que incluía conteúdos de História Geral e do Brasil, Geografia do Brasil e língua estrangeira. O Curso de Museus estava previsto na estrutura do MHN desde a

---

<sup>109</sup> Aprovou 21 moções o Congresso de Museus. **Jornal O Globo**, Rio de Janeiro, 03 de agosto de 1985. Fonte: Arquivo Institucional do Museu Histórico Nacional. Fundo Curso de Museus.

<sup>110</sup> Idem.

<sup>111</sup> Fundada com o nome de Associação Brasileira de Museologista.

sua fundação. Foi inaugurado na gestão de Rodolpho Garcia<sup>112</sup> mas, meses depois, retomada a direção de Gustavo Barroso, esse passou a ser também seu diretor, ideólogo, professor e um dos entusiastas pela formação. Em 1946, Barroso publicou a obra “Introdução à Técnica de Museus”, material que passou a ser leitura obrigatória no Curso (e em vários outros contextos do campo museológico) por décadas, mesmo com as reformulações do currículo e as transformações em sua estrutura.

Segundo Aline Montenegro Magalhães (2006, p. 21-22), Barroso foi um defensor de posições conservadoras, do ponto de vista da sua atuação política e cultural. A autora salienta que, no cargo de Deputado Federal pelo estado do Ceará (1915-1917), Barroso reafirmava as tradições do poder do Estado, do exército e das oligarquias. À frente do MHN até sua morte em 1959, Gustavo Barroso inaugurou uma tradição de museus, Museologia e museólogos no Brasil, o que se transformou num legado seu e de “suas” instituições. Conforme afirmam Coelho (2015) e Magalhães (2006), a manutenção do projeto pedagógico barroseano, por meio da sistematização das disciplinas e organização dos instrumentos didáticos “possibilitou o domínio do campo correspondente à constituição de profissionais especializados para museus em instituições congêneres no Brasil” (COELHO, 2015, p. 46).

Não se deve inferir que o pensamento de Gustavo Barroso fosse uma unanimidade no MHN e no Curso de Museus. Ainda assim, era uma referência (e continua sendo) imperativa na história dos museus e da Museologia no Brasil; uma tradição construída e afirmada no MHN e no Curso. Exemplo disso, desde 1958, segundo Nair de Moraes Carvalho<sup>113</sup>, a instituição desejava que o Curso passasse a se chamar Curso Gustavo Barroso ou ainda Instituto Gustavo Barroso. Em 1965 e 1966, um projeto de lei tramitou na Câmara dos Deputados e no Senado<sup>114</sup>, pleiteando essa alteração. Na justificativa contida no projeto, além de argumentar que duas moções já haviam sido aprovadas a esse respeito (no III e IV Congresso Nacional de Museus, em 1962 e 1965) foram destacados dois aspectos da mudança: a alteração do nome Curso para Escola e, mais detidamente, a homenagem a Gustavo Barroso. O intento foi negado pelo Presidente Castelo Branco, da recente instaurada Ditadura Militar, sob a alegação de que a criação de uma escola universitária isolada contrariava o rumo da organização do ensino superior no país<sup>115</sup>.

---

<sup>112</sup> Rodolpho Garcia assumiu a direção do Museu Histórico Nacional entre 1930 e 1932.

<sup>113</sup> Relatório do Exercício de 1962. Curso de Museus. Museu Histórico Nacional, Rio de Janeiro, 1962. Fonte consultada em: Coleção Curso de Museus, Museu Histórico Nacional. Disponível em <http://www.docpro.com.br/mhn/bibliotecadigital.html>. Acesso em 18/04/2016.

<sup>114</sup> Ver: Brasil. Câmara dos Deputados. Projeto n.º 3231-B/65. Brasil. Câmara dos Deputados. Ver também: Brasil. Senado Federal. Projeto n.º 212/66.

<sup>115</sup> Brasil. Câmara dos Deputados. Projeto n.º 3231. Brasília, 08 de outubro de 1965. Dispõe sobre a alteração da denominação do Curso de Museus no Museu Histórico Nacional por Escola Nacional de

Além de formar pessoal para o trabalho no próprio museu e professores para atuar no próprio Curso, no MHN também se fazia o aperfeiçoamento profissional de servidores de outros museus, inclusive de outros estados (SÁ, 2012). Desde 1951 o Curso passou a ter caráter universitário, ao firmar acordo com a Universidade do Brasil. Manteve-se no MHN, tal como antes, mas a partir de então seu diploma passou a ser registrado naquela Universidade.<sup>116</sup> Na década de 1960 a relação entre a formação e a possibilidade dos profissionais exercerem a profissão foi um dos elementos que ocupou os agentes ligados ao Curso. A esse respeito, em relatório quanto ao exercício de 1962, a coordenadora apresentou os seguintes dados ao Diretor do Museu Histórico Nacional:

**Tabela 2** - Matrículas no Curso de Museus em 1962

Série	Regulares	Avulsos	Ouvintes	Trancamentos	Desistências
1 série	35	-----	9	2	33
2 série	12	2	-----	-----	22
3 série	13	---	---	1	---

Fonte: Relatório do Exercício de 1962, assinado por Nair de Moraes Carvalho. Curso de Museus. Museu Histórico Nacional, Rio de Janeiro, 1962<sup>117</sup>.

A respeito das desistências, Nair de Moraes Carvalho justificou que, além do que já era esperado, o aumento decorreu da questão em torno da colocação de profissionais no mercado sem a devida formação, o que, de seu ponto de vista, trazia desestímulo aos alunos. Comentando a situação geral do Curso, a coordenadora informou sobre as bolsas de estudo concedidas a servidores, um total de 09 dentre as quais, 07 para profissionais de fora do Rio de Janeiro. Solicitava que para o ano de 1963 o valor da bolsa fosse aumentado, já que os Cr\$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros), “quase nenhuma ajuda significa aos atuais contemplados”.<sup>118</sup> Nair de Moraes Carvalho seguiu evidenciando algumas dificuldades do Curso, relatando que a falta de verba inviabilizou a excursão de alunos e professores da 3º série. Além disso, solicitou melhores condições de instalação e a contratação de funcionários.

Assim como a existência de instituições não assegura que estejam em relação, a relação não assegura a capacidade de impactar o campo. A referência à carência de profissionais da década de 1960 evidencia um descompasso entre a formação de

---

Museologia Gustavo Barroso. Arquivo da Câmara dos Deputados Federais. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=210832>>. Acesso em 18/04/2016. Vale destacar que havia outra alteração significativa proposta quanto à mudança de “Museu” para “Museologia”. No entanto, essa questão não está explícita no projeto, que tem as justificativas de alteração do nome centradas na homenagem àquele que “inspirou” o Curso e o MHN.

<sup>116</sup> O Reitor da Universidade do Brasil era Pedro Calmon, que havia sido professor anteriormente do Curso de Museus no MHN.

<sup>117</sup> Fonte consultada em Fundo Curso de Museus, Museu Histórico Nacional. Disponível em <http://www.docpro.com.br/mhn/bibliotecadigital.html>. Acesso em 18/04/2016.

<sup>118</sup> Relatório do Exercício de 1962, *Op. cit.*

museólogos e seu exercício efetivo nos museus. De um lado, museus sem museólogos, de outro, museólogos sem museus. Em fins da década de 1960, o comandante Leo Fonseca e Silva, diretor do MHN e do Curso de Museus, afirmou que os museólogos ali formados para atuar em museus históricos e artísticos somavam até então um total de 507. Em sua perspectiva, a maioria não exercia a profissão e o “Curso não atingia às necessidades do mercado de trabalho”<sup>119</sup>.

Em pesquisa sobre o ano de 1967, o IBGE apontou um número de 206 museus, distribuídos em 19 estados, onde trabalhavam 361 técnicos<sup>120</sup>. Para interpretar esses dados vale observar que os museus se distribuem de forma bastante irregular entre os estados. Além disso, a referência a técnicos abrange não apenas museólogos, mas também diversas outras profissões associadas ao fazer específico dos museus, que inclusive tinham outras tipologias que não apenas arte e história (que era a habilitação do Curso de Museus). Sabendo disso, vê-se que o Rio de Janeiro e o Estado da Guanabara eram os mais favorecidos nesta relação, somando 28 museus e 193 técnicos. Em São Paulo a desproporção aparente era da seguinte ordem: 64 museus e 49 técnicos.

Na década de 1970 o Curso de Museus passou por reformulações de currículo e perfil administrativo. Os debates quanto à Museologia e sua formulação teórica – refletidos na criação do Comitê Internacional para a Museologia (ICOFOM/ICOM) – influenciaram a alteração de disciplinas do Curso. Além disso, sua face universitária se integra, deixando de pertencer ao MHN para compor a Federação das Escolas Federais Isoladas do Estado do Rio de Janeiro (FEFIERJ). Em 1979 deixou o prédio do MHN, indo se instalar no bairro da Urca, integrando a Universidade do Rio de Janeiro (UNI-RIO), antiga FEFIERJ e compondo o Centro de Ciências Humanas, junto com a Arquivologia e a Biblioteconomia. Apesar das transformações, o Curso é compreendido como um contínuo desde 1932 e hoje se nomeia Escola de Museologia, da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Como primeira escola de formação, o Curso (e a posterior Escola) figurou como um dos eixos do campo. Qualquer outro agente instituído ou a se instituir não poderia negligenciar esse lugar de influência, talvez desde 1932 e certamente nos anos 1970.

Essa posição, que se traduz num lugar de autoridade que o Curso e a Escola ocupavam, lhe possibilitava construir o valor propriamente museológico para si e para as outras instituições no campo. Um exemplo disso é a Associação Brasileira de

---

<sup>119</sup> Carta de Leo Fonseca e Silva com esboço do anteprojeto de lei para regulamentação da profissão. Rio de Janeiro, 1968. Correspondência dispõe sobre documento elaborado pelos funcionários do Museu Histórico Nacional e os discentes do Curso de Museus. Coleção Curso de Museus.

<sup>120</sup> Museus em funcionamento, pessoal em atividade e número de visitantes durante o ano, por Unidades da Federação — 1967, in: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Op. Cit.*



Museologia, fundada em 1963 e composta por ex-alunos do Curso, organizada em torno do interesse de promover a regulamentação da profissão de museólogo, com vistas a resolver a disparidade entre a formação e a inserção no mercado de trabalho. A Associação de caráter nacional resultou, segundo Neusa Fernandes (2014), dos debates ocorridos no III Congresso Nacional de Museus (Salvador, 1962), corporificando ainda mais a relação institucional entre museus, Museologia e museólogos.

Com base na documentação da ABM, Priscila Arigoni Coelho (2015, p. 126) explica que a Associação propôs ainda na década de 1960 a criação de comissões regionais, com o objetivo de “apoiar o desenvolvimento” de museus e da Museologia e ampliar o número de associados para além do Rio de Janeiro. A partir de pesquisas de Natália de Figueirêdo Biserra (2013), Coelho (2015) observa que a primeira dessas comissões foi a do Rio Grande do Norte e que na documentação da ABM registram-se mais outras 14 representações: Pará, Maranhão, Piauí, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Espírito Santo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Brasília e São Paulo (COELHO, 2015). Ainda assim, a autora observa que, mesmo com o registro das comissões regionais, havia “clara dificuldade de troca de informação” com museólogos de outros estados (COELHO, 2015, p. 126). Assim, mesmo enquanto entidade nacional, a ABM esteve próxima ao ambiente gestado no Rio de Janeiro, tendo uma atuação sistemática na década de 1980, às vésperas da regulamentação da profissão se concretizar em 1984.

No fim da década de 1960 foi criada a segunda escola de formação, o Curso de Museologia da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Coelho (2015) afirma que a Bahia foi o estado com a maior participação de bolsistas no Curso de Museus do Rio, com 14 inscritos e 11 formados. A autora destaca que em 1962, sete anos antes da abertura do Curso, Rodrigo Melo Franco (à frente do SPHAN) proferiu um discurso na Faculdade de Arquitetura da UFBA no qual falou sobre a necessidade de criação de mais cursos de Museologia no país e a Universidade como o lugar ideal para o estabelecimento destes, especialmente em razão da “nova” Lei de Diretrizes e Bases (COELHO, 2015, p 86). Conforme Coelho (2015), o curso se vinculou à Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas do Departamento de História, apesar de também ter sido pleiteado pela Escola de Belas Artes. Um dos responsáveis por essa decisão foi o primeiro diretor do curso, Valentín Calderón, formado em História da Arte e em Arqueologia, então professor de Cultura Hispânica na UFBA (COELHO, 2015, p. 89). A autora destaca ainda que inicialmente foram contratados egressos do Curso de

Museus do MHN para as disciplinas técnicas, cadeiras que foram ocupadas posteriormente por ex-alunos do próprio Curso da UFBA (COELHO, 2015, p. 90).

Maria Célia T. M. Santos, que cursou Museologia na primeira turma e que na sequência passou a ministrar aulas no Curso da UFBA, conta que havia preconceito de outras áreas com o curso. Em suas palavras:

...eu sofri esse preconceito durante muito tempo dos próprios colegas dentro da Faculdade, dos colegas de outros departamentos que olhavam para a gente como se fosse um curso menor que inventaram e que chegou aqui na faculdade de Filosofia.

[...]

esse contexto era um contexto de uma Bahia extremamente machista, uma Bahia que valorizavam nome de família, uma postura social e econômica de elite de nome de família, os apadrinhados... Todos eram deste núcleozinho, que todo mundo se conhecia. As relações passavam por aí e eu, uma menina do interior, ninguém me conhecia não tinha essa vivência social na cidade de Salvador... Dentro de um departamento de história – porque o curso ficou ligado ao departamento de história – também machista, em que os professores mais renomados, eram todos professores do sexo masculino, eram homens historiadores já com uma carreira reconhecida e de renome com publicações e etc e eu era a “menininha” ali a “jovenzinha” que “não era ninguém” (entre aspas).<sup>121</sup>

A primeira turma do Curso da UFBA entrou em 1969. No ano de 1974, no entanto, o ingresso de novos alunos foi suspenso, alegando-se que o mercado de trabalho não possuía condição de empregar aqueles profissionais. Segundo Maria Célia Teixeira Moura Santos (2002) essa interrupção motivou alunos e professores a fazerem a defesa do Curso, mobilizando influências e repercutindo a questão na imprensa local. Desse momento decorreu também a criação da Associação de Museólogos da Bahia (AMB) em 1978. Nas palavras de Santos:

...uma luta cotidiana para fazer esse Curso se autoafirmar dentro daquela Faculdade. O curso não era reconhecido pelo MEC e a gente teve que batalhar para essa conquista. Teve que reestruturar currículo, teve que... [...] a gente [não] tinha sequer o direito a nos colocar dentro de uma reunião de departamento. A gente não tinha sequer às vezes esse direito de se posicionar, de se colocar dentro desse departamento e a conquista do reconhecimento, a conquista da criação do departamento próprio para Museologia foi uma conquista assim que realmente... A gente teve que comemorar muito, porque foi uma luta insana que não era só... Eram preconceitos de vários lados, por ser jovem, por estar em um ambiente masculino, por estar em um curso que não era reconhecido, reconhecido não to dizendo só do ponto de vista burocrático pelo MEC não, mas é reconhecido do ponto de vista daqueles senhores da História, de renome etc. Um curso que... que estava começando a dar os

<sup>121</sup> SANTOS, Maria Célia Teixeira Moura. Entrevista concedida a Inês Gouveia. Recife, PE. 08/2017. Entrevista transcrita no Anexo II.

primeiros passos e por incrível que pareça em um departamento de História havia um preconceito com os museus e com a Museologia.<sup>122</sup>

O relato de Maria Célia evidencia que, assim como ocorria com o Curso de Museus no Rio de Janeiro, também o da Bahia passava por dificuldades administrativas, que refletiam, na ótica dela, uma correlação de forças entre saberes estruturados. Ao mesmo tempo, ela evidencia como as disputas se relacionavam ao gênero, na medida em que o conhecimento museológico estava associado à “vocação feminina”. A museóloga baiana comenta que entre os alunos, assim como no Curso de Museus, as mulheres eram a maioria. O Curso teve o ingresso normalizado em 1979, com atividades contínuas desde então.

Maria Célia contou ainda que logo a partir da formatura da primeira turma, assim como ela, outros formados assumiram as disciplinas. A consequência disso é que ainda na década de 1970, realizada a primeira revisão curricular, o Curso da UFBA se distanciou da matriz do Curso de Museus, que o influenciou inicialmente (tanto pela elaboração das disciplinas, mas especialmente pela presença de professores formados no Curso de Museus). Ainda a respeito da Associação de Museólogos da Bahia, Maria Célia contou que tinha a participação ativa de alunos e alguns professores do Curso da UFBA e que até o início dos anos 1990 os interesses das duas instituições estiveram bem alinhados. Tanto o Curso quanto a Associação tiveram uma atuação sistemática no trâmite que levou à regulamentação da profissão durante a década de 1980.

Ainda sobre a Região Nordeste, vale destacar, que em 1975 o então Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais<sup>123</sup> promoveu o Encontro Nacional de Dirigentes de Museus (INSTITUTO JOAQUIM NABUCO, 1976; TOLENTINO, 2013) e na década seguinte foi palco do encontro de museólogos que definiu o rumo das negociações em torno da regulamentação da profissão em 1982. Essa instituição gozava desde então de prestígio no campo intelectual e junto à classe dirigente, inclusive em razão da influência de Gilberto Freyre. A FUNDAJ-Museu do Homem do Nordeste teve uma atuação de impacto que extravasou os muros da instituição, influenciando na criação de museus, contribuindo para a descentralização dos debates e eventos na área que ocorriam recorrentemente no sudeste. Em seu depoimento, Mario Chagas, que iniciou sua vida profissional na Fundação na década de 1980 acrescenta:

A Fundação tinha um trabalho de revitalização de museus, de criação de museus e ao mesmo tempo, cursos. O Aécio [de Oliveira] e outras pessoas da equipe davam muitos cursos. E como tinha uma equipe

---

<sup>122</sup> Idem.

<sup>123</sup> Atual Fundação Joaquim Nabuco – FUNDAJ.

muito preparada para contatos e exposições, a gente andava para cima e para baixo fazendo coisas em vários lugares do interior de Pernambuco, em outros estados. Então, você imagina, o Museu da Borracha no Acre foi projeto da Fundação Joaquim Nabuco que eu ajudei a escrever. O Museu do Homem do Norte, em Manaus, foi projeto da Fundação Joaquim Nabuco. Então ela tinha uma atuação no Norte, Nordeste muito grande e talvez só a Bahia estivesse fora do alcance ou do interesse da Fundação Joaquim Nabuco. Ela tinha escritório em Sergipe e Alagoas, escritório em Manaus, então era uma presença de fato muito forte regionalmente e nacionalmente.<sup>124</sup>

Conforme se observa, em razão da interlocução ativa com outras instituições e a influência na criação de museus, a Fundação Joaquim Nabuco funcionava como um polo aglutinador e disseminador de uma perspectiva de museus, forte no Norte e no Nordeste e em articulação com outras instituições pretensamente nacionais.

De volta ao Rio de Janeiro, é importante situar que no ano de 1975 foi aberto o terceiro curso, na Faculdade de Arqueologia e Museologia Marechal Rondon, que foi fechado dois anos depois. Também foi criado o Curso de Museologia na instituição Faculdades Integradas Estácio de Sá. A proximidade com a Arqueologia é uma peculiaridade deste Curso, que durou cerca de 20 anos (SÁ, 2014, p. 231). Sabe-se que desde sua concepção teve a participação de egressos do Curso de Museus, a exemplo de Neusa Fernandes (SÁ; SIQUEIRA, 2007, p. 171). Curiosamente, há poucos registros que informam sobre a participação dessa instituição nas articulações do campo. Na bibliografia e na memória do campo, muitas vezes o Curso é ignorado, fazendo-se referência apenas às instituições federais. Ivan Coelho de Sá, que cursou um ano de Museologia na instituição, afirmou o seguinte:

1984, um ano inesquecível para a toda a classe e também para mim em termos pessoais. Acabara de me transferir do Curso de Museologia da então Faculdades Integradas Estácio de Sá – FINES para o mesmo curso da então Universidade do Rio de Janeiro – UNIRIO. Num espaço de dois anos tive as experiências mais alvissareiras de minha vida profissional. Na FINES, entre 1982-83, tive como primeira professora de Museologia, mais exatamente das disciplinas Introdução à Museologia I e II, a Prof.<sup>a</sup> Neusa Fernandes, então presidente da ABM e que abriu os meus horizontes em relação aos aspectos teóricos da Museologia. (SÁ IN: FERNANDES, 2014).

Pelo relato de Sá e pela participação de Neusa Fernandes é razoável considerar que a formação e seu posicionamento eram influenciados pela tradição do Curso de Museus/Museologia e pela ABM e, nessa medida, eram também espaços de

---

<sup>124</sup> CHAGAS, Mario. Entrevista concedida a Inês Gouveia. Rio de Janeiro, RJ. 11/2017. Entrevista transcrita no Anexo II.

reprodução da visão de museu, Museologia e museólogo, gestadas nessas instituições<sup>125</sup>.

O campo não é um espaço harmônico de relações, ao contrário, é um lugar de disputa, do exercício do poder, pela manutenção do poder. No campo os agentes se dispõem em torno de determinadas posições que se articulam, umas relativamente às outras. Duas posições relativas podem ser objetivadas: dominantes e dominados. Os grupos dominantes atuam no campo manejando as estratégias que os fazem permanecer como dominantes (FAULHABER, 2008). Os dominados podem corroborar as estratégias de dominação ou se oporem a elas. Mesmo se opondo, os dominados precisam construir sua estratégia de transformação a partir da lógica ditada pelos dominados ou assumirem o risco de serem postos para fora do espaço das relações onde a lógica do campo se institui. As tensões também ocasionam transformações circunstanciais, que podem ou não serem encampadas pelos agentes e, nessa medida, influenciam ou não as decisões centrais no campo. Os meios de escapar da dominação são a própria busca pela transformação do campo.

### 3.2 Novos agentes no campo em São Paulo

Como apontam os dados do IBGE (1972), na década de 1970 São Paulo era o estado com mais museus do Brasil. Isso estava em conformidade com vários outros índices de desenvolvimento, mas também traduz iniciativas pontuais de criação dessas instituições, como é o caso dos museus históricos e pedagógicos, fundados em vários municípios de São Paulo entre os anos de 1956 e 1973. Conforme Simona Misan (2008) observa, esses museus foram motivados pela administração pública do Estado, inicialmente ligados ao Serviço de Museus Históricos da Secretaria de Educação, de modo que em pouco mais de 20 anos foram formalmente criadas 79 unidades (MISAN, 2008, p. 3).

Problematizando aspectos da criação e da vida dessas instituições, Misan (2008) observa que Vinício Stein Campos, ideólogo desse conjunto de museus, praticamente não se correspondia com outros museus e profissionais afins, nem de São Paulo nem de outros estados. A exceção identificada pela autora é a correspondência com Lourenço Luiz Lacombe, então diretor do Museu Imperial de Petrópolis, fundado em 1940, no Rio de Janeiro. A autora destaca que Stein privilegiou

---

<sup>125</sup> Para saber mais a respeito do Curso de Museologia das Faculdades Integradas Estácio de Sá, ver: CORBETT, Candida Maria Campello. **Possibilidade de fechamento da Faculdade de Museologia da Universidade Estácio de Sá: problemas e consequências**. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal Fluminense: Rio de Janeiro, Niterói, 1992.

uma determinada linha de pensamento da Museologia brasileira, alinhada à valorização de “heróis e acontecimentos históricos como a defendida por Gustavo Barroso” (MISAN, 2008, p. 13 e p. 18). Ainda a respeito desse isolamento, Misan (2008) afirma que, com vistas ao desenvolvimento dos Museus Histórico Pedagógicos, Stein promoveu cursos de curta duração em Museologia, ministrados nos municípios, com apoio da Secretaria de Educação, entre 1956 e 1964. Naquele contexto, o principal material utilizado como base para esses cursos era a já citada obra de 1946, “Introdução à Técnica de Museus” de Gustavo Barroso (MISAN, 2008, p. 22). Ainda segundo Misan (2008), o curso motivou a tentativa de criação da Faculdade de Museologia do Estado de São Paulo, em 1968, o que não se concretizou.

Com base nos dados identificados por Graciele Karine Siqueira (2009), entre 1946 e 1956 São Paulo teve seis alunos bolsistas matriculados no Curso de Museus no Rio de Janeiro. No comparativo com os demais estados, isso corresponde à quarta posição. Segundo Coelho (2015), na década de 1960 chegou a existir uma pós-graduação em Museologia, ligada à Faculdade de Arquitetura da USP, que teve alcances pontuais e não trouxe como consequência a sistematização de um currículo para o ensino continuado em São Paulo<sup>126</sup>. O primeiro curso regular do estado, que passou a ter projeção no contexto do campo museológico nacional, foi aquele idealizado por Waldisa Rússio Camargo Guarnieri, em 1978. O Curso inicialmente denominado de Museologia e Arte, fruto inicial de um convênio entre o Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand (MASP) e a Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESP), era “de especialização em nível de pós-graduação, de acordo com Resolução 14/77 do Conselho Federal de Educação”, segundo o folheto de divulgação, em 1978<sup>127</sup>. Durante os dois primeiros anos, as aulas eram realizadas majoritariamente no MASP (BRUNO, 2010a, p.25) e, posteriormente, a FESP passou a ser a instituição exclusivamente responsável.

Criada em 1933 como Escola Livre de Sociologia e Política (ELSP), A FESP foi a primeira instituição a formar cientistas sociais no Brasil, seguida da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL), que segundo Fernando Limongi (2001) é o centro por meio do qual se estruturou a USP. Segundo matéria publicada meses antes da inauguração da Escola, no jornal “O Estado de São Paulo”, seu objetivo era “formar

---

<sup>126</sup> Priscila Arigoni Coelho (2015) destaca essa informação a partir de UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Zanini, Walter. MENEZES, Ulpiano Toledo Bezerra de. Observações sobre a situação atual da formação de Museólogos no Brasil. São Paulo, 1965. Dispõe sobre sugestões para um Curso de Museologia apresentado no IV Congresso Nacional de Museus da ABM. Acervo NUMMUS/UNIRIO.

<sup>127</sup> Fonte: MASP-FESP. Folder Curso de Museologia e Arte. São Paulo, 1978. Coleção Curso de Museologia da FESP. Centro de Documentação da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo.

um centro de cultura especializada para pessoas que se interessarem pelos grandes problemas da sociedade”<sup>128</sup>. Limongi (2001) comenta que a atuação paralela entre a Escola e a USP levou-as a delimitar seus espaços e características de formação, uma relativamente à outra. Ele afirma que a ELSP formava um modelo de sociólogo profissional, voltado às pesquisas empíricas, um perfil técnico com competência administrativa. Assim, comparativamente à USP, a ELSP tinha uma proposta de formação e preocupações mais “práticas e atreladas a políticas públicas específicas” (LIMONGI, 2001 p. 262).

Limongi (2001) destaca que a chegada do americano Donald Pierson na Escola, em 1939, foi um marco pela base acadêmica que este deu ao ensino, distanciando-o das questões diretamente ligadas ao Estado. “A necessidade e essencialidade da pesquisa empírica são mantidas. O intervencionismo e aplicação postergados.” (LIMONGI, 2001 p. 264) Pierson foi o representante no Brasil, sediado na ELSP, do Institute of Social Anthropology criado por iniciativa da Smithsonian, renomada instituição de pesquisa que desde o início do século XX vincula museus nos EUA (FAULHABER, 2011). É possível que as relações da ELSP com a Smithsonian tenha favorecido o ensejo de criação do Curso de Museologia posteriormente. Estabelecendo as bases de uma sociologia científica, Donald Pierson foi responsável pela criação, em 1941, da pós-graduação da ELSP, o que, segundo Limongi (2001), tornou o curso uma alternativa atraente, inclusive para egressos da graduação da FFCL/USP<sup>129</sup>. A passagem pela Escola não é indiferente para a trajetória de alguns sociólogos de renome, como é o caso de Florestan Fernandes (LIMONGI, 2001, p. 271). Fazendo a análise do campo da sociologia, Luiz Carlos Jackson (2007) afirma que a disputa entre a ELSP e a FFCL foi desfavorável à primeira, especialmente com o fim de determinadas linhas de investimento, já que a Escola estruturalmente é uma Fundação de caráter privado<sup>130</sup>. Este autor argumenta que, do ponto de vista dos sociólogos formados na USP, a Escola Livre de Sociologia e Política defendia uma perspectiva mais conservadora. De todo modo, mesmo vivendo períodos considerados de crise entre os anos 1970 e 2000, em 1980 a Fundação assumiu a inteira responsabilidade pelo Curso de Museologia, que em 1984 passou ao status de Instituto.

---

<sup>128</sup> Escola Livre de Sociologia e Política. **O Estado de São Paulo**. 16 de abril de 1933.

<sup>129</sup> A sigla atual é FFLCH, relativamente a Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas.

<sup>130</sup> Em 1935 a Escola de Sociologia e Política passou a ser formalmente considerada de "utilidade pública" e, com isso, passou a estar apta a receber recurso público. Decorre-se daí a utilização da expressão "Instituição complementar à USP...", de acordo com: Primeiro curso de Sociologia do país completa 80 anos. **Jornal O Estado de São Paulo**. São Paulo, 27 de maio de 2013. Disponível em: <http://acervo.estadao.com.br/noticias/acervo,primeiro-curso-de-sociologia-do-pais-completa-80-anos,9066,0.htm>. Acessado em 16/04/2016.





Fonte: Centro de Documentação da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo. Coleção Curso de Museologia.

Conforme os documentos representados nas Figuras 26 e 27, o Curso de Museologia da FESP teve a concepção e coordenação de Waldisa Rússio, com abertura de inscrição em 1977, para início em 1978. Desde então e até 1990 Waldisa também foi professora e orientadora de pesquisa. Nota-se que no folder da FESP (Figura 26) ela é apresentada como museóloga e técnica em administração. Destacando sua experiência junto aos museus de São Paulo, Waldisa estruturou o curso a fim de corresponder às questões que ela havia problematizado em sua dissertação, defendida também em 1977. Certamente, por meio do Grupo Técnico de Museus, ela recolheu muitos dados indicativos que apontavam a necessidade do perfil de formação que buscou corresponder com o Curso. A demanda e a procura pela formação se atestam inclusive pelo número de alunos da primeira turma. Conforme contou Maria Cristina Bruno: “A nossa classe foi enorme, essa primeira turma, tinha 82 alunos. O Curso, quando eu fiz, ele era uma sequência de três especializações. Cada uma a gente tinha um certificado, mas elas tinham autonomia.”<sup>131</sup>

No material em destaque nas figuras anteriores, evidencia-se também sua condição recente de delegada da Associação de Amigos do Comitê Brasileiro do ICOM. No mesmo documento informa-se sobre os professores e no topo da lista, relativamente às disciplinas Museologia, Museografia e Administração estão as representantes à época do ICOM-BR. Com parecer favorável ao seu funcionamento, expedido pelo Ministério da Educação em 1978<sup>132</sup>, o Curso esteve estruturado em três módulos (especializações) com a duração de um ano e num total aproximado de 500 horas de aula, trabalho prático e pesquisa (BRUNO, 2010a, p. 257). Conforme informou Bruno (2016), inicialmente os módulos eram: “Pequenos Museus”, “Museus de Arte e História” e “Museus de Ciência e Técnica”. Ainda conforme Cristina Bruno salientou, como nos demais cursos, a grande parte dos estudantes era do gênero feminino<sup>133</sup>.

O impacto que o Curso da FESP teve em São Paulo para os museus diretamente é difícil de ser aferido. Tendo funcionado até 1996, teve 142 formandos,

---

<sup>131</sup> BRUNO, Maria Cristina Oliveira. Entrevista concedida a Inês Gouveia. Rio de Janeiro, RJ. 10/2016. Entrevista transcrita no Anexo II.

<sup>132</sup> Delegacia Regional do Ministério da Educação e Cultura em São Paulo. Ofício expedido em 30 de novembro de 1978 em que o MEC aprova o plano curricular do Curso de Museologia da FESP. Coleção Curso de Museologia da FESP. Centro de Documentação da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo.

<sup>133</sup> BRUNO, Maria Cristina Oliveira. Entrevista concedida a Inês Gouveia. Rio de Janeiro, RJ. 10/2016. Entrevista transcrita no Anexo II.

dos quais, segundo afirma Inês Coutinho (In: BRUNO, 2010a, v.2, p. 13) 53 museólogos foram registrados no 4º Conselho Regional de Museologia. Esse dado ganha outra perspectiva, visto que esse conjunto de egressos representava em 2015, cerca de 40% do total dos registrados. No contexto das relações no campo museológico, o Curso de São Paulo foi atuante, por meio de Waldisa Rússio e também por meio dos seus ex-alunos que tiveram sua trajetória profissional continuada no campo museológico brasileiro<sup>134</sup>. Esse grupo que se constitui a partir da FESP (e em torno de Waldisa Rússio, inicialmente), fundou e participou da ATM e da ASSPAM, ambas criadas em 1983, em torno das funções de formação e defesa do exercício profissional.

Quanto ao folheto de 1978 (Figura 26), Waldisa Rússio, que não havia cursado a graduação em Museologia, se intitulava museóloga, com base na sua experiência de atuação prática. Conforme se observou, não havia uma correspondência equilibrada entre a necessidade profissional, a formação e a titulação. A situação em São Paulo, diante da escassez de profissionais graduados em Museologia, estimulava a compreensão de que a prática de atuação nos museus conferia conhecimentos suficientes para atestar a quem quer que fosse essa competência propriamente museológica. Nos fins da década de 1970, no entanto, Waldisa Rússio estava ciente de que havia um movimento pela regulamentação e que, diferentemente de sua compreensão, adotava a realização da graduação em Museologia como critério principal para a certificação profissional.

A regulamentação da profissão, processo de mais de 20 anos, é um tema à parte da constituição do campo museológico no Brasil. Em torno da pauta, as instituições se organizam prévia e posteriormente. O desejo de intervir na afirmação legal do exercício da Museologia faz com que as instituições debatam seus espaços de atuação, defendam as posições que ocupam e se expressem a respeito do perfil de formação, de profissionais e de museus ideais para o campo. A regulamentação da profissão foi uma regra peculiar à área naquele contexto, que, mais do que reger a relação entre formação e atividade profissional efetiva propriamente, teve a função de demarcar o que era ou não parte do campo. Do ponto de vista prático, a regulação se realiza com a criação prevista na lei dos Conselhos Regionais e Federal de Museologia. Desde 1984 um dos fundamentos da regulamentação diz que todo museu deve ter um museólogo, como elemento profissional indispensável. O ritmo de formação, no entanto, com dois ou três cursos de graduação e um de pós-graduação

---

<sup>134</sup> Refere-se aqui, por exemplo, a Maria Cristina Oliveira Bruno, Marília Xavier Cury e Marcelo Mattos Araujo.

não poderiam corresponder imediatamente a necessidade dos estimados 895 museus do país (IBGE, 1985).

### **3.3 Waldisa Rússio e o campo museológico**

Waldisa Rússio Camargo Guarnieri teve contribuições fundamentais quanto à participação de São Paulo no campo museológico brasileiro, no contexto de sua geração e das gerações posteriores. Sua perspectiva particular a respeito dos museus, da Museologia e de temas afins passou a ser a visão defendida por instituições que ela criou ou ajudou a criar no estado. Waldisa Rússio se ocupou de expandir a rede de relações dentro e fora do país, sem contar exclusivamente com a mediação de agentes internos do campo brasileiro para isso. Com o convite da Embaixada do Brasil no Peru ano de 1980, por exemplo, a partir da Secretaria de Indústria, Comércio, Ciência e Tecnologia do Estado, ela organizou um curso de Museologia voltado aos profissionais peruanos. Esse curso proporcionou que ela estabelecesse relações das quais ela posteriormente se valeu para divulgar suas publicações, intercambiar professores para o Curso de São Paulo e para se inserir em contextos do campo no Brasil. Assim, em carta remetida por Héctor Arena, da Divisão de Patrimônio Cultural da UNESCO a Waldisa, ele contou da repercussão positiva do Curso, realizado em Lima, e afirmou que os cursos de Bogotá (Colômbia) haviam combinado entrar em contato com os outros latino-americanos para providenciar intercâmbios de professores. Ainda na mesma correspondência, acusou o recebimento das publicações enviadas por ela<sup>135</sup>.

Das relações firmadas especialmente entre o fim de 1970 e início de 1980 decorrem outros cursos, palestras e participações em eventos da Museologia fora do país. A experiência internacional, pelo conhecimento de museus e profissionais, influenciou para que Waldisa fosse convidada a ministrar palestras e cursos para o campo brasileiro, especialmente em São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Bahia, como o curso de Museologia Popular (Salvador, 19 a 24 de novembro de 1984, promovido pela Associação de Museólogos da Bahia).

Waldisa Rússio teve seu esforço de teorização da Museologia reconhecido e legitimado por seus pares. Sobre isso, Maria Célia Teixeira Moura Santos (2002) em entrevista a Mario Chagas contou que participou como debatedora da palestra

---

<sup>135</sup> Carta de Héctor Arena (Divisão de Patrimônio Cultural da UNESCO) a respeito do Curso em Lima, Peru. Lima, 22 de agosto de 1980. Coleção Waldisa Rússio. Arquivo IEB-USP, Fundo Waldisa Rússio Camargo Guarnieri, caixa 083, documento 18.0143.

ministrada por Waldisa Rússio, cujo tema era “O Mercado de trabalho para o Museólogo na Área da Museologia” em 1982, na Fundação Joaquim Nabuco:

Reverendo o texto por ela apresentado, naquela ocasião, percebo que, com clareza o caráter científico, já àquela época, estava ali registrado, por Waldisa, o que considero ser uma das suas maiores contribuições à Museologia brasileira: ter iniciado e dado continuidade a uma discussão teórica, em nível nacional, sobre o caráter científico da Museologia. (SANTOS, 2002)

Esse desejo de teorização da Museologia por Waldisa não é uma inspiração isolada. É bastante evidente sua correspondência com o contexto internacional, incentivado pelo Conselho Internacional de Museus, que teve o Comitê Internacional de Museologia criado em 1977, dedicado a refletir sobre os aspectos teóricos e conceituais relacionados ao campo. No contexto de publicações ocasionadas pelo ICOFOM no início da década de 1980, Waldisa explicitou sua compreensão de que a Museologia é uma ciência em formação, cujo objeto é o fato museal ou fato museológico<sup>136</sup>. Esse conceito foi repetido por ela em textos e apresentações e citado por vários autores, a exemplo de Manuelina Duarte Cândido (2003). Segundo esta autora, a produção de Waldisa Rússio pode ser considerada uma influência para um conjunto de autores que publicaram posteriormente a ela, conforme sua análise em “Ondas do Pensamento Museológico Brasileiro” (CÂNDIDO, 2003).

Na medida em que há um crescente estímulo para a pesquisa em Museologia no Brasil, outros autores também têm buscado analisar as contribuições de Waldisa Rússio para o campo. Como exemplo, cita-se a monografia de Carla Renata Antunes de Souza Gomes, apresentada em 2013 no Curso de Museologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, que tem como título “Do fato museal ao gesto museológico: uma reflexão” (GOMES, 2013). Outro exemplo é o ensaio de Luciana Menezes de Carvalho, de 2011, publicado na Revista Eletrônica do PPG-PMUS-UNIRIO/MAST, com o título “Waldisa Rússio e Tereza Scheiner – dois caminhos, um único objetivo: discutir museu e Museologia” (CARVALHO, 2011). Um último exemplo ainda mais recente, de 2015, é a pesquisa de doutorado já citada, de Priscilla Arigoni Coelho, com o título “Metáforas em Rede no Processo de Institucionalização: um estudo sobre memória e discurso da Museologia no Brasil (1932 a 1985)”, em que a autora analisa o discurso de Gustavo Barroso, Valentin Calderón e Waldisa Rússio (COELHO, 2015).

---

<sup>136</sup>Trata-se de: International Committee For Museology/ICOM. *Museological Working Papers/Documents de Travail Muséologique (MuWoP/DoTraM)*, n.2. Stockholm: 1981 e International Committee For Museology/ICOM. *Methodology of museology and professional training. ICOFOM Study Series – ISS 1*, 1983.

Essa leitura contemporânea a respeito de Waldisa Rússio é um fenômeno que se deve especialmente a alguns daqueles indivíduos que atuaram em conjunto com ela. Reproduzindo textos avulsos, trazendo as reflexões de Waldisa às aulas, palestras e conferências, alguns de seus contemporâneos foram difusores de seus pontos de vista. Narrando fragmentos do seu pensamento ou da experiência vivida, esses autores são como tradutores que mesclam a voz de Waldisa Rússio às suas. Essa é uma evidência que poderia ser investigada pela análise dos textos que a citam e como a citam, combinando com a observação das relações de campo que Waldisa viveu; uma tarefa instigante mas que extrapola o alcance proposto aqui. De qualquer modo, passados pouco mais de 25 anos da morte da museóloga, misturam-se hoje duas ou três gerações que apenas muito recentemente tiveram acesso a uma sequência de seus textos. Uma das razões disso certamente se deve ao fato dela mesma não ter publicado uma obra que contivesse a síntese do seu pensamento. Por outro lado, como se sabe, as próprias tensões no campo também concorrem para determinar quais autores serão mais ou menos lidos. Restou uma espécie de paradoxo: Waldisa Rússio foi reconhecida como uma referência importante, mas relativamente pouco lida em profundidade.

Como veremos, nos 20 anos em questão, Waldisa buscou aliar a atividade intelectual com as funções profissionais ligadas a museus, especialmente a partir da administração pública. O trabalho como um valor moral positivado a influenciava a encarar longas jornadas, viagens sucessivas, projetos e reuniões.

Para se ler um autor com mais profundidade é indispensável pensá-lo a partir de onde suas questões são formuladas, buscando uma correlação entre sua trajetória profissional, suas pesquisas e textos. Nessa lógica, a possibilidade de Waldisa Rússio ser mais do que uma mera conhecida para a geração atual se viabilizou por meio da publicação “Waldisa Rússio Camargo Guarnieri – Textos e Contextos de Uma Trajetória Profissional”, organizado por Maria Cristina Oliveira Bruno, em 2010. No primeiro volume esta obra reúne textos escritos por Waldisa, nas décadas de 1970 e 1980, selecionados e organizados dentre um conjunto maior de sua produção. O segundo volume apresenta textos de diversos autores que tiveram em contato com Waldisa Rússio e/ou que refletiram sobre sua contribuição ao campo museológico. O conjunto da obra favorece ao leitor (especialmente aquele que não recebeu influência do contexto museológico paulista), saber aspectos contextuais a respeito de Waldisa, favorecendo a compreensão de sua produção.

A publicação de Bruno (2010) possibilita compreender que desde o fim da década de 1960, no contexto de sua atuação na administração pública estadual,

Waldisa Rússio passou a atuar diretamente com museus. Bruno, Fonseca e Neves (In: BRUNO, 2010a, v.2) contam que ao participar do Grupo Executivo para a Reforma Administrativa do Estado de São Paulo (GERA), Waldisa passou a ser a responsável pelos projetos técnico-administrativos do Museu de Arte Sacra, pela Pinacoteca do Estado e pelo Museu da Casa Brasileira, cuja direção ela assumiu, entre 1970 e 1975. Além disso, no contexto do Departamento de Museus e Arquivos da Secretaria de Estado de Cultura de São Paulo (DEMA-SEC) foi criado um Grupo Técnico para realizar um diagnóstico dos museus existentes em São Paulo. Neste, chamado de Grupo Técnico de Museus (GTM), Waldisa Rússio esteve com Vinício Stein Campo em algumas visitas técnicas pelos municípios (MISAN, 2008). Waldisa coordenou o GTM entre os anos 1976 e 1978 e, segundo ela própria afirma, era “responsável por colaborar no inventário dos museus do estado, visando a proposição de uma política cultural museológica”<sup>137</sup>.

Desde o Grupo Técnico de Museus e ao longo da década de 1980 Waldisa trocou correspondências com prefeitos e outros funcionários municipais, respondendo dúvidas, elaborando projetos, participando de reuniões para a criação ou continuidade de museus. Como exemplo, um ofício de novembro de 1977, vindo de Cachoeira Paulista e endereçado à Waldisa, reiterava um documento anterior enviado à Divisão de Museologia do Estado (sob a direção de Vinício Stein Campos). A correspondência está endereçada a ela na condição de coordenadora do GTM e oficializava o estado de insegurança na guarda e conservação do acervo no município<sup>138</sup>. Entre 1976 e 1977 os museus que participavam do diagnóstico feito no estado de São Paulo repassavam suas informações à Secretaria, muitas vezes diretamente à Waldisa Rússio, na função de Coordenadora do Grupo. A partir das informações obtidas durante o GTM e com as visitas que realizou nos museus, Waldisa pôde pensar o contexto geral dos museus em São Paulo, à luz da possibilidade real de ação por intermédio do Estado. O contato contínuo com as questões práticas da vida das instituições no estado foi uma influência importante para o desenvolvimento da Museologia waldisiana.

No contexto do campo, a relação entre museus, profissionais, cargos e postos de trabalho, publicações, cursos, legislação, premiação, etc. não é natural, dada numa ordem pré-definida aos atores. Numa equação como esta, os elementos têm sempre peso relativo. Waldisa Rússio Camargo Guarnieri se destacou, mesmo sem falar em

---

<sup>137</sup> Currículo elaborado por Waldisa Rússio Camargo Guarnieri. São Paulo, fevereiro, 1986. Coleção Curso de Museologia da FESP. Centro de Documentação da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo.

<sup>138</sup> Ofício do município de Cachoeira Paulista à Waldisa Rússio. São Paulo, 09 de novembro de 1979. Arquivo IEB-USP, Fundo Waldisa Rússio Camargo Guarnieri, caixa 085, documento 18.0293.

nome de uma tradição de formação em Museologia, status que só os egressos do Curso de Museus tinham na década de 1970. Uma de suas formas de equivalência, num contexto ainda incipiente de produção escrita sobre museus e Museologia, foi relacionar a sua atuação prática com a pesquisa. Em 1977 se tornou aluna na FESP e lá realizou o mestrado defendendo o seguinte tema: “Museus: um aspecto das organizações culturais num país em desenvolvimento” (RÚSSIO, 1977). Do mestrado Waldisa seguiu para o doutorado também na FESP, dessa vez com o tema “Um Museu de Indústria em São Paulo” (GUARNIERI, 1980). Sendo às vezes reconhecida como museóloga, às vezes não, Waldisa juntou estes a outros capitais simbólicos por meio dos quais passou a ser ouvida e considerada no campo.

**Figura 28** - Colagem feita por Waldisa Rússio para abertura do Capítulo 4 da dissertação de Mestrado. (RÚSSIO, 1977, p. 68).



Fonte: RÚSSIO (1977).

Na figura a cima se observa que Waldisa elabora uma relação entre si e o campo, na colagem que inclui na sua dissertação (RÚSSIO, 1977, p. 68). A

autorreferência, a menção à FESP e a sua pesquisa ocupam o centro e são rodeados de notícias sobre museus, em sua maior parte evidenciando descaso, a exemplo de "Os nossos museus precisam ressuscitar". Os textos de jornal são trechos de entrevistas concedidas por ela, na condição de pessoa autorizada a falar sobre aspectos da vida das instituições em São Paulo. No alto da página há referências ao ICOM e à representação do Comitê Brasileiro, por meio da AMICOM. É uma imagem síntese da forma como ela se coloca, aproximando-se deste agente, que para ela representava uma instância legitimadora no campo nacional e internacional.

Considera-se que sua dissertação e tese fornecem outros indícios, além desse, sobre a estruturação dessas relações. As versões originais de ambas estão sob a guarda da FESPSP e não foram publicadas. Essa produção acadêmica é um marco da transição de Waldisa entre a interlocução local e a interlocução nacional e internacional no campo museológico.

#### **3.4 “Museus: um aspecto das organizações culturais num país em desenvolvimento” (RÚSSIO, 1977)**

Waldisa abre a dissertação com uma epígrafe de Carlos Drummond de Andrade<sup>139</sup> e assim, além de indicar sua identificação com o modernismo, afirma os museus como lugares de geração de novas experiências e renovação de cultura (WALDISA, 1977, p. 6). Na mesma folha ela insere outra epígrafe, de Hugues de Varine afirmando que os museus devem existir para as pessoas e não para os objetos. Waldisa repete a mesma citação ao longo de toda a dissertação. Esse diálogo com Varine, além de ter em conta sua influência no ICOM, considerava a dimensão crítica da atuação dele, já que especialmente naquela década ele participava de debates sobre o papel dos museus, a exemplo do encontro notabilizado como Mesa de Santiago do Chile, em 1972<sup>140</sup>. Nota-se que a noção de ecomuseu, formulada por Varine juntamente com George Henri Rivière, se popularizou em muitos países nas décadas seguintes, a exemplo do Brasil. Tratava-se de uma referência importante para

<sup>139</sup> Trata-se de: “Os museus não valem como depósitos de cultura ou experiência acumuladas, mas como instrumentos geradores de novas experiências e renovação da cultura” extraído de: Carlos Drummond de Andrade em artigo sobre a “doutora Nize. Shopping News.. 12/01/1975, p.3. Apud RÚSSIO, 1977, p. 5.

<sup>140</sup> Em síntese, a Mesa de Santiago do Chile foi organizada a partir da Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura (UNESCO) no intuito de debater a relação entre o museu e o desenvolvimento social. O Chile, à época governado por Salvador Allende, chamou o debate para a América Latina, onde vários países eram governados por Ditaduras de direita. Este encontro legou a Carta de Santiago do Chile, que registra como os problemas sociais, especialmente os vividos na América Latina, estavam sendo pensados por profissionais de museus. Propõe-se assim a ideia de um museu integrado. Há vários textos que registram a Mesa de Santiago, dentre os quais destacamos os comentários de Hugues de Varine Bohan na edição coordenada por Maria Cristina Oliveira Bruno, intitulada o ICOM-Brasil e o Pensamento Museológico Brasileiro - documentos selecionados (BRUNO, 2010b, v.2, p. 35).



Waldisa Rússio, que inclusive afirmou que os ecomuseus foram uma das maiores conquistas da Museologia de seu tempo (RÚSSIO, in: BRUNO, v. 1, 2010a, p. 123).

Destacando os objetivos de sua dissertação, Waldisa afirmou que os museus são no Brasil um “remanescente colonial nas organizações sociais” (RÚSSIO, 1977, p. 9). No primeiro capítulo, a autora indaga sobre o que, para quê e a quem se destinam os museus. Como é recorrente em seus textos, Waldisa começa por uma narrativa histórica, delimitando momentos que julga importantes no passado dos museus enquanto instituição social. É nessa contextualização que insere os museus latino-americanos e, com isso, o Brasil.

Waldisa demarca a importância da industrialização e seus efeitos para pensar os museus no mundo e, especialmente no Brasil. A perspectiva de um mundo urbano, com a economia orientada pelas indústrias, contexto que Waldisa viu se estabelecer em São Paulo, é uma referência importante em suas reflexões. Observa-se que ela pontua o museu “da era industrial” como um momento ímpar na história ocidental dessas instituições (RÚSSIO, 1977, p. 21). Na relação que estabelece entre os museus e a sociedade, Waldisa enfoca o indivíduo. Para ela, a essência desse indivíduo é ser um trabalhador. Técnicos, museólogos, comunidade e público, são pensados pela via do trabalho. Referindo a si mesma, ela escreve:

A autora deste anteprojeto "sente" a necessidade dos museus para o registro do longo e sofrido envolver do Homem através daquilo que melhor caracteriza a sua essencialidade e existencialidade: o Trabalho. (RÚSSIO, 1977, p. 7)

Waldisa caracteriza o mundo social em que vive como uma sociedade em desenvolvimento, que deve caminhar numa determinada direção. Nesse sentido, o museu é um lugar dedicado à representação da “evolução” do homem, do registro de sua história, lugar em que ele pode sentir e saber de sua transcendência, diante da brevidade da vida. Decorre daí, na lógica que ela exercita, que o museu não apenas deve representar essa “evolução”, esse desenvolvimento e reinterpretar o passado para o presente, mas que ele mesmo deve ser o agente ativo desse processo, que ela chama de “modernização” e de estímulo “de consciência crítica” (RÚSSIO, 1977, p. 26).

No capítulo 2 da dissertação Waldisa Rússio faz uma síntese sobre o que, na sua perspectiva, é o passado museológico brasileiro<sup>141</sup>. Na medida em que

---

<sup>141</sup> Trata-se do Capítulo II, com o título “Existe um passado museológico brasileiro?” (RÚSSIO, 1977, p. 29-46). Em 1979 Waldisa utilizou trechos desse capítulo no artigo publicado no jornal O Estado de São Paulo.

contextualiza os períodos, destaca como o Estado se organizou a respeito da área da Cultura e cita como isso se expressa em termos dos textos das Constituições brasileiras. Ela observa que desde a Constituição de 1934 aparecem dispositivos ou capítulos dedicados à “proteção e amparo da Cultura” e alude à criação do SPHAN, como consequência da ação de “intelectuais e patriotas” (RÚSSIO, 1977, p. 34). A respeito do então Ministério da Educação e Cultura, Waldisa afirma que alguns membros do Conselho Federal de Cultura, citando Afonso Arinos de Melo e Franco, “lutavam pela especialização e divisão de áreas”, referindo-se à criação de uma pasta separada para o Ministério da Cultura. Destaca também que alguns estados já haviam instituído isso em sua administração e exemplifica: São Paulo, Ceará e Bahia (RÚSSIO, 1977, p 34)<sup>142</sup>.

Waldisa historiciza a criação de museus no Brasil, especialmente as instituições caracterizadas como federais. Afirma que tal “família museológica” teve o mérito de evitar a “evasão de bens culturais” e que alguns têm exposições “esteticamente agradáveis”, mas que quase nunca os museus eram vivos e dinâmicos (Rússio, 1977, p. 36). Afirma ainda que a elitização do museu não está apenas em seu ambiente e em sua exposição, mas que se trata também da elitização dos funcionários dessas instituições. Utilizando como base uma citação de Sérgio Buarque de Holanda, Waldisa sublinha que:

...há, no brasileiro, um apego virtual às coisas da inteligência, dentro da própria burocracia se vai criar o conceito de que os mais inteligentes e talentosos dirigir-se-ão para as coisas da educação e da cultura, e, entre elas, o museu, ao qual agregam um conteúdo quase religioso.

Esse traço marcará todo o Brasil Reino Unido, Brasil Império, continuará na República nascente e deixará sulcos profundos até os nossos dias. (RÚSSIO, 1977, p. 40)

No terceiro capítulo da dissertação, com o título “Processo e Problemática do Desenvolvimento – Implicações no Aspecto Cultura”, Waldisa Rússio sintetiza aquilo que em sua compreensão é o desenvolvimento, atrelando-o necessariamente à “mudança ou transição social intencionalmente promovida” (RÚSSIO, 1977, p. 50). Nas palavras da autora:

Em termos de Brasil, desenvolver significa industrializar, romper arcáicas [sic] estruturas agrárias, passar de uma sociedade tradicional para uma sociedade industrial. Mas é preciso também que a industrialização rompa barreiras externas, senão de dominação, pelo menos de manipulação econômica [...] Desenvolver é romper a dependência (RÚSSIO, 1977, p. 50)

<sup>142</sup> A Secretaria de Cultura no Estado do Rio de Janeiro foi criada em 1989 pelo Decreto 13476 - 06/09/1989.

Na sequência de seu argumento, Waldisa cita um trecho do “professor” Ulpiano Bezerra de Meneses, relativo a palestra que ele proferiu no V Congresso de Museus (realizado em 1970, pela ABM, em Petrópolis, Rio de Janeiro). No trecho em questão, Meneses propõe que se avalie como o museu enquanto instituição estava respondendo ao quadro imposto pela industrialização e modernização e como a instituição deveria passar a responder. Além disso, no trecho destacado ele também aponta que o museu não deve apenas se adaptar ao novo, mas fundamentalmente, ser o propulsor de uma renovação (RÚSSIO, 1977, p. 59). Após uma narrativa sobre o desenvolvimento econômico e social do Brasil, Waldisa Rússio aponta que o museu é um microcosmo inserido nessa realidade. Segundo ela, só essa análise contextual pode possibilitar a compreensão dessas instituições.

No quarto capítulo da dissertação – que tem como título “São Paulo, uma amostragem para o estudo do desenvolvimento em seus aspectos econômico e cultural” – Waldisa insere os museus de São Paulo em uma narrativa histórica, relacionando os seus contextos de criação e dando informações que possivelmente obteve por sua atividade no Grupo Técnico de Museus (GTM). Ela argumenta que a proliferação de museus em SP coincide com os anos da aceleração da industrialização. Pontua, entretanto, que o “primeiro sintoma de preocupação com os museus como expressão da vida social” em São Paulo aconteceu em 1976, a partir da Secretaria de Cultura, Ciência e Tecnologia do estado (RÚSSIO, 1977, p. 101), referindo-se, portanto, ao Grupo, que ela mesma coordenou.

Ainda a respeito desse processo de pesquisa sobre os museus, em nota de rodapé, Waldisa afirma que foi formalizado por resolução em maio de 1976 e que logo *depois* o MEC também passou a realizar pesquisa similar, com cadastramento iniciado em 1977. Ela também pontuou que iniciativas anteriores de pesquisa foram empreendidas por Heloisa Alberto Torres e por Fernanda de Camargo Moro e Lourdes Novaes, referindo-se à publicação “Guia dos Museus do Brasil”<sup>143</sup> (RÚSSIO, 1977, p. 104). A referência às duas últimas tem um sentido especial, que será recorrente, já que as museólogas, egressas do Curso de Museus, presidiram por muitos anos o Comitê Brasileiro do ICOM.

De volta aos dados obtidos por meio do GTM, Waldisa afirma que, na prática, a direção dos museus acabava espelhando as características pessoais do diretor. Ela observa isso com base na ausência de normas escritas ou manuais de trabalho que

---

<sup>143</sup> MORO, Fernanda de Camargo Almeida Moro; NOVAES, Lourdes. Guia dos Museus do Brasil. Rio de Janeiro: Ed. Expressão e Cultura, 1972.

evidenciem um padrão de funcionamento. Destaca também que os museus não tinham um quadro estável de funcionários e que isso fazia com que muitos deles fossem dirigidos por pessoas sem formação ou experiência. Na avaliação de Waldisa, essa prática é uma das responsáveis pela manutenção da elitização do museu (RÚSSIO, 1977, p. 118). A esse respeito cito sua crítica:

Gerindo coleções que são patrimônio do Estado e como este é um "senhor" (dominus) abstrato e longínquo, o Diretor de Museu se sente "dono e senhor" dos tesouros que guarda e que deveria preservar: Suserano sem muitos vassallos, julga-se quase sempre mais que curador vitalício – que muitas vezes consegue ser – aquele que vai indicar o seu sucessor: os museus são, assim, pequenos feudos onde as relações são pessoais e não em função de cargos com atribuições formalmente definidas. (RÚSSIO, 1977, p. 121).

Ponderando a questão da formação, Waldisa argumenta que naquele momento havia praticamente apenas uma escola de Museologia no país, referindo-se ao Curso de Museus no Rio de Janeiro e considerando a suspensão do ingresso na UFBA<sup>144</sup>. Além disso, afirma que segundo suas fontes, o Curso no MHN contava com uma evasão considerável, relativa quase à metade dos alunos que ingressavam. Ainda referindo-se ao Curso do MHN, Waldisa escreve que o currículo havia passado por poucas alterações desde a criação por Gustavo Barroso. Destacando que fez a análises dos programas e currículos vigentes em 1974 – e ignorando as revisões subsequentes – ela afirma que os alunos tinham cerca de 45 horas de aula de administração museológica, “mas estudavam durante dois anos a História Militar e Naval”. (RÚSSIO, 1977, p. 123)<sup>145</sup>.

Ainda sobre a formação, em nota de pé de página, Waldisa faz uma crítica pontual aos argumentos utilizados por Fernanda de Camargo e Almeida Moro e Lourdes Novaes. Citando ambas, ela afirma:

...na apresentação que fazem de sua excelente "Introdução do ensino dirigido de Museologia" referem a invasão da área museológica por outros profissionais, o que não deixa de ser verdadeiro. É preciso, entretanto, que se diga que, se no Estado da Guanabara há uma saudável emulação, devido não só à existência de cursos de formação, mas sobretudo devido ao grande número de museólogos que aí reside e a presença – muito marcada nestes últimos anos – do Comitê Brasileiro do ICOM [...] que realiza frequentes encontros, seminários, cursos intensivos e reciclagens, nos outros Estados Brasileiros, em São Paulo inclusive, a inexistência de profissionais habilitados em número suficiente, além de obrigar à autodidaxia,

<sup>144</sup> Em nota, Waldisa Rússio informou sobre a “paralisação” do Curso em Salvador (RÚSSIO, 1977, p. 122).

<sup>145</sup> Em 1974 houve uma substancial reforma curricular no Curso de Museus, que passou a vigorar no ano seguinte, conforme evidencia Ivan Coelho de Sá (2005, p. 232).

gerou uma "injustiça" no recrutamento, pois não se pode falar em maior aptidão e capacidade onde se é obrigado a aceitar como critério de avaliação apenas a habilitação profissional. Este critério, conquanto legítimo e necessário, não é suficiente. A falta de atualização de alguns profissionais, inclusive, tem conduzido a uma visão estereotipada do museólogo. A isto se junta o fato de não ser, ainda, profissão legalmente regulamentada. (RÚSSIO, 1977, p. 134)

A visão de gestão presente na análise de Waldisa certamente é influência de sua atuação prática na área de Administração. Nesse sentido, ela também faz observações a respeito da necessidade de que os museus tenham meios administrativamente regulados de gerarem receita. Na interlocução dessa perspectiva com a das políticas patrimoniais, Waldisa aponta que o ideal era que se tivesse uma Fundação de Museus em São Paulo.

No capítulo 5 Waldisa aborda outras questões relativas a uma "política museológica", que ela acredita que deve ser construída pela análise da realidade social nacional e das regiões para "que os museus possam se viabilizar como preservadores de memória e inspiradores de mudança" (RÚSSIO, 1977, p. 146). Ao identificar o museu como um espaço que deve estar amplamente aberto à participação, Waldisa problematiza pontualmente a ausência das crianças, que, na sua perspectiva, deveriam ser pensadas enquanto público efetivo, ainda pouco integrado ao fazer dos museus. Afirma especialmente que o museu pode contribuir com o desenvolvimento cognitivo e, nesse contexto, nas páginas finais, Waldisa apresenta sua ideia de um Museu da Criança.

Conforme a Ata de Arguição<sup>146</sup>, a dissertação foi defendida no dia 12 de outubro de 1977. As suas críticas e ponderações foram avaliadas por 5 membros da banca e mais o presidente. O único membro de fora de São Paulo foi Fernanda de Camargo Moro, que estava a frente do Comitê Brasileiro do ICOM. Com a sua participação, Waldisa abriu espaço para dar a conhecer a experiência que vinha desenvolvendo e encontrou um canal para as críticas que se dirigiam a questões relativas ao campo. Os demais membros eram Maria Ruth Amaral de Sampaio, socióloga formada na USP, também da USP o historiador José Ferreira Carrato; Olavo Baptista Filho, sociólogo e o cientista político e Flávio de Braga, ambos formados na FESP. O orientador e presidente de seção era o sociólogo Antonio Rubbo Müller, formado na tradição da FESP, que à época também dirigia esta Fundação. A proximidade com Müller, que certamente influenciou a sociologia presente nas

---

<sup>146</sup> FESP. Cópia da Ata de Arguição Final. Exame oral para obtenção do título de Mestre em Ciência. São Paulo, 12 de outubro de 1977. Coleção Curso de Museologia da FESP. Centro de Documentação da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo.

análises de Waldisa, abriu-lhe novos horizontes de atuação no campo. Conforme Inês Coutinho (In: BRUNO, 2010a, v.2) evidencia, foi no contexto da defesa da dissertação que Pietro Maria Bardi, criador e então diretor do MASP convidou Waldisa a elaborar e coordenar o curso de Museologia, em parceria com a FESP.

Desde pelo menos o ano de 1975 Waldisa tinha o objetivo de organizar um curso de Museologia. Como se observa em correspondência sob a guarda do IEB, nesse ano ela e Rossine Camargo Guarnieri enviaram a Edevaldo Alves da Silva um projeto de criação de escola de Museologia e de uma editora de livros de arte em São Paulo<sup>147</sup>. A formação pensada seria de nível médio, superior e pós-graduação. Na justificativa para a criação, Waldisa alude ao argumento de que havia muitos museus e poucos museólogos. Fazendo um panorama sobre a formação, Waldisa cita o trâmite formal de transferência do Curso de Museus para a estrutura universitária. Acompanhava portanto a situação dos agentes em campo, mesmo sem uma relação direta. Ainda nesse documento de 1975 Waldisa criticou o currículo do Curso da Bahia, afirmando que o Curso era “pouco profissionalizante” e “elitista”, conjecturando sobre possíveis problemas de “regulamento e clientela”.

### **3.5 “Um Museu de Indústria em São Paulo” (GUARNIERI, 1980)**

A tese, iniciada em 1978 e defendida em 1980 também refletiu experiências pelas quais Waldisa estava passando em São Paulo, no contexto da administração pública. A partir dos anos 1979 ela esteve ligada à Secretaria de Indústria, Comércio, Ciência e Tecnologia e de lá projetou e articulou o Museu da Indústria. Apesar de novamente prospectar um museu intrinsecamente relacionado ao tema em São Paulo, afirma tratar-se de um museu nacional, que só podia ser sediado naquele estado, enquanto “capital da industrialização”. Tal como na dissertação, a industrialização é um meio de superação do atraso de uma sociedade agrária e economicamente dependente. Assim, também é recorrente a valorização do trabalho, “como atividade consciente e transformadora” (GUARNIERI, 1980, p. 30). Similarmente ao texto anterior, Waldisa fixa uma ideia que é repetida ao longo dos capítulos. Dessa vez isso ocorre com base em Charlie Chaplin, utilizando trechos do discurso final do filme “O Grande Ditador”, com ênfase na ideia de que o homem não deve estar alienado no processo de industrialização, tratado como máquina (GUARNIERI, 1980, p. 10).

---

<sup>147</sup> Projeto de 22 de fevereiro de 1975. Arquivo IEB-USP, Fundo Waldisa Rússio Camargo Guarnieri, caixa: 122, código do documento: 37.0009.

Tanto nos agradecimentos, como no desenvolvimento dos argumentos, Waldisa evidencia que realizou visitas técnicas a museus fora do Brasil, tendo em conta o tema do museu de indústria. A esse respeito, segundo ela mesma informa em seu currículo<sup>148</sup>, em 1978 esteve em Portugal, França, Inglaterra, Itália e Israel. No ano seguinte, nos Estados Unidos e México.

Depois de debater a definição de museu que utiliza na tese, citando exemplos em outros países, Waldisa recorreu a uma narrativa histórica semelhante à da dissertação, aludindo aos museus no Brasil. Especialmente quanto aos museus criados no século XX, Waldisa destaca instituições que se aproximam do tema da indústria, citando museus de ciência, de tecnologia. Menciona também museus que, apesar de diferentes temáticas, têm a técnica como um assunto em potencial. No parágrafo que destina ao Museu da Imagem do Inconsciente, Waldisa o afirma como o primeiro museu deste tipo, mas diz que São Paulo teve uma iniciativa anterior “pioneira” no trato sistemático desse perfil de acervo que, segundo ela, foi doado ao MASP. Promove-se aí uma concorrência de primogenitura, uma disputa especialmente em torno das iniciativas consideradas modernas e criativas no âmbito da Museologia.

Ao citar o Museu da Imagem do Inconsciente, Waldisa situa a importância de Nise da Silveira com a fundação do Museu, mas destaca que ele “foi reformulado, sob o prisma museológico” de Fernanda de Camargo Moro e Lourdes Novaes (GUARNIERI, 1980, p. 56). Também menciona outro projeto que ambas desenvolveram, juntamente com Maria Gabriella Pantigoso, (também egressa do Curso de Museus e professora desde a década de 1970) para um Museu da Ciência e Tecnologia da Guanabara (GUARNIERI, 1980, p. 74). Afirma que, na sua compreensão o museu em questão não é de Ciência, mas de história da ciência e da tecnologia, entre outras críticas de aspectos técnicos, conceituais e quanto a viabilidade executiva do projeto. Antes mesmo disso, situa este projeto em relação ao que ela afirma ser “seu antecessor” em São Paulo, criado por decreto pela prefeitura em 1970<sup>149</sup>.

Waldisa conta que este projeto anterior em São Paulo foi criado pela Fundação Museu da Tecnologia e se dedica à análise deste pretense museu, comentando o que entende como potencialidade e fragilidade. Em termos de metodologia, ela destaca que a instituição não foi pensada conforme uma “mentalidade museológica”, evidenciando a ausência de uma precisão quanto ao acervo e sobre as exposições.

---

<sup>148</sup> Currículo elaborado por Waldisa Rússio Camargo Guarnieri, 1968, *Op. cit.*

<sup>149</sup> Conforme os dados desta pesquisa, este museu não chegou a funcionar efetivamente, apesar de seu ato formal de criação.

Reclama também a ausência de interlocução com a realidade em que a instituição deveria se inserir. Em suas palavras:

[...] um projeto com alguns princípios bem lançados, mas que carece de uma visão da realidade brasileira, de uma consciência sociológica e de apoio museológico em bases realmente científicas (GUARNIERI, 1980, p. 74).

Completando a tríade dos estados à época com formação acadêmica em Museologia, Waldisa analisou o plano diretor do Museu de Ciência e Tecnologia do Estado da Bahia. Em sua perspectiva, esse era o projeto mais criativo e que ela julgava capaz de “despertar vocações”, o que lhe parecia necessário para esse novo polo industrial em que se inseria (GUARNIERI, 1980, p.85)<sup>150</sup>. Em vários trechos Waldisa faz críticas sutis (se comparadas às feitas ao projeto do Rio de Janeiro e mesmo ao de SP) e muitos elogios. Na perspectiva dela, o Museu na Bahia era “cheio de vitalidade”. Destacando-o como o mais jovem dos projetos, afirma que havia sido o único inaugurado (GUARNIERI, 1980, p. 93, 96).

Outro aspecto que Waldisa destacou no projeto da Bahia é que ele era, entre os três, o mais próximo da comunidade. Esse aspecto passou a ser constitutivo daquilo que Waldisa projetou no campo museológico, especialmente na década de 1980. Atenta ao debate internacional a esse respeito, Waldisa pôs em epígrafe o texto apresentado por Jorge Enrique Hardoy, durante a 10ª Conferência Geral do ICOM, em 1974. É importante frisar que Jorge Enrique Hardoy é o arquiteto urbanista que havia animado os debates da Mesa de Santiago no Chile, em 1972. Na ocasião, o convidado para essa função era Paulo Freire que, exilado, havia permanecido entre 1965 e 1969 no Chile e que foi vetado de participar em razão do governo ditatorial brasileiro (VARINE, in: BRUNO, 2010b, v.2, p. 35). No trecho que Waldisa destaca na tese, Hardoy afirma que o museu precisa se comprometer com os problemas sociais e que a instituição podia favorecer a base de compreensão desses mesmos problemas. Afirma ainda que mudança social é sinônimo de revolução e que as instituições não revolucionárias não poderiam sobreviver (RÚSSIO, 1980, p. 21). Ainda a respeito dos museus que para ela traziam inovação nessa direção, Waldisa destaca o Ecomuseu Creusot-Montceau, na França, afirmando que a comunidade participava da vida institucional e que em suas práticas, este subvertia a coleta e a preservação do acervo, o que considerava positivo (GUARNIERI, 1980, p. 46).

Waldisa pensou o Museu da Indústria com relação aos habitantes e envolvidos no processo de produção. Afirmou que não é um projeto da classe senhorial e nem da

---

<sup>150</sup> Trata-se do Centro Industrial de Aratu e o Polo Petroquímico de Camaçari.



classe operária, mas a representação da industrialização como processo. Portanto, na perspectiva dela, não havia de enaltecer heróis, já que não era um museu biográfico. Ainda assim, admitia-se a possibilidade de destacar o protagonismo de empresários ou operários (GUARNIERI, 1980, p. 111). Waldisa especificou o projeto, segundo o qual deveria haver uma sede central do museu (responsabilidade da Secretaria Geral da Indústria, Comércio, Ciência e Tecnologia do Estado), os museus setoriais (criados e geridos pelos sindicatos patronais) e os museus de fábrica (criados e geridos pelos empresários, pelo estímulo do Estado) (GUARNIERI, 1980, p. 128). Destacando o funcionamento do museu, Waldisa explica que os operários deveriam ser os mediadores para recepcionar os visitantes.

Ainda a respeito dos funcionários, Waldisa destaca a necessidade de participação dos museólogos, combinados com outros profissionais. Nesse contexto, ela mencionou o Curso de Museologia da FESP, registrando que em 1980 se formava a primeira turma. Tendo em conta que a execução plena do projeto abriria um mercado objetivo para o trabalho dos egressos do Curso, Waldisa exprime que é preferível que os museólogos tenham pós-graduação. O projeto do Museu estava estruturado em forma de minuta de decreto, com vistas a substituir o decreto de 1970.

### **3.6 Firmando Posição: Waldisa Rússio em texto**

Nos anos 1970 e no começo de 1980, o corpo da dissertação e da tese serviu de base para textos que Waldisa escreveu e publicou. Assim como sua produção acadêmica, seus textos também são importantes fontes para observar como ela estabeleceu diálogo com outros profissionais em São Paulo e, gradativamente, se inseriu no campo em âmbito nacional. Apreciados em conjunto, esses textos permitem também notar as recorrências de alguns argumentos, o posicionamento que Waldisa adotou progressivamente e a referência sistemática a autores e escolas de pensamento de dentro e de fora da Museologia. Seus textos estão originalmente dispersos em diferentes publicações, em sua maior parte editados em São Paulo e, evidentemente, com uma circulação maior nesse estado.

Conforme observam Bruno, Fonseca e Neves (2010), os textos de Waldisa são argumentativos e críticos. Além de se posicionar, ela oferece com frequência um conjunto de opiniões e orientações a respeito daquilo que debate. Eles deixam claro que, gradativamente, Waldisa se investiu da condição de museóloga, colocando-se frente à síntese histórica dos museus e da Museologia com uma análise conjuntural do presente. Além de definir museu e Museologia, Waldisa evidenciou sua perspectiva

quanto à área que passava a ser sua principal ocupação, especialmente a partir do Curso de Museologia em 1978. Para problematizar essa que parece ser a etapa prévia de sua inserção no campo museológico nacional, consideram-se 06 (seis) textos da década de 1970 até o ano de 1980, conforme o seguinte:

- Texto 1 - **Museu: uma organização em face das expectativas do mundo atual.** Seminários do Museu da Casa Brasileira (Solar Fábio Prado), Boletim n. 1. fev. 1974. (RÚSSIO, In: BRUNO, 2010a, v. 1, p.45);
- Texto 2 - **Algumas considerações sobre uma política cultural para o Estado de São Paulo.** Texto apresentado em Seminário da Casa Brasileira em 1974 e editado por Waldisa Rússio para o Boletim do Museu da Casa Brasileira (Solar Fábio Prado), ano III, n3, 1976, p. 23-32. (RÚSSIO, In: BRUNO, 2010a, v. 1, 57);
- Texto 3 - **Museologia e museu.** Texto publicado em O Estado de São Paulo, 1 de julho de 1979. (RÚSSIO, In: BRUNO, 2010a, v. 1, p. 78);
- Texto 4 - **Existe um passado museológico brasileiro?** Texto publicado em O Estado de São Paulo, 29 de julho de 1979. (RÚSSIO, In: BRUNO, 2010a, v. 1, p. 86);
- Texto 5 - **Os museus e a criança brasileira.** Texto publicado em O Estado de São Paulo, 16 de dezembro de 1979. (RÚSSIO, In: BRUNO, 2010a, v. 1, p. 96);
- Texto 6 - **Museus de São Paulo.** Texto publicado em O Estado de São Paulo, 13 de jan de 1980. (RÚSSIO, In: BRUNO, 2010a, v. 1, p. 103).

**Quadro 4** - Interloquções de Waldisa Rússio Camargo Guarnieri

T e x t o	Tema geral	Pessoas citadas <sup>151</sup>	Críticas	Relação no campo museológico	Perspectiva política?
1	Síntese da história dos museus a partir do Museu de Alexandria; tipos de museus; museus de São Paulo.	Gustavo Barroso; Fernanda de Camargo Moro; Mário Neme; Hugues de Varine.	Crítica à excessiva dependência dos museus federais ao IPHAN; Reclama que apesar dos esforços o IPHAN possui uma série de museus e não um sistema museológico.	Museus; IPHAN; Curso de Museus - UNIRIO	Sim

<sup>151</sup> Não se destacou todas as referências bibliográficas que Waldisa faz ao longo de seus textos, apenas aquelas que são mais recorrentes e que têm especial interesse para esta tese. Uma análise ainda mais aprofundada das leituras e referências de Waldisa Rússio seria também um bom caminho para pensá-la, mas para isso seria fundamental levar em conta todos os seus textos, inclusive alguns prováveis inéditos e a sua biblioteca. São fontes que estão sob a guarda do IEB/USP, mas estão fora do limite possível para esta pesquisa.

2	Problematiza e formula as bases de um planejamento para política cultural em SP. Ênfase nos objetivos e na gestão ( <i>administração</i> ) de museus.	John Friedman; Guerreiro Ramos; Fernando Pessoa; Mario de Andrade.	Fala da falta de planejamento na área da Cultura no estado de SP.	Estrutura administrativa de política de Cultura e de política de preservação em SP.	Sim
3	Caracterização da Museologia como ciência. Início da elaboração teórica. Distinção entre Museologia e museografia. Síntese histórica.	Gustavo Barroso	Não crítica.	Curso de Museus - UNIRIO	Não
4	Síntese histórica dos museus, destacando as instituições brasileiras.	Gustavo Barroso; Sérgio Buarque de Holanda.	crítica à centralização da administração dos museus nacionais; crítica à elitização da atividade intelectual dirigente e à elitização do museu no presente.	Museus; IPHAN (museus federais).	Sim
5	Elaboração sobre a presença das crianças em museus, a partir da perspectiva de que este é um grupo etário que o museu não deve ignorar.	-----	Crítica à forma como os museus no Brasil lidam com a criança enquanto público.	Museus; Curso de Museologia da FESP - autorreferência no campo.	Sim
6	História dos museus em SP, citando a criação de instituições e contextualizando.	Fernanda de Camargo Moro; Eurico Branco Ribeiro; Sergio Buarque de	Crítica o modelo de mecenato do MAM-SP; Crítica que museus sejam criados sem uma <i>pesquisa mais profunda, de motivação prévia da comunidade e, sobretudo, de uma efetiva ação de apoio e sustentação pelo Estado</i> (BRUNO, 2010a, V. 1, p. 111).	Campo museológico de SP; Curso de Museologia da FESP - autorreferência; Regulamentação da Profissão,	Sim

		Holanda; Mario Neme.		remetendo às instituições em campo no Rio de Janeiro e na Bahia.	
--	--	----------------------------	--	--	--

A síntese histórica que Waldisa apresenta em alguns dos textos, tal como nos trabalhos acadêmicos, também pode ser pensada por meio da lógica que rege os campos culturais (BOURDIEU; CHARTIER, 2012). Diferentemente de outros campos, em um campo cultural se observa a forte presença do passado no presente. O domínio da história do campo, nesse sentido, é fundamental na construção de uma posição relativa, que vai afirmar a história como continuidade ou negá-la como ruptura. O manejo do passado do campo é, nessa medida, um capital simbólico importante no campo museológico. Waldisa disputa esse capital, colocando-se na relação com o Rio de Janeiro, Bahia e também com profissionais de museus do exterior (conforme o texto 3 – “Museologia e Museu”).

Para instituir sua posição de campo, Waldisa recorre a nomes que estão dentro e fora do contexto museológico: são expoentes da cena paulista, a exemplo de Mario Neme e Sergio Buarque de Holanda, ambos ex-diretores do Museu Paulista e Eurico Branco Ribeiro, a quem menciona com deferência porque, de seu ponto de vista, havia sido um grande incentivador da criação de museus municipais em SP. Além deles, destacam-se John Friedman e Guerreiro Ramos, a quem Waldisa alude, evidenciando a perspectiva de que os museus deviam ser administrados com base em uma lógica ampliada, vinculada a um plano de cultura macro, que envolvesse todo o estado. A referência à bibliografia disponível no Brasil também evidencia que Waldisa está atenta àquilo que os demais agentes no campo leem e produzem. Assim é recorrente a referência à Fernanda de Camargo Almeida Moro e Lourdes Novaes, em alusão ao “Guia dos Museus do Brasil”, de 1972<sup>152</sup>.

No ensejo do diálogo nacional, Waldisa repete a referência a Gustavo Barroso. No texto de 1974 ela cita o livro “Introdução à Técnica de Museus”, obra que, como vimos, circulou em São Paulo sistematicamente pela influência de Vinício Stein Campos (a quem ela não menciona, por sinal). Ainda nesse texto, Waldisa alude discretamente ao Curso de Museus, citando-o como “a primeira escola de Museologia da América do Sul” (sem se referir a Gustavo Barroso). No texto de 1979, que tem

<sup>152</sup> MORO, Fernanda de Camargo Almeida Moro; NOVAES, Lourdes...1972. *Op. Cit.*

como tema Museologia e Museu (texto 3), Waldisa memora Barroso enquanto “pioneiro” e destaca que, para ele, Museologia e museografia já eram coisas distintas. Na última menção dessa sequência de textos, em “Existe um passado Museológico brasileiro?” Waldisa menciona Barroso como alguém que lutou pelo MHN e que instalou o Curso de Museus. Assim como na menção anterior, que também é um texto para o jornal “O Estado de São Paulo”, Barroso não é uma referência bibliográfica, mas uma pessoa importante na história da Museologia. Ainda que reconheça a importância dele, Waldisa conclui o seguinte sobre a existência de um passado museológico, evidenciando o seu distanciamento crítico:

Numa visão diacrônica, verifica-se que, certamente, existe, mas não sedimentou suficientemente. Talvez pela razão mesma de ter o Museu se antecipado – como instituição – à própria Independência, carregando assim, consigo, muito de uma mentalidade colonial ou colonizada. Assim, pode-se falar num passado museológico no Brasil, mas não necessariamente de um passado museológico brasileiro, pelo menos não num passado remoto. (RÚSSIO, in: BRUNO, 2010a, V. 1, p. 95).

Waldisa se insere nesse pretense passado museológico brasileiro “que não é remoto”, não apenas por conhecê-lo mas, substancialmente, por divergir dele.

As críticas elaboradas por Waldisa são comuns nesse grupo de textos e estão dirigidas especialmente à forma como os museus estão dispostos em termos de serviços prestados à sociedade. Ela observa museus precários em suas estruturas e comprometidos com um grupo dominante. Como se nota, isso é problematizado em relação a São Paulo, mas desde 1974 são dirigidas críticas à administração pública federal no tocante à cultura e aos museus. Waldisa questionou a ausência de objetivos claros para sustentar que a gestão dos museus fosse feita de forma racional, de modo a atender critérios técnicos, levando em conta a necessidade de mão de obra especializada e a real demanda por museus. Assim, no texto de 1976 e no de 1980 (2 e 6, respectivamente) Waldisa debateu a ausência de pesquisas prévias que apontassem a viabilidade de criação de museus, frente aos anseios de uma determinada “clientela” e à possibilidade do Estado arcar com as despesas de uma instituição pública.

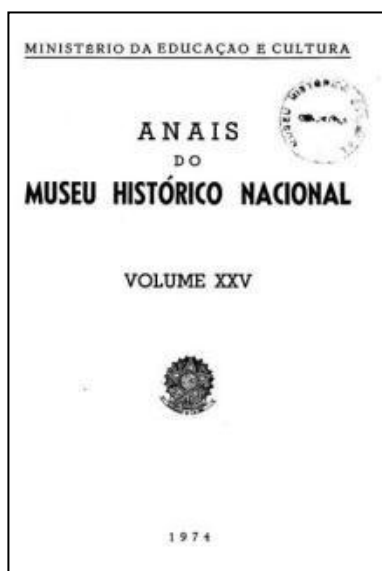
Considerando essas e as demais leituras realizadas, observa-se que ela expressa desde a década de 1970 uma perspectiva de museu, de Museologia e da profissão de museólogo que tem relação direta com as críticas que oferece ao campo. Tais críticas colocam pela compreensão de que o Estado deve atuar na regulação da relação entre museus e indivíduos, no seu dever de assegurar que essas instituições sejam representativas de um conjunto que está para além das tradicionais

elites, como ela nomina. Isso fica evidente, por exemplo, na medida em que Waldisa debate a criação de museus que não se enraízam, por estarem dissociados da vida social ou quando critica a sucessiva criação de instituições que tratem do mesmo temário.

Lidas hoje, longe do calor do momento, a perspectiva política (e crítica) de Waldisa Rússio Camargo Guarnieri pode parecer menos incisiva do que provavelmente era. É difícil comparar com rigor os seus textos com outros de Museologia e museus publicados no Brasil naquele momento, até porque eles próprios diferem entre si, pelo local de publicação e circulação. De outro modo, sabemos pela pesquisa aos arquivos da FESP que suas publicações serviam de material didático para os alunos do Curso. Sendo assim, se são fontes difíceis de serem comparadas pela origem, podem ao menos ser comparadas pelo destino quanto aos Cursos.

Assim, mesmo diante de uma análise assimétrica, vale observar qual a visão de museus enunciada em outras publicações que circularam no campo e que auxiliaram a formação profissional. Como exemplo, têm-se os Anais do Museu Histórico Nacional, periódico que Waldisa acompanhava, conforme a citação que ela faz em 1974 (RÚSSIO in: BRUNO, 2010a, v.1, p.54).

**Figura 29** - Capa dos Anais do Museu Histórico Nacional, v. XXV, 1974.



Fonte: Biblioteca virtual do MHN. Disponível em <http://www.docpro.com.br/mhn/bibliotecadigital.html>. Acesso em 19/04/2016.

**Figura 30** - Sumário dos Anais do Museu Histórico Nacional, v. XXV, 1974.

## I N D I C E

A Imprensa Periódica no Brasil — Herculano Gomes Mathias ....	5
A Documentação Literária e Paraliterária do Museu Histórico Nacional — Fábio Freixeiro .....	17
Louça de D. Pedro II — Jenny Dreyfus .....	65
Breve Roteiro da Numismática Brasileira — Dulce Ludolf .....	89
Militares Escritores no Brasil — Umberto Peregrino .....	101
Um Monumento à Memória de Dom Pedro II — Maria Bernardete Fernandes Gonçalves .....	107
Caminhos de Sofrimento — Affonso Celso Villela de Carvalho ....	113
Escolas Municipais — São Sebastião — A Primeira — Augusto Maurício .....	127
Pedro II e os Partidos Políticos — Lauryston Guerra .....	137
A Bandeira de Fernão Dias Pais e a Integração Nacional — Waldemar de Almeida Barbosa .....	149
Moedas do Brasil — República — 1889-1942 — Luiz Marques Poliano	159

Fonte: Biblioteca virtual do MHN. Disponível em <http://www.docpro.com.br/mhn/bibliotecadigital.html>. Acesso em 19/04/2016.

Conforme observa Aline Montenegro Magalhães (2006), os Anais do MHN foi uma publicação prevista desde a criação do Museu, dedicada, em sua maior parte, a publicar textos produzidos por técnicos do próprio Museu. Conforme os anos em destaque, nenhum dos temas tratados pensa o museu propriamente enquanto instituição, como um ente público com um serviço a ser prestado. Claro que isto está de acordo com o propósito da revista, que busca, como vimos no sumário, estabelecer relações de passado com o acervo do Museu e, nesse caso, especificamente, o passado Imperial. Falar do passado imperial, no entanto, não é uma contingência, é uma escolha editorial. Uma escolha que também envolve o Curso de Museus, na medida em que seus docentes ali publicam<sup>153</sup> e são potencialmente lidos pelos alunos de Museologia, especialmente no Rio de Janeiro.

De qualquer modo, na década de 1970 seria mesmo difícil que o MHN, outro museu público (especialmente federal) ou outro agente no campo com relações próximas ao Estado escolhesse produzir e divulgar conteúdos que manifestassem uma perspectiva crítica. À serviço do Estado ou de grandes corporações por meio das

<sup>153</sup> A exemplo de Jenny Dreyfus, que em 1974 publicou com o tema *Louça de Dom Pedro*. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. Anais do Museu Histórico Nacional. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, v. XXV, 1974.

quais surgem os museus privados, a crítica social, a perspectiva política problematizadora, não é inerente à história dos museus na maior parte do século XX. Contextualmente, vale não esquecer o medo real das sanções em razão dos anos de Ditadura Militar e o clima de denúncias.

Waldisa Rússio, mesmo sendo funcionária pública, criticou o governo do estado e sugeriu estratégias de participação social no destino das políticas culturais. Mesmo aludindo ao passado em suas sínteses históricas, acusou a centralização de poder, à exemplo da crítica ao Estado Novo no texto do Jornal O Estado de São Paulo (RÚSSIO in: BRUNO, 2010a, v.1, p.54). Ela defendeu uma perspectiva democrática, vislumbrando, mais objetivamente, dois aspectos fundamentais: primeiro que o Estado precisava assumir o compromisso com os museus, planejando, fomentando e regulando-os enquanto instituição social comprometida com um serviço a ser prestado; segundo, na essência, esse serviço a ser prestado não devia ignorar a perspectiva política de transformação social e “consciência crítica”, conforme o texto 3 (RÚSSIO in: BRUNO, 2010a, V.1, p.85).

Como visto, a chave da entrada de Waldisa no campo é o lugar de visibilidade que ela firma especialmente por meio de seu mestrado e doutorado, não apenas pela natureza de suas reflexões, mas essencialmente por se inserir nas relações do campo. Waldisa identifica o lugar de tradição partilhado no Rio de Janeiro; tradição que ela reconhece, não reverencia e critica. Seus textos, sem intenção de neutralidade, contribuem para que ela ocupe um espaço de visibilidade, afirmando em público algo possivelmente diferente do consenso geral do campo. Nota-se que o único texto desse conjunto em que não há uma crítica objetivamente colocada (texto 3), marca o início da sua formulação teórica ou ao menos a divulgação desta, quando ela caracteriza a Museologia enquanto uma ciência. Ainda assim, mesmo atenta à elaboração teórica – um capital que Waldisa utilizou bastante no campo – ela escreve sobre “liberdade e consciência crítica”.

Retomando o argumento com relação aos seis textos citados, observamos como Waldisa vê o campo e destaca o Curso de Museus do MHN, reconhecendo-o como o primeiro da América do Sul. Outros agentes que atuam na relação com o campo também compõem esse universo que ela situa, como o IPHAN ou o âmbito estadual ou federal da Cultura. Waldisa menciona o ICOM e, indiretamente o Comitê brasileiro desse Conselho. No texto da década de 1980, ao falar sobre a profissionalização, afirma:

Apesar das idas e vindas, o grupo multiprofissional vai-se instalando aos poucos e dando um caráter mais profissionalizante às



instituições, exatamente quando o surgimento (em 1978) de Curso de pós-graduação em Museologia, em São Paulo, reaviva o problema da regulamentação da carreira de Museologia paralelamente aos movimentos que se processam na Bahia e o Rio de Janeiro, onde os cursos são em nível de licenciatura (RÚSSIO in: BRUNO, 2010a, v.1, p. 103).

Assim, a passagem para a década de 1980 revela Waldisa inserida no campo museológico nacional, realizando cursos e palestras em outros estados e países, recebendo pedidos de participação em reuniões, conselhos e consultas sobre projetos. Presidindo diferentes instituições, Waldisa passou a estabelecer relações que lhe conferiram um lugar de importância na área, enquanto alguém que devia ser ouvida, em matéria de museu, Museologia e formação profissional. Essas relações legitimam, na lógica do campo, o valor propriamente museológico da atuação de Waldisa. Isso se registra na deferência com que ela é tratada, o que ocorre nos fins de 1970, mesmo antes de Waldisa publicar no Conselho Internacional de Museus, conforme se observa na Ata de reunião da diretoria da Associação de Membros do ICOM/Comitê Brasileiro do dia 03 de abril de 1978:

Reunião da Diretoria sobre o estabelecimento de uma Delegacia Regional em São Paulo para a Associação de Membros do ICOM/Comitê Brasileiro do dia 03 de abril de 1978, a Delegacia de São Paulo, da mesma forma que já funciona na Bahia, deverá ser subordinada diretamente à Secretaria-Geral da Associação de Membros do Icom/Comité (sic) Brasileiro do ICOM), de acordo com as normas operacionais do Icom-Paris. Trabalhará como integrante da equipe do ICOM no Brasil (Amicom/Comitê Brasileiro do ICOM), se abstendo de qualquer atitude que possa sugerir atividade dupla à AMICOM/Comitê Brasileiro do Icom. [...] Como Delegada Regional da AMICOM/Comitê Brasileiro do ICOM/São Paulo foi nomeada a Senhora Waldisa Pinto Rússio [...] A referida Senhora, Assistente Técnica junto à Secretaria de Cultura, Ciência e Tecnologia foi escolhida Delegada Regional da AMICOM/Comitê Brasileiro do ICOM/São Paulo por sua comprovada dedicação e competência no estudo de problemas ligados à situação dos museus de São Paulo, bem como pela seriedade da Tese com que se apresentou para obter o título de Mestre em Museologia<sup>154</sup>.

---

<sup>154</sup> Cópia da ata de reunião da diretoria da Associação de Membros do ICOM/Comitê Brasileiro. Rio de Janeiro, 03 de abril de 1978. Coleção Waldisa Rússio. Instituto de Estudos Brasileiros, USP. Referência: Caixa 086, documento 18.0361.

### 3.7 Considerações Parciais

Diante daquilo que se apresentou, considera-se que o campo museológico em que Waldisa Rússio se inseriu na década de 1970 se estruturou pela influência da posição de produção e consagração, com os cursos de formação e as associações. No Rio de Janeiro, Bahia e São Paulo, os agentes se organizaram para a interlocução com outros estados no Brasil e com profissionais e instituições internacionais. Waldisa Rússio se inseriu nesse campo estruturando em torno de sua atuação essas duas posições, respectivamente com o Curso de Museologia da FESP e com a ASSPAM.

Em São Paulo, Waldisa Rússio alcançou um reconhecimento que a legitimou e favoreceu sua projeção para a interlocução com as instituições consideradas nacionais. Identificada como especialista em museus e em Museologia, com sua experiência reconhecida pelos seus pares mais próximos, Waldisa reverteu esse capital em conhecimento pretensamente científico ao desenvolver sua dissertação e tese. Aparentemente, portanto, ela combinou capitais distintos daqueles que estavam disponíveis no campo, já que entre os agentes daquele contexto a pesquisa não era uma prática. Para que o capital se torne cambiável, essa perspectiva de formação passou a ser estimulada no campo por meio do curso que Waldisa desenvolveu e dirigiu na FESP.

Aportando sua experiência, seu conhecimento, suas subjetividades e capitais simbólicos, Waldisa Rússio influenciou uma série de profissionais e instituições. Ela representava posições de contraponto e crítica e ampliava a condição de transformação das noções de preservação que estavam em jogo no campo museológico.

Há nos aspectos da trajetória de Waldisa Rússio, na circunstância em que ela se inseriu no campo museológico e, no contexto em que essa interação se dá, um entrelaçamento de fatores que parecem fluir numa mesma direção. Nascida mulher, Waldisa Rússio teve que se sobrepôr às imposições da dominação masculina. Enquanto “parente pobre” (MICELI, 2001) da elite dirigente, buscou por seus esforços uma carreira de “reconversão”. Teve contato direto com movimentos de resistência e elaboração política em São Paulo, atuando ativamente, como agente de seu tempo histórico – ao menos desde os anos 1950. Nos anos em que a reconstrução democrática foi uma realidade possível, a partir de novos pactos que envolvem a indispensável participação da sociedade civil, Waldisa Rússio teve condição e interesse em contribuir com esse processo.

A elaboração política da sociedade é influenciada pelos intelectuais do presente, na medida em que estes permitem que os temas do tecido social toquem seus objetos de pesquisa e produção. Maria Cristina de Oliveira Bruno destacou que Waldisa Rússio encontrou nas possibilidades abertas (para ela) pelos ecomuseus, uma motivação para alinhar sua visão política de mundo com seu trabalho no campo museológico<sup>155</sup>. Como uma trabalhadora com muitas qualificações, num estágio de maturidade de formação e de vida profissional, nos anos 1980 a museóloga elaborou, sintetizou, divulgou e foi reconhecida por visões próprias sobre Museologia, museus e museólogos.

---

<sup>155</sup> BRUNO, Maria Cristina Oliveira. Entrevista concedida a Inês Gouveia. Rio de Janeiro, RJ. 10/2016. Entrevista transcrita no Anexo II.

## **CAPÍTULO 4**

# **A POLÍTICA NO CAMPO MUSEOLÓGICO**

Ao tratar da política no campo museológico, refiro a dois aspectos implicados: a política das relações entre os agentes e, de modo particular, a relação desses agentes com um campo político, que legisla, normatiza, regulamenta e aplica as regras que se referem ao conjunto da sociedade. No capítulo anterior, busquei perceber como alguns agentes e instituições se organizaram a partir da segunda metade do século XX. Neste, observo como esses agentes se posicionaram como instâncias organizadas de produção, reprodução, transformação e difusão de um valor propriamente museológico, que se baseia numa determinada concepção de museu, museólogo e Museologia.

Nos anos 1970 as funções das instituições museológicas estavam se afirmando dentro do campo. Há entre elas a expectativa de darem conta da totalidade daquilo que aparentemente estava por ser feito. Nessa direção, os agentes e as instituições estão buscando as suas frentes de atuação, para se firmarem como as fontes oficiais de produção e reprodução do conhecimento museológico. Nesse espírito é que surgem, como visto, cursos voltados aos museus e a Museologia, que são ministrados a partir de matizes específicas. O Curso de Museus (MHN/Curso de Museologia da UNIRIO), por tradição, estava mais dedicado aos procedimentos técnicos que os museus alegadamente demandavam, o de São Paulo mais próximo das Ciências Humanas e Sociais, e o da Bahia, com estreita relação com a História e com a Filosofia e paulatinamente, com a Educação.

Além da variedade de acentos das instituições que estão se afirmando na produção do conhecimento museológico (considerando a anterioridade do Curso de Museus), outras instituições ocupam o espaço de formação, oferecendo cursos sobre diferentes assuntos, reproduzindo os conteúdos disponíveis então. Assim é que, por exemplo, em 1962 o III Congresso Nacional de Museus, em Salvador, promovido pela então Organização Nacional do ICOM (ONICOM), afirma que dentre os objetivos do evento está o estudo em profundidade do problema das coleções nos museus, quanto a classificação, utilização cultural e conservação<sup>156</sup>. As instâncias de produção e reprodução do conhecimento não estavam (e não estão) inteiramente delimitadas, seus contornos são redefinidos à medida que a Museologia se pensa enquanto um campo de conhecimento autônomo.

Conforme afirma Bourdieu (2013), “uma prática em vias de consagração coloca incessantemente aos que a ela se entregam a questão de sua própria legitimidade”. (Bourdieu, 2013, p. 155) O campo museológico em seu processo de autonomização

---

<sup>156</sup> Regimento do III Congresso Nacional de Museus. NUMMUS/UNIRIO, Coleção Therezinha de Moraes Sarmento. Pasta III Congresso Nacional de Museus, 1962.

discutiu o perfil do museólogo, conforme o valor propriamente museológico que esse profissional encerra. As instituições no campo também procuram definir e afirmar seus espaços de atuação, pois além de determinar quem é o legítimo autorizado para a prática museológica, definiu-se quem legitimaria e como. A bandeira da regulamentação da profissão evidencia isso, já que aparentemente mobilizou os agentes internos para a defesa do museólogo como o trabalhador ideal para os museus. Mesmo o Comitê Brasileiro do ICOM, que a rigor, estaria destinado ao agrupamento dos profissionais de museus de um modo geral, preferia outros profissionais aos museólogos. Essa instituição afunilou a compreensão ampla de profissionais de museus (exercitada no Conselho Internacional, uma vez que nem todos os países possuíam ou possuem o correspondente à graduação em Museologia) para identificá-los estritamente ao museólogo. De modo análogo, a trajetória da ABM evidencia como as instâncias de produção, reprodução e difusão estavam sendo negociadas. Na década de 1960, esta foi nomeada como Associação de Museologista, passando em 1980 a se chamar Associação de Museologia, tendo assumido para si a função de “dignificar e proteger, como órgão de classe, os profissionais de Museus do Brasil [...] órgão aglutinador dos ideais e interesses dos Museólogos”<sup>157</sup>, ainda que também realizasse seminários e encontros para debater museus e Museologia.

Diante disso, profissionais de museus e museólogos eram expressões que se confundiam e se distinguiam, ao mesmo tempo em que a Museologia deixava de ser pensada como o conhecimento aplicado a museus para se organizar como uma área de conhecimento. A autonomização se adensa com o aumento de instituições e indivíduos atuando no campo, pois passam a concorrer quanto ao que lhes cabe como função. Nos anos 1970 e 1980 uma das instâncias de poder que influencia o campo museológico no Brasil é sem dúvida o Conselho Internacional de Museus, como uma força superior, externa, mas com grande capacidade de agir e impactar o campo nacional.

Como Bourdieu observa, a autonomização é um processo de expansão e retração, pois ao mesmo tempo em que o campo busca ser detentor de suas decisões não pode prescindir da negociação com outros campos, alguns inclusive que exercem poder sobre ele. É válido lembrar que a autonomização não é algo positivo em si mesmo ou um processo natural para o qual todos os campos devem confluir. Tem relação com a especialização de um campo, mas na mesma proporção pode significar um distanciamento deste com relação às questões da vida social corrente, no

---

<sup>157</sup> Boletim da ABM, 1981. Centro de Documentação da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo. Coleção Curso de Museologia. Caixa 01-06.

presente, dissimulando uma atemporalidade do conhecimento produzido. Fechado em si mesmo, no ápice da autonomização, os agentes desse campo investem seus esforços nas suas disputas internas, na manutenção de suas posições dominantes, tanto quanto ou mais do que nos objetivos aparentes do campo.

Waldisa Rússio participou diretamente da disputa pelas searas de atuação no campo. Protagonizando o dissenso entre algumas das posições, favorecendo a evidência nesse contexto de perspectivas diferentes sobre museu, Museologia e museólogos. Um dos diferenciais entre ela e os demais agentes foi o exercício de uma visão de conjunto, aliado a ênfase contínua do discurso político e social. Atuando em várias frentes concomitantes, ela identificou que o pretense desenvolvimento da Museologia enquanto ciência não podia prescindir da relação com os museus e com os profissionais (museólogos e não museólogos) e destes com a comunidade em que a instituição estivesse inserida. Com essa visão orgânica, considerou que os museus precisavam da ação do Estado para assegurar os recursos ideais para sua existência material. Identificou também que este campo político poderia influenciar para que a criação e permanência de museus estivesse identificada a uma demanda por memória, representativa de um grupo social. Na prática, na visão de Waldisa, era necessário assegurar uma política museológica para a manutenção de museus que absorvessem a mão de obra profissional, especialmente de museólogos formados enquanto trabalhadores sociais, por uma Museologia reflexiva. Ou seja, não apenas defender a legitimidade de um determinado perfil de ensino e de profissional, mas a efetiva correspondência entre esse perfil com a realidade social.

A esse respeito, exercitando a noção de campo, diante da compreensão da trajetória de Waldisa Rússio e do campo museológico em que ela se inseriu, analisarei como as instituições e agentes ocuparam posições relativas, especialmente nos anos 1980, no exercício da condição de autoridade no campo museológico, num contexto da redemocratização das estruturas político-administrativas no Brasil.

#### **4.1 Museus**

Conforme dito no capítulo anterior, Waldisa iniciou sua atividade junto aos museus ao se dedicar à reforma administrativa do estado. Naquele contexto da década de 1960, a noção de museu estava sendo revista e problematizada enquanto instituição social. Não é demais lembrar que instituições seculares, como é o caso do museu, são inteiramente suscetíveis à mudança de função em razão das transformações sociais. Apesar de, num aspecto geral se manterem os nomes com os quais se identificam: escola, família, museu, universidade, igreja etc., são instituições

que alteram seus fazeres, seu foco de atuação, modelo e correspondência com os estratos sociais. A respeito dessa alteração de usos e funções da instituição museu, Waldisa Rússio lembrou o seguinte:

Desde o desastre de Alexandria (século I a.C.) até a abertura do Louvre (século XVIII), o termo "museu" fica oficialmente congelado; fala-se, então, em tesouros, *penetralia*, gabinetes de raridades e de curiosidades, em galerias..., mas em museu, jamais. (RÚSSIO, 1989. In: BRUNO, 2010, v. 1, p. 245)

Segundo Dominique Poulot (2013, p. 13), na Europa das décadas de 1950 e 1960 o museu era visto de modo negativo ou no mínimo como uma instituição medíocre.

A pesquisa de Pierre Bourdieu e Alain Darbel, de 1969, sobre o "amor pela arte" evidencia que os museus estiveram ligados apenas a um estrato da população economicamente e intelectualmente dominante (BOURDIEU; DARBEL, 2007). Mais do que isso, os autores atestam que na década de 1960 na Europa, tratava-se de instituição conservadora, que auxiliava a reprodução dos valores que as classes dominantes utilizavam para manterem outras dominadas. Essa crítica encontra o campo museológico por dentro e por fora. Vista por dentro do campo, essa indagação quanto a função dos museus ocasionou a revisão de seus aspectos educativos e sociais, ao menos em termos conceituais e discursivos. Essa chamada "crise" foi respondida com o que Hugues de Varine chamou em 1979 de "espírito renovador", fruto na sua compreensão das reuniões e encontros que os profissionais de museus realizaram a partir da UNESCO e do ICOM. Em sua perspectiva, que à época era diretor desta instituição e, por esse motivo havia tomado contato com a realidade museal de mais de 70 países:

O espírito renovador que saiu das reuniões do ICOM teve uma ampla ressonância nas administrações locais dos museus. Na atualidade, nenhuma direção poderá ignorar a existência duma situação crítica nesta instituição, nem o próprio caráter dessa crise.

Incorporar a crise ao funcionamento do museu corresponde a renunciar a toda uma concepção que se mostrou altamente ineficaz e a dar entrada na gestão do museu a elementos até agora marginalizados, como o próprio público. (VARINE-BOHAN, 1979, p. 87)

Os encontros a que Hugues de Varine se refere são o de 1958 no Rio de Janeiro, para debater "o papel pedagógico do museu" e a IX Conferência Geral do ICOM em 1971 realizada em Paris e Grenoble, dedicada segundo ele ao tema "O museu a serviço do homem". Tal como vem sendo repercutido no campo museológico internacional e nacional, seguem-se a Mesa de Santiago do Chile em 1972, a Mesa de



Quebec em 1984 e desse contexto de "crise" e "espírito renovador" outros encontros se realizaram e movimentos e associações se dedicaram à questão, a exemplo do Movimento Internacional por uma Nova Museologia (MINOM). Essa desejada mudança de paradigma que pretende deslocar a atenção do museu para o público e, em última análise, para uma função integrada à sociedade, também se assinala na definição de museu do ICOM, que em 1974 encampa em sua síntese o trecho "dotado de função social" (POULOT, 2013). Segundo afirma Manuelina Cândido Duarte, que estudou a chamada crise dos museus e a ressonância dessa transformação de paradigmas em autores brasileiros, afirma:

A segunda revolução na Museologia, ainda segundo van Mensch, nos anos 1970, foi chamada *New Museology*, quando a base da organização das instituições museológicas passou das coleções para as funções, além da introdução de um novo aparato conceitual, do qual destaca o museu integrado. Esta chamada Nova Museologia, conceitualmente ampliada e socialmente engajada, é hoje compreendida mais como um movimento renovador que como outra Museologia, e já tem, no mínimo, 30 anos. (DUARTE, 2011, p.1)

Trata-se, portanto, da coexistência e da disputa por capitais simbólicos de duas tendências. Uma configura um paradigma técnico, representado pelo museu tradicional, com um prédio e uma coleção e que desenvolve suas atividades em torno da necessidade de manutenção e extroversão da materialidade dos bens móveis, num contexto em que o público ou é secundário ou, no máximo, alvo da ação educativa da instituição. Nesse paradigma não se coloca em questão a noção de memória e representatividade e os profissionais, técnicos, doutos, têm a legitimidade da fala. No paradigma social emergente, a sociedade é central e o público varia de espectador ativo e problematizador até ser o inteiro partícipe da ação de construção de sua memória e sua representação. Os profissionais tem peso de importância relativamente próximo (que pode ser maior ou menor) dos outros participantes dos processos do museu.

É importante considerar que essa crise a que os museus respondem não é endógena e seus efeitos podem ser observados em várias áreas e campos de conhecimento. Deriva de um todo social em mudanças aceleradas pelos níveis de industrialização, urbanização, escolarização e vários outros aspectos que Hosbsbawn (1995) problematiza. No campo do patrimônio, a perspectiva do alargamento da representação dos bens tombados também esteve em questão, como veremos adiante. Trata-se não apenas de refletir sobre o quanto os patrimônios, instituídos dentro e fora dos museus podem contribuir para o desenvolvimento da sociedade, mas

essencialmente de indagar sobre o perfil das memórias representadas por esses bens identificados e recolhidos em nome de uma coletividade.

De volta ao campo museológico, também é forçoso observar que a visão de Varine de que nenhum museu podia desconhecer essa crise se aplicava muito mais aos países europeus do que aos demais. Essa tentativa de mudança de paradigma que animou o francês nos anos 1970 – e que nos museus, em tese, deslocou a centralidade dos objetos para o homem e a sociedade – vai ser repercutida pouco a pouco, evento a evento nos demais países, como é o caso do Brasil. Aqui, essa resposta à crise e essa tentativa de mudança do paradigma museal aparece na década de 1970, mas de forma bastante pontual. Assim no I Encontro Nacional de Dirigentes de Museus, realizado em 1975, na Fundação Joaquim Nabuco (Recife, PE), (com conferências de Aloísio Magalhães e Gilberto Freyre), Ulpiano Bezerra de Meneses, à frente do Museu de Arqueologia e Etnologia de USP, afirmou:

Difícilmente se negaria, hoje, o conceito largamente difundido nos meios museológicos, inclusive em documentos oficiais, de que o museu, instituição a serviço da sociedade, deve ser emanção dessa mesma sociedade. Entretanto, o confronto do princípio com a situação efetiva, no Brasil como em outros países, revela certo descompasso que torna explicável a crise por que vem passando, nestes últimos dez anos, em todo o mundo, não só o museus enquanto instituição, como o próprio conceito de museus.<sup>158</sup>

Na ocasião deste I Encontro, Meneses foi convidado a lançar os pontos de debate sobre o museu e o meio. Atento à mudança de paradigma, quanto a alteração das funções museais, ele sugeriu que a instituição fosse menos templo e mais fórum. Ou seja, menos espaço de sacralização das memórias e dos objetos e mais espaço de debate a respeito da memória e da representação. Como ponto de debate, propôs que fossem pensadas as funções que os museus deveriam ter a serviço da sociedade. Indagou: “...teriam os museus o direito de excluir certos aspectos negativos ou menos tranquilizantes da realidade que, como todo organismo vivo, tem sua história patológica e guarda o traço de suas cicatrizes?”<sup>159</sup> Na sequência, Ulpiano B. de Meneses afirmou que é simplista dizer que o museu está a serviço da comunidade, quando na prática um “grande número de museus funciona como corpus alheios às comunidades em que se inserem”<sup>160</sup>.

<sup>158</sup> Ofício enviado “ao prezado senhor” Therezinha de Moraes Sarmento, a respeito do I Encontro Nacional de Dirigentes de Museus. NUMMUS/UNIRIO. Coleção Therezinha de Moraes Sarmento. Pasta Encontro Nacional de Dirigentes de Museus I e II.

<sup>159</sup> Texto de Ulpiano Bezerra de Meneses. NUMMUS/UNIRIO. Coleção Therezinha de Moraes Sarmento. Pasta Encontro Nacional de Dirigentes de Museus I e II.

<sup>160</sup> Idem.

A visão de Ulpiano Bezerra de Meneses é dissonante no campo brasileiro da década de 1970. Não me refiro apenas ao que foi transcrito a cima e a sua exortação para que os museus se dedicassem como prioridade à comunidade em que territorialmente estavam inseridos. Destaco, antes disso, a importância e a centralidade do tema frente aos outros que animavam o campo museológico, como a dotação de recursos humanos e financeiros para os museus.

É importante registrar, que esse debate conceitual foi precedido, no Brasil e fora dele, por museus que estabeleceram sua missão de acordo com a comunidade que representavam. Um exemplo se tem com o Museu da Imagem do Inconsciente, que conforme Euripedes Gomes da Cruz Júnior e Lena Vânia Ribeiro Pinheiro (2010) explicam:

Na década de 40, em meio a um arsenal que se dizia terapêutico, tais como eletrochoque, coma insulínico e lobotomia, a recusa de uma médica franzina em utilizar esses métodos trouxe à luz um trabalho pioneiro no mundo.

Após uma passagem pelos porões da ditadura de Getúlio Vargas, Nise da Silveira cria diversas oficinas terapêuticas, entre as quais os ateliês de pintura e de modelagem no Centro Psiquiátrico Pedro II, no Rio de Janeiro, em 1946. Foram as obras produzidas nesses ateliês que deram origem ao Museu de Imagens do Inconsciente (MII).

O MII possui atualmente um acervo de obras plásticas que desperta admiração pela originalidade e pela qualidade dos trabalhos. Fundado em 1952, vem apresentando exposições, seminários, cursos e documentários que procuram lançar luzes sobre os intrigantes fenômenos que ocorrem em regiões pouco conhecidas da psique humana, tomando como ponto de partida a produção plástica de indivíduos rotulados como loucos pela sociedade.

[...]

Vinculado aos ateliês, o acervo do Museu recebe a cada dia novos documentos plásticos, não cessa de crescer. O último levantamento revelou a existência de mais de 352 mil obras em seu acervo, volume que o torna a maior e mais diferenciada coleção do gênero, no mundo. Em 2003, suas principais coleções foram tombadas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), que é o órgão regulador da política patrimonial brasileira. (CRUZ JÚNIOR; PINHEIRO, 2010, p. 369-370)

Outro exemplo é o Museu do Índio, criado em 1953 por Darcy Ribeiro com o objetivo de combater o desconhecimento com relação aos povos indígenas e o Museu da Arte Negra, criado por Abdias do Nascimento (CHAGAS, 2017). Referindo também a criação do Museu da Inconfidência e das Missões na década de 1940, Mario Chagas (2017) afirma que essas instituições deram “sinais a favor da decolonização do pensamento museológico” e acrescenta que foram “sinais potentes, ainda que singelos e frágeis” (CHAGAS, 2017, p.128). O autor destaca que também dentro do SPHAN foram criados museus com contribuições para o debate sobre a identidade e

representação simbólica da nação, mas que, por meios diversos, foram “capturados” e tiveram suas “potências drenadas” (CHAGAS, 2017, p. 128).

Uma investigação minuciosa quanto a criação de museus no século XX poderia revelar outras instituições de vanguarda no Brasil. A novidade que os museus citados apresentaram, no entanto, tiveram uma ressonância limitada no restante do campo. No caso do Museu da Imagem do Inconsciente, é relevante lembrar que Fernanda de Camargo Moro foi responsável por elaborar um projeto museográfico para a instituição, a partir das diretrizes de Nise da Silveira e equipe. O Museu do Índio também participava da interlocução por dentro do campo museológico, conforme a correspondência de Waldisa Rússio e Marília Duarte Nunes evidenciam<sup>161</sup>. De todo modo, é importante objetivar o fato de que a atuação dessas instituições não deriva do debate do campo museológico. Constituído mais como meio do que como fim, as motivações centrais desses museus fazem com que seus pares de interlocução estejam nos movimentos sociais, nos estudos da psique humana e nas Ciências Sociais.

A prática renovada de alguns museus isoladamente – considerando o quantitativo de instituições que tinha o Brasil na década de 1970-1980 – também não seria por si capaz de alterar a forma como se institui a noção de museu, Museologia e de museólogo. Apesar de apenas poucos cursos, poucas associações e comparativamente muitos museus, foram os primeiros que assumiram nesses 20 anos a função de elaboração das noções em campo. Há exceções entre instituições com tradição em pesquisa, a exemplo do Museu Histórico Nacional, Museu Paulista, Fundação Joaquim Nabuco, Museu Nacional etc., mas é preciso considerar que apenas uma parte de sua produção dizia respeito à reflexão a respeito de museu e Museologia.

Assim, em termos da elaboração no campo museológico nacional, observa-se que esse paradigma social que parecia iminente pelo discurso de Hugues de Varine, passou a repercutir discursivamente no Brasil na década de 1980. Sua inserção na oratória e no fazer foram influência da proximidade de determinados agentes com os rumos desse debate internacional. Entre os anos 1970 e início da década seguinte, assim como Ulpiano Bezerra de Meneses, também Fernanda de Camargo Moro e Waldisa Rússio foram expoentes dessa corrente migratória de ideias. Evidentemente o campo internacional – e nesse contexto, países específicos, como a França, Inglaterra

---

<sup>161</sup> As correspondências trocadas com Marília Nunes, museóloga do Museu do Índio, evidenciam sua participação nos debates do campo, sobre a formação, regulamentação da profissão etc e, ao mesmo tempo, tratam da atuação nacional e internacional do Museu, com relação a sua dinâmica institucional, quanto ao seu acervo e suas relações com outros museus.

e EUA – tinham maior capacidade de influenciar temas e questões para o restante do campo internacional e nisso, não há ruptura nenhuma com o um modelo de dominação no campo cultural e intelectual. Observa-se igualmente que essa influência se dava na medida em que os agentes do campo nacional mobilizavam meios efetivos de interlocução com o campo internacional, o que não era propriamente fácil nos anos em questão. É preciso considerar o universo material que ocasiona essa transmigração de ideias: o custo das viagens, o domínio do idioma, o acesso aos debates, o custo de correio, ligações telefônicas, aquisição de livros importados etc. O universo simbólico também tem que ser problematizado, pois o novo paradigma que apontava a centralidade da sociedade para se pensar os museus, ainda que discursivamente em moda nos anos 1960 e 1970, também careceria de força para se colocar frente a uma agenda mais conservadora, centrada no objeto e nas coleções. A disputa em torno do espaço de produção, reprodução e difusão destes dois paradigmas ensejou diferentes posições no campo museológico nacional, a respeito daquilo que definiu o museu, a Museologia e os museólogos.

Diante dos movimentos de transformação e da manutenção de uma noção de museu, qual era a visão reproduzida no campo museológico brasileiro em que Waldisa Rússio estava inserida? Como a pretensa mudança de paradigma repercutiu na visão que as instituições tinham a respeito dos museus e sua relação com a sociedade e seu desenvolvimento?

Na década de 1970 estão conformadas instituições que produzem discursivamente a noção de museus, para além das próprias instituições museais. Uma das posições tradicionais a esse respeito é o Curso de Museus no Rio de Janeiro, que na década de 1960 está marcadamente ligado ao paradigma técnico, remontando a Gustavo Barroso e a sua "Introdução à Técnica de Museus" como obra de referência. A Escola formava profissionais para museus de história, de artes e de ciências, num formato que inclusive influenciou os demais cursos. Como não podia deixar de ser, o Curso até pelo menos a década de 1970 se voltava prioritariamente a uma noção clássica de museu que tinha correspondência com aquilo que era praticado no Brasil. Segundo Bruno Brulon Soares, Luciana Menezes e Henrique de Vasconcelos Cruz (2014), as mudanças implementadas em 1974 no currículo do Curso de Museus evidenciam a passagem da centralidade técnica para os estudos mais conceituais sobre museus. Os autores destacam que a disciplina Técnica de Museus foi desmembrada em outras, de Museologia e Museografia. O Regimento do Curso, aprontado em 1974 e aprovado pelo MEC em 1975 sinaliza que o Curso passava a ter como objetivo, entre outros:

...contribuir, pelos meios ao seu alcance, inclusive em articulação com entidades nacionais e internacionais, para o estudo dos problemas da Museologia, tendo em vista a dinâmica do desenvolvimento do país.<sup>162</sup>

O Curso de Museus na década de 1970 era uma das posições responsáveis pela produção da ideia de museu. Diante de sua própria tradição, a instituição afirmava sua continuidade sem negação com a era de Gustavo Barroso (diretor entre 1932-1959), atualizando seu conteúdo e currículo, mas de modo conciliador com o passado, sem críticas aparentes ou rupturas. A pretensa homenagem a Gustavo Barroso na década de 1960 com a tentativa de mudar o nome da Escola enfatiza esse alinhamento de ideias. Há uma continuidade também em função dos professores, egressos da mesma tradição. Essa tradição foi objeto da solicitação de Dulce Ludolfi (então coordenadora do Curso em 1985), para a assessoria jurídica da UNIRIO. Conforme ela explicou, em reunião realizada na ABM (para a organização do Conselho Regional de Museologia), em que estavam presentes alunos da UNIRIO e das Faculdades Integradas Estácio de Sá, “foi suscitada dúvida quanto a caracterização de antiguidade do Curso de Museologia desta Universidade, como o mais antigo do país”. A coordenadora fez uma síntese da “evolução” do Curso, evidenciando sua continuidade desde 1932 e citando os decretos que apuraram sua situação institucional, compreensão reforçada pelo parecer jurídico da UNIRIO<sup>163</sup>.

Ciente das transformações de seu tempo, inclusive pela relação dos professores com o ICOM, a noção de museu se ligava a ideia de sociedade e de comunidade. Entretanto, é difícil precisar como isso afetou a visão exercitada pelos professores e alunos sobre o a essência dessa instituição. Não identifiquei evidências da problematização da ideia de museus, de patrimônio e preservação e se o tema estava em voga, suscitava menos atenção do que o aprimoramento da formação profissional, no sentido das competências do aluno em estar apto a trabalhar nos museus. No registro elaborado por Gabriela Pantigoso e Tereza Scheiner em 1985, afirma-se:

Muitas outras alterações têm sido feitas na estrutura do Curso, transformando e ampliando seus objetivos, dos quais o mais importante é procurar, de todas as formas, capacitar o aluno para o exercício da profissão.  
[...]

<sup>162</sup> Regimento do Curso de Museus, 1974. Apud: SOARES et al., 2014, p. 256.

<sup>163</sup> Parecer sobre a “antiguidade” do Curso de Museologia da UNIRIO. NUMMUS/UNIRIO. Coleção Terezinha Sarmiento.

Quanto ao aspecto didático, a informação é dada em dois níveis: a nível conceitual, museológico, e a nível técnico – museográfico.

Dos 8 (oito) semestres que o Curso possui atualmente, os dois primeiros são desenvolvidos dentro do sistema de aulas teórico-práticas, sendo a parte teórica ilustrada com slides, filmes e transparências. Devido à dificuldade de se conseguir bibliografia, especialmente na área Museográfica, são usados textos e apostilas, preparados pelos docentes de cada matéria. Na parte prática, são desenvolvidos exercícios de identificação de acervo e de técnicas, fichamento, numeração de objetos, execução de fotografias e todo o tipo de exercícios práticos ligados a exposições<sup>164</sup>.

Diante do desejo de correspondência com o exercício profissional, observa-se a importância da competência técnica, relacionada à prática nos museus. Essa linha prevaleceu também na minuta de carta que a Coordenação do Curso de Museologia solicitou que fosse enviada ao Ministério do Trabalho, por meio da reitoria da UNIRIO. Observemos:

---

<sup>164</sup> “Sobre o Curso de Museologia da Unl-Rio. 50 anos de experiência profissional.” NUMMUS/UNIRIO. Coleção Terezinha Sarmiento.

**Figura 31** - Trecho da minuta de correspondência ao Ministério do Trabalho, elaborada pela Coordenação do Curso de Museologia da UNI-RIO.

A Universidade do Rio de Janeiro, UNI-RIO, na qual se integra a Escola de Museologia, por seu Reitor, vem solicitar a V.Excia. que seja Regulamentada a Profissão de Museólogo, cujo Processo -MT 317.243/79 - entrou no Vosso Ministério a 14 de agosto de 1979, seguindo para o Vosso Gabinete sob a Guia 384, em 18 de outubro de 1979.

Dentre os problemas de maior gravidade com que se deparam as Instituições Museológicas, destaca-se a inexistência da Regulamentação da Profissão de Museólogo, fato que se vem tradicionalizando e que constitui o maior obstáculo ao bom desempenho dessas instituições e à sua perfeita atuação como agentes do desenvolvimento educativo-cultural e de preservação do patrimônio histórico, artístico e científico do Brasil, contribuindo inclusive para facilitar a evasão dessa riqueza patrimonial, que, ao sair do País, compromete o seu nível cultural.

Fonte: NUMMUS/UNIRIO, Coleção Therezinha de Moraes Sarmiento. Pasta Correspondência ABM, 1979-1982.

A crise das instituições museais teve reflexo na mudança do Curso de Museus para o Curso de Museologia da UNIRIO, mas, aparentemente isso se deu sem que fosse privilegiada uma problematização da visão sobre a instituição museu. Sem fraturas aparentes, o paradigma técnico foi conciliado com uma nova noção teórica, disciplinar, referida em 1985 como o “nível conceitual” do Curso, ligado à Museologia. Apesar da ausência de fontes para consolidar a análise, não é difícil supor que seu conteúdo espelhasse o debate promovido a partir do ICOM.

Além dos cursos, outros agentes se sobrepunham quanto às funções de produção, reprodução e difusão. A ABM, o Comitê brasileiro do ICOM e instituições posteriormente criadas também se organizaram para promover debates a respeito do que era ou o que deveria ser o museu. A noção que essas posições em campo exprimiam também estava em sua maior parte em diálogo com o paradigma técnico. A ABM evidenciou isso. Conforme Neusa Fernandes (2014), que presidiu a ABM entre os anos 1982 e 1985, esta foi fundada tendo como uma das funcionalidades estatutárias a regulamentação da profissão. Em sua síntese sobre a Associação, Fernandes destaca as 07 sucessivas gestões (1963-1985) e evidencia que os agentes que atuavam na ABM eram ligados ao Curso de Museus/Escola de Museologia. Nessa medida, ao longo de seus anos de atividades regulares, a ABM foi uma agência de reprodução das noções produzidas no Curso/Escola. Na trilha da regulamentação e, também, atenta à necessidade de ocasionar o diálogo entre museus e museólogos, a Associação foi promotora de vários eventos, principalmente os Congressos Nacionais



de Museu, de onde veio a ideia de sua criação em 1962, quando o evento era organizado pelo Comitê brasileiro do ICOM:

**Quadro 5** - Congressos Nacionais de Museus – 1956 - 1987

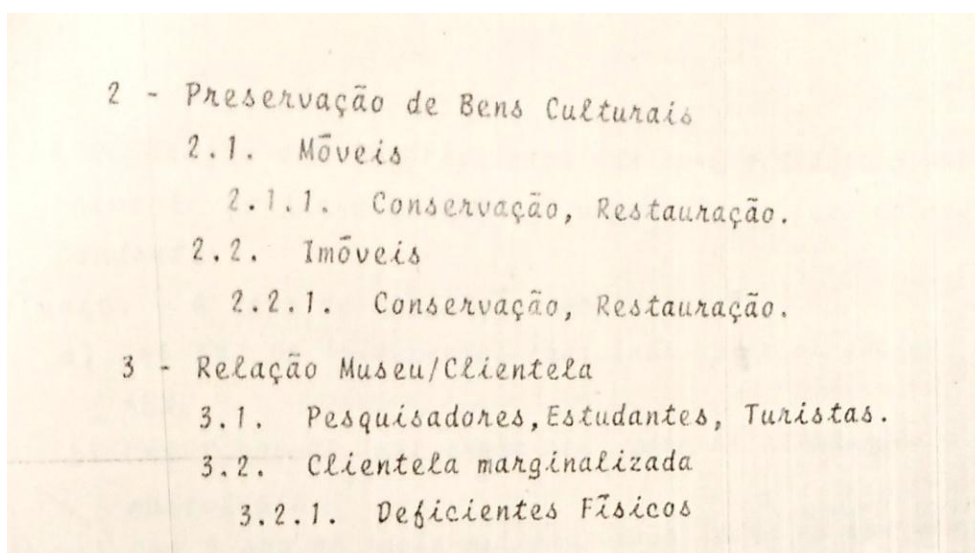
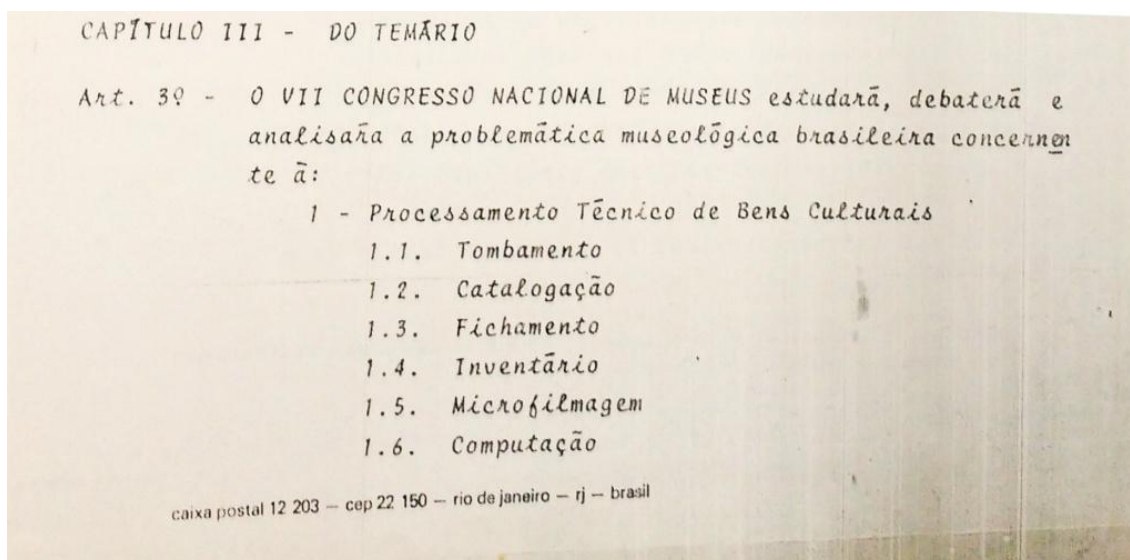
ANO	1956	1959	1962	1965	1970	1978	1980	1983	1985	1987
N.º	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X
LOCAL	Ouro Preto, MG.	São Paulo, SP.	Salvador, BA	Rio de Janeiro, RJ.	Petrópolis, RJ	Natal, RN.	Rio de Janeiro	Brasília	São Paulo, SP	Ouro Preto, MG
QUEM ORGANIZA	Comitê Brasileiro do ICOM	Comitê Brasileiro do ICOM	Comitê Brasileiro do ICOM	ONICOM	ABM	ABM	ABM	ABM	ABM	ABM

Entre os anos de 1979 e 1982 quem estava à frente da instituição era Terezinha de Moraes Sarmento. Segundo Ivan Coelho de Sá e Graciele Karine Siqueira (2007), ela presidiu a instituição entre os anos de 1979 e 1982 e concomitantemente, foi professora do Curso (1968- 1993). Chefiou o departamento de Museologia no MHN entre 1975-1978 e foi supervisora da reforma curricular quando este passou para a FEFIERJ em 1978<sup>165</sup>. A trajetória de Terezinha de M. Sarmento evidencia a ligação entre o ambiente de produção e reprodução da noção de museu, Museologia e museólogo. Na relação das instituições, a ABM se colocava por acréscimo também como partícipe das noções formuladas pelo MHN/UNIRIO, além de reprodutora e difusora.

Em 1980 a Associação realizou o VII Congresso Nacional de Museus, no Rio de Janeiro, na sede do Serviço de Documentação Geral da Marinha. Os temas do evento evidenciam as prioridades na área. Vejamos:

<sup>165</sup> Foi a primeira diretora da Escola de Museologia entre 1989 e 1992 e voltou a ministrar aulas na Escola em 1996.

**Figura 32** - Regimento do VII Congresso Nacional de Museus



Fonte: NUMMUS/UNIRIO, Coleção Therezinha de Moraes Sarmiento. Pasta Estatuto ABM, 1963-1981.

Observa-se que os primeiros temas em destaque no documento dizem respeito ao processamento tãcnico do acervo, como fazeres prioritãrios do museu. O pãblico aparece no item 3, como um ente secundãrio que usufrui do processamento tãcnico e da preservaçãõ do acervo. Como cliente, o pãblico é externo, distãnciado das decisões intrĩnsecas do museu: sãõ pesquisadores, estudantes e turistas que visitam a instituiçãõ para usufruir daquilo que ela por conta prãpria seleciona, processa e preserva. A identificaçãõ de uma "clientela marginalizada", que sãõ os "deficientes fãsicos" é neste documento o que há de mais concreto sobre a percepçãõ de uma realidade social em que o museu se insere, admitindo (o que nãõ é pouca coisa) que há um grupo a margem da instituiçãõ. Vale destacar que o tema da acessibilidade foi

incentivado no campo museológico nesta década e, nesse sentido, essa também não é uma ocorrência pontual. Estar a margem no caso do VII Congresso exprimia não poder visitar o museu, não poder transitar nas exposições. Não se evidencia, nem se problematiza o fato reconhecido há mais de 20 anos na Europa, de que a grande parte da população, estava também à margem das atividades dos museus. No Capítulo VI do Regimento do Congresso, que trata da submissão para apresentação de trabalhos, destaca-se: “Não serão aceitos trabalhos fora do temário do VII Congresso Nacional de Museus”. Ou seja, considerando que não havia espaço para debater outros assuntos, a perspectiva de museu se encerrou naquilo que aqui está identificado ao paradigma técnico.

Ainda a partir do VII Congresso, Therezinha de Moraes Sarmiento escreveu para Aloísio Magalhães, em correspondência oficial da ABM, relatando as questões tratadas no evento e enfatizando o desejo da regulamentação da profissão. Ela destacou que participaram deste Congresso 249 pessoas, representantes de diversas entidades, museus, universidades, outras instituições culturais de diferentes âmbitos administrativos da esfera pública e de vários estados: Rio de Janeiro, predominante, São Paulo, Bahia, Mato Grosso, Rio Grande do Sul, Pará, Goiás, Distrito Federal etc. Profissionais, não necessariamente museólogos, que no contexto do evento, durante sete dias, tiveram como base de seus debates a reprodução de uma ideia de museu centrada no paradigma que já estava desgastado há mais de 10 anos. Segundo Therezinha de M. Sarmiento registrou na correspondência para Aloísio Magalhães:

Considerando que a função precípua do Museu é preservar uma coletânea de objetos, de importância estética, histórica ou científica, que, como remanescentes autênticos do passado ou extensões do presente, são documentos significativos da história natural ou cultural, podendo portanto muito nos dizer do mundo natural ou das pessoas que o criaram...<sup>166</sup>

Pela leitura desse trecho, fica evidente a função do museu na visão da ABM nesse contexto era a de preservar objetos. Uma visão positivada do passado, como algo que naturalmente, espontaneamente lega vestígios verdadeiros, ignorando a função social dos museus, tanto como paradigma emergente, quanto como definição do ICOM. Não é demais supor que muitas das instituições presentes estivessem distanciadas da crítica ao paradigma técnico (considerando que muitas delas certamente não tinham contato com o debate internacional a esse respeito), perspectiva reforçada pelo evento.

---

<sup>166</sup> Correspondência da ABM para a Fundação Nacional Pró-Memória. NUMMUS/UNIRIO, Coleção Therezinha de Moraes Sarmiento. Pasta Estatuto ABM, 1963-1981.

No desejo da ABM, segundo se explicita no regimento do evento, apenas podiam ser apresentados trabalhos inéditos e a Associação passava a ter direito de 1 ano sobre a publicação do conteúdo; direito que no mesmo período estaria vedado ao autor. Há assim dois pretensos pontos de controles do temário em torno dos museus: um na seleção dos trabalhos conforme o tema e, outro, quanto à divulgação das perspectivas dos autores. Ao enfatizar o ineditismo do trabalho, a ABM se coloca como agente que controla a reprodução das representações construídas sobre museus e suas funções prioritárias. Conforme o regimento, as comunicações apresentadas a tarde não tinham espaço para debate e intervenção. Nos contextos franqueados a perguntas e participação, só podia se manifestar quem fosse sócio da ABM, profissional da área federal, municipal, estadual ou privada, técnicos do SPHAN (que era o financiador do evento) e de suas congêneres estaduais. As ações da ABM tiveram um forte ciclo de ressonância no Rio de Janeiro, cuja influência lhe possibilitava transito também em outros estados, na difícil tarefa de uma representação nacional.

Em 1984 a ABM se programou para debater os seguintes temas: marketing de museus, museólogo como educador, arquitetura de museus e tapeçaria. No intervalo dos congressos nacionais (bianuais), foram planejados um encontro entre restauradores e museólogos e a 2ª Reunião Brasileira de Museologia. Pelo programa do Seminário "Marketing de Museus", único localizado entre a documentação consultada, vê-se que presidida por Neusa Fernandes, a Associação propôs nessa ocasião de 02 dias uma imersão nesse tema, com vários aspectos em debate: cliente, produto, marketing cultural, publicidade e propaganda, "aplicação" de recursos públicos e privados e afins.

A perspectiva de museu expressa pela ABM, considerando a programação do IX Congresso Nacional de Museus (SP, 1985) apresentou equilíbrio entre o paradigma técnico e outros conteúdos que se sobrepunham. A abertura do evento tratou de "Administração e marketing", enquanto o tema "Preservação e conservação de acervo" teve o mesmo espaço que os demais: "Museu e pesquisa", "Museu e comunidade marginalizada" (alterada a designação de clientela de 1981), "Informática", "Regulamentação", o "Programa Nacional de Museus e os Sistemas Estaduais"<sup>167</sup>.

A matéria publicada no Jornal "O Estado de São Paulo", a respeito do Congresso, sinalizou que há tempos o evento não ocorria na cidade (26 anos) e que o clima era de entusiasmo em razão da criação do Ministério da Cultura e da

---

<sup>167</sup> Boletim da ABM, 1981. Centro de Documentação da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo. Coleção Curso de Museologia. Caixa 02-06.

redemocratização. Segundo a fonte, o evento atingiu sua lotação máxima e os resultados eram considerados positivos, pela expectativa da descentralização da ação pública na área, por meio do Programa Nacional de Museus. No depoimento ao Jornal, Neusa Fernandes destacou a importância do evento, frente ao número de museus em São Paulo e, considerando que o estado não tinha “cursos de graduação profissional na área”. A notícia registra o contentamento de uma profissional paulistana pela possibilidade da troca com os pares, mas informa igualmente que houve críticas quanto aos critérios de participação no Congresso. Explica que participantes alegaram que o rigor de que o trabalho fosse inédito foi utilizado pela coordenação do evento de forma arbitrária. Da matéria, que ocupa quase uma página, destaco:

Para Maurício Segall, do Museu Lasar Segall, foram muitos os aspectos positivos, o encontro mostrou-se construtivo, com painéis seriamente tratados por profissionais altamente conscientizados. Mas ele se queixou pública e abertamente de tais critérios. Na quinta-feira, antes de apresentar sua comunicação, dentro do tema “Museu e Comunidade”, lembrou quatro exposições preparadas por sua equipe, “recusadas por critérios que não entendeu”.<sup>168</sup>

Dos elogios e queixas, registra-se o contentamento do encontro entre os profissionais, desejosos por essas ocasiões. O volume do interesse de participação foi maior do que era possível corresponder. Assim, evidencia-se que a demanda por esse tipo de ocasião era real – em São Paulo, especialmente. A repercussão em jornal alude a aparente importância do tema junto a opinião pública, considerando se tratar de um período em que os debates sobre cultura estavam mais aquecidos. A matéria também pode ser reflexo da influência direta ou indireta de Waldisa Rússio para se fazer publicar. Registra-se que no início do evento, Neusa Fernandes rebateu a reclamação de Waldisa Rússio, quanto a ASSPAM não ter sido oficialmente convidada. Segundo Fernandes, as autoridades e instituições locais deveriam ser convidadas pela SEC-SP, que também participou da organização do evento.

A cisão entre as instituições foi bastante agravada pelo incidente. Na compreensão da ASSPAM e de Waldisa Rússio, tratava-se da negação da autoridade que a instituição e ela exerciam, especialmente no campo em São Paulo. Estava em jogo a visão sobre a representação dos profissionais/trabalhadores na área, sua forma de atuar e de compreender o papel dos museus. Ainda no fim da matéria, registra-se a visão de Neusa Fernandes, para quem o mais importante havia sido a promessa do representante do Ministério do Trabalho, de que a lei que estabeleceu as regras para o

---

<sup>168</sup> VESPUCCI, Ana Cândido. Os museus e as ideias que ficam. **Jornal O Estado de São Paulo**. São Paulo, 25 ago, 1985. Consultado em: NUMMUS/UNIRIO, Coleção Neusa Fernandes.

exercício profissional seria em breve regulamentada<sup>169</sup>. Ainda que a Associação Brasileira de Museologistas tenha se tornado a Associação de Museologia em 1980, suas atividades estiveram sempre centradas na questão da regulamentação e exercício da profissão. Houve por seu intermédio um lugar de reprodução da ideia de museu, não houve, ao que parece, um grande espaço dado à Museologia propriamente, enquanto disciplina, na acepção da década de 1980.

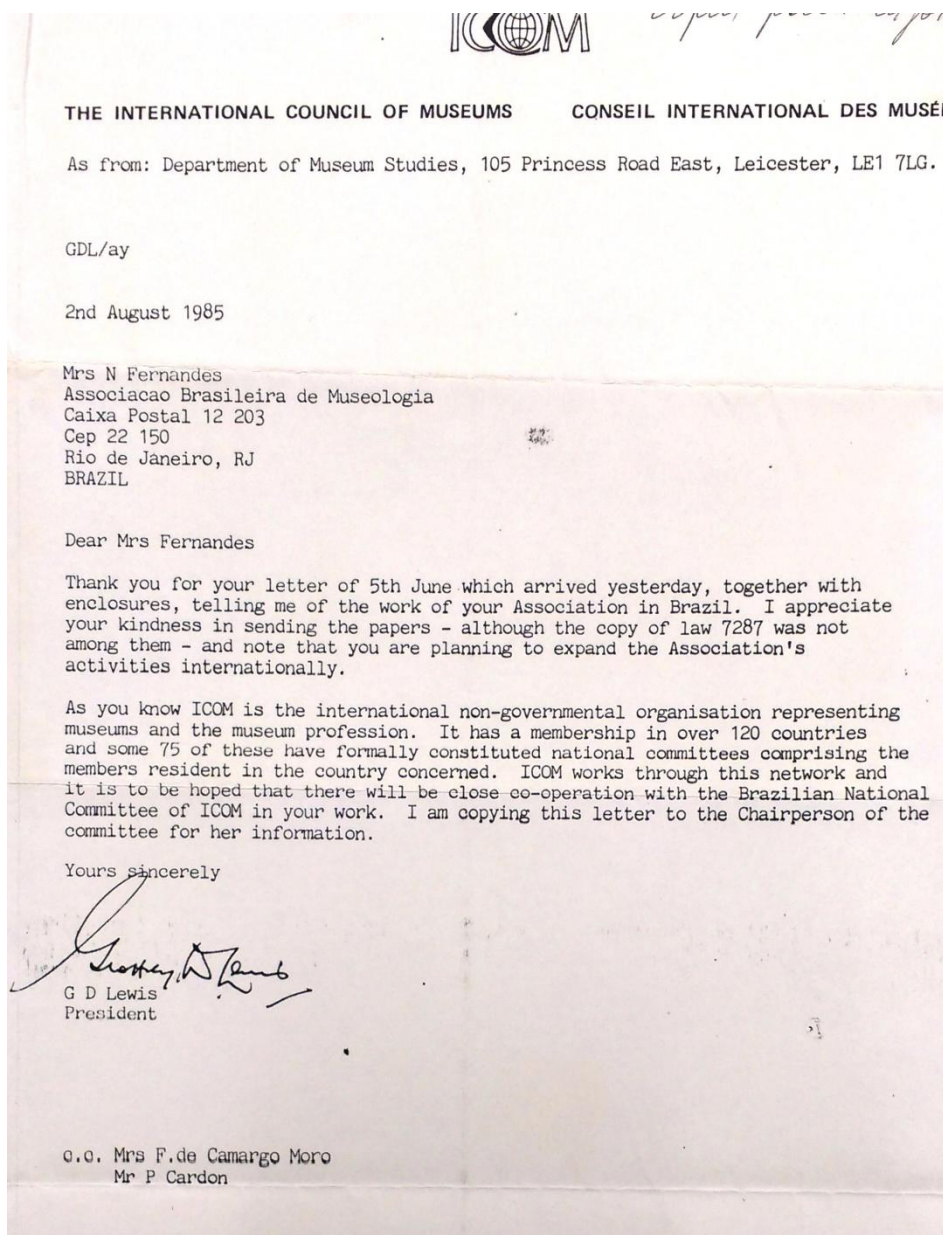
No conjunto da documentação consultada e que exprime a visão da ABM sobre a função do museu, fica evidente a percepção de que há um lugar para a clientela, público, clientela marginalizada, comunidade. Trata-se, de um lugar de público, de expectador. A sociedade com que o museu se compromete enquanto instituição é aquela que vem até o museu.

Nesse panorama de continuidade ou de ruptura com o paradigma técnico, o Comitê Brasileiro do ICOM foi uma instituição que ora se aliou, ora rompeu com a tradição representada pela ABM e o Curso de Museus do MHN. O Comitê também organizava encontros profissionais e de pesquisa, de modo semelhante à ABM e também defendia a causa da regulamentação. Estava, portanto, dedicada na prática do campo, a relações similares à ABM, No ensejo de definir sua seara de atuação e na disputa dos capitais simbólicos, a ABM chegou a requerer do ICOM em Paris uma posição de árbitro nacional, daquilo que julgava ser desvio de conduta do Comitê Brasileiro. Reafirmando a relação com este, Geoffrey Lewis (então presidente do Conselho), respondeu o seguinte:

---

<sup>169</sup> Idem.

**Figura 33** - Correspondência do ICOM para a ABM, com cópia para o Comitê Brasileiro do ICOM.



Fonte: Arquivo IEB-USP, Fundo Waldisa Rússio Camargo Guarneri, caixa: 085, código do documento: 18.0134.<sup>170</sup>

Registrou-se, desse modo, que a relação com essa parte do campo internacional, estaria necessariamente mediada pelo Comitê Brasileiro, como um detentor desse capital.

Diferentemente da tradição do Curso do MHN e da ABM, que se projetaram como continuidades institucionais, o Comitê teve etapas visíveis de rupturas e

<sup>170</sup> Tradução Livre: Prezada Senhora Fernandes, Obrigado pela sua carta de 5 de junho, que chegou ontem, com arquivos sobre seu trabalho na Associação no Brasil. Eu valorizo sua gentileza em me enviar os documentos – embora a cópia da lei 7287 não estivesse junto as demais – e noto que você está planejando expandir internacionalmente as atividades da Associação. Como você sabe o ICOM é a organização não-governamental internacional que representa os museus e os trabalhadores de museus.

contextos diferentes de proximidade com o campo museológico nacional e internacional. Conforme vimos, pela atuação inicialmente mais próxima do SPHAN, o ICOM esteve distante da influência do Curso do MHN, a respeito da produção e reprodução da noção de museu e de outras verdades instituídas e a serem instituídas no campo. Na década de 1970 houve uma descontinuidade na representação brasileira. A documentação a esse respeito é vaga, mas o fato é que duas pessoas jurídicas se sobrepuseram na disputa pela proeminência na representação do ICOM: ONICOM e AMICOM. Esta última, representada por Fernanda de Camargo Moro e Lourdes Novaes, alegava centralização e letargia e passou a dianteira na interlocução com o Comitê Internacional. Em 1976, a representação nacional passou a estar exclusivamente ligada a este grupo representado na AMICOM/Comitê Brasileiro do ICOM<sup>171</sup>.

Egressas da formação no Curso de Museus, tiveram atuação docente no mesmo Curso, mas essa não foi a posição por meio da qual se colocaram em campo na maior parte de sua trajetória. Fernanda de Camargo, especialmente, teve uma carreira internacional precoce, facilitada pela condição socioeconômica de sua família. Ambas tinham interlocução com o campo internacional. Fernanda, além de museóloga, era doutora (1973) e pós-doutora em Arqueologia (1990) (SÁ; SIQUEIRA, 2007). Conforme ela mesma registra, na década de 1950 já participava dos debates do ICOM e estruturava relações com profissionais ativos desse conselho (MORO; NOVAES. In: BRUNO, 2010b, vol. 1.). Relembrando a trajetória do ICOM (unida as suas próprias), elas relatam que em 1971 na 9ª Conferência Geral, em Grenoble (Paris, França), houve uma “revolução” que foi pouco registrada, pelo “receio de se contar a verdade” (MORO; NOVAES. In: BRUNO, 2010b, vol. 1). Afirmam que a crítica aos aspectos conservadores dos museus, bem como à centralização e elitização do ICOM foram colocadas neste contexto e registrados num manifesto que demandava:

...um viés democrático nos estatutos do ICOM, abrindo-o para uma participação maior de seus membros e, por conseguinte, permitindo as mudanças propostas nas estruturas do museu, transformando-o em verdadeiro instrumento para salvaguardar a cultura. (MORO; NOVAES. In: BRUNO, 2010b, vol. 1)

Ainda conforme a narrativa de ambas, em 1971 Fernanda de Camargo passou a ser a primeira “membro ativo”, vinda da América Latina, a integrar o Comitê de Arqueologia e História. A sua participação contínua e formal nas reuniões

---

<sup>171</sup> Ata da primeira reunião da nova diretoria do Comitê Brasileiro de Museus do ICOM, em 04/11/1976. NUMMUS/UNIRIO, Coleção Lourdes Novaes. Livro de Atas de Reuniões de Diretoria.



internacionais favoreceram a duplicidade na relação institucional do ICOM com o Brasil. Mais do que isso, segundo afirmam, as divergências internas não se davam apenas com relação à atitude administrativa da representação nacional do comitê, que em 1971 era presidido por Gerardo Câmara, diretor do Museu Histórico Nacional. Relatam que havia na direção do Comitê nacional um clima de suspeição em relação às críticas e reivindicação de abertura que foram demandas em Grenoble. Narram que na volta desta Conferência um funcionário que fora indicado por Gerardo Câmara para participar do evento denunciou Fernanda de Camargo:

Esse representante, que estava ausente das sessões de trabalho da Conferência, não compreende as propostas do Manifesto de Grenoble. Como julga essa atividade de ordem política, ele acusa oficialmente de subversão às autoridades brasileiras o membro brasileiro que havia assinado o manifesto. Nesse momento começa uma perseguição terrível a esse membro, que perde seu cargo de professor na Universidade. (MORO; NOVAES. In: BRUNO, 2010b, vol. 1, p. 45-46)

Diante de um clima tenso de perseguições políticas com o regime militar, o fato teve consequências imediatas. Conforme relata, Fernanda de Camargo perdeu o cargo de docente no Curso de Museus. Resguardando-se de outras consequências, diante da carreira internacional, ela pediu que testemunhassem a seu favor. Em 1972, de Portugal, Maria José de Mendonça escreveu para Renato Soeiro (que presidia o SPHAN) com esse caráter:

**Figura 34** - Carta de Maria José de Mendonça para Renato Soeiro a respeito de Fernanda de Camargo Moro, em 1972.

Lisboa, 28/8/72

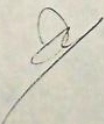
Exm<sup>o</sup>. Senhor  
Dr. Renato Soeiro  
Director do Departamento  
de Assuntos Culturais

Meu Exmo. Amigo

A pedido da Sr<sup>a</sup>. D. Fernanda Camargo, com quem estive o ano passado na Assembleia Geral do ICOM, em Grenoble, venho comunicar que, tendo assistido a todas as reuniões em que a Sr<sup>a</sup>. D. Fernanda Camargo tomou a palavra, nada lhe ouvi dizer que possa ser considerado como um ataque à política do governo brasileiro e, em meu entender, é uma verdadeira calúnia afirmar o contrário.

Enviando saudosas lembranças para todos os amigos do DPHAN peço-lhe, Dr. Renato Soeiro, que aceite os meus cumprimentos e protestos de elevada consideração.

A Directora do Museu



Maria José de Mendonça

Fonte: NUMMUS/UNIRIO, Coleção Fernanda de Camargo Moro.

As desavenças que se agravam com a denúncia e suas consequências refletem as diferentes posições a respeito da transformação dos museus, assumidas no contexto internacional, cujo eco distorcido se ouve no Brasil, num clima de medo, dissimulação de neutralidade política e mesmo, alinhamento de várias instituições ao controle ideológico que estruturou o regime militar. Evidentemente, o papel social dos museus que figurava cada vez mais como tema dentro e fora da área, tinha seu apelo político que ficou bastante registrado no contexto e no legado da Mesa de Santiago em 1972, no Chile presidido por Salvador Allende. Nas palavras de Fernanda de C. Moro e Lourdes Novaes:

A Mesa-redonda de Santiago foi realmente um ato de reconhecimento, pelos governos da região, das novas propostas profissionais. Infelizmente, a representante do governo brasileiro (Iphan), nessa reunião, votou contra os progressos propostos, por desconhecimento dos novos ideais do ICOM. (MORO; NOVAES. In: BRUNO, 2010b, vol. 1, p. 46)

Evidencia-se deste modo que o pretense paradigma social emergente não foi acolhido de modo naturalizado, sem embates e consequências. A constatação da necessidade de abertura dos museus e das instituições relacionadas (inclusive o ICOM) não se deu sem enfrentamentos. A resistência do paradigma técnico também demarca a recusa por uma atitude política no campo museológico nacional e internacional.

Em 1972, argumentando que o Comitê brasileiro estava pouco operante, Fernanda Camargo Moro e Lourdes Novaes fundaram a Associação de Membros do ICOM (AMICOM-BR), que, em função da presença atuante de ambas e de outras pessoas na cena internacional, passou a ser o agente nacional correspondente com aquele Comitê. Essa duplicidade institucional perdurou até que em 1976 Fernanda de Camargo e Lourdes Novaes foram eleitas para a direção do Comitê brasileiro. A noção de museu que o Comitê brasileiro ajudou a reproduzir a partir daí esteve influenciada sempre pelo ambiente internacional e, também por isso, essa instituição não estava primeiramente comprometida com a continuidade da tradição nacional.

A preocupação com a função do museu enquanto instituição transparece em várias das frentes de atuação de Fernanda C. Moro e Lourdes Novaes. Além da participação na elaboração do projeto para o Museu da Imagem do Inconsciente (como dito anteriormente, sem negligenciar que em primeiro plano contava com a participação de Nise da Silveira, funcionários e pacientes da instituição), ao longo da década de 1980, o Comitê buscou se alinhar a definição de "instituição a serviço da sociedade e seu desenvolvimento". No regimento (que uniu ONICOM e a AMICOM no Comitê oficial), como não podia deixar de ser, a definição internacional, com esse incremento, se repete e se destaca como função do ICOM: "Mostrar fundamentalmente a importância do papel dos museus e da profissão museológica em cada comunidade para melhor conhecimento e compreensão entre os povos."<sup>172</sup>

Buscando constituir uma agenda junto ao campo, a partir da gestão de Fernanda de Camargo e Lourdes Novaes, o Comitê brasileiro também promoveu ações análogas à ABM, quanto a produção, reprodução e divulgação: encontros, palestras e cartas de influência trocadas entre os agentes internos do campo. Na

---

<sup>172</sup> Artigo 10º do Regimento do Comitê Brasileiro. Centro de Documentação da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo. Coleção Curso de Museologia. Caixa 02-06.

prática, a organização buscava fortalecer uma rede de correspondência interna para os temas tratados internacionalmente pelo Conselho. Fazia reuniões preparatórias e devolutivas de acordo com o calendário internacional. Tocava assim na mesma rede de relações de outras instituições, com a peculiaridade de tratar da noção de museu de forma menos rígida, abrindo-se para a reprodução do debate internacional quanto aos ecomuseus e a nova museologia. Exemplo disso, em 1985, a instituição organizou o Seminário "Nova Museologia, Sistemas Alternativos, Ecomuseologia". Outro exemplo também foi o projeto do Ecomuseu de Itaipu, uma medida compensatória pela construção da Usina de Itaipu, em 1987, criado a partir do projeto de Fernanda de Camargo Moro<sup>173</sup>.

Na IV Conferência Geral dos Museus Brasileiros, realizada em Belo Horizonte (MG), evento em 1986, o objetivo anunciado era conhecer os recentes estudos sobre museus brasileiros e preparar os participantes para a Conferência Internacional na Argentina. Dentre os temas, figuram "Patrimônio, um conceito em discussão" e "Política de Preservação". A preservação no sentido técnico e a formação profissional também tiveram espaço, mas inseridos num ambiente que buscava problematizar a prática tradicional, inclusive pela experiência que vinha sendo realizada pela Superintendência de Museus de Minas Gerais, ligada à Secretaria de Cultura do Estado. Conforme Inês Coutinho contou, com a criação da Superintendência, ela junto com um grupo de museólogos (formados no Rio de Janeiro e na Bahia) passaram a se dedicar aos museus, elaborando projetos de criação e de revitalização. Coutinho destaca o seguinte:

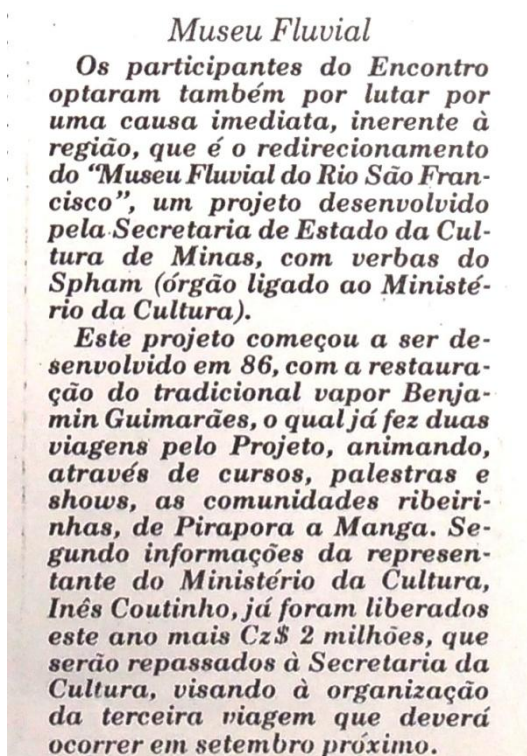
No Rio São Francisco, a gente implantou um projeto, que era um museu fluvial... Restaurou o último dos barcos, que era aquelas gaiolas, e o museu ia parando nas comunidades ribeirinhas, fazendo todo um trabalho... A gente fez várias viagens.<sup>174</sup>

---

<sup>173</sup> A respeito do Ecomuseu de Itaipu, ver RIBEIRO; MOREIRA. Ecomuseu de Itaipu e Programa Cultivando Água Boa: Gestão Comunitária na Bacia Paraná 3. In: CHAGAS; GOUVEIA, 2014.

<sup>174</sup> COUTINHO, Inês. Entrevista concedida a Inês Gouveia. São Paulo, SP. 03/2017. Entrevista transcrita no Anexo II.

**Figura 35** - Matéria intitulada “Comunidades querem participar do projeto Museu Fluvial”



Fonte: Arquivo IEB-USP, Fundo Waldisa Rússio Camargo Guarnieri, caixa: 084, código do documento: 18.0217.

Com esse exemplo, é importante identificar que formatos de museus inspirados pelos debates emergentes no campo foram criados no Brasil em diversos contextos. Não é de se desprezar o papel de agentes e instituições que, como o Comitê brasileiro, incentivaram uma visão progressista de museu, influenciando direta e indiretamente o surgimento de instituições com formatos menos ortodoxos e objetivos menos justaposto ao acervo<sup>175</sup>.

<sup>175</sup> Tendo consultado um volume considerável de documentação, identifiquei vários museus ou projetos de museus idealmente com essa característica.

**Figura 36** - Proposta Preliminar de Criação de um Ecomuseu em Ji-Paraná (RO), 1987.

PROPOSTA PRELIMINAR DE CRIAÇÃO DE UM ECOMUSEU EM JI-PARANÁ (RO)

ÍNDICE

	Pág.
Introdução .....	2
1. Conceito de ecomuseu .....	3
2. Objetivos do ecomuseu de Ji-Paraná .....	4
3. Elementos integrantes do ecomuseu .....	4
3.1. Parque zoológico .....	5
3.2. Salas de exposição .....	5
3.2.1. Caracterização do paleo-ambiente da área .....	6
3.2.2. O homem no ecossistema regional .....	6
4. Animação do ecomuseu .....	8
5. Divulgação e aproveitamento turístico do ecomuseu .	9
6. Apoio institucional e organização administrativa ..	10
Bibliografia consultada .....	11

Fonte: Arquivo IEB-USP, Fundo Waldisa Rússio Camargo Guarnieri, caixa: 084, código do documento: 18.0226.

Não foi ao acaso que no contexto dos eventos da Eco 92 no Brasil, instalou-se também o I Encontro Internacional de Ecomuseus no Rio de Janeiro. Na ocasião, Fernanda de Camargo Moro mencionou sua versão da perspectiva de ecomuseu, aludindo a George Henri Rivière:

É um instrumento de poder, que um poder e uma população concebem, fabricam e exploram e exploram em conjunto. O poder com os especialistas, facilidades e recursos que ele fornece. A população, com suas aspirações, seu conhecimento, suas possibilidades de criação e agregação. Um espelho... onde esta população se olha para se reconhecer, onde ela busca explicações sobre o território ao qual ela está ligada, reunindo lembranças das populações que a precederam na descontinuidade ou na continuidade das gerações. Um espelho que essa população estende aos seus hóspedes para se fazer compreender melhor, no respeito ao seu trabalho, seu comportamento, à sua intimidade.<sup>176</sup>

<sup>176</sup> Apresentação de Fernanda de Camargo Moro no 1º Encontro Internacional de Museus. Cf. Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esporte do Rio de Janeiro. **Anais do 1.º Encontro Internacional de Ecomuseus**. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 1992. 441 p.

Em outro contexto se poderia problematizar o quanto essa perspectiva de ecomuseu rompia com o paradigma técnico e com uma visão mais conservadora de museus, mas este não é o objetivo aqui. A dimensão discursiva tem peso no processo de conformação das ideias e é fato que o Comitê brasileiro foi um agente catalisador para novas possibilidades de se pensar a instituição museu na década de 1980. Vale observar que, dialogando diretamente com o contexto internacional deste período, o Comitê também reduz o tom político que havia na década de 1970 no discurso de Hugues de Varine e na Mesa de Santiago do Chile. Outro aspecto que ficará mais evidente adiante é que, a noção de museu exercitada pelo Comitê considera – e neste ponto é análoga a da ABM e do Curso de Museologia (MHN-UNIRIO) – a centralidade do ente museólogo.

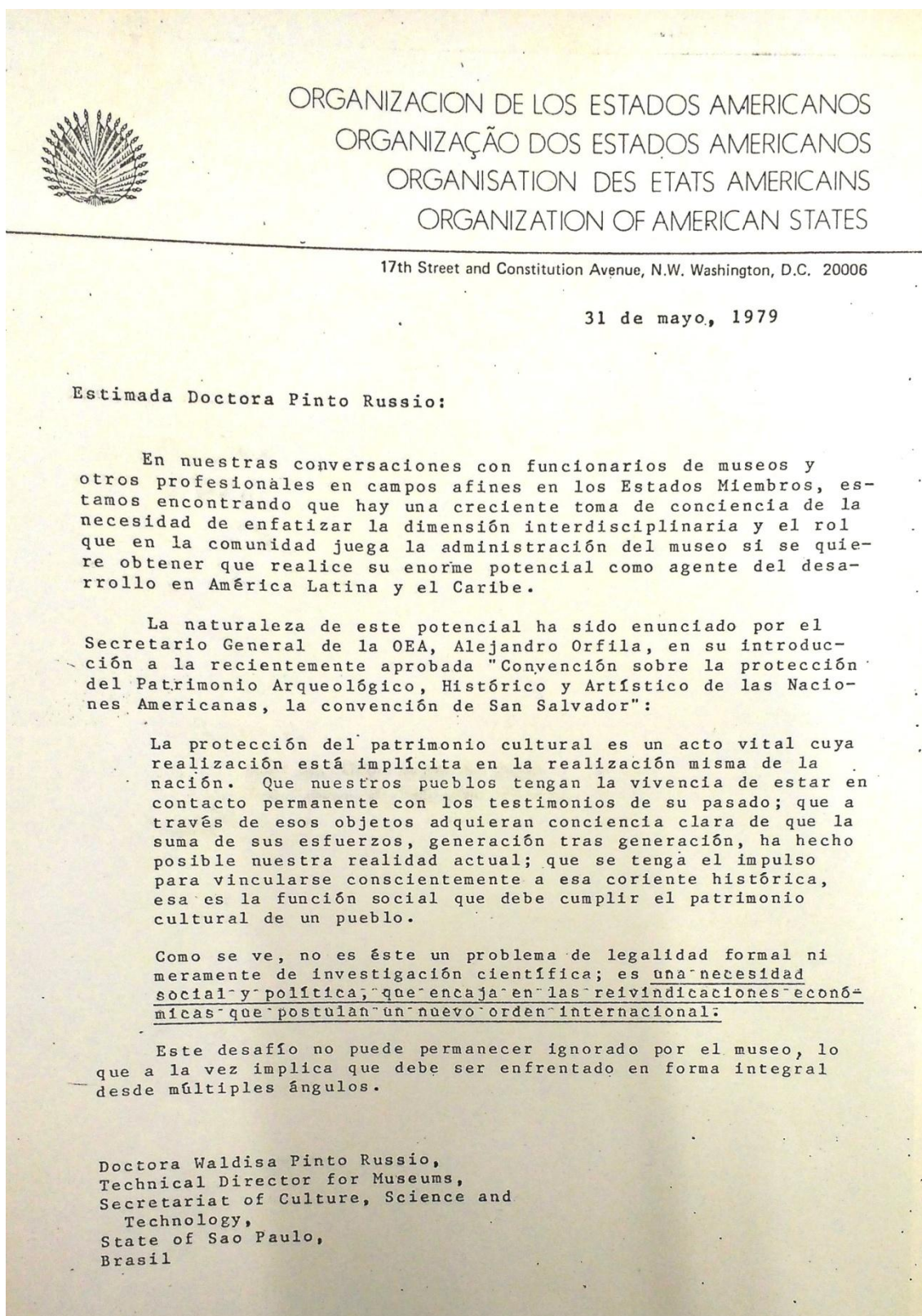
## **5.2 Museu e transformação social**

A respeito da compreensão da instituição museu, Waldisa Rússio certamente foi uma das agentes no campo que nas décadas de 1970 e 1980 mais aderiu e atuou em prol de um paradigma social emergente. A dimensão crítica quanto à função dos museus encontrou em Waldisa uma acolhida em sua forma política de ver e pensar o mundo. Sua origem social – uma exceção no campo – sua formação no Largo de São Francisco, a carreira na administração pública, a relação com Rossine C. Guarnieri – pela influência política que esse exerceu – e, muito provavelmente, a experiência da trajetória feminina, influenciaram uma direção político-ideológica.

Ainda na década de 1970, inclusive na tese e na dissertação, Waldisa evidenciou a simpatia pelos ecomuseus, considerando-os a expressão da novidade no campo. Mesmo quando internacionalmente essa perspectiva produzia seus primeiros avanços (tomando em conta que a função social dos museus foi inserida na definição do campo em 1974), ela já estava em interlocução com profissionais internacionais a esse respeito. Dá evidência disso esse documento de 1979, da Organização dos Estados Americanos que recorre a Waldisa como ponte para estabelecer com o Brasil o contato com profissionais interessados em pensar a relação do patrimônio e dos museus com a sociedade.



Figura 37 - Correspondência da OEA para Waldisa Rússio.



Fonte: Arquivo IEB-USP, Fundo Waldisa Rússio Camargo Guarneri, caixa: 084, código do documento: 18.0236.

A Sociologia e as demais disciplinas com que Waldisa Rússio lidou ao fazer o mestrado e o doutorado na Escola de Sociologia e Política também devem tê-la



influenciado para o adensamento de sua visão sobre a função do museu. Isso pode ser observado, inclusive, pelos autores (os poucos) que ela cita em seus textos, a exemplo de Florestan Fernandes e também de Pierre Bourdieu (cuja pesquisa não tinha ressonância no campo museológico nacional à época). Curiosamente, de todas as referências lidas para a pesquisa, mesmo considerando as contemporâneas, Waldisa Rússio foi a única a destacar a publicação “O Amor pela Arte”, (BOURDIEU e DARBEL, 2007), livro originalmente publicado em 1969, traduzido tardiamente para o português em 2003 (e não por iniciativa do campo museológico). Na obra os autores exprimem uma pesquisa que envolveu um grupo interdisciplinar que coletou, produziu e analisou os perfis de visitação de vários museus da Europa, cruzando esses dados com outros indicadores, a exemplo de escolaridade e classe social. A tese de Bourdieu e Darbel era de que o “amor pela arte” é produzido, de acordo com os valores dominantes, que tem na escola (por meio do seu poder de certificação do conhecimento) um elemento estruturante desse habitus. A certificação cultural é, assim como a certificação escolar, um meio de se manter as estruturas sociais, conformando e legitimando as dominações. Conforme a análise, o museu era uma instituição que, a serviço dos interesses dominantes, cooperava para frear movimentos de transformação.

Das muitas evidências do engajamento de Waldisa na transformação da noção de museu está o próprio curso de Museologia Popular, que além da Bahia, também foi ministrado no Pará, em 1986, a pedido da Fundação Cultural Tancredo Neves<sup>177</sup> e em Belo Horizonte, a pedido da Superintendência de Museus<sup>178</sup>. A programação do Curso da Bahia exemplifica os temas tratados pela museóloga:

#### CURSO MUSEOLOGIA POPULAR – BAHIA, 19-23/10/1984<sup>179</sup>

1º dia

- Museologia e Museu;
- Desenvolvimento da ciência e da prática museológica;
- A instituição museal;
- O museu como cenário da relação homem x objeto (realidade);
- O museu como instrumento e linguagem de poder;
- Museologia hoje, Museu, hoje. Eco-museu e eco-museologia.

2º dia

- Cultura e política cultural; políticas museológicas;
- Paternalismo e auto-gestão; "pacotes culturais" e ação comunitária;
- Identidade cultural;

<sup>177</sup> Arquivo IEB-USP, Fundo Waldisa Rússio Camargo Guarnieri, caixa: 087, código do documento: 18.0378.

<sup>178</sup> Arquivo IEB-USP, Fundo Waldisa Rússio Camargo Guarnieri, caixa: 081, código do documento: 18.0028.

<sup>179</sup> Arquivo IEB-USP, Fundo Waldisa Rússio Camargo Guarnieri, caixa: 097, código do documento: 30.0106.

- Comunidade;
- Museu e Comunidade. Aspectos envolvidos: ecológico, antropológico, histórico etc.;
- Consciências: crítica e mágica; consciência possível.

#### 3º dia

- Reconhecimento da comunidade. O museu enquanto instituição e enquanto "comunidade" ou parte da comunidade. Interações;
- A museologia popular e seus métodos de trabalho: pesquisa/coleta e coleções/documentação/conservação/comunicação. Pressupostos éticos. Métodos, estímulo e intervenção. O território e a comunidade. O patrimônio cultural. A população e os "públicos".

#### 4º dia

- As exigências da Museologia Nova (Popular) e da Nova Museologia
- Os agentes da memória dinâmica;
- O homem, sujeito e objeto da pesquisa e da História; questões práticas. A adequação dialética entre teoria e prática museológica e os trabalhos com memória social.

#### 5º dia

- A múltipla "realidade brasileira" e as possibilidades efetivas de utilização de uma Museologia Popular;
- Papel do museólogo. Ampliação do cenário museológico e do campo de trabalho.

No curso de Museologia Popular, portanto, apareciam os principais temas de interesse da posição de campo de Waldisa Rússio. Trata-se de uma fala marcadamente de dentro do campo, voltada para dentro do campo, com o olhar para fora, como se observa em "Reconhecimento da comunidade. O museu enquanto instituição e enquanto 'comunidade' ou parte da comunidade. Interações". Observa-se um complexo conjunto de temas em que política museológica está associada à cientificidade da Museologia e também aos métodos de trabalho da Museologia popular. No conteúdo do curso, Waldisa também indicava na bibliografia seus próprios textos, além de: Hugues de Varine, Gaël de Ghichen, Antonio Augusto Arantes, Ecléia Bosi e particularmente Paulo Freire, indicava "toda a obra publicada".

Os projetos de museu que Waldisa idealizou e concebeu também permitem observar como ela imaginava que idealmente deveria ser a instituição museu. Desde a década de 1970 Waldisa criticava a criação de instituições sem um correspondente com um desejo de memória e representação de um grupo de pessoas. Em vários dos seus textos, ela faz essa crítica que, na ocasião da elaboração de projetos, reverberam na insistência para que a comunidade de interlocução do museu fosse ouvida e fortemente considerada.

A elaboração de projetos, ao que tudo indica, funcionava nesse período como uma prática profissional concorrida, destinada a especialistas no campo e foi muito exercitada não apenas por Waldisa Rússio, mas também por Fernanda de C. Moro e Lourdes Novaes. Como atividade profissional, era uma via de obter retorno financeiro, mas também, sem dúvida, uma oportunidade de se aproximar as noções imaginadas

da prática. Desdobrar a função social dos museus, no entanto, dependia também de decisões administrativas, especialmente em se tratando de instituições públicas. Apesar das ideias inovadoras, o legado de Waldisa Rússio quanto aos projetos não exprime aquilo que aparentemente era o seu desejo. O Museu da Indústria, Ciência e Tecnologia, por exemplo, nunca foi assumido pelo poder público, conforme o desenho original do projeto.

No discurso de Waldisa na década de 1980 eram recorrentes palavras como democratização, consciência crítica e transformação social. Ou seja, ela não apenas aderiu ao paradigma social, mas a partir dele, construiu e difundiu uma noção de museu, engajado no contexto social e político de que participava do Brasil. Waldisa se lançou no campo fazendo essa ponte com aquilo que ela considerava como vanguarda no campo museológico internacional. Ela exprimiu um diferencial, já que a sua atitude era a mais radical dentro dessa perspectiva, tanto pela natureza de seu pensamento, quanto pelo vigor com que ela o difundiu. É importante observar que além de pensar a necessidade de representação dos museus, Waldisa considerou que a participação dos representados era fundamental. Essa é uma diferença com relação a noção de museu defendida pelo Comitê Brasileiro do ICOM, que tinha uma perspectiva pouco clara com relação ao protagonismo dos indivíduos envolvidos.

Também com relação ao aspecto político, Waldisa Rússio e as instituições que dirigiu, apontavam sempre para uma direção assumidamente política e por isso, problematizadora das relações sociais estabelecidas, o que não se pode dizer do Comitê Brasileiro. Pela experiência de Waldisa em termos da administração pública e, tendo em conta o período em questão, que exorta o debate democrático, Waldisa parece ir além na proposta. Quando ela afirma a necessidade de participação da comunidade, tem clara a ideia de assembleias públicas, cursos e oficinas abertas, reuniões, consultas, instrumentos e mecanismos de participação. Isso era próprio do contexto político de abertura nos anos 80 e paulatinamente se realizava no repertório das políticas de patrimônio em São Paulo (RODRIGUES, 2000).

Lidar com a função social com centralidade não fez Waldisa Rússio negar os aspectos técnicos que envolvem o conhecimento museológico e o fazer dos museus. Também nas cartas, pareceres, publicações, disciplinas do Curso de Museologia e nos projetos que ela desenvolveu estava clara a preocupação com as condições materiais da preservação, a importância da conservação, pesquisa, exposições, documentação, enfim. Ou seja, Waldisa não rompeu com o conhecimento que o paradigma técnico ensejava quanto ao fazer dos museus, apenas com a centralidade desse paradigma. Um exemplo disso se tem na relação com o Museu do Bixiga,

projeto que ela acompanhou com seus alunos, conforme seu texto de 1982 (RÚSSIO, 1982. In; BRUNO, 1980a, p.276).

**Figura 38** - Correspondência de Waldisa Rússio para responsáveis pelo Museu do Bixiga, em 1982.

São Paulo, 09 de dezembro de 1982

Prezados amigos  
ARMANDO PUGLISE e  
PAULO SANTIAGO

Estive visitando, uma vez mais, o Museu Memória do Bixiga, cujo acervo vocês conseguiram reunir com o apoio efetivo das pessoas do bairro.

Vocês sabem as esperanças que todos nós, técnicos de Museu e de Patrimônio Cultural depositamos no projeto de vocês, sobretudo pelas amplas possibilidades de participação comunitária que ele proporciona, já que não nasceu paternalisticamente mas emergindo de uma consciência de elementos da própria comunidade do Bixiga. Creio que esta proposta de trabalho foi a que mais nos empolgou a todos, inclusive a alguns técnicos estrangeiros como os professores Carbone e GAIL de Guichen.

O acervo vem crescendo, mas, com ele, os problemas.

Vocês sabem que os problemas existem, embora, nem sempre possam saber como diagnosticá-los e, sobretudo, como exercer medidas de "salvamento" e, ainda, uma séria profilaxia que as peças exigem para o seu manutenção.

Por isso, o meu primeiro conselho é no sentido de que vocês precisam PRIMEIRISSIMAMENTE, TER COM VOCÊS, PERMANENTEMENTE, UM MUSEÓLOGO que possa receber, documentar, expor e divulgar ao máximo e da maneira mais democrática o sistema de peças que vocês vêm coletando, com a participação de pessoas do bairro.

Vocês precisam, ainda, de pesquisadores de sócio-história: esta é a SEGUNDA RECOMENDAÇÃO FUNDAMENTAL, que lhes afaço.

O museólogo poderá auxiliar vocês a planejar armários, arquivos, livros e fichas técnicas, a reserva técnica, a exposição, bases, apoios, vitrinas.

Creio que não adianta mais eu falar em umidade proveniente de calhas e derivadas de capilaridade, ou, simplesmente, da necessidade de um efetivo controle da umidade relativa.

Vocês sabem que já efetuamos (eu e meus alunos) medidas quanto a umidade relativa, luz, etc...

Que as vitrinas e suportes de vocês são inadequados e carecem de maior segurança, vocês também sabem.

Acho que o que está faltando é uma contribuição da comunidade e, inclusive, DOS ÓRGÃOS PÚBLICOS que deveriam apoiar mais efetivamente projetos como o do Bixiga, oriundos da própria comunidade e não ditados por decretos paternalistas...

Digam-me se eu puder ser útil em alguma coisa.  
Recuso-me, entretanto, a participar dos paliativos: a coisa deve ser pra valer...

Um abraço,

*Waldisa*  
Waldisa Rússio Camargo Guarnieri  
09 - XI 82

Arquivo IEB-USP, Fundo Waldisa Rússio Camargo Guarnieri, caixa: 083, código do documento: 18.0192.

Waldisa, marcando sua posição de museóloga, exorta as condições técnicas (mínimas) para a manutenção do acervo que os responsáveis pelo Museu recolheram no Bixiga. Ao dizer que tem que ser "para valer", ela sintetiza sua noção de que um museu para valer, ter que ter o envolvimento de uma comunidade, que legitima sua ação preservacionista e também a ação conservadora, tecnicamente, envolvendo a participação de especialistas. As competências do museólogo que ela destaca são as

técnicas – e disso, não foge a regra do campo –, mas esse profissional está inserido num ambiente que resulta de desejos de memória coletiva, detonados por não técnicos, cuja vontade de memória era pouco representada. Nesse aspecto reside um dado novo. A visão de complementaridade entre o aspecto técnico e o aspecto social possivelmente trouxe um esteio de entendimento para sua relação com outros agentes internos no campo museológico, a exemplo do Comitê nacional do ICOM e os agentes internacionais. Atuando em várias frentes no campo, Waldisa buscava sempre a correspondência das necessidades internas do campo com as necessidades sociais a que estava atenta. Museus “populares” não deviam prescindir de museólogos, inclusive porque os museólogos, formados numa perspectiva crítica, devem ter meio de atuar profissionalmente como trabalhadores remunerados. Ainda quanto ao mesmo documento, vale observar que na compreensão de Waldisa, não estavam – ou não deveriam estar – por fora do campo museológico.

Ainda quanto a transformação da noção de museu, é importante considerar que o Curso de Museologia da UNIRIO e a ABM tinham uma tradição em sua base. Por mais que as mudanças tocassem sua estrutura, precisariam se assentar em um terreno em que já haviam sedimentado conceitos e noções. Esse é um aspecto que diferencia instituições que em alguma medida se desligaram de sua tradição, como o caso do ICOM-BR e mais ainda das posições que Waldisa Rússio estruturou, que eram inaugurais para ela e para o campo. Esse aspecto também pode ser considerado quanto ao Curso de Museologia da UFBA, que nasceu menos amparado pelas questões técnicas e buscou, especialmente na década de 1980, uma correspondência entre as transformações na noção de museu e seu currículo. Conforme afirmou Maria Célia no Encontro Internacional de Ecomuseus em 1992:

... começou a haver internamente no Curso de Museologia, toda uma discussão sobre o seu currículo. E estas discussões vieram não de forma isolada, nós estamos desde o início funcionando em uma Escola de Filosofia e Ciências Humanas. No início havia disciplinas de Filosofia, Sociologia, Antropologia, mas não havia uma preocupação de relacionar estes conteúdos com a técnica museológica que era aplicada e começamos então a refletir sobre isso. Como a Antropologia, a Sociologia veio a contribuir para o entendimento de que havia uma pluralidade cultural, que nós tínhamos que trabalhar com uma visão de patrimônio muito mais abrangente. Que a sociedade tinha as suas contradições e que essas contradições tinham que estar refletidas no acervo que estávamos preservando. E estas discussões internas foram crescendo e conseqüentemente tivemos uma reforma do currículo, onde se colocou disciplinas com uma visão muito mais antropológica e social,

do que aquela visão de patrimônio, aquela visão estética, aquela visão da história, sobretudo da oficial.<sup>180</sup>

Maria Célia explicita ainda que a percepção da necessidade da alteração que deslocou os aspectos mais técnicos e conservadores na ideia de museu para um fazer mais abrangente, social e crítico no Curso de Museologia da UFBA veio por meio da experiência com alunos no Pelourinho, problematizando as características patrimoniais e sociais daquele espaço. Esse pensamento parece estar em sintonia com a reivindicação do tombamento do Terreiro da Casa Branca, em 1984 também na Bahia e cujo processo contribuiu sobremaneira para a ressignificação do fazer do patrimônio no país.

É importante lembrar que a visão da função social do museu encontra um respaldo na compreensão que estava sendo exercitada em uma parcela externa do campo, com incentivos vindos, especialmente na década de 1970, da UNESCO e de outras instituições consagradas internacionalmente (como a Organização dos Estados Americanos). Assim, apesar das posições no campo manifestarem nuances diferentes, na década de 1980 no campo nacional tem-se uma falsa impressão de consenso sobre a necessidade de que os museus se abram as funções sociais. A ausência de uma manifestação contrária dissimula esse falso acordo, que não se exprime em termos de adesão, tampouco em termos de uma agenda que dê centralidade ao tema.

Num contexto de transformação no campo, os agentes conservadores não se opuseram discursivamente a abertura dos museus à função social. Mantiveram suas atividades centradas nos seus paradigmas, buscando controlar o exercício da narrativa no campo e os lugares considerados legítimos para a produção daquilo que “é ou não é” museu. Enquanto se detém o controle da maior parte do capital simbólico que circula em campo, ignorar a transformação é uma das formas de manutenção da ordem instituída.

## 4.2 As Museologias

Se, na perspectiva de uma parte considerável do campo a função social do museu devia estar em destaque, como o conhecimento museológico se estruturaria para dar conta disso? Como ensinar os profissionais a estabelecerem uma relação dinâmica entre a coleção e a vida social? Qual o corpus de conhecimentos que estariam na base dessa formação, para além dos conhecimentos técnicos? Num movimento de autonomização do campo internacional, a Museologia passou a ser

---

<sup>180</sup> Participação de Maria Célia Teixeira Moura Santos no 1º Encontro Internacional de Ecomuseus. Cf. Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esporte do Rio de Janeiro. **Anais do 1.º Encontro Internacional de Ecomuseus**. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 1992, p. 66.

debatida enquanto um conhecimento teórico, o que suscita um deslocamento de matriz de suas questões (do museu para a própria Museologia). Como esse fundamento autóctone não estava dado, nas décadas de 1970 em diante esse tema foi debatido especialmente a partir do ICOFOM, que acabou estimulando os profissionais a pensarem o quanto a Museologia teórica tinha ou não relação com a prática dos museus.

Esses marcos a partir do ICOM e com a criação do ICOFOM em 1977 são modos de “refratar” as questões sociais amplas, que colocam novos desafios aos museus, aos campos de conhecimento e às instituições de um modo geral. Assim como a mudança da noção de museu não nasce no museu, mas na sociedade que o produz, com a Museologia ocorre o mesmo. Enquanto campo de conhecimento específico ela está suscetível à organização social de seu conhecimento. Para se firmar precisa dizer a que veio, a que conjunto de questões atende e como delas se ocupa na fronteira com outros campos pré-constituídos. Cabia na década de 1970 estabelecer consensos entre os pares, no seio do campo museológico. Esse movimento ocorreu a partir do ICOM/ICOFOM e tocou os cursos de Museologia, posições que se fortaleceram com a definição de um corpus de conhecimento.

Segundo Ivan Coelho de Sá (2007), na década de 1970 houve sucessivas transformações no currículo no Curso de Museologia MHN/UNIRIO. Como dito antes, é evidência a própria troca de nome do Curso "de Museus" para Museologia. Uma das alterações estruturantes, destacadas por Sá (2012), foi o fim da disciplina Técnica de Museus. Esta foi substituída por outras disciplinas específicas, que variaram de nomenclatura de acordo com as sucessivas alterações do currículo, referentes à Museologia, Museografia e Comunicação Museológica (SÁ, 2012). O autor destaca que essas mudanças estiveram muito ligadas à renovação do quadro de professores, pela entrada no curso de uma nova geração de formados. Segundo Sá, o regimento do Curso em 1974:

...apresenta uma ideia de comprometimento social dos museus e prioriza a formação em Museologia num contexto interdisciplinar. Os objetivos não se concentravam mais no museu, e sim na Museologia associada a uma ideia maior de formação e atuação, como ao próprio desenvolvimento do país... (SÁ, 2012, p. 232)

Nos termos do Regimento, estes eram objetivos do Curso em 1974:

a) formar profissionais e especialistas de Museologia; b) realizar, desenvolver e incentivar a pesquisa no campo da Museologia; c) aprimorar processos, métodos e técnicas relativas aos problemas de Museus, e divulgar seus resultados; d) contribuir, pelos meios ao seu alcance, inclusive em articulação com entidades nacionais e

internacionais, para o estudo dos problemas da Museologia, tendo em vista a dinâmica do desenvolvimento do país; e) estender o ensino e a pesquisa à comunidade, mediante cursos ou serviços especiais [...]. (Apud SÁ, 2012, p. 232).

Outro aspecto dessa mudança, que na compreensão de Sá (2007) evidencia o início da centralidade para a Museologia foi o fim (com o Regimento 1974-1975), da habilitação em Museu Artístico e Museu Histórico, passando o curso a oferecer, segundo ele uma "formação integrada". Sá (2007) destaca ainda sucessivas alterações no currículo até 1978, inclusive pela transição de curso isolado para integrado à estrutura universitária.

É importante considerar que os museus eram – e talvez sejam – o lócus principal de atuação do profissional egresso da formação em Museologia. Assim, mesmo considerando a atenção aos fundamentos da Museologia enquanto área específica de conhecimento e o cerne dessa formação, é importante observar que a noção prática nos museus seguiu presente, tanto pela manutenção de disciplinas técnicas, quanto pelas exposições experimentais e também pelo estágio obrigatório, correspondendo ao último período (Sá, 2007). A respeito das disciplinas que cursou, formando-se em 1979 no Curso de Museus/Museologia, Mario Chagas afirmou:

Era um conjunto de disciplinas técnicas: indumentária, ourivesaria... VCCPR, que as pessoas sacaneavam esse VCCPR com: facas parafusos e não sei o quê. Mas na verdade era faiança, cerâmica, couro, vidro, porcelana...<sup>181</sup>

Segundo Chagas, a perspectiva do trabalho em museus, junto ao acervo, foi a tônica privilegiada no Curso na década de 1970, ainda que as mudanças – de currículo e de sede – tenham ligado esse ambiente de formação às transformações sociais. Uma nascente perspectiva teórica e um pretendido paradigma social não destituíram a centralidade dos museus para a Museologia.

Na Bahia, a correspondência entre o curso e o espaço de atuação profissional foi um dos fatores discursivos que levou o curso de Museologia da UFBA a ter o ingresso de alunos suspenso, como mencionado no capítulo anterior. Ao responder sobre o perfil de museu na visão daquilo que era ensinado por ela e seus colegas na década de 1970, Maria Célia S. Teixeira, afirmou o seguinte:

---

<sup>181</sup> CHAGAS, Mario. Entrevista concedida a Inês Gouveia. Rio de Janeiro, RJ. 11/2017. Entrevista transcrita no Anexo II.



Tipologias de museus bem “tradicionais” ou daqueles museus instituídos. É tanto que o curso tinha duas habilitações: museus de arte e museus de história. [...] do ponto de vista conceitual, eu acho que o diferencial que nós tínhamos em relação ao Curso do Rio era uma presença de uma reflexão maior do ponto de vista sociológico e antropológico. A gente tinha Antropologia, a gente tinha História da Cultura, tinha Sociologia, tinha as disciplinas nucleares de Filosofia e Sociologia que eram obrigatórias, entendeu para os alunos todos... E esse humanismo, essa visão mais social e de compreensão do mundo, do ser humano, do sujeito social. Ali estava presente nessas discussões do Curso. Embora houvesse também uma pressão dentro do próprio Curso, pelos próprios colegas ou por pessoas do contexto, dentro da própria Universidade, até uma crítica e muito também dos próprios colegas... Daquele perfil que eu te falei, das que vinham com expectativa do colecionismo, da Arte, das tipologias de acervo etc, que queriam que a gente tivesse no currículo aquela mesma estrutura do curso do Rio: porcelana, heráldica... A gente tinha ainda uns ranços de colecionismo, arte decorativa. Mas assim, bandeiras, condecorações... Mobiliário tinha também, específico etc. Havia essa pressão, mas eu penso que como esse núcleo docente do Curso ele é renovado logo que a primeira turma conclui o curso, eu acho que essa turma mais jovem oxigenou. Não todos os professores, mas boa parte dos professores, já pensaram e começavam a entender os museus com esse viés mais social, mais de comunicação e não só da coleção, e que era necessário o conhecimento mínimo necessário sobre os acervos, mas que acima disso tinha algo mais prioritário.<sup>182</sup>

Maria Célia destaca o fato de que havia uma expectativa e uma cobrança por parte dos alunos sobre o aspecto técnico do curso. Desejavam o aumento de carga horária para as disciplinas que refletiam o trato com o acervo, a despeito de disciplinas e prática que inseriam o museu, enquanto instituição, num contexto social mais amplo. Ela salienta, no entanto que disciplinas com perfil menos técnico sempre compuseram o currículo do Curso, já que este estava originalmente no Departamento de Filosofia. Na compreensão de Maria Célia T. M. Santos, a pressão exercida por alunos e profissionais por obter conhecimentos mais técnicos soava como uma resistência em ampliar a interlocução da Museologia e dos museus com o entorno social. Algo que poderia ser analisado futuramente (e que escapa dos objetivos aqui) é a relação entre esses anseios, o mercado de trabalho e as necessidades de classe que orientavam e orientam esses alunos e profissionais. Esses aspectos provavelmente têm relação com o fato de que paulatinamente o Curso passou a ser procurado por mulheres de classe média alta. Nas palavras de Maria Célia T. Moura Santos:

... vão fazer porque gostam de arte ou porque gostam de decoração ou querem conhecer como identificar uma prata, um mobiliário, uma porcelana ou porque tinham coleções nas suas famílias ou porque,

---

<sup>182</sup> SANTOS, Maria Célia Teixeira Moura. Entrevista concedida a Inês Gouveia. Recife, PE. 08/2017. Entrevista transcrita no Anexo II.

vamos dizer entre aspas, moças bem criadas e com o nível social e econômico alto e que tinham interesse por arte...<sup>183</sup>

Outro aspecto que Maria Célia retoma em sua narrativa é o distanciamento que havia entre os Cursos da UFBA e o Curso do MHN/UNIRIO. Segundo ela, na Bahia a mudança do currículo original foi um dos aspectos desse distanciamento, mas não o único. A museóloga comenta que, na sua visão, havia um “preconceito” baseado justamente na ausência de algumas disciplinas técnicas na formação baiana. Ela afirma que com a criação do Curso de São Paulo esse aspecto melhorou, pois ambas as instituições passaram a estar em diálogo. Conta que somente no ano de ano de 1990 se ensejou quebrar esse silêncio de décadas com o Curso de Museologia da UNIRIO, ocasião que teve a participação de Waldisa Rússio, inclusive.<sup>184</sup> Cristina Bruno apontou o mesmo com relação o Curso/Instituto em São Paulo. Segundo ela, houve uma influência inicial, em razão dos professores que vinham do Curso de Museus, mas, a partir da primeira turma esta influência e o contato foram diminuindo cada vez mais<sup>185</sup>.

A respeito do campo da Museologia no Brasil nos anos 1970 e 1980, Soares, Carvalho e Cruz (2014) afirmam:

O processo que se desenvolveu, notadamente entre os anos 1970 e 1980, de entrada da Museologia como disciplina científica nas universidades levou a um afastamento consecutivo dos museus. Em algumas instâncias, o campo da Museologia no Brasil passaria a se organizar quase como se não dependesse dos museus para existir. Para um campo que, até o momento de sua dissociação entre o Curso de Museus e o MHN, era formado por agentes que faziam parte do seu objeto de estudo, tal afastamento se mostrou uma condição necessária para sua cientificidade. (SOARES et al., 2014, p. 262)

O movimento a que aludem os autores tem correspondência com um desejo nascente no Curso de Museologia da UNIRIO no fim da década de 1970, marcado pelo término da especialização em tipologias de museus e refletido nas mudanças do curso nos anos 1980. O pretensão distanciamento entre a Museologia pensada e aquela praticada nos museus tem correspondência com o que passa a ser debatido no ICOFOM nessa década, afirmando a Museologia como campo de conhecimento que está além do museu. Na perspectiva de Tereza Scheiner, com base no pensamento de Stránský, há nas décadas de 1970 e 1980 a passagem de um estágio empírico-descritivo para o

---

<sup>183</sup> Idem.

<sup>184</sup> Idem.

<sup>185</sup> BRUNO, Maria Cristina Oliveira. Entrevista concedida a Inês Gouveia. Rio de Janeiro, RJ. 10/2016. Entrevista transcrita no Anexo II.

teórico-sintético, “correspondente à constituição de um corpus teórico do campo” (SCHEINER, 2015, p. 25).

A busca por uma formulação teórica constitui um momento recorrente no processo de autonomização dos campos. Estruturar o conhecimento teórico viabiliza a reprodução de uma noção sintética e concentrada de sentido. Ao se consensuar sobre o que é a Museologia e sobre o que ela deve se ocupar, busca-se definir qual é seu corpus de atuação. Nisso consiste estabelecer o que está dentro e o que está fora da área de interesse do campo, na fronteira com as demais áreas. Na década de 1970, portanto, era (e continua sendo) importante desenhar a geometria do saber museal. Não apenas estimular que alguns agentes consagrados (com+sagrado) no campo se dedicassem a essa tarefa, mas que esses consensos sintéticos passassem a ser difundidos, especialmente a partir das posições de formação no campo. Ou seja, tratava-se da missão de constituir uma ideia-síntese sobre a Museologia e assegurar a sua reprodução nos meios formais do campo.

Na valorização da teoria, se dissimula a relação com a prática, como se a primeira desse conta de um todo fenomenológico que está além da aplicabilidade e da factibilidade social e historicamente estruturada. Sobrepondo-se supostamente a prática, a teoria confere aos agentes que a formulam (que são sempre em número reduzido com relação aos praticantes do campo) uma atmosfera sacralizante, como se o seu conhecimento se sobrepusesse (por transposição metonímica) aos demais conhecimentos estruturados no campo. Nas palavras de Bourdieu (2013):

...na maioria das disciplinas científicas, os progressos na consagração fazem-se acompanhar pelo abandono dos trabalhos empíricos em favor das sínteses teóricas, muito mais prestigiosas. Pode-se verificar que até matemáticos, físicos e biólogos consagrados acabam por compor alguma obra de ambição filosófica como fecho de uma carreira especializada como se quisessem reverter no âmbito do mercado mais amplo e de uma perspectiva mais prestigiosa, da grande vida intelectual, o capital de prestígio de que dispõem no universo de especialistas. (BOURDIEU, 2013, p. 165-166.)

Considerando o lugar que a teoria ocupa em termos das relações simbólicas entre os agentes no campo, há que se ter a compreensão contextualizada de que o debate teórico foi um meio de consagração que o campo museológico elegeu em suas disputas internas. Sua função é elaborar regras e noções, que quanto mais gerais e sintéticas e supostamente aplicáveis a todos os contextos (temporais e sociais), mais se revertem de valor no campo. Ou seja, um grupo (restrito e pouco permeável)

elabora teoricamente (científica ou filosoficamente) aquilo que supostamente alicerçará o entendimento das noções na área.

O distanciamento da prática museológica como caminho para pensar o objeto cerne da Museologia ocorreu concomitantemente com a crítica na demanda por uma função social (e, portanto, prática) das instituições museais. Em termos gerais, poderíamos observar se esse debate teórico contribuiu para visibilizar ou invisibilizar (em função dessa aparente oposição entre teoria e prática) o ensejo da mudança de paradigma. Ou seja, a Museologia enquanto corpo de conhecimento que busca se estruturar na década de 1970 se ocupou da crítica colocada aos museus ou pode se dar ao luxo de "não depender dos museus para existir" (conforme a citação anterior) e, por isso, passou ao largo dessas questões colocadas? Essa dicotomia, entre teoria e prática, não esteve presente na lógica exercitada por Waldisa Rússio.

Não há evidência para afirmar que a noção de Museologia implementada pela FESP estivesse afastada da práxis museológica. Ao contrário, Waldisa Rússio, que esteve na vanguarda ao fazer coro com a teorização da Museologia, reservava um lugar de destaque para a prática. O currículo do Curso para a turma de 1980 dá uma dimensão da noção de Museologia em questão:

**Quadro 6** - Listagem das disciplinas do Curso da FESP, conforme currículo da turma de 1980<sup>186</sup>

<b>Módulo</b>	<b>Disciplinas oferecidas</b>
1º Módulo: Pequenos Museus	Museologia I Museografia I Introdução à Estética e à História da Arte Cultura Brasileira I Estudo de Problemas Brasileiros Administração de Museus Sociologia de Museu Introdução à Técnica e Processos Artísticos Introdução ao Restauro Fotografia Teoria do conhecimento
2º Módulo: Museus de Arte e Museus de História	Museologia II Museografia II Documentação Museológica História e Crítica da Arte Brasileira (Visão Compreensiva e Crítica) Métodos e Técnicas de Pesquisa Estrutura de ensino de 3º grau (I) Cultura Brasileira II História de São Paulo Conservação e Restauro

<sup>186</sup> Conforme sistematização de Léa Blezer, que destaca que o livreto se refere à matrícula para a turma de 1980 (BLEZER, 2017, p.78). Fonte: "Museologia – Especialização" – Livreto de divulgação do curso de Museologia da FESP; São Paulo (1979). Centro de Documentação da Fundação Escola de Sociologia e Política.

	Documentação Fotográfica
3º Módulo: Museus de Indústria, Ciência e Técnica	Museologia III Museografia III Documentação Museológica II História da Ciência Conservação e Restauro Cultura Brasileira (O Processo Industrial) Organização de Ensino de 3º Grau Administração de Museu

Há uma relação direta entre os museus e os conhecimentos necessários para que o indivíduo possa trabalhar nessas instituições. Ao observarmos o 3º módulo, vemos que o Museu da Indústria era o tipo para o qual se voltavam o debate de Administração, Documentação, Museologia etc. Na lógica do Curso, de acordo com um contexto socialmente situado – que era o ensejo de criação dos “pequenos museus” ou do “museu da indústria” – estudavam-se aspectos técnicos, práticos, teóricos, reflexivos, conectados na realidade museológica mais imediata, que era a de São Paulo.

Além da relação entre disciplinas, museus e perfis de conhecimento (técnicos, humanos e sociais), a formulação conceitual de Waldisa Rússio para o fato museal ou museológico – publicada pelo ICOM – se efetiva pelo “agir”, no tempo e no espaço presente. É algo coerente com a experiência de Waldisa, que mesmo se ocupando de teoria da Museologia, lecionava, dirigia o Curso, trabalhava em nome do Museu da Indústria e pensava projetos de museus (em razão das assessorias que prestava). O debate teórico favoreceu seu intento de valorização da Museologia acadêmica no Brasil, inclusive pela defesa da pós-graduação. Estrategicamente posicionada como alguém que observava as ausências no campo a fim de oferecer algo cujo valor somente ela (ou poucos como ela) poderiam dispor no Brasil, sintonizou com o ICOFOM em 1980, quando foi indicada a integrar este Comitê.

Mesmo com a participação de outros profissionais brasileiros no ICOFOM na década de 1980, a posição de Waldisa, enquanto teorizadora da Museologia, não teve outra posição simétrica correspondente. Ou seja, nenhum outro agente (indivíduo ou instituição) esteve nesse momento ocupado de elaborar e divulgar no campo nacional uma teoria para a Museologia. E se teve, não ressoou na década de 1980.

Ainda a respeito da hierarquia das posições em um campo, Bourdieu (2013) destaca que:

[...] pode ocorrer que uma determinada categoria de pesquisadores e professores desenvolva uma produção intelectual mais abundante e mais tanto mais "ambiciosa" (orientada para as práticas mais bem situadas na hierarquia da legitimidade), quanto maior for o grau de

consagração de seus membros, o que depende da mediação operada pela origem social. (BOURDIEU, 2013, p.166)

Conforme o autor, essas disposições prévias se estruturam em uma hierarquia que não se manifesta objetivamente, em termos da consciência dos agentes, justamente porque o princípio que possibilita as diferentes condições de investimento desses agentes tem origem fora do campo. São condições derivadas da origem social, que possibilita o acesso a determinadas escolas e títulos e isso tem relação com a condição econômica na origem familiar, mas também com o gênero (como um fator que dificulta o acesso a certos campos de conhecimento, em função de limites artificiais socialmente impostos).

Para compreender a atuação de Waldisa Rússio no campo teórico da Museologia é importante considerar essas condições prévias, que ela carrega de fora do campo museológico. Vale observar, contudo, que são condições circunstanciais, marcadas por uma origem de classe média baixa e com grandes investimentos pessoais nas disposições cultivadas a partir da escola e da formação. Circunstância que só foi possível pelo acesso a uma educação pública e gratuita considerada de qualidade, determinante para que Waldisa acessasse o Curso de Ciências Jurídicas, iniciasse sua carreira administrativa e constituísse sua experiência no campo cultural. Importa considerar o limite dessa ascensão social, tendo em conta que seu mestrado e doutorado se realizaram na FESP, cujo prestígio institucional à época era reduzido na escala da consagração escolar (se comparada, por exemplo, com a USP ou a UNICAMP).

Mesmo dispondo de capitais simbólicos descontínuos, Waldisa acessou a hierarquia da posição intelectual e o fez justamente porque no câmbio interno na área ficava evidente a alta cotação de alguns dos capitais simbólicos. Conforme se observa, no campo museológico brasileiro a presença e atuação ativa feminina era uma constante e, nos idos dos anos 1980, poucos eram os agentes com título de mestre e doutor. Conforme afirmou Mario Chagas: “Waldisa era uma das poucas museóloga doutoras, isso também produziu um efeito, porque ela falava de um outro lugar. Ela tinha uma tese defendida!”<sup>187</sup> O capital monetário que faltava a Waldisa Rússio – e que também faz parte dessas condições que os agentes trazem de fora do campo e que dissimulam suas escolhas – ela compensava com outros capitais simbólicos, utilizados inclusive na busca ativa por agências financiadoras.

---

<sup>187</sup> CHAGAS, Mario. Entrevista concedida a Inês Gouveia. Rio de Janeiro, RJ. 11/2017. Entrevista transcrita no Anexo II.

Na percepção de Maria Célia T. M. Santos, que é reforçada por outros autores brasileiros (MANUELINA, 2003; SOARES et al., 2014; CARVALHO, 2011), foi Waldisa Rússio quem iniciou no Brasil o esforço de teorização da Museologia. E é importante observar que no cerne de sua definição teórica, que se ocupa de circunscrever um objeto geral para a Museologia, está também uma forte dimensão prática. Cito a definição de Waldisa para o fato museológico para destacar a questão:

Primeiro, “o objeto da museologia é o fato museal ou fato museológico... O fato museal é a relação profunda entre o homem, sujeito conhecedor, e o objeto, parte da realidade à qual o homem igualmente pertence **e sobre a qual tem o poder de agir**”. (RÚSSIO, 1983. In: Bruno, 2010, v.1, p. 127, grifo nosso)

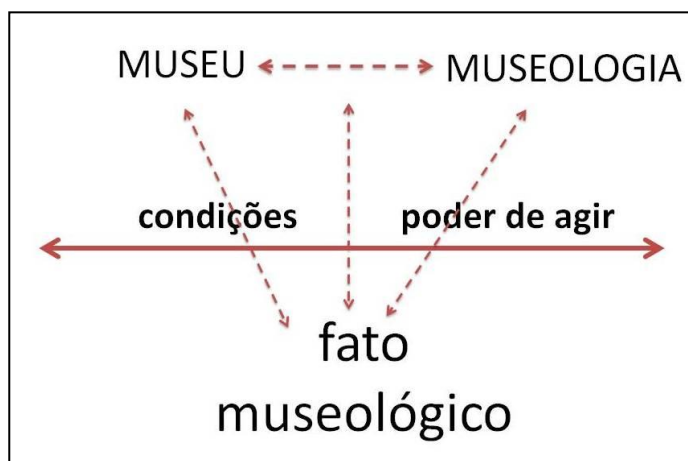
Em um texto manuscrito que está sob a guarda do Arquivo do IEB<sup>188</sup>, Waldisa reforça o cenário "institucionalizado", destacando que deve ser "reconhecido não apenas por quem o cria ou estabelece, mas reconhecido também – e, sobretudo – pela comunidade de que emerge e à qual se deve destinar prioritariamente." Diante dessa constatação, explicita que nem toda instituição museal reúne as condições necessárias para o fato museal/museológico. E, sobre os museus de seu tempo, afirma: "... bem poucos museus os são verdadeiramente e podem, em termos científicos, ter cenários condicionadores do fato museológico". Ou seja, observa-se que se trata de uma formulação teórica, com base e correspondência numa realidade concreta, socialmente situada.

Na perspectiva de Waldisa, portanto, o objeto da Museologia, o fato museológico, não existe isolado, de modo abstrato, como algo em si. Acompanhando o raciocínio waldisiano, há certas condições para que o objeto da Museologia se realize. Estas tomam em conta o poder de ação do homem sobre aquilo que será musealizado (o objeto). Esse poder de agir é o que pode ocasionar ou não o fato (que é o objeto da Museologia). Conforme a representação gráfica:

---

<sup>188</sup> Consiste em anotações e textos manuscritos em um caderno, de 1984. Arquivo IEB-USP, Coleção Waldisa Rússio, código do documento: caixa 002, documento 01.0052.

**Figura 39** - Representação gráfica da noção de fato museológico de Waldisa Rússio.<sup>189</sup>



Ainda exercitando e derivando a compreensão, sem o fato museológico, não há o objeto da Museologia e sem isso, não há um campo de conhecimento específico. Ou seja, no resultado dessa equação, o campo de conhecimento específico depende do homem e de sua capacidade de agir sobre o objeto.

Enfatizo, deste modo, que no Brasil nos anos 1980, a compreensão teórica da Museologia – que teve em Waldisa sua principal representante – não estava dissociada da prática. Mesmo com o esforço de pensar os fundamentos de um conhecimento científico, encontrava-se na capacidade de agir a especificidade desse conhecimento. Isso sem dúvidas pode ser relacionado ao fato de que a trajetória de Waldisa Rússio não se dissociou do ambiente do museu e da atividade profissional prática, o que lhe deu uma escala objetiva para cotejar a teoria que formulava. Assim, na perspectiva que ela enuncia em 1983:

O conhecimento museológico ocupa-se da realidade e da história, aí compreendido um conhecimento que não é apenas racional e sistemático, mas também prático, no qual a prática e a razão se constroem num processo de interdependência, reciprocidade, conexão e coerência. (RÚSSIO, 1983. In: BRUNO, 2010, p. 129)

A repetição de uma ideia também é uma estratégia muito em voga no movimento dos campos, pois a formação de conceitos e noções dependem menos da qualidade intrínseca sintética e explicativa desse conceito e mais da força de adesão que ele encontra entre os pares. Uma noção em construção, como era o caso do objeto da Museologia, estava amparada na possibilidade de assentimento, de consenso, que era capaz de angariar. Como num mercado, o capital simbólico gerado

<sup>189</sup> Elaboração gráfica autoral.



com a teoria precisa alcançar sua clientela. Waldisa Rússio se empenhou na disseminação dessa noção. Em 1979 publicou no jornal “O Estado de São Paulo”:

Assim, de início temos efetivamente a Museografia, mera descrição do **fato museológico** e soma de conhecimentos práticos servindo à finalidade de conhecimento prático e montagem de exposições e apresentação de objetos. (RÚSSIO, 1979. In: BRUNO, p.78, grifo nosso)

Em 1981, Waldisa ampliou o valor simbólico de sua formulação ao publicá-la no ICOM aproveitando a ocasião para ser lida pelos membros da instituição e para evidenciar, dentro e fora do Brasil, sua capacidade de pensamento autoral. Daí em diante, praticamente todos os textos e ocasiões de fala registram a noção de fato museológico. Estrategicamente posicionada, em alguns textos ao exprimir sua noção ela menciona também formulações de outros autores, a exemplo de Zbyněk Stránský e Anna Gregorová (BLEZER, 2017), inserindo-se num grupo e num contexto. De um modo geral ao frisar o fato museológico Waldisa o faz como se fosse uma visão unânime no campo museológico brasileiro, talvez uma atitude que se justificasse por não haver outra definição em disputa.

Em síntese, Waldisa cobriu um espaço novo na formulação teórica. A qualidade sintética e explicativa do conceito, bem como a capacidade de Waldisa de divulgar essa noção, a repetição como estratégia, o acúmulo de suas reflexões, entre outros aspectos, asseguraram o espaço de repercussão para a noção de fato museológico.

No Brasil, mesmo os autores que não validam a noção de fato museológico precisam lidar com sua ocorrência. É difícil negligenciar o registro de um pensamento que se firmou institucionalmente por meio do ICOM. No entanto, ao retomar a noção, o contexto de produção e o pano de fundo do pensamento de Waldisa nem sempre vem à tona. A partir das análises, considero que há uma supervalorização do ensejo da formulação teórica em detrimento de outros aspectos da trajetória de Waldisa e temas que foram debatidos e trabalhados nos anos 1970 e 1980. Descolada do contexto, a formulação teórica vira mera abstração do desejo de teorizar, sem a essência original.

Ao buscar a gênese do fato museológico, alguns autores o aproximam das noções análogas na Sociologia, seja em relação ao conceito de Émile Durkheim (fato social) ou ainda com Marcel Mauss (fato social total). Vejamos:

A experiência museológica está intrinsecamente presente no indivíduo e é definida por um conjunto de subjetividades que

caracteriza esta relação específica do humano com o real. Não se trata, porém, da noção de fato museológico desenvolvida por Waldisa Rússio (RÚSSIO, 1984 *apud* CERÁVOLA, 2004) nos anos 1980, pois este, derivado do fato social pensado na sociologia por Durkheim e Mauss, previa o museu apenas como espaço material institucionalizado, e a relação se limitava ao cenário da instituição. O fato social, como define Durkheim, refere-se a todos os fenômenos que se passam no interior da sociedade; é um sentimento coletivo que não exprime apenas aquilo que existe de comum entre todos os sentimentos individuais, mas uma outra coisa. O fato social é uma resultante da vida comum, um produto das ações e reações que se dão entre as consciências individuais (DURKHEIM, 1894). E se o conceito de fato social – e o de fato museológico que o sucedeu – implica algo absolutamente coletivo, que se dá no seio da sociedade, podendo até mesmo se opor às vontades individuais, a experiência museológica diz respeito a algo de natureza diferenciada, a uma relação totalmente espontânea que se inicia no indivíduo humano e somente a partir de então pode passar a constituir estruturas coletivas. (SOARES, 2009, p. 39)

Além de Soares, outros autores também estabeleceram essa relação para abordar o pensamento de Waldisa Rússio, a exemplo de Carvalho (2011). Diferentemente, não identifiquei uma evidência direta da relação entre o fato museológico e os conceitos da Sociologia. Waldisa Rússio não deixou pistas dessa suposta paternidade em seus textos e nem nos documentos que foram consultados. Perguntei a esse respeito a Marcelo Mattos Araujo, considerando a proximidade que teve com Waldisa na condição de aluno e colega de profissão. Segundo ele, tratava-se de uma elaboração autoral de Waldisa Rússio a partir de sua ampla formação, enfatizando a influência que vinha de sua graduação em Direito e sua interlocução constante com outros campos do conhecimento (e aí se inclui a Sociologia e a Antropologia).

Chamando a atenção para a composição da noção de fato museológico, Carla Renata Antunes de Souza Gomes observa a semelhança da estrutura com o conceito de fato jurídico. Conforme a autora: “Encontramos, no Tratado de Direito Privado de Pontes de Miranda (2012), na parte que trata da ‘Doutrina do fato jurídico’, algumas definições que podem ter influenciado na abordagem de viés sociológico de Waldisa Rússio” (GOMES, 2013, p.30). Citando a fonte, a autora destaca: “A noção fundamental do direito é a de fato jurídico; depois, a de relação jurídica”. (MIRANDA, 2012 *apud* GOMES, 2013, p. 30)

É fundamental questionar as associações diretas para compreender o fato museológico. Vale lembrar que outros campos do conhecimento também se utilizam desse perfil de construção conceitual, como dão exemplo além da Sociologia e do Direito também a História com o fato histórico. Isolar o fato museológico e compará-lo ao fato social ou mesmo ao fato jurídico pode suscitar questões, mas dificilmente respondê-las. Para compreender a potência da noção, na totalidade que Waldisa a

dispunha, considera-se que o mais seguro é contextualizá-la conforme a própria experiência da autora e, a partir da relação com outros aspectos de suas formulações no campo.

Não se põe em dúvida a influência que Waldisa Rússio recebeu do campo da Sociologia, não apenas em função de seu mestrado e doutorado, mas claro, pela vinculação do seu Curso à Escola de Sociologia e Política. Mesmo aí, é importante considerar que o Curso de Museologia tinha sua grade específica e não exatamente integrada ao currículo dos outros cursos<sup>190</sup>. Entretanto, também é importante observar que na sua produção a autora utiliza referências também da Antropologia, História, Educação, Administração e, sobretudo, da Museologia. A interdisciplinaridade que ela defende como método é a expressão da relação que estabelece entre esses campos de conhecimento.

Vale lembrar que a defesa por um conhecimento museológico interdisciplinar também estava estimulado por meio do ICOM/ICOFOM. A fim de alimentar a construção desse campo de conhecimento, importava situá-lo num campo mais amplo, que na opção de Waldisa era as Ciências Humanas e Sociais (RÚSSIO, 198?. In: BRUNO, p. 144). Não se tratava da defesa por uma conveniência administrativa, mas de uma compreensão sobre a natureza e o exercício da Museologia. Isso fica evidente pela forma com que Waldisa estrutura seu pensamento, o que pode ser verificado por seus textos. Ela tem necessidade de situar historicamente a instituição museal, a Museologia e mesmo a carreira de museólogo. Contextualizando-os, sempre o faz também a partir da análise social no presente, apontando meios para modificar algo que analisa, inserindo a si mesma como agente histórica. Como profissional engajada, se empenhou para que seu discurso e sua prática profissional se aliassem.

Diante de uma escrita interdisciplinar, Waldisa Rússio identificou algumas vezes seu trabalho com uma "Sociologia de Museus", conforme se observa no texto "Museologia e Ciências Humanas" em que ela cita pesquisa de sociólogos que se identificam com essa temática, a exemplo mesmo de Bourdieu e de Manfred Eisenbeis (autor de *Eléments pour unes Sociologie des Musées*, In: Bruno, 2010, p. 146). Waldisa também concebeu a noção de "sociologia de museus" como disciplina do Curso/Instituto de Museologia. Era uma das especificidades da grade do curso, mas não seu tema central. Entre a Sociologia e Museologia, Waldisa não teve dúvidas de

---

<sup>190</sup> A relação pouco dinâmica entre o Instituto de Museologia e os demais Cursos da FESP foi uma das fragilidades apontadas por Antonio Augusto Arantes, em parecer emitido para a CAPES no contexto do pedido de credenciamento do Curso. Fonte: Credenciamento do Curso de Mestrado e Doutorado em Museologia. Proposto pelo Instituto de Museologia de São Paulo, Campinas (13/02/1989). Centro de Documentação da Fundação Escola de Sociologia e Política. Coleção Curso de Museologia. Cf. Blezer (2017).

que o campo museológico era o seu lócus de atuação e, mais do que isso, um campo no qual ela tinha contribuição direta.

Retomando a questão do emergente paradigma social, observe-se que este também é referido pela influência vinda da Sociologia:

O próprio movimento da Nova Museologia produziu um "fechamento" artificial em torno de seus militantes, defensores de uma museologia demasiadamente aproximada da sociologia: estes jamais teriam admitido que os ecomuseus foram pensados e implantados sobretudo por museólogos de formação tradicional<sup>4</sup>. O medo da mudança equivale, então, a um medo da perda nesses museus que falam em trabalho social em vez de gestão do patrimônio. (SOARES; SCHEINER, 2009, p. 2)

Como se observa, tal como o pensamento social dos museus, também o pensamento social em Waldisa Rússio costuma ser identificado à Sociologia. Ocorre, segundo compreendo, uma confusão de termos, pois não se trata de um pensamento sociológico, mas sim fundamentado em teoria social, que tem expressão em diversos campos do conhecimento<sup>191</sup>. O exercício disciplinar em questão não era sociológico, era museológico com foco na função social dos museus. Seu ponto de vista tinha menos relação com a Sociologia enquanto disciplina e campo de conhecimento (com autores, métodos, escolas de pensamento e afins) e mais relação com a centralidade da sociedade, conforme sua visão de mundo.<sup>192</sup>

A compreensão atual de que as formulações de Waldisa se encerram numa Sociologia de Museus ou Sociologia da Museologia podem ser meios de circunscrever e reduzir o impacto de sua contribuição ao campo. Do mesmo modo, considerar esse pensamento como sociológico cumpriria o jogo do campo de destituir a legitimidade museológica, afastando-a para outra área de conhecimento, como uma borda do campo. Cria-se uma falsa oposição entre pensamento museológico e pensamento social, sem se levar em conta a projeção que o paradigma social teve no Brasil na década de 1980 e seguintes.

Ainda a respeito da noção de fato museal/museológico, para a análise do campo é tão válido considerar a importância essencial do conceito quanto as estratégias usadas por Waldisa para que este fosse lido e validado. Na dinâmica do

<sup>191</sup> Por exemplo, na História Social, Antropologia Social, Arqueologia Social, Educação etc.

<sup>192</sup> Essa é uma distinção importante e que pode ser exercitada na comparação com outras disciplinas e campos de conhecimento. Por exemplo, ao recorrer a sínteses históricas, algo que Waldisa Rússio fez com frequência, ela não está simplesmente inserindo a instituição numa visão histórica, mas não necessariamente a partir da História enquanto campo de conhecimento. Do mesmo modo, ao recorrer a Paulo Freire, Waldisa não está formulando uma pedagogia de museus, mas pensando sua função a partir de uma visão pedagógica específica.

campo brasileiro, cuja produção intelectual era ainda muito insipiente, num ambiente de poucas publicações e quase nenhuma pesquisa, uma das formas de consagrar uma noção era repercuti-la fora do país, especialmente a partir do ICOM, pela capacidade dessa instituição de por em diálogo agentes e instituições de vários países. O Conselho Internacional, nessa medida, funcionava como uma agência de distinção, de consagração para o campo nacional. Os contatos feitos no exterior, desde o ICOM, mas também fora de seus centros, foram catalisadores de novas ideias e oportunidades profissionais que deram a Waldisa um arcabouço para compreender e agir no campo museológico brasileiro.

A inserção de Waldisa Rússio no campo do pensar teoricamente da Museologia – algo que também deve tê-la influenciado para uma visão sistêmica do campo – foi marcada pela experiência de integrar o grupo de elaboração do *Dictionarium Museologicum*, uma iniciativa de um grupo do ICOM para a definição de terminologia em várias línguas. Ela foi convidada a participar a partir da segunda reunião, por intermédio de Maria Teresa Gomes Ferreira, diretora do Museu da Fundação Calouste Gulbenkian, de Portugal. A museóloga brasileira havia estagiado nessa Fundação e pode ser que venha daí seu vínculo com Maria Teresa. Em razão da elaboração do *Dictionarium*, regularmente entre os anos 1983 e 1986, Waldisa viajou a Vézpre, Hungria, para participar das reuniões de trabalho e, complementarmente, se reunia em Portugal com Maria Teresa, com quem dividiu a responsabilidade pelos verbetes em português.

A sequência desse trabalho trouxe ocasião para observar um conjunto de questões. Primeiro, a autorreferência que dele faz Waldisa, afirmando, sempre quando a ocasião lhe possibilitava – que era a única brasileira convidada a participar. A interlocução que ela estabeleceu e que teve origem no ICOM (já que se tratava de uma produção do Comitê Internacional para Documentação – CIDOC, com a atuação direta do Comitê Húngaro), gerou um legado em função do intercâmbio entre os profissionais.

Outro aspecto importante é que essas viagens, em princípio custeadas pelo Comitê da Hungria, tinham seus percursos estendidos na Europa, ocasionando que Waldisa fortalecesse outros laços profissionais internacionais. Foi neste contexto, por exemplo, que em 1984 ela conheceu o ecomuseu Le Creusot-Montceau-Les Mines, palestrou sobre o projeto do Museu da Indústria e sobre a formação em Museologia em São Paulo<sup>193</sup>. Nota-se o esforço que ela fazia para conseguir apoio de agendas

---

<sup>193</sup> Arquivo IEB-USP, Fundo Waldisa Rússio Camargo Guarnieri, caixa: 002, código do documento: 01.0052.

financiadoras para melhor aproveitar as viagens para visitas técnicas e reuniões. Em seus documentos há pedidos de complementação de passagem e diárias feitos ao CNPQ, à Fundação Calouste Gulbenkian e até mesmo à empresa de aviação Varig.

Mais uma vez destaco como os aspectos materiais eram (e são) elementos indispensáveis na possibilidade desse capital internacional circular. A FESP estava com sérias restrições orçamentárias, as Associações que Waldisa representava não tinham essa disponibilidade financeira e ela, por conta própria, não dispunha de condição pessoal para viajar com essa regularidade. Isso contrasta com a situação dos agentes que estavam no Comitê Brasileiro, que tinham seus traslados assegurados, pela posição oficial de correspondência com o campo internacional, contrasta também com outros profissionais em campo que dispuseram de meios próprios e/ou institucionais.

O *Dictionarium Museologicum* foi lançado em 1986, mas não parece ter tido uma repercussão no Brasil, seja porque foram poucos os exemplares que circularam ou ainda, porque houvesse divergência interna sobre essa autoridade que Waldisa exerceu ao elaborar os verbetes. Também quanto a isso houve dissensos com o Comitê Brasileiro, que se colocou em 1985 como intermediário, chamando para si a competência de fazer uma revisão no trabalho que Waldisa Rússio havia feito. Conforme correspondência enviada por Istvan Éri (que presidia o grupo de trabalho de terminologia ICOM-CIDOC), para Teresa Gomes Ferreira, Fernanda de Camargo Moro solicitou oficialmente a cópia do material para que o Comitê nacional pudesse “revisar o português”<sup>194</sup>. Na ocasião, a ASSPAM (presidida por Waldisa Rússio) escreveu para o presidente do conselho consultivo do ICOM, reclamando que a atitude feria a ética das relações profissionais na área<sup>195</sup>.

Ao escrever o texto publicado em MUWOP em 1981, Waldisa se beneficiou pelo diálogo direto com integrantes influentes do ICOM, que estavam no Comitê Internacional de Museologia. A sua entrada nessa interlocução com o ICOM e ICOFOM se deu pela sua experiência anterior no campo internacional. Destaco que em 1978, por meios que não passaram pelo Comitê Brasileiro do ICOM, Waldisa fez cursos e visitou de forma sistemática vários museus fora do país. Desse contexto derivam também relações que favoreceram que ela fosse convidada a ministrar o curso de Museologia e Museografia no Peru em 1980. Se por um lado ela buscou a independência nessa relação com o campo museológico internacional, também vale lembrar que conjuntamente buscou a aproximação do Comitê Brasileiro do ICOM,

---

<sup>194</sup> Correspondência de István Eri para Teresa Gomes Ferreira. Centro de Documentação da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo. Coleção Curso de Museologia. Caixa 02-06.

<sup>195</sup> Correspondência da ASSPAM para o Comitê Consultivo do ICOM. Centro de Documentação da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo. Coleção Curso de Museologia. Caixa 02-06.

tanto participando de eventos da instituição quanto aproximando-se pessoal e profissionalmente de Fernanda de Camargo Moro. Ao convidá-la para sua banca de mestrado e doutorado, Waldisa abriu esse espaço de contato. Nos dissensos que teve com o Comitê Brasileiro (tão ou mais fartamente documentados que os consensos), Waldisa deixava claro o ímpeto de não conceder ao Comitê o espaço que esse pleiteava para si, de intermediador exclusivo da interlocução internacional. Os documentos a seguir, registram o ímpeto de controle do Comitê e a crítica de Waldisa, regularmente colocada na década de 1980:

Regimento Interno do Comitê Nacional Brasileiro do ICOM

[...]

Artigo 14

A qualidade de membro do ICOM se obtém por inscrição voluntária, sujeita à prévia aprovação do Comitê Nacional Brasileiro.

[...]

Artigo 17

Cada membro individual poderá pertencer além do Comitê Nacional a um Comitê Internacional de sua especialização, sob reserva e aceite da Direção deste Comitê.

Artigo 18

Os membros do Comitê Nacional Brasileiro devem ser membros cooptados em eleições que tenham votação. No caso dos Congressos internacionais, o membro cooptado, sendo apenas um representante geográfico, representativo de uma região na área de especialização do Comitê Internacional, notificar a Direção Executiva do Comitê Nacional Brasileiro ao aceitar sua cooptação<sup>196</sup>.

Em carta de 1989, assinada por Waldisa e dirigida a Lourdes Rego Novaes, a museóloga paulistana afirma o seguinte:

[...]

Gostaria de apontar que [a] referida Circular se choca frontamento com o que ficou decidido na reunião do dia 17, a saber que o Comitê Nacional do ICOM encaminharia aos Coordenadores apontados para os grupos de Trabalho, então criados, as listas dos membros dos Comitês Internacionais, para que eles procedessem à divulgação e estruturação dos Grupos.

[...]

Cabe, aliás, neste momento, reproduzir meus comentários a respeito da Reunião do dia 17, sobre o caráter e a representatividade daquele evento. Recoloco aqui minhas críticas sobre a forma de sua convocação, por circular recebida, ao menos em São Paulo, à véspera da Reunião; sobre sua realização no Rio de Janeiro, unicamente, e sem previsão de participação por carta, o que a tornou um encontro carioca (sendo eu a única pessoa de outro estado presente) com uma presença máxima de 12 membros (o que só revela o progressivo esvaziamento do ICOM obtido pela atual Diretoria.) Relembro ainda as colocações que foram feitas sobre a necessidade de uma maior discussão sobre toda a questão de

<sup>196</sup> Regimento Interno do “Comitê Nacional Brasileiro do ICOM que sucede a Organização Nacional do ICOM-ONICOM e é denominado também Comitê Brasileiro do ICOM”. Centro de Documentação da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo. Coleção Curso de Museologia. Caixa 02-06.

participação no ICOM, seja nos Comitês Internacionais, seja no próprio Comitê Nacional...<sup>197</sup>

Da perspectiva de Waldisa Rússio – que também é afirmada por Maria Célia T. M. Santos – havia uma centralização por parte do Comitê Brasileiro que inviabilizava a participação em pé de igualdade dos demais agentes. Do ponto de vista de ambas, os eventos do Comitê estavam centralizados no Rio de Janeiro. Maria Célia destacou a dificuldade de conseguir verbas de apoio que viabilizassem o deslocamento dos professores e demais profissionais para participar das agendas “nacionais”. Pela documentação de Waldisa Rússio, observa-se a mesma dificuldade. Assim, centralizados territorialmente, o Comitê Brasileiro concentrava também as discussões que fazia, ainda que discursivamente houvesse o compromisso de disseminar os debates internacionais.

Conforme o documento anterior, outra reclamação que Waldisa Rússio expressou em São Paulo (e também foi relatada em documento de Belo Horizonte) era sobre a pouca antecedência nos convites e divulgação dos eventos<sup>198</sup>. Assim, na prática, o suposto esforço de disseminação dos debates internacionais efetivamente não alcançava as demais posições instituídas no campo e essa foi uma queixa com relação ao ICOM-BR, ao longo da década de 1980. Os capitais simbólicos lucrados dessa linha quase exclusiva de relação com o campo internacional não eram distribuídos igualmente no campo, nem se fomentavam as condições necessárias para que circulasse. Tampouco se acessava igualmente no campo as condições (apoios a projetos, a viagens etc.) que sustentam essa distribuição reservada do capital simbólico. O exercício da autoridade de ser a posição em contato com o campo internacional disse respeito não apenas ao controle do que ressoava no campo nacional, mas também a condição quase exclusiva de descrever para fora as noções de museu, Museologia e museólogo em voga no Brasil. Sobre esses aspectos, tanto da perspectiva de Waldisa Rússio como daquela que Maria Célia T. M. Santos<sup>199</sup> exprime contemporaneamente, o controle exercido pelo Comitê Brasileiro era

---

<sup>197</sup> Correspondência de Waldisa Rússio para Lourdes Novaes em 30/05/1989. Centro de Documentação da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo. Coleção Curso de Museologia. Caixa 02-06.

<sup>198</sup> Arquivo IEB-USP, Fundo Waldisa Rússio Camargo Guarneri, caixa: 083, código do documento: 18.0149.

<sup>199</sup> Maria Célia T. M. Santos coordenou o Curso da UFBA em boa parte dos anos 1980. Foi uma das responsáveis pela promoção de duas reformas curriculares (1979 e 1983). Às vésperas de se aposentar da UFBA nos anos 1990, estava em curso a 3ª proposta de alteração do currículo do Curso. Segundo ela conta, os aspectos formais e burocráticos não foram bem sucedidos. Destaca que nesse contexto se ensinou criar uma disciplina em torno dos museus escolares e considera que comparado aos anteriores, este currículo era o que melhor evidenciava a preocupação com a função social dos museus, na forma como se pensava na UFBA nesse momento. Cf. SANTOS, Maria Célia Teixeira Moura. Entrevista concedida a Inês Gouveia. Recife, PE. 08/2017. Entrevista transcrita no Anexo II.



excessivo. Ao responder sobre se ela e seus colegas professores participavam das atividades do ICOM, Santos afirmou:

Não. Não. Eu sentia uma aversão aquela coisa que eu considerava pernóstica... Vai só quem é convidado, quem tem a bolsa e a bolsa era selecionada da forma... De acordo com os trâmites que aconteciam só para os mesmos e etc . Eu não me mobilizava para aquilo, eu dizia não.<sup>200</sup>

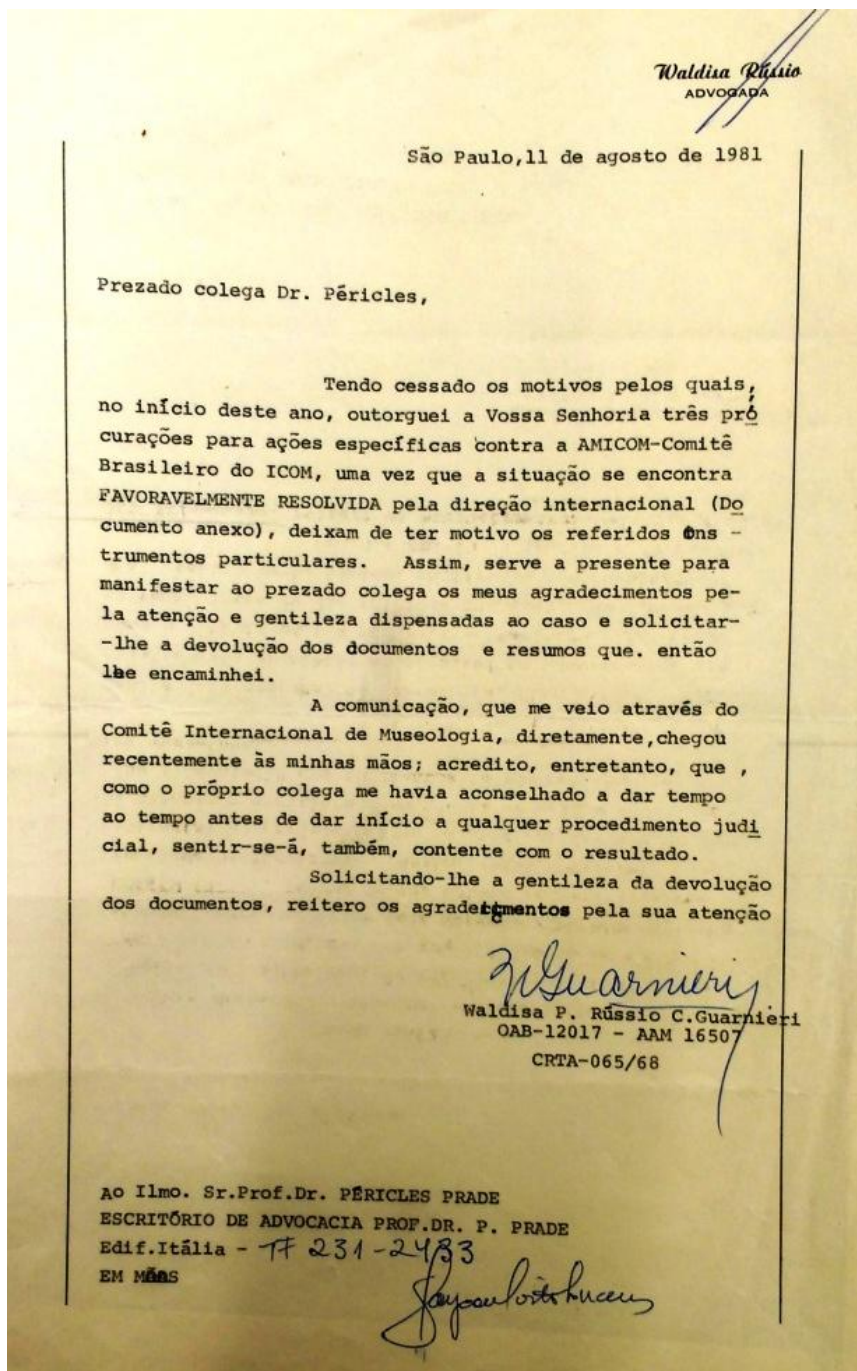
A atitude de Waldisa Rússio, como já foi dito, foi inversa: ela buscou a livre interlocução internacional, não sem enfrentamentos. Em carta escrita por ela para o então presidente do Comitê de Museologia do ICOM, sobre sua indicação para tomar parte no Comitê de Museologia, em 1980, ela relatou que a presidência do Comitê brasileiro havia escrito uma carta ao Secretário de Indústria (a quem estava subordinada) afirmando que ela, Waldisa, não podia aceitar a indicação sem a permissão prévia do Comitê nacional. Assim, ela pediu uma carta de apoio do Conselho Internacional para fortalecer as chances de sua entrada, reduzindo o impacto da intermediação do Comitê brasileiro. Waldisa ainda aproveitou a ocasião para solicitar autorização para traduzir textos do ICOM para os estudantes, afirmando que no Brasil essa possibilidade era exercida exclusivamente pelo Comitê brasileiro. A museóloga paulistana despediu-se assim: “com a esperança de poder trabalhar no Comitê Internacional de Museologia<sup>201</sup>.” Novamente, como no evento envolvendo a ABM e o Comitê Nacional, o ICOM foi chamado à condição de árbitro do campo no Brasil. Conforme o documento a seguir, a estratégia de enfrentamento de Waldisa Rússio não se deu apenas pela mobilização das influências internacionais e, diante de uma atitude combativa, a museóloga paulista teve êxito:

---

<sup>200</sup> SANTOS, Maria Célia Teixeira Moura. Entrevista concedida a Inês Gouveia. Recife, PE. 08/2017. Entrevista transcrita no Anexo II.

<sup>201</sup> Correspondência de Waldisa Rússio para o ICOM em 23/01/1981. Arquivo IEB-USP, Fundo Waldisa Rússio Camargo Guarnieri, caixa: 090, código do documento: 18.0567.

**Figura 40** - Carta de Waldisa para o advogado a respeito de pretensa ação contra o Comitê Brasileiro do ICOM.



Fonte: Arquivo IEB-USP, Fundo Waldisa Rússio Camargo Guarnieri, caixa: 083, código do documento: 18.0171.

Conforme a fonte, a divergência pela centralização chegou a vias de uma ação judicial, que foi contornada pela negociação entre a posição que Waldisa representava, de abertura, e a defendida então pelo Comitê Brasileiro, de controle da interlocução com o Conselho Internacional. Neste documento, há ainda que se

destacar que as "três procurações" se referiam a ações específicas, que provavelmente refletiam em seu argumento a tentativa de obstruir a interlocução dela com o campo externo e quanto ao aceite para a participação de membros no Comitê nacional e internacional.<sup>202</sup>

Mesmo com esse indicativo de entendimento, registra-se em vários documentos posteriores a reclamação de Waldisa sobre o não recebimento de correspondências do ICOM. Ela se queixou repetidamente com agentes externos e alertou Ivo Maroevic de que o pedido de informações sobre instituições de formação em Museologia no Brasil não havia chegado até ela:

Não recebi nenhuma informação sobre sua circular de 1979. Só agora meus amigos do Comitê Americano do ICOM...me enviaram sua amável carta de junho passado [...] Eu lamento porque mais uma vez o Comitê brasileiro não circulou a informação entre seus membros. Eu te envio, em anexo, meu próprio currículo com as informações resumidas do curso de Museologia...e envio nomes e endereços de profissionais brasileiros que lhe serão uteis..."<sup>203</sup>

Por essa correspondência Waldisa remeteu nome e endereço de profissionais e instituições. Alguns exemplos: do Rio de Janeiro, Gabriela Pantigoso, Solange Sampaio Godoy, e o Curso de Museologia da UNIRIO; da Bahia, Maria Célia T. Moura Santos; Recife, Fundação Joaquim Nabuco. Fica registrado assim seu interesse em descentralizar – o mais amplamente possível – essa interlocução concentrada no Comitê Brasileiro.

Um interlocutor recorrente sobre essa divergência no campo foi Gaël de Guichen, que Waldisa conheceu em evento organizado pelo Comitê Brasileiro em 1979, no Rio. Durante a década de 1980, ele esteve no Brasil por pelo menos duas vezes a convite de Waldisa Rússio. A interlocução dos dois foi constante e as cartas evidenciam uma proximidade pessoal, com notícias cotidianas de ambos os lados e opiniões sobre as relações no campo. É fundamental considerar que a proximidade com Gaël de Guichen e a interlocução com outras pessoas influentes no ICOM, UNESCO e, nesse caso, no ICCROM, facilitaram que Waldisa Rússio estabelecesse uma influente rede de relações nacional. Em 1983, por exemplo, o CECOR agradeceu a ela a intermediação para que Gaël participasse de curso nessa instituição, em Belo

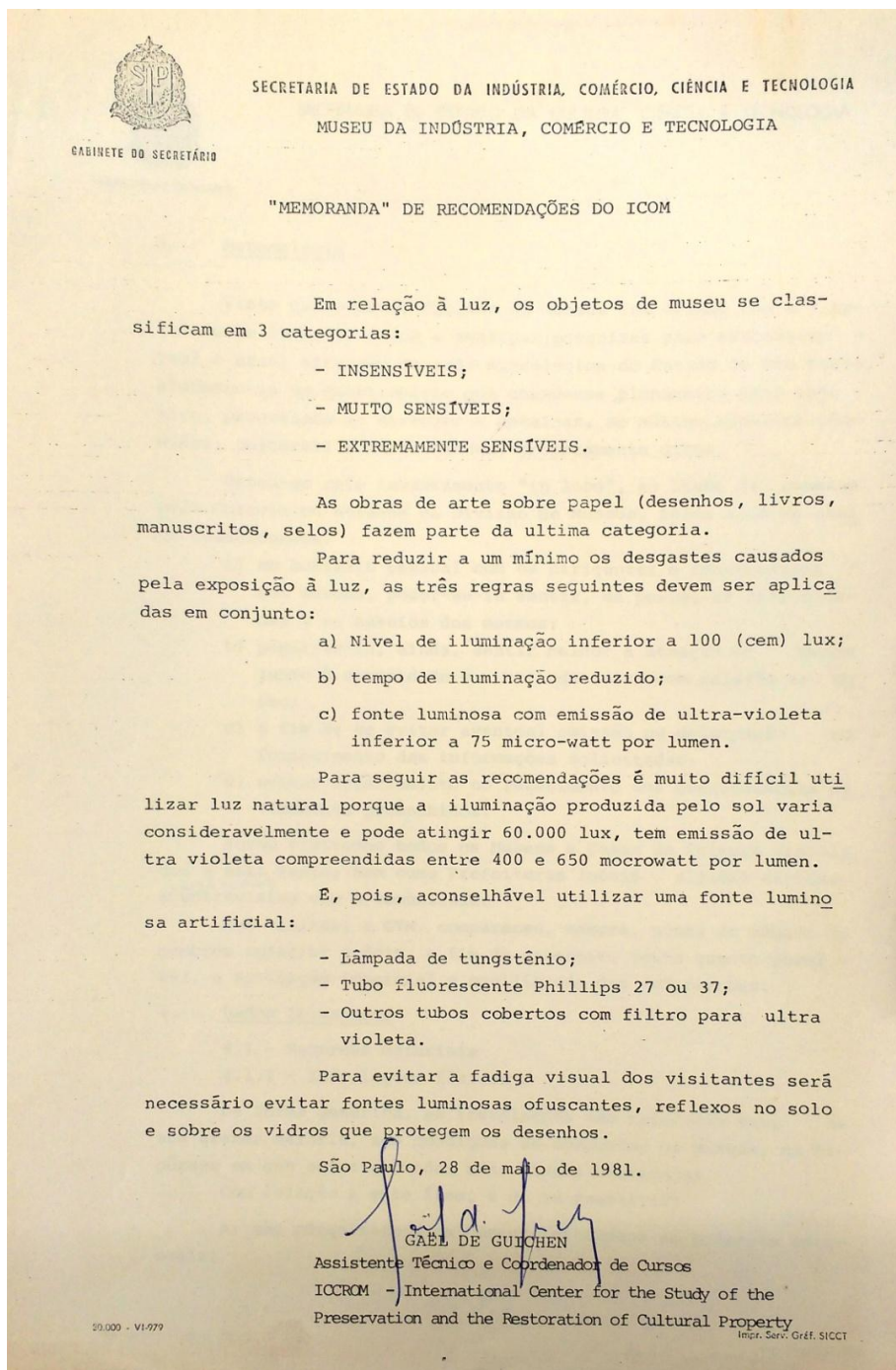
---

<sup>202</sup> Neste documento, observa-se que Waldisa Rússio se colocou como "colega" advogada, usando um papel de carta exclusivo (que não figura na comunicação com o campo museológico), transmigrando esse capital simbólico.

<sup>203</sup> Correspondência de Waldisa Rússio para Ivo Maroevic em 15/09/1981. Fundo Waldisa Rússio Camargo Guarneri, caixa: 085, código do documento: 18.0309.

Horizonte, MG. Nesse documento, a então coordenadora do Centro escreveu que desejava favorecer o intercâmbio com o Curso de Museologia.<sup>204</sup>

**Figura 41** - Parâmetros técnicos recomendados pelo Museu da Indústria, Comércio e Tecnologia.



Arquivo IEB-USP, Fundo Waldisa Rússio Camargo Guarnieri, caixa: 085, código do documento: 18.0249.

<sup>204</sup> Correspondência de Beatriz Ramos de Vasconcellos Coelho, Coordenadora do CECOR, para Waldisa Rússio em 03/06/1981. Arquivo IEB-USP, Fundo Waldisa Rússio Camargo Guarnieri, caixa: 085, código do documento: 18.0294.

Favorecida com a relação pessoal e profissional com Gaël, Waldisa conferiu legitimidade ao aspecto técnico de sua posição, fosse citando-o, traduzindo e publicando seus textos ou ainda, utilizando seu parecer para reclamar uma conduta técnica no contexto da administração pública em SP<sup>205</sup>.

Outro aspecto particular da relação que Waldisa nutriu com expoentes do campo internacional foi a oportunidade de receber seus textos com exclusividade. Essa interlocução objetiva foi ainda reforçada por sua participação em muitos eventos internacionais, a partir dos quais ela também trazia para o Brasil os conteúdos tratados, inéditos no debate nacional, não exatamente pelos seus temas, mas certamente pelas visões defendidas por dentro do campo. É importante considerar que a interlocução sistemática com o campo internacional não apenas ampliou as condições de Waldisa Rússio atuar profissionalmente no Brasil como alterou a condição de outros profissionais acessarem os debates feitos em outros países. O impacto disso é considerável, uma vez que muitos desses agentes trabalhavam na formação e com frequência comunicavam suas visões de Museologia nos eventos da área. Conforme destacou Maria Célia T. Moura Santos:

Com a chegada de Waldisa e com a interlocução que Waldisa começa a ter com os pensadores europeus e etc, Waldisa começa a participar começa a ir para os encontros e Waldisa trazia as informações. Quem me apresentou aos textos de Ana Gregorová, de Stránský e etc foi Waldisa. Ela dizia: “Olha Maria Célia, lê. Eu vou mandar uma cópia para você pelo correio.” E ela sabia das minhas inquietações. Ela sabia como eu queria transformar essa prática museológica. Então ela me alimentava.<sup>206</sup>

Mais que destacar a centralização do ICOM-BR, Maria Célia afirmou que essa possibilidade do diálogo sobre a Museologia só passou a existir para o Curso da UFBA a partir de 1982, quando ela e Waldisa Rússio se conheceram, na Fundação Joaquim Nabuco.

Além do realce dado a influência de Waldisa Rússio como ponte para o debate internacional, na UFBA o exercício da noção da Museologia esteve também fundamentalmente influenciado pelas práticas em Educação, alinhada a perspectiva freireana e, nessa direção, também conferindo importância central à participação da população envolvida nas ações dos museus. O que se passa na UFBA evidencia também que o campo nacional não é – nem precisa ser – produto do campo

<sup>205</sup> Arquivo IEB-USP, Fundo Waldisa Rússio Camargo Guarneri, caixa: 085, código do documento: 18.0320.

<sup>206</sup> SANTOS, Maria Célia Teixeira Moura. Entrevista concedida a Inês Gouveia. Recife, PE. 08/2017. Entrevista transcrita no Anexo II.

internacional e, especialmente de apenas um núcleo irradiador no campo internacional, a exemplo do ICOM. Na interlocução com outros campos do conhecimento (e, mais do que isso, com outros agentes que extravasam seus campos de conhecimento, como é o caso de Paulo Freire), foi possível à UFBA se ligar no debate da função social dos museus. Isso novamente faz ver como esses profissionais (do campo museológico, do patrimônio, da Educação, sociológico etc.) estavam atentos a mudanças de paradigma que produziu a necessidade de reconhecimento do saber que está fora dos ambientes formais. Evidencia também como não havia – e não há – apenas um fluxo de pensamento que passe necessariamente por dentro do campo e de seu controle.

De volta à atuação de Waldisa Rússio, e reforçando o argumento já apresentado nesta tese, Waldisa esteve, desde o início da década de 1980, na vanguarda do debate sobre a Museologia ensinada, seus métodos, funções, objetivos e objeto. Durante toda a década 1980, ainda que outras brasileiras estivessem nessa interlocução com o ICOM, Waldisa Rússio era a única considerada autoridade para debater aspectos teóricos. Essa condição foi legitimada, por exemplo, por Vinos Sofka. Em correspondência enviada para ela, em nome do ICOFOM, ele pediu que Waldisa fosse uma das 10 especialistas responsáveis por preparar o material de base para os debates de um Colóquio, organizado em parceria com o ICTOP, no contexto da Assembleia Geral do ICOM em 1983 (Londres)<sup>207</sup>. A condição de autoridade transparece em outras correspondências com profissionais estrangeiros, que a buscaram às vezes por ela mesma, sem recorrer a mediação das instituições que Waldisa representava. Em carta enviada em 1988, Susan Perce, da University of Leicester, por exemplo, pede a Waldisa que emita sua opinião a respeito de uma aluna brasileira que requeria a matrícula na pós-graduação da instituição inglesa. Nas palavras formais da remetente, as opiniões de Waldisa seriam tratadas com confiança pelos profissionais estrangeiros.<sup>208</sup>

O destaque profissional de Waldisa Rússio se dava num contexto adverso, se tivermos em conta que o Curso/Instituto de Museologia da FESP, dirigido por ela, era visto com ressalvas no Brasil, tanto por ser de pós-graduação, quanto pelos percalços para a regularização e certificação junto ao MEC. Naquele contexto dos anos 1970-1980 a Fundação estava enfraquecida financeiramente, quanto a sua estrutura física e em termos de seu prestígio. Paradoxalmente, esses contratempos davam também a

---

<sup>207</sup> Arquivo IEB-USP, Fundo Waldisa Rússio Camargo Guarnieri, caixa: 086, código do documento: 18.0374.

<sup>208</sup> Arquivo IEB-USP, Fundo Waldisa Rússio Camargo Guarnieri, caixa: 089, código do documento: 18.0511.

Waldisa certa autonomia para falar em nome do Curso e mesmo em nome da FESP. Com isso, em interlocução com profissionais brasileiros e estrangeiros, por própria iniciativa – e aparentemente sem a necessidade de consultar seus superiores formais – fazia convites para que fossem a São Paulo ministrar aulas e disciplinas. Independente da efetividade dos convites, só a promessa já a colocava em condição de intercambiar ideias, publicações, cartas e afins com os profissionais em questão. Deste modo, não foi apenas a noção de Museologia de Waldisa que foi internacionalizada, mas também o próprio Curso, que sendo divulgado no exterior, recebia tanto o contato e presença de profissionais de fora para ministrar aulas, quanto de alunos estrangeiros que buscaram a formação em mestrado ou doutorado. Em uma das evidências sobre a circulação desse capital, uma profissional portuguesa, da área de Química corresponde-se com Waldisa, manifestando o interesse em vir ao Brasil cursar o mestrado em Museologia. Afirma que tomou conhecimento sobre o Curso a partir do ICCROM<sup>209</sup>. Além da projeção da formação, observa-se como o elo de difusão das informações era a própria Waldisa, pois, com raras exceções, era para ela diretamente que os profissionais e pretensos alunos escreviam. Outro aspecto importante para se analisar é a influência que ela obteve mesmo na fronteira do campo, como é esse o caso, já que a indicação foi dada por meio do ICCROM.

O prestígio advindo da relação de respeito fora do país pode ser observado por meio de vários documentos. Alguns desses registram também o movimento da museóloga para disseminar suas publicações. Ela tanto recebia pedido para envio de publicações, textos e materiais do Museu da Indústria e do Curso de Museologia quanto os remetia por correio. Há correspondências com vários países e instituições, a exemplo de Espanha, França, Portugal, México, Peru, Venezuela, Costa Rica e vários outros. Também no Brasil, há evidências dessa distribuição amadora, especialmente em São Paulo. Em correspondência, especialmente para fora do Brasil, também se observa que Waldisa Rússio remetia nomes, telefones e endereços de profissionais e instituições no Brasil. Há, assim, a partir da posição waldisiana uma expressiva rede de distribuição de conteúdos e contatos no campo museológico. Outro exemplo a esse respeito se tem com a correspondência de Mathilde Bellaigue, que em 1990, lhe remeteu um texto seu, inédito<sup>210</sup>.

---

<sup>209</sup> Arquivo IEB-USP, Fundo Waldisa Rússio Camargo Guarnieri, caixa: 089, código do documento: 18.0508.

<sup>210</sup> Arquivo IEB-USP, Fundo Waldisa Rússio Camargo Guarnieri, caixa: 086, código do documento: 18.0349.



Em campos como o campo científico, intelectual etc., as publicações são meios importantes de registrar um pensamento, mas fundamentalmente, de fazê-lo circular. Num contexto de pouca produção, identificamos como Waldisa Rússio lucrou esse capital simbólico e o colocou em circulação nas trocas também simbólicas do campo. Ela dispôs indiretamente dos meios de produção desse capital, em razão do apoio obtido pelas instituições. Uma confluência de fatores subjetivos – como a sua capacidade de escrever e sintetizar assuntos de interesse do campo – com fatores bastante objetivos, como uma boa rede de relações com capital para fazer publicar e distribuir.

**Figura 42** - Revista de Museologia da FESP, publicada em 1989.



REVISTA DE MUSEOLOGIA. São Paulo: Instituto de Museologia de São Paulo – Fundação Escola de Sociologia e Política, n. 1, 2º semestre de 1989, ISSN 0103-2607.

Além desta publicação da FESP, Waldisa publicava desde a década de 1970 no Boletim da Casa Brasileira. Há muitos artigos e notas em jornais, principalmente O Estado de São Paulo e a Folha de São Paulo. Nisso, se reforça seu interesse em comunicar os aspectos da Museologia, da ideia de preservação e dos valores envolvidos nesse processo para fora do campo, debatendo também com “não-museólogos”. A esse respeito, Chagas comentou:

Eu fico pensando que força tinha essa mulher para publicar textos desse tipo em jornal de grande circulação em São Paulo. Então, o que significa que ela tinha lá uma entrada bastante forte. Então não é



tão simples assim. Eu fui seguindo um pouco essas pegadas... Botei artigos no Jornal do Brasil, botei artigos no jornal de letras, botei artigo no Globo. Eu falava: “Bom vou seguir esse caminho” Mas ela tinha uma força muito grande, dela emplacar artigos com aquela qualidade, aquela discussão. Eram coisas importantes<sup>211</sup>.

O Museu da Indústria – dotado de uma situação formal de criação – também ocasionou a Waldisa meios de publicar sua tese e trabalhos de outros autores. Livros que conforme observei foram distribuídos em São Paulo e no Rio de Janeiro (para a Biblioteca do MHN, a Biblioteca Nacional, para o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia). Waldisa publicou artigos em revistas, a exemplo do “Cadernos Museológicos”<sup>212</sup> e as publicações do ICOM, como dito antes. Em seu depoimento, Chagas destacou que em sua compreensão Waldisa estava organizando uma publicação de seus textos e acrescentou:

A Waldisa fez o seguinte, ela organizou para mim, ela me deu, uma coisa assim encadernada com muitos textos dela.

[...]

Muito além disso, a Waldisa, assim como a Célia [Maria Célia T. M. Santos], ela tinha um hábito de ir para seminários e circular o texto que ela fazia. Não tinha essa mesquinha de guardar, de não expor, pelo menos para algumas pessoas... Mesmo que não oferecesse para todos... Mas eu recebi vários textos. A Waldisa era a pessoa que mais publicava.<sup>213</sup>

Com essa atitude, Waldisa explorou uma condição micro e macro de fixar suas ideias, de instigar o debate, de se fazer lida dentro e fora do campo. Combinou seus interesses estratégicos de interlocução com os pares, carentes e desejosos dessa interlocução, com seu desejo de contribuir para a produção de um conhecimento museológico mais autoral, que espelhasse mais as circunstâncias da realidade brasileira.

Como dito anteriormente, Waldisa Rússio dispôs da sua biblioteca particular, como capital nessa “repercussão do conhecimento” escrito. Essa biblioteca, que foi também doada ao Instituto de Estudos Brasileiros, com mais de 1600 livros, de diversos temas (Arquitetura, Economia, Administração, Urbanismo, Preservação, Literatura, Antropologia, Educação...). Na área de Museologia, há expressão do

<sup>211</sup> CHAGAS, Mario. Entrevista concedida a Inês Gouveia. Rio de Janeiro, RJ. 11/2017. Entrevista transcrita no Anexo II.

<sup>212</sup> Publicação do SPHAN, de 1989, que teve Mario Chagas na organização. Cf. CHAGAS, Mario. Entrevista concedida a Inês Gouveia. Rio de Janeiro, RJ. 11/2017. Entrevista transcrita no Anexo II. Texto republicado em Bruno (2010a, v.1).

<sup>213</sup> CHAGAS, Mario. Entrevista concedida a Inês Gouveia. Rio de Janeiro, RJ. 11/2017. Entrevista transcrita no Anexo II.

conhecimento técnico, sobre prataria, conservação de tecido, ourivesaria, escultura, obras raras, indumentária, fotografia e também sobre semiótica, ciência, história da ciência e metodologia científica, estudos de público. Há livros e catálogos de museus de diversas partes do mundo. Esse era o material utilizado como base para as suas aulas na FESP e para a orientação dos alunos e seus trabalhos e pesquisas. Conforme contou Inês Coutinho:

Ela gastava muito dinheiro com a Museologia. Então, por exemplo, xerox, essas coisas, ela que fazia, o Curso não dava um tostão. Ela tinha uma conta numa casinha de xerox lá perto da casa dela e era uma fortuna!<sup>214</sup>

Com essas fontes se observa como Waldisa Rússio fazia uma produção e divulgação ativa. Não se trata apenas de uma estratégia potente para reverter o acesso limitado a outros capitais. Waldisa Rússio tinha também uma intenção de diálogo, de troca de ideias, algo casado com sua atitude professoral.

De volta a questão do espaço de projeção que Waldisa dispôs com a interlocução por meio do ICOM, é importante frisar que ela defendia a Museologia, como uma "ciência em construção". Do ponto de vista teórico, há por essa via o desejo de formulação de um rigor metodológico, sobre o qual se pode apenas inferir, já que ela não desenvolveu essa reflexão de modo mais aprofundado. Nos textos que tomamos por base para a tese, Waldisa defende a cientificidade nos seguintes termos:

A Museologia é uma ciência nova e em formação. Ela faz parte das ciências humanas e sociais. Possui um objeto específico, um método especial, e já experimenta a formulação de algumas leis fundamentais. (RÚSSIO, 1981, In: BRUNO, 2010a, p. 123)

....considerando-se a relação homem-objeto, a Museologia inscreve-se entre as ciências do espírito, se levarmos em conta a divisão tripartida das ciências (lógicas e matemáticas; da natureza; do espírito) e, mais nitidamente, uma ciência do homem e da sociedade. (RÚSSIO, 1983, In: BRUNO, 2010a, p. 129)

Além do desejo de conferir um método ao pensamento museológico e, por essa associação, conferir um valor de rigor científico, em termos da vida das relações em campo, é importante considerar que a cientificidade tinha suas vantagens estratégicas. Primeiro porque aproximava a Museologia discursivamente de outros campos do conhecimento e essa etiqueta remetia, como ainda remete (especialmente num senso comum) a um conhecimento objetivo, aferível, reproduzível, metodologicamente

---

<sup>214</sup> COUTINHO, Inês. Entrevista concedida a Inês Gouveia. São Paulo, SP. 03/2017. Entrevista transcrita no Anexo II.

estabelecido e assimilado como verdade). Enquanto disciplina pouco estabelecida diante das demais (conforme os preconceitos que Maria Célia T. M. Santos comentou sobre o início do curso da Bahia), alicerçar o conhecimento museológico num estatuto científico significava também disputar esse espaço de prestígio junto a esses outros campos. Do ponto de vista prático, vale lembrar que também favorecia o acesso às poucas linhas de fomento disponíveis, (por exemplo junto à FAPESP e ao CNPQ), que no país eram evidência do ensejo e do discurso em prol do desenvolvimento da ciência.

Ocupando-se da Museologia enquanto área de conhecimento estruturado no Brasil, Waldisa também participou da elaboração da carta que em 1985 foi entregue ao CNPQ solicitando seu aporte à política museológica. O histórico de interlocução com a instituição lhe rendeu a possibilidade prática de conceber o projeto da Estação Ciência de São Paulo. Em função desse projeto e de suas relações, também realizou assessoria para o Ministério da Cultura para a elaboração do Museu Ciência e Técnica, em Belo Horizonte (MG). Ambos os casos estavam conectados com o ensejo de divulgação da produção científica brasileira. Na proposta museológica preliminar para São Paulo, Waldisa defendeu a ideia de que o Centro de Ciência fosse um museu de ciência, que tivesse como objeto o experimento científico. Essa iniciativa se ligava, na perspectiva de Waldisa, à necessidade de valorização de múltiplas formas de conhecimento – que não apenas o acadêmico – ao alcance social da ciência e à necessidade de extroversão do conhecimento científico:

...vivemos ainda a tentativa de superação de entraves à nossa independência econômica, política e cultural, a qual necessariamente passa pela superação da dominação científica e tecnológica. Essa independência está íntima e essencialmente ligada à comunicação do conhecimento científico e tecnológico e da formação de novas, mais numerosas e mais intensas vocações na área. Daí o projeto museológico estar vinculado, também a esse compromisso, dentro de uma metodologia clara de pesquisa/conhecimento/ação. (RÚSSIO, 1986, In: BRUNO, 2010a, p. 294).

Para arrematar esse aspecto da cientificidade (o que por si pode render reflexões e pesquisas mais pontuais futuramente) é fundamental ter em conta que Waldisa esteve durante toda a década de 1980 funcionalmente ligada em São Paulo à Secretaria de Indústria, Comércio, Ciência e Tecnologia. É bastante provável que ela tenha buscado um ponto de contato entre essa Secretaria e o seu fazer museal pela via da indústria (com o Museu da Indústria e iniciativas afins) e pela da ciência. Essa ligação, embora não pareça fornecer um condicionante em termos da cientificidade da Museologia, auxiliava inclusive em termos práticos as justificativas e autorizações para

que Waldisa se ausentasse da Secretaria. Ela encontrava na cientificidade da Museologia e na temática do Museu da Indústria (mesmo quando o projeto já não tinha mais apoio) redutos seguros e autorais para transitar dentro e fora do campo museológico.

Ao longo da década de 1980 os profissionais (incluindo professores) do Rio de Janeiro, da Bahia e de São Paulo se encontraram para unir esforços para a regulamentação da profissão. Observando os eventos em que Waldisa esteve, fica explícito que neles debateu assuntos variados, inclusive sobre formação. Ainda que houvesse um distanciamento físico (e a partir das posições em campo e uma discordância quanto a validade da formação em pós-graduação), houve ocasiões de encontros e neles confrontos entre as posições defendidas. Waldisa Rússio exprimiu o dissenso necessário para desnaturalizar visões sobre o perfil da formação, dos cursos e dos museólogos.

O perfil de formação é um dos aspectos mais evidentes da discórdia entre as posições em campo. Os entrevistados salientaram que Waldisa Rússio fazia uma defesa aberta pela pós-graduação como o nível e formato que considerava mais adequado. Nisso ela considerava a maturidade do profissional, que na sua perspectiva precisava de uma base de formação para ser capaz de refletir sobre as complexidades do campo. A possibilidade de pesquisa também era outro aspecto que reforçava para ela o valor da pós-graduação, ligando-se isso também a sua própria experiência como profissional pós-graduada. Santos destacou sobre isso que a defesa desse nível de formação era influência daquilo que ela testemunhava fora do país<sup>215</sup>. Em texto da década de 1980, Waldisa afirmou o seguinte:

...cabe-me enfatizar que o estudo científico da Museologia exige, cada vez mais, o trato *interdisciplinar* que, na atual conjuntura do ensino brasileiro, só me parece viável e exequível em nível de pós-graduação, quando os estudantes já possuem domínio de uma disciplina, na qual estão “formados”.  
Entretanto, por questão de honestidade, devo deixar claro que não foi apenas essa convicção que nos levou a empreender a instalação de cursos pós-graduados para a formação de *museólogos*. (RÚSSIO, In BRUNO, 2010a, p. 234)

Com o destaque dado por ela nesta comunicação, explicita-se que a defesa pela pós-graduação estava estruturada nos aspectos do conhecimento museológico e do perfil de profissional que Waldisa desejava formar. A decisão por este formato, no entanto, se dava por uma contingência de fora do campo, que inviabilizava a abertura de curso

<sup>215</sup> SANTOS, Maria Célia Teixeira Moura. Entrevista concedida a Inês Gouveia. Recife, PE. 08/2017. Entrevista transcrita no Anexo II.

de graduação. Waldisa (In BRUNO, 2010a) citou que em 1977 o MEC se manifestava contrariamente à abertura de novos cursos, aludindo aos problemas vividos na Bahia para a obtenção da certificação junto ao Ministério. A explicitação de que a pós-graduação não era apenas uma “convicção” também se dá pela observação do projeto de curso de Museologia anteriormente mencionado, que ela estruturou com Rossine C. Guarnieri em 1975 e que, como dito anteriormente, pretendia formar nos três níveis: técnico, graduação e pós-graduação.<sup>216</sup>

De qualquer modo, como vocação ou como contingência, esse perfil pós-graduado criou uma circunstância específica em São Paulo, conforme analisa Léa Blezer (2017). A esse respeito, a autora observou que o Curso/Instituto centrava mais esforços no estímulo a uma condição reflexiva sobre museus, patrimônio e Museologia e menos nos conhecimentos técnicos aplicados aos cuidados com o acervo. Como na perspectiva waldiseana não há separação entre teoria, técnica e prática, a formação pós-graduada visava suprir um perfil profissional que a museóloga identificava em São Paulo. Esse perfil carecia de conhecimentos técnicos, mas estruturados nos conhecimentos humanos e sociais. Em termos da grade do curso da FESP, pode-se observar, entretanto, uma busca pela composição entre esses dois aspectos, conforme a tabela com a matriz de disciplinas para os três períodos, anteriormente mencionada. Havendo uma demanda de conhecimento técnico em São Paulo, a Museologia ensinada visava também interferir nessa prática. Há evidências dessa preocupação técnica em publicações que ela organizou, a exemplo do volume “Notas sobre o mofo nos livros e papéis”, de autoria de Alice Camargo Guarnieri, da Coleção Museu e Técnica, organizada por Waldisa. Esse perfil de formação não ficou restrito ao Curso/Instituto da FESP. Conforme contou Inês Coutinho, na década de 1980 Waldisa Rússio lecionou periodicamente num Curso de pós-graduação lato senso de Museologia que foi criado em Belo Horizonte, com a sua influência direta<sup>217</sup>.

Considerando que Waldisa Rússio também era administradora – pela prática profissional no Estado com registro no Conselho de Administração – sua Museologia também estava aliada à atividade de gestão do museu, enquanto instituição de interesse público. Os projetos que ela desenvolveu – e há documentos quanto a isso que podem ser consultados no fundo do IEB – apresentam informações bastante completas, com projeção orçamentária, quadro de pessoal, aspectos arquitetônicos, diante de necessidades da conservação e da exposição e, além disso, a parte mais conceitual, algo análogo ao que são hoje os planos museológicos enquanto

<sup>216</sup> Conforme explicitado no capítulo 3. Projeto de 22 de fevereiro de 1975. Arquivo IEB-USP, Fundo Waldisa Rússio Camargo Guarnieri, caixa: 122, código do documento: 37.0009.

<sup>217</sup> Conforme Inês Coutinho contou, o Curso funcionou durante um ano. COUTINHO, Inês. Entrevista concedida a Inês Gouveia. São Paulo, SP. 03/2017. Entrevista transcrita no Anexo II.

ferramenta de gestão. Maria Cristina Oliveira Bruno destacou o envolvimento que Waldisa propunha aos alunos e ex-alunos na participação de elaboração de projetos na década de 1980<sup>218</sup>. Há também exemplos disto, como a participação de Marília Xavier Cury na Estação Ciências de São Paulo (CNPQ) e de Inês Coutinho em outros projetos junto a Waldisa. Na compreensão de Cristina Bruno, Waldisa tinha em mente a possibilidade de ampliar a viabilidade do Curso/Instituto da FESP (diante de problemas financeiros, inclusive) por meio da elaboração de projetos de museus.

Outro aspecto que se deve ter em conta sobre a Museologia do fato museológico, como área de conhecimento, é que ela tem uma correspondência com a área de trabalho do museólogo. Pretendeu formar profissionais aptos a interferirem no cenário museal em que atuavam, criando novas práticas de museus e formulando estratégias de atuação refletidas em políticas públicas. Isso também estava relacionado à exortação da pesquisa, como meio de se promover análises mais profundas sobre o contexto museal. No projeto de Waldisa estava o desejo de formar profissionais que conhecessem e interferissem na realidade, o "trabalhador social" (RÚSSIO, In: BRUNO, 2010).

Os problemas enfrentados pela FESP na década de 1980, a exemplo da crise financeira e a perda de prestígio, refletiram-se diretamente no Curso/Instituto de Museologia. Com a saída de Antonio Rubbo Muller (que fora orientador de Waldisa) da direção da instituição, a Museologia também perdeu espaço interno, o que se observa pelos memorandos trocados entre Waldisa e outros profissionais da Fundação. Com a criação do Instituto e com a regulamentação da profissão de museólogo, era necessário obter autorização juntos à CAPES para que os alunos formados, com créditos de mestrado e doutorado, fossem reconhecidos perante as normativas dos conselhos de Museologia que passaram a ser criados. Com o regime de créditos, além de cursar os ciclos letivos, os alunos podiam escrever um trabalho de conclusão de curso, com acompanhamento e orientação, serem avaliados perante uma banca e receberem o título de mestre. Esse procedimento era conforme o perfil de formação da FESP, que em sua trajetória já se destacava pelo ensino de pós-graduação e era semelhante àquele que Waldisa havia passado no mestrado e doutorado. No entanto, em documentos da ASSPAM e da FESP se afirma que poucos alunos completaram esse ciclo e, nessa condição, a grande parte obteve o nível de especialização, mas não o de mestrado e doutorado.

---

<sup>218</sup> BRUNO, Maria Cristina Oliveira. Entrevista concedida a Inês Gouveia. Rio de Janeiro, RJ. 10/2016. Entrevista transcrita no Anexo II.

O Curso de Museologia da FESP passou por uma crise de confiabilidade a partir desse período. As atas da ASSPAM registram a inconveniência criada já que profissionais que haviam cursado não teriam direito a requerer o título de museólogo. O dissenso com os demais profissionais paulistas, cuja fala se apurava por meio da ASSPAM, enredou Waldisa em uma situação delicada porque era dela em primeira instância o compromisso com esses profissionais. Num duplo papel enquanto ainda integrava a ASSPAM, Waldisa contava com certo apoio institucional, mas também, presente nas reuniões da Associação, era o centro das solicitações e cobranças relativas à FESP. Conforme registrou a ata da ASSPAM, em 07 de maio de 1986:

Cristina Bruno relatou à Coordenadora do Instituto de Museologia de São Paulo, Waldisa Rússio, os problemas causados pelo não credenciamento do curso até o momento, as críticas que estão chegando à associação quanto ao nível de ensino...

[...]

Waldisa Rússio disse que o curso não é mais uma pessoa como antes, que agora há uma equipe, é um projeto maior, que está melhor do que antes e quer formar docentes...

[...]

Marcelo Araujo levantou a dificuldade em se conseguir os certificados de crédito do mestrado, já que no ano passado todo se (sic) tentou consegui-lo com o diretor da FESP e com a diretora da Escola Pós-Graduada, sem resultados. Levanta a necessidade de se fazer um abaixo assinado dirigido ao presidente do Conselho da FESP; que o credenciamento é muito importante e o Curso de Museologia apresenta problemas de estruturação, de formação dos profissionais. Waldisa Rússio concordou em que se leve o problema ao presidente da FESP e acha que o Curso está com um déficit muito pequeno e que se pode reivindicar uma melhor infraestrutura.

[...]

Cristina Bruno disse ser importante o credenciamento do Curso... e se a ASSPAM for procurada em relação a esses assuntos, orientará os ex-alunos como agir, mas não participará mais por ser assunto específico, não de todos associados.

Waldisa Rússio disse que a Associação não deve se afastar do assunto, sendo importante sua participação.<sup>219</sup>

Os efeitos da questão no campo foram negativos. A formação em Museologia a partir de Waldisa Rússio ficou asfixiada pela impossibilidade do Instituto/FESP de dar encaminhamentos práticos para os problemas do Curso, especialmente quanto a professores e estrutura. O contexto também serviu para o posicionamento de outros agentes no campo, que marcavam posições contrárias que novamente extravasaram o aspecto simbólico em torno da disputa conceitual sobre museus e seus conteúdos. Intervindo na questão, não como agente para a busca de soluções, mas como agente

<sup>219</sup> Ata da Associação Paulista de Museólogos de 07/05/1986. Fonte: Centro de Documentação da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo. Coleção Curso de Museologia. Caixa 01-06.

de controle, a Associação Brasileira de Museologia instou o Conselho Federal de Educação/MEC para se pronunciar sobre o Curso. Conforme os documentos a seguir:

**Figura 43** - Diligência do Conselho Federal de Educação a respeito do Instituto de Museologia de São Paulo.

*Dr. Cristina Bruno*

CLN APRECIADO  
 Objeto A Licenciatura do Psicólogo  
 16-3-88 Secretário: *[Assinatura]* *Plucio*

INTERESSADO/MANUTENTORA	ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE MUSEOLOGIA RJ		UF
ASSUNTO	SOBRE CURSO DE PÓS GRADUAÇÃO EM MUSEOLOGIA DO INSTITUTO DE MUSEOLOGIA DE SÃO PAULO		
RELATOR: SR. CONS.	WALTER COSTA PORTO		
PARECER Nº	230	CÂMARA OU COMISSÃO	APROVADO EM 16 MAR 1988
		PROCESSO Nº 23001.000214/87-60	

1 - RELATÓRIO

Presidente da Associação Brasileira de Museologia, Fernando Meneses de Moura se dirige a este Conselho, dizendo ter tomado conhecimento da existência de curso de Pós Graduação em Museologia do Instituto de Museologia de São Paulo e solicitando se informe

- se o referido curso é reconhecido pelo CFE
- se aos seus diplomados cabe o título de Museólogo.

Nos termos da Resolução CFE nº 5/83, o pedido de credenciamento de cursos de pós graduação somente será examinado por este Conselho quando "houver sido precedido por um período de funcionamento experimental do curso com duração mínima de dois anos" e estiver "sob permanente acompanhamento pelos órgãos do Ministério da Educação responsáveis pela pós-graduação", aos quais deverá ser comunicado o início de seu funcionamento.

Em diligência, o Relator propôs se indagasse ao MEC se foi comunicado o início de funcionamento de qualquer dos cursos de pós-graduação sob a responsabilidade do Instituto de Museologia de São Paulo; e à Delegacia do 1º. Ministério, em São Paulo, se, em atendimento ao disposto no § 1º do art. 5º da mencionada Resolução CFE nº 5/83, os alunos matriculados durante o período experimental de qualquer dos cursos foram formalmente informados de que a validade nacional de seus diplomas estará condicionada ao credenciamento por este Conselho.

*[Assinatura]*

Fonte: Centro de Documentação da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo. Coleção Curso de Museologia. Caixa 02-06.

O Instituto de Museologia, já enfraquecido, ficou diante de duas tensões: a situação dos formados anteriormente que buscavam o reconhecimento de suas competências



museológicas nas instâncias de certificação e o credenciamento do curso junto a CAPES, para seguir funcionando.

**Figura 44** - Solicitação da ABM para cancelamento de registros de museólogos em São Paulo.

ABM  
 associação brasileira de museologia  
 OFÍCIO PRESIDÊNCIA Nº 185/87  
 Rio de Janeiro, RJ, 10 de setembro

MINISTÉRIO DO TRABALHO  
 BRASÍLIA  
 23 OUT 24 000 • 010522 /87  
 rio de janeiro  
 D. A. DIVISÃO DE COMUNICAÇÕES

FICHA NA SA-6M

Ao: MINISTÉRIO DO TRABALHO  
 Da: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE MUSEOLOGIA

ASSUNTO: REGISTRO IRREGULAR NA PROFISSÃO DE MUSEOLOGOS

Senhor Ministro,

Encaminhamos cópia dos Ofícios Presidência nºs 13/87, 80/87, solicitando os bons ofícios de V.Ex. para mandar cancelar os registros efetuada pela DELEGACIA REGIONAL DO TRABALHO na carreira de museólogo por total desrespeito à LEI Nº 7287, de 1984, uma vez que o curso de pós-graduação não é o conhecido pelo CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO.

Sem outro motivo para esta, rogamos aceitar nos cordiais cumprimentos. Atentamente,

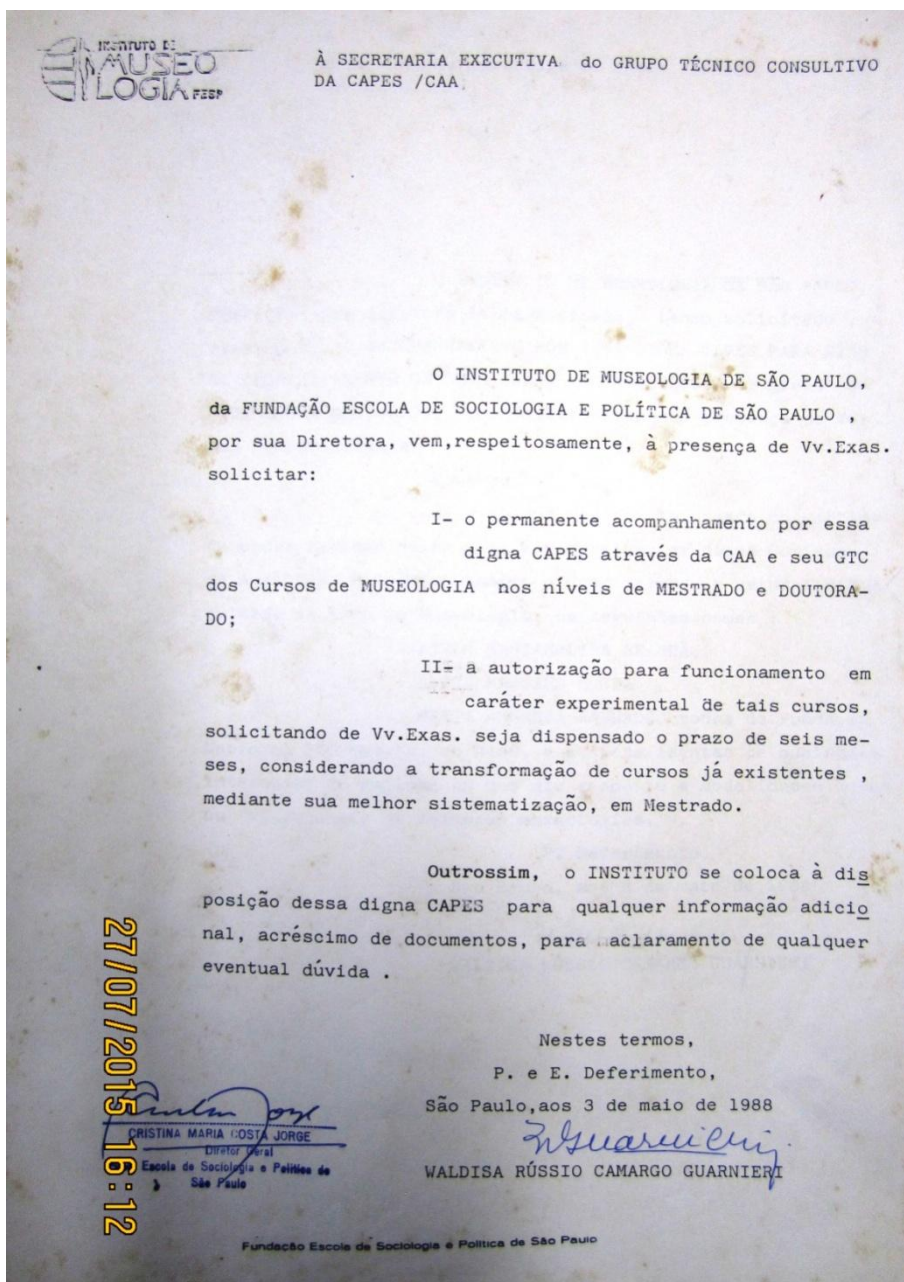
*Fernando Menezes de Moura*  
 FERNANDO MENEZES DE MOURA  
 Presidente

Ao  
 Exmo. Sr. Dr. ALMIR PAZIANOTO  
 MINISTRO DO TRABALHO  
 Esplanada dos Ministérios BI F  
 70059 - Brasília - DF

Fonte: Centro de Documentação da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo. Coleção Curso de Museologia.

Com a confirmação do MEC de que o Curso não havia solicitado a certificação para o funcionamento do mestrado e doutorado, de acordo com o trâmite legal em vigor, a ABM solicitou que o Conselho Federal de Museologia e o Ministério do Trabalho cancelassem os registros profissionais, ao que ambos responderam em acordo com a ABM. O Instituto buscou a CAPES para regularizar a questão, conforme o documento enviado por Waldisa Rússio em 1988:

**Figura 45** - Correspondência de Waldisa Rússio, coordenadora do Instituto de Museologia para a CAPES em 03 de maio de 1988.



Fonte: Centro de Documentação da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo. Coleção Curso de Museologia. Caixa 02-06.

Tanto o Instituto, quanto a CAPES na ocasião demandaram pareceres para encaminhar a questão. A FESP solicitou, por exemplo, que Dalmo Dallari (então professor titular da Faculdade de Direito da USP) emitisse parecer a respeito da situação legal do curso, em face da legislação que o amparava inicialmente. Ele foi instado a emitir seu juízo sobre o valor propriamente museológico dos formados, considerando a regulamentação em 1984/1985. Dallari (que havia sido contemporâneo

de Waldisa Rússio no Curso de Ciências Jurídicas no Largo de São Francisco nos anos 1950), respondeu nos seguintes termos:

**Figura 46** - Parecer de Dalmo de Abreu Dallari a respeito da certificação para museólogo a partir da formação no Instituto de Museologia da USP, páginas 1 e 2.

FD/GDI/OF N° 21/040490  
ELM. SÃO PAULO, 04 DE ABRIL DE 1990.

ILMA, SRTA.  
DRA. HELOISA MARIA SILVEIRA BARBUY  
RUA GROELÂNDIA, 112  
SÃO PAULO

EM ATENÇÃO AO SEU PEDIDO PROCEDI AO ESTUDO DA SITUAÇÃO LEGAL DO CURSO DE MUSEOLOGIA, MINISTRADO PELO INSTITUTO DE MUSEOLOGIA DE SÃO PAULO, MATIDO PELA FUNDAÇÃO ESCOLA DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA.

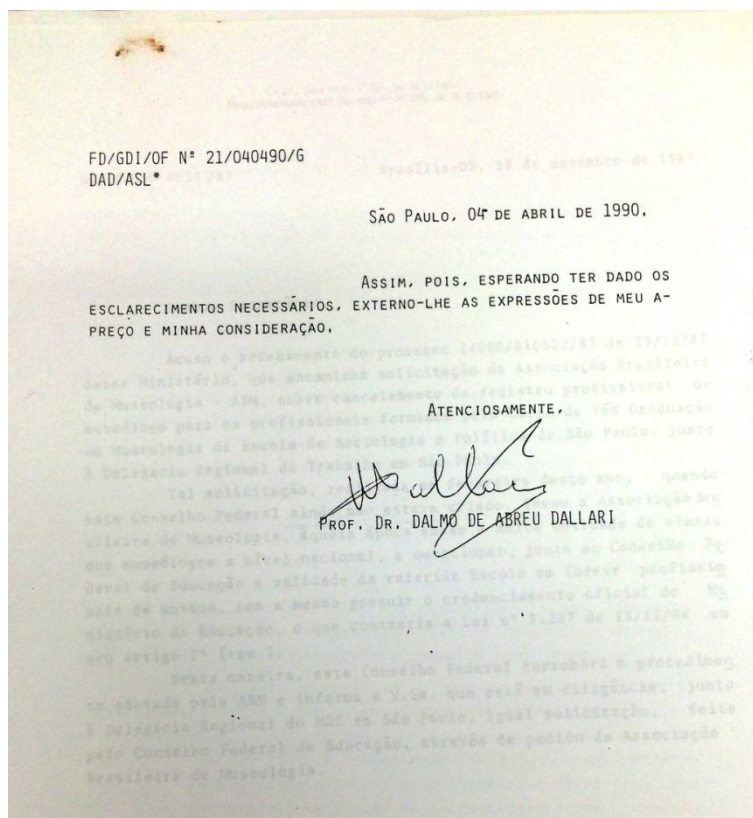
PARA QUE SE TENHA SEGURANÇA QUANTO À LEGALIDADE DO CURSO, É IMPORTANTE CONHECER O QUE FOI APROVADO PELO CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, EM 26 DE JANEIRO DE 1970. NESTA DATA AQUELE CONSELHO, LEGALMENTE COMPETENTE PARA CREDENCIAMENTO DE CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO, APROVOU POR UNANIMIDADE PARECER DO ILUSTRE CONSELHEIRO NEWTON SUCUPIRA, NO QUAL SE INCLUI A SEGUINTE AFIRMAÇÃO:

"NO QUE SE REFERE AOS CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO INSTITUIÇÕES SÃO LIVRES PARA CRIÁ-LOS INDEPENDENTEMENTE DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA. A FALTA DE CREDENCIAMENTO NÃO TORNA IRREGULAR OU ILEGAL SEU FUNCIONAMENTO. APENAS NÃO GOZAM DAS PRERROGATIVAS QUE A LEI CONCEDE AOS TÍTULOS DE MESTRE OU DOUTOR CONFERIDOS POR CURSOS CREDENCIADOS PELO CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO." (PARECER N° 14/70).

O QUE SE CONCLUI DAÍ É QUE OS CURSOS CREDENCIADOS GOZAM DA PRESUNÇÃO LEGAL DE IDONEIDADE, DECORRENTE DA VALIDADE NACIONAL QUE LHE EMPRESTA O CREDENCIAMENTO. OS CURSOS NÃO CREDENCIADOS SÃO PERFEITAMENTE LEGAIS, DESDE QUE MINISTRADOS POR ENTIDADE LEGALMENTE AUTORIZADA A FUNCIONAR. MAS A FALTA DE CREDENCIAMENTO PERMITE QUE SEJA EXIGIDA COMPROVAÇÃO DA IDONEIDADE DO CURSO.

É O QUE PODE OCORRER PARA INSCRIÇÃO DE MUSEÓLOGO, NO RESPECTIVO CONSELHO. SE O INTERESSADO NÃO TIVER CONCLUÍDO CURSO CREDENCIADO O CONSELHO PODERÁ EXIGIR COMPROVAÇÃO DA IDONEIDADE DO CURSO. EVIDENTEMENTE, NO CASO DO CURSO MINISTRADO EM INSTITUIÇÃO MANTIDA PELA FUNDAÇÃO ESCOLA DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA O CONSELHO NÃO DEVERÁ OPOR EMBARAÇOS, POR SER PÚBLICA E NOTÓRIA A IDONEIDADE DA FUNDAÇÃO.





Fonte: Centro de Documentação da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo. Coleção Curso de Museologia.

O Instituto de Museologia seguiu seu funcionamento mesmo após 1990, mas o problema de certificação junto a CAPES, para validação da formação de mestrado e doutorado não foi resolvido.

#### 4.3 Museólogos – luta de classe X luta da classe

A definição da ideia de museólogo foi o que mais mobilizou as relações em campo no recorte temporal dessa pesquisa, considerando inclusive que a questão remonta à criação da ABM, em 1963, com a adoção desse tema como bandeira de luta. Desde então, mobilizaram-se defesas sobre o que seria essa especialidade profissional. Diferentes competências e compreensões motivaram nomenclaturas e sentidos empregados: conservadores, museologista e museólogo (COELHO, 2015, p. 133). Na década de 1980 o termo museólogo era unânime no léxico do campo brasileiro, mas havia ainda que se estabelecerem consensos sobre as competências, especificidades e perfil de formação. Além do futuro do campo, estava em disputa um

grande lastro de relações, considerando o “alunado”<sup>220</sup> e os profissionais que atuavam nos museus.

Cientes de que mesmo nos dias atuais a questão da regulamentação no campo museológico não é unânime<sup>221</sup>, considera-se importante problematizar a questão, sem aderir a ideia de luta, como se a regulamentação fosse em si mesma um bem, um processo meritório quanto a importância de uma profissão e de um campo de conhecimento. De uma perspectiva geral, compreende-se tratar da criação de um marco regulatório externo ao campo – já que se valida em uma instância da política legislativa e executiva – de caráter e efeito nacional. No processo de regulamentação, a questão básica é definir quais são os parâmetros mínimos, certificados, para o exercício de uma profissão. Na compreensão contemporânea do Ministério do Trabalho, uma das questões importantes para se requerer a regulamentação é justificar o interesse público e é por isso que deve haver condições para que o exercício seja fiscalizado. Idealmente essa fiscalização se dá tanto em razão dos parâmetros mínimos elencados para o exercício como também em nome do interesse público e daí o papel dos conselhos fiscalizadores.

Segundo a Classificação Brasileira de Ocupações, há 2.638 profissões registradas, das quais 68 estavam regulamentadas em 2012<sup>222</sup>. Dados sobre a regulamentação em outros campos também auxiliam uma percepção transversal, a saber: História, Antropologia e Ciência da Informação não regulamentaram profissões no Brasil e a profissão de advogado foi regulamentada em 1994. Cada campo reflete o seu próprio debate em torno dessas questões. Não ter um marco regulatório legal não significa que não haja internamente interesses e disputas em torno dessa questão de muitas outras. No caso dos historiadores, por exemplo, o acúmulo do debate também evidencia os dissensos e, com isso, a falta de força de mobilização para empurrar um trâmite burocrático que não é simples<sup>223</sup>.

---

<sup>220</sup> Expressão usada por Waldisa Rússio.

<sup>221</sup> Cf. Blezer (2017).

<sup>222</sup> Dados divulgados como Classificação Brasileira de Ocupações, do Ministério do Trabalho, que para as profissões regulamentadas toma como fonte documento de 2012. Não são dados atuais e resta suspeição com relação à divulgação deste conteúdo em 2017, considerando o ambiente artificial e não democráticos de reformas, inclusive trabalhista. Há, no entanto, um número de tal monta que, mesmo com margem de erro de 50% seria representativo. Disponível em <<http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2017/03/ministerio-do-trabalho-reconhece-21-novas-ocupacoes-profissionais>

<sup>223</sup> A esse respeito, pode-se observar as considerações da Associação Nacional de História: <http://site.anpuh.org/> Acesso em 07/09/2017.

Em torno da questão do exercício profissional de museólogos foram criadas, além da ABM, também a AMB, a ASSPAM e a ATM<sup>224</sup>. Como explicitado no capítulo anterior, são frutos de contexto diferentes. A ABM, apesar do enunciado nacional representou mais diretamente o contexto do Rio de Janeiro. A AMB, como dito, foi criada no afã de reverter o impedimento de entrada de novos alunos por vestibular no Curso da UFBA, quando o discurso que norteava essa decisão era da escassez de postos de trabalho. Em texto já citado Waldisa Rússio destacou que na ocasião, não houve apoio das instituições existentes no campo museológico ao contexto baiano, a exceção de carta enviada ao Reitor da Universidade "pelo professor Mario Barata". (RÚSSIO, s.d. In: BRUNO, 2010, p. 235). A Associação de Museólogos da Bahia foi, deste modo, a primeira que assumidamente representou interesses regionais, relativamente aos profissionais baianos. A ASSPAM só foi criada em 1983, também assumidamente regional, representava diretamente o interesse do contexto paulista.

Além dessas associações, o Comitê brasileiro do ICOM também se inseriu no debate a respeito do perfil desejado para profissionais de museus. Em sua síntese, o Comitê se dedicava a reunir "...profissionais de museus, museus e instituições afins"<sup>225</sup>. O que a primeira vista parece amplo, correspondendo à visão internacional, é no entanto restritivo, pois o profissional de museus era descrito como: "museólogos formados em Curso de Museologia de graduação universitária, reconhecido oficialmente há mais de cinco anos"<sup>226</sup>. O Comitê brasileiro buscou ser o intermediário da relação entre os associados e o Conselho Internacional, imputando-se como responsável por aceitar ou não novos membros para o ICOM. Ou seja, na prática, mesmo que as regras internacionais assegurasse um amplo espectro de participação profissional, o Comitê brasileiro buscava restringir esse acesso a museólogos.

A visão do Comitê Brasileiro se assemelhava à da ABM, do ponto de vista da delimitação. Segundo o Código de Ética da ABM, publicado em Boletim da Associação em 1981, em seu primeiro artigo, só podia intitular-se museólogo, e nesta qualidade exercer a profissão, quem tivesse "diploma expedido por Faculdade, Escola ou Curso de Museologia, de nível superior, oficial ou oficialmente reconhecido no país". O segundo artigo destaca:

Não pode intitular-se museólogo aquele que, não preenchendo as condições do artigo anterior, exerça, não obstante, excepcionalmente,

---

<sup>224</sup> Priscila Arigoni Coelho apresenta um quadro detalhado das associações profissionais. Cf. Coelho (2015). A análise aqui se detém quase exclusivamente à ABM, ASSPAM e a AMB por tomar como ponto de partida as relações diretas de Waldisa Rússio entre 1970 e 1980.

<sup>225</sup> Centro de Documentação da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo. Coleção Curso de Museologia. Caixa FESP.

<sup>226</sup> Regimento do Comitê Brasileiro. Centro de Documentação da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo. Coleção Curso de Museologia. Caixa 02-06.

atividade no campo da Museologia, amparado no estatuto da Associação Brasileira de Museologia. (Código de Ética Profissional da Associação Brasileira de Museologia, 1981).<sup>227</sup>

Ou seja, mesmo aqueles que atuavam profissionalmente e que, por isso poderiam ser aceitos como membros da Associação, não poderiam ser considerados e intitulados museólogos. De um ponto de vista prático, a distinção se fazia sentir, por exemplo, nas ocasiões em que havia algo a ser decidido, como nas reuniões da Associação e de seus congressos, em que somente museólogos tinham direito a voz e voto.

A importância atribuída à formação (em graduação) como marco definidor da condição de museólogo, mesmo antes da regulamentação, transpôs a tênue linha da divergência conceitual e simbólica, marcando a posição de Waldisa Rússio e da ABM. A Associação relutou em aceitar como associados os egressos do Curso da FESP, mesmo aqueles que comprovavam experiência de mais de cinco anos na área. Conforme relatou Waldisa Rússio:

1. em 1980, no VII Congresso da ABM, realizado na cidade do Rio de Janeiro, os alunos do Curso de Pós-graduação de Museologia, da FESP, entregaram oficialmente à Diretoria da ABM, toda a documentação do referido Curso;
2. nesse mesmo Congresso, estes alunos solicitaram inscrição junto a ABM, sendo na ocasião, recusados sob a alegação de que o Curso de São Paulo não possuía sua situação regularizada;
3. no início do corrente ano [1983], foi novamente encaminhado pedido de inscrição de alunos e formados pelo referido Curso, tendo em vista contatos recentes mantidos com alguns membros da Direção da ABM (Dr. Neusa Fernandes e Prof.<sup>a</sup> Solange Godoy).<sup>228</sup>

Na sequência dessa correspondência, Waldisa Rússio afirma que como resposta a esse pedido, profissionais já experientes foram recusadas, enquanto outras menos experientes foram aceitas. Na ocasião, organizados a partir da Associação Paulista de Museólogos, tomou-se a decisão coletiva de não insistir na associação daqueles que foram recusados e ainda de “recusar” a condição de associado daqueles que haviam sido aceitos. A justificativa para a última forma foi: “por estar claramente caracterizado o não reconhecimento do Curso de Museologia, FESP.”<sup>229</sup>

A noção de profissional de museu da ASSPAM diferia tanto do ICOM quanto da ABM. Eram tratados como associados efetivos da instituição – com voz e voto – os museólogos formados em nível superior, os profissionais de nível superior que já

<sup>227</sup> Código de Ética da ABM. Centro de Documentação da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo. Coleção Curso de Museologia. Caixa 01-06 ASSPAM.

<sup>228</sup> Correspondência de 22/09/1983. Centro de Documentação da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo. Coleção Curso de Museologia. Caixa 02-06 ASSPAM.

<sup>229</sup> Idem.

contavam com a experiência de 05 anos na área e também aqueles que mesmo sem nível superior contassem com uma “longa, ética e significativa carreira ligada a prática da Museologia”. Na condição de sócios temporários, alunos também podiam participar da Associação Paulista.<sup>230</sup> Na Associação Baiana, conforme destacou Maria Célia T. Moura Santos, a participação dos alunos também era constante e intensa. Como surgiu da mobilização para o não fechamento do Curso, precisou contar desde o início com a capacidade de mobilização também dos alunos.

O que estava em jogo no campo era o perfil profissional ideal, capaz de representar o espírito da vocação, a expressão de conhecimentos específicos e o pacto quanto a uma determinada ética profissional que se esperava, segundo os preceitos de cada uma das associações. Essa ética profissional, que se forja na própria disputa do campo, busca regular o *modus operandi* dos profissionais para além do aspecto técnico. Visava que cada museólogo fosse a representação de uma classe, de um conjunto de trabalhadores. As disputas que se dão em torno das associações (e que marcam uma perspectiva mais estrita da ABM, frente a uma perspectiva mais abrangente da ASSPAM) podem ser lidas como o esforço para deter o poder de definir o perfil desse profissional idealmente. Na visão que a ABM tinha sobre a ética dos museólogos não parecia caber profissionais como Waldisa Rússio. Vejamos:

Seção III - Relações com Colegas de Trabalho e de Profissão  
 Art.13. O museólogo deve evitar discussões de caráter pessoal pela imprensa falada, televisada ou escrita, **bem como debate público sobre problemas do exercício profissional.** (grifo nosso)<sup>231</sup>

Como observado, o jornal, as palestras, as cartas, todos os espaços eram meios para Waldisa se manifestar sobre o campo, sobre sua falta de planejamento, refletido na ausência de uma política cultural, a ausência de profissionais qualificados nos postos de trabalho etc.

A cisão entre as associações, que exprimem perspectivas diferentes sobre o valor propriamente museológico, não foi apenas virtual. Marcou o desacordo expresso e público entre as entidades ao longo da década, em todas as ocasiões em que suas posições se tocaram, especialmente durante o processo da regulamentação. A ABM registrou seu descontentamento, por exemplo, em 1987 quando a ASSPAM realizou o Encontro Paulista de Museólogos e não informou a Associação. Por outro lado, a

<sup>230</sup> Estatuto de Documentação da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, 14/05/1983. Coleção Curso de Museologia. Caixa 02-06 ASSPAM.

<sup>231</sup> Código de Ética da ABM. Centro de Documentação da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo. Coleção Curso de Museologia. Caixa 01-06 ASSPAM.



ASSPAM fez questão de deixar registrado que a Carta de Ouro Preto, fruto do Congresso Nacional de Museus, organizado pela ABM (também em 1987) não representava a instituição paulista.

Priscila Arigoni Coelho (2015) evidenciou os posicionamentos assumidos pelas Associações na construção de projeto de lei e os meios de mobilização e de apoio que as instituições adotavam, especialmente entre 1980 e 1985 (2015, p. 130). Como já se teve oportunidade de mencionar, o tema foi repercutido em encontros da área, não apenas das associações, mas também pelo Comitê Brasileiro do ICOM, em textos de jornais, palestras públicas, enfim. Isso se passou num processo legislativo bastante confuso também, que revela a dificuldade do acompanhamento de um procedimento burocrático, tramitado fora do campo, com regras próprias e protagonistas (que formulam e alteram o texto do projeto) sem serem especialistas no tema. Até 1981 projetos de regulamentação foram submetidos ao Ministério do Trabalho e da Educação e também deram entrada no trâmite legislativo, a partir de iniciativas da ABM. Entre projetos enviados e arquivados, houve até um que foi perdido durante sua tramitação na década de 1970. Nos discursos que esses projetos elaboravam, estava presente a necessidade de valorização, frente muita vezes ao desconhecimento deste profissional, o desejo de equiparação de carreira na administração pública e a indispensabilidade de uma ação profissional especializada para a preservação da materialidade do patrimônio.

Ao mesmo tempo, os projetos buscavam definir o perfil em termos de formação. Dentre aqueles que foram apresentados na década de 1970, a exemplo do que foi elaborado pela ABM em 1979, a formação básica exigida contemplava no geral a graduação, o mestrado e o doutorado em Museologia. Este projeto, de autoria de Therezinha de Moraes Sarmiento, Neusa Fernandes e Marília Duarte Nunes (que era do ciclo de relação pessoal/profissional de Waldisa Rússio), foi arquivado em 1981, sob a alegação de que o Ministério do Trabalho não tinha interesse em regulamentar carreiras "com poucos profissionais e sem relevância" (COELHO, 2015, p. 141; BISERRA, 2013). Observa-se que até o ano de 1981 não houve polêmica quanto a pós-graduação como nível aceito para demarcar a competência propriamente museológica. Mesmo exprimindo um contexto de formação que privilegiava a graduação, esses projetos preparavam um campo vindouro, pois também a partir do Rio de Janeiro já se manifestava o desejo de formar em nível de pós-graduação.

Sobre as atribuições, conforme Coelho (2015) observa, variavam entre o trabalho técnico, ligado à conservação, e o trabalho administrativo e de gestão, relacionado às funções de chefiar os museus e/ou os departamentos que fossem mais

ligado à finalidade da instituição museal. Observando em escala os projetos, vê-se também que o discurso inicial que acolhia o conhecimento empírico foi sendo reduzido até a determinação de se regulamentar aqueles que atuavam há pelo menos 05 anos na área se fixasse de forma aparentemente consensual, repetindo-se nos projetos, inclusive naquele que finalmente foi aprovado em 1984. O aceite desse profissional, no entanto, se dava mediante a comprovação de realização de outro curso de graduação. Ou seja, proporcionalmente a experiência empírica foi se tornando menos importante que o conjunto de conhecimentos formalmente certificado, de tal modo que sua legitimidade circunscreveu-se em uma quantidade de tempo muito a cima ao exigido para a formação básica superior. A dimensão prática do trabalho dos museólogos, nesse aspecto, ficou desvalorizada frente aos parâmetros do conhecimento escolasticamente certificado.

No início dos anos 1980, dois diferentes projetos passaram a tramitar no Congresso Nacional (e, com isso, nas comissões para os pareceres necessários). Tratava-se do Projeto de Lei 5654/1981, do Deputado Álvaro Valle, do PDS/RJ e o Projeto de Lei 4858/1981, do Deputado Otacilio Queiroz, do PMDB/PB. Este foi um novo ensejo para se debater o perfil do museólogo, especialmente a respeito da formação. No primeiro projeto, influenciado pelo contexto do Rio de Janeiro e, tendo a autoria da ABM, a graduação passou a ser o nível exclusivo exigido para a formação de museólogo. No projeto que vinha do Nordeste, além da graduação, a pós-graduação se mantinha (como havia ocorrido antes) como um nível adequado à formação desse valor propriamente museológico. Conforme menciona Coelho (2015, p. 152), houve desconhecimento entre as partes das ações que corriam em paralelo em prol da regulamentação, uma evidência inclusive da interlocução escassa entre os agentes. Em maio de 1982, constatada a duplicidade, os projetos com fim análogo foram fundidos para se criar um único texto, que foi apresentado pelo Deputado Rômulo Galvão, como PL 4858B/1981. Nessa fusão, a formação em pós-graduação foi suprimida, mantendo-se o reconhecimento da experiência prática relativa aos 05 anos.

A diferenciação quanto ao nível de formação foi assunto bastante debatido no I Encontro de Museólogos do Nordeste, que aconteceu na Fundação Joaquim Nabuco, em 1982. A respeito dessa ocasião, Priscilla Arigoni Coelho (2015) afirma:

[...] deve ser considerado o evento central da área nesse período por congregar uma plenária nacional – com 40 profissionais, 31 estudantes, 7 conferencistas, 6 debatedores e 40 não pagantes –, garantindo um espaço neutro ideal para deliberação democrática e participativa ao reunir representantes de diversas instituições, dentre

elas, os Cursos de Museologia (UNIRIO, UFBA e FESPSP) e as Associações103 (ABM e AMB). (COELHO, 2015, p. 173)

Na ocasião os representantes de São Paulo defenderam uma moção para que a pós-graduação retornasse ao texto do projeto. Waldisa Rússio, que realizou palestra no evento, teve centralidade nessa defesa, apoiada pela posição (majoritariamente) defendida pelos profissionais ligados à UFBA e a Associação Baiana.

**Figura 47** - Sessão Plenária com temática “O museólogo e o mercado de trabalho no campo da Museologia”, em agosto de 1982, FUNDAJ. Da esquerda para a direita: Maria Célia T. M. Santos, Waldisa Rússio Camargo Guarnieri, Maria Regina Baptista da Silva e Gabriela Pantigoso.



Fonte: Acervo do Centro de Documentação e de Estudos da História Brasileira Rodrigo Melo Franco de Andrade (CEHIBRA), da Fundação Joaquim Nabuco.

Conforme Mario Chagas descreveu:

...esse era o tema principal de discordância, a questão da pós-graduação. Porque o grupo de São Paulo defendia a pós-graduação... Que se pudesse regulamentar a profissão reconhecendo e convalidando os pós-graduados. Desde sempre esteve em discussão a questão da especialização, se os especialistas seriam ou não reconhecidos e validados. O posicionamento do Rio era completamente contrário, defendendo evidentemente a posição da formação ao nível de graduação. [...] Os outros pontos eram secundários, porque isso configurava quem seria reconhecido como museólogo ou não. [...] eu tinha muita simpatia pelas discussões encaminhas pela professora Waldisa Rússio, que eu já havia conhecido antes, mas eu também tinha – aí é uma coisa mais de caráter pessoal do que político, porque eu fiz um trabalho muito longo com a Terezinha Sarmiento... Então romper com ela era difícil para mim, então eu ficava no grupo da Waldisa, mas eu evitava me levantar contra Terezinha ainda que eu estivesse apoiando o grupo da Waldisa. Então eu não tinha uma fala contrária ao grupo da

Terezinha Sarmento. Mas então junto nesse grupo da Terezinha Sarmento ainda se encontrava a Laís Scuoto e outras pessoas.<sup>232</sup>

De acordo com Priscila Arigoni Coelho (2015), esse encontro também explicitou as posições divergentes no campo: a ABM propôs que a Associação Baiana passasse a atuar como sua representação. A proposta foi negada e a ABM e o Comitê brasileiro foram criticados por suas atitudes centralizadoras. Além disso, nessa ocasião pleiteou-se também a criação de uma categoria de participação que admitisse os estudantes em ambas as instituições. Isso evidencia e retoma um aspecto que é a participação passiva que os estudantes tinham no campo até então.

Com os encaminhamentos que se seguiram a esse I Encontro de Museólogos do Nordeste, o PL 4558B foi alterado para readmitir a pós-graduação como nível de formação aceito. Com vistas ao acompanhamento desse acordo e, incentivados pela importância quanto a mobilização regional foi que se criou a ASSPAM, presidida por Waldisa Rússio. Na sequência dos acontecimentos em prol da regulamentação, os profissionais juntos a essas associações seguiram mobilizados e acompanhando o trâmite junto aos parlamentares e as comissões. Diversas correspondências saídas da ASSPAM, assinadas por Waldisa, registram o *lobby* político para influenciar os parlamentares e técnicos da administração pública a darem encaminhamentos favoráveis ao processo.

No Recife (1982) havia sido decidido que o VIII Encontro Nacional de Museus, organizado pela ABM, aconteceria em Brasília, para ampliar a capacidade de pressão. Assim o foi em 1983. Cartas, ligações e reuniões encaminhadas pelas associações, inclusive pela ASSPAM, resultou que em dezembro de 1984 a lei foi aprovada. Com a lei regulamentada, foram consolidados parâmetros que figuraram nos debates anteriores, como o reconhecimento de 05 anos de atuação prática e a graduação, mestrado e doutorado como níveis aceitos para se considerar que um indivíduo é museólogo, atestado por meio de um diploma formalmente reconhecido. A distinção entre o valor atribuído ao perfil de formação (graduação ou pós) ficou para o exercício de outras posições em campo, a exemplo dos Conselhos Federal e regionais. Para compor a direção desses órgãos fiscalizadores, por exemplo, fixou-se que 2/3 dos museólogos devem ser bacharéis.

---

<sup>232</sup> CHAGAS, Mario. Entrevista concedida a Inês Gouveia. Rio de Janeiro, RJ. 11/2017. Entrevista transcrita no Anexo II.

A regulamentação da lei marcou um aspecto importante do movimento do campo, especialmente porque em tese se encerraria o ciclo interno de defesa em torno do reconhecimento da profissão. Os documentos registram o contentamento dos profissionais, que celebraram o fato em tom de conquista. A regulamentação tratada como uma causa comum aproximou as posições em campo, de um modo geral. Esse processo trouxe a necessidade de definições objetivas a respeito do valor propriamente museológico a ser certificado pelo Estado e fez com que as posições concordantes, discordantes e divergentes se tocassem. Enquanto tema recorrente nos eventos da área, era de se esperar que a pauta desse espaço para outros debates (à luz da democratização, quem sabe a função social dos museus?), mas não foi o que aconteceu. O dia seguinte à aprovação da lei evidentemente não alterou a situação prática dos museus e a sua real condição para contratar museólogos. Também não alterou a percepção dos agentes envolvidos quanto ao valores simbólicos em jogo.

Congraçamento e manutenção das posições ficam evidentes pelas correspondências e atas da ASSPAM. Os termos aprovados em 1984 não estavam de pleno acordo com aquilo que era o desejo da associação. Em 08/01/1985, na ata da reunião, com a presença de oito associados, incluindo Waldisa Rússio, no primeiro tópico se registrou:

Discutiu-se profundamente a Lei Federal n. 7.287, de 18.12.1984, que dispõe sobre a regulamentação da profissão de museólogo. Debateu a grande importância da legislação, bem como criticou-se os vários defeitos (jurídicos e de conteúdo), concluindo-se pela necessidade de formação de uma comissão para estudar mais aprofundadamente a lei, mormente os capítulos que dispõe sobre as atribuições da profissão de museólogo, apontados, dentre as diversas até discriminadas, as que efetivamente comporiam o elenco privativo de nossa profissão.<sup>233</sup>

Como era de se supor, os termos da regulamentação da lei por decreto presidencial em 1985 não trouxeram mudanças à lei de 1984. Mesmo depois de 1985, a lei não suprimiu os dissensos e não alterou imediatamente o campo, em termos da correspondência prática entre museólogos e postos de trabalho<sup>234</sup>.

A redação oficializada em 1984 e 1985 assegurou a competência técnica, escolasticamente certificada para que este profissional fosse (e seja) protagonista na condição de quem planeja, organiza e dirige museus e se destaca a frente das atividades museológicas, como o ensino de Museologia. A capacidade técnica

<sup>233</sup> Ata da ASSPAM, 08/01/1985. Centro de Documentação da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo. Coleção Curso de Museologia. Caixa 01-06-Asspam.

<sup>234</sup> Esse é um aspecto evidente se considerarmos que parte dos museus brasileiros, ainda hoje não conta com museólogo em seu quadro funcional.

justificava em linhas gerais, o traço de distinção desse profissional autorizado a apontar aquilo que é patrimônio e dizer sobre o que merece ser preservado. Conforme o Artigo 3º que registra as atribuições do museólogo, ele tem a prerrogativa de solicitar o tombamento de bens culturais (item IV), coletar o acervo museológico (item V), identificar o bem (item VI) e apurar seu valor histórico, artístico e de autenticidade (XII). Apenas implicitamente se observa sua condição de ente privilegiado para opinar, debater, analisar criticamente sobre as características e condições daquilo que será salvaguardado. Ele identifica o valor, como se este fosse inerente ao objeto.

Durante os anos 1970 e 1980 nos contextos em que a regulamentação foi debatida, pouco se discutiu o papel ético do museólogo na construção de um sentido de memória, de arte, de patrimônio e de cultura. A noção dominante no campo – que se registra nos projetos de lei, nos documentos da ABM e do Comitê Brasileiro do ICOM – era a de um profissional dissimuladamente isento, pronto para exercitar seus conhecimentos, técnicos e teóricos, adquiridos no curso universitário.

A visão consolidada a respeito do profissional museólogo, portanto, foi bem diferente da perspectiva defendida por Waldisa Rússio. Na intersecção entre a dimensão do museólogo enquanto trabalhador social e a dimensão política do campo museológico, estava na “ação” de Waldisa a caracterização da importância social do trabalho. A profissão, a estruturação de carreira, a adequação de equipe diante das necessidades de um museu (sempre pensando na presença de museólogos e outros profissionais, como coerente defesa pela interdisciplinaridade) e a adequada composição de salários, são exemplos dos debates empreendidos pela ASSPAM, especialmente no contexto de sua gestão. Conforme o pensamento de sua geração, Waldisa acreditava que o museólogo é um vocacionado, mas, mesmo assim, precisava ser formado política e tecnicamente para atuar enquanto um trabalhador.

Retoma-se aqui a perspectiva waldisiana quanto a valorização do trabalho como potência da transformação social. Há diferentes evidências disso: a defesa do museólogo como trabalhador social, sua tese (quando afirma a importância do trabalhador no desenvolvimento da indústria), sua própria longa e constante rotina de trabalho, a recorrente metáfora a partir do personagem de Charlie Chaplin, o destaque a respeito do trabalho de sua mãe. O trabalho para Waldisa era a potência para a formação de consciência e com isso, ela não via sentido no trabalho alienado.

Para a compreensão de sua perspectiva política, é importante considerar o quanto o universo das revoluções socialistas do século XX pode ter marcado a visão de mundo de Waldisa. Tratava-se de uma mulher atenta às informações políticas mundiais, socialmente atuante e formada pela influência de uma elite intelectual de

esquerda, a exemplo do marido Rossine C. Guarnieri. As flutuações políticas nacionais também eram o grande pano de fundo de sua perspectiva política, considerando que ela já tinha se formado em Direito e era funcionária pública no ato do Golpe Civil-Militar. Como trabalhadora, vinda de uma família com poucos recursos financeiros, a transformação social soava – especialmente na década de 1980 – com um imperativo para Waldisa, que compreende a desigualdade social como uma questão a ser resolvida por toda a estrutura social: no campo econômico, mas também no da cultura. É assim, certa da necessidade de atuação de todos os indivíduos para essa transformação social – que implica em pactos democráticos e participativos – que ela não abria mão de uma atuação profissional engajada.

Os dissensos havidos entre as posições que Waldisa Rússio representava e outras posições em campo, não devem ser desprezados, reduzidos como se expressassem uma indisposição pessoal. As fissuras exprimem desacordos de visão e de prática. Nesse caso, exprimem o desacordo sobre o perfil de formação, sobre o nível de participação social e quanto a participação dos profissionais na construção de uma política de cultura com base democrática. Em oposição à visão de um profissional inerte, nas palavras de Waldisa Rússio, o trabalhador social é “não apenas quem exerce a função social do trabalho, mas quem trabalha conscientemente com o social, colaborando com a mudança.” (RÚSSIO, 1990, In: BRUNO, 2010<sup>a</sup>, p. 209). No trecho que origina essa nota de pé de página, ela destaca:

...é claro que a preservação do patrimônio cultural é um ato político e temos de assumi-lo como tal, mesmo nas nossas áreas específicas de atuação profissional. No caso do museólogo, trabalhador social, significa não recusar a dimensão e o risco político do seu trabalho. (RÚSSIO, 1990, In: BRUNO, 2010a, p. 209)

Waldisa Rússio cola a sua noção no sentido original, de Paulo Freire. Nas palavras do educador:

Na estrutura social, enquanto dialetização entre a infra e a supra estrutura, não há permanência nem mudança, mas o empenho de sua preservação em contradição com o esforço por sua transformação. Daí que não possa ser o trabalhador social, como educador, que é, um técnico friamente neutro. Silenciar sua opção, escondê-la no emaranhado de suas técnicas ou disfarça-la com a proclamação de sua neutralidade não significa na verdade ser neutro mas, ao contrário, trabalhar pela preservação do “status quo”. (FREIRE, 1976)

Por meio da noção de Freire, Waldisa exprime que o exercício profissional da Museologia não podia ser neutro, porque isso invariavelmente significava zelar pela

manutenção da ordem instituída na sociedade, não apenas pelo não engajamento em prol de desenvolvimento, mas porque uma atitude supostamente neutra coopera para que as transformações sejam represadas.

#### 4.4 Política de cultura e de preservação

O patrimônio foi, de certo modo até 2003<sup>235</sup>, o único correspondente em termos de política pública da noção de preservação, como uma ação de Estado. Na perspectiva de Miceli (1987), em torno deste se constituiu a política cultural mais bem sucedida na área pública no Brasil. Instituído em 1937, até a década de 1970 esteve dedicado quase que majoritariamente à manutenção das referências históricas e artísticas a partir da arquitetura. Isso representou a prática contingente de um órgão e uma política que, apesar de contínua, padeceu da falta de atenção e de condições do Estado. Ainda assim, a noção de patrimônio se conformou nesses anos, identificada aos bens de “pedra e cal”. Afirma Miceli (1987):

O SPHAN acabou assumindo a feição de uma agência de política cultural empenhada em salvar do abandono os exemplares arquitetônicos considerados possuidores de valor estético significativo para uma história das formas e dos estilos da classe dirigente brasileira. O acanhamento de recursos, a escassez de pessoal especializado, a baixa visibilidade política, a imensidão do acervo a ser tombado e restaurado, todos esses constrangimentos serviram para consolidar a via doutrinária e os partidos técnicos adotados, deixando-se de equacionar a questão do retorno social dos recursos aplicados na preservação do patrimônio. (MICELI, 1987, In: MICELI, 2001, p. 363)

Mencionou-se anteriormente (no Capítulo 1 e 3) a proximidade e a distância que há no Brasil entre o campo do patrimônio e o campo museológico. Na prática, museus federais estiveram (e alguns ainda estão) administrativamente ligados ao IPHAN. Mais do que isso, sempre foi uma das atribuições formais do serviço do patrimônio a proteção de bens móveis e nesse sentido, a noção, o conceito de patrimônio, se estendeu à prática de preservação que ocorria por meio dos museus. Maria Cecília Londres Fonseca (2009), com base em Lygia Martins Costa (1987), afirma que: “A proteção dos bens culturais imóveis, defasada em relação à proteção do patrimônio imobiliário, cabe tradicionalmente aos museus.” (FONSECA, 2009, p. 179). No texto de 1987, Lygia Martins Costa (historiadora da arte e museóloga), afirmou que era atribuição do Patrimônio, criar museus próprios, criar museus em convênio com outras entidades e dar assistência técnica a museus que solicitassem (COSTA, 1987, p. 147, 148).

<sup>235</sup> Utilizando como marco a Política Nacional de Museus, 2003.



A defasagem em relação ao patrimônio apontada por Fonseca (2009) no trecho citado decorre da escassez de capitais (inclusive simbólicos), que os museus e seus bens móveis receberam por dentro das políticas de preservação. Decorreu também, de modo atávico, do distanciamento entre os profissionais dos museus e os círculos de produção e reprodução da noção de patrimônio. Até a década de 1970 o campo do patrimônio esteve ligado essencialmente ao campo da arquitetura, como conhecimento definidor dos valores reconhecidos e, conseqüentemente, da decisão da preservação. Conforme aponta Fonseca (2009), até esta década a responsabilidade de identificar aquilo que era patrimônio da nação cabia exclusivamente ao SPHAN, sem contestação ou discordância dentro ou fora da instituição.

A diferença entre os campos poderia ser problematizada de muitos modos, por exemplo, sobre a importância atribuída à profissão de arquiteto em detrimento da de museólogo e, nessa direção, a questão de gênero implicada. Não sendo possível aprofundar esses aspectos agora, é importante observar que havia na relação entre as áreas uma posição dominante (proeminente) do patrimônio e, em termos de profissão e campo de conhecimento, dos arquitetos. Os poucos museólogos que tiveram expressão dentro do campo do patrimônio – a exemplo de Lygia Martins Costa que foi consultora técnica do SPHAN/Pró-Memória – lidavam com os bens móveis, tratados como questões periféricas, ante aos bens imóveis. T tamanha era a centralidade desses, que na primeira frase do artigo de 1987, na 22ª edição da Revista do Patrimônio, para conceituar os bens móveis, Lygia M. Costa afirma: “O conceito do bem móvel, em contraponto ao imóvel formado do acervo arquitetônico, urbanístico e natural, de especial interesse, é relativamente recente sob essa designação” (COSTA, 1987, p. 145). Ela deixou entrever assim que, antes de qualquer coisa, era necessário partir daquilo que já estava estabelecido. Após a Inspeção de Monumentos Nacionais – que mesmo tendo Gustavo Barroso como figura central, marcava uma diferença entre o perfil de preservação dos prédios e monumentos para aquilo que era recolhido no museu (MAGALHÃES, 2009) – o campo museológico não teve espaço de influência para opinar sobre o perfil, o critério do patrimônio a ser preservado pelo Estado, sobre quais eram e deviam ser os valores históricos e artísticos em questão.

Para pensar as políticas de preservação é importante considerar o contexto político da década de 1960 e 1970 no Brasil, em que se observa uma ampliação da ação do Estado na Cultura, correspondendo ao período que Antonio Canelas Rubim caracteriza como de autoritarismo, precedido e sucedido por ausência e instabilidade (RUBIM, 2007). Segundo o autor problematiza, assim como na ditadura do Estado Novo, também na Ditadura Civil-Militar, além do controle, censura, repressão,

perseguição, assassinato, houve também uma intervenção mais sistemática do Estado na Cultura. Na perspectiva de Rubim, tratava-se de uma tentativa de instrumentalizar a cultura e abrandar seu caráter crítico. O grande pano de fundo dessa intervenção é também a (re)criação de um imaginário de nacionalidade (RUBIM, 2007).

Em termos das estruturas administrativas, a diretriz era ampliar a participação e o controle dos estados e municípios nas decisões e responsabilidade de preservação e de cultura, de um modo geral. Esse aspecto refletia também o tema tratado no Encontro Nacional pela Defesa do Patrimônio, legando o “Compromisso de Brasília”, de 1970<sup>236</sup>. Conforme destacam Fonseca (2009) e Marly Rodrigues (2000), em 1973, seguindo o rumo desse compromisso e das Normas de Quito (1967), a questão da preservação deixou de ser da inteira responsabilidade do então DPHAN. Da atuação conjunta dos Ministérios da Educação e Cultura, do Planejamento, do Interior e da Indústria e Comércio se criou o Programa Integrado de Reconstrução de Cidades Históricas (PCH), descentralizando recursos financeiros e promovendo a criação de órgãos e legislações estaduais e municipais.

Ainda no espírito da descentralização das ações ligadas aos bens culturais, em 1975 foi criado o Centro Nacional de Referências Culturais (CNRC), inicialmente fruto da reunião de Aloísio Magalhães com o embaixador Vladimir Murtinho (que era então Secretário de Educação no DF) e Severo Gomes (Ministro de Indústria e Comércio). O grupo foi formalizado por meio de convênio, que no ano seguinte passou a contar também com o MEC, a UNB, mais dois ministérios e a Caixa Econômica Federal. Fonseca (2009) destaca que o CNRC gozava de muita autonomia, por não estar submetido a nenhum órgão. Sua equipe, sempre liderada por Aloísio Magalhães, era interdisciplinar e teve na trajetória do órgão, objetivos fluidos na construção de critérios para documentar a cultura nacional. Inicialmente havia uma perspectiva de formar indicadores que permitissem sugerir novos modelos de desenvolvimento que passassem pelos bens culturais.

Diante um SPHAN um tanto inerte, sem a capacidade de atuação das décadas anteriores (inclusive pela aposentadoria de Rodrigo M. F. de Andrade), ao CNRC coube a tarefa de recolocar a questão posta pelos Modernistas na década de 1930: qual é a expressão da cultural e da identidade nacional? Os projetos do CNRC privilegiaram, segundo Fonseca (2009) os bens culturais que até então não estavam incluídos nessa representação. Neste ponto o CNRC também parecia revitalizar o projeto de Mario de Andrade, inclusive pelo ensejo de análise e compreensão da

---

<sup>236</sup> Ocasão do chamado I Encontro de Governadores, que segundo Sá (2014), foi quando se divulgou a noção de bem cultural.

cultura brasileira. Conforme aponta Maria C. L. Fonseca (2009), o CNRC aportou uma novidade, atrelando a valorização de conhecimentos “populares” com a possibilidade de geração de valor e desenvolvimento econômico.

Em 1979, Aloísio Magalhães substituiu Renato Soeiro na direção do SPHAN. Este se uniu administrativamente ao Programa Cidade Histórica e ao CNRC. Passou a existir a Fundação Nacional Pró-Memória (órgão executivo) e a Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN, órgão normativo). Exercitando a crítica ao patrimônio de pedra e cal, tradicionalmente consagrado pelo órgão e considerado elitista, Aloísio defendeu a categoria de “patrimônio cultural não-consagrado”. Nas palavras da autora:

O CNRC se propunha, entre outros objetivos, a reelaborar essa dicotomia (erudito/popular) e a conferir um *status* de patrimônio histórico e artístico nacional à produção dos contextos populares e das etnias indígena e afro-brasileira. Na mesma linha, o projeto do CNRC (que foi assumido pela FNpM) queria dar um novo sentido à política de preservação. Não se tratava mais de apenas preservar materialmente monumentos e sítios em que se reconhecem valores históricos e artísticos que justificam o investimento em sua conservação pela sua mera presença e visibilidade. (FONSECA, 2009, p. 156)

Fonseca (2009) registra também que na gestão de Aloísio Magalhães no SPHAN adotou-se a prática de consultar as populações dos centros históricos. “É pela via de participação social – e não mais pela seleção rigorosa de bens de valor excepcional – que se vai buscar legitimar a política de preservação dos anos 80.” (FONSECA, 2009, p. 158).

Em 1981 Aloísio Magalhães costurou a continuidade das ações do CNRC e atuou para a criação da Secretaria de Cultura dentro do MEC. O documento “Diretrizes para a operacionalização da política cultura do MEC” trouxe no seu léxico “participação comunitária”, com base na noção de democratização da política cultura, perspectiva que reverberou nesta década. Aloísio faleceu subitamente no ano seguinte, enquanto estava na Europa para participar de uma reunião da UNESCO. Em 1985 a Secretaria foi substituída pelo Ministério da Cultura.

Avalia-se que, se por um lado o CNRC teve pouca concretude em termos dos resultados dos projetos (alguns dos quais inconclusos), por outro, teve grande contribuição para a revisão conceitual das noções de cultura e de patrimônio, pensadas por meio da noção de referência e de bem cultural. Essa revisão, promovida na gestão de Aloísio Magalhães, foi o esteio daquilo que se formalizou na década de 1980, tanto na Secretaria e no Ministério da Cultura, quanto na Constituição Federal.

As transformações históricas da década de 1970 e seguintes, as mesmas que obrigaram ao debate sobre a função social dos museus, também levaram o campo do patrimônio a repensar os critérios utilizados para instituir a preservação. Pode se considerar que houve nesse ponto uma convergência entre os campos, mas à maneira como isso repercutiu em cada um deles foi estruturalmente diferente. Em termos da atuação do IPHAN, o tombamento trazia – e traz – um efeito imediato sobre o destino de áreas urbanas, supervalorizadas no processo de crescimento das cidades. Esse impacto imediato em interesses, econômicos e políticos ao mesmo tempo, inseriu o patrimônio numa ordem de importância frente às pressões sociais externas ao campo.

Referindo-se especialmente às transformações ocorridas em São Paulo, a partir do CONDEPHAAT, Marly Rodrigues (2000) afirma que em meio à oposição e resistência à Ditadura Civil-Militar, a sociedade começava a compreender a preservação como direito social, especialmente com a influência da perspectiva da ecologia e da memória.

O CONDEPHAAT em São Paulo foi criado em 1968 e, segundo Rodrigues (2000), foi fruto da formulação de um grupo de intelectuais que em sua maioria não estava então ligado ao campo nacional do patrimônio e da arquitetura. Destacando a participação de Vinício Stein Campos no processo de criação do órgão, a autora comenta que foi fruto da “mesma matriz conservadora e tradicionalista” que criou os Museus Histórico-Pedagógicos (RODRIGUES, 2000, p. 29). Na lógica empreendida, tratava-se do intento de salvar a cultura e o patrimônio da ameaça da perda. O projeto do órgão foi encomendado a um grupo de intelectuais que, além de Stein Campos, contava com Paulo Duarte e Rodrigo Melo Franco de Andrade. Estruturalmente ligado à reforma administrativa do estado em que Waldisa Rússio teve participação profissional ativa, segundo ela mesma relatou havia ordem expressa para que o projeto saído do grupo de homens intelectuais não fosse alterado (RODRIGUES, 2000, p. 33)<sup>237</sup>. O Conselho ficou subordinado a também criada Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo.

Conforme Marly Rodrigues afirma, um dos principais marcos da transformação conceitual da noção de patrimônio elaborada em torno do CONDEPHAAT foi um curso para diplomados em arquitetura, organizado conjuntamente pelo MEC, IPHAN e pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP. A autora pontua a presença de especialistas estrangeiros, e destaca entre eles, Hugues de Varine Bohan, que conforme citado anteriormente, foi diretor do ICOM e é muito referido por Waldisa

---

<sup>237</sup> Entrevista concedida a Maria Lucia Pinheiro Ramalho e Walter Pires, em 24/04/1984, Centro de Documentação do Condephaat. Apud Rodrigues 2000, p. 33.

Rússio, em virtude dos ecomuseus. Marly Rodrigues aponta que Ulpiano Bezerra de Menezes, um dos coordenadores do curso, afirmou que aquela foi a primeira vez que se debateu conceitualmente o patrimônio no CONDEPHAAT (RODRIGUES, 2000, p. 52). Nas palavras de Rodrigues:

Entendendo a preservação como ação cujo alvo era o homem e não as coisas, Varine-Bohan lançou aos preservacionistas que o ouviam uma pergunta inquietante – “Por que vocês querem conservar o patrimônio?” – que marca o início da problematização das posturas que orientavam a preservação no Condephaat, e da crítica da atuação preservacionista até então desenvolvida. (RODRIGUES, 2000, p. 53)

Alguns presentes na ocasião relataram para a autora o impacto das palavras de Hugues de Varine. Carlos Lemos, citado como profissional experiente na ocasião, afirma que seu conhecimento era mais intuitivo e de algumas leituras. Diz que foi com Varine que “aprendeu mesmo alguma coisa” e que passou a olhar o patrimônio “com outros olhos” (Apud RODRIGUES, 2000, p. 53). Apesar da importância, o evento parece não ter tido repercussão no campo museológico, pois não figura em notícia ou correspondência identificada, o que pode ter relação com o fato de que nesse ano Varine deixou a condição de secretário geral do ICOM. Não foi possível precisar se Waldisa Rússio participou do curso, mas vale considerar que já conhecia e citava o intelectual francês, conforme a menção que faz no texto originalmente publicado no Seminário do Museu da Casa Brasileira em fevereiro de 1974 (RÚSSIO, 1974, In: BRUNO, 2010).

Analisando a situação em São Paulo, Rodrigues (2000) pontua que na segunda metade da década de 1970 o discurso em prol da preservação teve ampla repercussão e o patrimônio passou a ser tema debatido publicamente, a partir do estímulo da mídia. O CONDEPHAAT passou a precisar dialogar com associações preservacionistas, a exemplo da Associação de Defesa do Patrimônio da Comunidade (RODRIGUES, 2000). As transformações sociais no Brasil, no movimento pela redemocratização e ampliação da participação na década de 1980, demandaram ainda mais o descolamento da noção de patrimônio. Segundo afirma Antonio Augusto Arantes:

A mobilização da sociedade brasileira, nas décadas de 1980 e 1990, trouxe à tona a reivindicação de minorias étnicas e sociais por direitos culturais e intelectuais (de informação, de expressão, de inclusão, não-discriminação, entre outros). (ARANTES, In: BARRIO, 2009, p. 55)

Na perspectiva de Maria Cecília L. Fonseca (2009), ao se por em questão os critérios que levavam o Estado a adotar medidas protecionistas, deslocava-se o aspecto técnico para o aspecto político do patrimônio. O IPHAN precisou se abrir para processos de tombamento inéditos, a exemplo do Terreiro da Casa Branca (Bahia), em 1984 (homologado em 1986) e dos remanescentes do Quilombo dos Palmares (Serra da Barriga, Alagoas), em 1986.

Para o IPHAN e demais órgãos do patrimônio nos estados, a adoção de novos critérios e a consagração de outros patrimônios levou também à necessidade da atuação de outros especialistas, que não apenas os arquitetos. Segundo Fonseca (2009), ficava evidente que a atribuição de valor não poderia se reduzir à questão técnica. A esse respeito, a autora cita o processo de tombamento do Terreiro da Casa Branca e as discordâncias explícitas entre os técnicos do patrimônio e os antropólogos da Área de Referência da Dinâmica Cultural da Fundação Nacional Pró-Memória e do Conselho Consultivo, que enfatizavam a importância política e simbólica do tombamento.

Vale observar, em termo dos movimentos de autonomização, que enquanto o campo do patrimônio se abria, para as demandas sociais e para outros campos de conhecimento, o campo museológico se fechava. Afinal, entre os anos 1980 e 1985 a regulamentação foi o tema mais constante, restringindo e controlando a autoridade que outros profissionais poderiam exercer no debate sobre a Museologia e os museus. Na perspectiva bourdieuana, é importante considerar que o campo museológico alcançava certa autonomia, que lhe possibilitou um distanciamento das questões sociais, mesmo com a situação política do país agitada em prol da redemocratização. Tratava-se de uma perspectiva conservadora do campo museológico, que não forçou a transformação das estruturas, mas sua reprodução.

Conforme visto anteriormente, a respeito da denúncia contra Fernanda de Camargo Moro em 1971, a atitude política foi vista com suspeição dentro do campo museológico. Mesmo para esta museóloga, aparentemente aberta às revisões propostas pelo ecomuseu, em 2010 ao fazer uma síntese da trajetória do ICOM, referindo a si e a Lourdes Novaes afirmou o seguinte: "...juntas nos esforçamos por fazer um ICOM no Brasil mais aberto, mais profissional e menos politizado, defeito que sua representação brasileira exibiu cada vez mais, sobretudo depois de 1964." (MORO, IN: BRUNO, 2010, p. 26).

Analisando documentos que registram movimentos do campo museológico, não é difícil perceber que havia um distanciamento de temas que pudessem ser

considerados polêmicos. As questões técnicas que impactam a guarda e a extroversão dos bens materiais foram também um mecanismo para o campo passar ao largo de questões que se colocaram mais imperativamente ao patrimônio, em face da democratização. Temas considerados mais políticos, como a função social dos museus, mesmo quando tratados, não apontavam uma direção e tampouco uma correspondência com a atuação prática da maior parte dos agentes no campo. É raro inclusive que o discurso dos agentes tenha esse caráter. A questão da própria estruturação da carreira e da área, como campo de conhecimento e disciplina acadêmica, e a correspondência em termos de estrutura profissional administrativa, ocuparam muito mais o tempo e o espaço das relações museológicas.

A ausência de comprometimento com uma crítica também pode ter favorecido uma desarticulação do campo frente a questões político-administrativas que envolviam os museus. A administração pública de museus, em âmbito federal (e sua relação com outros setores do campo) esteve por dentro da estrutura do Serviço de Patrimônio ao mesmo tempo em que coexistiam (e coexistem) museus ligados a diversos órgãos da administração federal. Museus públicos, que exercitaram compreensões diversas sobre o perfil do serviço público que deveriam prestar. Em torno dos setores mais conservadores – que logravam representar todo o campo museológico – a relação com a estrutura administrativa e política se dava no sentido de cobrar a ampliação de verbas destinadas aos museus e ao provimento de estrutura e pessoal especializado, meio pelo qual também se unia o debate da regulamentação.

Esse quadro de distanciamento das questões políticas-administrativas tem suas variações, como a trajetória de Waldisa, de outros agentes e instituições indica. Um exemplo a esse respeito foi o I Encontro Nacional de Dirigentes de Museus, realizado na FUNDAJ, já citado. O evento, realizado em 1975 em parceria com o Museu Imperial e com o patrocínio do Programa de Ação Cultural do MEC, visava “estabelecer bases para uma política museológica de capacitação dos museus com vista a dinamizá-los”.<sup>238</sup> A ocasião legou o documento chamado “Subsídios para a Elaboração de uma Política Museológica” e por meio deste é possível identificar uma inflexão no campo. Tanto o ensejo inédito de formulação de uma “política museológica” quanto a declaração de que o ideal de museu contemporâneo passava pelo exercício da democracia figuraram no discurso do evento/documento.

Na introdução do documento publicado em 1976, um ano depois da realização do evento, relaciona-se a iniciativa do encontro com a Política Nacional de Cultura

---

<sup>238</sup> Ofício enviado “ao prezado senhor” Therezinha de Moraes Sarmento, a respeito do I Encontro de Dirigentes de Museus. NUMMUS/UNIRIO, Coleção Therezinha de Moraes Sarmento. Pasta Encontro Nacional de Dirigentes de Museus I e II.

(1975) e citando-a afirma-se tratar do estabelecimento do fundamento legal da ação do “Governo no campo cultural”.<sup>239</sup> Considerando a perspectiva que fundamenta essa ação, conforme problematizam Lia Calabre (2005), Rubim (2007) e outros autores, o desejo do documento é oferecer aos gestores o ponto de vista dos diretores de instituições a respeito do funcionamento que eles consideravam adequado aos museus brasileiros.

Não há evidência anterior desse tipo de discussão, que relacione o serviço do museu a um planejamento geral de governo no âmbito federal. Na prática, entretanto, conforme o nome indica, o documento não oferece um plano, mas o subsídio para o desenvolvimento de um. Não há indicação de como esse planejamento deveria ser concebido, em que prazo e por quem. Tomando em conta o documento “Subsídios”, a compreensão da necessidade de formulação de um parâmetro para o serviço dos museus acabou não tendo uma correspondência com a explicitação do papel do Estado (“governo”) nisso. Em termos gerais, exprime-se a necessidade de o museu se integrar numa lógica de crescimento e desenvolvimento do país e da cultura, ocupando uma função suplementar em relação ao papel da educação e da ciência. Há também uma perspectiva administrativa que pretende tornar os serviços dos museus “mais eficientes”, com menos investimentos públicos: incentivo ao estabelecimento de parcerias com empresas privadas<sup>240</sup>, geração de renda pelos museus e o estabelecimento de parcerias para aumentar o aproveitamento de profissionais que já atuavam nos museus. Em síntese: redução da participação do Estado.

Os temas gerais do encontro<sup>241</sup> foram tratados por “ilustres estudiosos da cultura”, a exemplo de Aloísio Magalhães, que esteve na abertura. Quanto ao controle dos conteúdos, conforme o regimento indica, as comunicações não deveriam ser objeto de debate. Os temas tratados como particulares, “dirigidos ao modo de atuação dos museus”, foram analisados por sete grupos de trabalho. A maior parte das falas reproduzidas no documento resulta desses grupos.

O segundo aspecto destoante do encontro – além da menção a uma política museológica – se refere ao GT 07, com o tema “Funções de relação do museu com o meio”, coordenado por Ulpiano Bezerra de Meneses (então diretor do Museu de Arqueologia e Etnologia da USP). Conforme mencionado anteriormente, este grupo se diferenciou da perspectiva dos demais ao se concentrar na função social dos museus.

---

<sup>239</sup> INSTITUTO JOAQUIM NABUCO DE PESQUISAS SOCIAIS. Subsídios para a Implantação de uma Política Museológica Brasileira. Recife: Instituto Joaquim Nabuco, 1976, p. 5.

<sup>240</sup> Não houve ocasião para ampliar a questão, mas Waldisa Rússio era contrária a privatização dos serviços públicos de cultura. Na década de 1980 esse tema foi debatido na ASSPAM e documentado em atas e outros registros.

<sup>241</sup> Os temas foram os seguintes: museu e a cultura nacional, museu e pesquisa, museu e educação, museu e preservação do patrimônio cultural e formação profissional.



Tratava-se não apenas de afirmar essa máxima já assumida pelo ICOM, mas de se indagar qual de fato deveria ser a missão assumida pela instituição em prol da “comunidade”. Ulpiano incentivou que o museu não escamoteasse a tensão e o conflito e alertou para a possibilidade da instituição servir à “manipulação ideológica – quaisquer que fossem suas origens.”<sup>242</sup> Além de desnaturalizar a função da instituição – geralmente tratada no campo como expressão positiva da cultura –, o grupo de trabalho também apontou a necessidade de que as instituições emanassem da comunidade que visam representar. De modo mais sistemático, analogamente aquilo que se debateu em São Paulo em 1974 com relação ao patrimônio (a partir da perspectiva de Hugues de Varine e a presença de Ulpiano Bezerra de Meneses), tratou-se de registrar a necessidade das “comunidades” atuarem de modo ativo na decisão preservacionista dos museus. O “Subsídios” registra, portanto, um dos caminhos de divulgação da nova compreensão de museus, influenciada pelo ambiente da Mesa de Santiago no Chile, em 1972 (também com a participação de Hugues de Varine), em virtude da definição de ecomuseu e também atrelada a transformação da ideia de patrimônio.

A presença desse discurso no evento, no entanto, não nos permite entrever o quanto sua perspectiva alcançou os participantes. É importante destacar que, se por um lado, o discurso foi assumido pela Fundação Joaquim Nabuco ao publicar o “Subsídios” em 1976, ele não tinha correspondência na grande parte das discussões do evento e das recomendações dos outros gts. Diferentemente do que parece ter ocorrido em São Paulo, considerando que Rodrigues (2000) afirma que o encontro em 1974 foi um marco para um novo debate conceitual sobre patrimônio, no campo museológico a questão sobre para quê e para quem seguiu reservada às últimas posições nos temários.

A relativa capacidade de influenciar o campo museológico também se deve a características específicas desse Encontro Nacional de Diretores de Museus. Os convidados para falar eram homens dirigentes da administração pública e diretores de museus, como Gerardo Brito Raposo da Câmara (MHN), Lourenço Luis Lacombe (Museu Imperial) e Ulpiano Bezerra de Meneses (MAE), profissionais com diferentes formações. Conforme o regimento, a participação dos graduados em Museologia estava assegurada apenas na condição de “observadores”. Destoa do campo museológico também a quase inexistência de mulheres nas comissões e nas comunicações. A exceção – que confirma a regra – se tem com a participação da “museóloga” do Museu de Arte Didática de Natal, na condição de “secretário” da

---

<sup>242</sup> INSTITUTO JOAQUIM NABUCO DE PESQUISAS SOCIAIS. Subsídios para a Implantação de uma Política Museológica Brasileira. *Op. Cit.*

comissão. A desproporção com o campo – se considerarmos que as mulheres tiveram destaque evidente na trajetória da área, inclusive em seus eventos – estava antecipada no regimento do encontro, que só previu a participação feminina para as funções de secretariado<sup>243</sup>.

Considerando a inegável e histórica segregação ao pensamento feminino, vale indagar a partir dessa evidência: estavam as mulheres interdidas de pensar politicamente os museus? Os museus considerados influentes para a interlocução sobre política pública eram dirigidos somente por homens? Questões relevantes que infelizmente não poderão ser respondidas com esta pesquisa, mas que não devem ser omitidas. Ainda sobre o Encontro e o “Subsídios”, apesar da importância da ocasião e do registro, não teve efeito prático na formulação de uma política museológica e tampouco foi apropriado pelo campo, para acúmulo quanto a essa questão<sup>244</sup>.

Em termos da estrutura pública para o campo museológico, na década de 1980 duas frentes foram criadas: o Programa Nacional de Museus e o Sistema Nacional de Museus. Segundo o Boletim do SPHAN/Pró-Memória<sup>245</sup>, o Programa Nacional, criado em 1982, tinha como objetivo “prestar assistência à totalidade do universo museológico”. Organizado a partir da coordenação de Rui Mourão, segundo ele mesmo afirmou, o Programa privilegiaria os museus ligados a Secretaria de Cultura do MEC para depois prestar assistência aos demais que solicitassem<sup>246</sup>.

Em 1983 Solange Godoy esteve no Curso de Museologia da FESP, representando o Programa Nacional de Museus. A visita visava estreitar as relações formais e estabelecer parcerias. Na ocasião, conforme a correspondência de Waldisa Rússio indica, Solange lhe consultou sobre a programação de um evento a ser realizado pelo Programa. Nas palavras de Waldisa:

Senhora museóloga,  
Preliminarmente, quero agradecer a gentileza de sua visita nos dias 18 e 19 últimos, e manifestar a esperança que ela trouxe a todos nós, do Curso de Museologia e à nascente Associação dos Trabalhadores de Museu, de que enfim se quebra o isolamento em que se encontra São Paulo relativamente a projetos e atividades realizados na área federal, do campo da cultura.  
Particularmente, sua visita me parece de grande importância pela possibilidade de desdobramentos, ou seja, novos contatos e providências sempre mais concretas interligando o Curso e os profissionais de São Paulo e o PROGRAMA NACIONAL DE MUSEUS.  
[...]

---

<sup>243</sup> Idem.

<sup>244</sup> Haja visto a pouca referência que se faz ao documento no campo museológico contemporâneo.

<sup>245</sup> BOLETIM SPHAN/PRÓ-MEMÓRIA. Brasília: Fundação Nacional Pró-Memória, setembro/outubro 1982.

<sup>246</sup> Idem.

Quanto ao programa do Curso a ser realizado pelo PROGRAMA NACIONAL DE MUSEUS, FUNDAÇÃO PRÓ-MEMÓRIA E UNESCO, sobre o qual Vossa Senhoria teve a gentileza de me consultar e que constitui o objeto principal de sua visita a São Paulo, exponho a seguir algumas idéias....<sup>247</sup>

Na sequência, Waldisa pediu mais informações sobre o curso, sua duração e com qual finalidade de formação e destacou que em sua compreensão, qualquer que fosse o formato, o curso deveria ser capaz de problematizar “porque museus, para quem e como”. Ela defendeu que o curso poderia ser "monográfico", mesmo se para “reciclagem”, para “altos estudos” ou para novos profissionais. Sobre a abrangência cultural e geográfica, Waldisa destaca a dificuldade de contemplar tantas realidades sociais e culturais diferentes:

Essa diversidade de “tempos sociais”, de variáveis de população, de culturas, enfim, toda essa visão caleidoscópica de uma América que se apresenta branca, mestiça e índia. E, quando uso esta expressão “branca, mestiça e índia”, quero me referir muito mais à cultura assumida e, conseqüentemente, a uma ideologia e a uma identidade cultural.

[...]

E como trabalhar aquilo que em grande parte somos, uma América mestiça que nem sempre se reconhece como tal e vive a dramática procura de sua própria face?

E como ver a política museológica em um contexto tão rico, tão instigante e, ao mesmo tempo, tão multifacetado?<sup>248</sup>

Waldisa sugere uma mudança no tema proposto pelo Programa Nacional de Museus, sugerindo refletir sobre os museus diante dos desafios da comunicação. A seguir ela indaga: “Os conceitos predominantemente europeus ou norte-americanos de museu são os mesmos na e para a América Latina?”. Na carta Waldisa desenvolve um texto, problematizando questões sobre museus e Museologia. Aparentemente respondendo ao pedido de Solange, ela indica alguns profissionais que poderiam ministrar o curso: para tratar de "meios de comunicação e dependência cultural", Franklin de Oliveira, autor de "A Morte da Memória Nacional". Para “Museu e Ideologia” ela sugere Michel Debrun e também Marilena Chauí. Sugere também "o museólogo Maurício Segall (para tratar da questão de ideologia nos museus de arte)". Sugere Marília Duarte e mais adiante afirma:

No que diz respeito à ideologia em museus e à interligação deste tópico com o de contexto cultural, seria interessante pedir à Associação Bahiana de Museólogos ou ao Curso de Museologia da Universidade Federal da Bahia que indicasse alguém, pois me parece

<sup>247</sup> Arquivo IEB-USP, Fundo Waldisa Rússio Camargo Guarnieri, caixa: 085, código do documento: 18.0321.

<sup>248</sup> Idem

que tais assuntos são bastante considerados por aqueles profissionais e pela escola.<sup>249</sup>

Para o tema “O museu e a informação cultural” Waldisa indica o formato de painel ou mesa-redonda. Sugere que se convide alguém de comunicação ou informação e um profissional de museu: “Creio que aqui também seria interessante a participação de alguém da Bahia e de Pernambuco”, lembrando os nomes de Mercedes Rosa (Salvador) e de Mario Chagas (Recife). Mais adiante: “...Acho que seria importantíssimo o depoimento de alguém como o diretor do “Museu do Sertão (Petrolina)”. Sobre o tema “A linguagem museológica – sua especificidade”, Waldisa sugere problematizar a leitura do mundo e a semiologia dos objetos. Indaga como é possível tratar desses temas sem referir a Paulo Freire e lembra que o teórico foi várias vezes contratado pela UNESCO. Sugere também o nome de Mario Vasques, do México. Acrescenta que se for possível trazer técnicos de outros países era importante trazer o grupo de Caracas e Venezuela para “Informação Cultural em Museu”. Destaca a possibilidade de participação de profissionais ligados ao ICOFOM, citando Stránský (Tchecoslováquia), Klaus Schreiner (Alemanha) e Vinos Sofka (Suécia).

Waldisa insistiu, em todos os tópicos, que se considerasse a realidade da América do Sul e não apenas a dos grandes centros urbanos. Acrescentou:

Além das questões técnica, seria fundamental analisar as políticas de localização de tais centros; o uso efetivo de tais materiais; o “feudo” de alguns centros, etc. Julgo que seria o cumprimento de um dever profundamente ético, lembrar o centro de documentação etnológica que SERIA implantado no Museu do Índio.

Por fim, destacou que sua “eventual participação” poderia ocorrer relativamente aos temas 3,4,5 e 6 e se despediu dizendo o seguinte:

Espero que Vossa Senhoria sinta, nesta longa correspondência, o interesse que despertou a sua proposta de programa e o desejo de corresponder à generosidade do seu convite para me manifestar a respeito; acima de tudo, V. Sa. e os demais integrantes do Programa Nacional de Museus perceberão, certamente, que ela é não apenas uma resposta à sua iniciativa, mas um elemento para alimentar (ao menos estimular) o diálogo que quebra o isolamento de São Paulo sobretudo em relação a um projeto de âmbito nacional.<sup>250</sup>

Como se observa, há um clima de queixa pelo “isolamento de São Paulo”, uma crítica quanto à centralização dos recursos e decisões e um intento de ver representados temas e perspectivas, conforme os profissionais indicados. Sugere

---

<sup>249</sup> Idem.

<sup>250</sup> Idem.

profissionais que na sua compreensão são capazes de fazer um debate crítico, por dentro e por fora do campo. Há também um olhar atento especificamente quanto à realidade latino-americana, aspecto que se repete em suas atividades na década de 1980. Ela recoloca as perguntas, que surgem espaçadamente no campo museológico: museu por que, para quê e para quem? Além dessa correspondência, Waldisa redigiu outra, em tom menos formal, em que também exprimia o receio de o Programa Nacional não conseguir descentralizar as ações pelas diversas regiões.

Não foi possível precisar o desfecho do evento e tampouco o impacto das contribuições de Waldisa. De qualquer modo, o Programa permaneceu ao longo da década, organizando encontros de formação e sendo uma via de descentralização de recursos financeiros, para a revitalização de museus.

Com funções análogas ao Programa Nacional de Museus foi criado em 1986 o Sistema Nacional de Museus, que segundo Priscila Freire, que o presidiu:

A idéia de um Sistema Nacional de Museus deveria ser interpretada sempre como a de um sistema normativo e de controle técnico que buscava amparar as atividades museológicas sem coibir os museus em seu empenho individual.

Nossa atuação se processa através de um comitê composto de representantes de cada Estado ou território brasileiros que, somado a uma coordenação em Brasília formam a estrutura básica do Sistema. Uma vez por ano ou mais – se necessário, esses representantes se reúnem no Ministério da Cultura para expor, discutir e avaliar projetos votando prioridades. Inevitavelmente essa integração provoca mudanças: os Estados começam a se mobilizar no sentido de criarem seus próprios sistemas. É também perceptível, no exame dos projetos que nos chegam, a preocupação de se adequar o museu à realidade social e compatibilizá-lo com o avanço que a museologia vem alcançando em todo o mundo.

Além do apoio financeiro ou, eventualmente técnico, dado aos museus o Sistema Nacional de Museus vem estimulando cursos de treinamento básico ou de pós-graduação, edição de livros, concursos, encontros, congressos e seminários<sup>251</sup>.

Como se observa, por meio do Sistema se esperava uma articulação cada vez maior dos estados, para uma atuação coordenada da área de museus. Em entrevista, Inês Coutinho – que trabalhou no Sistema Nacional em Brasília – comentou que o órgão tinha uma função normativa, com relação aos museus, porém, mais do que isso, sua função era de descentralizar recursos, especialmente financeiros. Foi para cumprir esse objetivo inclusive que foi impulsionada a criação dos sistemas estaduais de museus<sup>252</sup>. Inês Coutinho destaca ainda que o Sistema Nacional trouxe um grande

<sup>251</sup> Arquivo IEB-USP, Fundo Waldisa Rússio Camargo Guarnieri, caixa: 084, código do documento: 18.0217.

<sup>252</sup> COUTINHO, Inês. Entrevista concedida a Inês Gouveia. São Paulo, SP. 03/2017. Entrevista transcrita no Anexo II.

impulso para os museus no Brasil, pela possibilidade de custeio dos projetos. A esse respeito, Maria Célia T. M. Santos destacou que, por meio da ação do Sistema Nacional, viajou “de Roraima até o Rio Grande do Sul” ministrando cursos sobre museus e educação, nesse espírito de qualificar e revitalizar o fazer dos museus<sup>253</sup>. Mario Chagas, que fez parte do Conselho do Sistema Nacional, afirmou em entrevista que o Sistema e o Programa Nacional de Museus se sobreavam nas suas funções de descentralizar recursos aos museus. Diz ainda que na atuação de ambos nunca houve como objetivo o desenvolvimento de uma política museológica<sup>254</sup>. Mesmo diante dessa limitação, a noção transmitida pelos agentes que acompanharam as ações do Sistema Nacional de perto é de que suas ações foram essenciais para o fortalecimento da relação entre os museus e para dar uma visão de conjunto quanto as instituições nacionais naquele período.

#### **4.5 Waldisa Rússio e a política no campo museológico**

Em São Paulo Waldisa Rússio foi insistente no diálogo com a Secretaria de Estado de Cultura quanto à necessidade de construção de uma política cultural e dentro dessa, de uma política museológica. No texto “Algumas considerações sobre uma política cultural para o estado de São Paulo”, publicado originalmente no Boletim da Casa Brasileira, em 1976, Waldisa abordou diretamente a questão (Rússio, In: BRUNO, 2010a, p. 57). Nessas reflexões – que foram apresentadas 2 anos antes, num Seminário na Casa Brasileira, Waldisa indaga quais são os “grupos socioeconômicos” beneficiados com as atividades culturais. Fazendo uma reflexão mais administrativa e de gestão (do que propriamente política), na exortação de um “sistema museológico”, Waldisa coloca em questão os aspectos cruciais da noção de que a ação do Estado deve se dar em caráter de serviço público e, quanto a isso, devem ser assegurados de acordo com certos parâmetros.

Em março de 1983, representando a ATM, escreveu ao Secretário de Cultura para sugerir e reivindicar as bases de formulação dessa política e meses depois, representando esta e a ASSPAM, criticou veementemente a edição do Decreto n.º 20.955, de 1º de junho de 1983, que interferiu na estrutura na Secretaria de Cultura do Estado. Nos termos da ATM, em carta assinada por 41 pessoas:

---

<sup>253</sup> SANTOS, Maria Célia Teixeira Moura. Entrevista concedida a Inês Gouveia. Recife, PE. 08/2017. Entrevista transcrita no Anexo II.

<sup>254</sup> CHAGAS, Mario. Entrevista concedida a Inês Gouveia. Rio de Janeiro, RJ. 11/2017. Entrevista transcrita no Anexo II.

A Associação Trabalhadores de Museus... vem à presença de V. Exa. para sugerir e reivindicar:

1. A urgente necessidade de elaboração de uma política cultural na qual o povo seja considerado em seu verdadeiro papel de criador e não apenas consumidor passivo de uma produção alheia a ele;
2. Conseqüentemente, essa política não poderá ser elaborada sem a prévia audiência e efetiva participação dos segmentos organizados da sociedade civil, incluindo a colaboração dos técnicos, considerados trabalhadores sociais;

[...]

4. Particularmente, no que diz respeito à preservação do patrimônio cultural, lembrar que se impõe a revisão das leis estaduais que regulam a matéria, a reorganização dos organismos voltados para a preservação da herança cultural e a criação de quadros multiprofissionais selecionados democraticamente;

5. Lembrar que entre os organismos incumbidos da preservação e da comunicação do patrimônio cultural encontram-se os museus, as bibliotecas e os arquivos, os quais porém assumem configurações específicas a exigir organismos também específicos e que lhe disciplinem a ação, mantendo o caráter de autonomia dessas instituições, originárias dos três diferentes ramos científicos, a saber a Arquivologia, a Biblioteconomia e a Museologia;

6. Uma política museológica que:

a) defina o museu como uma instituição permanente, a serviço da sociedade, com equipe profissional, e dedicado à coleta, pesquisa, guarda e difusão, sobretudo através de exposições, dos testemunhos do homem e do seu meio, com a finalidade de estudo e educação, recreação e prazer.

b) vincule a criação de museus a prévios estudos e à consulta à comunidade de que ele deve resultar e sobre a qual deve agir;

[...]

Finalmente, considerando que a atual Administração mantém o antigo caráter político das direções dos museus, mais do que nunca se faz necessária a criação de cargos e funções de museólogos em todas as unidades incumbidas da preservação dos bens culturais móveis, tais como as atualmente existentes: Divisão de Museus; museus monográficos da Capital; Divisão de Preservação Paisagística e CONDEPHAATT.

Finalmente a ATM coloca-se à disposição de V.Exa. para os esclarecimentos adicionais, o amplo debate e os seus préstimos para a consecução dos objetivos aqui indicados.

São Paulo, 30 de março de 1983<sup>255</sup>.

Observa-se que a ATM afirma a necessidade de se construir uma política cultural e museológica que aponta uma resposta ao “como”: por meio da escuta da sociedade civil organizada, ampliando a participação na decisão sobre aquilo que é patrimônio, que é bem móvel. A formulação da base para a política museológica também busca responder o porquê, para que e para quem se instituir museus, na medida em que se exorta consultar o grupo social implicado. Há também nesse documento uma evidência da proximidade com as questões do patrimônio, tanto em termos do acompanhamento da discussão mais conceitual, quanto em termos de

<sup>255</sup> Arquivo IEB-USP, Fundo Waldisa Rússio Camargo Guarnieri, caixa: 085, código do documento: 18.0326.

legislação e estruturação da administração pública em São Paulo. Outro aspecto de destaque é a noção de que os vestígios materiais da contemporaneidade também poderiam ser considerados patrimônio. Destaca-se ainda a compreensão de que se trata de um campo de ação interdisciplinar, como em parte do campo do patrimônio se admitia e estimulava na prática.

O ano de 1983 também foi marcante pela ocasião do Seminário “Cultura, Patrimônio e Preservação”, organizado pelo CONDEPHAAT em São Paulo. Rodrigues (2000) destaca que em termos do aprofundamento do debate do conceito do patrimônio, esse evento foi tão importante quanto o de 1974 (RODRIGUES, 2000, p. 92). Segundo ela, foi um contexto importante inclusive para a qualificação do pessoal técnico do CONDEPHAAT. Trata-se do Seminário que está registrado no livro *Produzindo o Passado*, organizado por Antônio Augusto Arantes (1984), do qual Waldisa Rússio participou. Conforme Rodrigues, a partir desse evento, os técnicos ampliaram a compreensão da relação entre preservação e memória e sobre a necessidade de que a ação do Estado tivesse correspondência com um desejo social. Ainda segundo observou a autora, esse Seminário contribuiu para se ampliar a crítica ao posicionamento técnico que, amparado em um conhecimento específico, agiu sempre como se portasse um direito exclusivo para tomar decisões de interesse social.

Na abertura do livro *Produzindo o Passado*, Arantes registrou como a sociedade estava sensível aos temas relativos ao patrimônio:

Poucos assuntos ganham destaque tão rapidamente nos jornais e na TV quanto a demolição de edificações antigas ou a descaracterização de áreas urbanas e naturais. Os argumentos são, em geral, pela defesa da qualidade de vida ou pela conservação de estruturas significativas para a pesquisa e o conhecimento. (ARANTES, 1984, p. 8)

A primeira etapa do Seminário de 1983 (e o livro que o registra) exprimiram principalmente os temas “Cultura, Patrimônio e Preservação”; “Identidade Cultural” e “História e Poder Local”. Waldisa apresentou contribuições ao primeiro dos temas. Ressaltou a importância do debate interdisciplinar. Falou marcadamente a partir do campo museológico, afirmando que seu intuito era evidenciar alguns dos conceitos, “dados e elementos culturais” com os quais os museólogos operavam. Ela destacou a sua compreensão quanto a cientificidade da Museologia e apresentou seu conceito de fato museológico. Neste ponto, destacou a importância da capacidade do “homem”, do indivíduo, de agir em sua realidade, atuando para modificá-la. Nas palavras dela:



...achamos que o museu resulta da comunidade, e é tempo de fazer museu com a comunidade e não para a comunidade. Ela entra, na realidade, como um cenário em que se processa o fato museológico, em que o fato museológico se evidencia. E esse cenário institucionalizado pode ir desde museu do tipo tradicional, ou seja, um edifício, casa de objetos, laboratório, centro de convívio, etc., até a forma mais avançada da museologia contemporânea, que é o ecomuseu. (RÚSSIO, IN: ARANTES, 1984, p. 60)

Nessa síntese, Waldisa colou o seu conceito de fato museológico à noção de participação. Em sua perspectiva, como evidenciado em outros excertos, era impreterível a participação de um grupo de pessoas que estivesse diretamente relacionado ao museu. Disso resulta o cenário em que se processa o fato museológico e que pode se instituir tanto como um museu com características tradicionais quanto ao prédio e acervo ou como um ecomuseu. Refletindo criticamente a respeito da tradição museológica e sobre a conformação política dessa tradição, afirma:

Durante muito tempo se preservou com os conceitos de uma determinada classe, pretendendo que a maioria aceitasse esses conceitos, o que, realmente, não é possível; então, a preservação não tem autenticidade exatamente porque ela não é resultado técnico de um trabalho comunitário, ela não é o resultado político de uma ação social. Realmente aqui reside todo o erro que até hoje nós temos notado, ou pelo menos o erro principal, o mais grave, nas atitudes, nos mecanismos da política de preservação, nos mecanismos da política museológica. Aliás, política não existe ou, talvez, existindo uma política, seja exatamente uma política para se preservar o *status quo*, e conduzir toda a sociedade com uma leitura do passado, de um passado hermético de uma classe social. Acho que está no momento de recuperarmos essa dinâmica cultural, essa dinâmica do social, acreditar no processo de abertura que se anuncia e conquistá-la a cada dia. Acho que a memória, preservação, musealização são atos políticos e temos de assumi-los como tal, e são atos e espaços de conquista e não dádivas de ninguém. Só podem realmente fazer museus autênticos na medida em que eles se inspirem na comunidade. (RÚSSIO, IN: ARANTES, 1984, p. 88)

A preleção que Waldisa fez – transcrita no livro – é politicamente engajada na lógica da democracia, participação e transformação social. Sua compreensão de preservação aplicada à Museologia se aproxima muito da perspectiva da preservação do patrimônio. Ou seja, os critérios que definem aquilo que deve ser preservado não são valores em si, mas assumidamente valores em disputa num campo social, em que técnicos podem agir com uma atitude politicamente ativa. Mais do que isso na lógica de Waldisa, devem mesmo convergir para a transformação, pois a preservação deveria ser um meio (e não um fim) cooperando para um equilíbrio social. Depois de sua fala, respondendo a perguntas do público, Waldisa citou o Museu do Índio como

exemplo de uma ação em prol da formação e de uma consciência crítica. Entre outras coisas, identificou públicos marginalizados dos processos dos museus, citando “crianças, velhos, pessoas de pouca escolaridade, deficientes físicos e econômicos”. Noutro trecho, ela enfatizou – correspondendo ao pensamento de Ulpiano em 1975 – se o museu deveria tratar a história escamoteando os conflitos. Enfim, o texto apresenta visões de uma museóloga, revestida desse “lugar de fala museológico”, na oportunidade de falar para outro campo. Fica evidente que Waldisa Rússio tinha interesse na autonomização da área museológica, tinha visões de preservação ligadas às questões técnicas da Museologia e juntamente com isso, tinha uma perspectiva de alteração da forma como o campo se comportava com relação à sociedade.

Em 1984 a preocupação com uma legislação que melhor amparasse o patrimônio e os museus tem destaque no 1º Seminário Internacional de Legislação Comparada no Setor de Cultura. Waldisa participou do evento, com oportunidade de fala apresentando suas indagações, seu diagnóstico da questão e aqueles que ela considerava serem os pontos mais urgentes (RÚSSIO In: Bruno, 2010<sup>a</sup>, p. 160). Outra expressão pontual do ensejo de construção de uma política museológica a partir do campo e de Waldisa se teve em 1985, quando a ASSPAM, ICOM-BR e Associação Baiana entregaram uma carta conjunta ao recém-criado Ministério da Cultura<sup>256</sup> (Decreto 91.144 de 15 de março de 1985). A carta foi construída em reunião da ASSPAM, que repercutia com frequência o tema em suas assembleias. O documento afirmou os mesmos princípios gerais das falas anteriores de Waldisa. Reivindicou-se uma política cultural e museológica que partisse da escuta dos segmentos profissionais e artísticos e da sociedade como um todo. Novamente falou-se da necessidade do estabelecimento de uma política de preservação do patrimônio cultural.

A primeira parte do documento aponta críticas com relação a situação dos museus, reclama a falta de critérios para a criação de instituições novas e a falta de verba para a manutenção das existentes. Observa-se que na maior parte das vezes os museus servem apenas aos turistas e a uma “elite intelectualizada”. Critica-se a falta de cursos de formação, a falta de observação de parâmetros técnicos no trato do acervo e a forma como ocorria a nomeação de diretores. Afirma-se que nas condições em que estavam, os museus deixavam de cumprir seu principal objetivo, que é “a atuação dinâmica junto a sociedade”. Além das críticas, formulam-se sugestões que

---

<sup>256</sup> Arquivo IEB-USP, Fundo Waldisa Rússio Camargo Guarnieri, caixa: 085, código do documento: 18.0327. A carta foi publicada em Bruno (2010a). Na mesma ocasião foi entregue uma carta ao CNPQ, assinada pelas mesmas instituições, também com o intuito de solicitar investimentos no campo museológico.

exprimem o mesmo sentido: dotar os museus das condições técnicas adequadas, por meio de profissionais qualificados que atuem em prol da relação das instituições com a sociedade.

Pelas atas das assembleias da ASSPAM, evidência-se que ao longo dos anos 1980 o tema da política esteve nessa associação recorrentemente misturado aos assuntos do campo museológico. Isso se observa tanto pelo ensejo de participação na formulação de políticas de cultura e museológicas e de marcos legais estaduais, quanto federais. Em 1985, cerca de dois meses após a entrega da carta para o Ministro, Waldisa foi convidada pelo Ministério para um Seminário, conforme o seguinte:

Ilm<sup>a</sup>. Sr.<sup>a</sup> Waldisa Rússio Guarnieri,  
 O Ministério da Cultura pretende definir sua missão institucional de forma a constituir-se em instrumento da viabilização de uma política cultural que atenda aos anseios e demandas da sociedade.  
 Para viabilizar esta proposta essencialmente democrática, torna-se indispensável a audiência de pessoas que, pela sua vivência e envolvimento com os problemas e com a produção cultural do País, possam prestar contribuição para um processo de reflexão sobre o papel do Ministério da Cultura.  
 Nestes termos, tenho o prazer de convidar V. S.<sup>a</sup> para participar do 1º. Seminário do Ministério da Cultura, a realizar-se nos dias 22, 23 e 24 de agosto, em Brasília, reunindo cerca de setenta pessoas das várias regiões do País, de forma a congregar amostra expressiva de diferentes correntes e manifestações da cultura nacional.  
 Certo estou de que sua participação há de constituir-se em fator de êxito e eficácia do referido Seminário, razão pela qual tenho especial interesse em seu comparecimento.  
 [...]  
 Aluísio Pimenta<sup>257</sup>.

Esse documento, as demais correspondências mencionadas e as atas da ASSPAM evidenciam que essa parte do campo museológico tinha preocupações e formulações políticas e voltadas às estruturas administrativas. Conforme explicitado, poucos eram os agentes e instituições do campo ocupados de seus aspectos políticos, mesmo quando isso representava aceitar conceitualmente a centralidade da sociedade para os museus. Na corrida pela autonomização do campo, em volume, importava mais os termos da regulamentação do que a redemocratização das estruturas político-administrativas do país.

A diferença da posição defendida por Waldisa Rússio, que marca sua noção teórica e também a atividade prática da ASSPAM (especialmente nos anos de 1983 a 1986) é a compreensão de que uma atuação democrática não poderia prescindir de uma política cultural. Na Ata de fundação da ASSPAM, em 14/05/1983, está em

<sup>257</sup> No trecho suprimido, pede a confirmação de participação. A carta está assinada pelo Ministro. Arquivo IEB-USP, Fundo Waldisa Rússio Camargo Guarnieri, caixa: 082, código do documento: 18.0135.

destaque: Capítulo II – Dos Fins: “[...] a luta constante pelo aperfeiçoamento das instituições de caráter museológico, dentro de uma dimensão maior de política cultural.”<sup>258</sup> De modo conexo com aquilo que defendida em termos dos museus e da Museologia, Waldisa Rússio tinha a expectativa de que os museólogos fossem indivíduos capazes – como ela – de interferir na ordem imposta. Isso significava estruturas de cultura mais participativas, macro e micro, incluindo os museus. O reclame por uma prática democrática não era apenas um discurso vazio, que fazia um coro evidente, sem consequências. Observe-se o que se registrou na ata da ASSPAM de 17/10/1984:

Aprovou-se, como plataforma de luta da Ass., a manifestação de intransigente defesa das liberdades democráticas, considerando-se que o processo de conquista de abertura democrática prossegue na luta por eleições livres e diretas, e pela convocação de uma Assembleia Constituinte livre e soberana. Esta moção foi aprovada com todo contrário de Leda Queirós, que discordava da inclusão da luta pela Assembleia Constituinte livre e soberana. (IMG\_0697)

A manifestação contrária da associada evidencia que a participação ativa das instituições museais nos assuntos da pauta política não eram a regra. Essa atitude assumidamente política não agradava a todos e, especialmente, não agradava aos setores mais conservadores do campo.

**Figura 48** - Participação da ASSPAM no Comício das Diretas Já em São Paulo, 1984.



Fonte: Arquivo IEB-USP, Fundo Waldisa Rússio Camargo Guarnieri, caixa: 356, código do documento: IEB 22.001/28

<sup>258</sup> Ata de Fundação da Asspam, 14/05/1983. Centro de Documentação da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo. Coleção Curso de Museologia. Caixa 02-06 – Asspam.

**Figura 49** - Participação da ASSPAM no Comício das Diretas Já em São Paulo, 1984.



Fonte: Arquivo IEB-USP, Fundo Waldisa Rússio Camargo Guarnieri, caixa: 356, código do documento: 22.001/27

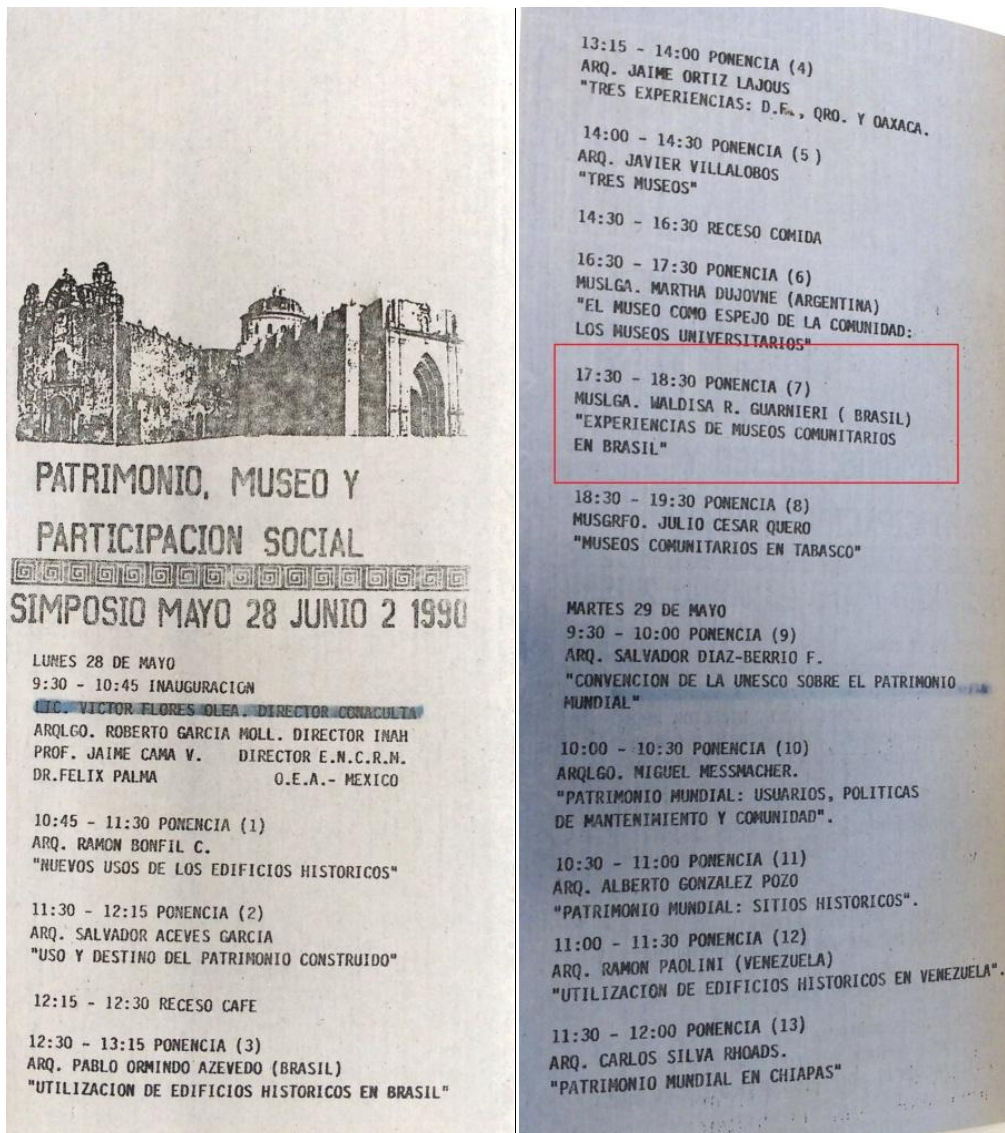
**Figura 50** - Participação da ASSPAM no Comício das Diretas Já em São Paulo, 1984.



Fonte: Arquivo IEB-USP, Fundo Waldisa Rússio Camargo Guarnieri, caixa: 356, código do documento: 22.001/30

Outro aspecto quanto a trajetória de Waldisa Rússio que se destaca no campo museológico e que está associada a sua perspectiva política da Museologia é seu interesse específico na América Latina. Waldisa esteve (especialmente a partir do Curso de Museologia que ministrou no Peru em 1980) em estreita interlocução com outros profissionais latinos e nisso, havia uma percepção clara da necessidade de que desenvolvessem a "musealidade" espelhando e interagindo com suas realidades sociais. Essa realidade, em vários desses países, assim como no Brasil, era a reconstrução do pacto democrático após a cisão vivida com a Ditadura Civil-Militar. Seu cotidiano de viagens para esses países e as ocasiões de formação de que participou certamente aprofundaram sua visão sobre patrimônio.

Figura 51 - Folder do Simpósio Patrimônio, Museo y Participación Social, no México, 1990.



**PATRIMONIO, MUSEO Y PARTICIPACION SOCIAL**

**SIMPOSIO MAYO 28 JUNIO 2 1990**

LUNES 28 DE MAYO

9:30 - 10:45 INAUGURACION  
**DR. VICTOR FLORES OLEA, DIRECTOR CONSULTA**  
 ARQ. ROBERTO GARCIA MOLL, DIRECTOR INAH  
 PROF. JAIME CAMA V. DIRECTOR E.N.C.R.N.  
 DR. FELIX PALMA O.E.A. - MEXICO

10:45 - 11:30 PONENCIA (1)  
 ARQ. RAMON BONFIL C.  
 "NUEVOS USOS DE LOS EDIFICIOS HISTORICOS"

11:30 - 12:15 PONENCIA (2)  
 ARQ. SALVADOR ACEVES GARCIA  
 "USO Y DESTINO DEL PATRIMONIO CONSTRUIDO"

12:15 - 12:30 RECESO CAFE

12:30 - 13:15 PONENCIA (3)  
 ARQ. PABLO ORMINDO AZEVEDO (BRASIL)  
 "UTILIZACION DE EDIFICIOS HISTORICOS EN BRASIL"

13:15 - 14:00 PONENCIA (4)  
 ARQ. JAIME ORTIZ LAJOUS  
 "TRES EXPERIENCIAS: D.F., QRO. Y OAXACA."

14:00 - 14:30 PONENCIA (5)  
 ARQ. JAVIER VILLALOBOS  
 "TRES MUSEOS"

14:30 - 16:30 RECESO COMIDA

16:30 - 17:30 PONENCIA (6)  
 MUSLGA. MARTHA DUJOVNE (ARGENTINA)  
 "EL MUSEO COMO ESPEJO DE LA COMUNIDAD:  
 LOS MUSEOS UNIVERSITARIOS"

17:30 - 18:30 PONENCIA (7)  
 MUSLGA. WALDISA R. GUARNIERI (BRASIL)  
 "EXPERIENCIAS DE MUSEOS COMUNITARIOS  
 EN BRASIL"

18:30 - 19:30 PONENCIA (8)  
 MUSGRFO. JULIO CESAR QUERO  
 "MUSEOS COMUNITARIOS EN TABASCO"

MARTES 29 DE MAYO

9:30 - 10:00 PONENCIA (9)  
 ARQ. SALVADOR DIAZ-BERRIO F.  
 "CONVENCION DE LA UNESCO SOBRE EL PATRIMONIO  
 MUNDIAL"

10:00 - 10:30 PONENCIA (10)  
 ARQ. MIGUEL MESSMACHER.  
 "PATRIMONIO MUNDIAL: USUARIOS, POLITICAS  
 DE MANTENIMIENTO Y COMUNIDAD".

10:30 - 11:00 PONENCIA (11)  
 ARQ. ALBERTO GONZALEZ POZO  
 "PATRIMONIO MUNDIAL: SITIOS HISTORICOS".

11:00 - 11:30 PONENCIA (12)  
 ARQ. RAMON PAOLINI (VENEZUELA)  
 "UTILIZACION DE EDIFICIOS HISTORICOS EN VENEZUELA".

11:30 - 12:00 PONENCIA (13)  
 ARQ. CARLOS SILVA RHOADS.  
 "PATRIMONIO MUNDIAL EN CHIAPAS"



12:00 - 12:30 PONENCIA (14) ARQ. YOLANDA CAMO "PATRIMONIO MUNDIAL Y EL AREA DE GUANAJUATO".	13:15 - 13:45 PONENCIA (30) DR. FRANCISCO J. LOPEZ MORALES "ABERRACIONES Y ACIERTOS EN EL USO ACTUAL DE EDIFICIOS HISTORICOS"
12:30 - 12:45 RECESO CAFE	
12:45 - 13:15 PONENCIA (15) LIC. CARLOS VAZQUEZ OLVERA "LA INVESTIGACION A PARTIR DE LOS BIENES CULTURALES".	13:45 - 14:30 PONENCIA (31) ARQ. SERGIO SALDIVAR GUERRA "EL MUSEO EN EL MONUMENTO"
13:15 - 13:45 PONENCIA (16) ETNLGA. BEATRIZ OLIVER VEGA. "DOCUMENTACION DE BIENES CULTURALES"	14:30 - 16:30 RECESO COMIDA
13:45 - 14:30 PONENCIA (17) LIC. MIGUEL A. MADRID J. "ALGUNOS CONCEPTOS SOBRE LA HISTORIA Y LAS TECNICAS DE DOCUMENTACION PATRIMONIAL"	16:30 - 17:30 PONENCIA (32) LIC. MIRIAM ARROYO "MUSEOS COMUNITARIOS DEL INAH."
14:30 - 16:30 RECESO COMIDA	17:30 - 18:30 PONENCIA (33) MTRA. CRISTINA PAYAN "LA EXPERIENCIA DEL CENTRO COMUNITARIO DE CULHUACAN."
16:30 - 19:30 MESAS DE TRABAJO TEMAS 1,2,3, y 4	18:30 - 19:30 PONENCIA (34) DRA. VICTORIA NOVELO "ARQUEOLOGIA INDUSTRIAL"
MIERCOLES 30 DE MAYO	VIERNES 1 DE JUNIO
9:30 - 10:15 PONENCIA (18) NTRO. NESTOR GARCIA CANCLINI "A QUIEN REPRESENTAN LOS MUSEOS NACIONALES" EL M.N.A. ANTE LA CRISIS DEL NACIONALISMO MODERNO	9:30 - 10:00 PONENCIA (35) ING. LUIS TORRES MONTES "EL CICLO NATURAL DE LA MATERIA, LAS C. NATURALES Y LA INVESTIGACION DE LA CULTURA"
10:15 - 11:00 PONENCIA (19) LIC. MARCO BARRERA B. "EL PROYECTO DE INVESTIGACION DEL MUSEO DE LA NAVEGACION TABASCO.	10:00 - 10:30 PONENCIA (36) MUSGRFO. PETER SCHMIDT. "CATALOGO Y DOCUMENTACION DE B. CULTURALES: EL EJEMPLO DEL MUSEO DE ANTROPOLOGIA DE MERIDA YUC"
11:00 - 11:45 PONENCIA (20) ARQ. CARLOS FLORES MARINI "MUSEOS Y EDIFICIOS HISTORICOS"	10:30 - 11:00 PONENCIA (37) ING. FRANCISCO ALVAREZ CASO "EL ALMACENAMIENTO Y PROCESAMIENTO DE LA INFORMACION"
11:45 - 12:30 PONENCIA (21) ARQ. ROCIO GARZA LEONARD (N.LEON) "URLO. URGE RESCATAR LO OLVIDADO"	

Fonte: Arquivo IEB-USP, Fundo Waldisa Rússio Camargo Guarnieri, caixa: 094, código do documento: 30.0004.

Além dos temas tratados e, da reunião de profissionais de diversas áreas, nota-se o título da apresentação de Waldisa: "Experiencias de Museos Comunitários en Brasil". Isso sugere tanto seu interesse em falar sobre suas vivências nesse terreno, como também a leitura que fez sobre o interesse dos demais profissionais latinos em escutar e debater o assunto. Além de ir debater Museologia e patrimônio, visitar museus e conversar com profissionais, Waldisa também viajou especialmente a países da América Latina para ministrar cursos, conforme o Curso de Museologia e Museografia no Peru já mencionado e também na Venezuela (18 a 24/11/1985), México (05 a 15/10/1987; 06/1990) e Equador (18/11 a 07/12/1985).

Mesmo sem ter conhecido algumas das realidades latinas, como parece ser caso de Costa Rica, nutriu relações com profissionais que ocupavam destacadas posições em seu campo, a ponto de em 1982 o Ministério da Cultura, Juventude e

Esporte para o Instituto de Museologia, lhe escrever para pedir publicações da área de Museologia<sup>259</sup>. Também não conheceu Cuba – que segundo Cristina Bruno relata, era seu destino quando teve as complicações de saúde no México, que levaram ao seu falecimento. Mas, mesmo sem ir, recebeu – conforme narram os entrevistados – influência da Museologia Cubana de Marta Arjona Pérez, de onde inclusive pode ter migrado a expressão “museologia popular”. A esse respeito, afirmou Maria Cristina Oliveira Bruno:

Eu comecei a perceber, até pela convivência, quando ela passou a se sensibilizar por essas questões. Acho que tem muito a ver com o contato dela com a Marta Arjona de Cuba... A museologia popular como ela chamava... E como eu acho que isso já fazia parte do viés político dela, então eu acho que ela encontrou na verdade, por fim, metodologicamente uma razão de ser da própria Museologia. Tanto essa questão da acessibilidade, essa questão do trabalhador...<sup>260</sup>

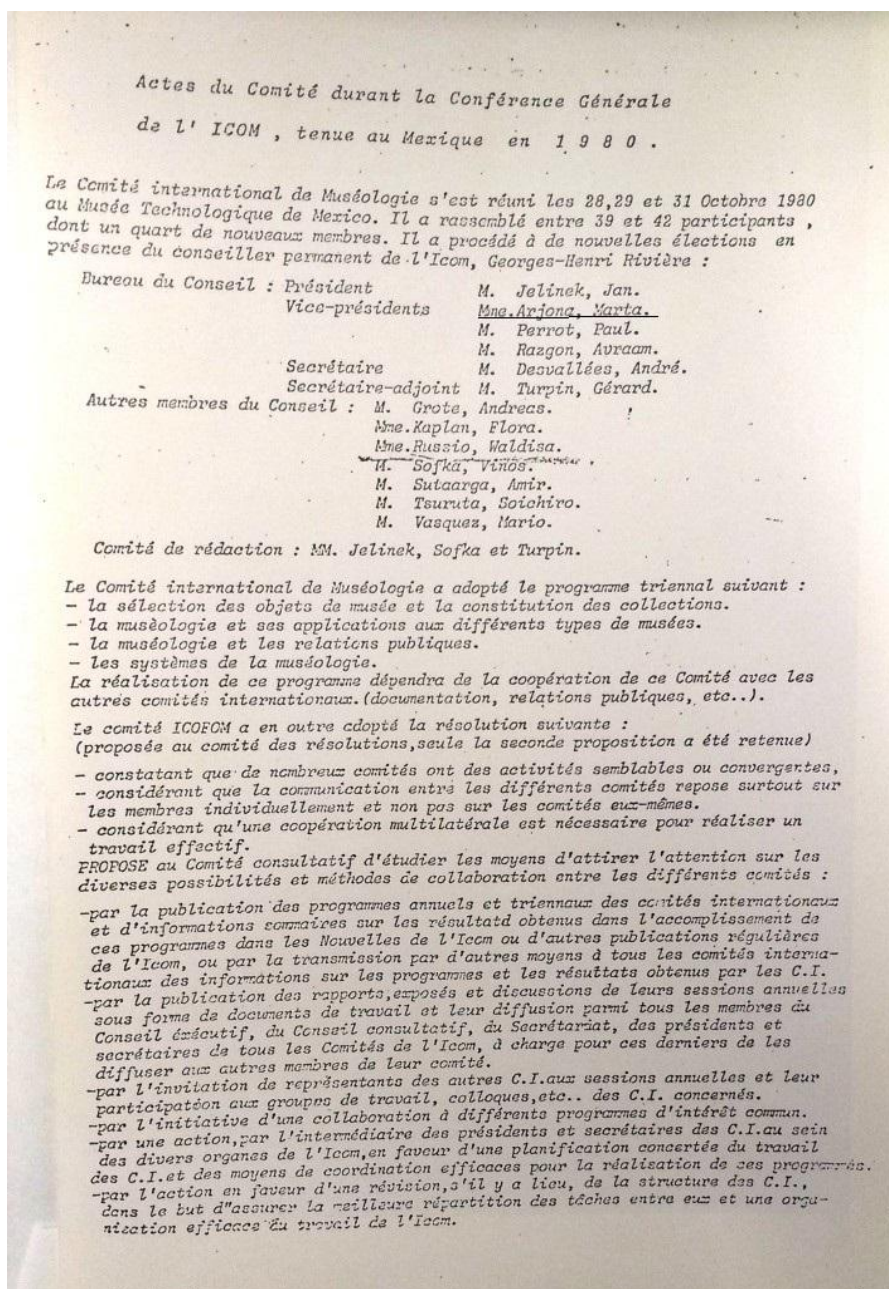
---

<sup>259</sup> Arquivo IEB-USP, Fundo Waldisa Rússio Camargo Guarnieri, caixa: 088, código do documento: 18.0447.

<sup>260</sup> BRUNO, Maria Cristina Oliveira. Entrevista concedida a Inês Gouveia. Rio de Janeiro, RJ. 10/2016. Entrevista transcrita no Anexo II.



**Figura 52** - Informe do ICOFOM após a Conferência Geral de 1980, no México, evidenciando a vice-presidência de Martha Arjona e a entrada de Waldisa Rússio no Comitê.



Fonte: Arquivo IEB-USP, Fundo Waldisa Rússio Camargo Guarnieri, caixa: 086, código do documento: 18.0361.

Marta Arjona foi revolucionária e assumiu em Cuba os rumos das políticas culturais e, especialmente liderou a criação de uma política de museus, que ocasionou a criação de uma grande rede dessas instituições. Diante de uma postura solidamente socialista, na XI Conferência do ICOM, em Moscou (1977), ela afirmou o seguinte:

Quisérámos partir del concepto de que los museos, em la *solución de los problemas sociales y culturales*, si no son exponentes de una sociedade socialista, no pueden ofrecer soluciones sociales y culturales, porque para nosotros, esos problemas se solucionam com

la conquista del poder por la classe trabajadora.<sup>261</sup> (ARJONA, 1986, p. 11)

No trecho e em todo o artigo, Marta Arjona se posiciona, crítica e contrariamente, quanto à possibilidade dos museus assumirem uma função social em uma sociedade capitalista. Afirmando a importância da Revolução Cubana e do socialismo, a autora – que hoje é uma referência para a Museologia cubana – não percebia a Cultura como algo estruturante que pudesse equivaler à transformação (pela via revolucionária ou não) do sistema. Martha foi nas décadas de 1970 e 1980 a representante de seu país junto ao ICOM e nesse ambiente que ela e Waldisa Rússio se conheceram. Foi em Cuba, em 1985, durante a III Reunião de países da AL e Caribe que se criou uma Secretaria Executiva e uma Secretaria Permanente para que esses países estivessem unidos e representados junto ao ICOM<sup>262</sup>. Waldisa Rússio, inserida num país capitalista e desenvolvimentista, na contramão da experiência cubana, idealizava e trabalhava a serviço de que os museus fossem instrumentos de conscientização, que era a “utopia<sup>263</sup>” possível diante da reconstrução democrática.

Entre 1989 e 1990 Waldisa organizou o I Seminário Latino Americano de Museus, reafirmando novamente a importância de que as noções de Museologia – mesmo as de ecomuseu – fossem revisadas à luz do contexto latino. Na programação houve palestras de brasileiros e de representantes de outros países.


---

<sup>261</sup> Tradução Livre: Gostaria de partir do conceito de que os museus, na solução dos problemas sociais e culturais, se não são expoentes de uma sociedade socialista, não podem oferecer soluções sociais e culturais, porque para nós, esses problemas se solucionam com a conquista do poder pela classe trabalhadora.

<sup>262</sup> Correspondência do ICOM/ Secretariado permanente para países de América Latina e Caribe em 10/04/1985. Arquivo IEB-USP, Fundo Waldisa Rússio Camargo Guarnieri, caixa: 084, código do documento: 18.0268.

<sup>263</sup> Waldisa Rússio faz referência à utopia em textos e anotações. Não foi possível problematizar esse aspecto específico da sua compreensão de si e do campo, o que poderá ser feito posteriormente, com a contribuição das presentes análises.

Figura 53 - Folder I Seminário Latino-americano de Museologia.



**INSTITUTO DE  
MUSEOLOGIA FESPSP**

**I SEMINÁRIO  
LATINO AMERICANO DE MUSEOLOGIA**

**SÃO PAULO - BRASIL  
- 1990 -**

**PROGRAMAÇÃO**

**DIA 2 - MEMORIAL DA AMÉRICA LATINA**  
 08:30 - INSCRIÇÕES  
 10:00 - Abertura Oficial - **QUE É AMÉRICA LATINA**  
 Ulpiano Bezerra de Menezes (Brasil)

11:30 - VISITA AO MEMORIAL

15:00 - **O PATRIMÔNIO CULTURAL LATINO AMERICANO**  
 1ª Parte: Sergio de La Mora (México)  
 Fábio Magalhães (Brasil)  
 2ª Parte: Marcio Campos (Brasil)  
 Marly Solanowski (Brasil)  
 Paulo Bastos (Brasil)

20:00 - CONCERTO SINFÔNICO

**DIA 3 - MEMORIAL DA AMÉRICA LATINA**  
 09:00 - **POLÍTICAS CULTURAIS, DE PRESERVAÇÃO E DE COMUNI-  
CAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL**  
 1ª Parte: Murilo Azevedo Marx (Brasil)  
 Michele Arias Bernard (Venezuela)  
 2ª Parte: Maria Inês Mallardo (Argentina)  
 Milagro Gomes de Blavia (Venezuela)  
 Maria Lourdes Parreiras Hortas (Brasil)  
 Priscila Freire (Brasil)  
 Ana Maria Leitão (Brasil)

15:00 - **A AMÉRICA LATINA NÃO ESTÁ SÓ**  
 Maria Teresa Gomes Ferreira (Portugal)  
**A PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA ENQUANTO EXERCÍCIO DA  
CIDADANIA**  
 Marco Aurélio Garcia (Brasil)  
**O PAPEL DOS MUSEUS**  
 Edna Luíza Taveira (Brasil)  
 Ricardo Bogus (Brasil)  
 Maria Inês Coutinho (Brasil)  
 Maria Célia M. Santos (Brasil)

**DIA 4 - MEMORIAL DA AMÉRICA LATINA**  
 09:00 - **NOVOS TEMPOS, MUSEUS E NOVOS PROFISSIONAIS**  
 Mathilde Bellaigue (Observador Europeu/França)  
**O Ecomuseu: Um Novo Museu, ou Panacéia Universal**



DIA 4 - Continuação - Manhã  
 Waldisa Rússio Camargo Guarnieri (Brasil)  
 O Novo Profissional de Museologia e sua Formação:  
 entraves epistemológicos?  
 FORMAÇÃO PROFISSIONAL NO MÉXICO  
 Jaime Cama Villa Franca (Escuela de Churubuzco)

15:00 - PATRIMÔNIOS IMPENSADOS  
 Aziz Ab Saber (Brasil)  
 A FORMAÇÃO NO EQUADOR  
 Lucia Astudillo de Parra (Cuenca/Equador)  
 A FORMAÇÃO NA ARGENTINA  
 Matilde Isabel Orúeta (Secretaria General de La  
 Comisión Nacional de Museus, Lugares y Monumen-  
 tos Históricos)  
 A FORMAÇÃO EM CUBA  
 José Ramón Liñares

DIA 5 - OFICINA CULTURAL OSWALD DE ANDRADE  
 09:00 - FORMAÇÃO DE PESSOAL NO BRASIL - GRADUAÇÃO  
 Mário Chagas (UNI-Rio)  
 Maria Célia Moura Santos (UF-Ba)  
 Neusa Fernandes (Universidade Estácio de Sá)  
 FORMAÇÃO DE PESSOAL NO BRASIL - PÓS-GRADUAÇÃO  
 Cristina Maria Costa Jorge (FESPSP)  
 Waldisa Rússio Camargo Guarnieri (IMSP)  
 Liana Tereza Rubi O'Campo (UNI-Rio)

DIA 6 - OFICINA CULTURAL OSWALD DE ANDRADE  
 09:00 - GRUPO DE TRABALHO  
 15:00 - COMUNICAÇÕES

DIA 7 - OFICINA CULTURAL OSWALD DE ANDRADE  
 09:00 - COMUNICAÇÕES  
 15:00 - COMUNICAÇÕES  
 18:00 - CONCLUSÕES

DIA 8 - OFICINA CULTURAL OSWALD DE ANDRADE  
 09:00 - VISITA A MUSEUS

DIAS 09 e 11 - OFICINA CULTURAL OSWALD DE ANDRADE  
 OFICINAS

Arquivo IEB-USP, Fundo Waldisa Rússio Camargo Guarnieri, caixa: 082, código do documento: 18.0093

Na ocasião, José Linares, arquiteto cubano que fora aluno e trabalhava com Marta Arjona, vinha substituí-la (por estar em Paris, em outra reunião), mas não conseguiu chegar ao Brasil. Os principais temas do evento, conforme relatou Waldisa Rússio, foram: discutir formação, à luz das políticas culturais, indagando o que era a América Latina naquele contexto<sup>264</sup>. No relatório, ela reclamou a ausência de participação do Comitê brasileiro para a organização e execução do evento. Destacou também que a integrante do Equador manifestou seu “entusiasmo” em se declarar como representante oficial do Comitê Nacional do ICOM de seu país. Waldisa registrou ainda o desejo – segundo ela recomendado pelo público – de que o seminário

<sup>264</sup> Arquivo IEB-USP, Fundo Waldisa Rússio Camargo Guarnieri, caixa: 095, código do documento: 30.0029.

passasse a ser anual. Para completar o quadro de evidências do engajamento político, no relatório de Waldisa, registra-se que como proposição final, formulou-se a ideia que daí a dois anos seria o tempo de celebrar os 20 anos da "Mesa Redonda de Santiago do Chile... referência fundamental para os museus da América Latina..."<sup>265</sup>

No rumo dos acontecimentos da década de 1980, a Assembleia Nacional Constituinte ocasionou uma possibilidade real de alterar o fazer político-administrativo, a partir de uma nova compreensão conceitual de cultura e de patrimônio. Há nesse marco a participação direta de técnicos do Serviço do Patrimônio, intelectuais de diferentes campos do conhecimento e sociedade civil. Ou seja, um grupo difuso e ainda assim com capacidade de expressão e mobilização. Yussef Daibert Salomão de Campos (2015) destaca que a redemocratização e a ANC não foram rupturas abrutadas com as estruturas que sustentavam o regime militar, pois só foram possíveis diante da conciliação de setores conservadores e progressistas. Conforme Campos (2015) explica, fizeram parte da ANC, por exemplo, os "deputados biônicos" eleitos em 1982, no regime militar<sup>266</sup>. Na perspectiva do autor, a presença dos militares no governo Sarney foi o mecanismo para uma transição controlada (YUSSEF, p. 57).

Mesmo considerando os aspectos contextuais e que tiveram impacto nas negociações para a Constituição de 1988, não há que se desconsiderar os avanços que uma ampla consulta produziram para as bases do restabelecimento da democracia. Não há que se desprezar os mecanismos de escuta da ANC, como tentativa de reconstrução de um pacto coletivo. A esse respeito, destaco trecho de Antonio Augusto Arantes, que participou ativamente da Comissão de Cultura ligada à ANC:

O processo da Constituinte envolveu diversos setores da sociedade. Isso talvez nem precisasse ser dito uma vez que é oficialmente reconhecido, e faz parte da história, que esta é uma Constituição cidadã, no sentido de que ela mobilizou a sociedade, e acolheu a mobilização da sociedade. Isso é importante. Várias Comissões – talvez não possa generalizar – mas, até onde eu saiba, várias Comissões acolheram, e bastante, as manifestações da sociedade. Não me refiro à Comissão de Cultura como um todo. [...] alguns parlamentares tiveram visão política suficientemente ampla para realmente facilitar esse acesso e criar condições para que a voz da sociedade se fizesse ouvir nas Subcomissões, mesmo depois de encerradas as audiências públicas. Este foi um trabalho [...] que não está registrado nas atas pois estas dizem respeito à participação oficial de instituições nas Subcomissões. Mas também houve espaço para que os representantes das entidades se manifestassem enquanto cidadãos, enquanto indivíduos, enquanto profissionais.<sup>267</sup>

<sup>265</sup> Idem.

<sup>266</sup> A partir de Sarmiento apud Campos (2015), vale destacar que as mulheres estavam representadas apenas por 4,6% na ANC, os negros, apenas por 2% e não havia nenhum indígena.

<sup>267</sup> Entrevista concedida a Campos, em 29 de abril de 2013, na cidade de São Paulo, SP. Apud CAMPOS, 2015, p. 59.

Naquele contexto, além de Secretário de Cultura de Campinas, Arantes representava a Associação Brasileira de Antropologia, uma das entidades que teve participação na Comissão de Cultura, juntamente com o Centro de Estudos Afro-brasileiros, o Fórum Nacional de Secretários de Cultura e a União das Nações indígenas (UNI) (CAMPOS, 2015, p. 90). O debate a respeito das questões culturais nas reuniões da Comissão esteve fortemente atrelado a identidade cultural de negros e indígenas, articulados, representados e cientes dos direitos represados (a exemplo do uso de sua língua). A respeito da participação dos técnicos e intelectuais nas sessões sobre cultura, identidade e patrimônio, Campos (2015) destaca que foram importantes para conectar o debate àquilo que internacionalmente estava em questão e que se refletia em várias cartas patrimoniais internacionais (a exemplo da Convenção da UNESCO, de 1972 e da Recomendação da Salvaguarda da Cultura Tradicional e Popular, de 1989).

Mesmo diante de uma Constituinte em parte conservadora, Campos (2015) evidencia que os debates a respeito do patrimônio – exprimindo-o enquanto representação, identidade, memória, direito e participação – causaram poucas reações contrárias. O aspecto mais debatido em torno dos direitos culturais e, que impactou vários outros pontos da Constituição, dizia respeito a questão fundiária, ligada a estes e outros povos tradicionais. Uma das poucas falas contrárias à apresentação das propostas a respeito do patrimônio foi do Senador Álvaro Valle, que defendeu a retirada do assunto do texto da lei, argumentando que não cabia a Constituição definir o que era patrimônio (CAMPOS, 2015, p. 140, 141). A atitude do Senador, classificada de estapafúrdia por Campos (2015), pode parecer incoerente a primeira vista, pois trata-se do mesmo parlamentar que apresentou o projeto de regulamentação da lei da profissão de museólogo, pela ABM, alguns anos antes. Por outro lado, talvez não seja incoerente, se na compreensão dele essa competência de dizer o que era patrimônio fosse apenas técnica e não política.

O texto constitucional aprovado compreende, portanto que:

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

§ 1º O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários,

registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.

§ 2º Cabem à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem.

§ 3º A lei estabelecerá incentivos para a produção e o conhecimento de bens e valores culturais.

§ 4º Os danos e ameaças ao patrimônio cultural serão punidos, na forma da lei.

§ 5º Ficam tombados todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos.<sup>268</sup>

Conforme Arantes (2016) argumentou, uma das principais alterações do texto constitucional de 1988 com relação ao texto de 1937 é o deslocamento do valor de excepcionalidade para o de referências culturais, por influência do ambiente e dos profissionais ligados aos CNRC, na década de 1970. É fundamental compreender que a base Constitucional apontou a direção que o IPHAN posteriormente tratou de estruturar, se organizando em torno da ideia de patrimônio material e imaterial<sup>269</sup>, ligando-se também à Convenção para Salvaguarda do Patrimônio Imaterial da UNESCO, de 2003. Ainda conforme o antropólogo, com a noção de referência cultural foi preciso definir, apontar, quem era o sujeito dessa ação, quem era o grupo ou a comunidade que se identificava com aquela referência e esse foi um dos aspectos fundamentais da transformação no sentido de patrimônio.

#### 4.6 Considerações parciais

Analisando uma parte do campo museológico, que enunciadamente se dedica a uma interlocução e representação nacional, observa-se como no Brasil estiveram em negociação as noções de museu, Museologia e museólogo. Estando numa posição que não era dominante no campo, Waldisa Rússio precisou se valer de uma atitude de diferenciação que estimulasse a renovação dos poderes estabelecidos. Essas disputas exprimem visões de mundo diferentes que se estruturaram nos modos como os agentes organizaram suas instituições e atuaram a partir delas.

Dentre as conclusões a partir das análises deste capítulo, reforço que no momento em que reluziu a transformação no sentido de cultura e patrimônio, por

<sup>268</sup> BRASIL. Constituição Federal de 1988. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em 9/07/2017. Importante observar que o texto atual foi acrescido com emendas feitas nos anos 2000, que buscaram especificar e favorecer a regulamentação da ação do Estado no patrimônio.

<sup>269</sup> Segundo afirmou Arantes (2016) a adoção desta terminologia responde as contingências das circunstâncias, em função do contexto do trabalho da Comissão de Cultura da Câmara.

ocasião da redemocratização, Waldisa Rússio foi uma das poucas vozes – de dentro do campo museológico brasileiro – que estava articulando essa transformação, em termos da formação, profissionalização, numa orientação teórica da Museologia e dentro de uma perspectiva que tratava com centralidade a função social dos museus.



## **CONCLUSÕES**

Diante do que foi argumentado ao longo do presente trabalho, resta sintetizar e enfatizar o que parece mais importante reter e desdobrar em pesquisas futuras.

O campo museológico valoriza cada vez mais a sua história, especialmente na medida em que crescem as pesquisas no Brasil. Compreender os papéis desempenhados pelos agentes é importante para pensar aquilo que resulta de suas vontades e determinações. Quando observamos – em qualquer tempo histórico – os rumos das instituições num campo, é preciso compreender que elas se organizam umas em relação às outras. Diante dessa perspectiva, que é dada pelo conceito de campo de Pierre Bourdieu, também se conclui que a existência de uma série de instituições que não se relacionam e não se afetam não configura um campo, em termos metodológicos.

No Brasil, esse diálogo entre as instituições só foi mais visível na segunda metade do século XX, especialmente a partir da década de 1960. Ainda assim, se observou como na perspectiva do ensino, da formação, essa correspondência foi dilatada, ocorrendo efetivamente apenas entre os Cursos da UFBA e de São Paulo. A falta de um contato sistêmico das instituições sediadas no Rio de Janeiro, especialmente a ABM e o Comitê Brasileiro do ICOM com os agentes em outros estados também evidencia como as relações no campo estavam pouco conexas entre si. Waldisa Rússio foi um elo para o estabelecimento de conexões no campo museológico, tanto por sua capacidade de articulação profissional, como também por fazer com que seu pensamento alcançasse vários agentes. Com essa atitude, ela, os instou a descortinarem suas posições.

Ao objetivar as posições em campo – num exercício de abstração, buscando compreender os agentes de modo dinâmico – criou-se condição de analisar uma parte do campo longitudinalmente. Conforme eram os objetivos, observou-se que Waldisa Rússio representou, em todas as frentes, uma posição de transformação, diante das outras posições instituídas e dominantes em campo. Mesmo diante do desejo e do empenho em estruturar o campo museológico, a atitude de Waldisa foi, na maior parte das vezes, de ampliação de suas fronteiras: interdisciplinaridade, diálogo com outros campos (o do patrimônio, principalmente), publicação em meios de ampla circulação etc.

A possibilidade de análise histórica do campo museológico se realiza por meio da observação dos agentes que nele atuaram. Isso é fato, especialmente porque no período em questão, várias das funções institucionais estiveram imiscuídas na vida dos agentes que as dirigiam. Assim, na prática, tal como Waldisa, esses agentes guardavam consigo os arquivos das instituições por meio da qual elaboravam sua

atuação. Isso se deu especialmente no caso das instituições sem sede e sem uma estrutura administrativa, a exemplo da ABM (até a década de 1980), a ASSPAM, a ATM, ICOM-BR, por exemplo. O arquivo pessoal, nessa medida, revela a trajetória profissional e traz uma possibilidade de análise circunscrita, a partir dos indivíduos, para uma compreensão ampliada, refletida nas instituições e nas decisões coletivas. Um dos resultados dessa pesquisa é, portanto, confirmar a possibilidade desse perfil de estudo de trajetória e, mais do que isso, indicar caminhos para futuras investigações. Nesse sentido, saliento que o mesmo perfil de análise para agentes como Fernanda de Camargo Moro (cujos documentos foram doados ao NUMMUS) pode ampliar e muito nossa capacidade de compreensão do campo museológico.

A percepção da especificidade dessa trajetória, enfocando Waldisa enquanto mulher, também auxiliou muito a análise do campo. A Museologia esteve ligada ao universo da “vocação feminina”. Isso se observou pela predominância de mulheres enquanto alunas, professoras e dirigentes, num período em que esses não eram os primeiros espaços sociais que lhes eram destinados, especialmente quando relacionados à prática profissional. Isso explica, em certa medida, porque os conhecimentos museológicos eram subvalorizados. Conforme argumentei, observa-se que mesmo num campo majoritariamente feminino, a diferenciação de papéis por gênero foi uma realidade que pode ter produzido apagamentos. O evento da Fundação Joaquim Nabuco, de 1975 deixou registrado que não era dos museólogos e, mais especialmente, não era das museólogas a competência para pensar uma política museológica. Waldisa Rússio representou uma evidente diferença a esse respeito, já que buscou se inserir nessa e em outras temáticas reservadas aos homens, assim como havia sido em sua formação em Ciências Jurídicas.

Enquanto os homens eram considerados como os doutos, detentores dos conhecimentos mais valorizados, as mulheres eram as “donas”, identificadas a um conhecimento técnico, assessorio, identificado ao ambiente doméstico. Waldisa Rússio por sua vez, impôs, inclusive em termos de formação, sua condição de doutora. Este também é um aspecto resultante da pesquisa, qual seja, iluminar uma trajetória que não se restringiu ao lugar social destinado às mulheres. Ao contrário, Waldisa Rússio foi independente, intelectual e pensadora proeminente, ativa, concentrada em sua carreira, aguerrida e combativa.

Ainda que não haja espaço para especulações infrutíferas, ao longo das análises foi inevitável pensar sobre como se dariam as trajetórias de determinadas “damas” da Museologia, se não tivessem como contratempo o enfretamento pela

conquista de novos espaços. De outro modo, põe-se também em perspectiva a proeminência de homens agentes no mesmo campo.

Considero que Waldisa Rússio realizou uma leitura privilegiada do campo museológico de seu tempo, especialmente pela qualidade e quantidade de suas relações. Ocupar-se de teoria, por exemplo, parece ter sido uma decisão calculada. Avalio, no entanto, que mesmo diante de uma possível premeditação, Waldisa Rússio não tomou o jogo do campo como a motivação principal de sua atuação. Observe-se que ela defendeu os museus como instituição importante, mas também criticava o passado e o presente colonial dessas instituições identificadas à elite. Participou da elaboração de diversos museus e era entusiasta da instituição como instrumento de elaboração de memórias, mas recorrentemente criticava a criação “em massa” de museus, quando não houvesse pessoas envolvidas, para além dos técnicos. Defendeu os conhecimentos próprios da profissão de museólogo, a ponto de criar uma escola de formação, mas defendia e fazia uso da interdisciplinaridade. Trabalhou em prol da criação de cargos nas estruturas administrativas das instituições, mas não via os museólogos como autoridades acima dos outros profissionais e indivíduos nas relações que se estabelecem em torno da existência real de um museu. Participou ativamente das elaborações da Museologia enquanto uma disciplina teórica, uma “ciência em construção”, mas não descolada do sentido da prática, da realidade latino-americana, brasileira, paulista, paulistana, enfim. No mesmo tom, o trabalho não era algo valorizado em si, porque importava saber o que o trabalhador produz, não em termos dos valores monetários (capital que Waldisa não perseguia particularmente), mas quanto a valores simbólicos, que em sua moeda eram o potencial de ação, transformação, mobilização, crítica, alteração da ordem instituída, enfim.

Waldisa Rússio lidou com um campo museológico em que o movimento de autonomização favoreceu o distanciamento das questões que vinham de fora da área. Observados em conjunto, de modo difuso, sem situar os agentes implicados, os movimentos coletivos desencadeado pelas instituições, podem parecer um fluxo natural. Observados em seus aspectos micro, no entanto, fica evidente que a autonomização serve à manutenção dos agentes em seus postos de controle das verdades negociadas no campo. Controle dos postos de trabalho, por sua vez, da legitimidade certificada para dizer aquilo que o museu é e o que pode ser.

Mesmo diante da alteração inevitável do fazer dos museus a partir dos anos 1960, no Brasil as instituições que ocupam os espaços dominantes – e que exprimiam essa visão de museus que foi criticada dentro e fora do campo – buscavam uma transição suave para acomodar as críticas, sem perderem seus espaços de influência.

Por isso, coube a essas instituições, nesse caso especificamente à ABM e ao Comitê Brasileiro do ICOM, mobilizar esforços para que o interesse público na memória e na preservação estivesse mediado pelo interesse de uma classe profissional.

Ainda que Waldisa Rússio tenha participado ativamente do processo de regulamentação da profissão nos anos 1980, também nesse contexto sua perspectiva era de ampliação do campo. Visava uma correspondência equânime entre o museu ideal, os postos de trabalho e o trabalhador. Mas o trabalho do museólogo não se justificava pela existência de museus. Tampouco, na lógica waldisiana, a criação de postos de trabalho se justificaria pela necessidade de empregar museólogos. Assim como a própria ideia de criação de museus não era autojustificável. O interesse social era o fio condutor para o exercício da Museologia. Este que justificava – inclusive do ponto de vista do Ministério do Trabalho – a regulamentação de novas carreiras e que discursivamente foi assumido pelo ICOM como aspecto importante para a criação de museus. A Museologia disciplinar, no entanto, diante do desejo de fundar sua própria episteme, visou em certa medida se distanciar dos museus e da realidade prática em que se inserem, para forjar um conhecimento teórico representativo do todo das relações museais. Waldisa Rússio, diferentemente, como única representante desse movimento de teorização no Brasil na década de 1980, valorizou a prática e exercitou sua noção teórica para afirmar que o fato museológico não se dava em muitos museus brasileiros, em que a relação específica entre o homem e o objeto não favorecia a potência de agir.

No contexto da “luta pela regulamentação”, para a posição que orbitava em torno de Waldisa Rússio, o importante era formar o agente trabalhador, enquanto que para os setores dominantes no campo, o objetivo era formar o profissional museólogo. Curiosamente, mesmo com o advento das questões da episteme da Museologia, o valor propriamente museológico seguiu atrelado à capacidade técnica do profissional em lidar com os aspectos materiais da preservação. A dimensão reflexiva da Museologia não foi privilegiada e praticamente não há nesse processo vestígios da indagação quanto ao interesse social da preservação. Ou seja, mesmo quando discursivamente o campo se alinhava com a função social dos museus e com o nascimento de uma Museologia teórica, na prática, investia seus capitais (simbólicos e efetivos, como os recursos humanos e financeiros) na valorização dos tradicionais conhecimentos técnicos. Isso explica porque praticamente não houve a participação do campo museológico – a exceção de Waldisa Rússio e de outros agentes que atuaram na fronteira do campo – no decurso da reformulação conceitual da noção de cultura e de patrimônio.

Não se negligencia aqui que essas transformações conceituais tiveram pouca correspondência prática nas décadas de 1980 e 1990. Entretanto, criaram um ambiente e uma circunstância favorável e legalmente instituída para o desenvolvimento das ações voltadas ao patrimônio imaterial no IPHAN nos anos 2000. Ao referir a isto é importante compreender as múltiplas dimensões da alteração conceitual: não apenas a salvaguarda a partir dos órgãos públicos, mas também o volume de pesquisas (acadêmicas ou não) a esse respeito, envolvendo a Antropologia, Sociologia, Museologia, Educação, Geografia, Direito e outros conhecimentos. Penso especialmente, no impacto dessa transformação na vida daqueles que são os próprios agentes de seu patrimônio ou mais especificamente os “detentores”<sup>270</sup>. Não resta dúvida de que – com todos os limites e obstáculos epistemológicos – houve um avanço estrutural para o campo do patrimônio ao se abrir para a percepção de que toda política de preservação tem correspondência com um grupo de pessoas e seus interesses. O mesmo não se pode dizer quanto ao campo museológico. Neste, a revisão do sentido de preservação só alcançou o discurso oficial em 2003, com a “Política Nacional de Museus”. Ainda assim, à época, o texto da “Política” apenas constatava que era necessário dar alguma vazão ao sentido da função social dos museus, que até então tinha pouca correspondência prática com o fazer das instituições.<sup>271</sup> Um hiato de 15 anos, se considerarmos a Constituição Federal.

Na análise realizada aqui, o campo museológico não logrou a mesma maturidade que o campo do patrimônio nas décadas de 1970 e 1980. Conforme se argumentou, nesse período a ação concreta das instituições em campo não estava voltada à ampliação da participação, nem de agentes de dentro do campo, muito menos daqueles de fora. Vale retomar que nas duas ocasiões em que cursos de formação passaram por percalços que ameaçavam sua continuidade – na Bahia e em São Paulo – a atitude das demais instituições não foi de amparo e auxílio para a resolução das questões, mas ao contrário, atuaram como agência de controle e vigilância, contendo a expansão do campo. Curiosamente, identifiquei mais de um documento que mobilizou diferentes instituições em prol da manutenção de

---

<sup>270</sup> Detentores é a forma como o IPHAN se refere aqueles que conhecem, praticam e mantêm determinada tradição. Em 2015 estive em Corumbá (Mato Grosso do Sul) durante a festa chamada Arraial do Banho de São João. Conforme a tradição local, o ápice da festa é o cortejo que leva o “santo” para ser banhado no Rio Paraguai e isso está sintonizado com promessas, pedidos e a outros mecanismos da organização social daquele território. A cidade (uma grande parte da população, instâncias públicas municipais, turistas...) participa diretamente da festa tradicional. Nesse ano todos estavam ainda mais empenhados, pois a festa estava sendo observada (pelas instâncias de cultura do estado) na perspectiva de ser reconhecida oficialmente como patrimônio imaterial. A partir desse e de tantos outros exemplos no Brasil, constata-se a aderência desse perfil de política pública.

<sup>271</sup> Cf. GOUVEIA, Inês; PEREIRA, Marcelle. A Emergência da Museologia Social. **Políticas Culturais em Revista**, Bahia, v.9, n. 2, p. 726-745, 2016.

museólogas em determinados cargos, o que reafirma a centralidade da questão imediata da classe profissional.

Com frequência no campo museológico celebra-se a anterioridade da percepção da transformação da prática dos museus, remetendo-se à década de 1960, pela crise de representação das instituições, e aos marcos revisionistas da década de 1970, com a Mesa de Santiago, ecomuseus e por aí vai. À despeito da anterioridade, no entanto, no Brasil, apesar de iniciativas e o envolvimento de alguns indivíduos (como Waldisa), essa perspectiva não foi amplamente debatida nos anos 1970, 1980 e 1990. Com o decréscimo do vigor desse debate no ICOM a partir dos anos 1980 (mesmo considerando o Movimento Internacional por uma Nova Museologia, tão reconhecido quanto negado), a renovação no sentido da preservação nos museus parece ter sido acomodada pela pouca repercussão. Por dentro do campo, a função social saiu de moda, mesmo antes de entrar.

É importante considerar que os agentes mobilizam os “seus” capitais para afirmarem, negarem ou ignorarem as posições em campo. Nas instituições, de expressão nacional especialmente, eram alocados os poucos recursos financeiros e humanos disponíveis para circular no meio museológico. Os agentes que estavam ligados a determinadas instituições tinham mais facilidade para viajar, publicar, conhecer museus, estabelece relações. Esses capitais – que combinam disposições objetivas e subjetivas – foram evidentemente disputados. As instituições e os agentes em torno delas colocam na mesa de negociações as suas convicções sobre museus, Museologias e sobre museólogos, mas estas convicções têm pesos (índices) diferentes na conta geral. É evidente que os agentes que tinham asseguradas as viagens internacionais e os meios financeiros de se corresponder (via correio e telefone) com outros agentes, tinham melhores condições de sustentar suas perspectivas no campo. Isso vale para a trajetória de Waldisa Rússio, mas vale ainda mais para os indivíduos e instituições que recebiam verbas públicas federais, como é o caso das universidades, a ABM e o ICOM.

A respeito de Waldisa Rússio, as conclusões desse trabalho possivelmente não são reveladoras para leitores atentos aos seus textos e, principalmente para quem a conheceu pessoalmente. Considero, no entanto, que ao contextualizar sua trajetória em relação aos movimentos do campo, constata-se a impossibilidade de relacionar a museóloga a qualquer expressão desvinculada de seu caráter político, crítico e transformador. Mesmo quando o intento é afirmar o pensamento teórico brasileiro, é impreterível recuperar o contexto político em que a noção de fato museológico

emerge. Há sempre um museólogo trabalhador social e uma comunidade participante junto ao fato museológico.

A disposição transformadora de Waldisa fica evidente pela natureza de suas relações dentro do campo museológico. Apontando para um devir, seu discurso alcançou projeção junto a profissionais mais novos que ela, como se observa (guardadas as devidas proporções) com o grupo de ex-alunos em São Paulo e com alguns agentes em semelhante condição e em outros estados, a exemplo de Mario Chagas e Maria Célia T. M. Santos. O interesse em debater com os mais novos tem no mínimo dois aspectos: a disposição que esses mais jovens tinham para transformar o campo e, ao mesmo tempo, a necessidade de conformar um grupo de interlocução para suas ideias. A questão etária não é um fator definidor, mas é um aspecto importante. Waldisa Rússio Camargo Guarnieri era jovem com relação às “donas” e as poucas doutoras em campo. Ao mesmo tempo, era uma doutora, uma autoridade para o grupo onde suas ideias tinham mais repercussão.

Em termos daquilo que esta pesquisa aponta como possíveis desdobramentos, está a possibilidade de observar os dissensos como meio de compreender as posições em campo, ao invés de naturalizá-los pela ótica daquilo que se institui como verdade. Considera-se que ao objetivar as estruturas, contribui-se para uma análise do campo em qualquer tempo, desmistificando relações do passado e do presente e “revelando” – conforme a perspectiva bourdieuana – os dispositivos que implicam as ações dos agentes do tempo de Waldisa R. C. Guarnieri e no presente. Inclui-se aqui a própria identificação desta pesquisa a uma posição específica, afinal, também me relacionei (relativamente) com a posição waldisiana no campo museológico.



## REFERÊNCIAS

ARANTES, António Augusto (Org.). **Produzindo o passado - Estratégias de Conservação do Patrimônio Cultural**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

\_\_\_\_\_. A salvaguarda do patrimônio imaterial no Brasil. In: BARRIO, Angel Espina; MOTTA, Antonio; GOMES, Mário Hélio. (Org.). **Inovação Cultural, Patrimônio e Educação**. Recife: Editora Massangana, Fundação Joaquim Nabuco, 2009, 392 p. Disponível em: <http://repositorio.ufpe.br/bitstream/handle/123456789/13882/galyndo2.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em 21/010/2015.

\_\_\_\_\_. As comunidades culturais frente à gestão do patrimônio. In: **Diálogos sobre Museologia e Patrimônio**. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, set. 2016.

\_\_\_\_\_. Documentos históricos, documentos de cultura. In: SECRETARIA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 22. Rio de Janeiro: FNpM, 1987. p 48-55.

ARIÈS, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan S.A., 1981.

ARJONA, Marta. **Patrimônio Cultural e Identidade**. La Habana: Editora Letras Cubanas, 1986. 145 p.

ARTIÈRES, Philippe. Arquivar a própria vida. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, FGV/CPDOC, v. 11, n. 21, 1998, p. 9-34.

ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. Metrópole e cultura: o novo modernismo paulista em meados do século. **Tempo Social**, Revista de Sociologia, São Paulo, USP, 9(2), out, 1997, p. 39-52.

BARROSO, Carmem Lúcia de Melo; MELLO, Guiomar Namó de. O Acesso da Mulher ao Ensino Superior Brasileiro. In: REUNIÃO ANUAL DA SBPC, XXVII, 1975, Belo Horizonte. **Cadernos de Pesquisa**, Belo Horizonte: Fundação Carlos Chagas, 1975, p.47-77.

BLEZER, Léa. **A Tecitura de uma Museologia Paulista: Tramas do Ensino Pós-graduado em São Paulo**. 2017. 310 p. Dissertação (Mestrado em Museologia)- Programa de Pós-Graduação Interunidades em Museologia da Universidade de São Paulo, Universidade do Estado de São Paulo, São Paulo, 2017.

BISERRA, Natália de Figueirêdo. **Conservadores de Museus, Museologistas e Museólogos: alguns itinerários para a regulamentação da profissão no Brasil**. Monografia (Escola de Museologia). Rio de Janeiro: UNIRIO, 2013.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2013.

\_\_\_\_\_. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Maria de Moraes; AMADO, Janaína. (Org.). **Usos e abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

\_\_\_\_\_. **As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

\_\_\_\_\_. **O Campo político**. Revista Brasileira de Ciência Política, nº 5. Brasília, janeiro-julho de 2011, p.193-216.

\_\_\_\_\_. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

\_\_\_\_\_. **Os Usos Sociais da Ciência** - Por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: UNESP, 2003.

\_\_\_\_\_; CHARTIER, Roger. **O sociólogo e o historiador**. Belo Horizonte: Editora Autêntica. 2012.

BRASIL, Congresso Nacional. Lei nº 7.287, de 18 de dezembro de 1984.

BRUNO, Maria Cristina Oliveira (Org.). **O ICOM/Brasil e o pensamento museológico brasileiro**: documentos selecionados. São Paulo: Pinacoteca do Estado, Secretaria de Estado da Cultura, Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus, 2v., 2010b.

\_\_\_\_\_. (Org.). **Waldisa Rússio Camargo Guarnieri: textos e contextos de uma trajetória profissional**. São Paulo: Pinacoteca do Estado:Secretaria de Estado da Cultura, Comitê Brasileiro do ICOM, 2.v. 2010a.

CALABRE, Lia. Política Cultural no Brasil: um histórico. In: Lia Calabre. (Org.). **Políticas Culturais: diálogo indispensável**. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2005, p. 09-20.

CAMARGOS, Marcia. **Semana de 22 – entre vaia e aplausos**. São Paulo: Boitempo, 2002, 184 p.

CAMPOS, Yussef Daibert Salomão de. **A Dimensão Política do Patrimônio Cultural na Constituinte de 1987-1988**. 2015. 242 f. Tese (Doutorado em História)– Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, MG, 2015.

CANCLINI, Néstor Garcia. Los usos sociales del patrimonio cultural. In: Aguilar Criado (Encadern.) **Patrimonio Etnológico, Nuevas Perspectivas de Estudio**. Andalucía: Consejería de Cultura. Junta de Andalucía, 1999, p.16-33.

CÂNDIDO, Manuelina Maria Duarte. **Ondas do Pensamento Museológico Brasileiro**. Lisboa: ULHT, Cadernos de Sociomuseologia, n. 20, 2003.

\_\_\_\_\_; RUOSO, Carolina. **Museologia no Brasil e em Portugal: alguns atores e ideias em circulação**. *Anais do Museu Histórico Nacional*. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, v. 44, 2012, p. 33-52.

CARVALHO, Luciana Menezes de. Do museu à Museologia: Constituição e Consolidação de uma disciplina. 2017. 215 p. Tese (Doutorado em Museologia e Patrimônio)-Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro e Museu de Astronomia e Ciências Afins, Rio de Janeiro, 2017.

CARVALHO, Luciana Menezes de. Waldisa Rússio e Tereza Scheiner - dois caminhos, um único objetivo: discutir museu e Museologia. **Revista Museologia e Patrimônio**, v.4, n.2, 2011. p.147-158.

CHAGAS, Mario de Souza. **Há uma gota de sangue em cada museu: a ótica museológica de Mário de Andrade**. Chapecó: Argos, 2006.

\_\_\_\_\_. **Imaginação museal: museu, memória e poder em Gustavo Barroso, Gilberto Freyre e Darcy Ribeiro**. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais - UERJ. Rio de Janeiro, 2003.

\_\_\_\_\_. **Museu, museologia e pensamento social brasileiro**. In: **Museus, pesquisa, acervo, comunicação**. Cadernos do CEOM, Chapecó: Argos, n.21,p. 13-43, 2005.

\_\_\_\_\_. **Museus e Patrimônios: por uma poética e uma política decolonial**. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, v. 35, 2017, p. 121-137.

\_\_\_\_\_. **Nota técnica sobre o Museu da Maré: os benefícios produzidos pela instituição não devem ser descontinuados**. Revista Biblioo - cultura informacional, v. 2, 2014, p. 24-27.

CHARLE, Christophe. **A prosopografia ou biografia coletiva: balanço e perspectivas**. In: HEINZ, Flavio M. (Org.). **Por outra história das elites**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 41-53.

CHARTIER, Roger; **Autoria e História Cultural da Ciência**. Org: FAULHABER, Priscila; LOPES, José Sérgio Leite 1. ed. Rio de Janeiro: Azougue/FAPERJ, 2012.

COELHO, Priscilla Arigoni. **Metáforas em Rede no Processo de Institucionalização: um estudo sobre memória e discurso da Museologia no Brasil (1932 a 1985)**. 2015. 261p. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Memória Social - PPGMS/UNIRIO. Rio de Janeiro, 2015.

COSTA, Lygia Martins. **A defesa do patrimônio cultural móvel**. In: SECRETARIA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 22. Rio de Janeiro: FNpM, 1987. p 48-55.

Disponível em:

<<http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=reviphpa&paqfis=7951>>

Acesso em 10/01/2017.

CRUZ, Henrique de Vasconcelos. **Era uma vez, há 60 anos atrás....: O Brasil e a criação do Conselho Internacional de Museus**. São Paulo: Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus - ICOM-BR, 2008 (Monografia premiada em concurso)

CURY, Marília Xavier. **Museologia - Marcos Referenciais**. In: **Museus, pesquisa, acervo, comunicação**. Cadernos do CEOM (UNOESC), Chapecó: Argos, n.21, p. 45-73, 2005.

DERRIDA, Jacques. **Mal de Arquivo – Uma Impressão Freudiana**. Rio de Janeiro: Delume Dumará, 2001, 131 p.

FALCÃO, Joaquim. **A política cultural de Aloísio Magalhães**. In: **E Triunfo? A questão dos bens culturais no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Fundação Roberto Marinho, 1997.

FAULHABER, Priscila **Olhares histórico-comparativos sobre dois institutos de pesquisa na Amazônia (Brasil e Colômbia)**. **Cadernos de História da Ciência**. , v.4-2, p.10 - 34, 2008.

\_\_\_\_\_. O Instituto de Antropologia Social (EUA, Brasil e México) um artefato da resposta antropológica ao 'esforço de guerra'. **Revista Mana**, v. 17, p. 9-39, maio de 2011.

FERNANDES, Neusa. **A ABM e a Regulamentação da Profissão Museólogo**. Rio de Janeiro: UNIRIO, 2014.

FERRARI, Marcela. **Prosopografia e Historia Política** - Algumas Aproximaciones. *Revista Antíteses*. Londrina, vol. 3, n. 5, jan.-jun. de 2010, p. 529-550. Disponível em <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses>. Acesso em 14/04/2016.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O Patrimônio em Processo: Trajetória da Política Federal de Preservação no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, MinC – Iphan, 2005.

FREIRE, Paulo. **Ação Cultural para a liberdade e outros escritos**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976. 149 p.

GOMES, Carla Renata Antunes de Souza. **Do fato museal ao gesto museológico**. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2013.

GUARNIERI, Waldisa Rússio Camargo. **Um Museu de Indústria em São Paulo**. Tese (Doutorado). São Paulo: FESP, 1980. Acervo Centro de Documentação da FESPSP.

HOBBSAWN, Eric. **A Era dos Extremos: o breve século XX. 1941-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Anuário Estatístico do Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, v. 1967, 1972 e 1985. Disponível em: <<http://seculoxx.ibge.gov.br/populacionais-sociais-politicas-e-culturais/busca-por-temas/cultura>>. Acesso em 18/04/2016.

INSTITUTO JOAQUIM NABUCO DE PESQUISAS SOCIAIS. **Subsídios para a Implantação de uma Política Museológica Brasileira**. Recife: Instituto Joaquim Nabuco, 1976.

JACKSON, Luiz Carlos. **Gerações pioneiras na sociologia paulista (1934-1969)**. In: *Revista Tempo Social, Revista de Sociologia da USP*. São Paulo: Universidade de São Paulo, v.19, n. 1, junho, p. 115-130, 2007.

JULIÃO, Letícia. Apontamentos Sobre a História do Museu. **Caderno de Diretrizes Museológicas**. Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura/Superintendência de Museus, 2001.

JÚNIOR, Eurípedes Gomes da Cruz; PINHEIRO, Lena Vânia Ribeiro. Museu de Imagens do Inconsciente: ações, desafios e potencialidades para a transformação social. In: **Seminário de Investigación en Museología de los Países de Lengua Portuguesa y Española, II, 2010**. Buenos Aires, Comité Internacional del ICOM para la Museología – ICOFOM, 2011, p. 369-370. Disponível em: <<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/10367.pdf>>. Acesso em 21/08/2017.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990. 553p.

LEJEUNE, Philippe. O guarda-memória. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, n. 19, p. 111-119. 1997.

LIMA, Diana Farjalla Correia. Museologia, campo disciplinar da musealização e fundamentos de inflexão simbólica: 'tematizando' Bourdieu para um convite à reflexão. **Revista Museologia & Interdisciplinaridade**, Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade de Brasília. Brasília: PPGCI UnB, v. 2, n. 4, p. 48-61, 2013.

LIMONGI, Fernando. A Escola Livre de Sociologia e Política em São Paulo. In: MICELI, Sergio. **História das Ciências Sociais no Brasil**. São Paulo: Editora Sumaré, 2001, p. 257-275.

\_\_\_\_\_. Mentores e Clientela da Universidade de São Paulo. In: MICELLI, Sergio (Org.). **História das Ciências Sociais no Brasil**. São Paulo: Editora Sumaré, v.1, p.135-222, 2001.

MAGALHÃES, Aline Montenegro. **A curta trajetória de uma política de preservação patrimonial**. In: Anais do Museu Histórico Nacional. Rio de Janeiro: MHN, Edição alusiva aos 70 anos de criação da Inspeção de Monumentos Nacionais (1934-2004), v. 36, p.9-18, 2004.

\_\_\_\_\_. **Culto da saudade na Casa do Brasil: Gustavo Barroso e o Museu Histórico Nacional**. Fortaleza: Museu do Ceará, Secretária da Cultura do Estado de Ceará, 2006. (Coleção Outras Histórias, 49)

\_\_\_\_\_. **Troféus da Guerra Perdida: Um estudo histórico sobre a escrita de si de Gustavo Barroso**. 2009. 268p. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em História Social, IFCH/UFRJ. Rio de Janeiro, 2009.

MARQUES, Teresa Cristina Novaes. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, FGV/CPDOC, v. 29, n. 59, 2016, p. 667-686.

MENESES, Ulpiano Bezerra de. Conferência Magna - O Campo do Patrimônio Cultural: uma revisão de premissas. 2009. In: **Anais do Primeiro Fórum Nacional de Patrimônio Cultural**. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Ouro Preto, p. 25- 39, 2006.

MICELI, Sergio. **Intelectuais à Brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MISAN, Simona. Os Museus Histórico e Pedagógicos do Estado de São Paulo. In: **Anais do Museu Paulista**. São Paulo: Museu Paulista. v.16, n.2. jul.- dez, 2008, p. 175-204.

MONTEIRO, Lorena. Estudos de elites políticas e sociais: as contribuições da Sociologia e da História. **Sociedade e Cultura**, vol. 12, núm. 1, jan-jun, 2009, p. 25-32, 2009. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=70312338004>> . Acesso em 15/07/2016.

MORO, Fernanda de Camargo; NOVAES, Lourdes. ICOM e Brasil: um diálogo – lembranças e reflexões (1946-1993). In: **O ICOM/Brasil e o pensamento museológico brasileiro: documentos selecionados**. São Paulo: Pinacoteca do Estado, Secretaria de Estado da Cultura, Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus, v. 1, 2010.

NORBERT, Elias. **Mozart: Sociologia de um Gênio**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995. 151 p.

POULOT, Dominique. **Museu e Museologia**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

PROCHASSON, Cristophe. Atenção: Verdade! Arquivos privados e renovação das práticas historiográficas. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, FGV/CPDOC, v. 11, n. 21, 1998, p. 105- 119.

REVISTA DE MUSEOLOGIA. São Paulo: Instituto de Museologia de São Paulo – Fundação Escola de Sociologia e Política, n. 1, 2º semestre de 1989, ISSN 0103-2607.

RODRIGUES, Marly. **Imagens do passado: a instituição do patrimônio em São Paulo 1969-1987**. São Paulo: Imprensa oficial do Estado, 2000.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. Políticas culturais no Brasil: tristes tradições, enormes desafios. In: RUBIM; BARBALHO, Alexandre (Org.). **Políticas Culturais no Brasil**. Bahia: Edufba, Coleção Cult, 2007. Disponível em: <<http://www.repositorio.ufba.br:8080/ri/bitstream/ufba/138/4/Políticas%20culturais%20no%20Brasil.pdf>>. Acesso em 07/09/2015.

RÚSSIO, Waldisa Pinto. **Museu, um aspecto das organizações culturais num país em desenvolvimento**. Dissertação (Mestrado). São Paulo: FESP, 1977. Acervo Centro de Documentação da FESPSP.

SÁ, Ivan Coelho de. Do Curso de Museus à Escola de Museologia – 80 anos. In: MAGALHÃES, Aline Montenegro; BEZERRA, Rafael Zamorano. (Org.). **Livro baseado no Seminário Internacional - 90 anos do Museu Histórico Nacional em debate (1922-2012)**. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, v. 46, 2014, p. 221-243.

\_\_\_\_\_. História e Memória do Curso de Museologia: do MHN à UNIRIO. In: **Anais do Museu Histórico Nacional**. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, v. 39, 2007, p. 10-42.

\_\_\_\_\_. Do Curso de Museus à Escola de Museologia - 80 anos - Institucionalização das práticas museológicas: oitenta anos do Curso de Museus. In: **Livro do Seminário Internacional do Museu Histórico Nacional**. Rio de Janeiro: MHN, 2012, p. 223-243.

\_\_\_\_\_; SIQUEIRA, Graciele Karine. **Curso de Museus: MHN, 1932-1978**. Alunos, Graduandos e Atuação Profissional. Rio de Janeiro: Escola de Museologia - UNIRIO, 2007. 270 p.

SAFFIOTI, Heleieth Iara B. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidades**. Petrópolis: Vozes, 1976, 384 p.

\_\_\_\_\_. **Emprego Doméstico e Capitalismo**. Petrópolis: Vozes, 1978, 200 p.

\_\_\_\_\_. **O poder do macho**. São Paulo: Editora Moderna, 1987, 134 p.

SANTOS, Maria Célia Teixeira Moura. Entrevista ao Prof. Mário de Souza Chagas. In: **Reflexões museológicas: caminhos de vida**. Cadernos de Sóciomuseologia. Lisboa: ULHT, n. 18, 2002, p. 7-34.

SANTOS, Myrian Sepúlveda. Por uma sociologia dos museus. In: Chagas, Mario;

GOUVEIA, Inês. **Museologia Social**. Cadernos do CEOM. Chapecó: Argos, Ano 27, n.41, 2014 p. 47-69.

SANTOS, P. R. E. **Arquivos de cientistas**: gênese documental e procedimentos de organização. São Paulo: ARQ-SP, 2012.

SCHEINER, T. C. M.. Museu, Museologia e a 'Relação Específica': considerações sobre os fundamentos teóricos do campo museal. **Ciência da Informação** (Online), v. 43, 2015, p. 25-32.

\_\_\_\_\_. Cultura Material e Museologia: Considerações. In: GRANATO, Marcus. **Museologia e patrimônio**. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2015.

\_\_\_\_\_. Sociedade, cultura, patrimônio e museus num país chamado Brasil. **Apontamentos, Memória e Cultura**. Revista do Mestrado em Administração de Centros Culturais, v. 4, n.1, 1994, p.14-34.

SCHWARCZ, Lilia K. M. O Nascimento dos Museus Brasileiros (1870-1910). In: MICELLI, Sergio (Org.). **História das Ciências Sociais no Brasil**. São Paulo: Editora Sumaré, v.1, 2001, p.29-90.

SIQUEIRA, Graciele Karine. **Curso de Museus – MHN, 1932-1978**: O perfil acadêmico-profissional. 2009. 178p. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio, UNIRIO/MAST, Rio de Janeiro, 2009.

SOARES, Bruno C. Brulon *et al.* O nascimento da Museologia: confluências e tendências do campo museológico no Brasil. In: MAGALHÃES, Aline Montenegro; BEZERRA, Rafael Zamorano. (Org.). **Anais do Museu Histórico Nacional - 90 anos do Museu Histórico Nacional em debate (1922-2012)**. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, v. 46, 2014, p. 244-262.

SOARES, Bruno C. Brulon Soares. Caminhos do Museologia: Transformações de uma Ciência do Museu. **Senatus**. Senado Federal: Brasília, v. 7, 2009, p. 32-41. Disponível em: <  
<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/183232/000876474.pdf?sequence=6>>. Acesso em 13/11/2016.

SOARES, Bruno C. Brulon; SCHEINER, Tereza C. M. A ascensão dos museus comunitários e os patrimônios 'comuns': um ensaio sobre a casa. In: X ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 2009, João Pessoa. **E-book do Encontro Nacional da Associação Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação**. João Pessoa, v. 10, 2009, p. 2469-2489.

STONE, Lawrence. Prosopografia. **Revista de Sociologia e Política**. Curitiba: UFPA, v.19, n. 39, 2011. p 115 - 137.

TOLENTINO, Átila Bezerra. Governança em Rede - o caso do Sistema Brasileiro de Museus. In: **Revista CPC**. São Paulo, n. 16, maio/out. 2013, p 101-118.

TRIZOLI, Talita. O caso Lobato x Malfatti: contendas de gênero e estética na década de 1920 no Brasil. **19&20**, Rio de Janeiro, v. IX, n. 2, jul./dez. 2014. Disponível em: <  
[http://www.dezenovevinte.net/criticas/amalfatti\\_lobato.htm](http://www.dezenovevinte.net/criticas/amalfatti_lobato.htm)>. Acesso em 21/08/2015.



VARINE-BOHAN, H. Entrevista com Hugues de Varine-Bohan. In: **Os Museus no Mundo**. Rio de Janeiro: SALVAT Editora do Brasil, 1979.

VERHAALEN, Marion. Camargo Guarnieri – expressões de uma vida. São Paulo: Edusp / Imprensa Oficial, 2001.

## **ANEXOS**

## Anexo I – Estudo Prosopográfico

	Nome	Pais e informações familiares	Capital ou Estado	Ano de nascimento	Graduação e pós	Formação	Carreira/Ocupação	Atividade política	OBS
1	<b>Ana Rosa Kucinski Silva</b>	Ester Kucinski; Majer Kucinski	C	1942	USP (?)	Química (?)	Professora do Instituto de Química da USP	Ativista; integrante da ANL	"Desapareceu" em 1974
2	<b>Dina Sfat</b>	Noêmia; Jacob Kutner . Tinha uma irmã mais velha	C	1938	Mackenzie (?)	Teatro (?)	Atriz de teatro, tv e cinema	Considerada atriz ativista pela liberdade de expressão. Posicionou-se explicitamente contra o Regime Militar. Prestou depoimento ao Dops. Defendeu a discriminação do aborto.	Feminista
3	<b>Eva Blay</b>	Eta Raboy Alterman e Moyses Leib Alterman (ambos israelita). Fazendeiros de café.	C	1937	USP	Ciências Sociais em 1959	Professora de Sociologia da USP	Militante feminista pelos direitos sociais e políticos. Abriu frentes de pesquisa em torno desse tema. Em São Paulo presidiu o Conselho Estadual da Condição Feminina de São	Feminista

								Paulo. Filiou-se ao PMDB e atuou na organização das mulheres no partido. Foi suplente de FHC em sua eleição de senador. Defendeu a discriminação do aborto.	
4	<b>Heleieth Iara Bongiovani Saffioti</b>	sem informação	não sei	1934	USP	Ciências Sociais em 1960. Orientada no mestrado por Florestan Fernandes	Professora e pesquisadora na UNESP, em Sociologia	Feminista, pesquisadora reconhecida entre os pares.	Feminista, marxista
5	<b>Helenira Resende de Sousa Nazareth</b>	Euthália Resende de Sousa Nazareth e de Adalberto de Assis Nazareth	E	1944	USP (?)	Letras	Avisita política	Ativista política - UNE	Foi vice-presidente da UNE em 1968.
6	<b>Heleni Teles Ferreira Guariba</b>	Pascoalina Alves Ferreira e Isaac Ferreira Caetano.	E	1941	USP (?)	Filosofia (?)	Professora de Cultura Grega na Faculdade de Filosofia da USP. Direção de Teatro.	Ativista política articulada com grupos que defendiam luta armada.	Preso e torturado pelo regime militar
7	<b>Iara Iavelberg</b>	Eva Iavelberg e Davi Iavelberg	C	1944	USP	Psicologia	Militante da POLOP e MR-8.	Militante morta em circunstâncias ainda não esclarecidas aos	Militante morta em circunstâncias ainda não esclarecidas aos 27 anos. Companheira de

								27 anos. Companheira de Carlos Lamarca.	Carlos Lamarca.
8	<b>Inezita Barroso (Inês Madalena Aranha de Lima)</b>		C	1925	não	sem informação	Cantora, atriz e "folclorista"	sem informação	
9	<b>Ísis Dias de Oliveira</b>	Felícia Mardini de Oliveira e Edmundo Dias de Oliveira	E	1941	USP	Ciências Sociais	Militante, integrante da ANL	Militante política, ligada a ANL	Morta no contexto da Ditadura
10	<b>Luísa Augusta Garlippe</b>	Durvalina Santomo Garlippe e Armando Garlippe	E	1941	USP	Enfermagem	Enfermeira e militante do Partido Comunista do Brasil (PC do B).Guerrilheira no Araguaia	Militante do Partido Comunista do Brasil (PC do B).Guerrilheira no Araguaia	Morta em combate com o exército no contexto da Ditadura
11	<b>Maísa Figueira Monjardim</b>	Não	C	1936	não	sem informação	Cantora e compositora	Cantora e compositora	Aluna do Sacré-Couer de Marie. Mudou-se para o Rio de Janeiro em 1960. Morreu em acidente na Ponte-Rio Niterói.
12	<b>Maria Esther Bueno</b>	Família de desportistas	C	1939	não	Esportista	Tenista	sem informação	teve primogenitura feminina ao vencer no tênis
13	<b>Niède Guidon</b>	Cândida Viana de Oliveira Guidon e Ernesto Francisco Guidon	E	1933	USP, CNRS	História Natural, Zoologia, Arqueologia	Arqueóloga, notabilizada em 1991	sem informação	Pós-graduação na França

14	<b>Theodosina Ribeiro</b>	Rosa Rosário e José Inácio Rosário	E	1925	Faculdades Metropolitanas Unidas e Universidade de Mogi das Cruzes	Ciências Jurídicas e Pedagogia e Letras	Vereadora e deputada	Vereadora e deputada defensora dos direitos de negros e mulheres	A primeira Deputada negra da Assembleia Legislativa de São Paulo
15	<b>Trindade Sanches Garcia</b>	Família de operários	C	1926	não	sem informação	Operária e pacifista	Operária e pacifista com expressão na década de 1940	Militante da década de 1940. Estudou até os 11 anos.
16	<b>Maria Aparecida Urbano</b>	Maria Aparecida Ferraz Colombo e Luís Colombo (avós são imigrantes italianos que trabalharam na lavoura.	E	1934		Bordadeira, Datilógrafa	Trabalhadora doméstica	sem informação	Mudou-se ainda na infância para São Paulo. Foi morar em Alto do Pari e Canindé (perto do Brás) Morava na Rua Júlio Ribeiro. Estudou no Colégio Santa Teresinha do Menino Jesus. O pai passou a trabalhar em fábrica de plástico. Parou de trabalhar quando casou e conta que para as famílias menos abastadas essa era uma realidade. Até porque os empregadores não gostavam de contratar moça casada em razão do período de gestação e parto. Entre namoro e noivado foram 2 anos. Casamento entre famílias próximas.

17	<b>Anna Maria Machado de Campos</b>	Aracy Correa Machado de Campos. Pai engenheiro civil e a mãe normalista. Família de avós fazendeiros de café	C	1941	PUC SP, entrou em 1962	Pedagoga, Professora	Pedagoga, professora	sem informação	Os avós eram fazendeiros de café, que é recorrente. Afirma que seus pais eram de famílias próximas, conhecidas. Estudou no Colégio Rio Branco em oposição a uma educação religiosa. Estudou francês e inglês na escola. Jogava volei. Diz que a família pressionou para o primeiro quase casamento. Em atividade profissional, relata uma viagem para a Europa e Israel, de um mês.
18	<b>Vera Helena Andrade de Campos Maia</b>	Maria Andrade Maia e Eduardo de Campos Maia Filho. O pai era advogado. Fez carreira em São Carlos. Mãe era "do lar".	E	1931	não	sem informação	Bailarina e "do lar"	sem informação	Colégio São José. Colégio católico. Comenta da rivalidade entre Rio de Janeiro e São Paulo. Votou para São Carlos para cuidar dos pais. Parece que viveu em função dos pais.

19	<b>Maria José da Silveira</b>	Avó paterna veio da Itália. Pai era advogado. Família materna Decamiris. Mãe "não trabalhava fora" e teve 11 filhos. Família relacionada ao bairro Bom Retiro. A mãe tinha "vida social intensa" e "frequentava a sociedade".	C	1942	sem informação	Música	trabalhou em loja. Formada em música em Conservatório. Professora de Conservatório.	sem informação	Colégio Maria Imaculada. Família católica. A família perdeu condição financeira com a morte do pai e foram morar em Santos. A mãe se casou novamente. Sempre viveu com a mãe.
20	<b>Ana de Cerqueira César Corbisier</b>	Pai: Roland Cavancanti de Albuquerque Corbisier (formado em Direito). Pai foi preso na Ditadura. Havia sido Integralista, fundador do ISEB, Instituto Superior de Estudos Brasileiros. Família da mãe, tradicional paulistana: "Cerqueira César, "primos dos Mesquitas do Estádio". Família	C	1941	USP	Ciências Sociais, formou-se em 1968 (entrou no curso em 1960).	Ativista e militante política da ANL e de movimento de luta armada	Fez parte da ANL nos fins de 1960. Participou do Grupo Tático Armado	Estudou no Sagrado Coração de Maria, mas acha o colégio péssimo. Afirma que o marido a dissuadia de estudar e por isso demorou 08 anos pra se formar. Afirma que o marido não a deixava trabalhar. Afirma ser classe média. Separou em 1967, inclusive pela diferença de tendência política. Os dois filhos ficaram morando com o pai. Relações de muita proximidade com Aloysio Nunes (Senador?). Afirma que na infância



		<p>paterna do Rio de Janeiro, da Marinha. Afirma que o núcleo familiar não tinha muito dinheiro porque a mãe era "do lar" e o pai era professor de português. Os avós paternos eram ricos e perderam tudo na crise em 1929. Nasceu na "Brigadeiro". Depois morou na R. Treze de Maio, 1947 - Bela Vista</p>						<p>sempre morou em casa de aluguel. Se afirma como vanguarda em coisas que mulher não fazia. Frequentou o clube Pinheiros na adolescência e juventude. Exilou-se por 10 anos, primeiro na França, depois em Cuba a pedido de Marighela. Antes de voltar a SP passou um tempo em Salvador, Havia sido bandeirante na adolescência. Estudou um ano na França antes de entrar na USP, juntamente com o marido, que também estudava. Participou do GTA, grupo tático armado. Foi uma das fundadoras do PT, atuando como secretária. Fez curso de alemão na juventude.</p>
--	--	---	--	--	--	--	--	---

21	<b>Jacy Orminda Buttignon de Noce</b>	Francisco Buttignon e Geni Azevedo Buttignon. Avós italianos.	C	1943	não	Parou de estudar ao repetir a primeira série primária.	Trabalhou na infância junto à mãe. Parou de estudar na primeira série. Começou a trabalhar aos 38 anos quando o marido morreu.	sem informação	O pai deixou a família quando ela tinha 15 anos. A mãe costurava para manter a casa. Segundo o relato dela, a mãe é que sustentava a casa desde sempre. Casou-se novamente com um "viúvo" depois de ter alcançado uma "realização profissional" que não esperava. Valorização da maternidade
22	<b>Arcelina Ribeiro de Araújo</b>	Antonio Ribeiro e Maria da Costa Ribeiro. Eram portugueses que se conheceram no Brasil. Paik trabalhava com pedras de cantaria. Relata que a mãe nunca trabalhou fora. O "estabelecimento" do pai ficava no Brás. Filha mais nova de 7 irmãos	C	1928	USP PUC	USP - Nutrição em 1950. Formou-se em Serviço Social em 1957 (na PUC?)	Professora da PUC	Afirma-se socialista e trabalhou como assistente social	Estudou no "Grupo Escolar" e depois na Escola Profissional Carlos de Campos. Curso Técnico para lecionar e depois técnico de "dietética" e depois curso de Nutrição na USP. Era católica.
23	<b>Odette Carvalho de Lima Seabra</b>	A mãe, Maria Elvira Fernandes Balseiro, é espanhola, nasceu em La Coruña em 1904.	C	1937	USP - Geografia em 1966	Geografia (?)	Trabalhou em oficina de costura com 13 anos.	sem informação	Estudou em escola de freiras. "Eufiz o primário nessa escola e parei de estudar, porque não tinha o que fazer, eu vivia num

		<p>Pai era artesão (fazia sapato). Pai faleceu na infância e todos os filhos passaram a trabalhar.</p>						<p>mundo que uma mulher com 18 anos está casando, 16, 17 anos está casando, minha própria irmã casou com 16 anos". Fez Ginásio em uma escola pública chamada Alarico da Silveira, no Bom Retiro. Relata que tinha q fazer um vestibular para entrar e que as públicas eram as melhores escolas. "Então eu era a objetivação daquilo que Antônio Cândido e toda aquela gente estava investindo intelectualmente, eu tive esse sorte também. Todos os meus professores estavam saindo da faculdade de Filosofia nessa época, anos 50." Conta que no Bom Retiro se vivia uma diversidade em razão dos italianos e judeus</p>
--	--	--	--	--	--	--	--	---

24	Marilena Chauí	Filha de Nicolau Chauí (jornalista) e de Laura de Souza Chauí (professora)		1941	USP	Filosofia	Lecionou no ensino ginasial. Ingressou no curso superior com 19 anos, e seguiu a carreira acadêmica e docente. Secretária Municipal de Cultura em SP entre 1989 e 1992.	Uma das fundadoras do PT. Secretária Municipal de Cultura em SP entre 1989 e 1992	Observar que ela se graduou e fez quase que direto mestrado e doutorado.
25	Lygia Fagundes Telles	A mãe, Maria do Rosário (Zazita), era pianista.  Quarta filha do casal Durval de Azevedo Fagundes e Maria do Rosário Silva Jardim de Moura. Seu pai, advogado, exerceu os cargos de delegado e promotor público em diversas cidades do interior paulista (Sertãozinho, Apiaí,	c	1923	USP	Faculdade de Direito do Largo do São Francisco, em 1941	Escritora, publicou diversos livros. Procuradora do Instituto de Previdência do Estado de São Paulo (1961). Imortal da Academia Paulista de Letras. Em 2005, recebe o Prêmio Camões	Participou de passeata contra o Estado Novo, afirma-se no Projeto Releituras	Em 1937 termina o curso fundamental no Instituto de Educação Caetano de Campos, na capital paulista. Inicia o curso de Direito em 1941, freqüentando as rodas literárias que se reuniam em restaurantes, cafés e livrarias próximas à faculdade. Ali conhece Mário e Oswald de Andrade, Paulo Emílio Sales Gomes, entre outros, e integra a Academia de Letras da Faculdade e colabora com os jornais Arcádia e A Balança. Para se

		Descalvado, Areias e Itatinga), razão porque a escritora passa seus primeiros anos da infância mudando-se constantemente. Pai faleceu em 1945							sustentar, trabalha como assistente do Departamento Agrícola do Estado de São Paulo. Nesse ano conclui o curso de Educação Física.
26	ANNA MARIA MARTINS	Anna Maria Martins, filha de Renato de Andrada Coelho e Lúcia do Amaral de Andrada Coelho, descendentes de tradicionais famílias paulistas.	c	1924	Faculdade Sedes Sapientiae	Matriculou-se na Faculdade Sedes Sapientiae, Departamento de Línguas Anglo-germânicas, cujo curso não chegou a terminar.	Escritora.	sem informação	Fez os cursos primário e secundário no Ginásio Stella Maris, em Santos (São Paulo). Estudou também na Cultura Inglesa e na Aliança Francesa. Esteve nos Estados Unidos várias vezes, a partir de 1948; e na Europa em 1950 e 1973.
27	ADA PELLEGRINE GRINOVER	sem informação	não sei	1933	sem informação	sem informação	Escritora	sem informação	

28	RENATA PALLOTTINI (Renata Monachesi Pallottini)	sem informação	c	1931	USP e PUC	<p>Graduou-se em Direito pela Faculdade de Direito (USP - em 1953) em em Filosofia pela PUC (entre 1949 e 1951). Fez curso de Dramaturgia e Crítica da Escola de Arte Dramática de São Paulo (USP) e cursos de Literatura e Língua Espanhola e de História da Arte, pela Universidad Complutense de Madrid, Espanha.</p>	<p>Poeta, dramaturga, contista, romancista e ensaísta</p> <p>Advogou por certo tempo.</p> <p>É professora Emérita da Escola de Comunicações e Artes, USP.</p>	sem informação	Renata Pallottini doutora-se pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo - ECA/USP, em 1982.
----	---	----------------	---	------	-----------	--	---	----------------	---

29	Ruth Machado Lousada Rocha	Filha de Álvaro de Faria Machado(*? + 09.09.1991), médico, e Da. Esther de Sampaio Machado(*1906 +2002), tem quatro irmãos. Pais eram cariocas.	c	1931	FESP - Faculdade de Filosofia de Santos	bacharelado em Ciências Políticas e Sociais na Escola de Sociologia e Política e licenciatura em Ciências Sociais na Faculdade de Filosofia de Santos e pós-graduada em orientação educacional pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP)	Escritora premiada. Academia Paulista		primário e ginásio no Colégio Bandeirantes, colegial no Rio Branco,
----	----------------------------	---	---	------	---	--	---------------------------------------	--	---

## Anexo II – Entrevistas

**São Paulo, 22 de março de 2016**

**Pesquisa Waldisa Rússio e a Política no Campo Museológico**

**Entrevista de:** Maria Inês Coutinho

**Pesquisadora:** Inês Gouveia

**Transcrição:** Mirela Araujo.

**Inês Gouveia:** Hoje é dia 22 de março de 2017 e eu estou continuando a conversa com Inês Coutinho, dando sequência à entrevista que foi feita com os ex-alunos. Você falava sobre o Curso em Minas Gerais...

**Maria Inês Coutinho:** Então, o Curso de Minas, a gente tinha na Superintendência de Museus uma necessidade muito grande de mão de obra, porque nós começamos a fazer um trabalho muito grande no Estado, de reformulação dos museus, e tinham muito poucos museólogos e as pessoas que ficavam às vezes não tinham noções básicas de como proceder. Então a gente não dava conta de assessorar todo mundo. Então nós resolvemos justamente capacitar as pessoas. Então eu comecei com o trabalho... Que a gente fazia como treinamento regional aí, mas a gente achou que precisava de uma coisa mais ampla. E foi que a gente chamou a Waldisa para pensar um Curso para a gente lá. Então foi pensado a nível de especialização, que foi como começou aqui em São Paulo, depois virou mestrado e tal. Foram feitas 2 turmas. Inclusive, na primeira turma se não me engano, acho que foi na primeira turma, nós fizemos a catalogação, a recatologação do acervo do Museu Mineiro e aí a Serafina, que levou à frente este trabalho, e a gente trabalhou como um estágio, um trabalho prático do curso, e os alunos eles nos ajudaram nesse trabalho. Em alguns casos dava até mais trabalho porque eles não tinham noção. Mas foi um treinamento na prática. Teve alguns casos assim bem tenebrosos, mas enfim a gente acabou optando por isso. Na segunda turma a gente resolveu fazer uma exposição nossa na superintendência com o tema que a gente discutisse e o tema eleito foi a cozinha na história da casa mineira e gente decidiu fazer uma publicação que é um catálogo e acaba sendo um dos poucos registro desse curso, sem contar claro a universidade que tem todo esse trabalho.

**Inês Gouveia:** E o Curso estava ligado a UFMG ?

**Maria Inês Coutinho:** Não. A FUMA - a Fundação Mineira de Arte Aleijadinho. E aí tinha um reitor, uma coordenadora, uma diretora do curso e uma pessoa que era nosso intercâmbio com eles, ela até fez o Curso, que é uma das amigas que ajudou na história do apartamento, é a Mara Pena. Aí depois, o bom disso é que a gente concentrava as aulas da Waldisa. Nesse período que ela estava lá, ela ia para o curso e sempre ajudava nas coisas do Museu e outras coisas. E as pessoas, depois de terminado esse trabalho, elas tinham que entregar um trabalho escrito e a maior parte deles era o que eles foram aplicar nos museus. Então a gente teve um grande avanço, digamos assim, nos procedimentos dos museus do interior.

**Inês Gouveia:** Eu queria recuperar uma coisa. Como que você foi para Minas? Lá foi uma das primeiras superintendências de museus do Brasil, correto?



**Maria Inês Coutinho:** Aqui em São Paulo já tinha o DEMA, Departamento de Museus e Arquivos. Aqui não tinha o Sistema, o Sistema em São Paulo, o primeiro, foi em 86, o Sistema Estadual. Mas o que aconteceu foi seguinte... Eu estava trabalhando no Clube Pinheiros, trabalhando com a memória do esporte e o Clube Pinheiros era de alemães e tal. A Waldisa achava que seria bom que eu começasse a fazer outras coisas e sair deste trabalho. Na verdade, eu encontrei uns documentos, umas coisas que mostravam um passado e ela não gostou nada disso e ela tinha indicado meu nome, porque a Superintendência de Museus e resolveu contratar museólogos. Então mandou para o Curso de São Paulo um pedido que indicasse, e ela pegou e me indicou. E lembro que eu fiquei muito brava por que eu não queria sair daqui. E aí ela me acalmava falando assim: “Aquilo é estado, estado demora em todo lugar do Brasil. Até lá pode ser até que você tenha interesse”, “Mas eu não quero”, “Mas eu tinha que indicar alguém que tem currículo, que tem uma experiência diversificada, que eu sei que vai fazer alguma coisa. Porque eu não posso indicar quem vai fazer agente passar vergonha lá...” Então ficou. E eu achando que aquilo ia ser dali anos. Na semana seguinte a superintendente veio para São Paulo, que era a Priscila Freire. Porque o que que aconteceu: criaram uma Secretaria... Era uma Coordenadoria de Cultura. Era no tempo do Tancredo e o Zé Aparecido era amigo do Tancredo, aí o Zé Aparecido queria uma Secretaria. Então o Tancredo criou a Secretaria de Cultura para o Zé. Da mesma forma que depois foi criado o Ministério para ele. E aí ele viajou para Europa e viu muito museus e voltou animado e falou que queria vários museus. Tinha uma cunhada dele que trabalhava lá, que era artista plástica, Maria de Nazaré, e falou: “Não não quero nem saber disso.” Então foi a Priscila que... E a Priscila mexia com teatro, era toda animada e tal. E aí ele pediu para fazer... Logo de cara tinha verba para um museu, ele dividiu e resolveu fazer seis. Ela ficou louca, falou: Não posso fazer museu sem museólogo e mandou contratar no Rio, na Bahia e em São Paulo. Aí foi meu currículo para lá. E a gente teve uma relação muito gostosa... Amor a primeira vista... Ela veio para São Paulo e aí: “Ah, eu queria conversar com você”, eu falei “Mas eu não quero ir”. “Não só conversar, você não vai me fazer essa desfeita, eu estou em São Paulo.” Eu falei “Tá bom, para ir conversar, eu vou, né?” Aí nós passamos o dia inteiros juntas, fomos na Bienal, estava junto a Vera Pinheiro. E aí ela ficava me perguntando dos museólogos: “O que você acha dos museólogos?”. Eu falei: “Acho todos uns chatos”. E aí fui falando o que eu realmente pensava, porque eu achei que se ela queria me contratar para um emprego, eu fazendo assim vai dar tudo certo, ela vai pensar “Essa mulher é louca”, então, eu falei o que eu realmente eu achava, que devia mudar, que devia ser assim e tal... E foi dando justamente o efeito contrário. E no fim do dia ela disse assim: “Você é perfeita para o que eu quero” e aí eu acabei aceitando o convite e fui para Minas. Mas com essa concordância da Waldisa, porque eu falei que todas as vezes que eu precisasse (eu ia precisar muito da ajuda dela) e ela concordou. Aí fizemos um trabalho bem legal, amplo e ela sempre me ajudou, dando dicas, essas coisas... Eu não me sentia sozinha. Nesse período do Curso foi muito prazeroso, porque ela ia para lá e na verdade ela descansava. Porque aqui era uma coisa muito difícil. Então ela dormia, passava a tarde, vinha sempre lá no Museu, e ela dava aula a noite e depois a noite a gente saía para jantar e conversava muito. Então era um momento que ela gostava muito. E às vezes ia ela, às vezes ia a Serafina e a ideia era ampliar o curso e ela levar outros professores daqui de São Paulo.

**Inês Gouveia:** E nesse momento lá você era a única museóloga? Lá na Superintendência?

**Maria Inês Coutinho:** Não. Tinha duas da Bahia, duas do Rio e eu de São Paulo.

**Inês Gouveia:** Montaram uma estrutura grande então, né?

**Maria Inês Coutinho:** Aí eu perguntei por que só tinha eu de São Paulo. Aí eu ouvi o seguinte: “É que São Paulo trabalho mais.”

**Inês Gouveia:** Então vocês pensavam os museus do Estado de um modo geral?

**Maria Inês Coutinho:** Sim. A Superintendência até então tinha um núcleo de História e um núcleo de Comunicação Visual, que estavam “em cima” de duas pessoas. Não tinha museólogo. Essas duas pessoas achavam que não iam precisar nunca de museólogo, que se bastavam. E aí trouxeram esses museólogos todos e eu fui passar a ser a coordenadora do Núcleo de Museologia e dava brigas direto. Muitas, muitas, muitas. Por que a historiadora era a Cristina Ávila, filha do Afonso Ávila, então ela achava que ela como herdeira da tradição mineira não precisava da Museologia. E daí aquelas cartas, aquelas consultas oficiais com a Waldisa... E eles eram meio malucos, assim, de sapatear em cima da mesa, umas coisas complicadas. E aí a gente acabou enfim... Eu era a parte de Museologia e mudou... Então eles ficaram muito em cima do Museu Mineiro porque a gente não conseguia trabalhar juntos e eu comecei a trabalhar nos museus do interior. E com isso a gente deu assessoria e revitalizou muito museus. Então assim, fiz 12 projetos em 1 ano e pouco... Nossa! Trabalhei muito. O primeiro foi a Casa de Juscelino em Diamantina, Museu Dona Beija em Araxá, tinha um museu de arte sacra dentro de uma Igreja em Uberaba, em Uberlândia o Museu do Trabalho, tinha no Rio São Francisco, a gente implantou um projeto que era um Museu Fluvial. Restaurou o último dos barcos, daquelas gaiolas, e o Museu ia parando nas comunidades ribeirinhas e fazendo todo um trabalho. A gente fez várias viagens. Aí eu optei porque dava muito mais efeito essa parte de arte, os conteúdos não formais. Teve um antropólogo lá que deu muito problema, quis fazer as viagens e aí dava aulinha no meio do barco, aí não surtiu o efeito esperando, aí a gente começou a trabalhar os conteúdos através da arte. Então tinha uma peça de teatro, aí as Artes Plásticas faziam o cenário e os conteúdos eram trabalhos na aula de memória. A gente trabalhava a saúde... As pessoas não sabiam escovar os dentes, não tinham médico, dentista. Então a gente começou a trabalhar a preservação no sentido mais amplo: preservando o homem, as coisas que ele faz e o ambiente em que ele vivia. Então isso foi também um grande avanço nesse sentido, nesse conceito.

**Inês Gouveia:** E para esses projetos que você elaborou você fazia interlocução sempre com a Waldisa?

**Maria Inês Coutinho:** Alguns ela ajudou mais, por exemplo, ela ajudou muito no Museu do Trabalho em Uberlândia. Nesse ela acompanhava, projeto, tudo. Mas assim quando tinha às vezes alguma dúvida conceitual, sim, mas ela não executou, não fez. Ela trabalhou em algumas coisas do Museu Mineiro como contratada e depois a gente trabalhou em Minas nesse Museu Ciência e Técnica. Mas aí já era outro esquema. Ela foi contratada pelo Ministério da Cultura, para fazer o projeto nos moldes do Estação Ciência do CNPq. E o CNPq fazia parte do grupo.

**Inês Gouveia:** E a sua ida para Brasília para trabalhar o Sistema Nacional? Como que foi criado o Sistema. Por que quando você foi para lá foi o momento em que estava sendo criado o Sistema, não é?

**Maria Inês Coutinho:** Foi o começo, né? Já tinha sido. Em 84 teve uma instituição que era o Programa Nacional de Museus ligado ao Pró-memória, que era até a Solange Godoy era a coordenadora. Depois esse programa foi transformado em um Sistema Nacional e a primeira coordenadora foi a Sônia Guarita. Que ela até era enfim, uma pessoa muito simpática, mas tinha uma questão contra ela... A Maria Ignez Mantovani fez o primeiro ano do nosso Curso e a Sônia fez o primeiro ano como ouvinte, porque ela não tinha curso superior. Então a Waldisa, lutando pela formação, ficava indignada com essas coisas, com a pessoa que não tinha sequer uma titulação universitária estava com tanto poder e coordenando essas questões. Mas enfim, a Sônia era muito simpática e ela usava muito essa coisa do tio, do Ministro, para se apresentar nos projetos. E isso ficou muito evidente quando nós fizemos esse encontro do ICOM lá em 86 que veio a Fernanda como coordenadora do ICOM e a Sônia como coordenadora do Sistema. Então deu briga para todo lado, não só com a Waldisa, mas com os baianos, foi questionado nesse sentido, que era uma indicação. Aí a Sônia logo saiu, ela não ficou muito tempo no Sistema, isso já foi em 87, foi que o Itamar perdeu a eleição e o grupo que eu trabalhava era o Ângelo Oswald, Priscila Freire, todo mundo de cargo de confiança e foram todos para Minas. E eu fiquei para tentar fazer, para dar continuidade no trabalho. E a Priscila falava assim você é muito nova eu não vou te por como superintendente dos museus e pegou lá uma senhora de idade e pôs como superintendente de museus, mas você trabalha com ela que nem você fazia comigo, aí você continua fazendo as coisas, não tem problema.. Claro que não deu certo, né? A mulher foi se meter numa viagem com a gente para o Rio São Francisco e a gente andando de chinelo havaianas [inaudível] e a mulher andando [inaudível]. E aí foi uma confusão, a mulher ficou com ciúmes porque eu já estava há anos desenvolvendo um trabalho lá, o pessoal já me conhecia e ela não tinha nem capacidade intelectual ela queria ser a coisa... E foi quando, um período em que a Ângela Gutierrez foi secretária de Cultura e aí a Ângela queria trabalhar essa parte de museus e ficou insustentável a minha vida na superintendência de museus e eu fui para o IPHAN e aí as pessoas ficaram sabendo que eu estava no IPHAN, todo mundo continuava me procurando sobre a coisa dos museus e eu continuei dando assessoria lá, porque as pessoas chegam, perguntavam, telefonavam e a notícia se espalhou. Para você ter uma ideia, essa mulher foi na Superintendência e proibiu as pessoas de conversar comigo. Aí ela ficou sabendo e foi reclamar para Ângela Gutierrez, que foi reclamar para o Ângelo Oswald e aí falaram que eu tinha que parar de trabalhar. Ou eu ficava em casa, eu falei "Não, em casa eu não vou ficar". Então eu fui para Brasília, né? Não podia ficar em Minas, não podia falar nada e aí esperando a coisa acalmar e depois a gente voltou com essa ideia do projeto Estação Ciência.

**Inês Gouveia:** No momento do projeto Estação Ciência você estava em Brasília?

**Maria Inês Coutinho:** Estava em Brasília. Isso foi uns 3 anos depois.

**Inês Gouveia:** E no IPHAN você estava em Minas? Você continuava em Minas?

**Maria Inês Coutinho:** Eu trabalhei no IPHAN em Minas, em Brasília e no Rio Grande do Sul.

**Inês Gouveia:** O Sistema Nacional estava administrativamente ligado ao IPHAN?

**Maria Inês Coutinho:** Então, ele era vinculado ao IPHAN na época do Ângelo Oswaldo, depois teve alguma coisa que foi mudada... Que a gente era ligada ao gabinete do ministro. Na época do Celso Furtado era ligado ao IPHAN. Quando ele foi extinto, ele era ligado ao gabinete do ministro, que foi quando veio o Collor e o Ministério voltou a ser Secretaria, então tudo o que era gabinete extinguiu, e aí lá fomos nós para o ar. Esse trabalho nosso de 4 anos, mas uns 2 anos com o Programa, enfim..

**Inês Gouveia:** E o que o sistema estava fazendo nesse momento, quais eram as pautas, quais eram as preocupações do Sistema?

**Maria Inês Coutinho:** Então, depois disso o país levou 18 anos para se reorganizar nessa área de museus. A questão é assim, bem no início dos anos 80 tinha uma divisão grande entre o IPHAN e a Pró-Memória, porque o IPHAN era um órgão normativo e a Pró-Memória executora. Então, como a Pró-Memória tinha muito mais dinheiro, principalmente no Rio e em alguns lugares, a Pró-Memória tinha assim, mais função. Aí a coisa teve um racha quando puseram o Joaquim Falcão como presidente do Pró-Memória e o Ângelo Oswaldo do IPHAN, os dois brigaram e não sei porquê foi, mas eu fiquei no meio do tiroteio porque eu era muito amiga da Margarida Ramos, que faleceu recentemente, e ela foi trabalhar com Joaquim Falcão e a gente não brigou por que eles brigaram... E aí Ângelo fez algumas coisas em algumas delegacias regionais que: "Ou você está apoiando ele ou eu..." Então foi uma vida um pouco difícil, assim de IPHAN... Depois, agora eu não lembro exatamente em que ano foi extinta a Pró-Memória, deve ter sido em 88. Eu sei que o Sistema que já tinha sido criado, ele tinha também uma função normativa para os museus, mas mais do que isso era um órgão distribuidor de dinheiro para os museus. Então a gente era muito "rico" e "cortejado". Tinha duas assessoras, que era eu e a Célia Cursino, e aí para se ter uma relação de como patrocinar os projetos nos Estados, foram criados os sistemas estaduais e eleitos representantes. Então o representante ficava trabalhando. Todos os projetos estaduais eram encaminhados ao representante estadual, eles se reuniam, se organizavam, e enfim eram eleitos alguns e esses eram mandados para Brasília. Então a gente tinha uma grande reunião em Brasília em que os principais projetos de cada estado eram discutidos e defendidos pelos seus representantes no Sistema, lembrando que o primeiro Sistema é o de São Paulo, que é de 86.

**Inês Gouveia:** Que antecede ao Sistema Nacional, ou não?

**Maria Inês Coutinho:** Não. Ele é depois. Mas não era tão efetivo como depois. Estava se organizando no começo.

**Inês Gouveia:** E na lógica do Sistema Nacional, essa lógica de distribuição do recurso, era para museu municipal e estadual, para todos?

**Maria Inês Coutinho:** Sim. Para todos. Aí então a questão. Os museus federais eles eram, ganhavam dinheiro via Pró-Memória, mas nada impedia que eles se

reorganizassem. Então foi um momento de grande fomento nessa área e a área museológica se organizou, primeiro por que também tinha a Lei Sarney. Foi esse momento. As pessoas aprenderam a fazer projeto. Foi aí que começaram a pensar... Até então, principalmente as “pessoas de época” não tinham a menor ideia do que era fazer projeto. Então para mandar lá tinha certas normas e as pessoas começaram a pensar nesse sentido. E os projetos eram patrocinados, então eram defendidos pelo representante regional, depois eles eram votados e a dotação orçamentária distribuída. Aí tinham muito... Como era época de uma inflação galopante, por exemplo, nós tivemos muito problema... Eu lembro especialmente com a Bahia, porque o dinheiro ia para lá e eles não usavam, o que eles pegavam, aplicavam o dinheiro, e como dava trabalho prestar contas, depois de um ano eles devolviam o dinheiro e ficavam com a aplicação que não tinha que prestar contas. Aí a gente acabou diminuindo a verba, porque isso é considerado inadimplência. Não tinha como por na cabeça das pessoas que eles tinham que usar o dinheiro depois que já tinha sido... Então, a própria Secretaria de cultura, o Zé Aparecido não podia, de Cultura de Minas, não podia mandar dinheiro quando estava aquela mulher. Ela cancelou esse projeto do Museu Fluvial. Teve que devolver na época, R\$400 mil, era muito dinheiro e a Secretaria de Cultura de Minas ficou inadimplente, não recebeu nem um tostão. E aí o que aconteceu no outro ano? Recebeu menos dinheiro. Então não tinha quase dinheiro para os museus. A gente só tinha dinheiro para passagem, tinha muito. Aí comecei a fazer Cursos. Aí as pessoas vinham pedir dinheiro em Brasília e não tinha. Só que o Zé Aparecido era político e não falava que não, ele prometia. Aí as pessoas iam embora, o dinheiro não chegava eles xingavam quem? Eu, a Célia, a Priscila. Achavam que a gente sumia com o dinheiro. Quem aprontou uma grande briga com a gente foi a Niéde Guidon, tipo essas coisas assim.

Então a gente deu muito curso, foi nessa época que eu fiquei muito próxima da Célia da Bahia por que ela tinha muita facilidade e tal. E ela tinha defendido o doutorado nessa área de Educação, então a solicitação dos cursos era muito nessa área e tinham alguns outros cursos que eu fiz, por que a gente não tinha tanto o que fazer, a gente dava consultoria técnica então eu viajava muito, eu dava consultoria técnica para os museus, às vezes fazia cursos e foi nessa época que a gente conseguiu ajudar dessa forma até ser extinto o sistema.

**Inês Gouveia:** E nesse perfil das formações a solicitação geral era maior com relação a Educação em Museus? Essa área, qual era?

**Maria Inês Coutinho:** Enfim, tinha tudo. Tinha muito na área de conservação. Outros chegaram a pedir Museologia, mas Educação tinha bastante que a Célia viajava bastante. Eu lembro que uma vez eu fui dar um curso em Guarapuava, no Paraná. Que eles estavam com o seguinte problema: o prefeito foi lá nomeou o amigo dele, que era coveiro. E o cara quis mostrar serviço na cidade, então ele era coveiro no cemitério e pegava os ossinhos e começou a por aquilo no museu. E as pessoas ficaram com medo, por causa dos espíritos e ninguém mais ia no museu... Aí trocou o diretor do museu e a mulher não sabia o que fazer. Aí nós fizemos um curso lá, discutimos, tinha uma reserva indígena na Cidade... Enfim, fizemos um trabalho bem amplo que mudou um pouco essa mentalidade das pessoas. Então todo o trabalho com uma função. Mas às vezes a gente perdia muito por que troca o prefeito e estava sempre começando do zero.

**Inês Gouveia:** Em termos ainda do Sistema. Havia naquele momento o desenho de uma política museológica, de uma coisa que fosse mais prospectiva e não só para resolver as questões ali mais urgentes?

**Maria Inês Coutinho:** Então, tinha, mas era ainda uma questão incipiente. Porque dava muita discussão, por exemplo, diante dessa carência havia uma carência muito grande de publicações, então algumas coisas que a gente conseguiu fazer... Só que as coisas demoravam, apesar da Priscila ter sempre pressa... Então por exemplo: a Secretaria de São Paulo fez um manual de museus, que tinham algumas incorreções. Ela resolveu publicar esse manual e não fez revisão. Eu briguei com ela: “Eu não vou distribuir esse manual”, “Nossa, mas como assim?”. “Não tem bibliografia. Você vai distribuir uma errata, sabendo? Não dá”. Então tinha esses problemas. Aí o Celso Furtado foi para a França e voltou com aquele “Musée et la vie” e aí ele ficou apaixonado pelo livro, mandou para gente e a gente resolveu, conseguiu publicar ele em português, conseguimos os direitos, conseguiu a tradução, então foi uma coisa assim. No finzinho, dava pra gente publicar, veio a ideia de que ia acabar o sistema. Aí a Priscila não tinha mais paciência, ela se foi acho que uns 10 meses antes, ela pediu demissão e foi embora e eu fiquei como coordenadora do sistema lá só que aí não tinha mais dinheiro era meio que para arrumar a casa, mas eu consegui antes do Collor entrar publicar esse livro, então consegui uma parte do dinheiro em Minas, fiz o fotolito em Minas e depois a impressão no Rio Grande do Sul e a gente conseguiu publicar esse livro. Aí eles publicaram no Rio Grande do Sul, mas eu estava no Ministério não tinha dinheiro para por no correio, ficou tudo lá na DR, no IPHAN.

Aí historia vai, terminou Brasília e eu acabei indo trabalhar lá no Rio Grande do Sul e vou conhecer o espaço, uma sala cheia daqueles livros. Esse livro consegui com o dinheiro do IPHAN que fosse distribuído, agora claro que o diretor regional distribuiu prevalentemente no Rio Grande do Sul e aí o que sobrou foi para o resto do país.

**Inês Gouveia:** E qual é a estrutura do Rio Grande do Sul? Você foi trabalhar em qual?

**Maria Inês Coutinho:** Eu fui a primeira diretora do Museu das Missões, mas era vinculado a delegacia regional do IPHAN. Mais recentemente que a estrutura dos museus foi separada nas delegacias regionais, então eu era subordinada ao delegado regional.

**Inês Gouveia:** Por dentro do IPHAN, havia uma conversa entre os profissionais mais ligados aos museus e os ligados ao patrimônio?

**Maria Inês Coutinho:** Sempre foi uma relação... É aquela história do IPHAN da questão dos arquitetos, da prevalência da pedra e cal e a gente estava justamente nesse processo de mudança. Porque você vê o CNRC, que depois culminou na memória imaterial, que eu acho que é um avanço do ministro Gil, até então a gente era como se fosse doido. Não faz muito tempo que São Paulo, a delegacia regional, eu ouvi do arquiteto que era o responsável assim: “Nossa Inês, a gente pediu um arquiteto eles mandaram uma museóloga, vamos pegar e mandar ela para o Museu Lasar Segall”. [inaudível] E não tem outro museólogo aqui em São Paulo e é uma delegacia importante, então, mas a própria visão do diretor, foi muito difícil e eu me debati com isso também no Rio Grande do Sul, porque eu era ligada ao grupo das Missões que era coordenado pela Evelin [inaudível] que ele respeitava porque ela

tinha poder financeiro ali. E ele era arquiteto e ele não se conformava de eu ser uma museóloga e não... Enfim... Um poder de decisão como ele, eu acabei saindo.

**Inês Gouveia:** Então, do seu ponto de vista, a discussão sobre Museologia, museus e uma perspectiva de política museológica não tinha espaço dentro do IPHAN?

**Maria Inês Coutinho:** Tinha, mas era uma coisa muito voltada para determinado interesses, uma visão muito definida, entendeu? Os museus da Pró-Memória, que são esses museus federais do IPHAN eram pensados e organizados por eles.

**Inês Gouveia:** Mas não tinha o compromisso de pensar os museus do Brasil de uma forma geral, como se pensava o patrimônio?

**Maria Inês Coutinho:** Não, como hoje, não. Porque o Sistema foi que levantou essa discussão. Por exemplo, em Minas foi muito mais fácil trabalhar na Secretaria, nos outros museus do estado do que nos museus federais. Vide que o Rui Morão está lá *ad eternum*. Nessa época já era o Rui Mourão e continua... Não e ele até tem... Outro dia aconteceu uma coisa aqui no Arte Sacra que eu liguei para ele e falei “Rui, tal não sei que, o pessoal queria um obra...” e ele tem uma visão... Aprendeu Museológica, né? O pessoal do México queria umas obras. “Obra que tá na minha exposição aqui, não vou tirar da exposição para mandar para eles, eu mandei eles na reserva técnica...” A gente acabou não emprestando por que o IPHAN melou, não autorizou no tempo que devia. Mas enfim, uma pessoa dessas você vai discutir política de museus? Ele é dono! Entende? Então a coisa é mais lenta. Nesses grandes museus é mais difícil. A gente avançou muito aqui em São Paulo. Não que esteja perfeito mas, nessas questões, por causa do sistema de OS que a Secretaria passou a cobrar por metas, então muitas coisas ficam evidentes e algumas pessoas têm medo de não receber o dinheiro então acabam fazendo.

Waldisa usava muito uma frase: sinecura nos museus. Então são estruturas. No Rio Grande do Sul, por exemplo, tinha um diretor regional que foi mais de 20 anos que era o Curtis, desses antigos Eu também trabalhei com quase todos desses antigos porque eu era muito nova e enxerida, ficava perguntando. Então quando eles foram morrendo eu fui tomando o maior susto, né, porque aí eu vi que o tempo passava... Mas, por exemplo, no Rio Grande do Sul tinha o Curtis que era um desses primeiros diretores do IPHAN. Era um arquiteto e esse que estava quando ele estava dirigindo Museu tinha sido discípulo dele e depois os dois brigaram, claro o outro virou todo poderoso e pôs o outro para fora. E como ele estava aposentado e ele não tinha muito o que fazer, ele vinha me procurar no IPHAN. E aí eu pegava... Porque ele tinha um conhecimento fantástico, ele é colecionador de imagens sacras então eu discutia muito com ele e ele me ajudou muito. Tem uma das melhores coleções de arte sacra do país. Muitas peças missioneiras que tem na coleção dele não estão no museu e ele era diretor regional passava para ele e tudo que ele tinha interesse ele comprava para coleção dele, quando não tinha ia para o museu.

**Maria Inês Coutinho:** É, então é muito difícil, por exemplo, quando o Papa veio para o Brasil nos levamos uma exposição para o Rio e tinham oferecido um lugar lá no Museu Histórico Nacional. E lá vou eu, procuradora, para um reunião com a Vera Tostes, e era um lugar, uma parte lá embaixo, um calabouço, que levaram a gente pra ver... Tinha um Cristo de quase 6 metros de altura e o lugar tinha quase 3 e tinha

muita umidade e ainda... Aquele comunicador visual, o marido da Solange, e falei “Escuta. Aqui não teve problema com peças...?”, “Ah teve sim...”, “Ah é? Muito obrigada...” Aí eu voltei: “Nós não vamos para o Museu Histórico Nacional”. Aí nos ficamos procurando um lugar e eu acabei achando o CCBB, e eles me chamaram: “A gente dá o espaço para vocês, mas não dou um tostão.” Então assim, é duro. Eu voltei, a gente acabou arranjando um patrocínio, facilitou por que a mulher curadora era mulher do presidente da Fundação Padre Anchieta e ela nos ajudou com algumas empresas, mas eu montei uma exposição com 300 mil, foi linda e eles estão acostumado com padrão de 3 milhões, 4... A gente vê nos editais.

**Inês Gouveia:** Hoje você falou uma coisa que eu vou te perguntar de novo. Você falou assim “a Waldisa não tinha muita dinheiro” por que fica evidente assim como ela buscou financiamento para viajar, entre outras coisas.

**Maria Inês Coutinho:** Ela era uma funcionária pública. Sem dúvida uma funcionária de destaque e tal, mas ela não era rica que nem o pessoal do Rio.

**Maria Inês Coutinho:** A ABM tinha, a Neusa Fernandes, tinha muito dinheiro. Então, por exemplo, quando foi aquele problema da regulamentação que a gente teve que ficar em Brasília e eu resolvi ficar com a Waldisa, não deixar ela sozinha, foi por nossa conta, entendeu? A gente tinha ido para um congresso, sem conseguir esses financiamentos. Você estando vinculado a uma instituição é muito fácil.

Então, eu não sei te falar em dinheiro, mas por exemplo, essa casa que eles [Waldisa e Rossine] compraram é uma casa financiada. É uma casa boa e tudo, é ali atrás do aeroporto. Ela tinha um carro, mas não era um carro zero, era carro usado, às vezes quebrava. O Rossine, o fato dele ter sido preso e essa coisa toda, era muito difícil ele ter dinheiro. Aquele período com o Ricardo na FEPASA, ele era um assessor especial. Então ela tinha uma estrutura, tinha empregada, tinha as coisas e o Rossine, que ela tinha que manter.

**Inês Gouveia:** Ela era a provedora de casa, né?

**Maria Inês Coutinho:** E ela gastava muito dinheiro com a Museologia. Por exemplo, xerox, essas coisas, ela que fazia, o Curso não dava um tostão. Ela tinha uma conta numa casinha de xerox lá perto da casa dela e era uma fortuna. Então não sobrava assim dinheiro, eu falo assim, para guardar, fazer poupança, esses grandes luxos, não. Era uma assim vida econômica que ela tinha.

**Inês Gouveia:** Eu vi um registro de uma correspondência dela com um advogado, ou em 87 ou em 88, que falava do risco de perda de uma imóvel. Será que era essa casa?

**Maria Inês Coutinho:** Eu não sei se as pessoas sabem, mas teve um período em que, eu não sei se já estava ou se foi posto, mas a casa estava no nome do Rossine e ele não conseguiu pagar e quando o Rossine morreu ela conseguiu ficar com casa. [iaudível] Mas ela por exemplo, não era colecionadora. Ela tinha uma ou outra coisa, ela tinha assim, um quadro do Volpi... Era um quadro que ficava na sala da Waldisa. Então a gente ia fazer muita reunião na casa dela, sempre tinha coisa de comer, isso era farto, quer dizer, gastava-se, né?



**Inês Gouveia:** Você sabe se ela se filiava a essa tradição do avô dela? Por que é um avô que ela não conheceu, né?

**Maria Inês Coutinho:** Não, ela não era muito preocupada com isso. A tradição com sentido de memória. Mas não dessas coisas que as pessoas gostam, ela não tava nem aí.

**Inês Gouveia:** A superintendência em Minas tinha interlocução com o CECOR?

**Maria Inês Coutinho:** Tinha, um pouco não muito. Depois eu fui fazer um trabalho maior com o CECOR quando eu fui trabalhar no Palácio das Artes. Por que aí a gente tinha um maior contato. A gente que fez um pouco esse contato e o Gaël muitas vezes ia dar um curso lá e eu coptava ele para dar palpite no museu e ele era muito generoso também, ele ajudava, vinha, via as coisas que a gente queria, nesse sentido o Gaël também era fantástico.

**Inês Gouveia:** Ele quando foi a primeira vez para lá, para dar curso lá, foi por intermédio da Waldisa, né?

**Maria Inês Coutinho:** Acredito que sim. Por que eles não... Pode ser. Ela indicava. É, aproveitava as viagens internacionais. Eu acredito que possa ser, mas eu sei que quando ele ia pra lá, a gente não tinha dinheiro para pagar passagem para ele então toda vez que ele ia no CECOR, ele dava uma passadinha no Museu, a gente aproveitava.

**Inês Gouveia:** Tem só mais uma questão que eu queria te fazer, que eu fiquei também com dúvida daquela nossa conversa que eu queria entender. Que é mais assim pontual que eu queria entender... Houve um concurso público na década de 80 em São Paulo que teve vaga para museólogo, né?

**Maria Inês Coutinho:** Sim, acho que foi em 84 porque eu já pude prestar, tinha recém terminado o Curso. Acho que foi no começo de 84.

**Inês Gouveia:** E foi influencia da Waldisa?

**Maria Inês Coutinho:** Influencia não, exigência. Acabaram fazendo o concurso, mas não chamaram os museólogos.

**Inês Gouveia:** Nunca?

**Maria Inês Coutinho:** Não, nunca é demais... Mas assim, por exemplo, eu lembro que eu passei em 13º lugar. Porque todos os museólogos de São Paulo prestaram esse bendito desse concurso, mesmo que não quisessem assumir, mas eram obrigados a prestar. E eu queria trabalhar na área e eles não me chamaram. A gente não tinha campo profissional aqui em São Paulo. E aí a vida aconteceu como eu te falei, fui pra Minas, e em Brasília. Quando eu estava bela e faceira trabalhando no Sistema Nacional de Museus em Brasília eles resolveram me chamar aqui em São Paulo. Era do Dêgelo (?). E eu resolvi não assumir o que deixou eles um pouco assim irados. E aí eu tive que pedir exoneração do cargo. Era uma coisa que era para a vida inteira e na verdade eu nunca mais ia trabalhar no Estado, em São Paulo. Mas eu achei que valia a pena por que estava em uma proposta melhor, ganhando muito mais, fazendo muito

mais, mas vários colegas que prestaram foram trabalhar no Museu de Arte Sacra, onde hoje estou, por que a vida é redonda.

**Inês Gouveia:** Você se lembra quantas vagas tinha nesse concurso?

**Maria Inês Coutinho:** Não. Acho que 20. Para você ver hoje, a gente tem 18 museus no Sistema... No estado, né? Então devia ser por aí, mas é que eles não chamavam ninguém.

**Inês Gouveia:** É isso. Era o que queria perguntar. Obrigada por conversar comigo novamente Inês!

**Inês Coutinho:** Então é isso.

**Niterói, 16 de janeiro de 2017**

**Pesquisa Waldisa Rússio e a Política no Campo Museológico**

**Entrevista de:** Marcelo Matos Araújo Mattos Araújo

**Pesquisadora:** Inês Gouveia

**Transcrição:** Mirela Leite de Araujo.

**Inês Gouveia:** Marcelo, para começar, gostaria você dissesse, por favor, o seu nome completo, local e a sua data de nascimento.

**Marcelo Matos Araújo:** Marcelo Matos Araújo, nasci em São Paulo, 19 de maio de 1956.

**Inês Gouveia:** Qual é a sua formação?

**Marcelo Matos Araújo:** Minha primeira formação, eu fiz graduação em Direito, na USP. Depois eu fiz especialização em Museologia na Escola de Sociologia e Política, no Curso dado pela professora Waldisa. E depois eu fiz doutorado na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP. Mas, enfim, com uma tese que era ligada à Museologia sob a orientação da professora Maria Cecília França Lourenço.

**Inês Gouveia:** E qual era o tema? Qual era o foco?

**Marcelo Matos Araújo:** Era uma investigação sobre o ingresso das primeiras obras modernistas no acervo da Pinacoteca. Chamava-se “Tradição e ruptura: o ingresso das primeiras obras modernistas no acervo da Pinacoteca”.

**Inês Gouveia:** Como foi o seu ingresso no Curso de Museologia?

**Marcelo Matos Araújo:** Olha, meu ingresso na Museologia, claro, tem a ver aí, com uma questão aí, digamos, de biografia. Eu fiz graduação em Direito, na verdade um pouco com a ideia de fazer carreira diplomática. Eu entrei em 74. É, foi meu primeiro ano de faculdade, 74, 5, 6, 7... Me formei em 78. Para mim foi um momento importante. Bom, graduação, enfim. Eu vinha de uma escola privada, muito conservadora, muito protegida, então, claro que entrar na São Francisco [Largo de São Francisco], principalmente naquele momento, com todo o... Enfim, nos anos finais ainda da Ditadura Militar com todo o movimento político, foi a morte do Herzog, “Carta aos Brasileiros”... Eu tive lá uma atuação bastante... Um envolvimento grande com o movimento estudantil, foi a recriação do DCE, da própria UNE, eleições para o centro acadêmico – a São Francisco tem toda uma tradição grande.

E, daí ao longo da faculdade, enfim, um pouco eu abandonei a ideia da Diplomacia, também por uma questão política, por que era Ditadura Militar, então ser diplomata naquele momento era visto com certa reserva, porque diplomata é quem trabalha para e pelo governo. Então, quando acabou a faculdade eu excluí essa hipótese. Eu comecei trabalhar com Direito, mas enfim, apesar de eu gostar muito do Direito como formação, na teoria, a prática não me interessou muito... Daí eu resolvi tirar um ano, o famoso sabático, para viajar. E eu fui para Europa, fiquei um ano todo lá viajando, enfim... Isso, foi em 1980, aquela coisa de, enfim... 20 e poucos anos, brasileiro, mochila, viajando, fazendo um monte de coisa... Daí fui, no verão, para Grécia, cheguei até a ir para Israel. Fui até Israel. E é claro que nesse período todo com aquele pensamento do “o que fazer”. Eu me lembro bem que em Israel eu fui visitar o Museu da Diáspora, um museu que provavelmente existe até hoje, e que conta a história da diáspora do povo judeu, mas enfim, isso em 1980, e era um Museu que já existia há alguns anos. Era o que hoje em dia a gente chama de um projeto museológico muito de vanguarda porque, essa história toda, era um museu que não tinha nenhuma peça original, então era um relato que era contado só com a utilização,

enfim, dos recursos existentes na época, então tinham muitos cenários, reproduções e eu fiquei muito impactado por esse museu e me lembro bem que daí, quando acabou a visita ao Museu eu fiquei pensando... Eu sempre gostei muito de museus, sempre que frequentada, desde criança, adolescente, adorava ir em museu, sempre gostei de história, de arte, apesar que eu nunca tive nenhuma habilidade de criação artística. E daí, naquele momento, eu falei: “Acho que me deixaria feliz trabalhar com museu”. Aí eu voltei para o Brasil no finalzinho do ano, em dezembro de 80 e daí logo em Janeiro de 81, fevereiro de 81 eu fui ver, enfim, as alternativas profissionalizantes, de formação que tinha para a área de museus e daí eu vi esse curso, quer dizer, vi a divulgação do curso de Museologia lá da Fundação Escola de Sociologia e Política. Eu acho que, inclusive o prazo de inscrição já tinha encerrado, tinha sido no final do ano anterior, mas eu fui de qualquer maneira na Fundação, e pedi para falar com a Waldisa, aí falei que queria, que queria muito, fui bem insistente. Enfim, daí ela autorizou e eu comecei a fazer o curso, acho que foi março, não sei se foi no final de fevereiro ou março de 81. E era um curso (bem você deve ter esses dados), era um curso de especialização de 3 anos. Logo em abril... O curso começou em... Se não foi final de fevereiro, foi no começo de março... Logo em abril já havia uma indicação da possibilidade de estágio e eu me lembro que inclusive na época, tinha duas possibilidades. Nós tínhamos uma professora de prataria e que trabalhava no Museu Arte Sacra, a Serafina, uma pessoa adorável – então eu podia, enfim, tive a escolha de fazer um estágio ou no Museu de Arte Sacra ou uma outra possibilidade era no Museu Lasar Segall. Daí, enfim, eu optei pelo Museu Lasar Segall e aí eu comecei como estagiário lá, e eu continuei. Quer dizer, o Curso acabou em 83 e eu continuei no Segall. Entrei como estagiário, depois, enfim, fui contratado como museólogo, daí o Museu Lasar Segall, ele... Quando eu comecei ele era uma instituição privada e no final de 84 ele foi federalizado. Então, todos os funcionários, por esse acordo passaram a ser funcionários na época da Fundação Nacional Pró-Memória e daí, acabaram se transformando em funcionários públicos federais e na verdade, formalmente, eu estou lotado no Museu Lasar Segall até hoje e acabei por conta das sucessões todas dos órgãos, acabei sendo servidor do IBRAM. Eu fiquei no Lasar Segall até o final de 2001, daí eu fui convidado para assumir a Pinacoteca do Estado, a direção, por 10 anos, até 2012. Em 2012, a Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo até julho de 2016 e daí a presidência do IBRAM.

Bom, agora voltando ao curso de Museologia, então eu comecei em 81, fiz os 3 anos e daí que foi essa...

**Inês Gouveia:** E como é que era a Waldisa como professora no cotidiano das aulas e o que ela passava para vocês lerem?

**Marcelo Matos Araújo:** Olha, a Waldisa era uma pessoa assim, extremamente sedutora, competente, forte, uma personalidade super magnética. As aulas dela eram, assim, impressionantes. Tanto que dessa minha primeira reunião com ela eu fiquei absolutamente fascinado. As aulas dela eram, realmente... A Waldisa tinha uma capacidade de expressão e de discurso absolutamente únicos, eu acho. Eu conheci poucas pessoas na minha vida que tivessem essa capacidade de expressão e ao mesmo tempo, claro, de síntese, de clareza de pensamento, de estruturação, de orientação de ideias, e claro, assim, uma energia, com uma vibração que eram contagiantes. Acho que não conheço ninguém que tenha passado, digamos assim, incólume, por uma aula da Waldisa, uma palestra... Ela era realmente sedutora, né? Nesse sentido de conquistar as pessoas para a questão de Museologia, de preservação... Era algo muito, muito forte, e que tem a ver inclusive, tanto é que você mencionou mesmo, com as questões biográficas, tem a ver com a própria vida dela, né? Ela era uma dessas intelectuais de visão total de mundo, quer dizer, toda a vida dela tinha um entrelaçamento, né? O próprio casamento, a própria dedicação para

todas as causas, essa articulação entre a museologia e as questões políticas, tudo isso muito global, 24 horas por dia, permanentemente.

**Inês Gouveia:** A mim também interessa pensar isso, nessa relação com o Rossini, a relação que observo que ela estabeleceu com intelectuais contemporâneos a ela, alguns bem mais velhos, eu suponho até em razão da geração do Rossini. Havia de fato isso? Ela estava mesmo em contato com esses intelectuais?

**Marcelo Matos Araújo:** Estava. O Rossini foi a grande paixão da vida dela. O Rossini era bem mais velho, acho que quando eles se casaram ela era jovem, enfim, tinha uma enorme paixão entre eles e uma paixão que obviamente, um envolvimento e uma relação que se desdobrava por uma cumplicidade entre eles, pelo lado não só político, mas intelectual, cultural... Então, claro, o Rossini, tanto geração, pela atuação dele, pelas relações familiares, ele tinha... Ele era um grande personagem, quase que do primeiro modernismo... Enfim, se não era daquela primeira geração modernista, era da segunda. Então por conta disso, todas as relações que a Waldisa tinha, com o Menotti Del Picchia, enfim, aquelas figuras que ainda, por terem tido uma vida mais longa, ainda naquele momento ainda estavam vivos... Mas muitas figuras do mundo, digamos assim, do cenário intelectual de uma maneira mais geral, e daí é claro, dela, especificamente, mais focado nessa área de patrimônio, preservação e museus.

**Inês Gouveia:** E que outras referências, no diálogo com outras disciplinas, o que era forte no Curso para vocês além da Museologia?

**Marcelo Matos Araújo:** Olha, primeiro, a Waldisa também teve uma formação em Direito, então nesse sentido, a gente tinha uma identificação muito grande, acho que a formação em Direito, é claro, ela dá uma estruturada no pensamento lógico e justamente, quer dizer, nessa capacidade que ela tinha e exercia brilhantemente de estruturar as ideias... Já entrando aí numa questão que você sinalizou como sendo de interesse, quando você pensa as questões todas de políticas públicas, claro que daí todo o domínio de legislação, das estruturas legais, dos sistemas jurídico-administrativos, é claro que contribui muito para isso.

Então, ela tinha uma articulação muito grande também com essa área política e administrativa, até porque enfim, toda a vida profissional dela foi nesse campo, de instituições públicas estatais, da Secretaria, com esse propósito. Acho que inclusive, com o propósito... Que a questão da formação na biografia inclusive, ela vem posteriormente. Acho que, quando, justamente, ela compreende, começa a desenvolver todo o pensamento museológico e vê também a questão da necessidade da formação, entendendo que sem quadro [de pessoal] você não tem como pensar ou implantar políticas. Então a questão da formação, eu acho que ela vem posteriormente como uma decorrência dessa visão de museologia e dessa necessidade realmente de estender e, enfim, garantir ou pelo menos contribuir para formação de quadro que pudessem ter essa atuação dentro dessa perspectiva mais ampla que ela tinha.

Tanto que no começo do Curso, grande parte dos alunos, das primeiras turmas, seguramente do primeiro e do segundo ano, que foi o ano que a Cristina fez (a Cristina Bruno é da primeira turma), grande parte dos alunos eram funcionários da Secretaria [de Cultura] ou tinham relações profissionais com a Secretaria. Quem não tinha, era quase uma exceção dentro desse cenário. A maior parte... Eu fui da quarta turma, né? Quando eu entrei, a primeira turma, que é da Cristina Bruno, já tinha encerrado. A Cristina fez.. 80...79...78 – eu entrei em 81. Na minha turma, por exemplo, que já é a quarta, não havia mais, pelo menos que eu me lembre de cabeça, acho que nenhum de nós éramos funcionário da Secretaria, mas nas turmas anteriores, na primeira e na segunda, praticamente todos eram. Tinham essa relação institucional anterior.

**Inês Gouveia:** E isso marcou também aquele período em que Waldisa passou a se dedicar ao Museu da Indústria?

**Marcelo Matos Araújo:** É por que houve aquela separação... E ela aí foi para a Secretaria... Quando eu comecei o curso em 81 ela já estava na Secretaria de Ciência (as secretaria mudam tanto de nome que enfim, eu não lembro exatamente o nome), acho que é Indústria, Ciência e Tecnologia, não sei se chamava desenvolvimento... Ela faz essa mudança, justamente por acreditar que na Secretaria de Ciência e Tecnologia ela teria melhores condições para implantar o grande projeto que eu acho que ela teve profissional da vida dela que foi o projeto do Museu da Indústria. Porque na verdade, em São Paulo, quando foi criada, havia uma grande Secretaria, que era Ciência, Cultura, Tecnologia, Desenvolvimento, Esporte, Turismo, nos anos 70. Daí essa Secretaria foi sendo desmembrada e aí houve esse momento de criação da Secretaria de Cultura. Mas como os funcionários, originalmente, eles eram da Secretaria de Ciência, aí havia uma relação administrativa, daí acho que em um certo momento essas separações foram mais definidas e definitivas e houve essa necessidade de escolha e daí ela fez essa opção por permanecer na Secretaria de Ciência e Tecnologia.

**Inês Gouveia:** E o Museu da Indústria, Marcelo, você sabe o que houve, por que ele não foi adiante?

**Marcelo Matos Araújo:** O Projeto do Museu da Indústria da Waldisa, eu acho, pelo menos do que eu tenho conhecimento, talvez, acho que seja até hoje o projeto mais amplo, mais ambicioso... Ambicioso, óbvio no bom sentido, mas assim, mais amplo, mais sistemático que já foi pensado no Brasil em termos de preservação de um determinado recorte patrimonial, que no caso era esse conhecimento do início do processo da industrialização em São Paulo. Acho que é um projeto que hoje em dia ele poderia ser lido inclusive, né? Enfim, com visões mais contemporâneas, mais recentes, do próprio papel da cultura ou dos museus em termos de, não só de preservação, mas em termos de desenvolvimento, enfim Ele permite aí leituras... Realmente ele foi de uma consistência, de uma qualidade... Pensando inclusive no projeto que foi desenvolvido nos anos 80, espetacular. Agora, ele era uma projeto muito amplo, muito ambicioso, que obviamente demandaria para sua implantação um apoio político enorme, recursos, obviamente, é claro, alguns enfrentamentos. E na verdade ela tentou durante anos, anos e anos. Alguns momento ela encontrou um apoio maior, mas nunca teve o apoio ao nível de permitir a implantação plena do Museu e obviamente isso foi... Lembro muito da gente conversando, foi a grande batalha dela e foi a grande frustração de não ter conseguido, enfim, não ter conseguido levar a cabo. E realmente acho que hoje em dia, pensando... Essa impossibilidade de maneira alguma se deve a nenhuma fragilidade do projeto, ao contrario o projeto é maravilhoso, e também de maneira alguma a não insistência dela, sou testemunha de que ela batalhou durante anos em diferentes gestões, mas ali realmente, por conta de falta de visão política, né? Nas gestões ali que se sucederam e com um resultado absolutamente trágico, porque nós estávamos ali ainda nos anos 80, eu me lembro, enfim, ela tinha identificado, diagnosticado e ela trabalhava com pelo menos duas ou três possibilidades de museus de sítio, que eram fábricas antigas que trabalhavam ainda com tecnologias muitas vezes quase que artesanais, mas cujo maquinário ainda existia e que naquele momento poderia ter sido preservado, não só o maquinário, mas também, enfim, todo o conhecimento dos profissionais, dos artesãos e se pensar um processo de preservação, né? Como ela via, né? Que pudesse garantir também uma continuidade, mas também uma fonte de trabalho e de economia. E isso não foi possível, infelizmente, naquele momento e esses acervos foram se perdendo. Quer dizer, hoje em dia, é claro que se poderia pensar num museu da indústria, mas aquelas fábricas específicas, aqueles conjuntos, aqueles

maquinários, aqueles saberes, hoje em dia estão perdidos, praticamente irremediavelmente, então realmente ali foi uma perda cultural para o Brasil tremenda e que acho que a gente nunca vai conseguir resgatar.

**Inês Gouveia:** Você lembra concretamente o que chegou a funcionar do projeto?

**Marcelo Matos Araújo:** Olha, o que chegou a funcionar... Acho que foi muito pouco. Eu me lembro muito dela trabalhando lá na fábrica de tapetes, lá ligada a Tecelagem Parahiba em São José dos Campos, algumas outras fábricas. Mas não que tenha funcionado realmente... Eu não me lembro de nenhuma iniciativa. Quer dizer, houve, acho que algumas exposições, exposições sobre o projeto, algumas ações, enfim, workshops, mas nenhuma ação que tenha tido o mínimo de continuidade... Eu nunca estive envolvido direto com o projeto. Não me lembro.

Daí uma outra iniciativa que tinha uma relação, também, que ela se envolveu muito foi o Estação Ciência. Porque enfim, não foi uma derivação, mas foi realmente uma proposta que surgiu também em decorrência dessa preocupação dela com a preservação desses acervos industriais e do conhecimento científico e daí sim foi um projeto que, enfim, que se logrou, ainda que muito distinto do que ela inicialmente havia pensado, mas enfim, pelo menos acabou se realizando. Agora do Museu da Indústria mesmo, claro, tem as publicações, como eu falei, tiveram muitas ações, workshops, seminários, mas ações que tivessem uma duração maior eu não me lembro.

**Inês Gouveia:** E qual era o cenário com que vocês, egressos do Curso, se relacionavam em São Paulo?

**Marcelo Matos Araújo:** Havia um cenário aí nos anos 80 que, eu acho que tinha certa ebulição. Porque assim, do ponto de vista dos museus estaduais, havia tido justamente, enfim, aquele grupo que a Waldisa tinha participado de análise e proposição e tudo mais... Uma estrutura, que foi ali um momento dos anos 60, 70, importante, enfim, a criação inclusive de alguns museus, o Museu de Arte Sacra, Museu da Imagem e do Som, Museu da Casa Brasileira, iniciativas em que ela esteve diretamente envolvida. E instituições que foram pensadas para visões museológicas que na época eram extremamente contemporâneas, mesmo o Museu de Arte Sacra, Pinacoteca, foram momentos importantes aí de revitalização desses museus. Havia claro, quer dizer, todo um leque aí de museus privados que também teve, como o MASP até por conta de uma aproximação com Bardi até o funcionamento do curso no MASP, parceria com o MASP nos primeiros anos, até o próprio museu Lasar Segall, que foi uma iniciativa do Maurício [Lasar Segall], mas que claramente fazia parte de um processo cultural mais amplo do qual também ela tinha essa... Uma das várias capacidades da Waldisa era justamente estabelecer essas articulações e relações. Ela, por meio do curso, rapidamente criou essas relações com vários desses museus. Os próprios museus da Universidade de SP, naquela época, o MAC também foi um movimento importante sob a gestão do [Walter] Zanini, o Museu Paulista tava também num movimento muito feliz, o MAE ainda não existia, o que existia eram acervos espalhados em diversas instituições... Acho que foi só nos anos 80 que se deu a unificação desses acervos e a formalização do MAE... Mas enfim, nesse momento aí dos anos 70, começo dos anos 80, em termos de cenário museológico em SP, havia um cenário muito favorável, São Paulo cidade. Acho que no estado também, até porque esse processo é da Secretaria, né? Havia já a partir dos anos 60 a criação dos museus históricos municipais, mas aí também um momento importante de criação de algumas instituições municipais e no Brasil como um todo o próprio processo cultural do Brasil nos anos 60-70, muito rico, especificamente nessa questão de patrimônio, preservação e museus. É um momento no qual, inclusive esse conhecimento essa reflexão enfim começa a adquirir uma outra consistência e a própria Waldisa

rapidamente vai se articular, enfim, outras... No Rio de Janeiro, no curso de formação, o curso da Bahia estava funcionando, o próprio ICOM internacionalmente, enfim... Acho que a Waldisa conseguiu muito rapidamente... Eu acho fascinante a gente pensar e lembrando, que na década de 70 não tinha redes sociais, não tinha computador, as coisas todas eram manualmente escritas ou datilografadas, as correspondências eram via correio, mas ela rapidamente consegue aí estabelecer, ela cria uma rede, inclusive internacional grande, quer dizer o curso quando começa já tinha professores internacionais convidados, Gaél de Guichen que era na época uma das maiores referências internacionais, especialmente na área de conservação e restauro, se associa e tem aí uma presença ao longo de muitos anos em relação ao Curso. Na América Latina ela tinha, claro, fácil de imaginar que dentro da visão, havia uma priorização com a América Latina, África. É muito engraçado por que o Rossine era, de formação de esquerda, comunista e, naquela época, maoísta, então a China era... O Rossine foi presidente de uma Comissão de Amizade Brasil-China. Me lembro até hoje de reuniões na casa deles, ouvir toda a preleção sobre a China. E a Waldisa acho que inclusive depois o sucedeu na presidência dessa comissão que era uma dessas estratégias óbvio, em época de repressão, no qual, enfim, se podia aí envolver em ações de divulgação e de enfim, de defesa de visões de esquerda. É curioso hoje em dia pensando com todas as mudanças políticas, imaginar os dois envolvidos. Waldisa menos, porque acho que essa adesão, essa participação dela era mais em função do compromisso e da paixão que ela tinha pelo Rossine. Mas o Rossine, me lembro, era “Bom dia” e já discurso político e começava direto. Agora, claro, eram figuras incríveis, brilhantes, uma capacidade de expressão maravilhosa, com vivências incríveis, então, as conversas sempre eram muito fascinantes. Em algum momento um pouco redundantes, por conta da carga ideológica, mas enfim, era sempre muito interessante.

**Inês Gouveia:** A Waldisa se colocava como? Em termos políticos, ela se auto-proclamava de esquerda, abertamente?

**Marcelo Matos Araújo:** Totalmente! Totalmente! Abertamente!

**Inês Gouveia:** Ela esteve associada a algum partido?

**Marcelo Matos Araújo:** Não... Pelo menos não tenho nenhuma memória de alguma adesão ou de alguma militância partidária. O Rossine sim, ele tinha sido, como falei, do Partido Comunista, depois do PCdoB. Eu não sei se a Waldisa chegou a ter alguma adesão ou militância partidária. Eu acho que não, pelo menos não tenho nenhuma memória em relação partidária. Agora, politicamente, ideologicamente, sim! Enfim... Me lembro muito dela defender e participávamos enquanto alunos de movimentos de anistia, manifestações, essas grandes manifestações que vão ocorrer em SP nos anos 80, pela volta da democracia, “Diretas Já”, íamos no comício com faixas do Curso de Museologia.

**Inês Gouveia:** Ela incentivava vocês a participarem dessas ocasiões?

**Marcelo Matos Araújo:** Total! Total! E ia junto, participava. Ela era absolutamente engajada. E ela tinha todos esses contatos, até por conta dessa militância, desse conhecimento com todas as áreas políticas, mas não partidárias. Não tenho essa memória de uma adesão, de uma militância partidária.

**Inês Gouveia:** Ainda sobre essa questão da redemocratização, vocês enquanto alunos, ex-alunos, estavam participando dos debates sobre Cultura, sobre um planejamento da área da Cultura?

**Marcelo Matos Araújo:** Tudo! Tudo! Porque assim, a Waldisa tinha essa visão muito ampla, né? De cultura, de Museologia, enfim, sempre articulando as questões dos



museus e da Museologia com questões políticas culturais mais amplas, políticas mais amplas e era um momento super efervescente, então a gente participava de todas as discussões. Discussões desde o âmbito mais específico de Museologia, por exemplo, foi o grande momento de reivindicação da abertura do ICOM, que até então era muito, no Brasil, muito fechado, muito restrito... Era o começo de toda... Foi o momento de reivindicação, de briga pelo reconhecimento da profissão de museólogo, então todos os seminários, todas as articulações, articulações políticas dos deputados para apresentar o projeto de lei. Por que o reconhecimento da profissão é de 84! E mesmo com as criações dos sistemas... Enfim, depois vieram títulos, denominações distintas, mas enfim, do que seriam órgãos específicos de formulações de políticas de museus em âmbito municipal, estadual... Então essa participação era direta. Claro, para alguns alunos que tinham... Eu tinha uma grande participação, outros também, outros menos... Aí, um pouco também em função da particularidade de cada um... Mas, do ponto de vista de incentivo, de expectativa dela e do curso, total!

**Inês Gouveia:** São Paulo foi um lugar importante para a essa organização da Constituinte... Sobre os direitos culturais, vocês estavam debatendo essa questão? Estavam em contato com as pessoas que estavam nesse debate?

**Marcelo Matos Araújo:** Claro! Me lembro que o Arantes era presidente do CONDEPHAAT e houve um seminário muito importante que inclusive depois deu origem a uma publicação, uma publicação que até hoje continua sendo uma referência. E a Waldisa participou, então, por exemplo, se você pegar uma análise, enfim, complexa, não quero ser reducionista, mas se a gente pegar toda a questão da trajetória do patrimônio no Brasil, a relação com a Museologia, ela é muito delicada, né? Para usar uma palavra delicada, né? [risos] Essa figura do Barroso, a gente sabe... De uma visão bastante conservadora politicamente que vai quase que se opor e desenvolver um projeto paralelo ao IPHAN ao longo de décadas, um projeto que vai caminhar paralelamente, toda essa relação com museus e patrimônio... Ao mesmo que o IPHAN... Claro, tem toda as propostas de criação dos museus nos anos 30,40 e 50, mas se tem ao mesmo tempo essa visão mais conservadora de museus. Eu acho que vai ser só na verdade, aí nos anos 70, nos anos 80, que vai haver realmente uma confluência e uma clareza da sinergia e da identidade comum dessas questões. E a Waldisa teve, sem sombra de dúvida um papel fundamental. E é curioso por que quando a gente pensa a formação da Waldisa, que foi Direito, mas o conhecimento que ela tinha de Sociologia e de Antropologia era incrível... Ela tinha discussões com antropólogos e sociólogos num nível de conhecimento comum compartilhado fantástico. E acho que ela teve esse grande papel histórico realmente de reivindicar e trazer a Museologia para este campo avançado de pensamento contemporâneo de participação e de inserção na grande questão do patrimônio e da preservação dentro de uma visão contemporânea de mudança, de construção, não naquela visão tradicional de museu, voltado para o passado. E principalmente, que acho que é uma das grandes contribuições da Waldisa, claro que outras pessoas também no Brasil, outros movimentos, mas acho que ela conseguiu talvez aprofundar mais em termos de pensamento, inclusive com a grande reivindicação dela que era a questão da necessidade da participação social na elaboração dos processos museológicos. Que era na época para o Brasil, realmente uma questão bastante inovadora. Que hoje em dia para nós parece absolutamente natural! Eu lembro sempre aquela coisa, aquela frase que ela falava que o importante não era fazer museu para a comunidade, até um pensamento mais ou menos que já existia, ou já estava consolidado, mas era fazer com a comunidade e daí que ela colocava isso como um grande desafio. Então, e ela vai, por exemplo, eu me lembro que imediatamente no curso quando eu entrei, em 81 e 82, a gente já tem acesso, por ela, a todo o pensamento da ecomuseologia... Eu fui, não me lembro mais quando foi, em 84 ou 85, eu fui visitar o ecomuseu Le Creusot Montceau. Enfim, eu queria conhecer ao vivo, ver como é que funcionava, então,

essas questões todas de inventário participativo, questões que depois até, obviamente se aprofundaram.

Agora, muito curioso, agora pensando, voltando para uma questão que a gente já viu, como... Eu nunca tinha, enfim, associado, né? Como que essas primeiras experiências, pelo menos essas experiências que a Waldisa trazia para o curso, e que ela usava, como estavam ligadas com a questão a preservação do patrimônio industrial. Porque claro... É claro que existem muitas experiências de ecomuseologia voltadas para o patrimônio ambiental, mas a que nós, enquanto alunos recebemos primeiro era sempre essa do Creusout, ligada com o patrimônio industrial e daí, por conta desse interesse dela na questão justamente do projeto do Museu da Indústria, e na cabeça dela o Museu da Indústria ou o Projeto do Museu da Indústria, era, numa perspectiva futura, um germe para um grande ecomuseu.

**Inês Gouveia:** Você falou do ICOM, como era a interlocução e como foi esse processo de abertura aqui no Brasil? E pensando no ICOM, na participação de vocês alunos, vocês participavam com ela, como é que foi?

**Marcelo Matos Araújo:** Olha, era um processo muito complicado, porque o Comitê na época era extremamente fechado, acho que ele se reduzia a pouquíssimas, talvez, sei lá, no máximo a duas dezenas de membros controlados pela Fernanda Moro, pela Lourdes Novaes... Até, enfim, é curioso o resgate do tempo... Vi que agora no final do ano, no começo do ano, agora no 17 finalzinho de 16 teve uma homenagem para Fernanda, que é claro, passado o tempo a gente sempre aprende a analisar todos os balanços necessários. Mas naquele momento era um enfrentamento direto porque essa associação era controlada pelo Comitê, pela diretoria e ela era restrita a decisões pessoais, claro que havia lá toda uma justificativa de procedimentos, como deveriam ser feitos e aprovações e tinham que ter não sei quantos anos, e isso e aquilo, mas no fundo era o controle mesmo desse órgão. Eu me lembro que estimulados pela Waldisa, até pelos contatos, a gente fez contatos diretos com o Comitê, com a sede do ICOM em Paris, aí houve uma tentativa de nos associarmos diretamente, mas daí isso não podia ser feito, mas daí houve uma pressão em Paris para que o Comitê Brasileiro passasse a, enfim, aceitasse esses membros... Foram alguns anos, pelo menos uns 3 ou 4 anos de enfrentamento aberto. Me lembro de congressos... Eu tinha lá, naquela época, enquanto jovem profissional, tinha enfrentamentos diretos com a Fernanda Moro, porque nós não podíamos... Até que isso foi conquistado. Eu entrei para o ICOM acho que foi, ainda na década de 80, mas um pouco mais para o final. Daí houve todo um grande movimento para uma mudança e dali, acho que a primeira eleição, quem foi eleita foi a Maria de Lourdes Parreiras Horta, na época ela já era diretora do Museu imperial. Mas foi assim uma articulação muito grande de várias áreas para conseguir superar essas barreiras que o então Comitê Brasileiro tinha estabelecido.

**Inês Gouveia:** Essas tensões até que ponto se davam em função da diferença de visão sobre a Museologia?

Olha, o ICOM surgiu aqui do Rio de Janeiro em 48 e logo depois, enfim, é claro que a partir das instituições museológicas mais antigas... Há grandes instituições antigas também não só em São Paulo, museus super antigos, centenários, Recife, Bahia... Mas enfim, o ICOM surgiu no Rio de Janeiro e acaba enfim, se consolidando e congregando. Então, tanto no caso do ICOM, mas principalmente no caso da ABM, havia essa... Por trás dessa questão acho que haviam vários pontos. Um deles é o fato de que, nós de São Paulo, víamos a ABM, e eu acho que na verdade ela era, essencialmente uma associação carioca, apesar de, enfim, se propor ser uma associação nacional e ter, é claro alguns membros nacionais. Ela era fundamentalmente uma associação carioca... Então havia essa questão. A outra questão é que, enfim, claro, estava ligada a todo um processo de formação do Rio de

Janeiro, que tinha a ver com o Curso do Museu Histórico Nacional, desde 1932, que claro, que aí com todas as evoluções e alterações, mas com uma visão de formação. E uma questão que sempre foi muito... Que funcionou como um eixo delimitador, digamos assim, entre aquele grupo de São Paulo, era a visão que a Waldisa tinha muito clara, de que a formação de Museologia devia ocorrer em nível de pós-graduação. Isso era uma bandeira absolutamente, assim, intransponível, firme, irreversível que ela tinha e nós todos como alunos... Mas então havia também essa visão que separava muito o que era esse grupo de São Paulo com o que era o grupo do Rio de Janeiro.

**Inês Gouveia:** Vocês eram mais maduros do que os outros alunos que estavam participando...?

**Marcelo Matos Araújo:** É claro, nós éramos todos alunos da pós-graduação, então é claro que alunos de pós-graduação, você tem aí pelos menos 5 ou 6 anos mais de vida... Todos já trabalhavam, diferente de um aluno de graduação, 18-19 anos. Então nós rapidamente, até inclusive por essa vontade de participação e de organização, foi criada em São Paulo uma associação, que chamava ASSPAM, Associação Paulista de Museólogos, que foi, enfim, também um instrumento de fortalecimento, acho que ela foi muito importante, né? A Waldisa foi a primeira presidente, depois foi a Cristina e eu fui acho que o terceiro. Acho que foi uma Associação, que acho que a gente conseguiu, enquanto ela funcionou, muitas ações. A gente fez vários congressos da ASSPAM, mas que eram congressos que tinham participação de profissionais do Brasil todo e em cidades do interior, então também ela foi importante para articular movimentos no Estado como um todo. Foi criado uma prêmio, que foi chamado Paulo Duarte, muito interessante, ele tinha várias categorias, também servia também como um estímulo, um reconhecimento, profissionalização. Então, quer dizer, sob a inspiração da Waldisa acho que realmente a gente vê aí que se desenvolveu todo um processo de fortalecimento e de visibilidade da Museologia, especialmente em São Paulo, é claro buscando aí articulações, mas principalmente em São Paulo que foi muito consistente. Nesses 15 anos, a visibilidade que a Museologia conquistou como disciplina, como atuação, como área de formação foi muito grande.

**Inês Gouveia:** Como era a relação da ASSPAM com a Associação da Bahia?

**Marcelo Matos Araújo:** Tínhamos uma relação amigável, até por que nesse esforço, pela regulamentação da profissão de museólogo a Bahia teve um papel [importante]. Porque o Curso da Bahia já existia, havia um contato muito grande da Waldisa especialmente com a Maria Célia, e houve uma articulação grande, quer dizer, acho que foi importante a existência do curso da Bahia, do grupo da Bahia, porque também de certa maneira ajudou aí a superar aquela polarização Rio-São Paulo. Aí era um terceiro estado, uma terceira força... E o contato inclusive, quem apresentou a proposta de regulamentação foi um deputado baiano, foi uma iniciativa de contato dos nossos colegas baianos. E havia também um contato grande com Pernambuco, principalmente com o Museu do Homem do Nordeste. Então havia assim, alguns desses contatos... e obviamente tudo isso dentro de uma tentativa de articulação nacional até porque, enfim, era uma legislação nacional, então é claro que isso pressupunha uma existência de um movimento nacional para isso poder acontecer.

**Inês Gouveia:** E a relação com o Curso no Rio, em termos de currículo, havia?

**Marcelo Matos Araújo:** Não... Não. Havia, como eu te falei, quer dizer, essas visões muito distintas do que seria a formação a nível de pós-graduação e o que seria o nível de formação de graduação. Então o Curso do Rio, a imagem que eu tinha, não sei se era uma imagem preconceituosa por conta desse enfrentamento, mas ainda era um curso que se estruturava naquela visão tradicional, de disciplinas por tipologia de

objeto, então se estudava prataria, numismática... A gente morria de rir: “Eles estudam heráldica, numismática”. E enquanto, na verdade, o Curso nosso de SP era enfim, dentro dessa visão de Museologia como processo de conhecimento, com disciplinas e não focado nos objetos mais. A grande discussão que a gente tinha com a Waldisa mesmo, que era mais instigante, era mesmo a natureza da Museologia, quer dizer, se isso era uma disciplina da área de comunicação, da área das ciências sociais, e era a grande discussão que se travava mundialmente, principalmente por meio do ICOFOM, do ISS, *Icofom Studies Series*, que tinham os artigos dela, depois veio Cristina [Bruno] também participando, e que era enfim, com todos os... hoje em dia todas as grande referências teóricas, né? [Zbynek Zbyslav] Stránský, [Klaus] Schreiner, de qual era a natureza do conhecimento museológico, né? Um engajamento muito grande nisso.

Agora, o que houve também que foi muito complicado foi o funcionamento do curso na Escola de Sociologia e Política, porque na época, apesar de ser uma escola super antiga, de ter tido um papel histórico em nível de formação, inclusive anterior a USP... Naquela época era uma escola muito decadente, milhões de fragilidades, praticamente não dava apoio nenhum. Ao contrário, o curso de Museologia até, financeiramente, ajudava a Fundação. Muita fragilidade do ponto de vista das instalações, o curso mudou varias vezes de funcionamento. E a gente... Eu me lembro também das conversas com a Waldisa de tentar... A gente levava para ela, de vez em quando, de tirar o Curso da Sociologia e Política e levar para outra estrutura de ensino, claro, a grande expectativa era a USP... Agora a dificuldade era que, enfim, a Sociologia e Política tinha ali uma estrutura maleável que, talvez até por conta dessa própria fragilidade institucional acolheu a proposta dela, e também porque ela tinha as relações lá pessoais de conhecimento, enquanto que é claro, nas outras estruturas, principalmente a USP haveria daí uma dificuldade maior de acolhimento. A Sociologia e Política tinha uma defesa que a gente usava que ela era uma escola de 1932, então ela tinha uma legislação que era anterior a própria legislação do MEC então ela era uma espécie de Escola Livre, então ela poderia funcionar sem o reconhecimento do MEC... Claro que todo o conhecimento jurídico da Waldisa era ótimo, e fazia lá uma roda enorme pra justificar tudo isso. Mas o fato é que realmente o Curso foi se fragilizando com o passar do tempo, por conta mesmo dessa fragilidade institucional da Fundação que nunca conseguiu incorporá-lo plenamente. Mesmo ainda nos últimos anos de vida da Waldisa, o vigor dela ainda conseguia... Mas [era] uma fragilidade muito grande. E a gente tinha muita insistência com ela justamente para tentar levar o curso para outra estrutura de ensino, mas ao mesmo tempo ela tinha também um reconhecimento com a Fundação de terem aceitado o curso.... Mas isso foi, acho que isso foi fatal para o curso, porque daí ele acabou... Teve lá um grupo que tentou manter mais por alguns anos, mas depois ele acabou fechado, e daí a iniciativa de formação só vai agora ser mais, em São Paulo, ser recuperado no âmbito da USP, claro aí por um esforço enorme da Cristina [Bruno], coordenando claro um grupo grande de professores, mas graças a iniciativa histórica da Cristina [Bruno].

**Inês Gouveia:** Essas questões das fragilidades do curso na FESP tem alguma relação com a saída da Waldisa da ASSPAM?

**Marcelo Matos Araújo:** Esses processos todos, quando você tem uma figura muito forte, né? Quer dizer, de formação, que é responsável por um processo formativo amplo, como a Waldisa foi, e daí o surgimento de pessoas que passam por esse processo de formação e que daí, obviamente, começam a ter uma atuação profissional e em São Paulo isso aconteceu, era Cristina, eu e muitas outras pessoas... É sempre um processo complicado e também um processo de... Tem níveis de enfrentamento e de questionamento. O nosso maior enfrentamento, meu e da Cristina, que eu sempre tive uma atuação muito próxima da Cristina, em relação a Waldisa, foi em relação a essa insistência da Waldisa de manter o curso na Fundação Escola de Sociologia e

Política. A gente falava para ela: “Waldisa isso é improdutivo, não funciona, tá evidente. Fecha o curso e vamos procurar outra alternativa”. “Não”. E daí “não, mas vocês tem que participar, tem que apoiar...”, “Não, nós não vamos apoiar”. Por que a gente via que não tinha... Então teve ali um momento de, digamos assim, fragilização das relações, entorno principalmente dessa questão da manutenção do Curso na Sociologia e Política. Tanto que nem a Cristina nem eu, nunca assumimos nenhuma posição docente no curso da Sociologia Política porque a gente tinha essa visão de que seria improdutivo, como eu acho que acabou sendo. Eu acho que mesmo, enfim, se ela não tivesse tido essa morte tão precoce... Mesmo assim não acho que a Fundação teria se constituído em um espaço adequado para a consolidação do Curso.

**Inês Gouveia:** Vocês participaram de algumas conferencias internacionais do ICOM junto com a Waldisa? Ela era reconhecida como uma autoridade?

Muito, muito, total. Eu nunca participei de nenhuma com ela por uma série de coincidências. A grande conferência do ICOM que teve na Argentina em 86 eu não estava no Brasil, eu estava estudando fora, nos Estados Unidos, então eu não fui. Quando eu comecei a participar do ICOFOM, que o primeiro foi na Índia, que eu fui com a Cristina, a Waldisa não foi... Então, no exterior eu nunca participei de nenhum encontro que ela também estivesse presente. Mas sim, o reconhecimento da Waldisa, no ICOFOM nessa outras instancias, México, esses outros países com os quais ela teve uma relação mais direta sempre foi muito grande. Ela era uma referencia, né? O que a Waldisa tinha, é que ela, além de ser uma grande pensadora de Museologia, ela tinha essa grande capacidade de articular o pensamento com a prática e com projetos e propostas. Então todos esses lugares que ela passou, principalmente na America Latina, principalmente no México, a presença dela sempre foi muito associada com ideia de, não só uma referencia teórica, mas também com projetos, com ações com uma inserção política da Museologia, ela sempre tinha esse discurso muito redondo. Então acho que por isso que essa presença dela sempre teve esse peso, esse impacto tão grande. Que hoje em dia, é claro, é uma referencia teórica, com a passagem do tempo o que fica é o pensamento, mas naquele momento havia um engajamento em termos projetos de ações, muito forte. Que faz parte do pensamento político, que naquele momento se traduzia em ações. E era incrível! Você colocava um diagnostico para Waldisa e em 10 minutos ela tinha um projeto pronto com premissas, histórias, ações, desenvolvimento, os suportes enfim... Ela formulava tudo aquilo e ela tinha uma letra maravilhosa. E ela escrevia, não só escrevia, ela redigia muito bem. Mas ela escrevia manualmente muito bem, ela escrevia rápido... Então eu lembro que: “tarararaara tá” aqui, pronto. O projeto escrito! Manual e aquela letra cursiva que era linda, fácil de ler, perfeita. Toda vez que tinha que escrever alguma coisa em congresso, seminário, ela já pegava escrevia todas as moções, prontas, e não tinha uma correção, era só ler.

**Inês Gouveia:** O conceito de fato museal ou fato museológico, ela explicitava a origem?

**Marcelo Matos Araújo:** O que eu acho que a Waldisa teve, ela teve essa capacidade justamente de, quer dizer, como ela tinha essa formação, ela tinha essa formação jurídica e ela tinha uma formação, um conhecimento sociológico e antropológico incrível. E ela traz para a Museologia toda essa série de reflexões e ela consegue fazer... Agora o que eu acho que é incrível, realmente, o fato museológico, quer dizer, essa essência do que seria, quer dizer, o cerne da disciplina museológica é uma formulação dela. Acho que quando você pega, mesmo todos os outros pensadores da Museologia, lá dos anos 70, dos anos 80, com todas suas contribuições, esta formulação é pessoal da Waldisa e acho que é uma formulação que até hoje continua e tem essa consistência realmente... De dar uma conceituação para essa natureza.

Agora, é claro que você encontra paralelos tanto no pensamento jurídico quanto no pensamento sociológico.

Mas enfim, essa [inaudível] para você conseguir trazer esses pensamentos. É muito curioso também porque a Waldisa apesar de ser... Não sei se eu diria que a Waldisa era atea, obviamente ela não tinha nenhum comportamento religioso, mas ela tinha um grande conhecimento de pensamento filosófico, e obviamente por filosofia, também religioso... Então essa capacidade intelectual de articular diferentes visões e de trazer isso para reflexão da Museologia era maravilhoso.

**Inês Gouveia:** Tem alguma coisa Marcelo que eu não tenha perguntado que você acha importante registrar?

**Marcelo Matos Araújo:** Não, acho que não. Agora que me ocorra pelo menos a partir das tuas suas provocações e expectativas, acho que é isso. Se tiver alguma questão para o futuro, claro estou à disposição.

**Recife, 07 de agosto de 2017**

**Pesquisa Waldisa Rússio e a Política no Campo Museológico**

**Entrevista de:** Maria Célia Teixeira Moura Santos

**Pesquisadora:** Inês Gouveia

**Transcrição:** Mirela Leite de Araujo.

**Inês Gouveia:** Hoje, dia 7 de agosto de 2017, estamos em Recife e eu Inês Gouveia estou entrevistando a professora Maria Célia. Então para começar Maria Célia, gostaria que você dissesse seu nome completo, seu local e sua data de nascimento.

**Maria Célia T. Moura Santos:** Maria Célia Teixeira Moura Santos, eu nasci no município de Maracás, no estado da Bahia, em 13 do 07 de 1947.

**Inês Gouveia:** Você pode me contar um pouco da sua origem social, sobre a profissão dos seus pais e sobre seus?

**Maria Célia T. Moura Santos:** Minha mãe era, quase como toda mulher daquela época, doméstica. Ela só teve a formação no curso antigo, dito primário. Meu pai era, na minha infância, comerciante. Ele tinha uma loja de tecidos e depois comprou uma pequena fazendinha de gado nesse local onde eu nasci. Depois nós nos mudamos para uma outra cidade no interior também da Bahia e ele vendeu essa propriedade que ele tinha perto de Maracás, onde eu nasci, e comprou uma outra fazenda e passou a lidar mais com a pecuária. Então ele era, vamos dizer, um fazendeiro inicialmente pequeno e depois de porte médio. Era uma pessoa muito interessante porque ele sempre era o provedor da casa, ele que mantinha economicamente a família e minha mãe sempre nos trabalhos domésticos. E ele sempre nos dizia que podia faltar qualquer coisa menos o dinheiro para saúde, para a educação e para alimentação. Então ele investiu muito na formação dos filhos, então depois na minha adolescência, ele continua sendo fazendeiro aí já foi crescendo um pouco mais esse negócio dele. Nos mudamos para uma outra cidade, Itapetinga, onde eu estudei, fiz o curso ginásial em um colégio público. Era um colégio público muito bem conceituado na época. Naquela época os colégios públicos tinham um ensino de qualidade.

Eu tenho uma irmã, que meu pai foi casado antes com outra mulher, ficou viúvo. Aí teve um segundo casamento com minha mãe e desse segundo casamento eu tenho uma irmã e um irmão, todos os três conseguiram ter uma profissão de nível superior, aquele investimento que ele fez realmente deu resultado, então todos estudaram, todos tiveram... Minha irmã é psicóloga, meu irmão é agrônomo e eu museóloga, né?

Eu diria uma família de classe média em alguns momentos até de classe média alta, outros de classe média.

**Inês Gouveia:** E quando você decidiu fazer Museologia, você teve o apoio deles?

**Maria Célia T. Moura Santos:** Eu diria que sim, mas eu acho até por uma falta de conhecimento do que seria essa profissão. Eu sempre tive uma vocação para seguir a área da pedagogia e agora, interessante, porque quando eu venho para... Eu fiz um curso de magistério e quando eu vim do interior para Salvador para fazer o vestibular eu não eu me matriculei no vestibular de pedagogia eu me matriculei para fazer o vestibular de Ciências Sociais e História e terminei por acaso – criaram o Curso de Museologia – sendo aprovada e chamada, numa segunda chamada, para fazer esse curso de Museologia. Então meu pai... Tanto meu pai, quanto a minha mãe... E aí tem um dado interessante para gente pensar em relação as gerações que vieram depois da minha juventude, em relação a essa nova geração, é que os pais, por exemplo, eu saí do interior, vim para o capital, fiquei num pensionato. A gente estudava, a gente dava conta das nossas responsabilidades e pai e mãe não ficava procurando saber se

estava indo para faculdade, se deixou de ir. Não, a gente se virava, a gente chegava numa grande cidade a gente que era do interior e tinha essa vivência e eu acho que havia uma confiança maior também pela trajetória dos filhos e o perfil de cada um. Eu sempre fui uma boa estudante fiz um curso de magistério bom, empenhada e também não tinha essa fiscalização e esse acompanhamento. Meu pai e minha mãe se separaram quando eu estava por volta dos 18 anos de idade, mais ou menos. Foi muito difícil para mim, para minha irmã principalmente, porque meu irmão à essa altura já estava no Rio fazendo o curso de Agronomia. Ele foi para o Rio então nós passamos aquela barra toda da separação de um pai, de uma mãe. Foi a desestruturação dessa família, mas a gente enfrentava essas barras todas e conseguia vencer essas dificuldades. Então quando eu escolhi a Museologia. Não houve essa preocupação, se o mercado de trabalho ia ser difícil não. Eu estava lá no interior... Alegria de que passei no vestibular. Me lembro, houve um fato assim bem marcante com relação a isso aí que eu precisava... Como foi tudo assim de surpresa, já havia passado aquele prazo regulamentar para você ter os resultados do concurso do vestibular naquele período... E quando aparece essa lista num curso que não estava lá nas opções, porque ele foi criado depois, o curso de Museologia e meu irmão... Eu mandei pedir um documento que era o meu histórico lá do Alfredo Dutra que era o meu colégio onde eu havia estudado lá no interior, o histórico escolar que eu tinha que apresentar na minha matrícula na universidade e eles deram um prazo muito curto, porque tinha uma correria de matricular logo porque o processo já estava atrasado. E Itapetinga fica a 600 km de Salvador, lá no sudoeste da Bahia, e meu irmão veio a noite dirigindo no carro trazer esse documento em Salvador para me matricular na Universidade. Então foi essa euforia, essa alegria e ninguém dizia “Não, mas essa profissão vai ser importante para você...” Não, escolheu tá escolhido pronto e toca em frente.

**Inês Gouveia:** Que idade você tinha?

**Maria Célia T. Moura Santos:** Eu tinha 20 e... Eu devia ter 20... Eu passei 4 anos no curso de Museologia... 23 anos por aí quando eu entrei na Universidade.

**Inês Gouveia:** Qual era o perfil dos alunos que cursaram junto contigo?

**Maria Célia T. Moura Santos:** O perfil era feminino. A grande maioria. Nós só tínhamos, da primeira turma, matriculados três homens. Foram 20 pessoas que entraram na primeira turma desses três homens. Um desistiu do curso e ficaram dois colegas e todo o resto era feminino. Eram mulheres, uma boa parte, de classe média baixa eu diria que em torno de 50% da turma. Havia maior parte de classe média média e o número bem reduzido de classe média mais alta. A Museologia nesse período e depois que começa a funcionar regularmente o curso, aí esse perfil muda um pouco porque o curso começa a ser divulgado e entram o quê? Mulheres, esse perfil feminino continua, entram mulheres e mulheres de classe média alta. Vão fazer porque gostam de arte ou porque gostam de decoração ou querem conhecer como identificar uma prata, um mobiliário, uma porcelana ou porque tinham coleções nas suas famílias ou porque, vamos dizer, entre aspas, moças bem criadas e com o nível social e econômico alto e que tinham interesse por arte, mais arte do que por História.

Eu tive várias alunas, já ensinando no curso de Museologia, com esse perfil, várias alunas. Então era mais ou menos isso e o perfil das pessoas que entraram na primeira turma, algumas vindas de curso de magistério também, que eram professoras, as duas colegas com quem depois nós juntas tivemos a iniciativa de fundar o setor educativo do Museu de Arte Sacra, eram todas as duas professoras. Havia outras também no curso que tinham feito magistério e era esse o perfil do Curso.

**Inês Gouveia:** Como era a noção de museu que se ensinava no momento em que você fez o curso de Museologia?



**Maria Célia T. Moura Santos:** Tipologias de museus bem, entre aspas, tradicionais ou daqueles museus instituídos. É tanto que o curso tinha duas habilitações: museus de arte e museus de história. Como eu falei hoje lá de manhã, a gente, do ponto de vista conceitual, eu acho que o diferencial que nós tínhamos em relação ao Curso do Rio era uma presença, de uma reflexão maior do ponto de vista sociológico e antropológico. A gente tinha Antropologia, a gente tinha História da Cultura, tinha Sociologia, tinha as disciplinas nucleares de Filosofia e Sociologia que eram obrigatórias, entendeu, para os alunos todos... E esse humanismo, essa visão mais social e de compreensão do mundo, do ser humano, do sujeito social. Ali estava presente nessas discussões do Curso. Embora houvesse também uma pressão dentro do próprio Curso, pelos próprios colegas, ou por pessoas do contexto, dentro da própria Universidade, até uma crítica e muito também dos próprios colegas... Daquele perfil que eu te falei, das que vinham com expectativa do colecionismo, da Arte, das tipologias de acervo etc, que queriam que a gente tivesse no currículo aquela mesma estrutura do curso do Rio: porcelana, heráldica... A gente tinha ainda uns ranços de colecionismo, arte decorativa. Mas assim, bandeiras, condecorações... Mobiliário tinha também, específico etc. Havia essa pressão, mas eu penso que como esse núcleo docente do Curso ele é renovado logo que a primeira turma conclui o curso, eu acho que essa turma mais jovem oxigenou. Não todos os professores, mas boa parte dos professores, já pensaram e começavam a entender os museus com esse viés mais social, mais de comunicação e não só da coleção, e que era necessário o conhecimento mínimo necessário sobre os acervos, mas que acima disso tinha algo mais prioritário.

Eu não diria que 100% dos professores pensassem dessa forma, mas eu me lembro que a gente tinha muitas discussões a respeito disso dentro do próprio curso. Quando se pensava na reforma do currículo vinham à tona essas preocupações e havia também uma pressão para que esses assuntos mais específicos dirigidos para determinadas coleções que constasse do curso, que isso era uma lacuna dentro do curso... Mas eu acho que o curso caminhou em um equilíbrio que foi saudável, para ele se repensar e repensar os museus também.

**Inês Gouveia:** Quando você passou ministrar aulas no curso, a lecionar, quais as disciplinas que você trabalhava?

**Maria Célia T. Moura Santos:** Você tem dúvidas? [risos] Museus e Educação. É que inicialmente era Museus e Educação e posteriormente, já por influência no mestrado na área de educação e do pensamento de Paulo Freire e etc, passa a ser Ação Cultural e Educativa nos Museus. Então, foi Museu e Educação.

Eu, quando começo a Museologia, e comecei e conheci o professor Valentin Calderon, que foi o primeiro coordenador do curso... É muito interessante pensar nessa minha relação com o professor Calderón, porque o professor Calderón era um Historiador de Arte e Arqueólogo. Um grande conhecedor de arte Sacra cristã, de imaginária, principalmente de talhas das igrejas. Ele pesquisava muito aquela talha toda das igrejas de Salvador, Neoclássico, Barroco, Rococó e isso foi para mim uma grande escola, essa vivência com Calderón. Embora ele focasse na História da Arte, na Arte que estava ali nas igrejas de Salvador nas igrejas baianas e especial de Salvador... Pintura também ele se dedicava muito. A pintura e Arqueologia e ele era diretor do Museu de Arte Sacra. Calderón, apesar desse conhecimento que ele passava, sendo muito importante para ousar, inclusive, na ação educativa que eu desenvolvia com os estagiários e com os professores e alunos... Mas Calderón não tinha essa visão social do museu. Ele não tinha essa visão do museu como um processo educativo, que você pode trabalhar a coleção com professores, com alunos, entender que aquele objeto significa muito mais do que só seu estilo, o seu material e etc. Mas ele nunca me cerceou em relação a isso e nem eu nunca censurei Calderón por isso.

Então ele tinha uma relação de respeito profissional assim muito interessante de alçar voos inclusive. Depois que a gente implanta o setor educativo lá no Museu de Arte Sacra, ele viajou, eu e mais essas duas colegas... Ele viajou uma certa feita e deixou uma dessas, a Valdete na direção do Museu, enquanto ele estava viajando. E a gente ansiosa assim para ter uma estrutura lá dentro do Museu, um auditório, sala para trabalhos práticos com os alunos lá no Museu de Arte Sacra, a gente queria enfim, expandir aquelas ações nossas, nos sentamos e pensamos aquela área. Você conhece o Museu de Arte Sacra, né? Aquela área do jardim ali no canto do portão que entra para o estacionamento, havia uma construçãozinha que era uma garagem e nós pensamos: “Vamos desmanchar essa garagem e vamos fazer um projeto ali para um auditório, só para as ações educativas, treinamento de professores, sala de aula sala, para trabalhos práticos com os alunos e etc.” Como meu marido é engenheiro, de noite sentei e disse: “Desenhe aí para a gente.” E aí ele desenhou o que a gente queria, botamos numa pastinha e quando o Caldeiron chega, que a gente apresenta para ele a proposta ele, ele olha para a gente assim e diz: “Esqueceram que isso aqui tudo é tombado e que não pode construir nesse espaço?”. [risos]

Mas a gente confiava que a gente podia ter na nossa imaginação uma realidade que a gente não chegava a entender... Era o nosso desejo e a gente não via que a autoridade dele de diretor fosse capaz de tolir essa nossa inspiração, esse nosso desejo de avançar, de construir isso junto, então era esse contexto assim. Nesse contexto que a gente conseguiu avançar muito dentro do Curso. O Curso, ele fica por mais de 10 anos – lembra que tinha um almanaque da editora Abril que classificava, que dava o ranking dos cursos? – ele fica classificado como o melhor curso de Museologia do país durante uns 10 anos eu acho, entendeu?

Isso nos estimulava muito, nos estimulavam muito para repensar essa prática dentro do curso e vivendo muitas dificuldades também em termos de infraestrutura da própria estrutura de colegiado de departamento, que você tinha que ser secretária, ser *office-boy*... Eu levei como coordenadora do curso mais de 12 anos sendo secretária, sendo professora, sendo coordenadora, sem dispensa de qualquer carga horária para cuidar dessas atividades administrativas. Era um tempo muito duro, muito difícil. Além das pressões aí eu acho que é muito interessante para você analisar também, além das pressões e do preconceito dentro da própria faculdade de filosofia, em relação a esse curso de Museologia. Se não houve o preconceito em relação a minha família, eu sofri esse preconceito durante muito tempo dos próprios colegas dentro da Faculdade, dos colegas de outros departamentos que olhavam para a gente como se fosse um curso menor que inventaram e que chegou aqui na faculdade de Filosofia. Agora, e esse contexto desse período talvez... Não sei se Waldisa sofreu isso como mulher, como pessoa, que começou atuando nesse Campo também da Sociologia. Esse contexto era um contexto de uma Bahia extremamente machista uma Bahia que valorizava nome de família, a sua postura social e econômica de elite, de nome de família. Os apadrinhados todos eram deste nucleozinho que todo mundo se conhecia, que as relações passavam por aí, e eu, uma menina do interior que ninguém me conhecia, que não tinha essa vivência social na cidade de Salvador, dentro de um Departamento de História... Que o curso ficou ligado ao Departamento de História, também machista, que os professores mais renomados eram todos professores, do sexo masculino, eram homens. Historiadores já com uma carreira reconhecida e de renome, com publicações e etc. E eu era “a menininha” que representava ali a jovenzinha que não era ninguém, entre aspas, e que cheguei porque Calderón criou um curso e colocou ali e que tava junto com o Curso de História. Então era uma pressão muito grande, era um preconceito muito grande. Por outro lado, uma luta cotidiana para fazer esse Curso se auto-afirmar dentro daquela faculdade. O Curso não era reconhecido pelo MEC e a gente teve que batalhar para essa conquista. Teve que reestruturar currículo, teve que... E não eram poucas as vezes que a gente [não] tinha sequer o direito a nos

colocar dentro de uma reunião de departamento, a gente não tinha sequer às vezes esse direito de se posicionar, de se colocar dentro desse departamento e a conquista do reconhecimento, a conquista da criação do departamento próprio para Museologia foi uma conquista assim que realmente... A gente teve que comemorar muito, porque foi uma luta insana que não era só... Eram preconceitos de vários lados por ser jovem, por estar em um ambiente masculino, por estar em um curso que não era reconhecido, reconhecido não to dizendo só do ponto de vista burocrático pelo MEC não, mas é reconhecido do ponto de vista daqueles senhores da História, de renome etc. Um curso que estava ali e que não tinha... Que estava começando a dar os primeiros passos e por incrível que pareça em um Departamento de História havia um preconceito com os museus e com a Museologia.

**Inês Gouveia:** Você pode me falar sobre as reformas curriculares?

**Maria Célia T. Moura Santos:** As datas eu tenho que checar porque foi um período muito longo e às vezes... A primeira reforma do currículo foi em 79

**Inês Gouveia:** E quais foram as questões que motivaram a reforma e o que mudou depois dessa reforma?

**Maria Célia T. Moura Santos:** Mudou que a gente ampliou a carga das disciplinas específicas. Também fizemos alguns ajustes na disciplina de História, nas disciplinas de artes houve uma ampliação da carga horária, das disciplinas ditas técnicas. Na época que a gente não chamava expografia, era técnica de Museu 1 2 e 3. Isso vem lá do Curso do Rio de Janeiro, mas depois a gente retira esse nome de técnica tal e colocou conservação, exposição 1, 2, ação cultural e educativa dos museus, então foi basicamente já para repensar a partir dessa demanda de reflexão e dos alunos e da vivência do curso etc, que algumas disciplinas aumentaram a carga horária, outras foram retiradas e também para ajustar o currículo às exigências daquele parecer do ministério da Educação.

**Inês Gouveia:** Houve outra reforma de currículo no começo da década de 80, não houve?

**Maria Célia T. Moura Santos:** Houve. Houve outra reforma do Curso

**Inês Gouveia:** E você estava coordenadora do Curso nesse momento, né?

**Maria Célia T. Moura Santos:** Estava, tanto na primeira, quanto na segunda, e quando acontece, antes de eu me aposentar, se pensou também em uma outra reforma de currículo. E aí, na minha concepção, seria o avanço maior que a gente daria no curso seria nessa reforma, porque eu havia acabado a experiência de Itapuã, entendeu? E aí, ali foi que eu me dei conta, embora tenha trabalhado com Museu e Educação o tempo inteiro, ali eu me dei conta que o próprio parecer do MEC me dava a oportunidade de trabalhar museus escolares, porque lá tinha uma habilitação em museus escolares e polivalentes. E somente no doutorado é que eu vou ter essa vivência dentro do colégio, embora trabalhasse com professores e alunos durante o tempo inteiro, como trabalho de extensão. Pesquisa, ensino e extensão lá na Universidade. E aí a gente propõe um novo currículo onde eu considero que pela primeira vez se apresenta na justificativa para reforma desse currículo o que seria, quais eram os conceitos de Museologia e de processo museológico que a gente queria abordar e trabalhar no curso e também em relação ao perfil do profissional e se cria essa habilitação de museus escolares e polivalentes dentro do curso com proposta já do programa, tudo direitinho.

**Inês Gouveia:** Isso na terceira reforma? Que é de...

**Maria Célia T. Moura Santos:** Eu me aposentei em 97, foi no início de... Não, eu já estava saindo quase de Itapuã. Eu acho que isso deve ter acontecido em 93/94, por aí. E aí o que acontece? Eu me aposento, a gente não conseguiu avançar nessa reforma, porque os processos dentro da pró-reitoria de graduação eram muito lentos. Com a minha aposentadoria esse processo ficou engavetado e nunca aconteceu essa habilitação de museus escolares e polivalentes.

**Inês Gouveia:** Do teu ponto de vista, quando que a função social dos museus passou a ficar evidente no Curso, pensando no currículo ou mesmo na vida prática das disciplinas, na interação com os alunos?

**Maria Célia T. Moura Santos:** Quando eu comecei a ensinar, porque ainda como estudante eu já questionava para que que a gente fazia aquelas exposições, para que que a gente gastava... Meu pensamento era esse, na época: "Se gasta um absurdo com vitrines, com iluminação, se contrata pessoas para montar uma exposição e o que a gente vê são os mesmos tomando um vinho, vindo para abertura, uma vernissage, que depois vai embora e aquilo ali fica 2 meses, 3 meses, desmonta e começa tudo de novo." E aí, tem um texto meu, "Museu e Público", foi um dos primeiros que eu publiquei, o primeiro foi "Museu e Educação", o segundo foi esse, "Museu e Público". Tá numa separada daquela que eu apresentei hoje onde eu questiono isso... Então, eu me perguntava desde estudante qual é a função de um museu: é só isso? É expor para os mesmos, para os eleitos? Eu acho que ao pensar a partir dessa visão mais pedagógica de museu e de museu voltado para a sociedade, eu acho que isso vai gradualmente refletindo na vida do Curso, na prática dos estágios com os alunos, isso vai crescendo, vai aumentando ao ponto de que a gente, trabalhando lá com o professor Calderón, depois já de criado o setor educativo, a gente faz no final dos anos 70, a primeira pesquisa de público, talvez, que eu tenha conhecimento, feita em museus no Brasil. A gente queria saber o que os visitantes pensavam da instituição, o que que eles esperavam que o museu oferecesse, eu tenho até hoje guardado em papel milimetrado os gráficos de resposta desses visitantes e a gente ainda faz assim no período de alta estação turística e no período de baixa estação. Levantamos esses dados e a partir daí nós construímos um... Era muito interessante, porque esse programa, essa ação educativa, ela não se limitava só a atividade com as escolas, então programas de conferências de cursos, programas de curso de uma forma geral, voltados para a História da Arte, várias temáticas diferentes, a gente tinha uma programação anual de cursos no Museu e com esta pesquisa a gente vai alimentando essa programação, a partir da expectativa desse público em relação ao Museu. Isso para a época era algo muito avançado, então aquele Museu, ele passou assim gradualmente a ser um museu escola para o Curso de Museologia. Ali aconteciam os trabalhos de estágio e essa troca entre o curso e o Museu vai renovando a vida do Museu e ao mesmo tempo o Curso de Museologia também. Esse foi um período muito rico e tanto do ponto de vista político e de participação também dos estudantes. Agora, a participação política é interessante a gente analisar em relação ao corpo docente do Curso, em relação ao curso do Rio também. O curso da Bahia, ele sempre teve uma atuação política muito marcante da militância, mesmo na área e no campo museológico e voltada também para Ciências Sociais e etc. Então o que acontecia? Eu como professora era militante para a formação da Associação de Museólogos da Bahia. A gente conseguiu que essa Associação funcionasse dentro do Museu de Arte Sacra, a gente conseguiu que os estudantes todos participassem da vida dessa Associação. Agora, tinha uns professores também que não tomavam parte disso, que não faziam, não tinham nenhum envolvimento. Outros já... Osvaldo Gouveia Antônio Rios, eu, a gente tinha uma militância forte dentro do Curso. Então foi um período muito muito interessante e uma troca muito salutar e de renovação. Esses meninos viram essa Associação nascer depois passaram a ser profissionais, passaram a

frequentar a Associação, então foi um período muito fértil e muito interessante no sentido de mobilização e de movimentação.

**Inês Gouveia:** Essa interlocução entre o Curso e a Associação Baiana foi forte durante toda a década de 80?

**Maria Célia T. Moura Santos:** 80 até início de 90 mais ou menos. Foi muito forte, mais em 80, foi muito forte.

**Inês Gouveia:** E pensando na ABM, havia essa interlocução dos professores com essa Associação?

**Maria Célia T. Moura Santos:** Não. A ABM ela se mantinha assim como algo já construído, de porte, mais assim, daqueles profissionais já graduados há mais tempo, nome de renome, como Mário Barata e outros, Neusa Fernandes e etc... E que não buscavam uma interlocução com este curso novo. Não havia esse diálogo e nem havia também um diálogo com o Curso do Rio. Isso foi uma coisa que a gente tentou quebrar isso durante muito tempo. Era muito difícil manter esse diálogo com o curso do Rio porque no Curso da UINIRIO aqueles professores também olhavam de cima para baixo para a gente: "Aquele cursinho lá do Nordeste que não ensina nada do que deveria ensinar, de mobiliário, disso, daquilo de bandeiras e condecorações etc. E olhavam para a gente com muito preconceito também. Então isso foi um entrave. Eu acho a gente perdeu muito tempo no sentido de buscar uma ação conjunta aí Waldisa entra também nesse momento.

Quando entra o curso de São Paulo... Muito interessante também analisar a minha relação com a Waldisa. Eu conheço Waldisa aqui no Instituto Joaquim Nabuco, naquele evento. Até hoje eu tenho guardado lá o texto que ela mandou, com minhas observações, lá no meu arquivo, que era sobre a formação do museólogo. Naquela mesa que eu mostrei a foto (de manhã), a gente estava debatendo esse tema, "A Formação do Museólogo" e Waldisa, pelos contatos que ela tinha e as vivências com profissionais estrangeiros, da formação que acontecia na Europa, ela sempre achou que deveria ser a pós-graduação. Que a formação deveria ser de pós-graduação e não graduação. E eu sempre achei que devia ser em todos os níveis: graduação e pós-graduação, tanto mestrado, quanto doutorado. E aí foi muito interessante também, porque ela respeitava muito meu ponto de vista, ela ouvia, eu ouvia também os argumentos dela em prol do curso de pós-graduação, mas me inquietava e me incomodava muito a questão ainda muito precária do Curso de especialização lá em São Paulo, que ela não conseguia, coitada... Ela fazia um esforço imenso para reconhecer aquele Curso, mas ela não tinha o número de profissionais habilitados suficientes para que tivesse um reconhecimento no MEC. Então, por um lado a gente pressionava para que isso acontecesse, até porque vinha do Rio de Janeiro, sobretudo de Fernanda Camargo, das pessoas do Rio, uma pressão muito grande em cima dela para dizer que aquilo não era curso que formava museólogos e eles sofreram uma série de preconceitos também em relação a isso. E ela sofria muito por isso, por esse problema, por não conseguir resolver esse problema, então ela tentava e fazia o possível, mas terminou que não conseguiu reconhecer esse Curso. Mas o que eu acho que Waldisa traz de interessante aí, esse é um aspecto depois eu vou analisar outros, ela faz com que o Curso da Bahia tenha um interlocutor. Eu não me via mais sozinha, sem alguém que pudesse me ouvir e discutir sobre os meus problemas (a não ser os colegas da Bahia, né?), alguém que tivesse de fora que fosse mais maduro e que pudesse me apoiar e aí já entra a identificação ideológica também... A formação dela na área da Sociologia... Eu via em Waldisa alguém que pensava uma Museologia como a gente e não os professores do Rio, com aquela cabeça mais fechada e práticas de anos e anos e anos, e diziam que mudava e não mudava e aquilo nos incomodava muito. Então Waldisa passa a ser para mim essa

interlocução e quando acontece um evento aqui e que ela nos apoia e que a delegação da Bahia estava e ela nos apoia, naquele momento, e faz aquela intermediação para a gente voltar e conseguir argumentar sobre o andamento do processo na regulamentação da profissão aqui no Joaquim Nabuco, aquilo para mim foi algo muito gratificante eu me senti apoiada eu senti que havia um respeito ali pelo trabalho que a Bahia vinha fazendo em prol da profissão e isso fez com que a gente abrisse esse canal de comunicação e continuasse... Tinha dias que Waldisa me ligava e a gente conversava até meia-noite. Isso foi um aspecto, a melhor interlocução e relação... Ter um diálogo com alguém que também está pensando na Museologia, que tem um Curso e que nos ouve, então, podemos dividir os nossos problemas e etc...

E também no outro aspecto, a Waldisa tem uma atitude completamente diferente das pessoas que representavam o ICOM Brasil no período todos nos anos 70, 80 que eram pessoas que iam aos encontros... E que até hoje infelizmente acontece ainda... O ICOM ainda tem esse problema sério de sempre, como era Rio e São Paulo e o tempo inteiro Rio... Com a chegada de Waldisa e com a interlocução que Waldisa começa a ter com os pensadores europeus e etc. Waldisa começa a participar, começa a ir para os encontros e Waldisa trazia as informações. Quem me apresentou aos textos de Ana Gregorová, de Stránský e etc foi Waldisa. Ela dizia: "Olha Maria Célia, lê. Eu vou mandar uma cópia para você pelo correio." E ela sabia das minhas inquietações. Ela sabia como eu queria transformar essa prática museológica. Então ela me alimentava. Aquilo que a gente esperava que o ICOM fizesse, o ICOM-Brasil, durante anos, que iam para os encontros e chegavam e a gente não sabia de absolutamente nada... Era como se nada acontecesse, embora verdade seja dita, seja reconhecido isso, [que] Fernanda Camargo patrocinava de vez em quando os encontros internacionais lá no Rio, mas era no Rio, então a gente tinha que pagar passagem, a gente tinha que pagar hospedagem se a gente quisesse se atualizar da Museologia. A gente tinha que ir para o Rio, a gente tinha que participar dos encontros no Rio e etc. E uma vez ou outra os encontros aconteciam aqui, porque eram organizados pela gente e a gente chamava algumas pessoas. A própria Fernanda veio dar cursos, a gente do Curso chamava, o Museu de Arte Sacra chamou algumas vezes, mas não que isso fosse uma iniciativa do ICOM. A gente questionava muito isso. E Waldisa faz com que haja essa interlocução com que se está pensando de novo né, na Museologia. Isso foi muito positivo, então depois que eu conheci Waldisa, que a gente começa a ter esse diálogo, eu convido Waldisa para ir a Salvador, aí ela vai dar um curso sobre o papel social do museu. Infelizmente eu não tenho nenhum registro. Se hospedou na minha casa, a gente não tinha verba para pagar o hotel para ela e para facilitar eu hospedei Waldisa na minha casa e eu não tenho nenhum registro nenhuma foto nada desse curso que Waldisa deu aqui em Salvador a convite nosso. Então ela vem, ela fala das experiências dela dos museus de ciência, indústria lá de São Paulo, ela fala das vivências dela, ela fala de ecomuseu, enfim, foi um curso muito interessante que ela deu lá em Salvador, com nosso convite. Então ela tem esse papel muito importante aí, nessa interlocução. E ela, junto comigo, a gente sempre tentava provocar melhorar esse diálogo com o curso do Rio, então a gente falava quando encontrava os professores, quando a gente ia o Rio... E a última vez que eu me encontrei com a Waldisa... Sim, quando aconteceu o encontro que ela organiza em São Paulo o Encontro Latino-americano de museus a gente conseguiu articular que depois do encontro a gente iria a marcar com uma reunião no Rio. Eu representando a Bahia e ela, São Paulo, com os professores... Para buscar estratégias para melhorar essa interlocução entre os três cursos, finalmente, depois de tanto tempo a gente conseguiu esse avanço. Então eu estava no Rio participando de um evento e ela foi participar de uma banca de doutorado lá no Rio e aí aproveitamos para marcar essa reunião. Eu estaria lá e ela iria também para uma defesa lá no Rio, para ir lá no Curso de Museologia do Rio. Fomos, fizemos essa reunião, interessante até ver nas

memórias do curso essa reunião, se fizeram ata... Mas nós chegamos a fazer essa reunião

**Inês Gouveia:** Quem do Curso do Rio estava presente? Você se lembra de alguém?

**Maria Célia T. Moura Santos:** Não me lembro... Acho que Gabriela... Acho que estava... Não me lembro Com certeza quais eram os professores que estavam naquela noite. Foi um final de tarde, já no começo da noite e quando termina aquela reunião caía uma tempestade no Rio de Janeiro e a gente ficou ali nas escadas no antigo prédio da UNIRIO não passava um táxi nada e ela ansiosa porque ia pegar um voo para voltar para São Paulo e a gente esperou horas e horas ali e pegamos finalmente um táxi e ela me deixou no hotel e foi para o aeroporto. Foi a última vez que eu vi Waldisa.

Então, quando é criada a Associação Paulista de Trabalhadores lá de São Paulo e etc também é dentro desse movimento. O que eu percebia era que os alunos do Curso... Eu nunca consegui me situar muito assim como é que ficava aquela postura deles em relação a Waldisa, com relação ao reconhecimento do Curso. Porque sempre ficava alguma coisa nas entrelinhas, não se dizia diretamente, que tinha que fazer um esforço... Porque na Bahia o que aconteceu: os alunos foram participantes ativos do processo de reconhecimento do Curso pelo MEC. Me ajudavam a levar formulário para os professores preencher, eles participavam de tudo. E lá o que eu senti era assim, um pouco, talvez eu esteja fazendo uma análise equivocada, mas eu senti assim, isso é responsabilidade dela, mas eles também não se posicionavam diretamente em relação a isso quando se falava, nas questões tanto da graduação quanto de pós-graduação ou do reconhecimento etc. Ela se posicionava, mas os alunos sempre se abstinham. Eu não me lembro de ter visto algum debate entre eles, sobre essas questões e etc. Não sei se é o comportamento típico do paulista, de se manter mais frio e distante, não sei, mas não havia essa efervescência em relação a essas questões do Curso.

Então falar disso, né? Que ela nos alimenta com esse conhecimento que era produzido fora e que ela trazia e que a gente se identificavam encontrando aqueles textos e etc isso para mim foi muito importante também como um suporte, eu diria assim, para a gente. Nós que éramos mais jovens, embora o curso dela fosse mais novo que o nosso. Mas pela vivência dela e pela força que ela tinha e pelo preparo intelectual que ela tinha também nos amparando ali e etc, isso foi muito importante para nos dar força, nos motivar para continuar e até ver no espelho do outro também: "Nós estamos no caminho certo, é por aí mesmo, não estou falando sozinha. Tem alguém que está indo lá fora que está vendo como as coisas estão acontecendo não que isso valesse ou precisasse de validar isso... Mas é muito bom quando você tem uma interlocução e um apoio de uma pessoa mais madura para dizer para você que é jovem, que está começando: "Não, isso é muito importante", e você reconhece que essa pessoa tem segurança e vivência para manter esse diálogo e enriquecer esse diálogo. Eu acho que ela teve esse papel muito importante na minha vida e na vida do Curso, também eu acho que sim... Além das questões teóricas todas que ela trouxe e que fizeram algumas pessoas até questionarem dizendo: "Não, isso Stránský que dizia, não era Waldisa. Stránský que dizia." Ela pegou, mas ela pegou, ela refletiu sobre aquilo, ela reconstruiu e ela produziu um conhecimento sobre isso e ninguém pode negar. Então eu acho que ela, eu acredito mesmo que Waldisa se não foi a primeira pessoa foi uma das primeiras pessoas a pensar em Museologia como um campo de conhecimento mesmo. No Brasil, foi a Waldisa, embora outras pessoas formadas no campo, como as pessoas do curso de museologia, que foi o curso mais antigo, estivessem trabalhando há mais tempo, nesse Campo e não... Pela formação, pelo contexto, por tudo... Não chegaram até esse avanço. Então eu acho que ela foi muito importante nesse sentido.

**Inês Gouveia:** E esse pensamento mais teórico da Museologia, da forma como ela estava elaborando, ressoava no curso da Bahia na década de 80?

**Maria Célia T. Moura Santos:** Sim, final de 80, sim. O pensamento dela, de Peter van Mensch, esses teóricos todos... Aí a gente começa a olhar, não só a técnica de museus, aí a gente começa a pensar a Museologia. Me lembro nos embates, nos textos que a gente discutia a até o Mário também refletiu bastante sobre isso, aquela pressão que havia: "Museologia é ciência, não é ciência..." Eu acho que quando a gente relaxou em relação a isso, não se preocupa tanto com isso, mas começou a refletir sobre isso, houve possibilidade de crescimento e de compreensão de uma forma mais teórica e também refletindo com o que se fazia com a prática e etc. A gente sim produziu um conhecimento que havia um campo específico também, então eu acho que foi tudo isso e ela teve uma participação muito importante nesse sentido.

**Inês Gouveia:** E vocês, como professores na década de 80, tiveram interlocução com o Conselho Internacional?

**Maria Célia T. Moura Santos:** Não, não. Eu sentia, eu tinha uma aversão àquela coisa que eu considerava pernóstica: só vai quem é convidado, quem tem a bolsa e a bolsa era selecionada da forma... Com trâmites que aconteciam só para os mesmos e etc. Eu não me mobilizava para aquilo, eu dizia: não. Agora, eu lia o que o ICOM produzia. Os primeiros livros que eu comprei para me fundamentar como professora foi aquela coleção antiga do ICOM, Coleção Museus e Monumentos, Educação e etc. Eu comprava com uma dificuldade que a gente tinha naquela época de fazer as transações e converter, mandar para Paris, aquela burocracia toda. Eu fazia aquilo tudo... Tudo em francês, em inglês, mandava traduzir, pagava do meu bolso para que os alunos pudessem ler os textos. Tinha as revistas, o Museu de Arte Sacra fazia assinatura e recebia a "Revista Museum" e eu lia e eu ia para lá pesquisar... Mas eu não participava. Agora, quando havia o encontro no Rio eu ia e eu cobrava essa participação mais abrangente no país. Houve um tempo até que Fernanda ensaiou colocar representantes do ICOM nos estados e etc mas isso não funcionava também.

**Inês Gouveia:** Sobre o Comitê Brasileiro, vendo os registros hoje, vendo a documentação, é fácil de encontrar registros especialmente a partir da Fernanda, sobre ecomuseus e coisas assim... Você sentia que essa discussão era colocada pelo Comitê Brasileiro, essa discussão da função social dos museus que naquele momento aparece como ecomuseus, para ela... Isso ficava claro para vocês?

**Maria Célia T. Moura Santos:** Eu percebo que essa discussão sobre ecomuseus e principalmente a possibilidade de se construir de uma maneira planejada e pensada o ecomuseu e etc. se deu quando Fernanda trás Hugue de Varine para o Brasil. Com o lançamento do livro que ela traduziu "Tempo Social", a experiência que ela começou a ter lá em Itaipu para falar de museus territórios, núcleos e etc., isso para mim começa a discutir essa questão ali naquele momento. Então essa vinda dessas pessoas e a Fernanda patrocinou nesse período a vinda de Hugue de Varine... Ele fica vindo e participa... eu participei de um encontro de ecomuseus que ela organizou em Itaipu, ele estava presente, veio também participou daquela reunião, enfim. Eu acho que começa a gente a ver na prática como é que isso vai se dar no Brasil... Isso já nos anos 90, lá nos anos 90

**Inês Gouveia:** Nos anos 80 não?

**Maria Célia T. Moura Santos:** Não. Lia-se sobre a nova museologia, já se discutia sobre a nova museologia no Curso e nos cursos que eu dava também porque eu dei muitos cursos de extensão de extensão em 87, 88 foram dois anos que eu viajei assim o Brasil inteiro dando curso sobre museus e educação e eu já falava sobre a nova



museologia eu já apresentava autores que discutiam a nova museologia, mas isso no final dos anos 80.

**Inês Gouveia:** Retomando aqui, aquela pergunta que eu te fiz de manhã sobre a fala do Mário Moutinho, eu queria saber qual é o contexto daquela fala, qual é o contexto de fala do Mário Moutinho?

**Maria Célia T. Moura Santos:** 92. Houve uma tarde em que a gente foi para Santa Cruz e lá eles fizeram no ambiente da comunidade no auditório grande, no espaço, eles haviam convidados representantes, lideranças das Comunidades. Ali do entorno da região tinham muitos professores também. Odalice [Priosti] tinha feito uma mobilização interessante e estava lotado auditório e aí começaram aquelas discussões a proposta era queremos esse ecomuseu aqui em Santa Cruz

Eles começaram a falar: “Mas será que não era melhor discutir isso depois...? Será que podemos fazer isso agora? Outros diziam: “Não, mas é preciso chamar também não sei quem, para ser ouvido...” Aquele debate ali acalorado em relação a isso foi quando o Mário, me lembro dele em pé assim numa porta do auditório ele disse: “Eu queria saber se todos foram convidados” e eles disseram: “Foram sim”, “Então quem está fora não tem razão” e eu refleti muito. Achei interessante, porque do ponto de vista da participação, é preciso também que as pessoas assumam as responsabilidades por seus atos. Tudo bem, pode ser até que esses ausentes venham depois do processo de mobilização e desenvolvimento de algumas pessoas da comunidade e tragam esses outros e etc. Mas naquele momento ali o que legitimava aquela ação era que todos tinham sido comunicado em relação aquele evento que estava acontecendo ali.

**Inês Gouveia:** Desculpa Maria Célia, eu me referia àquele trecho que você usou dele, que fala sobre segregação dentro do ICOM. Um trecho que você usou de citação dele que ele está refletindo sobre alguma circunstância que aconteceu dentro do ICOM, em relação ao MINOM.

**Maria Célia T. Moura Santos:** foi em um evento, primeiro ele se refere a um evento que aconteceu. E aí nesse texto ele diz, eu tenho isso na referência do texto que eu escrevi reflexões sobre a nova museologia naquele texto meu que tá naquela publicação da própria lusófona aquela verdinha aquele caderno de sociomuseologia tem esse texto lá. Ele comenta as dificuldades dentro do ICOM porque repara... Quando houve um Fórum de museus em Petrópolis eu estava em uma mesa... Não sei se você estava lá naquele Fórum. O que aconteceu em Petrópolis? Eu estava numa mesa que era para debater o MINOM, a criação do MINOM. Estava Teresa Scheiner, na mesa e eu e aquela menina, a Paula Assunção, também participando da mesa.

A minha fala, eu coloco dessas resistências dentro do próprio ICOM. Para se criar o MINOM não foi fácil. A pressão era muito grande mesmo porque não se considerava a possibilidade de se fazer museu com esse perfil e ele estava falando sobre essas resistências. Já a fala de Tereza Scheiner, é como se isso tivesse acontecido naturalmente até o momento de se criar o MINOM e no debate eu falei que não, que houve sim essas resistências e tal. Então, sobre essas resistências que ele estava discutindo e coloca que realmente, por ali fica muito claro, que houve cisões e tiveram que enfrentar essas dificuldades e preconceitos também dentro do próprio ICOM para se ter o reconhecimento dessa possibilidade de uma nova museologia

**Inês Gouveia:** E na interlocução aqui nacional? Considerando que na Bahia e em São Paulo havia esse pensamento mais político, isso que ele exprimiu do contexto internacional acontecia aqui com vocês?

**Maria Célia T. Moura Santos:** E como! Na sala de aula, pelos próprios alunos... Dentro dos museus, as pessoas que trabalhavam, as pessoas que trabalhavam em museus... Um dos aspectos que me motivou para ir para Itapuã e fazer aquela experiência lá foi que eu era muito pressionada dentro do próprio curso pelos alunos, no sentido de construir alguma coisa na prática, que demonstrasse a eles a possibilidade de construção desse nível e da museologia que a gente tanto desejava. Só que ao mesmo tempo que eles desejavam, ou cobravam isso, para ver o que ia dar essa história, para ver se era possível, eles também me pressionavam para eles aprenderem a Museologia do museu instituído e o que eu colocava para eles é que a Universidade tinha um compromisso com a inovação, com o repensar, com o quebrar paradigmas, com a gente avançar. Aí até conseguir que as pessoas compreendessem isso, era muito difícil, eu me sentia muito pressionada. Basta eu te dizer que quando a gente construiu aquela proposta da última reforma do currículo antes da minha aposentadoria, nós fizemos um seminário com ex-alunos alunos e profissionais para discutir a proposta e ouvir as pessoas, sugestões e etc, para aperfeiçoar aquilo que a gente tinha pensado e, num dos grupos, quando começa a se discutir a questão do museu na escola, museu escolar, uma aluna já graduada, já saindo do curso quase se formando, dizia que a proposta de Itapuã não era referência nenhuma para se justificar nada ou uma prática já realizada. Nesse sentido, “porque aquilo não passava de um museu de fundo de quintal”. Então, as coisas eram assim. Chega ao ponto de ser grosseiro, de taxar: “Não, Célia é da nova museologia, ela não sabe lidar com o museu tradicional, ela agora só sabe lidar com o museu tipo museu de Itapuã.”, “Aquilo não é museu, aquilo não tem coleção.” Então foi uma pressão muito, grande era uma pressão muito grande

**Inês Gouveia:** Você já falou um pouco, mas eu queria voltar nesse, ponto sobre a inclusão da pós-graduação no projeto de regulamentação. Foi aqui em 82 que isso se definiu, como isso estava colocado?

**Maria Célia T. Moura Santos:** Waldisa se colocava mesmo porque ela considerava que o pós-graduado deveria ser reconhecida como museólogo. Houve vários embates, mas eu me lembro que da nossa parte desde que fosse - aí você observa que na lei tem: cursos devidamente reconhecidos pelo MEC - desde que estivesse dentro do que se concebia que devia ser uma formação de Museologia, voltada para os aspectos específicos da Museologia e etc, daí que a pessoa com mestrado doutorado em museologia poderia ser considerado como museólogo. Assim como houve muito embate também em relação a se fechar a direção de museus em relação a direção de Museu só de museólogos, porque essa batalha foi muito forte foi muito discutida.

**Inês Gouveia:** E quais eram as opiniões defendidas e por quem?

**Maria Célia T. Moura Santos:** Que deveria, na época, que deveria ter a formação de museólogo.

**Inês Gouveia:** E era consenso?

**Maria Célia T. Moura Santos:** Não, não. Em São Paulo não era, no Rio era. Bahia era.

**Inês Gouveia:** Sobre Waldisa, o curso de São Paulo e as ideias que ela exprimia, em que vocês se diferenciavam assim na compreensão de campo, na compreensão do campo museológico que vocês exercitavam?

**Maria Célia T. Moura Santos:** Uma das diferenças era compreender isso aí. Acho que foi muito forte desde o início, como eu te disse, no curso de Museologia, que a essência desse trabalho, é o homem. Quando eu me identifiquei com aquele texto do

Adotevi, quando ele dizia: “O objeto por si mesmo não significa nada, ele é um sinal indicador de uma ação”, Eu acho que essa foi uma marca do Curso durante muito tempo. Essa foi uma marca do curso, isso fazia um diferencial dentro dos dois Cursos de Museologia. Então essa visão mesmo de que nós estamos ali trabalhando para uma compreensão do mundo, mas ao mesmo tempo, transformando esse mundo e sendo sujeito dessa história... Eu toda vida compreendi que a Museologia, que as ações museológicas, elas fazem com que a gente aumente as dimensões de valor e de sentido do patrimônio cultural e da nossa atuação como profissional, então eu acho que essa era a marca maior.

**Inês Gouveia:** Diante dessas transformações que você acompanhou e acompanha desse cenário que a gente até comentou, que foi década de 70, 80, 90, consolidando várias coisas, quais perspectivas, o que você vê para a Museologia e para os museus? Perspectiva de presente e futuro?

**Maria Célia T. Moura Santos:** Olha Inês, eu vejo alguns avanços, mas muitos retrocessos também. Eu diria sim, até uma coisa interessante. Segure isso aí porque me veio uma reflexão também que é interessante que é o seguinte: quando a gente fala da museologia social e eu debato isso naquele texto eu acho que esse exercício essa prática social da museologia na minha compreensão ela deveria estar presente em qualquer campo ou área de conhecimento. Eu entendo a sócio-museologia como necessidade de afirmação, de estratégias, de possibilidades de você fazer ver que isso é necessário, como marcar isso, como uma estratégia de mostrar, é por aí, é possível. Aí eu passo por uma experiência de ser diretora de museus da DIMUS [Diretorias de Museus], coisa que eu nunca tinha imaginado na minha vida que eu fosse exercer, essa Diretoria de museus do estado, para coordenar equipes e museus entre aspas, tradicionais, instituídos, coleções, museus clássicos mesmo, em Salvador, uma cidade histórica e tal. Tudo isso, eu não mudei minha concepção de Museologia para ser diretora de museus. O meu pensamento sobre Museologia, sobre museus continua ali e o que eu fiz para trabalhar com aquelas pessoas, a partir dessa concepção, fazer com que em um museu tradicional, a gente pense o social da Museologia. Ao criar uma política com eixos definidos para as ações dos museus, ao discutir cotidianamente com aquelas pessoas sobre o que é o papel de um museu, o papel de um museu na sociedade, ao pensar programas e projetos com essa concepção... Então eu sempre, algum tempo já, em alguns textos eu venho registrando o seguinte... Não é a tipologia de museus que vai definir qual é a Museologia que eu vou exercer. É o contrário. É a minha concepção de museus e de museologia que vai alimentar a minha prática em museu ABCD... Então, eu acho que isso, nesse sentido, eu acho que tem alguns retrocessos aí. A gente volta para a tua questão anterior...

As pressões e a vida acadêmica se transformaram muito nos últimos 15 anos, por aí. O que acontece? Se na minha época cobravam da gente a necessidade de publicar, de você ser pontuado por participar de congressos, por isso, por aquilo, isso era uma coisa natural e a gente ia abrindo canais e possibilidades para isso. E que era muito difícil para a gente ter apoio para isso tudo... Mas isso não era uma paranoia instituída como está hoje a qualificação dos professores, a publicação, passou a ser um stress e uma cobrança tão grande que na minha análise isso vem refletindo na qualidade dos cursos. Essa qualidade tem caído cada ano, porque as universidades não tem contratação para repor os professores que saem para seus doutorados e etc. Todo dia contratando professor substituto... Não é uma discriminação com professor substituto. Mas lógico que ele não....

**[Interrupção]**

**Inês Gouveia:** Sobre a questão de uma construção da política museológica, porque também nesse período estava ensejando a construção de uma política cultural e aí...

**Maria Célia T. Moura Santos:** É interessante. A gente tem um ponto aí em relação à questão da política, quando é criado o primeiro Sistema Nacional de Museus, aquele período foi um período muito interessante ali nos anos 80, foi o período em que o Ministério... A publicação do meu primeiro livro, tudo pelo Ministério da Cultura, então criaram Ministério da Cultura, houve investimento grande na formação de pessoas que trabalhavam nos museus. E aí a repercussão daqueles cursos, daqueles projetos de extensão, com a publicação do livro... Eu vou de Roraima ao Rio Grande do Sul dando aula sobre museus e educação. Havia uma ânsia de conhecimento, de vontade, das pessoas verem novas experiências e mudar essa vivência dos museus. Foi um período muito rico aquele.

**Inês Gouveia:** Esses cursos Célia estiveram no contexto de Sistema ou do Programa Nacional de Museus? Tinha a coordenação da Priscila Freire?

**Maria Célia T. Moura Santos:** Sim, da Priscilla Freire. Havia uma vitalidade muito grande naquele período. A questão das políticas, o que acontece? Há um momento em que esse movimento é muito forte na Bahia, de reivindicação de uma política para os museus, de concurso, de contratação de profissionais... Tudo isso nos anos 80 e início de 90. Eu tenho vários documentos encaminhados ao Governador e secretário de educação a reitor enfim. Era um momento mesmo de muita reivindicação, depois isso passa aí sim eu acho, que Waldisa tem um papel interessante... Isso passa a ser mais Bahia e São Paulo. A Associação da Bahia e Associação de São Paulo e o período no qual nós nos envolvemos de uma forma mais integrada Rio, São Paulo e Bahia foi a segunda fase da regulamentação da profissão. Aí houve momentos de irmos juntas para Brasília, eu, Waldisa, Fernanda Camargo, Neusa, Gilka, minha colega que era esposa do deputado Fernando Santana que ajudam a encaminhar o processo lá. Ficamos hospedados na casa de Gil e de Fernando em Brasília, fazendo reuniões no congresso e tal para essa discussão da regulamentação da profissão. E também outro movimento que aí foi nos anos 90 e foi muito interessante também foi o do movimento dos museus universitários que se a criou a Associação de Museus Universitários. Houve vários encontros, foi uma época...

**Inês Gouveia:** Eu identifiquei também, a esse respeito, que a Waldisa foi convidada para uma reunião no Ministério logo da criação do Ministério da Cultura em 85, para debater os aspectos de uma política cultural. Vocês foram convidados?

**Maria Célia T. Moura Santos:** Fomos. Eu estava lá e Fernanda também participou dessa reunião. Fomos. Foi uma reunião com o ministro José Aparecido

**Inês Gouveia:** Você se recorda Célia de algo dessa reunião? Eu só tenho convite a ela e nada mais

**Maria Célia T. Moura Santos:** Não passou de uma audiência e nada mais com o Ministro, onde a gente colocava a necessidade dessa política Museológica, de uma nova realidade para os museus, para a Museologia e para o patrimônio em geral e Priscila... Priscila foi uma pessoa interessante porque ela tinha uma penetração muito grande com José Aparecido que é mineiro também e ela abria muito essas portas para a gente, permitia essa interlocução com o Ministério, entendeu, ela fazia muito esse papel.

**Inês Gouveia:** Em um primeiro momento ela estava em Minas não é?

**Maria Célia T. Moura Santos:** Sim, em Minas. Depois é que ela vai para a Coordenação do Sistema. E aí é que começa... Eu participava da formação na área de

educação. Célia Corsino na área de documentação, Inês Coutinho também participava muito na parte de documentação e etc. Foi um período muito rico, foi eu diria, que não tão importante quanto na Política Nacional de Museus, porque já foi uma coisa estruturada e etc, mas do ponto de vista da formação, foi tão importante quanto as oficinas que a gente passou a ministrar no período da Política Nacional de Museus.

**Inês Gouveia:** Célia tem algo que eu não tenho perguntado o que você considere nesse momento relevante de registrar?

**Maria Célia T. Moura Santos:** Em relação a Waldisa?

**Inês Gouveia:** Em relação a Waldisa e em relação a próxima à própria dinâmica entre as instituições e a ABM, a Associação Baiana e o Comitê Brasileiro.

**Maria Célia T. Moura Santos:** Talvez refletir um pouco sobre... Uma coisa interessante para a gente refletir aí em relação a contemporaneidade, como é que eu vejo esses movimentos? O que eu acho talvez mais grave em relação a esse momento é a ausência da participação do conjunto nesse movimento. Eu acho que isso começou nos anos 90... Eles foram se distanciando cada vez mais e isso eu acho que é uma coisa que a gente tem que repensar: estratégias para envolver esses jovens, trazer esses jovens não somente para as atividades do Curso, mas aquilo que a gente conseguiu fazer na Bahia naquele momento... A gente conseguiu articular ensino-pesquisa-extensão e militância. Eu acho que isso a gente precisa recuperar, porque é isso que renova o campo, é isso que faz com que as pessoas se mobilizem, repensem, que a gente exerce essa prática da avaliação, de retomar nossa práticas ou não ou, partir para uma outra prática... Então eu acho que esse é um dado muito importante que eu acho que a gente precisa repensar. E as lideranças estudantis e professores... Sim, porque também com relação ao Curso, a situação das Universidades no momento, né? Então, o meu título de doutor é mais importante de conseguir agora do que o meu compromisso com meu Curso Então eu vou, eu passo 5 anos fora eu volto e quando eu volto eu vou fazer um pós... Pois eu acho que essa é uma questão séria também por que é um reflexo no cotidiano do curso em relação a isso e que também precisa ser pensado seriamente, ao ponto das pessoas não visualizarem o compromisso desses professores com a vida acadêmica e a vida dos seus alunos. Eu acho que isso também é muito sério e a gente tem que repensar tanto essa pressão em cima dos professores com essa titulação a qualquer custo como o próprio professor repensar essa prática e esse envolvimento com as ações do Curso.

**Inês Gouveia:** É isso. Muito obrigada!

**Recife, 07 de agosto de 2017**

**Pesquisa Waldisa Rússio e a Política no Campo Museológico**

**Entrevista de:** Maria Célia Teixeira Moura Santos

**Pesquisadora:** Inês Gouveia

**Transcrição:** Mirela Leite de Araujo.

**Inês Gouveia:** Hoje, dia 7 de agosto de 2017, estamos em Recife e eu Inês Gouveia estou entrevistando a professora Maria Célia. Então para começar Maria Célia, gostaria que você dissesse seu nome completo, seu local e sua data de nascimento.

**Maria Célia T. Moura Santos:** Maria Célia Teixeira Moura Santos, eu nasci no município de Maracás, no estado da Bahia, em 13 do 07 de 1947.

**Inês Gouveia:** Você pode me contar um pouco da sua origem social, sobre a profissão dos seus pais e sobre seus?

**Maria Célia T. Moura Santos:** Minha mãe era, quase como toda mulher daquela época, doméstica. Ela só teve a formação no curso antigo, dito primário. Meu pai era, na minha infância, comerciante. Ele tinha uma loja de tecidos e depois comprou uma pequena fazendinha de gado nesse local onde eu nasci. Depois nós nos mudamos para uma outra cidade no interior também da Bahia e ele vendeu essa propriedade que ele tinha perto de Maracás, onde eu nasci, e comprou uma outra fazenda e passou a lidar mais com a pecuária. Então ele era, vamos dizer, um fazendeiro inicialmente pequeno e depois de porte médio. Era uma pessoa muito interessante porque ele sempre era o provedor da casa, ele que mantinha economicamente a família e minha mãe sempre nos trabalhos domésticos. E ele sempre nos dizia que podia faltar qualquer coisa menos o dinheiro para saúde, para a educação e para alimentação. Então ele investiu muito na formação dos filhos, então depois na minha adolescência, ele continua sendo fazendeiro aí já foi crescendo um pouco mais esse negócio dele. Nos mudamos para uma outra cidade, Itapetinga, onde eu estudei, fiz o curso ginásial em um colégio público. Era um colégio público muito bem conceituado na época. Naquela época os colégios públicos tinham um ensino de qualidade.

Eu tenho uma irmã, que meu pai foi casado antes com outra mulher, ficou viúvo. Aí teve um segundo casamento com minha mãe e desse segundo casamento eu tenho uma irmã e um irmão, todos os três conseguiram ter uma profissão de nível superior, aquele investimento que ele fez realmente deu resultado, então todos estudaram, todos tiveram... Minha irmã é psicóloga, meu irmão é agrônomo e eu museóloga, né?

Eu diria uma família de classe média em alguns momentos até de classe média alta, outros de classe média.

**Inês Gouveia:** E quando você decidiu fazer Museologia, você teve o apoio deles?

**Maria Célia T. Moura Santos:** Eu diria que sim, mas eu acho até por uma falta de conhecimento do que seria essa profissão. Eu sempre tive uma vocação para seguir a área da pedagogia e agora, interessante, porque quando eu venho para... Eu fiz um curso de magistério e quando eu vim do interior para Salvador para fazer o vestibular eu não eu me matriculei no vestibular de pedagogia eu me matriculei para fazer o vestibular de Ciências Sociais e História e terminei por acaso – criaram o Curso de Museologia – sendo aprovada e chamada, numa segunda chamada, para fazer esse curso de Museologia. Então meu pai... Tanto meu pai, quanto a minha mãe... E aí tem um dado interessante para gente pensar em relação as gerações que vieram depois da minha juventude, em relação a essa nova geração, é que os pais, por exemplo, eu saí do interior, vim para o capital, fiquei num pensionato. A gente estudava, a gente dava conta das nossas responsabilidades e pai e mãe não ficava procurando saber se

estava indo para faculdade, se deixou de ir. Não, a gente se virava, a gente chegava numa grande cidade a gente que era do interior e tinha essa vivência e eu acho que havia uma confiança maior também pela trajetória dos filhos e o perfil de cada um. Eu sempre fui uma boa estudante fiz um curso de magistério bom, empenhada e também não tinha essa fiscalização e esse acompanhamento. Meu pai e minha mãe se separaram quando eu estava por volta dos 18 anos de idade, mais ou menos. Foi muito difícil para mim, para minha irmã principalmente, porque meu irmão à essa altura já estava no Rio fazendo o curso de Agronomia. Ele foi para o Rio então nós passamos aquela barra toda da separação de um pai, de uma mãe. Foi a desestruturação dessa família, mas a gente enfrentava essas barras todas e conseguia vencer essas dificuldades. Então quando eu escolhi a Museologia. Não houve essa preocupação, se o mercado de trabalho ia ser difícil não. Eu estava lá no interior... Alegria de que passei no vestibular. Me lembro, houve um fato assim bem marcante com relação a isso aí que eu precisava... Como foi tudo assim de surpresa, já havia passado aquele prazo regulamentar para você ter os resultados do concurso do vestibular naquele período... E quando aparece essa lista num curso que não estava lá nas opções, porque ele foi criado depois, o curso de Museologia e meu irmão... Eu mandei pedir um documento que era o meu histórico lá do Alfredo Dutra que era o meu colégio onde eu havia estudado lá no interior, o histórico escolar que eu tinha que apresentar na minha matrícula na universidade e eles deram um prazo muito curto, porque tinha uma correria de matricular logo porque o processo já estava atrasado. E Itapetinga fica a 600 km de Salvador, lá no sudoeste da Bahia, e meu irmão veio a noite dirigindo no carro trazer esse documento em Salvador para me matricular na Universidade. Então foi essa euforia, essa alegria e ninguém dizia “Não, mas essa profissão vai ser importante para você...” Não, escolheu tá escolhido pronto e toca em frente.

**Inês Gouveia:** Que idade você tinha?

**Maria Célia T. Moura Santos:** Eu tinha 20 e... Eu devia ter 20... Eu passei 4 anos no curso de Museologia... 23 anos por aí quando eu entrei na Universidade.

**Inês Gouveia:** Qual era o perfil dos alunos que cursaram junto contigo?

**Maria Célia T. Moura Santos:** O perfil era feminino. A grande maioria. Nós só tínhamos, da primeira turma, matriculados três homens. Foram 20 pessoas que entraram na primeira turma desses três homens. Um desistiu do curso e ficaram dois colegas e todo o resto era feminino. Eram mulheres, uma boa parte, de classe média baixa eu diria que em torno de 50% da turma. Havia maior parte de classe média média e o número bem reduzido de classe média mais alta. A Museologia nesse período e depois que começa a funcionar regularmente o curso, aí esse perfil muda um pouco porque o curso começa a ser divulgado e entram o quê? Mulheres, esse perfil feminino continua, entram mulheres e mulheres de classe média alta. Vão fazer porque gostam de arte ou porque gostam de decoração ou querem conhecer como identificar uma prata, um mobiliário, uma porcelana ou porque tinham coleções nas suas famílias ou porque, vamos dizer, entre aspas, moças bem criadas e com o nível social e econômico alto e que tinham interesse por arte, mais arte do que por História.

Eu tive várias alunas, já ensinando no curso de Museologia, com esse perfil, várias alunas. Então era mais ou menos isso e o perfil das pessoas que entraram na primeira turma, algumas vindas de curso de magistério também, que eram professoras, as duas colegas com quem depois nós juntas tivemos a iniciativa de fundar o setor educativo do Museu de Arte Sacra, eram todas as duas professoras. Havia outras também no curso que tinham feito magistério e era esse o perfil do Curso.

**Inês Gouveia:** Como era a noção de museu que se ensinava no momento em que você fez o curso de Museologia?

**Maria Célia T. Moura Santos:** Tipologias de museus bem, entre aspas, tradicionais ou daqueles museus instituídos. É tanto que o curso tinha duas habilitações: museus de arte e museus de história. Como eu falei hoje lá de manhã, a gente, do ponto de vista conceitual, eu acho que o diferencial que nós tínhamos em relação ao Curso do Rio era uma presença, de uma reflexão maior do ponto de vista sociológico e antropológico. A gente tinha Antropologia, a gente tinha História da Cultura, tinha Sociologia, tinha as disciplinas nucleares de Filosofia e Sociologia que eram obrigatórias, entendeu, para os alunos todos... E esse humanismo, essa visão mais social e de compreensão do mundo, do ser humano, do sujeito social. Ali estava presente nessas discussões do Curso. Embora houvesse também uma pressão dentro do próprio Curso, pelos próprios colegas, ou por pessoas do contexto, dentro da própria Universidade, até uma crítica e muito também dos próprios colegas... Daquele perfil que eu te falei, das que vinham com expectativa do colecionismo, da Arte, das tipologias de acervo etc, que queriam que a gente tivesse no currículo aquela mesma estrutura do curso do Rio: porcelana, heráldica... A gente tinha ainda uns ranços de colecionismo, arte decorativa. Mas assim, bandeiras, condecorações... Mobiliário tinha também, específico etc. Havia essa pressão, mas eu penso que como esse núcleo docente do Curso ele é renovado logo que a primeira turma conclui o curso, eu acho que essa turma mais jovem oxigenou. Não todos os professores, mas boa parte dos professores, já pensaram e começavam a entender os museus com esse viés mais social, mais de comunicação e não só da coleção, e que era necessário o conhecimento mínimo necessário sobre os acervos, mas que acima disso tinha algo mais prioritário.

Eu não diria que 100% dos professores pensassem dessa forma, mas eu me lembro que a gente tinha muitas discussões a respeito disso dentro do próprio curso. Quando se pensava na reforma do currículo vinham à tona essas preocupações e havia também uma pressão para que esses assuntos mais específicos dirigidos para determinadas coleções que constasse do curso, que isso era uma lacuna dentro do curso... Mas eu acho que o curso caminhou em um equilíbrio que foi saudável, para ele se repensar e repensar os museus também.

**Inês Gouveia:** Quando você passou ministrar aulas no curso, a lecionar, quais as disciplinas que você trabalhava?

**Maria Célia T. Moura Santos:** Você tem dúvidas? [risos] Museus e Educação. É que inicialmente era museus e educação e posteriormente, já por influência no mestrado na área de educação e do pensamento de Paulo Freire e etc, passa a ser Ação Cultural e Educativa nos Museus. Então, foi Museu e Educação.

Eu, quando começo a Museologia, e comecei e conheci o professor Valentin Calderon, que foi o primeiro coordenador do curso... É muito interessante pensar nessa minha relação com o professor Calderón, porque o professor Calderón era um Historiador de Arte e Arqueólogo. Um grande conhecedor de arte Sacra cristã, de imaginária, principalmente de talhas das igrejas. Ele pesquisava muito aquela talha toda das igrejas de Salvador, Neoclássico, Barroco, Rococó e isso foi para mim uma grande escola, essa vivência com Calderón. Embora ele focasse na História da Arte, na Arte que estava ali nas igrejas de Salvador nas igrejas baianas e especial de Salvador... Pintura também ele se dedicava muito. A pintura e Arqueologia e ele era diretor do Museu de Arte Sacra. Calderón, apesar desse conhecimento que ele passava, sendo muito importante para ousar, inclusive, na ação educativa que eu desenvolvia com os estagiários e com os professores e alunos... Mas Calderón não tinha essa visão social do museu. Ele não tinha essa visão do museu como um processo educativo, que você pode trabalhar a coleção com professores, com alunos, entender que aquele objeto significa muito mais do que só seu estilo, o seu material e etc. Mas ele nunca me cerceou em relação a isso e nem eu nunca censurei Calderón por isso.



Então ele tinha uma relação de respeito profissional assim muito interessante de alçar voos inclusive. Depois que a gente implanta o setor educativo lá no Museu de Arte Sacra, ele viajou, eu e mais essas duas colegas... Ele viajou uma certa feita e deixou uma dessas, a Valdete na direção do Museu, enquanto ele estava viajando. E a gente ansiosa assim para ter uma estrutura lá dentro do Museu, um auditório, sala para trabalhos práticos com os alunos lá no Museu de Arte Sacra, a gente queria enfim, expandir aquelas ações nossas, nos sentamos e pensamos aquela área. Você conhece o Museu de Arte Sacra, né? Aquela área do jardim ali no canto do portão que entra para o estacionamento, havia uma construçãozinha que era uma garagem e nós pensamos: “Vamos desmanchar essa garagem e vamos fazer um projeto ali para um auditório, só para as ações educativas, treinamento de professores, sala de aula sala, para trabalhos práticos com os alunos e etc.” Como meu marido é engenheiro, de noite sentei e disse: “Desenhe aí para a gente.” E aí ele desenhou o que a gente queria, botamos numa pastinha e quando o Caldeiron chega, que a gente apresenta para ele a proposta ele, ele olha para a gente assim e diz: “Esqueceram que isso aqui tudo é tombado e que não pode construir nesse espaço?”. [risos]

Mas a gente confiava que a gente podia ter na nossa imaginação uma realidade que a gente não chegava a entender... Era o nosso desejo e a gente não via que a autoridade dele de diretor fosse capaz de tolir essa nossa inspiração, esse nosso desejo de avançar, de construir isso junto, então era esse contexto assim. Nesse contexto que a gente conseguiu avançar muito dentro do Curso. O Curso, ele fica por mais de 10 anos – lembra que tinha um almanaque da editora Abril que classificava, que dava o ranking dos cursos? – ele fica classificado como o melhor curso de Museologia do país durante uns 10 anos eu acho, entendeu?

Isso nos estimulava muito, nos estimulavam muito para repensar essa prática dentro do curso e vivendo muitas dificuldades também em termos de infraestrutura da própria estrutura de colegiado de departamento, que você tinha que ser secretária, ser *office-boy*... Eu levei como coordenadora do curso mais de 12 anos sendo secretária, sendo professora, sendo coordenadora, sem dispensa de qualquer carga horária para cuidar dessas atividades administrativas. Era um tempo muito duro, muito difícil. Além das pressões aí eu acho que é muito interessante para você analisar também, além das pressões e do preconceito dentro da própria faculdade de filosofia, em relação a esse curso de Museologia. Se não houve o preconceito em relação a minha família, eu sofri esse preconceito durante muito tempo dos próprios colegas dentro da Faculdade, dos colegas de outros departamentos que olhavam para a gente como se fosse um curso menor que inventaram e que chegou aqui na faculdade de Filosofia. Agora, e esse contexto desse período talvez... Não sei se Waldisa sofreu isso como mulher, como pessoa, que começou atuando nesse Campo também da Sociologia. Esse contexto era um contexto de uma Bahia extremamente machista uma Bahia que valorizava nome de família, a sua postura social e econômica de elite, de nome de família. Os apadrinhados todos eram deste nucleozinho que todo mundo se conhecia, que as relações passavam por aí, e eu, uma menina do interior que ninguém me conhecia, que não tinha essa vivência social na cidade de Salvador, dentro de um Departamento de História... Que o curso ficou ligado ao Departamento de História, também machista, que os professores mais renomados eram todos professores, do sexo masculino, eram homens. Historiadores já com uma carreira reconhecida e de renome, com publicações e etc. E eu era “a menininha” que representava ali a jovenzinha que não era ninguém, entre aspas, e que cheguei porque Calderón criou um curso e colocou ali e que tava junto com o Curso de História. Então era uma pressão muito grande, era um preconceito muito grande. Por outro lado, uma luta cotidiana para fazer esse Curso se auto-afirmar dentro daquela faculdade. O Curso não era reconhecido pelo MEC e a gente teve que batalhar para essa conquista. Teve que reestruturar currículo, teve que... E não eram poucas as vezes que a gente [não] tinha sequer o direito a nos

colocar dentro de uma reunião de departamento, a gente não tinha sequer às vezes esse direito de se posicionar, de se colocar dentro desse departamento e a conquista do reconhecimento, a conquista da criação do departamento próprio para Museologia foi uma conquista assim que realmente... A gente teve que comemorar muito, porque foi uma luta insana que não era só... Eram preconceitos de vários lados por ser jovem, por estar em um ambiente masculino, por estar em um curso que não era reconhecido, reconhecido não to dizendo só do ponto de vista burocrático pelo MEC não, mas é reconhecido do ponto de vista daqueles senhores da História, de renome etc. Um curso que estava ali e que não tinha... Que estava começando a dar os primeiros passos e por incrível que pareça em um Departamento de História havia um preconceito com os museus e com a Museologia.

**Inês Gouveia:** Você pode me falar sobre as reformas curriculares?

**Maria Célia T. Moura Santos:** As datas eu tenho que checar porque foi um período muito longo e às vezes... A primeira reforma do currículo foi em 79

**Inês Gouveia:** E quais foram as questões que motivaram a reforma e o que mudou depois dessa reforma?

**Maria Célia T. Moura Santos:** Mudou que a gente ampliou a carga das disciplinas específicas. Também fizemos alguns ajustes na disciplina de História, nas disciplinas de artes houve uma ampliação da carga horária, das disciplinas ditas técnicas. Na época que a gente não chamava expografia, era técnica de Museu 1 2 e 3. Isso vem lá do Curso do Rio de Janeiro, mas depois a gente retira esse nome de técnica tal e colocou conservação, exposição 1, 2, ação cultural e educativa dos museus, então foi basicamente já para repensar a partir dessa demanda de reflexão e dos alunos e da vivência do curso etc, que algumas disciplinas aumentaram a carga horária, outras foram retiradas e também para ajustar o currículo às exigências daquele parecer do ministério da Educação.

**Inês Gouveia:** Houve outra reforma de currículo no começo da década de 80, não houve?

**Maria Célia T. Moura Santos:** Houve. Houve outra reforma do Curso

**Inês Gouveia:** E você estava coordenadora do Curso nesse momento, né?

**Maria Célia T. Moura Santos:** Estava, tanto na primeira, quanto na segunda, e quando acontece, antes de eu me aposentar, se pensou também em uma outra reforma de currículo. E aí, na minha concepção, seria o avanço maior que a gente daria no curso seria nessa reforma, porque eu havia acabado a experiência de Itapuã, entendeu? E aí, ali foi que eu me dei conta, embora tenha trabalhado com Museu e Educação o tempo inteiro, ali eu me dei conta que o próprio parecer do MEC me dava a oportunidade de trabalhar museus escolares, porque lá tinha uma habilitação em museus escolares e polivalentes. E somente no doutorado é que eu vou ter essa vivência dentro do colégio, embora trabalhasse com professores e alunos durante o tempo inteiro, como trabalho de extensão. Pesquisa, ensino e extensão lá na Universidade. E aí a gente propõe um novo currículo onde eu considero que pela primeira vez se apresenta na justificativa para reforma desse currículo o que seria, quais eram os conceitos de Museologia e de processo museológico que a gente queria abordar e trabalhar no curso e também em relação ao perfil do profissional e se cria essa habilitação de museus escolares e polivalentes dentro do curso com proposta já do programa, tudo direitinho.

**Inês Gouveia:** Isso na terceira reforma? Que é de...

**Maria Célia T. Moura Santos:** Eu me aposentei em 97, foi no início de... Não, eu já estava saindo quase de Itapuã. Eu acho que isso deve ter acontecido em 93/94, por aí. E aí o que acontece? Eu me aposento, a gente não conseguiu avançar nessa reforma, porque os processos dentro da pró-reitoria de graduação eram muito lentos. Com a minha aposentadoria esse processo ficou engavetado e nunca aconteceu essa habilitação de museus escolares e polivalentes.

**Inês Gouveia:** Do teu ponto de vista, quando que a função social dos museus passou a ficar evidente no Curso, pensando no currículo ou mesmo na vida prática das disciplinas, na interação com os alunos?

**Maria Célia T. Moura Santos:** Quando eu comecei a ensinar, porque ainda como estudante eu já questionava para que que a gente fazia aquelas exposições, para que que a gente gastava... Meu pensamento era esse, na época: "Se gasta um absurdo com vitrines, com iluminação, se contrata pessoas para montar uma exposição e o que a gente vê são os mesmos tomando um vinho, vindo para abertura, uma vernissage, que depois vai embora e aquilo ali fica 2 meses, 3 meses, desmonta e começa tudo de novo." E aí, tem um texto meu, "Museu e Público", foi um dos primeiros que eu publiquei, o primeiro foi "Museu e Educação", o segundo foi esse, "Museu e Público". Tá numa separada daquela que eu apresentei hoje onde eu questiono isso... Então, eu me perguntava desde estudante qual é a função de um museu: é só isso? É expor para os mesmos, para os eleitos? Eu acho que ao pensar a partir dessa visão mais pedagógica de museu e de museu voltado para a sociedade, eu acho que isso vai gradualmente refletindo na vida do Curso, na prática dos estágios com os alunos, isso vai crescendo, vai aumentando ao ponto de que a gente, trabalhando lá com o professor Calderón, depois já de criado o setor educativo, a gente faz no final dos anos 70, a primeira pesquisa de público, talvez, que eu tenha conhecimento, feita em museus no Brasil. A gente queria saber o que os visitantes pensavam da instituição, o que que eles esperavam que o museu oferecesse, eu tenho até hoje guardado em papel milimetrado os gráficos de resposta desses visitantes e a gente ainda faz assim no período de alta estação turística e no período de baixa estação. Levantamos esses dados e a partir daí nós construímos um... Era muito interessante, porque esse programa, essa ação educativa, ela não se limitava só a atividade com as escolas, então programas de conferências de cursos, programas de curso de uma forma geral, voltados para a História da Arte, várias temáticas diferentes, a gente tinha uma programação anual de cursos no Museu e com esta pesquisa a gente vai alimentando essa programação, a partir da expectativa desse público em relação ao Museu. Isso para a época era algo muito avançado, então aquele Museu, ele passou assim gradualmente a ser um museu escola para o Curso de Museologia. Ali aconteciam os trabalhos de estágio e essa troca entre o curso e o Museu vai renovando a vida do Museu e ao mesmo tempo o Curso de Museologia também. Esse foi um período muito rico e tanto do ponto de vista político e de participação também dos estudantes. Agora, a participação política é interessante a gente analisar em relação ao corpo docente do Curso, em relação ao curso do Rio também. O curso da Bahia, ele sempre teve uma atuação política muito marcante da militância, mesmo na área e no campo museológico e voltada também para Ciências Sociais e etc. Então o que acontecia? Eu como professora era militante para a formação da Associação de Museólogos da Bahia. A gente conseguiu que essa Associação funcionasse dentro do Museu de Arte Sacra, a gente conseguiu que os estudantes todos participassem da vida dessa Associação. Agora, tinha uns professores também que não tomavam parte disso, que não faziam, não tinham nenhum envolvimento. Outros já... Osvaldo Gouveia Antônio Rios, eu, a gente tinha uma militância forte dentro do Curso. Então foi um período muito muito interessante e uma troca muito salutar e de renovação. Esses meninos viram essa Associação nascer depois passaram a ser profissionais, passaram a

frequentar a Associação, então foi um período muito fértil e muito interessante no sentido de mobilização e de movimentação.

**Inês Gouveia:** Essa interlocução entre o Curso e a Associação Baiana foi forte durante toda a década de 80?

**Maria Célia T. Moura Santos:** 80 até início de 90 mais ou menos. Foi muito forte, mais em 80, foi muito forte.

**Inês Gouveia:** E pensando na ABM, havia essa interlocução dos professores com essa Associação?

**Maria Célia T. Moura Santos:** Não. A ABM ela se mantinha assim como algo já construído, de porte, mais assim, daqueles profissionais já graduados há mais tempo, nome de renome, como Mário Barata e outros, Neusa Fernandes e etc... E que não buscavam uma interlocução com este curso novo. Não havia esse diálogo e nem havia também um diálogo com o Curso do Rio. Isso foi uma coisa que a gente tentou quebrar isso durante muito tempo. Era muito difícil manter esse diálogo com o curso do Rio porque no Curso da UINIRIO aqueles professores também olhavam de cima para baixo para a gente: “Aquele cursinho lá do Nordeste que não ensina nada do que deveria ensinar, de mobiliário, disso, daquilo de bandeiras e condecorações etc. E olhavam para a gente com muito preconceito também. Então isso foi um entrave. Eu acho a gente perdeu muito tempo no sentido de buscar uma ação conjunta aí Waldisa entra também nesse momento.

Quando entra o curso de São Paulo... Muito interessante também analisar a minha relação com a Waldisa. Eu conheço Waldisa aqui no Instituto Joaquim Nabuco, naquele evento. Até hoje eu tenho guardado lá o texto que ela mandou, com minhas observações, lá no meu arquivo, que era sobre a formação do museólogo. Naquela mesa que eu mostrei a foto (de manhã), a gente estava debatendo esse tema, “A Formação do Museólogo” e Waldisa, pelos contatos que ela tinha e as vivências com profissionais estrangeiros, da formação que acontecia na Europa, ela sempre achou que deveria ser a pós-graduação. Que a formação deveria ser de pós-graduação e não graduação. E eu sempre achei que devia ser em todos os níveis: graduação e pós-graduação, tanto mestrado, quanto doutorado. E aí foi muito interessante também, porque ela respeitava muito meu ponto de vista, ela ouvia, eu ouvia também os argumentos dela em prol do curso de pós-graduação, mas me inquietava e me incomodava muito a questão ainda muito precária do Curso de especialização lá em São Paulo, que ela não conseguia, coitada... Ela fazia um esforço imenso para reconhecer aquele Curso, mas ela não tinha o número de profissionais habilitados suficientes para que tivesse um reconhecimento no MEC. Então, por um lado a gente pressionava para que isso acontecesse, até porque vinha do Rio de Janeiro, sobretudo de Fernanda Camargo, das pessoas do Rio, uma pressão muito grande em cima dela para dizer que aquilo não era curso que formava museólogos e eles sofreram uma série de preconceitos também em relação a isso. E ela sofria muito por isso, por esse problema, por não conseguir resolver esse problema, então ela tentava e fazia o possível, mas terminou que não conseguiu reconhecer esse Curso. Mas o que eu acho que Waldisa traz de interessante aí, esse é um aspecto depois eu vou analisar outros, ela faz com que o Curso da Bahia tenha um interlocutor. Eu não me via mais sozinha, sem alguém que pudesse me ouvir e discutir sobre os meus problemas (a não ser os colegas da Bahia, né?), alguém que tivesse de fora que fosse mais maduro e que pudesse me apoiar e aí já entra a identificação ideológica também... A formação dela na área da Sociologia... Eu via em Waldisa alguém que pensava uma Museologia como a gente e não os professores do Rio, com aquela cabeça mais fechada e práticas de anos e anos e anos, e diziam que mudava e não mudava e aquilo nos incomodava muito. Então Waldisa passa a ser para mim essa

interlocução e quando acontece um evento aqui e que ela nos apoia e que a delegação da Bahia estava e ela nos apoia, naquele momento, e faz aquela intermediação para a gente voltar e conseguir argumentar sobre o andamento do processo na regulamentação da profissão aqui no Joaquim Nabuco, aquilo para mim foi algo muito gratificante eu me senti apoiada eu senti que havia um respeito ali pelo trabalho que a Bahia vinha fazendo em prol da profissão e isso fez com que a gente abrisse esse canal de comunicação e continuasse... Tinha dias que Waldisa me ligava e a gente conversava até meia-noite. Isso foi um aspecto, a melhor interlocução e relação... Ter um diálogo com alguém que também está pensando na Museologia, que tem um Curso e que nos ouve, então, podemos dividir os nossos problemas e etc...

E também no outro aspecto, a Waldisa tem uma atitude completamente diferente das pessoas que representavam o ICOM Brasil no período todos nos anos 70, 80 que eram pessoas que iam aos encontros... E que até hoje infelizmente acontece ainda... O ICOM ainda tem esse problema sério de sempre, como era Rio e São Paulo e o tempo inteiro Rio... Com a chegada de Waldisa e com a interlocução que Waldisa começa a ter com os pensadores europeus e etc. Waldisa começa a participar, começa a ir para os encontros e Waldisa trazia as informações. Quem me apresentou aos textos de Ana Gregorová, de Stránský e etc foi Waldisa. Ela dizia: "Olha Maria Célia, lê. Eu vou mandar uma cópia para você pelo correio." E ela sabia das minhas inquietações. Ela sabia como eu queria transformar essa prática museológica. Então ela me alimentava. Aquilo que a gente esperava que o ICOM fizesse, o ICOM-Brasil, durante anos, que iam para os encontros e chegavam e a gente não sabia de absolutamente nada... Era como se nada acontecesse, embora verdade seja dita, seja reconhecido isso, [que] Fernanda Camargo patrocinava de vez em quando os encontros internacionais lá no Rio, mas era no Rio, então a gente tinha que pagar passagem, a gente tinha que pagar hospedagem se a gente quisesse se atualizar da Museologia. A gente tinha que ir para o Rio, a gente tinha que participar dos encontros no Rio e etc. E uma vez ou outra os encontros aconteciam aqui, porque eram organizados pela gente e a gente chamava algumas pessoas. A própria Fernanda veio dar cursos, a gente do Curso chamava, o Museu de Arte Sacra chamou algumas vezes, mas não que isso fosse uma iniciativa do ICOM. A gente questionava muito isso. E Waldisa faz com que haja essa interlocução com que se está pensando de novo né, na Museologia. Isso foi muito positivo, então depois que eu conheci Waldisa, que a gente começa a ter esse diálogo, eu convido Waldisa para ir a Salvador, aí ela vai dar um curso sobre o papel social do museu. Infelizmente eu não tenho nenhum registro. Se hospedou na minha casa, a gente não tinha verba para pagar o hotel para ela e para facilitar eu hospedei Waldisa na minha casa e eu não tenho nenhum registro nenhuma foto nada desse curso que Waldisa deu aqui em Salvador a convite nosso. Então ela vem, ela fala das experiências dela dos museus de ciência, indústria lá de São Paulo, ela fala das vivências dela, ela fala de ecomuseu, enfim, foi um curso muito interessante que ela deu lá em Salvador, com nosso convite. Então ela tem esse papel muito importante aí, nessa interlocução. E ela, junto comigo, a gente sempre tentava provocar melhorar esse diálogo com o curso do Rio, então a gente falava quando encontrava os professores, quando a gente ia o Rio... E a última vez que eu me encontrei com a Waldisa... Sim, quando aconteceu o encontro que ela organiza em São Paulo o Encontro Latino-americano de museus a gente conseguiu articular que depois do encontro a gente iria a marcar com uma reunião no Rio. Eu representando a Bahia e ela, São Paulo, com os professores... Para buscar estratégias para melhorar essa interlocução entre os três cursos, finalmente, depois de tanto tempo a gente conseguiu esse avanço. Então eu estava no Rio participando de um evento e ela foi participar de uma banca de doutorado lá no Rio e aí aproveitamos para marcar essa reunião. Eu estaria lá e ela iria também para uma defesa lá no Rio, para ir lá no Curso de Museologia do Rio. Fomos, fizemos essa reunião, interessante até ver nas

memórias do curso essa reunião, se fizeram ata... Mas nós chegamos a fazer essa reunião

**Inês Gouveia:** Quem do Curso do Rio estava presente? Você se lembra de alguém?

**Maria Célia T. Moura Santos:** Não me lembro... Acho que Gabriela... Acho que estava... Não me lembro Com certeza quais eram os professores que estavam naquela noite. Foi um final de tarde, já no começo da noite e quando termina aquela reunião caía uma tempestade no Rio de Janeiro e a gente ficou ali nas escadas no antigo prédio da UNIRIO não passava um táxi nada e ela ansiosa porque ia pegar um voo para voltar para São Paulo e a gente esperou horas e horas ali e pegamos finalmente um táxi e ela me deixou no hotel e foi para o aeroporto. Foi a última vez que eu vi Waldisa.

Então, quando é criada a Associação Paulista de Trabalhadores lá de São Paulo e etc também é dentro desse movimento. O que eu percebia era que os alunos do Curso... Eu nunca consegui me situar muito assim como é que ficava aquela postura deles em relação a Waldisa, com relação ao reconhecimento do Curso. Porque sempre ficava alguma coisa nas entrelinhas, não se dizia diretamente, que tinha que fazer um esforço... Porque na Bahia o que aconteceu: os alunos foram participantes ativos do processo de reconhecimento do Curso pelo MEC. Me ajudavam a levar formulário para os professores preencher, eles participavam de tudo. E lá o que eu senti era assim, um pouco, talvez eu esteja fazendo uma análise equivocada, mas eu senti assim, isso é responsabilidade dela, mas eles também não se posicionavam diretamente em relação a isso quando se falava, nas questões tanto da graduação quanto de pós-graduação ou do reconhecimento etc. Ela se posicionava, mas os alunos sempre se abstinham. Eu não me lembro de ter visto algum debate entre eles, sobre essas questões e etc. Não sei se é o comportamento típico do paulista, de se manter mais frio e distante, não sei, mas não havia essa efervescência em relação a essas questões do Curso.

Então falar disso, né? Que ela nos alimenta com esse conhecimento que era produzido fora e que ela trazia e que a gente se identificavam encontrando aqueles textos e etc isso para mim foi muito importante também como um suporte, eu diria assim, para a gente. Nós que éramos mais jovens, embora o curso dela fosse mais novo que o nosso. Mas pela vivência dela e pela força que ela tinha e pelo preparo intelectual que ela tinha também nos amparando ali e etc, isso foi muito importante para nos dar força, nos motivar para continuar e até ver no espelho do outro também: "Nós estamos no caminho certo, é por aí mesmo, não estou falando sozinha. Tem alguém que está indo lá fora que está vendo como as coisas estão acontecendo não que isso valesse ou precisasse de validar isso... Mas é muito bom quando você tem uma interlocução e um apoio de uma pessoa mais madura para dizer para você que é jovem, que está começando: "Não, isso é muito importante", e você reconhece que essa pessoa tem segurança e vivência para manter esse diálogo e enriquecer esse diálogo. Eu acho que ela teve esse papel muito importante na minha vida e na vida do Curso, também eu acho que sim... Além das questões teóricas todas que ela trouxe e que fizeram algumas pessoas até questionarem dizendo: "Não, isso Stránský que dizia, não era Waldisa. Stránský que dizia." Ela pegou, mas ela pegou, ela refletiu sobre aquilo, ela reconstruiu e ela produziu um conhecimento sobre isso e ninguém pode negar. Então eu acho que ela, eu acredito mesmo que Waldisa se não foi a primeira pessoa foi uma das primeiras pessoas a pensar em Museologia como um campo de conhecimento mesmo. No Brasil, foi a Waldisa, embora outras pessoas formadas no campo, como as pessoas do curso de museologia, que foi o curso mais antigo, estivessem trabalhando há mais tempo, nesse Campo e não... Pela formação, pelo contexto, por tudo... Não chegaram até esse avanço. Então eu acho que ela foi muito importante nesse sentido.

**Inês Gouveia:** E esse pensamento mais teórico da Museologia, da forma como ela estava elaborando, ressoava no curso da Bahia na década de 80?

**Maria Célia T. Moura Santos:** Sim, final de 80, sim. O pensamento dela, de Peter van Mensch, esses teóricos todos... Aí a gente começa a olhar, não só a técnica de museus, aí a gente começa a pensar a Museologia. Me lembro nos embates, nos textos que a gente discutia a até o Mário também refletiu bastante sobre isso, aquela pressão que havia: "Museologia é ciência, não é ciência..." Eu acho que quando a gente relaxou em relação a isso, não se preocupa tanto com isso, mas começou a refletir sobre isso, houve possibilidade de crescimento e de compreensão de uma forma mais teórica e também refletindo com o que se fazia com a prática e etc. A gente sim produziu um conhecimento que havia um campo específico também, então eu acho que foi tudo isso e ela teve uma participação muito importante nesse sentido.

**Inês Gouveia:** E vocês, como professores na década de 80, tiveram interlocução com o Conselho Internacional?

**Maria Célia T. Moura Santos:** Não, não. Eu sentia, eu tinha uma aversão àquela coisa que eu considerava pernóstica: só vai quem é convidado, quem tem a bolsa e a bolsa era selecionada da forma... Com trâmites que aconteciam só para os mesmos e etc. Eu não me mobilizava para aquilo, eu dizia: não. Agora, eu lia o que o ICOM produzia. Os primeiros livros que eu comprei para me fundamentar como professora foi aquela coleção antiga do ICOM, Coleção Museus e Monumentos, Educação e etc. Eu comprava com uma dificuldade que a gente tinha naquela época de fazer as transações e converter, mandar para Paris, aquela burocracia toda. Eu fazia aquilo tudo... Tudo em francês, em inglês, mandava traduzir, pagava do meu bolso para que os alunos pudessem ler os textos. Tinha as revistas, o Museu de Arte Sacra fazia assinatura e recebia a "Revista Museum" e eu lia e eu ia para lá pesquisar... Mas eu não participava. Agora, quando havia o encontro no Rio eu ia e eu cobrava essa participação mais abrangente no país. Houve um tempo até que Fernanda ensaiou colocar representantes do ICOM nos estados e etc mas isso não funcionava também.

**Inês Gouveia:** Sobre o Comitê Brasileiro, vendo os registros hoje, vendo a documentação, é fácil de encontrar registros especialmente a partir da Fernanda, sobre ecomuseus e coisas assim... Você sentia que essa discussão era colocada pelo Comitê Brasileiro, essa discussão da função social dos museus que naquele momento aparece como ecomuseus, para ela... Isso ficava claro para vocês?

**Maria Célia T. Moura Santos:** Eu percebo que essa discussão sobre ecomuseus e principalmente a possibilidade de se construir de uma maneira planejada e pensada o ecomuseu e etc. se deu quando Fernanda trás Hugue de Varine para o Brasil. Com o lançamento do livro que ela traduziu "Tempo Social", a experiência que ela começou a ter lá em Itaipu para falar de museus territórios, núcleos e etc., isso para mim começa a discutir essa questão ali naquele momento. Então essa vinda dessas pessoas e a Fernanda patrocinou nesse período a vinda de Hugue de Varine... Ele fica vindo e participa... eu participei de um encontro de ecomuseus que ela organizou em Itaipu, ele estava presente, veio também participou daquela reunião, enfim. Eu acho que começa a gente a ver na prática como é que isso vai se dar no Brasil... Isso já nos anos 90, lá nos anos 90

**Inês Gouveia:** Nos anos 80 não?

**Maria Célia T. Moura Santos:** Não. Lia-se sobre a nova museologia, já se discutia sobre a nova museologia no Curso e nos cursos que eu dava também porque eu dei muitos cursos de extensão de extensão em 87, 88 foram dois anos que eu viajei assim o Brasil inteiro dando curso sobre museus e educação e eu já falava sobre a nova

museologia eu já apresentava autores que discutiam a nova museologia, mas isso no final dos anos 80.

**Inês Gouveia:** Retomando aqui, aquela pergunta que eu te fiz de manhã sobre a fala do Mário Moutinho, eu queria saber qual é o contexto daquela fala, qual é o contexto de fala do Mário Moutinho?

**Maria Célia T. Moura Santos:** 92. Houve uma tarde em que a gente foi para Santa Cruz e lá eles fizeram no ambiente da comunidade no auditório grande, no espaço, eles haviam convidados representantes, lideranças das Comunidades. Ali do entorno da região tinham muitos professores também. Odalice [Priosti] tinha feito uma mobilização interessante e estava lotado auditório e aí começaram aquelas discussões a proposta era queremos esse ecomuseu aqui em Santa Cruz

Eles começaram a falar: “Mas será que não era melhor discutir isso depois...? Será que podemos fazer isso agora? Outros diziam: “Não, mas é preciso chamar também não sei quem, para ser ouvido...” Aquele debate ali acalorado em relação a isso foi quando o Mário, me lembro dele em pé assim numa porta do auditório ele disse: “Eu queria saber se todos foram convidados” e eles disseram: “Foram sim”, “Então quem está fora não tem razão” e eu refleti muito. Achei interessante, porque do ponto de vista da participação, é preciso também que as pessoas assumam as responsabilidades por seus atos. Tudo bem, pode ser até que esses ausentes venham depois do processo de mobilização e desenvolvimento de algumas pessoas da comunidade e tragam esses outros e etc. Mas naquele momento ali o que legitimava aquela ação era que todos tinham sido comunicado em relação aquele evento que estava acontecendo ali.

**Inês Gouveia:** Desculpa Maria Célia, eu me referia àquele trecho que você usou dele, que fala sobre segregação dentro do ICOM. Um trecho que você usou de citação dele que ele está refletindo sobre alguma circunstância que aconteceu dentro do ICOM, em relação ao MINOM.

**Maria Célia T. Moura Santos:** foi em um evento, primeiro ele se refere a um evento que aconteceu. E aí nesse texto ele diz, eu tenho isso na referência do texto que eu escrevi reflexões sobre a nova museologia naquele texto meu que tá naquela publicação da própria lusófona aquela verdinha aquele caderno de sociomuseologia tem esse texto lá. Ele comenta as dificuldades dentro do ICOM porque repara... Quando houve um Fórum de museus em Petrópolis eu estava em uma mesa... Não sei se você estava lá naquele Fórum. O que aconteceu em Petrópolis? Eu estava numa mesa que era para debater o MINOM, a criação do MINOM. Estava Teresa Scheiner, na mesa e eu e aquela menina, a Paula Assunção, também participando da mesa.

A minha fala, eu coloco dessas resistências dentro do próprio ICOM. Para se criar o MINOM não foi fácil. A pressão era muito grande mesmo porque não se considerava a possibilidade de se fazer museu com esse perfil e ele estava falando sobre essas resistências. Já a fala de Tereza Sheiner, é como se isso tivesse acontecido naturalmente até o momento de se criar o MINOM e no debate eu falei que não, que houve sim essas resistências e tal. Então, sobre essas resistências que ele estava discutindo e coloca que realmente, por ali fica muito claro, que houve cisões e tiveram que enfrentar essas dificuldades e preconceitos também dentro do próprio ICOM para se ter o reconhecimento dessa possibilidade de uma nova museologia

**Inês Gouveia:** E na interlocução aqui nacional? Considerando que na Bahia e em São Paulo havia esse pensamento mais político, isso que ele exprimiu do contexto internacional acontecia aqui com vocês?



**Maria Célia T. Moura Santos:** E como! Na sala de aula, pelos próprios alunos... Dentro dos museus, as pessoas que trabalhavam, as pessoas que trabalhavam em museus... Um dos aspectos que me motivou para ir para Itapuã e fazer aquela experiência lá foi que eu era muito pressionada dentro do próprio curso pelos alunos, no sentido de construir alguma coisa na prática, que demonstrasse a eles a possibilidade de construção desse nível e da museologia que a gente tanto desejava. Só que ao mesmo tempo que eles desejavam, ou cobravam isso, para ver o que ia dar essa história, para ver se era possível, eles também me pressionavam para eles aprenderem a Museologia do museu instituído e o que eu colocava para eles é que a Universidade tinha um compromisso com a inovação, com o repensar, com o quebrar paradigmas, com a gente avançar. Aí até conseguir que as pessoas compreendessem isso, era muito difícil, eu me sentia muito pressionada. Basta eu te dizer que quando a gente construiu aquela proposta da última reforma do currículo antes da minha aposentadoria, nós fizemos um seminário com ex-alunos alunos e profissionais para discutir a proposta e ouvir as pessoas, sugestões e etc, para aperfeiçoar aquilo que a gente tinha pensado e, num dos grupos, quando começa a se discutir a questão do museu na escola, museu escolar, uma aluna já graduada, já saindo do curso quase se formando, dizia que a proposta de Itapuã não era referência nenhuma para se justificar nada ou uma prática já realizada. Nesse sentido, “porque aquilo não passava de um museu de fundo de quintal”. Então, as coisas eram assim. Chega ao ponto de ser grosseiro, de taxar: “Não, Célia é da nova museologia, ela não sabe lidar com o museu tradicional, ela agora só sabe lidar com o museu tipo museu de Itapuã.”, “Aquilo não é museu, aquilo não tem coleção.” Então foi uma pressão muito, grande era uma pressão muito grande

**Inês Gouveia:** Você já falou um pouco, mas eu queria voltar nesse, ponto sobre a inclusão da pós-graduação no projeto de regulamentação. Foi aqui em 82 que isso se definiu, como isso estava colocado?

**Maria Célia T. Moura Santos:** Waldisa se colocava mesmo porque ela considerava que o pós-graduado deveria ser reconhecida como museólogo. Houve vários embates, mas eu me lembro que da nossa parte desde que fosse - aí você observa que na lei tem: cursos devidamente reconhecidos pelo MEC - desde que estivesse dentro do que se concebia que devia ser uma formação de Museologia, voltada para os aspectos específicos da Museologia e etc, daí que a pessoa com mestrado doutorado em museologia poderia ser considerado como museólogo. Assim como houve muito embate também em relação a se fechar a direção de museus em relação a direção de Museu só de museólogos, porque essa batalha foi muito forte foi muito discutida.

**Inês Gouveia:** E quais eram as opiniões defendidas e por quem?

**Maria Célia T. Moura Santos:** Que deveria, na época, que deveria ter a formação de museólogo.

**Inês Gouveia:** E era consenso?

**Maria Célia T. Moura Santos:** Não, não. Em São Paulo não era, no Rio era. Bahia era.

**Inês Gouveia:** Sobre Waldisa, o curso de São Paulo e as ideias que ela exprimia, em que vocês se diferenciavam assim na compreensão de campo, na compreensão do campo museológico que vocês exercitavam?

**Maria Célia T. Moura Santos:** Uma das diferenças era compreender isso aí. Acho que foi muito forte desde o início, como eu te disse, no curso de Museologia, que a essência desse trabalho, é o homem. Quando eu me identifiquei com aquele texto do

Adotevi, quando ele dizia: “O objeto por si mesmo não significa nada, ele é um sinal indicador de uma ação”, Eu acho que essa foi uma marca do Curso durante muito tempo. Essa foi uma marca do curso, isso fazia um diferencial dentro dos dois Cursos de Museologia. Então essa visão mesmo de que nós estamos ali trabalhando para uma compreensão do mundo, mas ao mesmo tempo, transformando esse mundo e sendo sujeito dessa história... Eu toda vida compreendi que a Museologia, que as ações museológicas, elas fazem com que a gente aumente as dimensões de valor e de sentido do patrimônio cultural e da nossa atuação como profissional, então eu acho que essa era a marca maior.

**Inês Gouveia:** Diante dessas transformações que você acompanhou e acompanha desse cenário que a gente até comentou, que foi década de 70, 80, 90, consolidando várias coisas, quais perspectivas, o que você vê para a Museologia e para os museus? Perspectiva de presente e futuro?

**Maria Célia T. Moura Santos:** Olha Inês, eu vejo alguns avanços, mas muitos retrocessos também. Eu diria sim, até uma coisa interessante. Segure isso aí porque me veio uma reflexão também que é interessante que é o seguinte: quando a gente fala da museologia social e eu debato isso naquele texto eu acho que esse exercício essa prática social da museologia na minha compreensão ela deveria estar presente em qualquer campo ou área de conhecimento. Eu entendo a sócio-museologia como necessidade de afirmação, de estratégias, de possibilidades de você fazer ver que isso é necessário, como marcar isso, como uma estratégia de mostrar, é por aí, é possível. Aí eu passo por uma experiência de ser diretora de museus da DIMUS [Diretorias de Museus], coisa que eu nunca tinha imaginado na minha vida que eu fosse exercer, essa Diretoria de museus do estado, para coordenar equipes e museus entre aspas, tradicionais, instituídos, coleções, museus clássicos mesmo, em Salvador, uma cidade histórica e tal. Tudo isso, eu não mudei minha concepção de Museologia para ser diretora de museus. O meu pensamento sobre Museologia, sobre museus continua ali e o que eu fiz para trabalhar com aquelas pessoas, a partir dessa concepção, fazer com que em um museu tradicional, a gente pense o social da Museologia. Ao criar uma política com eixos definidos para as ações dos museus, ao discutir cotidianamente com aquelas pessoas sobre o que é o papel de um museu, o papel de um museu na sociedade, ao pensar programas e projetos com essa concepção... Então eu sempre, algum tempo já, em alguns textos eu venho registrando o seguinte... Não é a tipologia de museus que vai definir qual é a Museologia que eu vou exercer. É o contrário. É a minha concepção de museus e de museologia que vai alimentar a minha prática em museu ABCD... Então, eu acho que isso, nesse sentido, eu acho que tem alguns retrocessos aí. A gente volta para a tua questão anterior...

As pressões e a vida acadêmica se transformaram muito nos últimos 15 anos, por aí. O que acontece? Se na minha época cobravam da gente a necessidade de publicar, de você ser pontuado por participar de congressos, por isso, por aquilo, isso era uma coisa natural e a gente ia abrindo canais e possibilidades para isso. E que era muito difícil para a gente ter apoio para isso tudo... Mas isso não era uma paranoia instituída como está hoje a qualificação dos professores, a publicação, passou a ser um stress e uma cobrança tão grande que na minha análise isso vem refletindo na qualidade dos cursos. Essa qualidade tem caído cada ano, porque as universidades não tem contratação para repor os professores que saem para seus doutorados e etc. Todo dia contratando professor substituto... Não é uma discriminação com professor substituto. Mas lógico que ele não.... [Interrupção]

**Inês Gouveia:** Sobre a questão de uma construção da política museológica, porque também nesse período estava ensejando a construção de uma política cultural e aí...

**Maria Célia T. Moura Santos:** É interessante. A gente tem um ponto aí em relação à questão da política, quando é criado o primeiro Sistema Nacional de Museus, aquele período foi um período muito interessante ali nos anos 80, foi o período em que o Ministério... A publicação do meu primeiro livro, tudo pelo Ministério da Cultura, então criaram Ministério da Cultura, houve investimento grande na formação de pessoas que trabalhavam nos museus. E aí a repercussão daqueles cursos, daqueles projetos de extensão, com a publicação do livro... Eu vou de Roraima ao Rio Grande do Sul dando aula sobre museus e educação. Havia uma ânsia de conhecimento, de vontade, das pessoas verem novas experiências e mudar essa vivência dos museus. Foi um período muito rico aquele.

**Inês Gouveia:** Esses cursos Célia estiveram no contexto de Sistema ou do Programa Nacional de Museus? Tinha a coordenação da Priscila Freire?

**Maria Célia T. Moura Santos:** Sim, da Priscilla Freire. Havia uma vitalidade muito grande naquele período. A questão das políticas, o que acontece? Há um momento em que esse movimento é muito forte na Bahia, de reivindicação de uma política para os museus, de concurso, de contratação de profissionais... Tudo isso nos anos 80 e início de 90. Eu tenho vários documentos encaminhados ao Governador e secretário de educação a reitor enfim. Era um momento mesmo de muita reivindicação, depois isso passa aí sim eu acho, que Waldisa tem um papel interessante... Isso passa a ser mais Bahia e São Paulo. A Associação da Bahia e Associação de São Paulo e o período no qual nós nos envolvemos de uma forma mais integrada Rio, São Paulo e Bahia foi a segunda fase da regulamentação da profissão. Aí houve momentos de irmos juntas para Brasília, eu, Waldisa, Fernanda Camargo, Neusa, Gilka, minha colega que era esposa do deputado Fernando Santana que ajudam a encaminhar o processo lá. Ficamos hospedados na casa de Gil e de Fernando em Brasília, fazendo reuniões no congresso e tal para essa discussão da regulamentação da profissão. E também outro movimento que aí foi nos anos 90 e foi muito interessante também foi o do movimento dos museus universitários que se a criou a Associação de Museus Universitários. Houve vários encontros, foi uma época...

**Inês Gouveia:** Eu identifiquei também, a esse respeito, que a Waldisa foi convidada para uma reunião no Ministério logo da criação do Ministério da Cultura em 85, para debater os aspectos de uma política cultural. Vocês foram convidados?

**Maria Célia T. Moura Santos:** Fomos. Eu estava lá e Fernanda também participou dessa reunião. Fomos. Foi uma reunião com o ministro José Aparecido

**Inês Gouveia:** Você se recorda Célia de algo dessa reunião? Eu só tenho convite a ela e nada mais

**Maria Célia T. Moura Santos:** Não passou de uma audiência e nada mais com o Ministro, onde a gente colocava a necessidade dessa política Museológica, de uma nova realidade para os museus, para a Museologia e para o patrimônio em geral e Priscila... Priscila foi uma pessoa interessante porque ela tinha uma penetração muito grande com José Aparecido que é mineiro também e ela abria muito essas portas para a gente, permitia essa interlocução com o Ministério, entendeu, ela fazia muito esse papel.

**Inês Gouveia:** Em um primeiro momento ela estava em Minas não é?

**Maria Célia T. Moura Santos:** Sim, em Minas. Depois é que ela vai para a Coordenação do Sistema. E aí é que começa... Eu participava da formação na área de educação. Célia Corsino na área de documentação, Inês Coutinho também participava muito na parte de documentação e etc. Foi um período muito rico, foi eu diria, que não tão importante quanto na Política Nacional de Museus, porque já foi uma coisa

estruturada e etc, mas do ponto de vista da formação, foi tão importante quanto as oficinas que a gente passou a ministrar no período da Política Nacional de Museus.

**Inês Gouveia:** Célia tem algo que eu não tenho perguntado o que você considere nesse momento relevante de registrar?

**Maria Célia T. Moura Santos:** Em relação a Waldisa?

**Inês Gouveia:** Em relação a Waldisa e em relação a próxima à própria dinâmica entre as instituições e a ABM, a Associação Baiana e o Comitê Brasileiro.

**Maria Célia T. Moura Santos:** Talvez refletir um pouco sobre... Uma coisa interessante para a gente refletir aí em relação a contemporaneidade, como é que eu vejo esses movimentos? O que eu acho talvez mais grave em relação a esse momento é a ausência da participação do conjunto nesse movimento. Eu acho que isso começou nos anos 90... Eles foram se distanciando cada vez mais e isso eu acho que é uma coisa que a gente tem que repensar: estratégias para envolver esses jovens, trazer esses jovens não somente para as atividades do Curso, mas aquilo que a gente conseguiu fazer na Bahia naquele momento... A gente conseguiu articular ensino-pesquisa-extensão e militância. Eu acho que isso a gente precisa recuperar, porque é isso que renova o campo, é isso que faz com que as pessoas se mobilizem, repensem, que a gente exerce essa prática da avaliação, de retomar nossas práticas ou não ou, partir para uma outra prática... Então eu acho que esse é um dado muito importante que eu acho que a gente precisa repensar. E as lideranças estudantis e professores... Sim, porque também com relação ao Curso, a situação das Universidades no momento, né? Então, o meu título de doutor é mais importante de conseguir agora do que o meu compromisso com meu Curso Então eu vou, eu passo 5 anos fora eu volto e quando eu volto eu vou fazer um pós... Pois eu acho que essa é uma questão séria também por que é um reflexo no cotidiano do curso em relação a isso e que também precisa ser pensado seriamente, ao ponto das pessoas não visualizarem o compromisso desses professores com a vida acadêmica e a vida dos seus alunos. Eu acho que isso também é muito sério e a gente tem que repensar tanto essa pressão em cima dos professores com essa titulação a qualquer custo como o próprio professor repensar essa prática e esse envolvimento com as ações do Curso.

**Inês Gouveia:** É isso. Muito obrigada!

**Catete, Rio de Janeiro, 01 de novembro de 2017.**

**Pesquisa Waldisa Rússio e a Política no Campo Museológico**

**Entrevista de:** Mario Chagas

**Pesquisadora:** Inês Gouveia

**Transcrição:** Mirela Araujo

**Inês Gouveia:** Mario para começar, eu queria pedir para que você contar um pouco de como foi o seu período de formação no Curso de Museologia:

**Mario Chagas:** eu entrei no curso de Museologia aí nos anos 70... Me formei em 79, 80... Foram 4 anos, entrei por aí, em 75, 76. Na verdade, é importante dizer que eu vim da Escola Técnica Federal Celso Suckow da Fonseca. Tive uma formação na Escola Técnica Federal, fiz um curso de Mecânica de Máquinas e Motores. Esse curso foi fundamental na minha vida porque foi ali que eu tive a compreensão de que eu não ia seguir a carreira técnica, de que eu não queria seguir a carreira de Engenharia que era o desejado pelas pessoas que faziam esse tipo de curso. Então foi um curso que me deu uma base nos estudos de Física, Química, Matemática e coisas do tipo. Foi importante na minha vida, mas também me deu essa convicção de que eu não queria seguir a carreira técnica e fui para Museologia com desejo de fazer Arqueologia.

Na verdade eu entrei com esse desejo, eu procurei o que eu queria fazer e fiquei entre o Jornalismo, Filosofia, História e fui fazendo eliminações. Até que vi um vídeo... Hoje eu imagino que era um vídeo referente ao Museu Nacional da Quinta da Boa Vista, não tenho certeza. Sei que eu vi um vídeo de um grupo de professores, pesquisadores e estudantes fazendo restauração numa urna funerária e eu falei: "É esse negócio que eu quero fazer." E procurei aonde que isso poderia ser oferecido e fui bater no curso de Museologia do Museu Histórico Nacional e de fato era um momento de grande mudança porque a minha turma foi a primeira a minha turma que fez parte do vestibular integrado. Até então era vestibular isolado, quer dizer, o Curso de Museologia no Museu Histórico Nacional era oferecido de modo separado de outros cursos. A minha turma foi a primeira turma que participou deste vestibular integrado, o que gerou um marco e preconceito, porque muitos professores consideravam que essa turma que entrou, a primeira e a partir daí, eram turmas com baixo nível, com baixo preparo. Então tinha preconceito mesmo, isso era dito, né? Além de ser a primeira turma no vestibular integrado, também tinha uma outra característica, que tinha um conjunto de suburbanos que entraram e eu estava entre o grupo de suburbanos, o que também gerava certos preconceitos em relação aos estudantes dessa turma. Foi uma turma muito grande, tinha cerca de 50 e poucas pessoas e quando se formaram éramos 18 com acréscimo de outras turmas o que dá uma indicação importante, porque mostra o índice de evasão.

Enfim, foi dentro dessa turma, desse período aí nos anos 70, que também aconteceram algumas reformas curriculares então, isso foi se dando ao longo desse tempo, na minha lembrança, pelo menos duas reformas curriculares: uma me afetou me atingiu e a outra não, [pois eu] estava mais adiante e me recusei a voltar e a fazer disciplinas anteriores. Também essa turma da qual eu participei era uma turma muito rebelde, que era muito militante por certos aspectos... A participação política do Curso de Museologia era baixíssima, baixíssima, não tinha uma participação política em nada praticamente. Não tinha um DA [diretório acadêmico], não tinha nada disso.

Existia um Diretório Acadêmico estranhíssimo, quer dizer, nem sei se chamava diretório acadêmico ainda que tivesse lá o nome, mas que era alguma coisa em torno de Gustavo Barroso. Enfim, você há de convir que não pode existir um diretório acadêmico, do movimento estudantil, com o nome de Gustavo Barroso. Isso não vai funcionar. Mas então tinha uma coisa desse tipo, mas que era tão sem sentido que ninguém dava bola, ninguém procurava, e praticamente não existia. Quer dizer, um dos pontos de recepção dos estudantes era um diploma de múmia. O estudante entra no curso de Museologia e ganha um diploma... Eu me recusei a ganhar o diploma de múmia.

Também foi nesse período que teve outra mudança, que foi a criação de uma exposição curricular, foi aí nesse momento que a exposição curricular aconteceu, mas ela aconteceu a partir dessa turma na qual eu entrei. Foi essa turma e a turma seguinte. Nós começamos a nos reunir e a gente tinha muitos estudos, muita teoria, eram muitas disciplinas... Eram 12 disciplinas, 13, ao longo do semestre. Era uma loucura. A gente tinha pouquíssima prática e daí um rapaz... Me lembro bem dele, Eraldo era um rapaz negro, alto e muito inteligente, muito bem articulado, falava bem. Então o Eraldo também tinha um trânsito juntos de certos setores de artistas da cidade e começou a instigar os outros estudantes e até mesmo os professores para que pudesse ter práticas de exposição. O Eraldo conseguiu o acesso a família do Percy Lau. Percy Lau é aquele cara que fazia desenhos para o IBGE, era um gravador importantíssimo... Os desenhos do livro "Tipos e aspectos do Brasil", do IBGE, são desenhos do Percy Lau. Ele é muito um cara muito importante, está até bastante esquecido. Mas o Eraldo conseguiu um acesso à família do Percy Lau e nós montamos, por conta própria, nos corredores da Universidade, Montamos uma exposição de Percy Lau e aquilo gerou assim um certo impacto. Depois montamos uma exposição coletiva, foi uma exposição com várias turmas misturadas. Eu lembro bem, a turma do Anaildo [Bernardo Baraçal]. Então, juntos, vários estudantes misturados, fizemos uma exposição coletiva, que era a Feira Nordestina do Campo de São Cristóvão e a partir daí é que se estabeleceu a prática da exposição curricular. Essa minha turma foi na verdade a primeira turma a ter uma exposição curricular, no nosso caso, foi "Teatro Cara e Coroa". Nós fizemos uma exposição sobre o teatro e debatemos o tema da censura a partir de peças do Millôr Fernandes. Era um momento onde alguma discussão política podia acontecer e ainda havia uma outra coisa importante neste momento: nós produzimos vídeos, filmes, na verdade. Não se falava em vídeos, eram pequenos filmes em super 8. Porque uma professora, museóloga Maria de Lourdes Nailor, ela tinha interesse em filmes, era uma pessoa sintonizada com cinema, com filmes. Então, a disciplina dela era uma disciplina para que se pudesse construir um filme e nós fizemos uma coisa bacana. Não sei por onde anda, se existe em algum canto. Mas fizemos um filme sobre a Casa dos Artistas, lá em Jacarepaguá, aquele abrigo de artistas. Foi bacana, fomos lá, entrevistamos e tal, então fizemos um filme que estava ligado ao tema da exposição, que era "Teatro Cara e Coroa". No teatro Cara e Coroa a gente mostrava os bastidores do teatro e a censura e tudo mais. Então foi assim, nesse momento que eu vivia ali foi importante. Mas o curso de Museologia estava longe de ser um curso encantador, impactante do ponto de vista de participar de grandes discussões. Eu tive mais vivência, vamos dizer, cultural social, na Escola Técnica Federal do que no curso de Museologia, que era um curso bastante conservador e no caso, então, eu que venho de uma outra realidade

social, aquilo batia para mim de modo muito conservador. Cheguei ao ponto de no quarto período eu praticamente desisti do curso. Me organizei e falei “Não. Eu tenho que sair para outra coisa.” Vendo os meus amigos indo para a Sociologia, com outras discussões, o pessoal que entrou na UFF, na Geografia... “Eu tô aqui nesse Curso...” Entrei numa crise forte ali no quarto período, que é também onde muitos estudantes entram em crise mesmo. Eu percebi isso depois e foi a professora Liana Ocampo, que me desafiou para fazer o Seminário... Eu falei para ela do que eu estava percebendo, né? Eu abandonei a ideia da Arqueologia porque fui fazer um estágio lá no Capão do Bispo na Avenida Suburbana, em Inhaúma, funcionava o Instituto de Arqueologia do Brasil, o IAB. Então, o Ondemar, que era um arqueólogo... E durante um grande tempo ele foi o grande arqueólogo do Brasil e hoje já não tem esse lugar... Mas o Ondemar era o diretor, coordenador, desse IAB, que tinha sede lá no Capão do Bispo, e eu fui lá fazer um estágio. Estava ainda nessa coisa de Arqueologia e tal e na primeira participação na escavação simulada eu percebi: “Cara eu não vou ficar aqui limpando ossinho, varrendo ossinho de restos humanos”. Aquilo bateu para mim a conexão com a morte, que é muito forte e eu abandonei a ideia da Arqueologia. Mas isso foi logo no primeiro, no segundo período Eu ainda era muito entusiasmado. Quando eu entrei em crise foi que eu vi que a conexão da Museologia com a morte era muito semelhante à da Arqueologia. Aí eu percebi que tinha entrado buscando Arqueologia e estava de novo muito próximo da morte e aí o meu papo com a Liana era esse: “Po, tenho outro interesse. Eu quero vida eu quero outra coisa”. Ela então me desafiou para um seminário e foi bacana.

**Inês Gouveia:** E as transformações da década de 70, com relação à função social dos museus?

**Mario Chagas:** Isso não existia no Curso de Museologia. Eu passei o curso todo de Museologia e nunca ouvi falar da Mesa Redonda de Santiago do Chile. Isso não existia não, de forma nenhuma. O que se... Tinha uns professores que davam aulas com o livro do Gustavo Barroso na mão. “Introdução a Técnica de Museus” era “o livro”. Era um conjunto de disciplinas técnicas: indumentária, ourivesaria... VCCPF, que as pessoas sacaneavam esse VCCPF com: facas parafusos e não sei o quê. Mas na verdade era faiança, cerâmica, couro, vidro, porcelana e não sei o que, era uma disciplina. Então o que mais se aproximava daí era a professora Liana Ocampo, na disciplina de Museu e Educação. Como era a professora Liana que trabalhava nessa disciplina, nós tínhamos leituras de MacLuhan, isso a gente fazia e nós não chegávamos a estudar Paulo Freire, mas ouvir a música referência sobre Paulo Freire mas muito indiretas e não era uma leitura de Paulo Freire e a Liana estava entre as professoras mais avançadas do Curso, socialmente mais avançadas.

No caso eu destaco 3 ou 4 professoras que foram marcantes, assim a Liana Ocampo, por conta das questões de educação e pelo interesse que ela tinha nos estudantes. Ela era uma Educadora então fazia uma diferença total. A Solange Godoy que era um vulcão em erupção, mas ela trabalhava com História, História do Brasil. Solange Godoy é um marco, uma referência, e tinha uma posição mais crítica no campo da História. Aparecida Resende Motta, essa era uma professora visivelmente mais à esquerda e trabalhava a História Geral, a Solange, a História do Brasil e Aparecida Resende Motta a História Geral e a professora Sônia Gomes Pereira no que se refere às artes. Então isso fazia uma diferença, mas função social do museu... As disciplinas

no campo da Museologia eram absolutamente conservadoras não tinha nada disso, então voltando à questão da Liana, foi por isso que eu fui procurar a Liana. Eu disse: “Pô, não dá para ficar nessa, né?”. Então a professora Liana me propôs a fazer um seminário e eu levei essa questão para sala de aula no meu seminário. Eu tinha lido Eric From e fui marcado por um marxismo enviesado, porque eu não tinha uma leitura direta de Marx, era tudo enviesado, mas eu fui um leitor muito assíduo, muito forte de Eric From, Espinosa, Freud... “O coração do homem”... Eu li tudo o que podia, tudo o que aparecia, “A arte de amar”, tudo o que aparecia do Eric From eu li. Era uma leitura que me impactava muito. Num livro chamado “O coração do homem” ele analisa duas síndromes que ele chama a síndrome de necrofilia e a síndrome de biofilia e isso bateu na minha cabeça de modo completamente extraordinário. Isso abriu assim a minha cabeça de modo completamente forte, porque ele trabalha com a ideia de que existem indivíduos que apresentam uma síndrome de necrofilia e que se comportam toda a vida, atuam ao longo da vida nessa perspectiva, para eles o que interessa é o comportamento autoritário o exercício de uma autoridade sobre o outro indivíduo tentando calar o outro, tentando silenciar. Então são práticas de silenciamento, autoritarismo, de castração e redução de liberdade. E de outro lado ele identifica indivíduos que teriam uma síndrome de biofilia, que estão mais sintonizados com uma vida mais livre, mais libertária, mais sintonizados com o cotidiano, com a festa e tal e aí enfim, ele vai descrevendo isso daí e aquele negócio bateu muito forte e essa foi a base do seminário que eu fiz. Na verdade, eu fiz uma exposição do que o Eric From apresentava nesse livro “O coração do Homem”, que agora eu estou até voltando a esse livro. Falei: “Preciso voltar para esse livro, ao Erick From para ver como eu hoje entenderia o livro”. Eu já nem sei se eu tenho o entendimento correto, é claro que correto não interessa, né? Enfim foi disso que veio a história do museu biófilo e da Museologia necrófila, isso decidiu minha permanência naquele tempo.

**Inês Gouveia:** Eu sei que tem aí um pulo de tempo, mas quando é que foi que você voltou para dar aula no curso de Museologia?

**Mario Chagas:** em 87

**Inês Gouveia:** Daí, eu quero saber como foi sua ida para a Fundação Joaquim Nabuco...

**Mario Chagas:** Quando eu entrei no curso de Museologia uma coisa ficou muito marcada em mim, que foi uma visita do Aécio de Oliveira, no primeiro período. Por um motivo que eu não sei qual foi, o Aécio foi ao Curso de Museologia e uma professora que era professora de Metodologia de Pesquisa... E que eu gostei muito dela, aliás, ela só trabalhava regras da ABNT. Toda aula dela eram regras da ABNT. Como eu estava muito empenhado em escrever... Aquela aula chatíssima... Mas aquelas aulas muito chatas me interessaram muito porque eu queria escrever corretamente, então eu me apropriei daquelas técnicas. Lia os textos que ela passava, os livros, foi uma disciplina assim que me ajudou muito na verdade e aprende a fazer citação com ela, então essas coisas todas eu aprendi ali, as técnicas de citação. Mas o Aécio foi lá a convite dela e fez uma aula, como se fosse uma aula. Ele falou do Museu lá da Fundação Joaquim Nabuco, que ele esteve lá, que ele fez o curso. Falou dos museus da Fundação... Acho que ainda era museu de antropologia, enfim ele falou falou... E aí no final ele botou o endereço dele no quadro com os dados e não sei o



quê e deixou aquilo ali... O fato é que eu anotei aquilo tudo com muito entusiasmo e é curioso que isso foi no primeiro período. Quando eu me formei eu comecei a dar sinais de que queria sair do Rio de Janeiro e agora eu já não tenho a memória precisa, já não sei eu porque eu escrevi para muita gente, para museus que eu tinha contado, museus que eu não tinha contato... Só escrevendo para muita gente... fiz muito projeto para tentar emplacar... Projeto para museu do metrô, projeto para museu do jogo do bicho (risos)... Eu inventei coisas que nunca emplacaram. Mas eu não tenho memória correta se eu fiz uma carta para o Aécio, mas o fato foi que eu recebi uma notícia de que tinha uma vaga lá.

**Inês Gouveia:** O Aécio havia se formado no Curso de Museus?

**Mario Chagas:** Isso. E o Aécio chamou atenção porque o Aécio era uma figura muito carismática. Ficou claro nessa aula que ele deu. Ele se formou e ele havia participado da criação do Museu do Folclore durante o tempo dele de estudante. Então, o fato é que eu recebi essa notícia de que tinham duas vagas para lá aí eu não pensei duas vezes. Falei: “Eu vou, eu vou, eu vou.” Eu tinha passado por uma dificuldade. Nessa altura minha mãe havia morrido, meu pai era doente mental. Meu pai tinha uma doença mental muito forte. Meu pai na verdade, ele teve várias doenças e acabou numa esquizofrenia, enfim. O fato é que ele misturou muita coisa, ele tinha uma epilepsia... Muitas coisas também que os remédios foram provocando, mas enfim, o fato é que eu era o curador do meu pai e isso me gerava uma dificuldade. Mas eu conversei com as minhas irmãs e passei a curatela para uma das minhas irmãs e assumi que ia sair do Rio.

Aceitei essa vaga. Escrevi, eles disseram o que eu precisava levar e eu fui com a cara e com a coragem. Convidei na ocasião uma colega para ir comigo que era Vânia Dolores, que também estava disposta a sair do Rio. Na verdade, eu convidei o Antônio Carlos Reis para ir comigo e ele desistiu... Foi aí que a Vânia se interessou, a Vânia tinha sido da minha turma. E aí fomos eu e a Vânia e fomos para lá. Eu fiquei um dia em um hotel, que eu tinha o dinheiro para isso, e no dia seguinte saí para ver uma casa. A primeira casa que eu vi foi a casa que eu aluguei, um apartamento, pronto, fiquei lá e foi ótimo. E experiência da Fundação Joaquim Nabuco também assim, foi uma experiência de formação, porque lá eu pude perceber.... Ah sim, antes disso, durante o curso de Museologia essa coisa do meu interesse na vida, então, eu fui fazer um curso de Ciências Biológicas, porque eu pensei: “Eu vou trabalhar com ecologia”. Nessa altura eu queria trabalhar num parque, numa coisa para mexer com ecologia e eu estava muito focado também no Centro-Oeste, pensava muito em ir para o Parque do Xingu, naquela região. Cheguei a escrever para o Museu dos Correios, para a Laís Scuto, que eu falei: “Eu vou para Brasília e de lá eu vou me virando”. A coisa do Museu dos Correios não deu certo e aí surgiu essa é, de Pernambuco e eu fui para lá então. E eu me preparei para trabalhar com o museu de Ciências, quando cheguei lá fui trabalhar no museu de Antropologia. Foi uma outra coisa, mas aquilo foi fundamental, porque eu conheci assim muitos intelectuais, pessoas que tinham uma prática científica muito forte, conheci Gilberto Freyre, Aécio e Clóvis, Manoel, que era um cara de Geografia, Manoel Andrade, enfim uns mais velhos, outros mais jovens e ali eu também percebi que podia escrever, podia desenvolver o gosto pela pesquisa e lá eu publiquei meus primeiros artigos em 84/85, publiquei na Revista Museum com o Aécio. Acho que esse foi na verdade foi o meu primeiro artigo, foi 83 ou 84 e aquilo foi

assim bacana, porque o Aécio recebeu o convite para escrever e ia desistir e eu falei: “Não, não desiste não, a gente faz junto” E aí pedi para ele uns dias fui para casa. Me deu 10 dias eu consegui fazer o artigo e discutimos, discutimos, discutimos. Mas era legal porque não era um artigo meu apenas porque eu conversava com o Aécio, conversava, conversava e não tinha nada de gravador não, era só conversa. Eu ia para casa anotava aquilo e voltava: “Não, não é assim não. Mexia, mexia, mexia”. Então foi uma experiência bacana. Até onde eu me lembro, o primeiro artigo mesmo que eu publiquei de parceria com alguém e até hoje eu gosto muito de escrever em parceria.

**Inês Gouveia:** A Fundação Joaquim Nabuco tinha uma posição de vanguarda com relação ao campo museológico?

**Mario Chagas:** Quando eu cheguei na Fundação Joaquim Nabuco, você imagina, lá em 1980, e nesse mesmo ano, acho que seis meses depois que eu estava lá, nesse mesmo ano de 80, nós fomos trabalhar no Museu do Estado do Piauí. Uma equipe inteira da Fundação. Devíamos ser umas 10 pessoas... Nós fomos passar uns 20 dias no Piauí, a equipe toda no hotel... E de lá nós trabalhávamos do Museu do Estado do Piauí. Fazendo, o que se chamava na ocasião, de revitalização do Museu do Estado do Piauí. O meu primeiro trabalho na Fundação Joaquim Nabuco tem correspondência, tem a ver com isso. Quando eu cheguei o Aécio me deu uma espécie de trote. Ele botou na minha frente uma pilha de bem grande de fichas, 15 cm de ficha ou mais talvez, quase um metro de ficha de numismática e me disse: “Olha Mario Chagas, o seu trabalho é transcrever essas fichas para o livro de tombo”. Eu fiquei com um buraco no meio do dedo de escrever aquela porra daquele livro. Eu passei um mês, dois meses sei lá até três meses fazendo aquele troço. Eu transcrevia da ficha. Se for procurar o livro de numismática é com a minha letrinha que tá. Eu fiz aquilo tudo, quando eu finalizei aquilo, o Aécio me disse: “Você vai participar da equipe do Museu.” Acho que ele me testou ali. Porque eu fiquei assim meses fazendo aquilo. Eu só fazia isso sentado e porra muito chato aquele negócio, mas eu fiz. Aí fui para a equipe, fui participar da equipe e era uma festa lá no Piauí. Até por terremoto nós passamos, fiz até uma musiquinha para o terremoto. Mas enfim, isso eu estou dizendo porque dá a importância da Fundação. Nós participamos da montagem, quer dizer, eu participei da montagem do Museu do Estado do Piauí, da Galeria de Arte Aloísio Magalhães que hoje é o MAMAM [Museu de Arte Moderna Aloísio Magalhães], do Museu do Forte de Cinco Pontas, Museu do Brum. A Fundação tinha um trabalho de revitalização de museus, de criação de museus e ao mesmo tempo, cursos. O Aécio e outras pessoas da equipe davam muitos cursos E como tinha uma equipe muito preparada para contatos e exposições, a gente andava para cima e para baixo fazendo coisas em vários lugares do interior de Pernambuco em outros estados. Então, você imagina, o Museu da Borracha no Acre foi projeto da Fundação Joaquim Nabuco que eu ajudei a produção a escrever o projeto. O Museu do Homem do Norte, em Manaus foi projeto da Fundação Joaquim Nabuco. Então ela tinha uma atuação no Norte, Nordeste muito grande e talvez só a Bahia estivesse fora do alcance ou do interesse da Fundação Joaquim Nabuco. Ela tinha território em Sergipe e Alagoas, escritório em Manaus, então era uma presença de fato muito forte regionalmente e nacionalmente. A Fundação, por conta muito do trabalho do Aécio e por conta do trabalho do Gilberto Freyre também... O Gilberto Freyre dava uma atenção bastante

expressiva para área dos museus e valorizava muito as áreas. A fundação tinha uma participação permanente nos encontros nacionais e destacada e realizava lá mesmo também encontros.

Eu lembro em 82, e nós realizamos lá o encontro Norte e Nordeste de Museologia, foi quando a Waldisa foi pela primeira vez lá na Fundação Joaquim Nabuco, já vinha do meu contato com ela esse encontro. Ele foi praticamente todo desenhado pela Regina Batista, ela era coordenadora-geral do encontro, quem operava com recurso, e eu fiquei com a função de organizar conceitualmente o encontro. Então cada um daqueles nomes ali eu fui atrás, eu fiz contato e etc. Essa era essa foi uma das minhas tarefas.

**Inês Gouveia:** Esse foi o encontro definidor para o projeto da regulamentação?

**Mario Chagas:** Foi esse! A Bahia esteve presente lá em massa. A professora Maria Célia Teixeira Moura Santos, Miriam Rio, os colegas da Bahia, os colegas de São Paulo em peso. Era a Waldisa Rússio, Marcelo Araújo, hoje presidente do IBRAM estava lá, o pessoal do Lasar Segall, muita gente do Lasar Segall. Então foi um grande encontro e com debates muito fortes e debates em torno da regulamentação da profissão. A professora Terezinha Sarmiento, que não ocasião era presidente da ABM – acho que era isso – eu fui estagiário dela. Eu fiz muitos estágios em vários lugares, mas no Museu Histórico Nacional eu tinha sido estagiário dela e eram posições e muito marcadas: a Terezinha Sarmiento de um lado e a Maria Célia e a Waldisa Rússio de outro lado. Os debates acalorados e brigas, brigas. Não chegavam as vias de fato, não chegavam aos tapas, mas a coisa era... Eu lembro da Mary Rio, que era uma baiana arretada, né? Em dado momento ela se levanta: “Vocês agora vão ver o que é uma baiana, rodando a sua baiana com uma gilete na ponta.” Ali também foi o momento em que a Célia, o grupo da Bahia, fez uma aliança com o grupo de São Paulo, então o grupo do Rio ficou muito isolado. Ele era puxado pela professora Terezinha Sarmiento. Esse grupo do Rio ficou isolado e o grupo da Bahia fez uma aliança importante. Tinha naquela altura pelo menos dois projetos tramitando na Câmara, um ligado ao Álvaro Valle, que era um contato da Terezinha Sarmiento e outro que passava por Fernando Santana que era o companheiro da Gilka Santana, que era museóloga formada na Bahia. A Gilka Santana, que é mãe da Márcia Santana que é uma arquiteta importante dentro do IPHAN, que fez o: “Cidade como documento, Cidade como monumento”. Enfim então tinham esses projetos

**Inês Gouveia:** Os posicionamentos diferentes, que se confrontavam, estavam em torno de quê, da Pós-graduação?

**Mario Chagas:** esse era o tema principal de discordância, a questão da pós-graduação. Porque o grupo de São Paulo defendia a pós-graduação... Que se pudesse regulamentar a profissão reconhecendo e convalidando os pós-graduados. Desde sempre esteve em discussão a questão da especialização, se os especialistas seriam ou não reconhecidos e validados. O posicionamento do Rio era completamente contrário, defendendo evidentemente a posição da formação ao nível de graduação. A Waldisa tinha uma presença fortíssima e extraordinária nos debates. A Waldisa era uma boa debatedora, então pensava e falava com inteligência, desenvoltura. Ela tinha uma formação em Direito, então isso dava para Waldisa uma fala especial. Assim

como alguns jovens, o Marcelo Araújo, também tinha uma formação em Direito e [estava] muito alinhado com a Waldisa Rússio na ocasião, enfim. O ponto principal estava aí. Os outros pontos eram secundários, porque isso configurava quem seria reconhecido como museólogo ou não. Nos outros itens, tinha discordância de encaminhamento... Mas esses eram os pontos. Eu, na ocasião, bastante jovem, eu tinha muita simpatia pelas discussões encaminhadas pela professora Waldisa Rússio, que eu já havia conhecido antes, mas eu também tinha – aí é uma coisa mais de caráter pessoal do que político, porque eu fiz um trabalho muito longo com a Terezinha Sarmiento... Então romper com ela era difícil para mim, então eu ficava no grupo da Waldisa, mas eu evitava me levantar contra Terezinha ainda que eu estivesse apoiando o grupo da Waldisa. Então eu não tinha uma fala contrária ao grupo da Terezinha Sarmiento. Mas então junto nesse grupo da Terezinha Sarmiento ainda se encontrava a Laís Scuoto e outras pessoas. O Aécio Nessa altura ele participou sempre ativamente, mas ele já não dirigia o Museu. Acho que ele estava afastado do museu... Eu já não tenho certeza, mas dentro de um tempo a Regina Batista assumiu a direção do Museu... Mas enfim, o Aécio tinha ali uma posição também... Evitava entrar nesse tipo de polêmica, então não era onde ele gostava de ter atuação, mas o que é mais marcante na minha memória é isso, a forte articulação entre o grupo da Bahia e o grupo de São Paulo. Esse foi o momento de fato decisivo para a regulamentação da profissão. Se você pegar manchetes de jornais, a repercussão em Pernambuco foi bastante expressiva. Havia uma outra pessoa em Pernambuco que também tinha uma liderança bastante grande, acho que Marluce Azevedo, se eu não me engano, ela era diretora do Museu do Estado de Pernambuco e ela era muito parceira do Aécio e também teve uma formação aqui no Rio de Janeiro. A Marluce foi, até onde eu me lembro, a primeira presidente do COREM de Pernambuco. Nós criamos um COREM em Pernambuco em 85. Criamos um COREM, mas depois ele foi fundido com o da Bahia, ficou sem condições de levar adiante. Mas esse, de fato, foi um seminário marcante, foi o quê vamos dizer, alterou o rumo das discussões, que até então se fazia e ele obrigou que as pessoas, independente das suas orientações, conversassem e buscasse uma área de consenso... Não consenso, mas um certo acordo. Então, no meu entendimento isso aconteceu e permitiu que a lei de regulamentação da profissão de museólogos seja bastante avançada. No meu entendimento ela é mais avançada do que a categoria normalmente considera. Eu percebo que é importantíssimo que essa lei tenha trabalhado com o reconhecimento dos provisionados, isso sempre foi uma discussão, mas acabava que se aceitava isso porque eram muitos provisionados no Brasil inteiro e depois, aquilo, eram cinco anos para que se reconhecer, depois o graduado, o reconhecimento dos museólogos graduados em Museologia... Eram poucos. Eram dois cursos, Bahia e Rio. E, depois do reconhecimento dos mestres e doutores. Isso é um avanço que até hoje produz benefícios ainda que eu saiba que exista na própria Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, no Curso de Museologia e não só, mas existem alguns indivíduos, algumas pessoas bastante conservadores que querem inclusive alterar isso. Isso provoca às vezes uma certa perplexidade de ver jovens pessoas com 30 anos ou 30 e poucos anos que não acompanharam, que não participaram de nada disso e que hoje se opõem ao reconhecimento de mestres e doutores como museólogos. Eu acho que esse foi um avanço grande porque, no mais... Se não for possível isso, se não for possível reconhecer mestres e doutores, que se desregulamente, porque o campo não vive só dos graduados. O que forma esse campo, o que contribui para o avanço e as

pesquisas é uma outra coisa, né?. Aliás foi mesmo isso, após a criação dos cursos de mestrado e doutorado é que o campo deu uma arrancada. Nem foi após isso. Eu diria, foi a partir do momento em que museólogos passaram a fazer mestrados e doutorados, que eles foram muito atrasados nisso, então foi a partir desse momento que aí eu vi um certo avanço no campo, quer dizer, eu tive aula com professores que não tinham mestrado, nem doutorado e muito dos meus professores, muitas daquelas pessoas – que eu até gosto de dizer diferente né? Muitas daquelas pessoas que me deram aula, porque algumas não foram professores, só me deram aulas. Muitos daqueles que me deram aula só muito depois que eu já era mestre e doutor é que vieram a defender... Diferente da Waldisa. A Waldisa, marcava uma diferença extraordinária. A Waldisa era uma das poucas museóloga doutoras, isso também produziu um efeito, porque ela falava de um outro lugar. Ela tinha uma tese defendida

**Inês Gouveia:** Ela era vista como autoridade?

**Mario Chagas:** Sim ela era vista como uma autoridade, mas o que não significa que ela não fosse combatida. Ela era uma autoridade que para muitos setores era preciso negar, desqualificar, dizendo que não tinha graduação em Museologia, negar a ela o reconhecimento de museóloga. Então ela era uma autoridade nesses termos, era uma pessoa que tinha uma força e posições muito marcadas. Para você ter uma ideia, eu conheci a Waldisa em 79 no seminário que houve aqui no Rio de Janeiro, chamado “A criança e o Museu” era praticamente no meu ano de no meu último ano, eu estava para me formar ali. Eu fui para o seminário, foi lá na casa da Marquesa de Santos. Fui para lá eu fui assistir, não tinha trabalho para apresentar o nem nada disso, mas eu já tinha aprendido que a minha formação não dependia da Universidade, que eu não podia ficar aprisionado. Eu fiz curso de tudo quanto é jeito, fiz curso de tudo: psicopatologia da expressão, curso de física, curso de tudo que jeito... Passei um tempo fazendo cursos. Eu fui atrás desse seminário. Chegando lá na Casa da Marquesa de Santos eu comecei a ver os estudantes da Waldisa... Primeiro, com uma força! Era uma mulher... Ela era bonita! Não era extraordinariamente bonita, mas era uma mulher bonita, era uma presença, uma mulher grande, bonita de se ver, tinha um estilo próprio, um nariz bonito, um rosto bonito. Ela chegava e não era uma pessoa assim, não era assim, vamos dizer, aquele tipo assim “cheguei”. É que era a presença dela era uma presença que marcava uma posição. Enfim, estava lá Waldisa, as intervenções dela eram sempre muito marcantes, era bom ouvir a Waldisa falar.

Bom, a Waldisa começa a apresentar os estudantes dela... Um conjunto de estudantes apresentando trabalhos. Aquilo foi me tocando e eu falava: “Caraça, que coisa estranha!”. E os estudantes apresentando trabalhos, vários, Cristina Bruno, Marcelo Araújo, a Pierina estava junto, veio uma menina da Pinacoteca que eu não sei se era estudante da Waldisa, se não era, mas o fato é que... Daniela da Pinacoteca apresentou um trabalho, fez uma dinâmica, eu vivendo aquilo e a própria Waldisa apresentou um trabalho sobre o museu de fábrica, que tem correspondência com a tese dela, levou uns livrinhos, distribuiu livrinhos eu fiquei alucinado com aquilo eu olhava para um lado e não via um professor meu. Não tinha professor no seminário. Você vai até hoje e você não encontra os professores nos seminários. Eu falei: “Cara, tem alguma coisa estranha.” Quem estava nesse também nesse seminário era o Anaido. Aí quando acabou aquela coisa no dia eu fui para Waldisa e pedi: “Posso acompanhar você e seu grupo?” E aí me ofereci para ela: “Eu quero ser seu...” (risos)

Mas foi mais ou menos assim. E eu passei a ter um pouco mais de convivência com ela nesse dia mesmo e depois em todos os seminários onde ela estava eu colava nela. A Waldisa passou a ser a pessoa com quem eu estava interessado em conviver, em trocar, em ter experiências e ela passou a me recomendar coisas. Eu assim nunca fui estudante da Waldisa, no sentido de ter sido aluno dela te ter classes com ela, mas eu tenho a Waldisa como a minha professora.

**Inês Gouveia:** E você lia textos dela na década de 80? Circulava?

**Mario Chagas:** Lia! A Waldisa fez o seguinte, ela organizou para mim, ela me deu, uma coisa assim encadernada com muitos textos dela. Isso me roubaram! Eu assim hoje digo que me roubaram, porque eu emprestei para uma pessoa eu sei quem foi a pessoa, eu emprestei e a pessoa não me devolveu e diz que não que não. E eu sei perfeitamente. Ali tem uma belíssima dedicatória para mim e ela me deu aquele conjunto de textos. Boa parte disso que saiu... Ela já tinha isso mais ou menos organizado, né? Então, você vê, nos anos 90 quando eu fui trabalhar, eu saí do Museu da República e fui trabalhar na Coordenação de Acervos Museológicos, ali naquele período Collor, onde foi criado o IBPC, foi possível fazer os Cadernos Museológicos, a Waldisa está presente no volume 1 2 e 3. Aquilo eram textos que eu tinha lido dela e que tinha pedido autorização. Então, lá ela tem [o texto dela]. Eu não assinei aquilo [como] deveria ter assinado. Hoje eu assinaria como organizador, mas na época não tive força para isso, mas foi um trabalho que eu organizei, enfim e ela me deu esse negócio e eu pude dar um mergulho no que ela escreveu. Além disso, tinha o texto dela famoso que é o texto 3 está naquele livro “Produzindo o Passado” Então, o livro de 84 que circulou... Muito além disso, a Waldisa, assim como a Célia [Maria Célia T. M. Santos], ela tinha um hábito de ir para seminários e circular o texto que ela fazia. Não tinha essa mesquinha de guardar, de não expor, pelo menos para algumas pessoas... Mesmo que não oferecesse para todos... Mas eu recebi vários textos. A Waldisa era a pessoa que mais publicava. A Waldisa “nada de braçada”, sozinha então não tem... Quem estava no campo na ocasião era Fernanda Camargo Moro, Lourdes Novaes e a Waldisa Rússio nadava de braçada, produzindo teoria. A Fernanda e a Lourdes tinham uma presença mais internacional do que nacional ainda que a Fernanda tenha feito trabalhos importantíssimos, como o “Guia de museus no Brasil”, “Segurança em museus” e outros tantos trabalhos. Mas a Waldisa já tinha sim até [certa] independência com que ela atuava e depois a Fernanda era muito mais inacessível. A Waldisa era uma pessoa que era acessível, você chegava para conversar, pelo menos comigo... Mas enfim, o material dela era esse. Ela publicou muito nos jornais de São Paulo. Então esse material publicado nos jornais de São Paulo, ela fez essa Xerox... Tinha o passado dos museus no Brasil ou uma coisa assim, já não lembro o título exato, mas é mais ou menos isso. Eu fico pensando que força tinha essa mulher para publicar textos desse tipo em jornal de grande circulação em São Paulo, né? Então, o que significa que ela tinha lá uma entrada bastante forte. Então não é tão simples assim. Eu fui seguindo um pouco essas pegadas... Botei artigos no Jornal do Brasil, botei artigos no jornal de letras, botei artigo no Globo. Eu falava: “Bom vou seguir esse caminho, né?” Mas ela tinha uma força muito grande, dela emplacar artigos com aquela qualidade, aquela discussão. Eram coisas importantes.

**Inês Gouveia:** E você chegou a participar de algum evento em São Paulo, convidado por ela?

**Mario Chagas:** Cheguei. Mais de um evento. Lá no Memorial da América Latina, fui convidado por ela... Isso deve ter sido em 1989, 1990. Teve um que foi no Memorial, que foi um outro lugar, deve ter sido em 90, que eu lembro que eu fiz uma discussão importante, que eu queria muito que a Waldisa acompanhasse e foi uma mesa engraçadíssima, que a Waldisa mediava. De um lado era Neuza Fernandes, de outro lado eu. Eu tinha saído do Museu da República quando a Neusa Fernandes assumiu. Eu ainda fiquei um tempo para montar uma exposição... Montamos uma exposição que a gente tinha o assunto muito preparado, muito bem resolvido, então a gente pode montar a exposição em dois ou três meses. Mas a Neusa Fernandes era uma pessoa difícil, porque o trato com ela era muito difícil. Ela dizia palavrão, xingava muito, gritava com as pessoas e isso para mim era impossível.

Não sei se Waldisa não sabia do assunto ou se não tinha acompanhado, mas aquela mesa era impraticável. Mas foi legal, eu apresentei um texto que eu discuti o que a Waldisa tinha feito e o que ela estava fazendo. Comecei a discutir a questão do cenário institucionalizado dizendo que a gente deveria seguir por um outro caminho, aí ela entrou no debate, eu tava tentando fazer um esforço de ir um pouco além. Eu fiquei triste quando ela morreu. Fiquei muito triste porque eu tinha preparado um artigo, aí sim já tinha amadurecido muita coisa. Eu tinha preparado um artigo que tenho consciência que eu dei um salto além do que ela tinha produzido e era um artigo que eu dediquei para ela e ela não leu. Eu fiquei triste porque ela morreu no México e quando eu fiz esse artigo eu fiz desejando que ela lesse. Eu cheguei a publicá-lo depois, mas enfim ela não leu, mas eu tinha consciência de que se ela lesse a gente ia poder discutir e trabalhar um pouco mais nisso.

A Waldisa também, é importante registrar Inês, assim durante um tempo, mesmo após a morte ou, especialmente após a morte, a Waldisa não contou com o reconhecimento de imediato. Ela foi combatida após a morte, ela foi fortemente combatida, eu digo especialmente após a morte por que algumas pessoas aproveitaram a morte dela que produziu um vazio e ela passou a ser combatida e negada e combatida e mesmo, por algumas pessoas que talvez posteriormente, tempos mais adiante, tenham feito uma mea culpa e percebido que era preciso retornar e que era importante também fazer uma autocrítica. Mas durante um tempo, pelo menos ali nos anos 90, toda a década de 90, era a professora Maria Célia e eu, segurando e defendendo posições e mantendo um diálogo com a Waldisa Rússio.

**Inês Gouveia:** Waldisa conversava com você sobre os problemas quanto ao curso em São Paulo?

**Mario Chagas:** Conversava muito, a gente conversava bastante sobre isso. A Waldisa, ela enfrentou uma dificuldade lá em São Paulo, porque o que aconteceu, claro que isso para investigar você precisa ir às fontes, mas porque algumas coisas são de memória e de uma memória mais antiga, então tem mesmo que chegar às fontes. Então o que acontece, o Curso estava ligado à Fundação Escola de Sociologia e Política, a Escola de Sociologia e Política, que teve uma importância extraordinária, formou Darcy Ribeiro para começar por um nome forte, para depois chegar nos outros,

[risos] Florestan Fernandes, trouxe professores da escola de Chicago, teve uma importância extraordinária. Então teve uma importância grande. Então a Waldisa se formou por ali, instalou o curso por ele e a Escola era submetida a uma legislação do tempo do Presidente Dutra e funcionava como uma escola livre, eu até diria uma escola moderníssima, para a época, que já trabalhava com a noção de que se você fizesse um seminário no Nordeste, levasse uma comprovação aquilo contava como créditos. Daí essa ideia da Escola Livre de Sociologia e Política. Bom, o Curso estava ali, mas pela pressão externa a Waldisa foi cedendo a essas pressões, no sentido de se aproximar da CAPES. Então ela foi gradualmente tentando submeter o curso, que funcionava com toda essa liberdade, ela foi buscando submeter a CAPES e a CAPES tendo um projeto de um curso para avaliar, fez exigências: “Tem que ter mestre, tem que ter doutores. O corpo docente tem que ser assim, tem que ser assado, tem que ter um não sei o quê”. E ela cada vez mais tentando se enquadrar nos padrões, com dificuldades. O que era legal caiu na ilegalidade. Eu participei da comissão que foi avaliar o curso da Waldisa daqui do Rio eu e a Professora Eliana O’Campo. Acho que quem recebeu o convite foi a Liana e a Liana me convidou

**Inês Gouveia:** E esse convite foi feita pela FESP ou pela CAPES?

**Mario Chagas:** Eu não tenho essa memória precisa. Eu não tenho. Eu acho que era pela CAPES. Não, era pelo MEC, era pelo MEC sim. E aí o que aconteceu? Mesmo eu na condição de amigo da Waldisa – tive com ela uma relação que eu considerava bem próxima – mesmo nessa condição, não pude chegar e dizer... E falamos: “Isso aqui não pode, assim nesses termos isso não vai dar certo, tem essa exigência... E foi ali que eu pude entender isso, que ela tinha saído de uma situação de legalidade e entrou... Porque cedeu à pressão externas que eram muito violentas mesmo... E o Curso ficou durante um tempo como especialização, e ela não conseguiu chegar no nível de mestrado e doutorado como quis.

A gente falava muito dessas tensões do Curso, tanto quanto da cena museal e museológica de São Paulo, né? Porque também a partir de um certo momento a Waldisa ficou muito isolada mesmo em São Paulo. Lá na cena museal, também um choque de gerações, pessoas com olhares distintos. Então ela tinha uma expressão, que ela disse algumas vezes para mim e depois chegou a dizer para Maria Célia que por acaso eu mencionei para Célia, expressão que ela usava mais de uma vez sem detalhar, sem dizer nomes de ninguém, ela dizia: “Eu creio cobras. Eu criei cobras e hoje elas estão me mordendo.” Então essa era uma fala um pouco sofrida dela. Então ela dizia assim de um modo sofrido, por que ela esperava certo apoio e amparo e a partir de certos momentos, ao que tudo indica, ela não teve

Mas o que importa é que a Waldisa deixou uma obra e a obra da Waldisa, isso é importante, não está reduzida ao que ela escreveu. Esse entendimento da obra dela nessa perspectiva é muito pobre, porque a Waldisa era muito mais do que ela escreveu, era o que ela militava era o que ela conversava, era o que ela debatia, então tem coisas da Waldisa que não se esgotam na escrita

**Inês Gouveia:** Pontualmente, do que você se recorda da participação dela aqui do Museu da República, naquele seminário grande que estava pensando a reformulação de aspectos aqui do Museu... Foi você que convidou, né?



**Mario Chagas:** Foi. Era um seminário de museus nacionais. Então esse seminário veio de uma crítica muito genérica que os museus sofreram, tipo que os museus nacionais estavam com uma atuação não muito adequada e que era preciso que se realizasse um seminário que tivesse uma perspectiva de diagnóstico.

**Inês Gouveia:** E de onde veio essa crítica, Mario?

**Mario Chagas:** Essa crítica veio da própria Pró-memória. Era a presidência da Pró-memória, olhando para os museus e fazendo essa crítica. Eu até considero uma crítica válida, uma crítica importante e também avalio, avaliei à época e mantenho essa avaliação hoje, que foi um seminário importante na forma como ele foi concebido, na forma como ele se estruturou, porque cada Museu Nacional recebeu 2 professores, quer dizer, avaliadores dos museus. Esses professores visitaram os museus com tranquilidade, passaram alguns dias nos museus conversando, avaliando coisas e etc E depois deram um retorno disso. Aqui no Museu da República foi a Waldisa e uma professora de Minas Gerais, uma professora de História de Minas Gerais. Eu indiquei a Waldisa e os colegas de História indicaram essa professora que eu não me lembro o nome, mas deve ser fácil chegar lá. Eu lembro da atuação da Margarida Souza Neves, no Museu Histórico Nacional e o mar o Ilmar de Mattos do Museu Imperial e todos eles produziram relatórios importantes. A participação da Waldisa aqui no Museu da República foi muito especial, porque ela tinha uma escuta muito atenta, muito fina. Então nós sentamos e conversamos e discutimos com toda a equipe e os debates, as discussões, foram sempre orientados no sentido do aprimoramento do Museu, da melhoria do museu. O que acontece? O que aconteceu no Museu da República é que ele estava fechado, então ele estava em um processo de restauração do palácio, com atividades, então as pessoas puderam avaliar foram as ações que o Museu desenvolvia, mas não tinha uma museografia que se pudesse... Não tinha concretamente uma museografia que se pudesse apresentar. Tinha um plano museográfico no qual eu estava trabalhando. Então, assim, foi na ocasião uma coisa interessante, porque além desses avaliadores, cada museu deveria fazer uma exposição lá no Palácio Gustavo Capanema e aqui do Museu da República nós fizemos uma exposição que foi bacana. Nós concebemos uma exposição – eu tenho o maior orgulho – porque eu estive assim no centro dessa concepção – e nós pegamos andaimes, eram os andaimes na obra aqui do Palácio. Então montamos a exposição onde não tinha um painéis, mas tinha andaimes. Então tiveram umas três torres de andaimes, todos andaimes pintados de verde e nós apresentamos a proposta museográfica a partir desses andaimes. Nós tínhamos uma colega Nara Abud e tínhamos um colega que era o Ivan Rocha Rodrigues. Os dois desenhavam muito bem, então nós fomos concebendo, fazendo os planos da exposição em grandes pranchas e coisa e tal e foi isso o que nós apresentamos nos andaimes e foi um sucesso Infernal. Por que, quer dizer aqueles andaimes no Capanema geravam um impacto e nós dizemos, estamos em obras, então foi bem legal, mas a Waldisa deu contribuições nesse momento, né? Ela teve uma presença muito marcante nesse seminário.

**Inês Gouveia:** Você se lembra se ela conseguia trazer a perspectiva política dela para as recomendações práticas daqui do Museu da República?

**Mario Chagas:** Na minha avaliação sim, na minha avaliação sim. Eu até diria que essa era uma preocupação dela, muito forte. Ela estava sempre muito atenta para isso, né quer dizer, ao apresentar uma recomendação para uma ação Educacional por exemplo, ela tinha sintonia com Paulo Freire ela estava muito ligada nisso mesmo. Há quem diga que a Waldisa tivesse um caráter autoritário. Eu não vi. É claro que eu estava a distância disso, eu não estava no cotidiano com ela ele, né? No dia-a-dia. Para mim isso não chegou. Eu nunca convivi com uma Waldisa que fosse histriônica, que falasse gritando ou que se manifestasse de modo autoritário. Então a Waldisa que eu conheci foi sempre diferente dessa e eu sempre percebi isso, um esforço um exercício de conectar o pensamento político com as questões práticas. Onde eu vejo isso? Eu vejo isso no Museu de Fábrica, eu vejo isso em exposições com as quais ela se envolveu. Então haverá sempre esse esforço de articulação. O partido que ela tirava do Charles Chaplin, eu acho aquilo assim, extraordinário. Mas também, assim, eu vejo... Como eu citei para você, né, a participação dela em 1979 era a participação de uma educadora com consciência política, abrindo com seu corpo, com sua voz espaço para os estudantes. Para mim isso é sintonia entre o pensamento político e as ações de ordem prática. Eu vi isso em muitos momentos dos seminários. Eu vi a Waldisa a fazer isso inúmeras vezes, se colocar nas disputas políticas, ela se colocar claramente a favor seja do Nordeste, a favor dos estudantes, então assim sempre percebi isso. Agora não acompanhei, por exemplo, as discussões dela presencialmente... Vi em textos, no ICOM, aí não sei nem como ela enfrentava essas discussões. Mas também compreendo que às vezes tão perseguida e combativa, ela tem o direito de espernear, tem o direito de dar um grito, um chega para lá senão também, né? Waldisa foi combatida, em certos casos, perseguida. Porque o que as pessoas... E aqui no Rio de Janeiro, as pessoas da ABM detonavam a Waldisa. Era um negócio assim... Impressionante. Havia um cara, o Fernando, ele foi presidente da ABM. Não sei se era Fernando Antônio... Fernando. Eu conheci bem, era um bom sujeito no trato, mas em relação a Waldisa era assim, destilava um veneno fortíssimo, então eram coisas complicadas, né?

**Inês Gouveia:** Politicamente, como a Waldisa se descrevia?

**Mario Chagas:** É... Isso é uma curiosidade, né? Para mim a Waldisa era anarquista. Ela se apresentava... Não ela se apresentava... Ela se considerava anarquista. Pode ser uma coisa livre, um papo mais íntimo, mas até bem verdade que até assim... ainda ontem foi debatido aqui na Jornada Republicana. Boa parte dos primeiros comunistas eram anarquistas... Eram anarquistas que se viram diante da necessidade de se institucionalizar... Os caras buscaram esse caminho institucional, a medida em que o próprio Astrogildo Pereira, fundador do Partido Comunista, foi o assunto de ontem, que teria sido um anarquista que acabou se filiando e tal. Então, em certos momentos parece que essas distinções não estavam tão marcadas assim. Mas o que eu diria, de qualquer modo, sem dúvida, é que a Waldisa era uma mulher de esquerda, isso ela deixava claro, das posições nos textos, no pensamento, nas práticas, ela era uma mulher de esquerda. Talvez tenha faltado... Nesse texto aqui eu digo que a Waldisa tinha um flerte anarquista, com o anarquismo, né? Ela era anarquista demais para ser anarquista, então era um flerte anarquista. Não era uma anarquista, se não, não fazia sentido nenhum ser anarquista de carteirinha, entendeu?

**Inês Gouveia:** Com relação a Waldisa era isso. Mas eu tenho duas perguntas ainda. Eu queria saber sobre a Coordenadoria do Sistema Nacional de Museus? Você participou, né? Quais eram as atribuições desse comitê que atuava com o Sistema Nacional de Museus?

**Mario Chagas:** Sim, eu participei pela Fundação Joaquim Nabuco. Então naquele momento, o que aconteceu? O Sistema, quando foi estabelecido, quando foi constituído, algumas instituições tinham acento. Além dessas instituições, tinham os representantes estaduais, então de Pernambuco, portanto, tinham duas pessoas: eu representando a Fundação Joaquim Nabuco e uma outra pessoa representando o estado de Pernambuco. Alguns estados por conta de fundações específicas e expressivas, tinham uma ou duas ou até três pessoas, mas as atribuições naquele momento, assim, basicamente, era aprovação de projetos. Houve uma chamada para projetos apresentados nos estados... Levavam projetos, ou o próprio representante das instituições levava os projetos... Então tendo ocorrido essa chamada, as pessoas faziam, quer dizer, no plenário, na reunião do sistema, basicamente se discutia a forma de aprovação desses projetos para o recebimento desses recursos. Não houve uma articulação como posteriormente veio acontecer. Não havia uma articulação no sentido de produzir uma política nacional de museus e sim de que modo poderiam ser encaminhados os recursos para estabelecimento de prioridades. Então nesse caso a coordenação do Sistema basicamente cuidava de critérios e prioridades para atender aos museus. E é claro que tinha o jogo de interesses. Quem estava mais articulado, menos articulado. Quem coordenava o Sistema nessa altura era Priscila Freire e Célia Cursino, como vice. Então basicamente foi isso, mas o Sistema teve vida curta. Ele funcionou durante pouco tempo. E eu diria que ele teve vida curta até mesmo por isso, porque ele ficou muito concentrado nessa questão de disponibilização de recursos, que eram poucos. Você, portanto, não atingiu ao número maior de instituições e museus e etc. E não produziu liga entre as instituições, porque não produziram política. Eu até avalio que um dos motivos para o Sistema ser desfeito com tanta velocidade... São dois ou três motivos... Primeiro esse, porque ele não focou numa política. Segundo motivo é que havia uma dispersão de energia, porque tinha o Programa Nacional de Museus, o Sistema Nacional de Museus e a Coordenação Nacional de Acervos Museológicos. Eram três instituições de caráter federal disputando o mesmo campo, que não é tão grande assim.

**Inês Gouveia:** E dentro do Programa Nacional de Museus havia algum debate sobre uma Política Nacional de Museus?

**Mario Chagas:** Muito incipiente, muito incipiente na verdade. O Grande debate era a revitalização de museus. Esse que era o grande problema. A Célia Cursino trabalhou aí também. Então esse era o foco e não tinha um debate no sentido de... Pode até ter aparecido um textinho ou outro. O Rui Mourão depois escreveu que tinha um pensamento de política. Se tinha, não estava mencionado, revelado, discutido, nada disso, então era um programa cujo principal objetivo era atender aos museus no sentido de melhorar ou de qualificá-los. Era basicamente isso se você pegar as notícias.

**Inês Gouveia:** É isso! Muito obrigada Mario!